

11  
2011

# R

# evista de História da Sociedade e da Cultura



Centro de História da Sociedade e da Cultura  
Universidade de Coimbra

Coimbra

### **Estatuto editorial / Editorial guidelines**

A *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, fundada em 2001, é uma revista de periodicidade anual publicada em português, cujos artigos são sujeitos a avaliação prévia por parte de uma comissão de arbitragem externa. Publica textos de natureza histórica (desde a Idade Média à Época Contemporânea), noticiário de actividades científicas e recensões críticas de livros. Aceita artigos de investigadores integrados e de colaboradores do Centro de História da Sociedade e da Cultura da FCT, bem como de quaisquer outros historiadores externos à instituição, estimulando especialmente a participação de todos aqueles que, de qualquer modo, mantêm colaboração ou desenvolvem actividades em rede com o referido Centro de investigação.

The *Journal of History of Society and Culture*, founded in 2001, is a peer reviewed scientific publication published once a year, in Portuguese. The Journal publishes historical scholarly articles (since the Middle Ages until the present), news of scientific activities and book reviews in the field of History. It accepts articles from affiliated members and collaborators of the Foundation for Science and Technology's Centre for History of Society and Culture, as well as from any other historians currently outside the Institution, especially encouraging the participation of those who, in any way cooperate or develop network activities with the above-mentioned research Centre.

### **Director/Director**

João Marinho dos Santos – CHSC da U. Coimbra / marinhosantos@fl.uc.pt

### **Conselho Editorial/Editorial Board**

Amadeu Carvalho Homem (CHSC da U. Coimbra); Ana Maria Jorge (CEHR da U. Católica Portuguesa); António Oliveira (CHSC da U. Coimbra); Fernando Catroga (CHSC da U. Coimbra); Fernando de Sousa (CEPESE da U. Porto); Irene Vaquinhas (CHSC da U. Coimbra); João Paulo de Oliveira Costa (CHAM da U. Nova de Lisboa); Mafalda Soares da Cunha (CIDEHUS da Universidade de Évora); Manuela Tavares Ribeiro (CEIS XX da U. Coimbra); Maria Alegria Marques (CHSC da U. Coimbra); Maria Helena Coelho (CHSC da U. Coimbra); Maria José Azevedo Santos (CHSC da U. Coimbra); Zulmira Santos (CIHE da U. do Porto).

### **Avaliadores externos/External referees**

Adeline Rucquoi (École des Hautes Études en Sciences Sociales - Paris, França); Alice Raviola (U. Turim, Itália); Ana Isabel Buescu (U. Nova de Lisboa, Portugal); Ana Leonor Pereira (U. Coimbra, Portugal); Ângela Barreto Xavier (ICS, Lisboa, Portugal); António Eiras Roel (U. Santiago de Compostela, Espanha); Avelino Freitas Meneses (U. Açores, Portugal); Bernardo Vasconcelos e Sousa (U. Nova de Lisboa, Portugal); Cristina Scheibe Wolff (U. Federal de Santa Catarina, Brasil); Evergton Sales Souza (U. Federal da Bahia, Brasil); Fernanda Rollo (U. Nova de Lisboa, Portugal); Fernando Bouza Alvarez (U. Complutense de Madrid, Espanha); Francisco Contente Domingues (U. Lisboa, Portugal); Francisco Garcia Fitz (U. Cáceres, Espanha); Hermínia Vasconcelos Vilar (U. Évora, Portugal); Inês Amorim (U. Porto, Portugal); Isabel dos Guimarães Sá (U. Minho, Portugal); João Paulo Avelãs Nunes (U. Coimbra, Portugal); João Rui Pita (U. Coimbra, Portugal); Jorge Alves (U. Porto, Portugal); José M. Amado Mendes (U. Coimbra, Portugal); Laura Mello e Souza (U. São Paulo, Brasil); Luís Miguel Duarte (U. Porto, Portugal); Luís dos Reis Torgal (U. Coimbra, Portugal); Manuel Ferreira Rodrigues (U. Aveiro, Portugal); Maria de Fátima Nunes (U. Évora, Portugal); Mário Jorge Barroca (U. Porto, Portugal); Nuno Gonçalo Monteiro (ICS, Lisboa, Portugal); Paula Pinto Costa (U. Porto, Portugal); Ramon Villares (U. Santiago de Compostela, Espanha); Raquel Henriques (U. Nova de Lisboa); Rui Bebiano (U. Coimbra, Portugal); Stephane Boisselier (U. Poitiers, França); Stuart Schwartz (U. Yale, EUA).

### **Coordenador do volume/Volume editor**

Rui Casção (CHSC da U. de Coimbra) / rafcascao@gmail.com

### **Propriedade/Ownership**

Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra

### **Endereços/Adress**

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Largo da Porta Férrea. 3004-530 Coimbra, Portugal.

Página/Web site: <https://www.uc.pt/chsc> Correo electrónico/e-mail: [chsc@ci.uc.pt](mailto:chsc@ci.uc.pt)

Telefone/Phone: (351) 239859900

### **Direitos de autor/Copyright ©**

Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra e Palimage.

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

### **Preço de capa/Price**

21,20 EUR

### **Imagem da capa/Cover illustration**

Nossa Senhora da Misericórdia, bandeira da Misericórdia de Mangualde, óleo s/tela, 1896.

A *Revista de História da Sociedade e da Cultura* está referenciada e indexada nos seguintes catálogos internacionais: IBZ e IBR (Alemanha), ERIH (Estrasburgo), EBSCO Publishing – Historical Abstracts (EUA), Latindex (México) e SciELO (Lisboa). The *Revista de História da Sociedade e da Cultura* is covered by the following indexing and abstracting services: IBZ and IBR (Germany), ERIH (Strasbourg), EBSCO Publishing – Historical Abstracts (USA), Latindex (Mexico) and SciELO (Lisbon).

Centro de História da Sociedade e da Cultura

Revista de História  
da Sociedade e da Cultura

II

Publicação apoiada por:

**FCT**

Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Coimbra - 2011



Sunário

Editorial ..... 7

Artigos

*A Rega do Templo de S. Espirito de Vila Verde: Medieval*  
João Carlos Moreira ..... 9

*A Chancelaria Episcopal de Braga – Análisis da Periféria*  
Carlos Henrique Lopes Serra ..... 39

*O mosteiro de Fátima: espaço e vida dos monges e a missão das freiras*  
Maria Amélia Rodrigues Marques ..... 47

*Estudos*

**Revista de História  
da Sociedade e da Cultura** ..... 112

*As primeiras experiências de ensino de matemática em Portugal*  
Rogério Leão Pereira de Jesus ..... 141

*Severus na Lituânia de D. João – Breve estudo de la hospitalidad  
interior de la población de A. Bona durante la primera mitad del siglo XVII*  
Domènec L. Ferrerols Llop ..... 165

*As primeiras de caridade em Lisboa de Mariana: primeiras  
diversões, intervenções e progressos educativos no século XVIII*  
Fátima Pereira dos Santos ..... 195

*Freguesia dos "Grilhões de Coimbra" – De Lendas, Festas e Fadas  
na Casa de Reis do Mosteiro de S. João (1780-1807)*  
Teresa M. B. Mendes Guimarães Ring ..... 223

*Do século histórico ao século "prehistórico" de incivilidade: terra, água,  
sugestão e relato de medicina clássica*  
José Manuel Pinto Costa ..... 269

*Comunidade de Freguesia de Vila Verde*  
Helder António Pereira ..... 287

*A "Comunidade de Freguesia" de Vila Verde – Uma proposta  
de interpretação da cultura local e participação nos debates da cidade*  
Sandra Carolina de ..... 307

*As primeiras experiências de ensino de matemática em Portugal*  
Rogério Leão Pereira ..... 341

*Severus na Lituânia de D. João – Breve estudo de la hospitalidad  
interior de la población de A. Bona durante la primera mitad del siglo XVII*  
Domènec L. Ferrerols Llop ..... 365

*As primeiras de caridade em Lisboa de Mariana: primeiras  
diversões, intervenções e progressos educativos no século XVIII*  
Fátima Pereira dos Santos ..... 395

*Freguesia dos "Grilhões de Coimbra" – De Lendas, Festas e Fadas  
na Casa de Reis do Mosteiro de S. João (1780-1807)*  
Teresa M. B. Mendes Guimarães Ring ..... 423

*Do século histórico ao século "prehistórico" de incivilidade: terra, água,  
sugestão e relato de medicina clássica*  
José Manuel Pinto Costa ..... 469

*Comunidade de Freguesia de Vila Verde*  
Helder António Pereira ..... 487

*A "Comunidade de Freguesia" de Vila Verde – Uma proposta  
de interpretação da cultura local e participação nos debates da cidade*  
Sandra Carolina de ..... 507

*As primeiras experiências de ensino de matemática em Portugal*  
Rogério Leão Pereira ..... 541

*Severus na Lituânia de D. João – Breve estudo de la hospitalidad  
interior de la población de A. Bona durante la primera mitad del siglo XVII*  
Domènec L. Ferrerols Llop ..... 565

*As primeiras de caridade em Lisboa de Mariana: primeiras  
diversões, intervenções e progressos educativos no século XVIII*  
Fátima Pereira dos Santos ..... 595

*Freguesia dos "Grilhões de Coimbra" – De Lendas, Festas e Fadas  
na Casa de Reis do Mosteiro de S. João (1780-1807)*  
Teresa M. B. Mendes Guimarães Ring ..... 623

*Do século histórico ao século "prehistórico" de incivilidade: terra, água,  
sugestão e relato de medicina clássica*  
José Manuel Pinto Costa ..... 669

*Comunidade de Freguesia de Vila Verde*  
Helder António Pereira ..... 687

*A "Comunidade de Freguesia" de Vila Verde – Uma proposta  
de interpretação da cultura local e participação nos debates da cidade*  
Sandra Carolina de ..... 707

*As primeiras experiências de ensino de matemática em Portugal*  
Rogério Leão Pereira ..... 741

*Severus na Lituânia de D. João – Breve estudo de la hospitalidad  
interior de la población de A. Bona durante la primera mitad del siglo XVII*  
Domènec L. Ferrerols Llop ..... 765

*As primeiras de caridade em Lisboa de Mariana: primeiras  
diversões, intervenções e progressos educativos no século XVIII*  
Fátima Pereira dos Santos ..... 795

*Freguesia dos "Grilhões de Coimbra" – De Lendas, Festas e Fadas  
na Casa de Reis do Mosteiro de S. João (1780-1807)*  
Teresa M. B. Mendes Guimarães Ring ..... 823

*Do século histórico ao século "prehistórico" de incivilidade: terra, água,  
sugestão e relato de medicina clássica*  
José Manuel Pinto Costa ..... 869

*Comunidade de Freguesia de Vila Verde*  
Helder António Pereira ..... 887

*A "Comunidade de Freguesia" de Vila Verde – Uma proposta  
de interpretação da cultura local e participação nos debates da cidade*  
Sandra Carolina de ..... 907

11



**Palimage**  
*A Imagem e A Palavra*



## Sumário

<b>Editorial</b> .....	7
<b>Artigos</b>	
<i>A Regra do Templo ou o Esplendor da Arte Militar Medieval</i> João Gouveia Monteiro .....	9
<i>A Charola Templária de Tomar: Jerusalém Perdida</i> Carlos Emanuel Sousa Santos .....	39
<i>O mosteiro de Lorvão: ainda a saída dos monges e a entrada das freiras</i> Maria Alegria Fernandes Marques .....	57
<i>A Extinção da Ordem do Templo em Portugal</i> Saul António Gomes .....	75
<i>A visão do Outro nas Cartas de Itália de Lopo de Almeida</i> Paulo Esmeraldo Catarino Lopes .....	117
<i>A História da América Portuguesa (1730) de Sebastião da Rocha Pita: o contexto, o autor, a obra</i> Roger Lee Pessoa de Jesus .....	141
<i>Beirões na Lisboa de D. João V. Contribución al estudio de la movilidad interior de la población de A Beira durante la primera mitad del siglo XVIII</i> Domingo L. González Lopo .....	165
<i>As práticas de caridade na diocese de Mariana: estímulos devocionais, interditos e protestos anónimos no século XVIII</i> Patrícia Ferreira dos Santos .....	195
<i>Fugindo dos “Grilhões do Cativoiro”: Os Expostos Pretos e Pardos na Casa da Roda da Misericórdia de Lisboa (1780-1807)</i> Isabel M. R. Mendes Drumond Braga .....	223
<i>No trilho histórico do cancro: percepções de incurabilidade, invocações sagradas e rejeição da medicina científica</i> Rui Manuel Pinto Costa .....	249
<i>Caminhos-de-ferro da Beira (1845-1893)</i> Hugo Silveira Pereira .....	273
<i>A Arqueologia Histórica em Laranjeiras (SE-Brasil): uma proposta de salvaguarda da cultura material portuguesa nas ruínas da cidade</i> Janaina Cardoso de Mello .....	297
<i>Instituições de piedade e beneficência do distrito de Coimbra na década de 1870</i> Maria Antónia Lopes .....	317
<i>Estudiantes Universitarias en Salamanca entre 1940 y 1970</i> María de la Paz Pando Ballesteros .....	359

<i>Imagens da Europa no jornal A Bola: entre o isolamento do Estado Novo e a abertura europeia</i>	
João Pedro Cotrim .....	377

### Recensões

RODRIGUES, Jorge Nascimento e DEVESAS, Tessaleno – <i>Portugal. O Pioneiro da Globalização</i> , por José Manuel Azevedo e Silva .....	399
MARTINS, Miguel Gomes – <i>De Ourique a Aljubarrota. A Guerra na Idade Média</i> , por João Gouveia Monteiro .....	408
VAINFAS, Ronaldo – <i>Jerusalém colonial. Judeus portugueses no Brasil holandês</i> , por José Pedro Paiva .....	414
PELÚCIA, Alexandra – <i>Corsários e piratas portugueses. Aventureiros nos Mares da Ásia</i> , por Pedro Ricardo da Silva Santos .....	423
PROSPERI, Adriano – <i>Dar a alma. História de um infanticídio</i> , por Paola Nestola .....	429
PAIVA, José Pedro – <i>Baluartes da Fé e da Disciplina. O enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1750)</i> , por Carla Rosa .....	443
BELINQUETE, José – <i>História da Catequese em Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste</i> , por Manuel Augusto Rodrigues .....	450

### Notícias

Súmula das actividades do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra. Ano de 2010 .....	455
Colóquio Internacional <i>Desafios do Serviço Social: políticas, intervenções e luta contra a pobreza e a exclusão</i> .....	459
Colóquio Internacional <i>La corte en Europa: Política y religión (siglos XVI-XVIII)</i> .....	461
Seminário de História Religiosa – Época Moderna. Ano de 2011 – A santidade .....	464
Encontros Culturais em São Cristóvão de Lafões .....	465
Mesa Redonda Luso-Brasileira. Sociedade e Poderes .....	469
Colóquio internacional <i>Religiosidade, o Tribunal do Santo Ofício e as Minas setecentistas</i> .....	472
Primeiro Curso Internacional de Verão da Universidade de Catania .....	475
Um questionário sobre o impacto socioeconómico da guerra .....	476
Dissertações de Doutoramento e Mestrado orientadas por investigadores integrados no Centro de História da Sociedade e da Cultura (2010-2011) .....	485
Parceria entre o Centro de História Local e Regional Salvador Dias Arnaut e o Centro de História da Sociedade e da Cultura .....	494
Prémios atribuídos pela Academia Portuguesa da História – 2011 .....	495

## Editorial

Fixando-se embora na investigação e na divulgação da História de Portugal (particularmente através da sua Revista), o Centro de História da Sociedade e da Cultura busca porém, com insistência, a referenciação comparativa das Histórias de outras Nações da Europa e das que foram marcadas pelos Impérios Coloniais. Seja-nos permitido, a propósito, referir a preocupação em dar a conhecer (por norma, acompanhadas de estudos) fontes inéditas ou pouco divulgadas, mormente as que integram o valiosíssimo espólio do ex-Ultramar Português.

Como é sabido (mas não deve ser esquecido), Portugal sentiu a premente necessidade, até para garantir a sua independência, de crescer no Ultramar, de se integrar em outras sociedades, culturas e civilizações, ajudando também, deste modo, a matar a fome e a satisfazer a ostentação dos que no Reino ficavam. Muitas vezes, regressavam os que tinham partido; outras vezes, construíram ou ajudaram a construir mais pátrias. Em qualquer das situações, receberam e deixaram, nos “outros”, marcas impressionantes, a ponto de algumas dessas marcas ainda hoje concorrerem para estabelecer as principais coordenadas da história e da memória de diversos Países. O Centro de História da Sociedade e da Cultura tem bem presente, nas suas actividades científicas, o objectivo programático de ajudar a avivar a história e a memória dos “outros”.

O número (o 11) que ora dá sequência à publicação regular da “Revista de História da Sociedade e da Cultura” documenta, suficientemente,

os considerandos que acabam de ser feitos. Não iremos destacar títulos do valiosíssimo conjunto dos artigos publicados, fiquemos, porém, com a certeza prévia que, por eles, poderemos ver melhor o nosso País, espreitar a Europa, contemplar a América (em particular a “América Portuguesa”), referenciar a evolução da Humanidade.

*João Marinho dos Santos*

Coordenador Científico do Centro de História da Sociedade e da Cultura

# A Regra do Templo ou o Esplendor da Arte Militar Medieval

João Gouveia Monteiro

Universidade de Coimbra

Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra

jgmonteiro@mail.telepac.pt

Texto recebido em/ Text submitted on: 22/01/2011

Texto aprovado em/ Text approved on: 20/06/2011

## *Resumo/Abstract:*

Pretende-se com este trabalho fornecer ao estudioso da arte militar medieval uma ferramenta, um guia de trabalho. Trata-se de apresentar de uma maneira simples e funcional aquele que é um dos escritos militares originais mais importantes de toda a Idade Média: a Regra do Templo. Especialistas na defesa da Terra Santa, os Templários, surgidos em 1120 e legitimados (com o apoio de S. Bernardo de Claraval) no Concílio de Troyes de 1129, desenvolveram formas de organização e de conduta marcial que não encontram paralelo na Europa do seu tempo. Esses procedimentos encontram-se reunidos na Regra do Templo, originalmente redigida em latim mas de que rapidamente foi feita uma tradução francesa, para utilização prática pelos freires. Este estudo apresenta de forma sistematizada e muito resumida os princípios militares mais importantes contidos na *Règle du Temple*: a hierarquia militar; os acampamentos de campanha; as colunas de marcha; os esquadrões de combate; o processo de carga da cavalaria; o equipamento militar; a manutenção dos cavalos e das armas; o treino militar; e o quadro das infracções militares e das respectivas punições.

This paper aims to provide to the studios of medieval warfare a tool, a guide of work. It tries to present in a simple and operating way one of the most original and important military pieces of writing of the whole Middle Ages: the *Rule of the Templars*. Specialists in the defence of the Holy Land, the Templars, appeared in 1120 and legitimated (with the support of Saint Bernard of Claraval) in council of Troyes in 1129, developed manners of organization and martial conducts without parallelism in Europe of it's time. These procedures are compiled in the *Rule of the Templars*, which was originally written in Latin but quickly translated to French, to be easily used by the friars. This work presents in a systematized and very resumed way the most important military principles included in the *Règle du Temple*: the military hierarchy; the camps during the campaigns; the marching columns; the fighting squadrons; the procedure of the cavalry's charge; the military equipment; the maintenance of horses and arms; the military training; and the table of the military infractions and it's punishments.

## *Palavras chave/Keywords:*

Templários; Terra Santa; Guerra Medieval; Regra do Templo.

Templars; Holy Land; Medieval warfare; the Rule of the Templars.

## Introdução<sup>1</sup>

Segundo explica Guilherme de Tiro (arcebispo de Tiro entre 1175 e 1186 e chanceler do reino de Jerusalém de 1174 a 1184/1185<sup>2</sup>) na sua *Historia rerum in partibus transmarinis gestarum* (1167-1184), a fundação da Ordem do Templo terá ocorrido nos anos de 1119-1120. Mais provavelmente, segundo Alain Demurger, nos inícios de 1120. O objectivo da nova organização consistia em proteger os peregrinos que chegavam ao Médio Oriente com o objectivo de visitar a Terra Santa. Os perigos em que estes recém-chegados incorriam eram brutais, pois a ladroagem muçulmana, o sol, a sede e os animais selvagens do vale do rio Jordão (p. ex.: os leões) tornavam os acampamentos e as colunas de marcha muito vulneráveis.

A fundação da Ordem do Templo deve-se a um cavaleiro da Champagne, de nome Hugo de Payns<sup>3</sup>. Este já por duas vezes tomara a cruz e acompanhara o seu senhor (o conde de Champagne) à Terra Santa. Em 1114 acabou por decidir permanecer aqui, em contacto com os Cónegos do Santo Sepulcro e como protector (ele e outros cavaleiros cruzados) dos interesses destes, formando uma espécie de confraria. Anos mais tarde, considerando não estarem a ser bem aproveitados pelos ditos Cónegos e com vontade de pronunciar os votos religiosos (de obediência, pobreza e castidade), de viver segundo uma Regra e de combater em defesa da “Terra do Cristo”, Hugo e os seus companheiros avançaram para a constituição de uma nova Ordem. Para tanto, receberam o apoio do rei de Jerusalém, Balduíno II, que lhes cedeu o seu palácio, nos anexos da mesquita al-Aqsa, sobre a esplanada

<sup>1</sup> Seguiremos, nesta breve apresentação: DEMURGER, Alain – Temple, ordre du, in BÉRIOU, Nicole et JOSSERAND, Philippe – *Prier et Combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*. Librairie Arthème Fayard, 2009, p. 896-902; e UPTON-WARD, J. M. – *The Rule of the Templars. The French Text of the Rule of the Order of the Knights Templar*. Translated and Introduced by J. M. Upton-Ward. Woodbridge: The Boydell Press, 1992 (Introdução: p. 1-17). Para aprofundamentos, veja-se: DEMURGER, Alain – *Vie et Mort de l'Ordre du Temple*. Paris: Seuil, 1989; e BARBER, Malcolm, *The new knighthood: a history of the Order of the Temple*. Cambridge, 1994.

<sup>2</sup> EDBURY, Peter – Guillaume de Tyr, in BÉRIOU, Nicole et JOSSERAND, Philippe – *Prier et Combattre...*, p. 416-417.

<sup>3</sup> Payns é uma aldeia cerca de oito milhas a norte de Troyes, em França, no actual departamento de Aube.

do Templo, no lugar do antigo palácio de Salomão (daí a designação de Ordem do Templo).

A nova organização – cuja novidade consistia em combinar a figura do monge com a do soldado – cresceu depressa e obteve apoios relevantes. Atraídos por esta configuração original do *miles Christi*, por esta nova via de salvação proposta aos laicos, os primeiros Templários – proferidos os votos perante o Patriarca de Jerusalém e orientando-se pela Regra de Santo Agostinho, tal como os Cónegos do Santo Sepulcro – suscitaram a simpatia de destacados cavaleiros ocidentais que vieram até à Palestina para se juntar a eles: assim o fizeram Foulques, conde de Anjou (futuro rei de Jerusalém), logo em 1120, e, cinco anos mais tarde, o conde de Champagne, Hugo. Este último manteria relações estreitas com Hugo de Payns e juntou-se à Ordem após ter cedido as suas terras ao sobrinho Teobaldo IV (já conde de Blois) e ter abandonado a sua família. Dado que o ex-conde de Champagne tinha sido generoso para com os Cistercienses, é provável que se deva a Hugo de Champagne uma primeira sensibilização de Bernardo de Claraval (por carta pessoal ou através do rei Balduíno II) para a conveniência da aprovação da nova Ordem.

Em 1127, Hugo de Payns e cinco companheiros seus partiram para o Ocidente e, depois de terem percorrido a Champagne, o Anjou, a Normandia, a Inglaterra e até a Escócia, encaminharam-se para Troyes a tempo de assistirem à abertura de um Concílio Provincial que se haveria de revelar decisivo. O Concílio abriu a 13 de Janeiro de 1129, sob a direcção do legado pontifical Mateus d'Albano e com a participação dos bispos de Sens e de Reims, para além de muitos abades das grandes casas cistercienses da Champagne e da Borgonha. A presença de amigos influentes garantiu uma boa receptividade à exposição do pequeno grupo de Templários e o concílio concebeu e aprovou a Regra da nova Ordem. Para acalmar os espíritos receosos do que poderia resultar de uma organização de freires-cavaleiros, e também para justificar a respectiva acção na Terra Santa, o próprio Bernardo de Claraval tratou de redigir um texto de elogio e recomendação da nova milícia: o *De laude Novae Militiae ad Milites Templi*. Com tais apoios, os ânimos serenaram e a Ordem do Templo foi aceite nas mais altas instâncias eclesiásticas, ficando colocada sob a autoridade directa do Papa (Honório II)

Hugo de Payns regressou ao Médio Oriente em meados de 1129, mas não sem deixar no Ocidente um conjunto de irmãos que se encarregariam de receber um número crescente de doações e de comprometimentos pessoais. Sobretudo nas regiões da Champagne e da Borgonha, mas também da Provença, do Languedoc e da Península Ibérica, zonas onde o entusiasmo no seio da pequena e da média nobrezas perante este novo projecto se revelou mais forte. Nos finais da década de 1130, a Ordem do Templo dispunha já de uma estrutura hierarquizada e capaz, resultado também do esforço de Roberto de Craon, que em 1136 substituíra Hugo de Payns no cargo de Mestre. Em 1139, foi a vez de o Papa Inocêncio II promulgar a bula *Omne datum optimum*, que criou os freires-capelães (uma nova categoria dentro da Ordem, um grupo separado e com privilégios especiais, que ouvia os irmãos em confissão e os podia absolver).

Como é óbvio, a presença dos Templários na Terra Santa foi essencial à acção dos exércitos cruzados que chegavam com a missão de defender ou (a partir de finais de 1187) de recuperar Jerusalém. O seu bom conhecimento do terreno, dos costumes e da política local e a experiência militar acumulada tornavam os Templários no principal apoio à causa cristã nos difíceis campos da Síria-Palestina. Na década de 1170, os cavaleiros do Templo seriam cerca de 300 no reino de Jerusalém. Eles e os Hospitalários (i.é, os freires da Ordem dos Hospitalários de S. João de Jerusalém, fundada também na Terra Santa, escassos anos antes da Ordem do Templo) equivaleriam a perto de 50% da capacidade efectiva de combate do reino de Jerusalém; no principado de Antioquia e no condado de Tripoli a situação seria comparável.

Até à queda da fortaleza de S. João de Acre, em 1291, Templários e Hospitalários cumpriram um papel fulcral, não só militar (com carácter de permanência, ao contrário dos exércitos cruzados, que depressa regressavam ao Ocidente) mas também político e até diplomático na gestão dos territórios e castelos dos Estados Latinos do Oriente. Ambas as Ordens tinham, além disso, Casas espalhadas um pouco por toda a Europa, o que lhes garantia uma capacidade ímpar para canalizar financiamentos e para repor efectivos. Graças a isso, os Templários e os Hospitalários conseguiram recuperar rapidamente dos maiores desastres militares, como p. ex. o sofrido em La Forbie, em Outubro de 1244, face ao sultão mameluco Baybars. A partir de 1291, porém, perdida a Terra Santa, Templários e Hospitalários seguiriam

rumos diferentes. Estes últimos fixar-se-iam em Rodes e, mais tarde (após o cerco de 1522 por Solimão-o-Magnífico), em Malta. Pelo seu lado, os Templários reorganizaram-se no Chipre. Por pouco tempo, porém: em 13 de Outubro de 1307, todos os freires do Templo do reino de França seriam detidos por ordem do rei Filipe-o-Belo. Seguir-se-ia o longo ‘processo dos Templários’, que levaria à extinção da Ordem em 1312, no Concílio de Viena.

A Ordem do Templo foi a primeira de todas as Ordens Religiosas Militares a dispor de uma Regra<sup>4</sup>. O texto original foi redigido em latim, no âmbito do Concílio de Troyes e sob a influência de Bernardo de Claraval (pelo que são numerosas as referências aos bons costumes e à conduta moral). Infelizmente, do texto latino conhecem-se apenas seis redacções, todas elas tardias. Isso dever-se-á a dois factos: por um lado, à destruição dos originais aquando da detenção dos Templários em França; por outro, porque – ao contrário dos Hospitalários – os responsáveis pela Ordem do Templo colocaram sempre reservas a uma ampla circulação da sua Regra, como forma de preservar a identidade dos seus princípios e para diminuir o risco de difusão entre os inimigos da Cristandade dos preceitos militares mais importantes.

Escassos anos após o Concílio de Troyes, foi feita uma tradução francesa da Regra do Templo, a qual se conservou até hoje na sua forma original. Não se conhece a data exacta desta tradução, mas é certo que ela se realizou entre 1135 (data do Concílio de Pisa) e 1147. Mais provavelmente entre 1139 (data da citada bula de Inocência II) e 1147 (ano da permissão concedida aos freires-cavaleiros para inscrever no seu manto branco uma cruz vermelha).

Em relação à versão latina, a *Règle du Temple* apresenta algumas *nuances* interessantes, que denunciam uma certa evolução dos costumes e da política. Por exemplo, são agora autorizados os contactos com os excomungados, como forma de alargar a rede da Ordem e facilitar a incorporação. O mais importante, porém, é perceber a razão de ser de uma versão francesa tão

<sup>4</sup> A segunda seria a Ordem do Hospital, tendo a Regra sido redigida sob o magistério do Mestre Raymond du Puy e confirmada no final do pontificado do Papa Eugénio III (1145-1153). Cf. TOOMASPOEG, Kristjan – Règle, in BÉRIOU, N. et JOSSERAND, Ph. – *Prier et Combattre...*, p. 773.

precoce. A explicação é simples: a maioria dos freires-cavaleiros não entendia o latim... Ou seja, foi uma necessidade prática, a de tornar um texto com propósitos de instrução moral e militar acessível na linguagem falada dos monges, que levou ao aparecimento da tradução francesa escassos anos após a redacção da versão original. Tal deve ter sucedido durante o Mestrado de Roberto de Craon (1136-1149).

Em ambas as versões (latina e francesa), a primitiva Regra do Templo abre com um Prólogo de cinco secções: um verdadeiro apelo à “milícia de Cristo”, completado por uma lista dos prelados que participaram no Concílio de Troyes. Seguem-se c. 70 artigos (cuja ordem difere ligeiramente da versão latina para a versão francesa) sobre a vida do convento, a liturgia, as faltas e as suas penitências. Esta Regra Primitiva incorpora diversos elementos da Regra de S. Bento e numerosas disposições normativas cistercienses. Ou seja, por influência manifesta de Bernardo de Claraval, afasta-se da Regra de S. Agostinho que tinha norteado os primeiros tempos de acção do grupo de Hugo de Payns na Terra Santa, em articulação com os Cónegos do Santo Sepulcro.

É sabido que tanto a Regra do Templo como a Regra do Hospital influenciaram as Regras de Ordens Militares posteriores, como é o caso dos Teutónicos. Em quase todas elas se nota, entretanto, que os textos primitivos foram sendo acrescentados e, em certa medida, viram aqui e ali o seu espírito ser alterado com a introdução de Estatutos, de “Retrais” (Estatutos Hierárquicos alusivos aos principais cargos dentro da Ordem) e de Definições que a prática diária e a experiência acumulada recomendavam que fossem acrescentados ao texto original, por vezes bastante simplista. Assim, os textos matriciais foram muitas vezes completados ou até, em alguns aspectos, reescritos no sentido de uma menor rigidez e de uma menos acentuada submissão às prescrições litúrgicas<sup>5</sup>.

Em todas as Regras de Ordens Militares é afirmada a necessidade do triplo voto (castidade, obediência e pobreza), mas também da solidariedade e da coesão internas, assim como a recusa de qualquer intromissão externa. Ao mesmo tempo, afirma-se um código de honra próprio e prescreve-se a

<sup>5</sup> TOOMASPOEG, Kristjan – Règle, in BÉRIOU, N. et JOSSERAND, Ph. – *Prier et Combattre...*, p. 774.

modéstia comportamental, sem exageros nem sequer de natureza religiosa. Pela leitura destes textos, percebe-se que a condição de vida dos freires das Ordens Religiosas Militares se situava a meio-caminho entre a dos monges e a dos cónegos regulares, defendendo-se a frugalidade na alimentação e no conforto individual e colectivo. Também as hierarquias militares são claramente definidas (em especial entre os Templários e os Hospitalários), assim como as subdivisões geográficas resultantes da disseminação das Ordens por vastos espaços territoriais. Nem sempre, porém, a eleição do Mestre e a admissão de novos freires se encontrava claramente regulamentada na versão original das Regras, motivo pelo qual os Estatutos de algumas delas preenchem essas lacunas. Em todas as Regras é dedicado muito espaço a matérias disciplinares, como faltas e penitências (castigos corporais, expulsões, etc.). No caso da Regra do Templo, a hierarquia e a disciplina interna ocupam mesmo um lugar de destaque (e não tanto a atenção aos pobres e aos doentes, como sucede na Regra dos Hospital). Os Templários eram também mais rigorosos na sua recusa de contacto dos freires com pessoas do sexo oposto, o que ajuda a explicar por que motivo o Templo não dispôs de um ramo feminino<sup>6</sup>.

É difícil dizer qual o papel que as Regras desempenhavam na vida quotidiana dos monges. Há quem defenda que esse papel era mais simbólico do que real, assumindo a Regra o valor de uma referência (quase sagrada). Algumas das suas normas seriam até impossíveis de aplicar rigorosamente: no Oriente, devido à ameaça constante da guerra (que se compadecia mal com jejuns e com outros rigores comportamentais); no Ocidente, em resultado de um por vezes reduzido número de freires<sup>7</sup>.

Como já explicámos, os Templários não estimularam uma ampla difusão da sua Regra. Preferiram promover a organização de extractos e de recolhas de artigos para os seus comendadores de modo a evitarem intromissões externas. A *Règle du Temple* (versão que utilizaremos neste trabalho<sup>8</sup>)

<sup>6</sup> Idem, *ibidem*, p. 774-775.

<sup>7</sup> Idem, *ibidem*, p. 775.

<sup>8</sup> Servir-nos-emos da edição da *Règle du Temple* publicada por Upton-Ward, que pelo seu lado utilizou a edição de Henri Cruzon, de 1886, baseada nos Mss. de Paris e de Roma, de finais do séc. XIII ou inícios de XIV (trata-se de manuscritos quase idênticos, devendo derivar de uma mesma fonte), e num Ms. de Dijon, de inícios do séc. XIII (o qual, todavia, só contém a Regra Primitiva e os Estatutos Hierárquicos). Cf. UPTON-WARD, J. M. –

encontra-se estruturada em sete secções (para além do já citado Prólogo de apelo à “milícia de Cristo” e alusivo ao Concílio de Troyes): i) a Regra Primitiva; ii) os Estatutos Hierárquicos (com destaque para os “Retrais”, ou seja, os Estatutos específicos dos vários oficiais da Ordem, provavelmente compilados na década de 1160, com base nos Capítulos Gerais dos anos precedentes); iii) as Penitências; iv) a Vida Conventual; v) a realização de Capítulos Ordinários; vi) os Detalhes Suplementares sobre Penitências; vii) e a Recepção [de novos membros] na Ordem. Frisamos que se trata de um texto não homogéneo, que foi sendo aperfeiçoado ao longo de mais de século e meio (entre o Concílio de Troyes e a detenção dos Templários) e que, por isso, incorpora numerosos acrescentos, executados sem uma revisão global do conjunto do texto, o que explica a presença de numerosas repetições. O estilo é bastante prático e vivido, não se tratando de um documento teórico ou abstracto. Com excepção da Regra Primitiva (redigida pelo escriba Jean Michel, segundo identificação do próprio por ordem do Concílio de Troyes e do “venerável irmão Bernardo, abade de Claraval”) não se conhece(m) o(s) autor(es) dos diversos textos e acrescentos. Mas é evidente a sua ligação orgânica à Ordem.

A Regra Primitiva da *Règle du Temple* não apresenta matéria com interesse do ponto de vista militar. Resulta das decisões do Concílio de Troyes, embora reflecta as práticas que vinham do tempo da fundação da Ordem, nove anos antes, na Terra Santa. Contém cerca de 30 cláusulas que são directamente importadas da Regra de S. Bento e inclui também uma decisão de Capítulo Geral da Ordem. Apresenta diversas citações bíblicas, no que contrasta com o resto do documento, bastante mais informal.

Os Estatutos Hierárquicos datam de c. 1165, sendo seguramente anteriores à queda de Jerusalém em finais de 1187 (o que levou ao desaparecimento do cargo de Comandante da Cidade Santa e também do precioso símbolo da Vera Cruz). Nesta secção abordam-se assuntos como: a hierarquia da Ordem; preceitos gerais da vida conventual, militar e religiosa; as armas e os equipamentos; os deveres e privilégios de todos os oficiais e irmãos; etc. Apresenta alguns ajustamentos em relação à Regra Primitiva.

---

*The Rule of the Templars....* Para o que se segue, veja-se a Introdução de Upton-Ward a este trabalho (p. 11-16).

Nos “retrais” de cada oficial, discrimina-se o número de cavalos, de serventes e de escudeiros de cada líder Templário e o respectivo equipamento. Também se explica como instalar um acampamento, como agir durante uma marcha ou como proceder durante uma carga a cavalo. Há ainda alguns artigos (deslocados) sobre refeições e sobre a morte do Mestre e a eleição do seu sucessor.

As Penitências compõem uma secção que deve ser coeva dos Estatutos Hierárquicos. Aqui se enunciam as várias penas possíveis e se explicitam os nove casos disciplinares que podem conduzir à expulsão, assim como as 31 faltas que podem levar à perda temporária do hábito. Evocam-se também as 10 sentenças possíveis de proferir (da expulsão à absolvição), tal como os deveres dos capelães e a forma como eles devem ser tratados.

Na secção sobre a Vida Conventual encontramos a regulação do dia-a-dia dos freires: as refeições; o levantar e deitar; a disciplina e obediência; as relações pessoais; os jejuns; o comportamento em campanha; etc. Poderá, ou não, tratar-se de normas anteriores aos Estatutos Hierárquicos.

Na quinta secção, sobre os Capítulos Ordinários, trata-se sobretudo dos procedimentos a adoptar durante estas reuniões e no que toca ao código penal da Ordem. Repete-se a lista das penitências e as razões que podem conduzir à expulsão (nelas se incluindo agora a sodomia). É enfatizada a importância de emitir sentenças adequadas e de, para tanto, escutar a opinião dos mais velhos. A revisão destes aspectos sugere uma data de redacção posterior, mas ainda pode ser anterior a 1187.

A penúltima secção compila alguns Detalhes Suplementares sobre Penitências e deve ter sido composta entre 1257 (data da invasão tártara, já mencionada) e 1268 (data da perda de Baghras, ainda não referida). Desenvolve e amplifica as regras incluídas nas secções anteriores: expulsões; casos de perda do hábito; tipos de sentença; etc.

Finalmente, a secção dedicada à Recepção de novos membros funciona como uma espécie de Apêndice sobre a admissão na Ordem: recepção, cerimónia, perguntas, promessas, etc. Só entrava na Ordem do Templo, como freire-cavaleiro, aquele que fosse filho legítimo de cavaleiro e que tivesse linhagem cavaleiresca. No momento da colocação do manto sobre os ombros, eram lidos ao novo freire alguns dos costumes da Ordem e o recruta era aconselhado a informar-se do resto junto dos outros irmãos.

Em síntese, a *Règle du Temple* apresenta-se como um conjunto de regulamentos que denunciam o intenso conhecimento da realidade templária e o forte profissionalismo militar de quem os redigiu<sup>9</sup>. Vale por isso a pena observá-la mais de perto, no que aos seus ensinamentos bélicos diz respeito.

## A Regra do Templo e a organização da guerra<sup>10</sup>

### 1. A Hierarquia Militar

1.1. O MESTRE. O Mestre tem o controlo geral da estratégia, embora careça do consentimento do Capítulo da Ordem para tomar as decisões mais relevantes<sup>11</sup>. Segundo os Estatutos Hierárquicos (§ 77-98, pp. 39-44), o Mestre tem direito a ter (para além de um capelão, de um clérigo com três cavalos, de um ferrador, de um escriba sarraceno para servir de intérprete e de um cozinheiro): quatro cavalos; um sargento com dois cavalos; um valete com um cavalo (e com escudo e lança, podendo o Mestre torná-lo cavaleiro ao fim de algum tempo); um turcópulo<sup>12</sup>; dois peões; e um cavalo “turcoman”<sup>13</sup> (guardado na caravana). Quando o Mestre cavalga de um lugar para outro, o *turcoman* deve ser conduzido por um escudeiro e guiado por um cavalo da caravana; e, na guerra, pode conservá-lo na ‘corda’ (i.é, juntamente

<sup>9</sup> BENNETT, Matthew – *La Règle du Temple as a Military Manual or How to Deliver a Cavalry Charge*, in UPTON-WARD, J. M. – *The Rule of the Templars. The French Text of the Rule of the Order of the Knights Templar...*, Appendix, p. 175.

<sup>10</sup> Todas as referências ao articulado da *Règle du Temple* remetem para a edição a cargo de UPTON-WARD, J. M. – *The Rule of the Templars. The French Text...*

<sup>11</sup> BENNETT, M. – *La Règle du Temple as a Military Manual...*, p. 178.

<sup>12</sup> *Turcople*: literalmente, “filho de turco”. Guilherme de Tiro chamou aos turcópulos “*equites levis armaturae*”, i.é, cavaleiros levemente equipados. Trata-se de gente que aparece no exército bizantino ao tempo de Aleixo I (1081-1118) como Turcos convertidos ao Cristianismo e conservando os seus modos de combate, mas que estiveram depois presentes em todos os Estados francos (sobretudo como arqueiros a cavalo, muito usados em guarnições de castelos ou em missões de policiamento e de reconhecimento ou ainda para transporte de mensagens). Parecem ter sido sempre recrutados entre os muçulmanos convertidos ao Cristianismo. Cf. RICHARD, Jean – *Turcoples*, in BÉRIOU, N. et JOSSERAND, Ph. – *Prier et combattre...*, p. 937.

<sup>13</sup> *Turcoman*: cavalo de elite, próprio para equitação ou passeio (UPTON-WARD, *The Rule of the Templars...*, n. 77.3, p. 39).

com os seus outros cavalos). O Mestre, quando se desloca, também pode ter quatro cavalos de carga e dois cavaleiros como fiéis companheiros. O Mestre não pode principiar uma guerra nem celebrar uma trégua sem o consentimento do convento. O Mestre também não pode pôr Comandantes (p. ex.: Senescal, Marechal, etc.) nas Casas do Templo nos diversos reinos sem a autorização do capítulo. Quando sai do reino de Jerusalém, o Mestre pode deixar o Comandante da Terra ou outro irmão em seu lugar; mas não deve enviar nenhum irmão para as terras de Antioquia ou de Tripoli em seu lugar, com poder sobre os Comandantes que aí estão, excepto para averiguar, para aconselhar ou para ver as guarnições dos castelos. O Mestre não pode admitir irmãos sem o consentimento do capítulo. Quando sucede, em tempo de guerra, que os irmãos estão em armas no campo, o Mestre pode tomar seis, oito ou até 10 freires cavaleiros para o acompanhar.

1.2. O SENESCAL. Posiciona-se abaixo do Mestre e assegura a administração das terras, das Casas, da comida e do trem de apoio. Compete-lhe segurar o “gonfanon baucon” – a bandeira que constitui o símbolo do Templo e seu estandarte em batalha. Trata-se de um oficial *senior*, que era por vezes eleito para Mestre<sup>14</sup>. Segundo os Estatutos Hierárquicos (§ 99-100, p. 44), o Senescal pode ter quatro cavalos, uma mula ou palafrém, dois escudeiros, um sargento com dois cavalos, um turcópolo com um cavalo, um escriba sarraceno com um cavalo, dois peões e um freire-cavaleiro como companheiro acompanhado de quatro cavalos e dois escudeiros. Leva o mesmo selo (*bolle*) que o Mestre e carrega a bandeira-malhada<sup>15</sup> e uma tenda redonda (tal como o Mestre). Quando o Mestre está ausente, o Senescal ocupa o seu lugar e comanda todo o equipamento das terras e das Casas, todas as Casas e toda a comida.

1.3. O MARECHAL. Este oficial tem funções relevantes ao nível da distribuição de todo o equipamento militar aos cavaleiros e também aos sargentos. Compete ao Marechal supervisionar a distribuição das montadas, bem como a respectiva substituição (por defeito ou por se terem perdido

<sup>14</sup> BENNETT, M. – *La Règle du Temple...*, p. 178-179.

<sup>15</sup> A bandeira dos Templários era um pendão de duas pontas dividido horizontalmente, com branco em cima e preto em baixo (UPTON-WARD, *The Rule of the Templars...*, n. 99.1, p. 44).

em batalha)<sup>16</sup>. Segundo os Estatutos Hierárquicos (§ 101-109, pp. 44-46), o Marechal pode ter quatro cavalos e dois escudeiros, uma mula ou um bom *turcoman*, um sargento com um cavalo e um turcópolo com um cavalo. Deve ter sob o seu comando todas as armas da Casa (compradas, oferecidas, doadas ou obtidas como despojo), com exceção das bèstas (que devem ser entregues ao Comandante da Terra) e das armas turcas (que os Comandantes compram para dar aos irmãos sargentos artesãos que estão sob o seu comando). O Marechal deve dar ordens e formar os irmãos onde quer que seja necessário. Pode comprar cavalos ou mulas de ambos os sexos. Quando ele está na terra de Tripoli ou de Antioquia, o Comandante pode, se quiser, dar-lhe o Marechalato dessa terra. O Marechal do convento pode indicar o Sub-Marechal e o Porta-Estandarte, sob conselho. Deve chamar os irmãos às armas e dar-lhes ordens onde quer que esteja o Mestre (ou alguém por ele).

1.4. O COMANDANTE DA TERRA DE JERUSALÉM E DO REINO DE JERUSALÉM. Cabe-lhe zelar pelos bens da Ordem. Supervisiona os cavalos, os rebanhos e os animais domésticos. Nas quintas, assegura os alimentos para os cavalos. Distribui os irmãos pelo Templo (em Jerusalém) e pelas Casas e castelos das zonas rurais, de forma a todos poderem ser bem sustentados em tempo de paz<sup>17</sup>. Segundo os Estatutos Hierárquicos (§ 110-119, pp. 47-49), o Comandante da Terra de Jerusalém e do Reino de Jerusalém deve ter quatro cavalos, palafrém em vez de mula, dois escudeiros, um sargento com dois cavalos, um turcópolo com um cavalo e dois peões. O Comandante da Terra é o Tesoureiro do convento. Todo o despojo, todos os animais com albardas, todos os escravos e todo o gado doméstico que as Casas do reino de Jerusalém obtêm através da guerra devem ficar sob a autoridade dele, excepto os cavalos de sela, as armas e o equipamento defensivo, os quais são entregues ao Marechal. Todos os barcos que pertencem à Casa de Acre estão sob a autoridade do Comandante da Terra e do Reino de Jerusalém.

1.5. O COMANDANTE DA CIDADE DE JERUSALÉM. É o guardião dos peregrinos que rumam a Jerusalém e, nesse sentido, encarna a função

<sup>16</sup> BENNETT, M. – *La Règle du Temple...*, p. 179.

<sup>17</sup> Idem, *ibidem*.

original dos cavaleiros do Templo<sup>18</sup>. Ele e o seu séquito pessoal têm funções relevantes de transporte de símbolos preciosos da Ordem e de organização e comando dos freires cavaleiros na ausência do Mestre. Segundo os Estatutos Hierárquicos (§ 120-124, pp. 49-50), deve ter quatro cavalos, um *turcoman* ou um bom rocim em vez de mula, dois escudeiros, um sargento com dois cavalos e um turcópolo com um cavalo. Deve ter 10 freires cavaleiros sob o seu comando para guiar e proteger os peregrinos que vêm para o rio Jordão. Enquanto a sua autoridade durar, deve transportar uma tenda redonda e a bandeira ou estandarte malhado. Quando a Vera Cruz<sup>19</sup> é transportada a cavalo, o Comandante de Jerusalém e os seus 10 cavaleiros devem guardá-la de dia e de noite, e devem acampar tão perto dela quanto possível (de noite, dois irmãos devem vigiá-la). De todo o despojo obtido através da guerra para além do rio Jordão (o qual pertence ao Comandante do Reino de Jerusalém), o Comandante da Cidade de Jerusalém deve ter metade; e de todo o despojo alcançado do lado de cá do rio não pode ter nada. Todos os cavaleiros seculares que estão em Jerusalém e que estão associados com a Casa devem ir e devem alojar-se junto dele e devem cavalgar debaixo da sua bandeira. Todos os irmãos a viver em Jerusalém, assim como todos os que vão e que vêm enquanto ele aí está e o Marechal está ausente, ficam sob o seu comando.

1.6. OS COMANDANTES DAS TERRAS DE TRIPOLI E DE ANTIOQUIA. Têm responsabilidades comparáveis e sobretudo ao nível do equipamento dos castelos sob o seu comando<sup>20</sup>. Segundo os Estatutos Hierárquicos (§ 125-128, pp. 50-51), devem ter quatro cavalos, palafrém em vez de mula, um sargento com dois cavalos, um turcópolo com um cavalo, um peão e um cavaleiro como companheiro. Todas as pessoas que vivem nas casas dos seus *baillies*<sup>21</sup> estão sob o seu comando, tanto em tempo de

<sup>18</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>19</sup> A parte [lenho] da Vera Cruz que a Ordem do Templo tinha em seu poder foi capturada pelos muçulmanos na batalha de Hattin, em 1187. Melville conta uma história segundo a qual um Templário escapou com ela e enterrou-a na areia, mas depois, quando voltou para a recuperar, já não conseguiu encontrá-la (UPTON-WARD, *The Rule of the Templars...*, n. 122.1, p. 49-50).

<sup>20</sup> BENNETT, M. – *La Règle du Temple...*, p. 180.

<sup>21</sup> *Baillie* (na Ordem do Templo): entidade territorial e jurisdicional intermédia entre a comenda e a província. Estrutura criada 'aos soluços', em função das necessidades.

guerra como em tempo de paz. Os Comandantes das Terras de Tripoli e de Antioquia devem abastecer os castelos dos seus *baillies* com couro, trigo, vinho, ferro, aço e com sargentos para guardar as portas.

1.7. OS IRMÃOS CAVALEIROS COMANDANTES DAS CASAS, E OS COMANDANTES DOS CAVALEIROS. Actuam como oficiais no campo de batalha, sendo-lhes também permitido transportar estandartes (quer como sinal de estatuto, quer como ponto de reagrupamento em batalha)<sup>22</sup>. Segundo os Estatutos Hierárquicos (§132, p. 52), os Irmão Cavaleiros, Comandantes das Casas, devem ter quatro cavalos e dois escudeiros. Quanto ao Comandante dos Cavaleiros (§ 137, p. 53), deve estar sob o comando do Comandante da Terra, tanto em tempo de guerra como de paz, na ausência do Marechal (salvo para autorizar os irmãos a que derramem sangue, corram com os cavalos a galope ou nadem).

1.8. OS FREIRES-CAVALEIROS E OS IRMÃOS SARGENTOS DO CONVENTO. Segundo os Estatutos Hierárquicos (§138-144, pp. 53-55), cada freire-cavaleiro do convento deve ter três cavalos e um escudeiro; mas o Mestre poderá conceder-lhe mais um cavalo e um escudeiro. Devem ter as seguintes armas: um *hauberk*<sup>23</sup>; meia-calça de malha metálica; um elmo ou um chapéu-de-ferro; uma espada; um escudo; uma lança; uma maça turca; uma sobrecota; um gibão; sapatos de malha; e três facas: um punhal, uma faca de pão e uma faca de bolso. Os irmãos sargentos podem ter tudo aquilo que os freires-cavaleiros têm, excepto o equipamento para os cavalos, a tenda e o caldeirão; e podem ter uma cota de malha sem mangas, meia-calça sem pé e um chapéu-de-ferro. Há cinco irmãos sargentos que devem ter dois cavalos e um escudeiro cada um: o Sub-Marechal, o Porta-Estandarte, o Cozinheiro do convento, o Ferrador do convento e o Comandante do estaleiro de Acre<sup>24</sup>; os restantes só podem ter um cavalo (o outro fica ao critério do Mestre). Nenhum irmão pode nadar, derramar

Cf. DEMURGER, Alain – Baillie, in BÉRIOU, N. et JOSSERAND, Ph. – *Prier et combattre...*, p. 138.

<sup>22</sup> BENNETT, M. – *La Règle du Temple...*, p. 180.

<sup>23</sup> *Hauberk*: cota de malha, com coifa a envolver a cabeça e deixando apenas o rosto a descoberto (UPTON-WARD, *The Rule of the Templars...*, n. 138.1, p. 53). Cf. também *infra*: nota 28.

<sup>24</sup> O Comandante do estaleiro de Acre funcionava como Almirante da frota dos Templários (UPTON-WARD, *The Rule of the Templars...*, n. 143.1, p. 54).

sangue, tomar medicamentos, ir à cidade ou cavalgar um cavalo a galope sem autorização.

1.9. O “TURCOPOLIER”. É sob o seu comando que se encontram o turcópulos do convento central. Foi, desde o início, um cristão latino, durante muito tempo subordinado ao Marechal. Em situação de guerra, comanda também os sargentos de armas<sup>25</sup>. Segundo os Estatutos Hierárquicos (§ 169-172, p. 61), o *Turcopolier* deve ter quatro cavalos, e *turcoman* em vez de mula. Se soar o alarme no alojamento ou no acampamento, não deve sair sem autorização: o Marechal indicar-lhe-á o que deverá fazer. E se tiver de ir a algum lado, deve enviar um ou dois turcópulos para a área onde foi o alarme para ver de que se trata, posto que informará o Marechal. Quando o *Turcopolier* vai com os batedores e lhe são dados cinco, ou seis, ou oito cavaleiros, ou mesmo 10, estes ficam sob o seu comando. E se forem 10 e houver aí um Comandante dos Cavaleiros com uma bandeira malhada, o *Turcopolier* fica sob o comando deste. Todos os irmãos sargentos, quando em armas, ficam sob o comando do *Turcopolier* (mas em tempo de paz isso não sucede). Os turcópulos estão sempre sob o seu comando, em tempo de guerra ou de paz. O Sub-Marechal e o Porta-Estandarte, entre outros, não ficam debaixo do comando do *Turcopolier* caso não estejam integrados no esquadrão deste.

1.10. O SUB-MARECHAL. Responsável pelo equipamento menor. Subordinado ao Marechal em matéria de equipamento dos freires, comandava todos os irmãos que serviam no Marechalato<sup>26</sup>. Segundo os Estatutos Hierárquicos (§ 173-175, pp. 61-62), deve ter dois cavalos. Deve dar aos irmãos as peças pequenas do equipamento e tê-las carregadas e reparadas, e poderá distribuir selas velhas, mantas de viagem, lanças, espadas, chapéus-de-ferro, armas turcas velhas e bèstas (coisas que pertencem ao Marechalato), chumaços de sela, etc. Os artesãos do Marechalato estão sob o seu comando.

<sup>25</sup> O cargo de “Turcopolier” (ou “Turcoplier”) existia já nos finais do séc. XII, mas só no séc. XIII o podemos apreender com segurança. Os primeiros “Turcopoliers” conhecidos são o Hospitalário Pierre de Sardines (1248) e o Templário Hervis de Lyon (1262). A consideração social por estes oficiais aumentou ao longo do séc. XIII: Thibaut Gaudin, futuro Mestre do Templo, era “Turcopolier” em 1277. Cf. BURGTORF, Jochen – Turcoplier, in BÉRIOU, N. et JOSSERAND, Ph. – *Prier et combattre...*, p. 938.

<sup>26</sup> BENNETT, M. – *La Règle du Temple...*, p. 180.

Quando o Marechal está ausente, o Porta-Estandarte fica também sob o seu comando.

1.11. O PORTA-ESTANDARTE. Segundo os Estatutos Hierárquicos (§ 177-179, pp. 62-63), deve ter dois cavalos. Todos os escudeiros da Casa estão sob o seu comando, qualquer que seja o lugar. Quando o convento está em marcha, o Porta-Estandarte (ou *Gonfanonier*) deve ir em frente da bandeira e deve encabeçar a coluna. Em tempo de guerra, quando os irmãos avançam em esquadrões, um turcópulo deve conduzir a bandeira e o Porta-Estandarte deve dispor os escudeiros num esquadrão.

1.12. OS IRMÃOS SARGENTOS, COMANDANTES DAS CASAS. Segundo os Estatutos Hierárquicos (§ 180, p. 63), devem ter um cavalo, um escudeiro (recrutado entre os seus sargentos) e um segundo escudeiro (caso o Porta-Estandarte concorde em atribuir-lho).

1.13. OS CASTELÃES DOS CASTELOS. Segundo os Detalhes Suplementares sobre Penitências (§ 633, p. 162) os castelães [i.é, os alcaides] dos castelos estão sob as ordens do Comandantes dos Cavaleiros em batalha (onde este transporta uma bandeira); mas dentro dos castelos já não é assim.

## 2. O acampamento militar

2.1. A MONTAGEM DO ACAMPAMENTO. Quando o Porta-Estandarte estabelece o acampamento, os irmãos devem montar as suas tendas à volta da capela e do lado de fora das cordas, cada qual chegando no seio da sua unidade. Nenhum irmão deve ocupar um lugar antes de ter sido lançado o grito “Acampem, senhores irmãos, em nome do Senhor!” e antes de o Marechal ter ocupado a sua posição (§ 148, Estatutos Hierárquicos, “Como os Irmãos devem Instalar um Acampamento”, p. 56). Quando querem instalar o acampamento, os irmãos não podem erguer três tendas ou mais sem autorização, mas podem erguer duas (§ 366, Vida Conventual, p. 101).

2.2. A BUSCA DE FORRAGENS E A GUARDA DE POSIÇÕES. Nenhum irmão pode mandar gente às forragens ou à lenha sem autorização, até o respectivo comando para tal ter sido dado (a menos que vá fazê-lo tão perto que possa ouvir o alarme). Não deve mandar buscar a sela do cavalo sem permissão. Um irmão com dois escudeiros não deve enviar mais do

que um deles; nem deve ir passear fora do acampamento, a menos que ouça o alarme ou a sineta. E os irmãos que estão a viver nas Casas em tempo de guerra não devem cavalgar no exterior, salvo se ouvirem o alarme onde estiverem. Nem em tempo de guerra nem de paz pode um irmão cavalgar uma légua sem autorização, nem sem botas, nem durante o dia no intervalo de duas refeições (§ 149, Estatutos Hierárquicos, “Como os Irmãos devem Instalar um Acampamento”, p. 56). Quando estão no acampamento, os irmãos não devem sair por prazer sem autorização, salvo se estiverem num sítio em que possam ouvir a sineta (§ 376, Vida Conventual, p. 103).

2.3. AS RAÇÕES. As rações no acampamento são estabelecidas conforme a categoria dos homens: freires > turcópulos > sargentos (§ 153, Estatutos Hierárquicos, “Como os Irmãos devem Instalar um Acampamento”, p. 57).

2.4. A REACÇÃO AO ALARME. Se o alarme soar no acampamento, aqueles que estão perto do grito [lançado pelo “crier”: cf. § 149] devem abandonar essa zona com os seus escudos e lanças; e os outros irmãos devem ir para a capela para escutar as ordens. E se o alarme for dado fora do acampamento, não devem sair sem autorização, nem mesmo se se tratar de um leão ou de uma besta selvagem (§ 155, Estatutos Hierárquicos, *ibid*, p. 57)<sup>27</sup>.

2.5. O ABASTECIMENTO. Quando estão no acampamento, os irmãos devem ter um comandante responsável pelo abastecimento (§ 366, Vida Conventual, p. 101).

2.6. LEVANTAR O ACAMPAMENTO. Quando chega o momento de levantar o acampamento, e se parecer bem ao Mestre e aos outros homens de valor que os seus homens dispersem, o Comandante da Terra deve indicar ao Marechal quantos homens devem ser colocados em cada uma das Casas (§ 381, *ibid*, p. 104). E o Marechal ou aquele que organiza isto deve dar a cada Casa um Comandante dos cavaleiros (§ 382, *ibid*, p. 104).

<sup>27</sup> O assunto volta a ser considerado no § 380 (Vida Conventual, p. 104), com algumas nuances: se o alarme for lançado fora do acampamento, devem sair sem autorização em direcção ao grito, qualquer que seja a razão pela qual tenha sido lançado.

### 3. A marcha: a partida, a coluna, as restrições de movimentos

3.1. A SAÍDA DO CONVENTO. Quando o convento quer sair a cavalo, os irmãos não devem selar, nem carregar a bagagem, nem montar, nem deixar os seus lugares, a menos que o Marechal mande dar sinal para isso ou o ordene (§ 156, Estatutos Hierárquicos, “Como os Irmãos formam a Linha de Marcha”, p. 58).

3.2. A PARTIDA DO ACAMPAMENTO. Quando o Marechal tiver dado ordem para montar, os irmãos devem verificar se não estão a deixar nada esquecido no local do acampamento e, então, devem montar e seguir tranquilamente com a sua unidade, a passo ou a passo lento, com os escudeiros atrás deles, e devem posicionar-se na coluna de marcha se encontrarem um espaço para si e para os seus equipamentos. Quando se tiverem integrado na coluna de marcha, cada irmão deve dar ao seu escudeiro e ao respectivo equipamento um lugar à frente dele. E, se for de noite, devem manter o silêncio. O irmão que se tiver já integrado na coluna de marcha pode ceder o lugar à sua frente a um outro irmão que ainda o não tenha feito, mas ninguém pode ceder o lugar atrás de si (§ 157, Estatutos Hierárquicos, *ibid*, p. 58).

3.3. CONTACTOS E MOVIMENTAÇÕES NA COLUNA DURANTE A MARCHA. Se dois irmãos desejarem conversar um com o outro, o da frente é que deve procurar o de trás. E se algum irmão cavalgar fora da linha de marcha por motivos próprios, deve ir e regressar a favor do vento, para que o pó não fustigue a coluna de marcha. Se acontecer alguma coisa que faça com que um irmão não consiga ou não saiba como juntar-se à sua unidade, um dos irmãos deverá facultar-lhe um lugar à sua frente até ser de dia. Isto também se aplica aos escudeiros. E nenhum irmão deve cavalgar fora da coluna de marcha, seja por prazer seja para conversar, antes devem seguir atrás do seu equipamento, cada qual próximo da sua unidade e em silêncio (§ 158, Estatutos Hierárquicos, *ibid*, p. 58).

3.4. AFASTAMENTO DA COLUNA E REACÇÃO AO ALARME. Nenhum irmão deve abandonar a sua unidade para dar de beber aos seus cavalos ou por outro motivo, sem autorização. Se o alarme soar na coluna de marcha, os irmãos que estão juntos do grito podem montar nos seus cavalos e tomar os seus escudos e lanças, e devem manter-se calmos e esperar as ordens

do Marechal; os outros devem encaminhar-se na direcção do Marechal para ouvir as suas ordens (§ 159, Estatutos Hierárquicos, *ibid*, pp. 58-59).

3.5. REAGIR AOS IMPREVISTOS. Quando há guerra e os irmãos estão alojados numa estalagem ou instalados num acampamento, e o alarme for lançado, não devem partir sem autorização até que saia a bandeira; quando isso acontecer, devem seguir de imediato a bandeira e não devem armar nem desarmar sem permissão. Se estiverem deitados numa emboscada ou guardando uma pastagem, ou nalgum lado a fazer reconhecimento, ou deslocando-se de um lado para outro, não devem ir buscar as rédeas ou a sela ou alimentar os seus cavalos sem autorização (§ 160, Estatutos Hierárquicos, *ibid*, p. 59).

3.6. ORGANIZAÇÃO DA COLUNA DE MARCHA. Quando o convento está em marcha, o Porta-Estandarte deve ir em frente da bandeira e deve ter um escudeiro ou guarda para a transportar, e deve encabeçar a coluna de marcha da maneira que o Marechal ordenar (§ 179, Estatutos Hierárquicos, “*Retrais do Porta-Estandarte*”, p. 63).

#### 4. Os “esquadrões” – organização interna e principais regras

4.1. O GRITO DE GUERRA. Quando é lançado o grito de guerra, os Comandantes das Casas devem reunir os seus cavalos e quando estes estiverem reunidos devem todos juntar-se ao esquadrão do Marechal, posto o que não devem abandoná-lo sem autorização. E todos os irmãos sargentos devem ir para junto do *Turcopolier* e não devem daí sair sem permissão. E todos os irmãos cavaleiros, todos os irmãos sargentos e os homens de armas ficam sob o comando do Marechal enquanto estiverem em armas (§ 103, Estatutos Hierárquicos, “*Retrais do Marechal*”, p. 45).

4.2. ORGANIZAÇÃO DO ESQUADRÃO. Quando está integrado num esquadrão, nenhum irmão deve ir de um esquadrão a outro, nem montar o seu cavalo nem tomar o seu escudo ou lança sem autorização; e quando está armado e segue num esquadrão, deve colocar os seus escudeiros com lanças em frente dele, e os escudeiros com cavalos atrás dele, da maneira que o Marechal ou aquele que está em seu lugar ordenar. Nenhum irmão deve virar a cabeça do seu cavalo para trás para lutar ou para gritar, ou por qualquer

outra razão, enquanto estiver integrado num esquadrão (§ 161, Estatutos Hierárquicos, “Como os Irmãos devem seguir num Esquadrão”, p. 59).

4.3. ABANDONO DO ESQUADRÃO. Se algum irmão desejar testar o seu cavalo para saber o que é preciso ser feito ou para ver se há alguma coisa para ajustar na sela ou no pano, pode montar e sair por um breve espaço de tempo sem autorização e deve depois regressar rapidamente e em silêncio ao seu esquadrão. Se desejar tomar o seu escudo e lança, deve ter permissão para tal; e quem quer que deseje proteger a sua cabeça com a sua coifa de malha<sup>28</sup> pode fazê-lo sem autorização; mas não a pode retirar. Nenhum irmão pode carregar ou abandonar as fileiras sem permissão (§ 162, Estatutos Hierárquicos, *ibid*, p. 59). E se por acaso acontecer que algum cristão tem um comportamento tolo e algum Turco o ataca para o matar e ele se acha em perigo de morte, e algum irmão que está nessa zona desejar abandonar o seu esquadrão para o socorrer e a sua consciência lhe disser que o pode ajudar, poderá fazê-lo sem autorização, regressando depois tranquilamente e em silêncio. Se ele carregar ou abandonar o esquadrão será feita justiça tão severa quanto mandá-lo regressar a pé ao acampamento<sup>29</sup> ou tomar-lhe tudo, excepto o seu hábito (§ 163, Estatutos Hierárquicos, *ibid*, p. 59).

4.4. ACÇÃO DO *TURCOPOLIER* E DO PORTA-ESTANDARTE. Quando os esquadrões do convento são formados em linha, o *Turcopolier* deve manter os seus homens no esquadrão e ser como os outros, e deve comportar-se como se carregasse a bandeira. Nem deve carregar ou atacar, a menos que o Mestre ou o Marechal assim lho ordenem (§ 170, Estatutos Hierárquicos, “Retrais do *Turcopolier*”, p. 61). E em tempo de guerra, quando os irmãos avançam em esquadrões, um turcópolo deve conduzir a bandeira e o Porta-Estandarte deve dispor os escudeiros num esquadrão (§ 179, Estatutos Hierárquicos, “Retrais do Porta-Estandarte, p. 63).

<sup>28</sup> Inicialmente, a coifa era parte integrante do *hauberk*, mas no séc. XIII tornou-se num capuz de malha separado (UPTON-WARD – *The Rule of the Templars...*, n. 162.1, p. 59). Cf. também *supra*: nota 23.

<sup>29</sup> Uma desgraça especial para um cavaleiro, que se definia a si próprio como um guerreiro montado (UPTON-WARD – *The Rule of the Templars...*, n. 163.1, p. 59).

## 5. A carga de cavalaria

5.1. O PROCEDIMENTO BASE. Quando o Marechal desejar tomar do Sub-Marechal a bandeira, o Sub-Marechal deve juntar-se ao *Turcopolier* (caso o Marechal o não retenha). E então o Marechal deve designar entre cinco e 10 irmãos cavaleiros para o guardar a ele e à sua bandeira; e estes irmãos devem submergir os seus inimigos, todos à volta da bandeira, com toda a sua destreza, e não devem abandonar ou ir embora, antes devem ficar tão perto da bandeira quanto lhes for possível para que, se necessário, a possam socorrer. E os outros irmãos podem atacar à frente e atrás, para a esquerda e para a direita, e onde quer que entendam que podem atormentar os inimigos de maneira a que, se a bandeira precisar deles, a possam ajudar, e a bandeira a eles, se for caso disso (§ 164, Estatutos Hierárquicos, “Como os Irmãos devem seguir num Esquadrão”, pp. 59-60).

5.2. O USO DA BANDEIRA. O Marechal deve ordenar ao Comandante dos Cavaleiros (o qual deve ser um dos 10 cavaleiros referidos atrás) que transporte uma bandeira enrolada à volta da sua lança. E este irmão não deve abandonar o Marechal, antes deve manter-se tão perto dele quanto possível, de tal modo que, se a bandeira do Marechal tombar, ou se rasgar, ou lhe acontecer alguma desgraça, ele possa desfraldar a sua; ou se não, ele deve actuar de tal modo que os irmãos possam reunir-se em volta da sua bandeira caso seja necessário. Se o Marechal for ferido tão gravemente ou estiver tão magoado que não possa conduzir o ataque, aquele que transporta a bandeira enrolada deverá liderar o ataque. E aqueles que tiverem sido destacados para guardar a bandeira deverão ir com ele; nem o Marechal, nem aquele que carrega a bandeira enrolada na batalha deve carregar com ela, ou deve baixá-la para carregar, qualquer que seja a razão (§ 165, Estatutos Hierárquicos, *ibid*, p. 60).

5.3. LIDERANÇA E ABANDONO DO ESQUADRÃO. Aqueles que lideram um esquadrão de cavaleiros não devem carregar ou abandonar o esquadrão, a menos que o façam com permissão ou consentimento do Mestre ou de quem o substituir. Cada comandante de esquadrão pode ter uma bandeira enrolada e pode comandar até 10 cavaleiros, para o guardarem a si e à bandeira. Tudo o foi dito atrás para o Marechal é válido para os comandantes que lideram os esquadrões (§ 166, Estatutos Hierárquicos, *ibid*, p. 60).

5.4. REAGRUPAMENTO. Se algum irmão não conseguir avançar em direção à sua bandeira porque se adiantou excessivamente com receio dos muçulmanos que estão entre ele e a bandeira, ou porque não sabe o que aconteceu com ela, deverá juntar-se à primeira bandeira cristã que encontrar. E se achar a bandeira do Hospital, deverá permanecer junto dela e informar o líder do esquadrão ou outra pessoa de que não pode reunir-se à sua bandeira, e deve permanecer tranquilo e silencioso até se poder juntar a ela. Tão-pouco deve abandonar o seu esquadrão devido a ferimentos ou a cortes, sem permissão; e se estiver tão gravemente ferido que não possa requerer autorização, deve enviar um irmão para esse efeito (§ 167, Estatutos Hierárquicos, *ibid*, p. 60).

5.5. DERROTA E ABANDONO DO CAMPO DE BATALHA. Se acontecer que os cristãos são derrotados, nenhum irmão deve abandonar o campo de batalha para regressar à guarnição enquanto ainda houver alguma bandeira malhada ao alto; se partir, será expulso para sempre da sua Casa. Se ele verificar que já não há recurso, deve juntar-se à bandeira do Hospital mais próxima, ou a alguma outra bandeira cristã, se as houver, e quando esta(s) bandeira(s) forem derrotada(s), então sim, o irmão poderá seguir rumo à guarnição a que Deus o conduzir (§ 168, Estatutos Hierárquicos, *ibid*, p. 60)<sup>30</sup>.

5.6. O PAPEL DESTINADO AOS IRMÃOS SARGENTOS. Quando em armas, ficam sob o comando do *Turcopolier*. Os irmãos sargentos que estão equipados com malha metálica devem actuar em combate tal como os freires cavaleiros. Os restantes sargentos (não tão bem equipados) se tiverem um bom desempenho receberão graças de Deus e dos irmãos; e se virem que não podem resistir ou que estão feridos, podem ir para trás sem autorização e sem perigo para a Casa. Se houver irmãos destacados para comandar os sargentos em armas, estes não devem partir para a carga (ou por qualquer outro motivo) sem autorização. Mas se o Marechal ou os irmãos carregarem, devem conduzir os sargentos alinhados em fileiras cerradas atrás deles, com toda a sua destreza, de tal maneira que, se os irmãos necessitarem deles,

---

<sup>30</sup> Repete a ideia no § 421 (“A Realização de Capítulos Ordinários”), acrescentando que “é bom que os nossos irmãos permaneçam todos juntos, caso possam, seja com bandeira, seja sem ela” (p. 113).

os sargentos possam vir em seu auxílio (§ 172, Estatutos Hierárquicos, “*Retrais do Turcopolier*”, p. 61).

5.7. A ACÇÃO DO PORTA-ESTANDARTE. O Porta-Estandarte deve dispor os escudeiros num esquadrão. Se o Marechal e os irmãos carregarem, os escudeiros que conduzem os *destriers*<sup>31</sup> devem carregar atrás dos seus senhores, e os outros devem tomar as mulas que os senhores conduziam e permanecer junto do Porta-Estandarte. Este deve ter uma bandeira enrolada à volta da sua lança e, quando o Marechal carregar, deve ter os escudeiros formados em esquadrões e deve desfraldar a sua bandeira; e deve ir atrás daqueles que atacam, tão bem, tão depressa e de maneira tão organizada quanto puder, a passo ou a passo lento, ou da forma que lhe parecer melhor (§ 179, Estatutos Hierárquicos, “*Retrais do Porta-Estandarte*”, p. 63).

## 6. As características do equipamento militar

6.1. OURO E PRATA. É proibido usar ouro ou prata nas rédeas, nos estribos ou nas esporas. Só mesmo se receberem de alguém um arnês a título de caridade, o qual seja tão velho que já mal se note o ouro ou a prata (§ 52, Regra Primitiva, p. 32)<sup>32</sup>.

6.2. COBERTURAS DE ARMAS. Ninguém deve ter uma cobertura para o seu escudo ou para a sua lança, pois isso até pode ser prejudicial (§ 53, *ibid*, p. 32)<sup>33</sup>.

6.3. CORREIAS. Ninguém deve encurtar as correias de couro dos seus estribos, nem a sua cilha, nem o cinto da sua espada, embora possa ajustar a fivela sem autorização (§ 144, Estatutos Hierárquicos, “*Retrais dos irmãos cavaleiros e dos irmãos sargentos*”, p. 55)<sup>34</sup>.

<sup>31</sup> *Destriers*: cavalos de guerra que eram levados pelos escudeiros e montados pelos cavaleiros apenas quando a batalha começava (UPTON-WARD, *The Rule of the Templars...*, n. 179.1, p. 63).

<sup>32</sup> Era habitual os cavaleiros decorarem as suas rédeas com pequenas placas de metal (*Idem, ibid*, n. 52.1, p. 32).

<sup>33</sup> Mas aos Cavaleiros Teutónicos era ordenado que conservassem as pontas das suas lanças cobertas, de maneira a preservá-las polidas e afiadas (UPTON-WARD, *The Rule of the Templars...*, n. 53.1, p. 32).

<sup>34</sup> Segundo UPTON-WARD (*ibid*, n. 144.1, p. 55), encurtar os estribos implicava combater com a espada, mais do que com a lança, i.é. em corpo-a-corpo, pois o cavaleiro

6.4. GANTELETES. Cada irmão deve vestir ganteletes [defesas de braço] quando tiver vestido o seu gibão de maneira a equipar-se com armas [para o combate]; de outro modo, não deve vesti-los sem autorização (§ 325, Vida Conventual, p. 92).

## 7. Manutenção de cavalos e equipamento; alienações

7.1. OBTENÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E PERDA DE CAVALOS. Os cavaleiros seculares que desejarem servir a Casa do Templo por um período determinado devem adquirir um cavalo conveniente e armas. Devem pôr um preço no cavalo, por escrito; e devem deixar que tudo aquilo de que o cavaleiro, o seu escudeiro e o cavalo necessitam seja dado por caridade fraternal, de acordo com os meios da Casa. Se o cavalo morrer ao serviço da Casa, o Mestre substitui-lo-á, caso possa. Se, no final do seu tempo de serviço, o cavaleiro quiser regressar ao seu país, deve deixar na Casa metade do preço do cavalo e a outra metade pode recebê-la a partir das esmolas da Casa (§ 66, Regra Primitiva, p. 35). Quando chegam cavalos de além-mar [i.é. do Ocidente] devem ser colocados na caravana do Marechal, mas o Mestre pode tomar algum se quiser (e pode dá-lo a gente amiga da Casa). Se oferecerem algum cavalo ao Mestre, este poderá dá-lo a um irmão à sua escolha. E o Mestre pode tomar qualquer cavalo que queira a qualquer um dos irmãos (§ 84, Estatutos Hierárquicos, “Retrais do Mestre”, p. 40). O Senescal pode dar a um amigo de confiança um palafrém, uma mula de qualquer sexo ou um cavalo de sela, entre outras prendas, mas sob conselho dos irmãos (§ 100, Estatutos Hierárquicos, “Retrais do Senescal”, p. 44). Se um irmão emprestar o seu cavalo a outro irmão em algum lugar onde ele não possa ir sem autorização, e o cavalo se perder, ou morrer, ou for ferido, o hábito desse irmão ficará à consideração do colectivo (§ 251, Penitências, “Penitências que levam à perda do hábito”, p. 77; repetido no § 600, Detalhes Suplementares sobre Penitências, p. 155). Se um irmão matar ou ferir um cavalo, ou o perder por culpa sua, o seu hábito ficará igualmente nas mãos

---

podia então erguer-se nos estribos para desferir um golpe; apertar a cilha implicava prontidão para actuar.

dos irmãos do convento (§ 251, Penitências, “Penitências que levam à perda do hábito”, p. 77). Se um irmão estiver fornecido com os cavalos de um outro irmão e este encontrar os seus cavalos numa batalha poderá tomá-los como seus (§ 630, Detalhes Suplementares sobre Penitências, p. 162).

7.2. ALIENAÇÃO DE ARMAS. Todas as armas podem ser dadas, excepto espadas, lanças e cotas de malha: estas não podem ser alienadas (§ 82, Estatutos Hierárquicos, “Retrais do Mestre”, p. 40).

7.3. MANUTENÇÃO DE CAVALOS E ARMAS. Quando os irmãos acabarem de rezar as Matinas, cada qual deve ir ver o seu equipamento e os seus cavalos, caso possam fazê-lo; e se houver alguma coisa para corrigir, devem fazê-lo (§ 283, Vida Conventual, p. 82). Quando tiverem sido cantadas as Completas, cada irmão deve ir ver o seu cavalo e equipamento (§ 305, *ibid*, p. 87). Cada irmão deve cuidar zelosamente do seu equipamento e cavalos. Nenhum irmão deve fazer correr o seu cavalo se este não estiver descansado, nem galopar sem autorização (§ 315, *ibid*, p. 89). Nenhum irmão deve carregar o seu *hauberk* ou a sua meia-calça de malha metálica numa mala [normal], mas sim numa mala de couro ou de corda entrelaçada. (§ 322, *ibid*, p. 91). Nenhum irmão pode arremessar a sua lança sem autorização, nem pode reparar a sua espada sem permissão, nem o seu chapéu-de-ferro ou a cota de malha, nem atirar o seu chapéu-de-ferro (§ 324, *ibid*, p. 91). Nenhum irmão, seja no acampamento ou fora dele, pode emprestar sem autorização o seu cavalo a outro irmão ou a alguém para este sair para longe por prazer. Nenhum irmão deve deixar os seus cavalos agrilhoados ou açaimados em qualquer lugar durante a noite sem autorização (§ 377, *ibid*, p. 103). Quando os irmãos têm autorização para cuidar dos seus cavalos e animais durante a noite, nenhum deve deixar posta a coberta no seu cavalo, a menos que a autorização o tenha mencionado (§ 378, *ibid*, p. 103). As coisas que um irmão não deve levar consigo, quando sai da casa: ouro, prata ou armas – chapéu-de-ferro, sobrecota, gibão, *hauberk*, cota de malha sem mangas, espada, lança, escudo, maça turca, punhal de armas, meia-calça de malha, armas turcas e, em síntese, tudo aquilo que está incluído nestas palavras: ‘nada que pertença às armas’ (§ 427, A Realização de Capítulos Ordinários, p. 114). O irmão que estiver a cumprir penitência não deverá cuidar do seu equipamento; e o irmão a quem ele o confiou deve cuidar dele como se fosse seu (§ 510, *ibid*, pp. 133-134).

## 8. O Treino Militar<sup>35</sup>

8.1. A CAÇA. É proibido caçar um pássaro com outro pássaro [falcoaria], pois um homem de religião não deve sucumbir aos prazeres (§ 55, Regra Primitiva, p. 32). Recomenda-se aos freires que não vão para as florestas caçar animais com arco ou com besta; nem devem ir atrás de cães, nem esporear um cavalo com desejo de capturar uma besta selvagem (§ 55, *ibid*, pp. 32-33). Todavia, a proibição de caçar não inclui o leão (§ 56, *ibid*, p. 33). Se um irmão caçar e daí resultar dano, o seu hábito ficará à consideração dos outros (§ 256, Penitências, “Penitências que levam à perda do hábito”, p. 77; repetido no § 601, Detalhes Suplementares sobre Penitências, p. 155).

8.2. EXERCÍCIOS, RISCOS E CASTIGOS. Ninguém deve dar autorização para derramar sangue, nem para correr cavalos, nem para nadar ou para justar no lugar onde está o Mestre, a não ser o próprio Mestre (§ 95, Estatutos Hierárquicos, “*Retrais* do Mestre, p. 43). Se um irmão testar as suas armas e equipamento e daí resultar dano, o hábito fica à consideração do colectivo (§ 257, Penitências, “Penitências que levam à perda do hábito”, p. 77; repete no § 601, Detalhes Suplementares sobre Penitências, p. 155). Se um irmão não transporta uma besta e deseja cavalgar um cavalo na ‘pista’, pode correr o seu cavalo durante uma, duas ou três pistas sem permissão. Nenhum irmão deve correr impetuosamente o seu cavalo contra outra pessoa durante mais do que meia-pista sem autorização. Nenhum irmão deve correr o seu cavalo durante uma pista completa, nem carregar armas em meia-calça de malha sem permissão; mas poderá fazê-lo durante meia-pista. Quando os irmãos saem com intenção de correr uma pista, devem calçar as suas botas. Quando os irmãos justam, não devem arremessar lanças, pois isso é proibido por causa das feridas que daí podem resultar (§ 315, Vida Conventual, p. 89).

8.3. APOSTAS E JOGOS. Ninguém deve fazer apostas, nem num cavalo nem em nenhuma outra coisa, excepto uma flecha sem ferro, ou algo que não lhe custe a si (ou a outro) dinheiro (p. ex: uma lanterna de campo; um malho de madeira; estacas de tendas). E cada irmão pode apostar contra

<sup>35</sup> Os Templários não tinham propriamente um programa de treino, pois partia-se do princípio de que os freires já tinham alguma perícia na arte da guerra no momento em que entravam para a Ordem (UPTON-WARD, *The Rule of the Templars...*, n. 14.2, p. 23).

outro irmão, com a sua bèsta, 10 velas sem autorização, mas não mais; e pode apostar a corda falsa da sua bèsta pelas velas; mas sob pretexto algum deve deixar a corda [montada] durante a noite sem autorização. E o irmão não pode nem deve colocar outra aposta na tensão de uma besta. Nenhum irmão deve jogar a não ser “marelles”<sup>36</sup>, por prazer e sem apostas; nenhum deve jogar xadrez, gamão ou “eschaçons” (§ 317, Vida Conventual, pp. 89-90).

## 9. Principais punições por desobediência militar

9.1. FUGA E ABANDONO DA BANDEIRA. Se um irmão abandonar a sua bandeira e fugir com medo dos Sarracenos, será expulso da casa (§ 232, Penitências, “Penitências que originam expulsão da Casa”, p. 74; repete no § 419, A realização de Capítulos Ordinários, p. 419, onde explicita que isto inclui não só os irmãos cavaleiros mas também os irmãos sargentos quando armados com espadas; o § 420, p. 113, acrescenta que se suceder que o irmão cavaleiro e o irmão sargento estiverem ambos sem espadas devem permanecer assim junto à bandeira, todos juntos, pois nenhum deles deverá abandonar a posição enquanto houver uma bandeira malhada no ar).

9.2. ABAIXAR A BANDEIRA. Se um irmão do Templo que carrega a bandeira na batalha a baixar para golpear, sem que daí resulte dano, o hábito dele fica ao arbítrio dos monges; mas se daí resultar dano colectivo, pode não conservar o hábito e pode ser decidido pô-lo a ferros; pode nunca mais transportar a bandeira ou ser comandante em batalha (§ 241, Penitências, “Penitências que levam à perda do hábito”, p. 75; repete no § 611, Detalhes Suplementares sobre Penitências, p. 157, onde se explicita o sentido da punição: “É que se a bandeira é rebaixada, aqueles que estão longe não sabem porque razão isso aconteceu, para o bem ou para o mal, pois um Turco pode mais facilmente tomá-la ou capturá-la quando ela está em baixo do que quando está ao alto; e homens que perdem a sua bandeira têm muito medo, e podem sofrer uma grande derrota, e é por causa deste medo que isto é tão rigorosamente proibido”.

<sup>36</sup> Segundo UPTON-WARD (*ibid*, n. 317.1, p. 90), parece ser um jogo de tabuleiro com fichas.

9.3. CARREGAR SEM PERMISSÃO. Se um irmão que leva a bandeira carregar sem permissão daquele que a pode dar, não estando nesse momento cercado ou num lugar em que não possa obter autorização, o hábito fica à consideração dos outros irmãos; mas se deste comportamento resultar dano grave, pode ser decidido pô-lo a ferros e pode nunca mais transportar a bandeira ou ser comandante em batalha (§ 242, Penitências, “Penitências que levam à perda do hábito”, p. 75; repete no § 612, Detalhes Suplementares sobre Penitências, p. 157). Se um [outro] irmão que está na batalha carregar sem autorização e daí resultar dano, o hábito fica à consideração dos irmãos. Mas se ele vir um cristão em perigo de vida e a sua consciência o mandar socorrê-lo, tal como vem no “*Retrais*” (§ 163), pode fazê-lo. Mas “em nenhuma outra circunstância deve um irmão do Templo carregar sem permissão” (§ 243, Penitências, “Penitências que levam à perda do hábito”, p. 75; repete o essencial no § 613, Detalhes Suplementares sobre Penitências, p. 157).

9.4. CUMPRIMENTO DE PENAS. Nenhum irmão que esteja a cumprir penitência no chão [i.é. a comer no chão e não na mesa comunitária] deve tocar em armas, a menos que caiam em desespero em algum lado e o assunto não possa ser resolvido de outra maneira. Mas nem o Mestre nem ninguém podem emprestar-lhe cavalos ou armas, nem dar-lhe autorização para os tomar, sem o consentimento dos irmãos (§ 501, A Realização de Capítulos Ordinários, p. 131). Se um irmão estiver em penitência com todo o seu hábito e soar o alarme, ele poderá receber de empréstimo cavalos e armas de modo a acorrer a esta tarefa com os outros irmãos, mas quando regressar deve voltar para a sua penitência (§ 656, Detalhes Suplementares sobre Penitências, p. 167).

### Comentário final

Os artigos que evocámos mostram o extraordinário nível de organização e de disciplina militar a que os Templários estavam sujeitos. São impressionantes os detalhes sobre a conservação das montadas e das armas, sobre a organização das colunas de marcha, sobre o uso das bandeiras, sobre a constituição dos esquadrões de combate e, acima de tudo, sobre os procedimentos de carga da cavalaria pesada. Não foi por acaso que

os exércitos cruzados se acostumaram a colocar os Templários e os Hospitalários na vanguarda ou na retaguarda das colunas de marcha (as zonas mais vulneráveis de um exército em trânsito). E quando assim não actuavam, não raro se arrendiam. Veja-se o que sucedeu com Luís VII de França quando, em 1147, negligenciou a disciplina da sua coluna de marcha permitindo que a vanguarda se distanciasse do resto do exército para acampar: foi duramente castigado pelos Turcos em Cadmos (na Ásia Menor) e viu-se forçado a entregar o comando das operações ao Mestre do Templo, Evérard de Barres.

Alguns historiadores, como John France<sup>37</sup>, admitem que a carga cerrada da cavalaria pesada (uma manobra exigente) possa ter sido uma inovação dos exércitos cristãos da Síria-Palestina. Pelo menos aquela carga organizada em pequenos esquadrões (“conrois”) muito unidos, devastadora, perfeita em todas as fases da sua execução, capaz de sobreviver para além do primeiro contacto e da penetração, e até de reagrupar para carregar de novo em sentido inverso. Talvez possamos sugerir algumas excepções a esta intuição do especialista de Swansea (incluindo alguns casos ibéricos, como Las Navas de Tolosa-1212 ou Jerez-1231). Até porque as Ordens Militares também intervinham no Ocidente e as Regras eram as mesmas... Mas percebe-se a ideia de fundo: só na Terra Santa era obrigatório alcançar o grau de profissionalismo que a *Règle du Temple* sugere. Aí, num terreno árduo (o deserto, o calor, a falta de água), perante um inimigo muito superior em números e extremamente artiloso, todo o erro era fatal. Além disso, Templários e Hospitalários actuavam em grupos homogéneos, sempre disponíveis e alertas, firmes até final, muito treinados e que se conservavam activos durante muitos anos, o que lhes garantia uma coesão e uma continuidade ímpares. E viviam numa atmosfera de obediência e de humildade monásticas que os tornava muito mais eficazes do que os exércitos feudais do Ocidente, compostos por cavaleiros aguerridos mas individualistas, propensos ao saque, à perseguição descontrolada e às façanhas pessoais, em detrimento dos interesses colectivos. Quantos exemplos de desastres no Ocidente não poderíamos citar a este respeito!

<sup>37</sup> FRANCE, John – *A Changing Balance: Cavalry and Infantry, 1000-1300*. Revista de História das Ideias, 30 (2009), 163.

Cargas como a de Balduino IV em Montgisard (em 1177), com uma forte componente de Templários, contra a muito mais numerosa hoste de Saladino, raramente ocorriam em França, em Itália ou na Inglaterra. Quantas colunas, em ambiente europeu, poderiam ser tão sólidas, pacientes e eficazes quanto a de Ricardo Coração-de-Leão em 1191, quando marchava entre Jafa e Acre sob o fogo e a provocação cerradas dos arqueiros montados de Saladino?...

Claro que a *Règle* era uma referência (ainda que sagrada) e os seus intérpretes eram humanos. Por isso também falhavam. É clássico citar o exemplo de Gérard de Ridefort, o Mestre do Templo que ficou ligado ao mais dramático desastre dos exércitos latinos no Oriente: a batalha de Hattin, em Julho de 1187. A sua deficiente avaliação das diversas cambiantes da situação, a sua recusa em escutar aqueles que o aconselhavam, o seu voluntarismo, levaram-no a tomar decisões precipitadas que lesaram gravemente as possessões territoriais latinas na Síria-Palestina e conduziram à perda da Cidade Santa e de grande parte do Reino de Jerusalém.

Outras vezes, os Templários viam-se integrados em exércitos cristãos mais vastos, vindos do Ocidente e sujeitos ao comando de terceiros. Quando assim sucedia, não raro eles se viam envolvidos em aventuras irresponsáveis como aquela que levou Roberto de Artois (irmão de Luís IX de França), em 1250, a um combate suicida nas ruelas de Mansurá (no Egipto). Todavia, mesmo aí os corpos das Ordens conseguiam provar toda a sua competência militar: se Baybars (o líder dos Mamelucos) não tirou, no dia seguinte, um partido trágico do desastre do conde de Artois em Mansurá, foi justamente porque o Mestre do Templo, Guillaume de Sonnac, teve o controlo emocional suficiente para se opor a isso, organizando as tropas remanescentes e conduzindo-as (à custa da sua própria vida) com uma disciplina e uma coragem que evitaram males maiores.

A Regra do Templo – um texto para ler e meditar. Com o espírito crítico e as cautelas próprias de qualquer texto medieval. Mas também com grande admiração por uma pequena máquina de guerra altamente hierarquizada e profissional que foi decisiva para manter um território distante e ingrato sob o domínio cristão, durante mais de um século e meio. Esperamos ter contribuído para tornar este texto de referência mais acessível ao público de língua portuguesa que se interessa pela temática tão apaixonante e multifacetada da arte da guerra no mundo medieval.

# A Charola Templária de Tomar: Jerusalém Perdida\*

Carlos Emanuel Sousa Santos

Mestre em História da Arte Medieval

Doutorando em História da Arte da Idade Moderna

Universidade Nova de Lisboa, FCSH

carlos.ssantos79@gmail.com

Texto recebido em/ Text submitted on: 28/02/2011

Texto aprovado em/ Text approved on: 07/09/2011

## Resumo/Abstract:

A Ordem do Templo\*\* teve as suas raízes no Oriente, com o objectivo de prestar auxílio aos peregrinos que se dirigiam à Cidade Santa, e aos seus respectivos espaços de culto. Portanto, os cavaleiros do Templo entraram em contacto directo com estes lugares e o Santo Sepulcro, Túmulo de Cristo, e a Cúpula do Rochedo foram os mais significativos. Não tardou que realizassem em vários sítios réplicas destas construções, para fazer relembrar estes sagrados monumentos. Ao construir templos que fizessem relembrar os espaços santos de Jerusalém, os crentes escusavam de viajar em peregrinação à Cidade Santa porque estes eram vistos como o próprio túmulo de Cristo, tendo todo o sentido numa Europa “dominada pela fé”. Por ser considerado o *moimento* de Cristo, o Santo Sepulcro foi, variadíssimas vezes, concebido como o centro do mundo durante os séculos XII e XIII e em raros casos no séc. XIV. A cidade de Tomar e a sua Charola acabam por ser um reflexo disso mesmo.

The *Order of the Temple*\*\*\* had its origin in the East, with the objective of giving assistance to the pilgrims who headed to the Holy Land and the respective worshipping places. Therefore, the Knights of the Temple had direct access to these places of which the Holy Sepulchre, Jesus' Grave, and the Dome of the Rock were the most significant.

Soon after, reproductions of these constructions were built in many different places, to remind people of these sacred monuments. By reconstructing temples that reminded people of the sacred places of Jerusalem, the faithful did not have the need to make sacred journeys

---

\* Este texto insere-se nos trabalhos de uma dissertação de mestrado em História da Arte Medieval denominado “A Charola Templária de Tomar – uma construção Românica entre o Oriente e o Ocidente” apresentada à Universidade Nova de Lisboa, em 2007. Projecto financiado pela FCT.

\*\* Sobre a Ordem do Templo consultar entre outros, PERNOUD, Régine – *Os Templários*. [s.l.], Publicações Europa-América, 1990; RUNCIMAN, Steven – *História das Cruzadas: o reino de Acre e os últimos cruzados*. Lisboa: Livros Horizonte, 1995; DEMURGER, Alain – *A Grande Aventura dos Templários: da origem ao fim*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2006 e FUGUET, Joan – *Los Templários en la Península Ibérica*. Barcelona: El Cobre Ediciones, 2006.

\*\*\* See more about the Order of the Temple in: PERNOUD, Régine – *Os Templários*. [s.l.], Publicações Europa-America, 1990; RUNCIMAN, Steven – *História das Cruzadas: o reino de Acre e os últimos cruzados* - Lisboa: Livros Horizonte, 1995; DEMURGER, Alain – *A Grande Aventura dos Templários: da origem ao fim*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2006; Fuguet, Joan – *Los Templários En la Península Ibérica*. Barcelona: El Cobre Ediciones, 2006.

to the Holy Land once these were seen as the Holy Sepulchre itself, which made complete sense in a Europe “dominated by faith”.

Being considered the *moiment* of Jesus Christ, the Holy Sepulchre was many times seen as the centre of the world during the XII and XIII centuries and sometimes during the XIV century. The city of Tomar and its *Charola* are considered to be a reflexion of all this.

*Palavras chave/Keywords:*

Charola de Tomar; Jerusalém; Santo Sepulcro; Templo de Salomão.

*Charola* of Tomar; Jerusalem; Holy Sepulchre; Temple of Salomon.

“Ordenastes-me, construir um templo no teu monte santo e um altar na cidade da tua morada, à imitação da tenda santa que preparaste desde o princípio.”

Sb., 9, 8

Partindo de uma contextualização histórica de Jerusalém medieval, podemos perceber as razões de uma possível recriação da Cidade Santa em Tomar<sup>1</sup> por parte dos irmãos do Templo. Em 1099, os cruzados conquistam Jerusalém, a cidade que acolhia o túmulo de Cristo, naquela que é considerada a primeira cruzada. Doravante teriam de defender com todas as suas forças este estado no Oriente latino (1100). Esta necessidade está na génese das ordens militares, de onde se destaca a Ordem do Templo que teve a sua origem presumivelmente em 1120<sup>2</sup>. Segundo o cronista Guilherme de Tiro, nesta altura os companheiros de Hugo de Payns não tinham “*nem igreja nem domicílio seguro*”<sup>3</sup>. Então, o rei de Jerusalém Balduíno II alojou-os junto a uma ala do seu palácio, relativamente próximo do Templo do Senhor, segundo escrevem tanto Guilherme de Tiro como Tiago de Vitry.

Logo após a conquista de Jerusalém aos muçulmanos pelos cruzados, todos os monumentos religiosos islâmicos foram “convertidos” ao culto cristão e a Cúpula do Rochedo não foi excepção, passando a ser conhecida como *Templum Domini*, o Templo do Senhor<sup>4</sup> [Fig.1 e 2]. Tal situação poderia significar a identificação do edifício como sendo o verdadeiro Templo de Salomão, por parte do cristão. Para além da Cúpula do Rochedo, Jerusalém pautava por um inestimável valor simbólico e espiritual, por ser a cidade que representava a vida e a morte do Filho de Deus: Jesus Cristo. Neste contexto, o Santo Sepulcro e as construções a ele anexadas, nomeadamente o Calvário

<sup>1</sup> Referimo-nos neste caso a uma recriação não no sentido que o entendemos hoje mas num contexto histórico muito específico.

<sup>2</sup> Fundada em 1118 -1120, em Jerusalém, a Ordem do Templo começou por exercer funções claramente ofensivas. Desta forma, respondia às necessidades da época que não eram mais do que fundir as suas ideias de cavalaria militar com a tentativa de cristianização dos hábitos castrenses que a Igreja estava a tentar levar a cabo.

<sup>3</sup> DEMURGER, Alain – *A Grande Aventura dos Templários: da origem ao fim*. Lisboa: Esfera dos Livros, 200, p. 93.

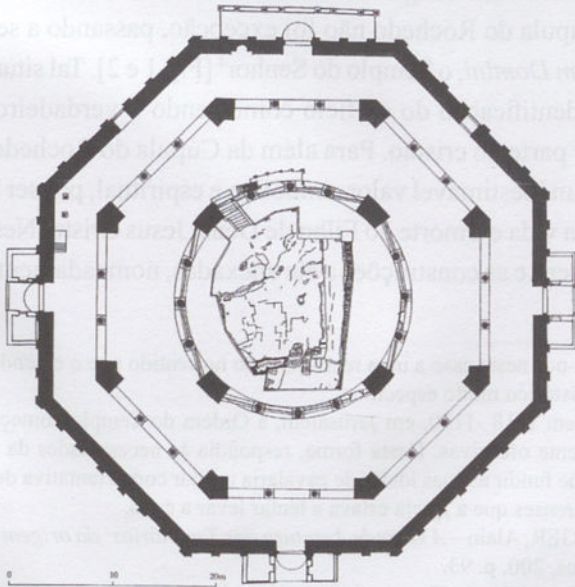
<sup>4</sup> PARROT, André – *Le Temple de Jérusalem*. Paris: Delechaux e Niestlé S.A., 1954, p. 82.

Figura 1



Fonte: Volkmar Enderlein (2004, p. 65). Vista exterior da Cúpula do Rochedo.

Figura 2

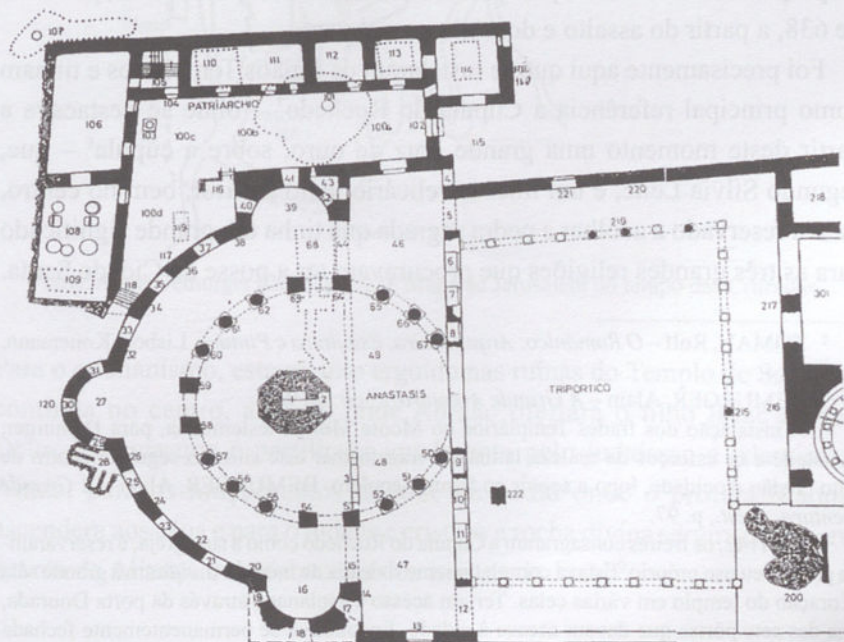


Fonte: Volkmar Enderlein (2004, p. 64). Cúpula do Rochedo (planta).

e a Cúpula de Santa Helena, que guardava a relíquia da verdadeira Cruz, constituíam o principal pólo de atracção à Cidade Santa [Fig. 3].

Por ser considerado o *moimento* de Cristo, o Santo Sepulcro foi, variadíssimas vezes, concebido como o centro de Jerusalém e do Mundo. A Cidade Santa também foi representada como centro do Mundo, ou centro geométrico de um mundo circular durante os séculos XII e XIII, e, em raros casos, no século XIV. De facto, e principalmente durante a Idade Média, os artistas, os mecenas, os clérigos e os nobres procuraram construir a imagem do Templo de Salomão, recorrendo desta forma à arte para representar a cidade de Deus: Jerusalém Celeste. Vários autores, entre os quais Rolf Toman, consideram que este facto é de grande relevância na arquitectura, escultura e na pintura, mas, é na arquitectura que encontra maior diversidade de significados. Reforça, ainda, que todas as formas de construção de igrejas – o conjunto formado pelo arco, torre, coluna, abside, abóbada, entre outros – “*inspiram-se na cidade do Senhor; uma modificação*

Figura 3



Fonte: Nikolas Jaspert (2005, p. 94). Igreja de Santo Sepulcro de Jerusalém (planta, sécs. IV e XI).

*da antiga concepção da casa de Deus.*"<sup>5</sup>. Todo esse significado e "magia" não foram sempre utilizados com rigor. Contudo, a igreja é emblema e símbolo da cidade de Deus, do reino de Deus, a que os crentes ajudam a dar forma. A salvação divina, e o caminho para alcançar a mesma, eram as principais razões que justificavam este tipo de construção.

A cidade conquistada pelo exército ocidental, em 1099, afigurava-se a um paralelepípedo, circundado por muralhas e torres, correspondendo com algumas alterações à actual cidade velha de Jerusalém [Mapa 1]. A urbe medieval – actual cidade velha – estava demarcada por duas vias praticamente perpendiculares que a dividiam em quarteirões. Nela destacavam-se duas colinas; a oeste, o monte do Calvário, lugar santo para os cristãos, devido ao Sepulcro de Cristo, e a leste, o Monte Moriah (também designado de *Haram al-Sharif*, "casa de Deus" ou ainda "esplanada do Templo", e actualmente "Esplanada das Mesquitas"), lugar sagrado para os judeus e islâmicos<sup>6</sup> [Mapa 2]. Os primeiros cruzados, quando se apoderaram de Jerusalém, transformaram os edifícios islâmicos do Monte Moriah em igrejas cristãs e reapropriaram-se das tradições judaicas, anteriormente destruídas, por volta de 638, a partir do assalto e domínio muçulmano.

Foi precisamente aqui que se instalaram os irmãos Templários e tinham como principal referência a Cúpula do Rochedo<sup>7</sup> – onde se destacava a partir deste momento uma grande cruz de ouro, sobre a cúpula<sup>8</sup> – que, segundo Sílvia Leite, é um imenso relicário, cujo interior, bem no centro, estava reservado a acolher a pedra sagrada que tinha um grande significado para as três grandes religiões que procuravam ter a posse da Cidade Santa.

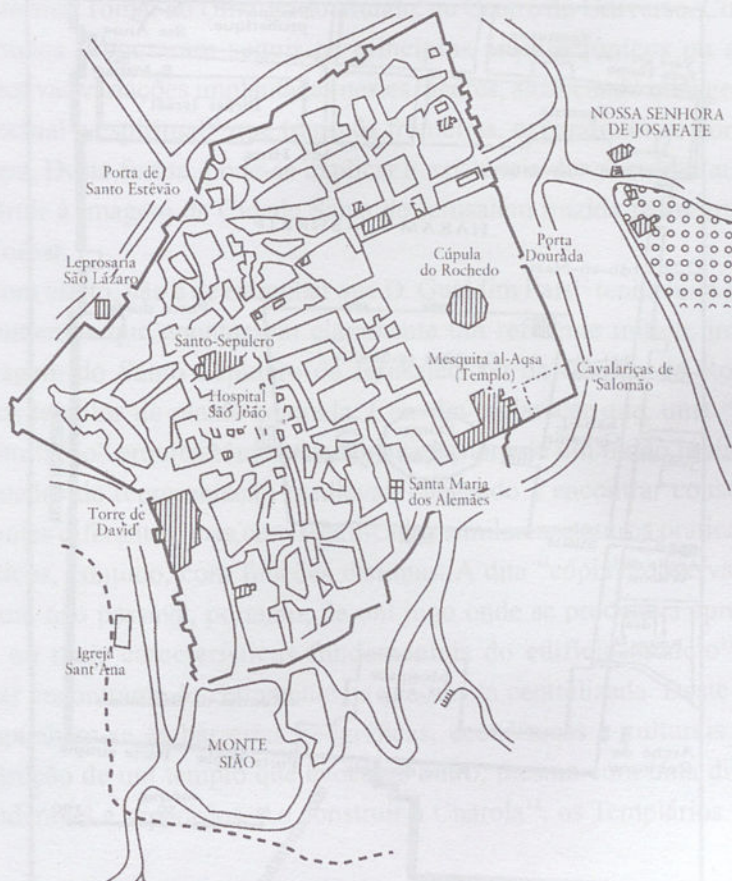
<sup>5</sup> TOMAN, Rolf – *O Românico: Arquitectura, Escultura e Pintura*. Lisboa: Konemann, 2000, p.14.

<sup>6</sup> DEMURGER, Alain – *A Grande Aventura...*, cit., p. 94.

<sup>7</sup> A instalação dos frades Templários no Monte Moriah testemunha, para Demurger, a vontade e os esforços da realeza latina em transformar este sítio no segundo centro de culto cristão da cidade, logo a seguir ao Santo Sepulcro. DEMURGER, Alain – *A Grande Aventura...*, cit., p. 97.

<sup>8</sup> Em 1142, os freires consagraram a Cúpula do Rochedo como a sua igreja, e reservaram-na para o seu uso próprio. Estava completamente rodeada de muros e dividiram a grande sala de oração do templo em várias celas. Teriam acesso à esplanada através da porta Dourada, uma das sete portas que davam acesso à cidade. Encontrava-se permanentemente fechada excepto no "Domingo de Ramos e no dia da Exaltação da Santa Cruz". AMARANTE, Eduardo – *Templários: de Milícia Cristã a Sociedade Secreta*. Lisboa: Publicidade Quipu, 2001, Vol. II, p. 36-37.

Mapa 1

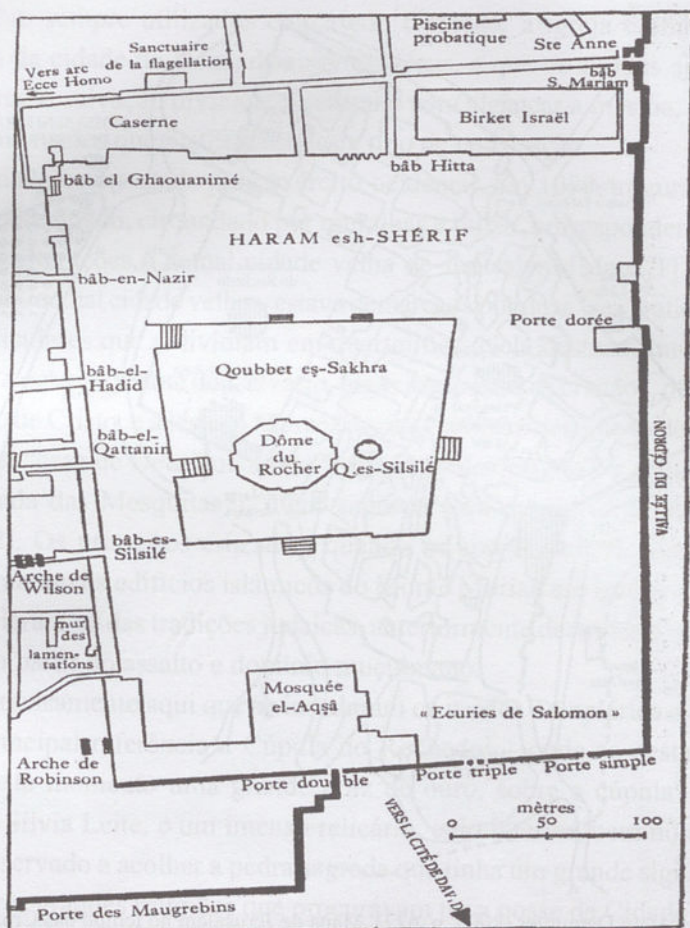


Fonte: Alain Demurger (2005, p. 627). Mapa de Jerusalém no tempo das Cruzadas.

Para o cristianismo, este recinto erguido nas ruínas do Templo de Salomão continha no centro, a pedra onde Abraão ofertara o filho Isaac ao seu Deus, herança que é partilhada igualmente pelo judaísmo e islamismo. Ainda, para os muçulmanos trata-se da pedra onde o profeta Maomé ascendera aos céus e para o judeus e cristãos a rocha divina servira de suporte à Arca da Aliança e de cabeceira dos sonhos de Jacob<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> LEITE, Sílvia – Tomar e a nova Jerusalém – a Charola do Convento de Cristo e o Templo de Salomão. *Património Estudos*. Lisboa: IPPAR, N° 4, 2003, p. 157.

Mapa 2



Fonte: André Parrot (1954, p. 80). Plano da Esplanada do Templo (Jerusalém).

Logo que Saladino recuperou a cidade de Jerusalém em 1187, ordenou que fossem destruídos todos os edifícios anexos construídos pelos Templários junto a al-Aqsa e restaurou o seu estado original, bem como os outros espaços até aí convertidos ao culto cristão<sup>10</sup>. Os Templários saídos deste ambiente de profunda nostalgia, principalmente depois da sua perda, vivido na

<sup>10</sup> DEMURGER, Alain – *A Grande Aventura...*, cit., p. 97. Os cristãos voltaram a reconquistar a cidade em 1229, através de investidas dirigidas por Frederico II, mas foi durante pouco tempo, já que, em 1244, Jerusalém passa novamente para as mãos dos inimigos.

Terra Santa, quiseram reproduzi-lo na sua sede em Portugal, ou seja transformar Tomar no Umbigo do Mundo, no Centro do Universo. Como tal, os irmãos procuraram seguir os princípios arquitectónicos ou as suas respectivas variações implantadas nestes lugares, alcançando uma geografia intelectual e espiritual<sup>11</sup> que transpôs fronteiras, expandindo-se por toda a Europa. Desta forma, pode-se explicar a existência de várias tentativas de construir à imagem da Cidade Santa de Jerusalém trazida pelos cruzados, em Tomar.

Com efeito, não é de estranhar que D. Gualdim Pais<sup>12</sup> tenha feito edificar monumentos que apontassem claramente um referente mítico, imitando a imagem do Santo Sepulcro de Jerusalém ou da Cúpula do Rochedo, ambos templos de planta centrada. Convém esclarecer que, uma “cópia” ou “imitação” arquitectónica funcionava sempre de um modo muito vago no quadro da representação medieval, chegando a encontrar construções bastantes diferentes, mas com significados similares, e outros praticamente idênticos, contudo, com funções distintas. A dita “cópia”, observa Paulo Pereira, não passava, portanto, de um jogo onde se procurava aproximar uma ou mais características fundamentais do edifício-modelo<sup>13</sup> e em Tomar encontramos-lo certamente na sua planta centralizada. Deste modo, transpunham-se as barreiras geográficas, económicas e culturais com a construção de um templo que evocasse outro, mesmo com uma distância considerável a separá-los. Ao construir a Charola<sup>14</sup>, os Templários tinham

<sup>11</sup> LACERDA, Aarão de – *História da Arte em Portugal*. Porto: Portucalense Editora, 1942, p. 358.

<sup>12</sup> Sobre o Mestre D. Gualdim Pais ver entre outros, GUIMARÃES, Vieira – *A Ordem de Cristo*. Lisboa: Edição de autor, 1941; FRANÇA, José Augusto – *Tomar*. Lisboa: Editorial Presença, 1ª ed., 1994; MATTOSO, José – *Ricos-homens, infanções e cavaleiros: a nobreza medieval portuguesa nos sécs. XI e XII*. Lisboa: Guimarães Editores, 3ª ed., 1998; BARROCA, Mário – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000; e VALENTE, José – *Soldiers and Settlers: the Knights Templars in Portugal, 1128-1319*, tese de doutoramento apresentada à Universidade da Califórnia. Santa Barbara, 2002.

<sup>13</sup> PEREIRA, Paulo – *Enigmas. Lugares Mágicos de Portugal: Templários e Templarismo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 190.

<sup>14</sup> A Charola templária de Tomar foi, com o tempo, muito transformada, apresentando um aspecto bastante diferente daquele que vemos na iluminura manuelina, dos inícios de quinhentos. Estamos na presença de uma construção pétreia com um plano circular concêntrico, com um núcleo central oitavado e um deambulatório poligonal de 16 lados, começado a edificar nos finais do século XII. Este edifício é considerado, sem qualquer equívoco, como

como objectivo simbólico a realização da chamada “viagem ao centro” ou “orientação espiritual”, conseguindo assim atingir “*uma vitória sobre o espaço e sobre o tempo, visto que o seu objectivo se identifica ritualmente com o Objectivo supremo, com o centro supremo, (...) com a Jerusalém celeste e a Igreja*”<sup>15</sup>.

Desta forma, pode-se aludir que a charola templária tenta representar os dois principais edifícios de Jerusalém medieval: o Templo de Salomão, que não é mais do que o reflexo da Cúpula do Rochedo e o Santo Sepulcro. Assim, podemos afirmar que estamos na presença de um exemplo curioso de fusão numa única construção de várias imagens míticas, aliás, muito comum durante o período medievo. No entender de Juan Ramirez, esta situação pode explicar as afinidades entre o núcleo principal da igreja de Vera Cruz de Segóvia<sup>16</sup>, e a Mesquita de Jerusalém, que sobrepõe uma

---

sendo uma das grandes obras medievais, a nível europeu, arquitectada pelos Templários, não só pelos seus elementos constituintes, como também pelo seu estado de conservação e principalmente devido às soluções do seu acompanhamento e verticalidade e ainda à sua sugestiva espacialidade interior. ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *História da Arte em Portugal: O Românico*. Lisboa: Editora Presença, 2001, p. 138. No que concerne ao plano iconográfico e escultórico da charola, podemos admirar capitéis historiados, geométricos ou com motivos vegetalistas, que seguem de perto os de Coimbra, não só pelos temas tratados, mas também pelo estilo e feitura. Deste conjunto diversificado de temas historiados temos a destacar, contudo, um. Trata-se de um capitel que retrata presumivelmente a cena bíblica de Daniel na cova dos leões, porque estes encontram-se domados. Apresenta um homem de expressão rigorosa, com olhos bem abertos e fixos, panejamentos realizados com muita destreza, que ocupa o espaço intermédio. Enquanto que a mão esquerda desta figura pousa sobre o joelho, a outra descansa sobre um dos leões que o envolve. Esta cena acaba por ocupar praticamente todo o cesto do capitel, sendo que as partes vagas são preenchidas com motivos florais. É curioso verificar que um dos leões é mantido no espaço correspondente por uma grande folha que passa caprichosamente pelo seu pescoço e por um ramo que percorre o seu corpo. A mesma situação verifica-se num capitel da nave lateral sul da Sé Velha de Coimbra, sendo que neste caso, o leão é substituído por um cão com cabeça de homem.

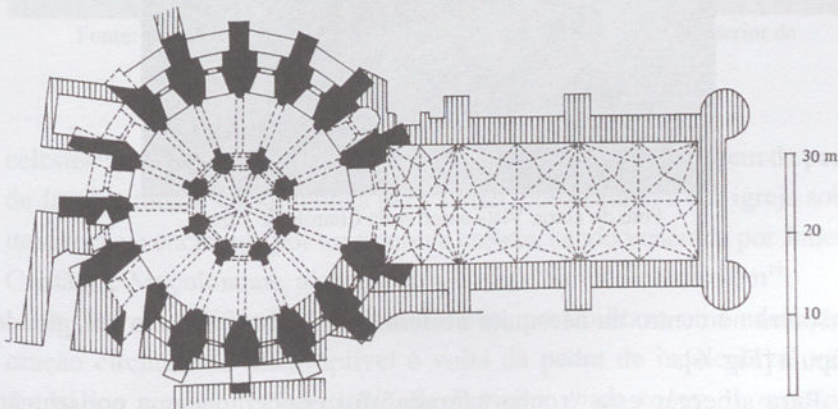
<sup>15</sup> HANI, Jean – *O Simbolismo do Templo Cristão*. Lisboa: Edições 70, 1981, p. 99.

<sup>16</sup> A igreja de Vera Cruz de Segóvia encontra-se próxima das construções fortaleza orientais ou do Templo de Paris, casa-mãe da Ordem do Templo, e é constituída por duas partes que decompõem a igreja poligonal, o que faz com que haja compatibilidade entre as paredes interiores e exteriores, e três absides orientadas a leste, bem como um grande portal com aspecto de um “funil” a ocidente, o que transforma o espaço ao mesmo tempo numa planta central e longitudinal. RINCÓN-GARCIA, Wifredo – Aspectos artísticos de la Orden del Santo Sepulcro en España in *Ordens Militares: guerra, religião, poder e cultura, Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa: Edições Colibri, Câmara Municipal de Palmela, Vol. II, 1999, p. 421.

planta central com três edículas que relembra a forma como se relacionam a *Anástasis*, e o edifício basilical no Santo Sepulcro<sup>17</sup>.

Convirá, de seguida, esclarecer onde e como podemos “descodificar” esta possibilidade de fusão de imagens na Charola [Fig. 4 e 5]. Relativamente ao Santo Sepulcro, estas imagens estão na sua planta circular e nos seus respectivos anéis concêntricos, nomeadamente, o deambulatório e a rotunda central. Em primeiro lugar, a planta deste edifício sendo circular, evoca, o universo e a vida eterna, isto é, a vinda de Cristo depois da ressurreição, aproximando-se deste modo, de Jerusalém. Em segundo lugar, a *Anástasis* é aqui simbolizada pelo grande núcleo central, envolve o que teria sido o Túmulo de Cristo - o *Martyrium* - constituído por 8 pilares, número que evoca a ressurreição. Pelo que foi dito, é crível que, o Mestre D. Gualdim Pais procurou na arquitectura recriar a cidade ideal na sede dos templários em Portugal: Tomar.

Figura 4



Fonte: Paulo Pereira (2003, p. 12). Planta da rotunda de Tomar (séc. XII-XIII) e do coro Manuelino (séc. XVI).

Já a Cúpula do Rochedo é representada na charola de Tomar não apenas pela sua estrutura em rotunda, como também pelo facto do edifício da Ordem do Templo estar erigido sobre uma plataforma rochosa, circunstância que assume uma intenção clara em simbolizar a “pedra sagrada” que se

<sup>17</sup> RAMIREZ, Juan Antonio – *Dios Arquitecto*. Madrid: Ediciones Sinela, 1995, p. 10.

Figura 5



Foto do autor. Vista exterior da Charola de Tomar.

encontra no centro da Mesquita de Jerusalém, protegida pela sua grande cúpula [Fig. 6].

Para albergar esta “rocha sagrada” foi concebida uma construção octogonal, símbolo do universo que estabelecia o contacto entre o céu e a terra, através da escada celeste – símbolo por excelência de ascensão e valorização – representada nos sonhos de Jacob que a caminho da Mesopotâmia “*serviu-se de uma das pedras do lugar como travesseiro e deitou-se*” (Gn., 28, 11). Esta pedra passa a figurar-se como o centro do mundo segundo a análise dos textos sagrados quando fala da “escada dos anjos”. Jean Hani vê nesta escada o “*eixo do mundo*” cuja parte inferior repousa na Terra e cujo topo constitui a “*porta do céu*”, e é o caminho natural dos anjos como “*mensageiros*” do Céu na Terra e executores das vontades

Figura 6



Fonte: Oleg Grabar (2004, p. 43). Pormenor da pedra sagrada no interior da Cúpula do Rochedo (Jerusalém).

celestes<sup>18</sup>. O Mestre D. Gualdim Pais tentou reportar esta imagem da pedra de Jacob e toda a sua simbólica para Tomar, construindo a sua igreja sobre uma rocha e encimada por uma cúpula celeste, sendo venerada por Judeus, Cristãos e Muçulmanos, alcançando a Cidade Santa de Jerusalém<sup>19</sup>.

A Charola, edificada de forma circular, possibilitava uma adoração e oração circundante incorruptível à volta da pedra de incalculável valor simbólico e era um “*perystillo do Paraíso, onde sobre os mysticos, os inspirados desciam as graças celestes*”, que os Templários, “*com a sua bênção espargiam por todos os circunstantes, as recebiam cheios de fé*”<sup>20</sup>. Paulo Pereira avança que a identificação do oratório-fortaleza com Jerusalém e o Templo de Salomão é particularmente acentuada na iconografia

<sup>18</sup> HANI, Jean – O Simbolismo..., *cit.*, p. 108.

<sup>19</sup> GANDRA, Manuel J. – *Da Vida, da Morte e do Além: aspectos do sagrado na região de Mafra*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra, Elo-Publicidade, 1996, p. 30.

<sup>20</sup> SOUSA J. M. Cordeiro de – *Obras no Convento*, in *Anais da U.A.M.O.C.* Lisboa: Imprensa Lucas, 1943, p. 98.

quinhentista e seiscentista, já no tempo do rei *Venturoso*, quando se verifica uma aceção “*salomónica*” do *simbolismo arquitectónico*” que poderia na altura estar bem mais viva que na época românica<sup>21</sup>.

Entretanto, segundo vários investigadores, não é só na rotunda dos Templários que encontramos paralelismos com Jerusalém. Estão a referir-se concretamente ao complexo militar e à própria cidade de Tomar. É de conhecimento de todos, que as representações do espaço urbano de Jerusalém assumiam na Idade Média sentidos, segundo Nuno Oliveira, “(...) *ligadas ao espiritual e ao material, numa idealização complexa onde convergem a cidade transcendente (futura, atemporal e omnitemporal) e a cidade real (passada, actual e messiânica)*”. O autor citado aponta que esta síntese visual se fundamenta nas passagens do Apocalipse e na tradição cristã, nomeadamente a partir das obras de Santo Agostinho e São Jerónimo<sup>22</sup>. Na cidade santa que o Mestre D. Gualdim Pais conheceu destacavam-se quatro espaços: a grande “esplanada do Templo”, a leste, com Cúpula do Rochedo e a Mesquita-al-Aqsa (casa mãe dos Templários); o Santo Sepulcro e a Torre de David a oeste.

Se compararmos esta cidade velha com o castelo de Tomar templário constatamos algumas analogias entre elas duas, nomeadamente pelo número de divisões, ou seja, quatro: a rotunda, e a cidadela com a sua torre de menagem – que “substituem” a Cúpula do Rochedo e a Mesquita-al-Aqsa, localizadas na Esplanada do Templo ou o Monte Moriah –; a porta do Sangue e a igreja de Santa Maria do Castelo, que representam a Torre de David e o Santo Sepulcro, respectivamente. Segundo Nuno Oliveira, tal como a abadia de Claraval, a idealização do castelo templário passava pelo ascetismo de fortificação e mosteiro, baseada na transposição simbólica de Jerusalém, terrestre e celeste<sup>23</sup>. A arte templária em Portugal parece estar relacionada com os modelos espiritualizados, sobretudo associados à presença do Templo

<sup>21</sup> PEREIRA, Paulo – *A obra Silvestre e a Esfera dos Reis, Iconologia da Arquitectura Manuelina na Grande Estremadura*. Coimbra: Instituto de História da Arte, FCUL, 1990, p. 123.

<sup>22</sup> OLIVEIRA, Nuno Villamariz – *Os Castelos da Ordem do Templo em Portugal 1120 – 1314*, 2 vols., Tese de mestrado de História da Arte apresentado à Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000, p. 215.

<sup>23</sup> OLIVEIRA, Nuno Villamariz – *Os Castelos da Ordem... cit.*, p. 184.

na Cidade Santa, ou seja, estamos perante uma tentativa em restaurar um espaço sagrado, à imagem daquela que se estava a dissolver em Jerusalém.

É curioso também verificar que nos desenhos de Jerusalém celeste – como são os exemplos dos planos medievais de St. Bertin (?), da Biblioteca de Haia (cerca de 1170/1180), e de Roberto o Monge (séc. XI) – a imagem do Templo de Salomão parece destacada, num ângulo superior e ligeiramente centrado, assumindo uma orientação bastante vertical [Mapa 3 e 4]. Ora, em Tomar, o elemento que mais respeita esta aparência é claramente a charola, isto é,

Mapa 3



Fonte: Rolf Toman (2000, p. 14). Mapa de Jerusalém medieval de St. Bertin, Biblioteca de Haia (c. 1170/1180).

Mapa 4



Fonte: Nikolas Jaspert (2005, p. 81). Plano da cidade medieval de Jerusalém, na crónica das Cruzadas, de Roberto, o monge (séc. XI).

estamos mais uma vez perante uma tentativa forte de aproximar o castelo e a sua igreja da cidade santa. Nuno Oliveira alerta para o facto de observar nestas duas urbes uma afinidade manifesta nos seus traçados viários. As vias da porta de Santo Estêvão e da porta de Sião, em Jerusalém, parecem estar igualmente reproduzidas no castelo de Tomar, respectivamente através da passagem que conduz da porta do Sol à Charola e do caminho que ligava a porta do Sangue a um outro acesso a norte, através dos paços henriquinos<sup>24</sup>.

<sup>24</sup> Para Nuno Oliveira, existe ainda a possibilidade de que as muralhas setentrionais e ocidentais de Tomar tenham tido um perfil aproximadamente rectilíneo, como acontece com aquelas que rodeiam o Monte do Templo, em Jerusalém. OLIVEIRA, Nuno Villamariz – *Os Castelos da Ordem... cit.*, p. 216.

Relativamente à urbe de Tomar, no século XII, Manuel Gandra vê nela uma tentativa de transformá-la numa nova Jerusalém, isto é, uma duplicação da Santa Cidade. Para isso, D. Gualdim Pais traçou uma circunferência que tinha como centro a igreja de S. João Baptista, calculando o raio (380 m) de modo que esta passasse sobre o local assinalado pela tradição conforme o martírio de Santa Iria e igualmente pela rotunda templária, S. Gregório e a capela de Santa Bárbara (hoje desaparecida), localizada a oeste do castelo<sup>25</sup> [Mapa 5].

Mapa 5



Fonte: Manuel Gandra (1996, p. 31). Circunferência que tem como centro a Igreja de São João Baptista traçada segundo Gandra por D. Gualdim Pais.

<sup>25</sup> GANDRA, Manuel J. – *Da Nova Roma à Nova ou Celeste Jerusalém*. Mafra: Centro de Ernesto Soares, [s.d.], p. 31. Segundo o mesmo autor, o Mestre “*terá concluído a topografia lançando marcos para ulteriores edificações, destinando-lhe, eventualmente, as respectivas funções, (...) e foram escrupulosamente seguidos até ao século XVII*”. Manuel J. Gandra – Tomar e o Projecto Templário, *Rotas do Sagrado in Circuitos Templários*. [s.l.], [s.d.].

Se as diferenças dimensionais entre estas duas cidades são bastantes acentuadas, tal não ocorre se equiparmos o recorte das suas muralhas e certas particularidades da Charola com a Cúpula do Rochedo<sup>26</sup>, principalmente porque estes dois últimos, como já vimos, situam-se ambos sobre afloramentos rochosos, destacando-se na paisagem envolvente. Estes aspectos demonstram que o Mestre D. Gualdim Pais e os seus irmãos templários fizeram “transportar” Jerusalém – lugar onde a “*terra está mais perto do céu*”<sup>27</sup> – até à sua sede em Tomar. Toda esta leitura que acabamos de fazer temos de entendê-la, como é lógico, a partir das mentalidades espirituais surgidas na Idade Média, e tendo sempre em linha de conta que D. Gualdim Pais, futuro mestre do Templo em Portugal, esteve a combater na Palestina, onde conheceu a cidade de Jerusalém e a casa-mãe da Ordem.

<sup>26</sup> OLIVEIRA, Nuno Villamariz – *Os Castelos da Ordem... cit.*, p. 216.

<sup>27</sup> NOVOA, Feliciano Portela – A Actividade Assistencial das Ordens Militares em MOVOA, Feliciano Portela e AYALA, Carlos Martins (ed.) – *As Ordens Militares na Europa Medieval*. Lisboa: Chaves Ferreira – Publicações, S. A., 2005, p. 197.

## O mosteiro de Lorvão: ainda a saída dos monges e a entrada das freiras\*

Maria Alegria Fernandes Marques

Faculdade de Letras

Centro de História da Sociedade e da Cultura

Universidade de Coimbra

alegriamarques@sapo.pt

Texto recebido em/ Text submitted on: 27/02/2011

Texto aprovado em/ Text approved on: 27/06/2011

### *Resumo/Abstract:*

Neste trabalho retoma-se uma temática antiga, a passagem do mosteiro de Lorvão de comunidade masculina a casa monástica feminina, sob a égide de D. Teresa, filha do segundo rei de Portugal e ex-rainha de Leão, numa leitura e numa crítica mais aprofundada dos documentos.

By a new approach and a deeper review of the documents, this paper gets back to an old subject: the replacement in the monastery of Lorvão of a masculine community by a feminine monastic house, supported by D. Teresa, daughter of the second portuguese king and ex-queen of Lion.

### *Palavras chave/Keywords:*

Mosteiro de Lorvão; Beneditinos; Cistercienses; Rainha D. Teresa Sanches.

Monastery of Lorvão; Benedictines; Cistercians; queen D. Teresa Sanches.

---

\* Seminário *Dos Monges de São Mamede às Monjas de Santa Maria do Lorvão – Continuidades e rupturas na cultura inducentista do Mosteiro Laurbanense*. Lisboa – FCSH – UNL, IEM., 25.03.10.

1. Há oito séculos, vivia-se ainda a contenda entre monges do mosteiro de Lorvão e as monjas que a rainha D. Teresa<sup>1</sup>, infanta de Portugal, fizera nele introduzir. Iniciada no início do séc. XIII, no meio de grande celeuma e discórdia, de processos mais ou menos dúbios, pelo menos por parte do bispo de Coimbra, do rei de Portugal, D. Sancho I, e de uma facção dos seus monges, tal contenda permitiria a entrada de monjas talvez pelo Natal de 1205.

Esta acontecia após renúncia dos monges ao seu mosteiro secular. As freiras faziam a sua entrada segundo a regra de S. Bento. Porém, este não seria o fim do processo, por qualquer óptica que o encaremos. Não o seria quanto ao facto, nem quanto ao direito. Tanto que, por queixas e reclamações da parte do mosteiro não conivente com as acções que haviam determinado a saída, junto da Santa Sé, o papa haveria de ver-se obrigado a decidir a partida das freiras e a ordenar a reentrada dos monges, bem como as monjas haveriam de transmudar a sua obediência da regra de S. Bento à observância cisterciense.

O processo só conheceria o seu epílogo durante a primeira metade do ano de 1211, quando o bispo de Lamego, por comissão do arcebispo de Compostela, deu execução à bula *Causa que vertebatur*, de Inocêncio III, passada em Latrão, em Novembro de 1210<sup>2</sup>. Se o papa tinha determinado a saída das monjas e o reingresso dos monges, com a sua reinstalação nas suas dignidades e ofícios, como cada um ocupava antes da entrada da comunidade feminina, o que é facto é que nem tudo correu como o enunciado no documento papal, pois que os monges se recusaram a essa quase encenação e renunciaram ao seu mosteiro. Além de decidir a substituição momentânea da comunidade, o documento papal exigia também a presença de um guardião, que garantisse a fidelidade do processo, bem como mandava que os monges liquidassem qualquer dívida que, eventualmente, a sua comunidade tivesse

---

<sup>1</sup> Mais rigorosamente, ex-rainha de Leão, pois que fora casada com o rei Afonso IX, seu primo direito, parentesco que valera a dissolução do matrimónio, por ordem do papa Celestino III, em 1191. Em virtude dela, D. Teresa regressou a Portugal, trazendo consigo sua filha mais nova, a infanta D. Dulce.

<sup>2</sup> *Bulário Português*. I. *Inocêncio III (1198-1216)*. Ed. Avelino de Jesus da Costa e Maria Alegria Fernandes Marques. Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 1989, p. 286-287, n.º 148 (doravante, citaremos apenas por *Bulário*...).

em aberto. Ressarcidos pela rainha D. Teresa das despesas do processo, haveriam então, de ser distribuídos «por mosteiros bem ordenados».

Seguidos os trâmites, com a exceção da reentrada dos monges, ficava legalizado desta forma, todo o processo de saída da comunidade masculina do mosteiro de Lorvão. Então, seria oportunidade para a entrada da congregação feminina, (cujo número poderia atingir as 40 freiras) que, doravante, viveria segundo os estatutos da ordem de Cister.

2. A renúncia dos monges não foi processo fácil, nem, por isso mesmo, se esgotou no momento. O mosteiro, habitado durante séculos por monges que, cremos, haviam abraçado a regra de S. Bento<sup>3</sup>, guardava a memória de que fora protegido de reis e das famílias da mais alta nobreza do antigo reino da Galiza. Como ficou sinal na lenda do abade João, recordava que fora reduto do Cristianismo contra as investidas dos muçulmanos<sup>4</sup>. Como bem comprovavam os seus vastos domínios, alguns coutados de tempos imemoriais, o mosteiro recordava que tomara a seu cuidado o povoamento e o desenvolvimento de tantas zonas do território que os esforços militares cristãos iam ganhando para a Cristandade. E afirmara-se ainda como centro irradiador de cultura, como o atestavam as belíssimas obras nele produzidas – *Apocalipse e Livro das Aves*, para só mencionarmos as mais conhecidas e as mais emblemáticas -, e que os monges ciosamente

<sup>3</sup> Assim tem sido entendimento, nosso também. Cfr. Maria Alegria Fernandes Marques, “Inocência III e a passagem do mosteiro de Lorvão para a Ordem de Cister”, in *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa, Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, p. 75 (doravante, citaremos apenas por *Estudos*.); Nelson Correia Borges, *Arte monástica em Lorvão. Sombras e realidade*. I. *Das origens a 1737*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2001, p. 82. Notamos, todavia, que, em trabalho recente, Aires Nascimento propõe outra visão, bem diferente, do problema; cfr. Mosteiro de Lorvão: a história possível dos seus tempos antigos», in *Liber Testamentorum coenobii Laurbanensis (Estudios)*. Colección «Fuentes y Estudios de Historia Leonesa», n.º 125. León: Centro de Estudios e Investigaciones «San Isidoro». Caja España de Inversiones / Archivo Histórico Diocesano, 2008, p. 102-107, chegando mesmo a colocar a hipótese de ter sido “a defesa das suas tradições” a levar “à extinção definitiva da comunidade rebelde em inícios do século XIII”. O mesmo autor considera as várias referências à regra de S. Bento como “um registo de padrão consagrado” (p. 103).

<sup>4</sup> De reter que Aires Nascimento propõe que essa lenda tivesse tido origem no séc. XII, colocando em relevo um antigo abade do mosteiro, ainda que lendário, e a sua acção nestes confins da Cristandade; cfr. *ob. cit.*, p. 155.

guardavam. Era este mosteiro que, nesse início do séc. XIII, se via envolto num processo de difamação e perseguição que tempo nenhum fazia prever, nem acção se conhece que tal pudesse justificar.

Como é sobejamente conhecido, os argumentos que, na ocasião, foram apresentados para justificar a actuação do poder eclesiástico e do político, faziam recair sobre os monges o ónus de tal decisão. (...) “*vida dissoluta (...) e delapidação e destruição do seu mosteiro e das suas coisas*” foram as razões que o bispo de Coimbra, D. Pedro Soares, deixou que fossem escritas acerca da mais antiga comunidade monástica da sua diocese<sup>5</sup>. Se tinha ou não consciência de que tais argumentos poderiam ultrapassar séculos e fazer doutrina, nunca o poderemos saber. Ao contrário, já poderemos, e creio que deveremos, procurar um amplo espectro documental para aferir acerca do valor desse argumento. E aqui, pessoalmente, com os meus estudos (e seja-me permitido recordá-lo) creio ter contribuído para aquilo que considero a reabilitação da memória dos monges desse mosteiro<sup>6</sup>. Por isso, não voltarei ao tema. Como não revisitarei a questão da entrada das monjas, o papel de D. Teresa, o tema das suas companheiras.

3. No entanto, regresso ao tema da saída dos monges. Ainda que distanciada do objecto de estudo, há questões que nos tocam mais e que recorrentemente nos visitam. Para mim, esta é uma delas: como pôde terminar, por tal processo, um longo e brilhante período de vida de uma instituição? Mas, ainda hoje, trago mais questões que respostas.

Em primeiro: saídos no final do ano de 1205 do mosteiro de Lorvão, que foi feito dos monges seus habitantes? Para onde foram? Que destino tiveram? E este foi gizado em percurso individual ou colectivo?

Recordemos, a este propósito, alguns elementos: em 1211, Inocência III considerava que o mosteiro tinha capacidade para acolher 40 monjas<sup>7</sup>. Seria esse o número de monges? Aires Nascimento, nas páginas que subscreve no excelente estudo que acompanha a belíssima edição do

<sup>5</sup> Ou pelo menos dentre aquelas de que há mais notícias e de que se pode conhecer a sua história.

<sup>6</sup> Maria Alegria Fernandes Marques, *Estudos...*, p. 75-125.

<sup>7</sup> Bula *Causam que vertebatur*, de 1210 Novembro 15, Litrão, dirigida ao arcebispo de Compostela. *Bulário...*, p. 286-287, n.º 148.

*Livro dos Testamentos de Lorvão*, indica que o mosteiro albergaria cerca de 16 monges, ainda que admita que esse número poderá ser algo alargado em função do proposto pelo papa<sup>8</sup>.

Esta diferença de número acaso justifica a acusação de vida dissoluta apontada pelo bispo de Coimbra? Isto é, a admitir-se a boa informação do papa, a sua indicação tem de ser tida como credível. Logo, contrapor-se-lhe uma comunidade de monges de cerca de 16 membros, menos de metade daquela que o papa previa para monjas, parece indicar uma menor valorização da casa monástica, da sua imagem e do seu património, em tempo dos monges.

Notemos, porém, que a análise do processo mostra-nos como certa apenas uma fugidia presença e intervenção de monges do mosteiro, uns escassos seis (entre os quais apenas dois presbíteros) do grupo que poderemos considerar pró-entrega do mosteiro<sup>9</sup> e um solitário, mas apagado Fr. Estêvão, que, tendo comparecido perante os juizes apostólicos, o bispo e o deão de Zamora e o abade de Moreruela (após a entrada das monjas no mosteiro de Lorvão, isto é, pelo ano de 1207 ou primeira metade de 1208<sup>10</sup>), inquirido se pretendia alegar algo no processo, particularmente acerca do mandato papal de retirada das freiras do mosteiro e reentrada dos monges

<sup>8</sup> *Ob. cit.*, p. 113 e nota 89.

<sup>9</sup> Aqueles que deixaram os seus nomes em documento que atesta a inexistência de violência sobre a comunidade, por parte do rei Sancho e de sua filha, bem como a concessão voluntária do seu mosteiro e a demarcação da acção que alguns outros moviam contra a rainha. Maria Alegria Marques, *Estudos...*, p. 107, doc. 10. Se assim era, sobretudo esta segunda situação, parece evidente que a comunidade lorbanense se achava dividida, agora, como já o estivera antes. E tanto mais nos inclinamos para esta interpretação quanto, aproximando a bula *Si karissimus in Christo*, de 24 de Outubro de 1206 e o documento em que vários monges de Lorvão declararam, perante o bispo e o deão do Porto, que não tinha sido exercida violência sobre eles pelo rei D. Sancho nem por sua filha e que concederam voluntariamente o seu mosteiro (cfr. *Estudos...*, p. 106-107, docs. n.º 9 e 10, respectivamente), se conclui que estes documentos, contemporâneos, revelam atitudes e sentimentos bem diversos por parte de monges de Lorvão. E isso nos leva a crer numa dissensão na comunidade.

<sup>10</sup> Uma vez que o bispo de Zamora é comissionado por bula de 24 de Outubro de 1206 (*Si karissimus in Christo*; cfr. *Estudos...*, p. 106, n.º 9) e a informação destas diligências se acha em documento de 30 de Julho de 1208 (*ibidem*, p. 108-111, n.º 12).

(em 1206<sup>11</sup>), nada quis dizer, nem por si, nem pelos outros<sup>12</sup>. A esse reduzido grupo se juntava o seu abade, como é óbvio.

Regressando às nossas questões, cremos ser de admiti-las, dado o desenrolar do processo. A existência da apelação para o papa e a sustentação da questão, por parte de um grupo de monges, onde se encontrava o abade Julião, e que teve de ser protagonizada pelos descontentes<sup>13</sup>, são a prova da manutenção de um espírito senão de comunidade, pelo menos de grupo, da facção que aqueles formavam. Por outro lado, a sentença final de Inocêncio III, ao mandar retirar as monjas e fazer regressar os monges à sua casa, restituindo-lhes ofícios e dignidades, parece prever alguma facilidade em reagrupar os antigos (ou, pelo menos, a maior parte dos antigos) habitantes do mosteiro de Lorvão. Um vez que nos parece haver uma clara dissensão no mosteiro, não sabemos onde estariam *todos* os monges, pois pensamos que aquela se prolongaria na divisão da comunidade e afastamento dos grupos.

Porém, fica-nos certa a entrada do abade Julião e de alguns monges (cujos nomes nos ficam desconhecidos), no mosteiro de Pedroso, ou noutros<sup>14</sup>,

<sup>11</sup> A bula citada na nota anterior.

<sup>12</sup> *Estudos...*, p. 109, doc. 12. Convenhamos, porém, que, neste momento, ainda seria possível alguma união entre os monges: coniventes ou resistentes, ambos os grupos tinham uma razão para existir; uns, a exemplo do abade Julião, que mudou de campo ou, pelo menos, de ideias quanto ao mosteiro, pretendiam fazer reverter a situação, outros, pela natureza da sua posição no processo; todos em obediência ao mandato apostólico.

<sup>13</sup> Já em Outubro de 1206 o papa declarava que os monges se lhe haviam queixado de que tinham sido expulsos violentamente, do seu mosteiro, pelo rei, para o conceder a sua filha Teresa (cfr. bula *Si karissimus in Christo*, de Latrão, Outubro, 24, in *Estudos...*, p. 106, doc. 9). Já aí se lê que o abade resignara o mosteiro nas mãos do rei sem o consento e vontade do seu convento. No entanto, a referência a uma atitude de revolta do abade Julião perante a nova ordem das coisas apenas se acha registada em documento de 30 de Julho de 1208, passado em Zamora, porque da autoria do seu bispo e do deão do respectivo cabido, na qualidade de juizes apostólicos (*Estudos...*, p. 108-111, doc. 12). Esta posição do abade está corroborada pelo registo da sua atitude de denúncia da falsidade dos selos apostos no instrumento de renúncia do abade Julião ao seu mosteiro (*Estudos...*, p. 113, doc. 14). Sendo assim, tem de concluir-se que o abade mudou de opinião e de campo entre o ano de 1205 e o de 1208, pelo menos; (para o primeiro, ver *Estudos...*, p. 104, doc. 7).

<sup>14</sup> Isto mesmo afirma o bispo de Coimbra em documento não datado, mas que se tem de situar pelo final do ano de 1205, por certo no seu último trimestre. Cfr. Marcelino Rodrigues Pereira, "O latim de alguns documentos da Sé de Coimbra (1086-1210)", in *Revista Portuguesa de História*, V, p. 379-380, doc. IV. Este autor propõe o ano de 1206, tendo em vista a redacção do documento episcopal, enquanto nós consideramos antes a notícia que ele veicula, isto é, a presença do abade de Lorvão no mosteiro de Pedroso e o tempo da sua entrada aí. Esta teria sido ou mesmo anterior ou praticamente simultânea à entrada das freiras

no ano de 1205<sup>15</sup>. Pela nossa parte, já tentámos encontrar a sua pista no cartório dessa instituição. Em vão. Percorremos a documentação até 1247 e, em nossa opinião, talvez que um monge, de nome Julião, que testemunha actos em 1243, 1244 e 1245 se possa identificar com o último abade de Lorvão. Sobre os monges, alguns deles acabaram por sair de Pedroso, «ad monasteria in quibus religionis habitum susceperant et professionem fecerunt monachalem». Mas quanto a esses, não temos qualquer pista para os seguirmos, nem, muito menos, uma indicação, mínima que seja, desses mosteiros onde terão professado. Por isso, perguntamo-nos se, acaso, se passou, neste momento, algo de semelhante ao que o papa viria a recomendar, em 1210, no final da questão<sup>16</sup>, isto é, que a sua reinserção noutros mosteiros fosse feita, um a um, por diversas casas monásticas, em vez de numa única, em grupo, ainda que pouco numeroso.

Mesmo aceitando a pequenez da comunidade lorbanense, ainda assim há que admitir outros destinos para os seus egressos<sup>17</sup>, de que não é de excluir a saída para o estrangeiro, tanto mais que as queixas sequentes à retirada de Lorvão se fizeram pela cúria pontifícia, mas também por Zamora e Santiago [de Compostela], como dizem os documentos que dão conta do final do processo<sup>18</sup>. Claro que a causa não exigia necessariamente a presença de qualquer monge, mas também nada a nega. Ora, saídos do reino, em busca de justiça ou, pelo menos, de aliados, a por lá terem ficado terá sido um simples passo.

---

em Lorvão. Quanto aos mosteiros onde se teriam acolhido, apenas é citado o de Pedroso, nenhum mais. Cfr. Bernardo Vasconcelos e Sousa (Dir.), Isabel Castro Pina, Maria Fernanda Andrade e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento – Guia histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005, p. 117, onde se cita também o de Pendorada.

<sup>15</sup> Admitindo-se que as freiras fizeram a sua entrada em Lorvão na véspera de Natal de 1205, o mosteiro já teria que estar vago dos seus anteriores moradores. Logo, estes teriam que ter já nova morada e o mosteiro de Pedroso era a do seu abade e, talvez, também a de alguns dos seus monges.

<sup>16</sup> Na bula *Causam que vertebatur*, de 15 de Novembro de 1210 (*Bulário...*, p. 286-287, n.º 148), manda que os monges fossem integrados, «um a um, em mosteiros bem ordenados», como veremos.

<sup>17</sup> À semelhança do que, no séc. XIX, aconteceu a muitos dos exclaustrados pelo Decreto de 28-30 de Maio de 1834: refazerem carreiras, ordenando-se (no caso de o não serem), entrarem no clero paroquial, seguirem profissões no século.

<sup>18</sup> *Estudos...*, p. 117-120, dos. 17 e 18.

Aliás, a cremos nas notícias de Fr. Leão de São Tomás<sup>19</sup>, o cronista dos beneditinos portugueses, que escreveu no séc. XVII, um desses egressos de Lorvão terá sido um tal Fr. Ricardo, que saiu do reino e rumou até Itália, tendo-se ficado por Monte Cassino, berço da sua Ordem, acolhido à sombra protectora do túmulo e da aura do fundador e protector dos beneditinos. Ainda segundo o cronista, de Monte Cassino, Fr. Ricardo terá escrito uma carta a um seu ex-confrade de Lorvão, agora no mosteiro de Pedroso, cujo texto o mesmo Fr. Leão de São Tomás nos transmite<sup>20</sup>. A sua leitura deixa perceber alguns problemas, alguns dos quais já apontados por outros autores, coevos, de que o mais importante é, parece-nos, o problema da sua data, no que ao ano diz respeito (1201). Cremos que o seu erro é demasiado flagrante para sair da pena de um homem que se diz ter feito parte de um grupo que sofreu todo um processo como foi o da expulsão dos monges de Lorvão, do seu mosteiro. Portanto, cremos que sem ficar de excluir a existência de um monge que, mais do que ele mesmo, vale como símbolo de outros mais que, expulsos de Lorvão, podem ter ficado errantes pelos caminhos do reino e da cristandade, a maioria dos egressos de Lorvão terá permanecido no reino, em diversas situações, de que uma possível terá sido o ingresso em outras casas monásticas. Mas perde-se-lhes o rasto, no desconhecimento dos seus destinos.

Por outra via, cremos que o desenrolar da questão indicaria que os monges, isto é, uma sua parte, não se afastassem da região. Diremos mesmo que os partidários da entrega do mosteiro haviam de achar acolhimento no seio da corte régia ou em ambiente afim. Notando que o documento do bispo de Lamego que tornou público que o abade e monges de Lorvão receberam 500 áureos da rainha D. Teresa para as despesas com o processo e declararam não querer reingressar no mosteiro, renunciando aos documentos alcançados do papa e do arcebispo de Compostela, juiz apostólico na causa, contou com a presença do chantre do Coimbra, do arcediogo Mendo Martins, do mestre (escola), do acólito Estêvão, e dos priores das igrejas de Santiago (Pedro Rodrigues) e de São Bartolomeu (Frutuoso)<sup>21</sup>, mais convicta ficamos

<sup>19</sup> *Beneditina Lusitana*. Introdução e notas críticas de José Mattoso. Ed. fac-similada. I, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1974, p. 338-348.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 342-343.

<sup>21</sup> Esta igreja pertencia ao mosteiro desde 957; cfr. Aires Nascimento, *ob. cit.*, p. 147.

do apoio conimbricense (ou pelo menos do de algum do clero da cidade) que a facção pró-entrega do mosteiro granjeava<sup>22</sup>. Aliás, esta atitude está de acordo com uma outra, de 1206, que indica o mesmo sentido: a presença de muitos religiosos da igreja de Coimbra, entre os quais os detentores das dignidades do cabido, confirmando e subscrevendo o documento do bispo de Coimbra, pelo qual ele concedia o mosteiro à rainha D. Teresa, depois de aí ter introduzido monjas da Ordem de S. Bento, por ser a única maneira de salvar o mosteiro<sup>23</sup>. Assim, e apesar das dúvidas, parece ficar claro o apoio do clero de Coimbra à atitude do seu bispo, em relação ao mosteiro de Lorvão. Se era genuíno e justo, isso já é outra questão, para a qual não temos resposta.

No final da contenda, ao dar conta das muitas diligências que fizera por ordem do seu metropolitano, o arcebispo de Compostela, simultaneamente juiz apostólico, o bispo de Lamego informa de que, no seu cumprimento da ordenação papal, depois de ter recebido a renúncia e a resignação do abade e dos monges, concedera cartas (de recomendação) àqueles monges que fossem recebidos «noutros mosteiros, bem ordenados». Mais uma passagem que sempre nos surpreendeu e não deixa de nos intrigar. Em primeiro lugar, a atitude do bispo é selectiva: apenas se dirigia àqueles que fossem recebidos noutros mosteiros. Mas quais seriam? Uma resposta parece óbvia, ao nosso olhar: aqueles que estivessem isentos do rótulo de vida dissoluta. Mesmo assim, não nos colocamos numa perspectiva maniqueísta, escolhendo entre coniventes e resistentes; uns e outros ofereciam a capacidade de poder ser considerados rectos ou impuros. Por isso, entendemos que a declaração do bispo permite pensar que nem todos seriam recebidos noutros mosteiros. Porquê? Colherá a mesma razão que considerámos anteriormente? Isto é, estavam, à partida, afastados aqueles a quem pudesse ser colocado o labéu de dissoluto? Mas, ainda assim, o que considerar por dissoluto, na circunstância? No meio de tantas dúvidas, não pode deixar de atender-se a uma passagem da bula *Causam que vertebatur*, a última sobre o processo. Aí se diz que «os monges colocados, um a um, noutros mosteiros façam penitência dos seus pecados e que a liberdade eclesiástica não seja escravizada pela

<sup>22</sup> *Estudos...*, p. 116-117, doc. 16.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 105, doc. 8.

insolência [do poder] secular»<sup>24</sup>, o que pode permitir a hipótese de algum auxílio deste a uma conduta menos correcta dos monges de Lorvão ou, tão-só, ser sinal da ingerência do poder secular (régio) na questão de Lorvão.

Mas o processo da mudança de ocupantes do mosteiro de Lorvão, no início do séc. XIII, não deixa de nos surpreender. Em Outubro de 1206, o abade de Lorvão era claramente acusado, em bula papal<sup>25</sup>, de «ter resignado nas mãos do rei, sem consenso e vontade do seu mosteiro». Porém, em breve a sua atitude mudou, pois em documento de 30 de Julho de 1208, passado em Zamora pelo bispo da cidade e dirigido ao papa, dando conta do andamento do processo, já se dá conta da reacção dos monges e de «Julião, que se dizia abade de Lorvão». E, a partir daí, até ao desenlace final, ele não deixou de estar presente, sublinhando-se, até, a comunhão de sentimentos e atitudes, entre ele e os seus monges; perante a sentença papal, final, «uno ore, una voce», declararam não querer retornar ao seu mosteiro, nas condições impostas pelos delegados apostólicos, mas preferirem resigná-lo.

Onde começavam e onde acabavam os contornos da ambiguidade das atitudes desta figura? Talvez que na citada bula *Causam que vertebatur*, de 15 de Novembro de 1210, e dirigida ao arcebispo de Compostela se ache alguma pista: «prefatos abbatem et monachos per vim et metum fuisse cohactus monasterium de Lorbano deserere», fez escrever o papa, numa altura do processo em que estaria muito bem esclarecido, bem como já não teria ilusões acerca da figura do rei de Portugal, dos seus conselheiros e das suas atitudes. Mas onde se alterou o espírito e o sentir do abade de Lorvão? Onde ganhou coragem para mudar a sua atitude de receio e transformar «a força e o medo» que o podem ter coagido a agir em contradição com a sua própria condição? Se ele ingressou em Pedroso, após a resignação do seu mosteiro, em 1205, teria esta comunidade religiosa alguma responsabilidade na sua transformação? Acaso, aí achou força e apoio para assumir os seus deveres de abade e para renegar a atitude de sujeição e conivência de que dera prova, ao renunciar ao seu mosteiro? Bom seria acharmos uma pista para tanta questão, mas nada conhecemos que nos possa esclarecer.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 287.

<sup>25</sup> *Si karissimus in Christo*, de 1206, Outubro, 24, Latrão. *Estudos...*, p. 106, doc. 9, dirigida ao bispo e deão de Zamora e ao abade de Morerueta.

Talvez também que os conselheiros do abade, por cautela, tenham preferido ficar na sombra.

Ora, a abordagem que hoje apresentamos, mais focada que a que havíamos realizado em 1980, vem, afinal, reforçar aquela faceta do rei D. Sancho I, de interventor em matérias eclesiásticas, mesmo com o recurso à violência, em data em que se desenrolavam outros processos com o clero, nomeadamente com o bispo de Coimbra<sup>26</sup>.

Porém, em bom rigor, nada do que afirmamos toca no ponto essencial da questão de Lorvão no final do séc. XIII, os motivos da retirada dos monges.

Nos nossos estudos, sempre temos defendido o papel de vítimas que os monges de Lorvão nos parecem ter sido, nas mãos do rei de Portugal<sup>27</sup>, do bispo de Coimbra e da ex-rainha de Leão.

Porém, Aires Nascimento, no importante estudo que nos tem vindo a servir de referência<sup>28</sup>, desenvolve toda uma construção que centra o problema numa «comunidade rebelde»<sup>29</sup>, pouco aberta à inovação, que dificultou «a transição para o novo regime regular» (leia-se o proposto pela regra beneditina)<sup>30</sup>. Baseia-se na «conservação de livros tradicionais», através «de cópias»<sup>31</sup>, na «solidariedade» perceptível entre o abade e a comunidade, na designação desta por «collegium», «collatio», «congregatio»<sup>32</sup>, no antagonismo entre a comunidade lorbanense e os bispos de Coimbra, cuja memória ficou exarada em documento do final do séc. XII<sup>33</sup>.

---

<sup>26</sup> De recordar que no final desse mesmo ano de 1210 se agravaram as relações entre o rei e o bispo de Coimbra, de que dão prova evidente as bulas *Si diligenter attenderes*, *Licet veberabilis* e *Vehementer nos zelus*, todas de início de 1211 (*Bulário...*, p. 295-301, nºs. 154, 155 e 156), sendo certo que acabara de sair de uma outra contenda, com o bispo do Porto.

<sup>27</sup> Com este, já os monges teriam tido uma outra questão, como é referido no relatório do bispo de Zamora e do seu deão, em 30 de Julho de 1208 (cfr. *Estudos...*, p. 84 e 111, doc. 12).

<sup>28</sup> Citado *supra*, nota 3.

<sup>29</sup> *Ob. cit.*, p. 107.

<sup>30</sup> Notamos que esta interpretação aponta para a persistência mais longa que normalmente se indica, e cronologicamente mais consentânea, da tradição peninsular, em termos de vida monástica. Pensamos mesmo que a posição indicada exige um aprofundamento das pistas que propõe, até tendo em vista as novas manifestações no panorama do monaquismo português do séc. XIII.

<sup>31</sup> Aires Nascimento, *ob. cit.*, p. 107.

<sup>32</sup> *Ob. cit.*, p. 107.

<sup>33</sup> Se esta é a queixa dos monges acerca dos bispos, perguntamo-nos se estes não tinham outros agravos daqueles, além do não pagamento dos direitos episcopais. Questionamo-nos

Pela nossa parte, pretendemos, antes, chamar a atenção para alguns aspectos que ora se nos mostram com mais vigor e fazem crescer as nossas dúvidas.

São, eles, a questão de Pedroso e a profissão monástica dos monges saídos de Lorvão. Porquê a escolha deste mosteiro? Se admitirmos que também, nessa opção, não houve qualquer coação sobre os monges e que o abade de Lorvão e os seus monges o escolheram ou aceitaram de livre vontade, que afinidades teriam com ele? Ou, bem ao contrário, que mais valia apresentaria esta casa monástica, aos olhos do bispo de Coimbra, que a escolheu ou aceitou para acolhimento de monges de vida dissoluta e delapidadores de bens?

Na verdade, não sabemos (e duvidamos que se saiba). Mas cremos que qualquer tentativa de resposta tem que equacionar as questões que formulámos anteriormente. De acordo com elas, ou o mosteiro de Pedroso era, ainda, um certo representante da tradição<sup>34</sup> (a ponto de os monges

---

também se o sentimento era geral e se não havia solidariedades com o bispo e o que é que estas podiam significar. Por exemplo: que leitura deve fazer-se da presença dos monges de Lorvão entre os de nove mosteiros (todos das Beiras, à excepção deste mesmo) que se dirigiram ao papa Inocêncio II sobre as atitudes do arcebispo D. João Peculiar contra o bispo de Coimbra, D. Bernardo? Cfr. *Livro Preto da Sé de Coimbra*. Edição crítica. Texto integral. Director e Coordenador Editorial: Manuel Augusto Rodrigues. Director Científico: Cónego Avelino de Jesus da Costa. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1999, p. 860-861, n.º 636 (doravante citado por *LP*). Por contraponto, refira-se que nas citadas queixas dos monges de Lorvão sobre os bispos de Coimbra, se encontram referências sobre este bispo; cfr. Rui de Azevedo, *O mosteiro de Lorvão na Reconquista cristã*. Separata do *Arquivo Histórico de Portugal*. Lisboa, 1933, p. 60-61, n.º XXI. Por completude, pois que pode ter sentido diverso de tudo isto, não passando efectivamente do que formalmente é, acrescente-se o juramento de obediência do abade Salvador, à Sé de Coimbra, na pessoa do mesmo bispo Bernardo, que ficou exarado em *LP* (p. 107, n.º 62) e que deve situar-se por 1143-1146 (cfr. Aires Nascimento, ob. cit., p. 99-100, n. 51). Registada fosse a que título fosse, pelos responsáveis da Sé de Coimbra, fica sempre a dúvida, de sentido positivo ou negativo, do valor que davam à memória desse acto.

<sup>34</sup> Segundo José Mattoso, o mosteiro de Pedroso terá sido um dos últimos a adoptar os costumes beneditinos (*Le monachisme ibérique et Cluny: les monastères du diocèse de Porto de l'an mille à 1200*. Louvain: Publications Universitaires de Louvain, 1968 [trad. Port.: *O monaquismo ibérico e Cluny. Obras Completas*, vol. 12, Lisboa: Círculo de Leitores, 2002], p. 126-129. De notar, contudo, a opinião de A. Linage Conde, *Los orígenes del monacato benedictino en la Península Ibérica*. II, *La difusión de la "regula benedicti"*, León: Centro de Estudios e Investigación "San Isidoro"/CISC, 1973, p. 745). Tenha-se ainda presente que foi neste mosteiro que Maria José Azevedo Santos encontrou a prova documental mais tardia "do uso da escrita visigótica, acentuadamente de transição para a carolina", com data de 1172,

eventualmente o terem escolhido) ou já um local de sólida adesão a novas correntes (no caso, a beneditina) que a hierarquia queria que fosse (e entendia que seria) contagiante aos «rebeldes» de Lorvão<sup>35</sup>. Certo, nos fica, que, perante uma situação grave, e agravada na circunstância, que levava o bispo de Coimbra a escolher, ou aceitar, um mosteiro para acolhimento dos monges de Lorvão, não era grande a sua possibilidade de escolha. Ao longo do séc. XII, assinala-se a presença de mosteiros na parte sul da diocese de Coimbra, como revelámos recentemente<sup>36</sup>, e que, necessariamente, estavam ligados à tradição peninsular, mas os aspectos da sua vida desconhecem-se totalmente (incluindo as relações com o bispo diocesano), e regista-se a efervescência que se vivia noutros, que não sendo em território da diocese, se achavam sob a alçada do bispo de Coimbra<sup>37</sup>. E que significado tem a presença do mosteiro de Lorvão entre os nove que, entre 1139-1143, se dirigiram ao papa, denunciando os actos condenáveis do arcebispo de Braga, em Coimbra, e pedindo protecção para o seu bispo, então D. Bernardo?<sup>38</sup>

enquanto foi em Lorvão e relativamente ao ano de 1168 que se confrontou com a presença da “última carta completa e original no mesmo tipo de letra” (*Da visigótica à carolina. A escrita em Portugal de 882 a 1172 (aspectos técnicos e culturais)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994, p. 200). Acaso se deverão aproximar estes aspectos de tudo quanto se terá passado no mosteiro de Lorvão?

<sup>35</sup> Isto, sem questionarmos a informação do documento de 29 de Agosto de 1108 (*LP.*, p. 711-713, n.º 533), que indica a compra de 1/8 do mosteiro de Pedroso, pelo bispo D. Maurício, e o percurso histórico desse acto.

<sup>36</sup> *O arceidiagado de Penela na Idade Média. Algumas notas*. Separata de *Revista do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra*, 8 (2008), p. 97-143. Aí assinalamos os mosteiros de Murta (c. Alvaiázere), Alge (c. Figueiró dos Vinhos), e Pêra (c. Castanheira de Pêra), todos existentes ainda no início do séc. XIII, mas desaparecidos depois, sem que se conheça a sua vida ou qualquer processo da sua morte. Estes mosteiros não colhem qualquer referência na obra *Semente em boa terra. Raízes do Cristianismo na Diocese de Coimbra*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2000, especialmente a p. 55-57.

<sup>37</sup> Referimo-nos aos mosteiros em território da diocese de Viseu, que viveram, nesse século, a sua passagem a Cister. Cfr. Maria Alegria Marques, «A introdução da Ordem de Cister em Portugal», in *Estudos...*, p. 29-73.

<sup>38</sup> *Livro Preto da Sé de Coimbra*. Edição citada, p. 860-861, n.º 636. Os restantes mosteiros são: São João de Tarouca, São Pedro das Águias, São Nicolau de Bagaúste, Santa Maria de Cárquere, São Miguel de Paiva, São Pedro de Tonda, Santiago de Sever, Santa Maria de Figueiredo. De notar que, dentre aqueles que sobreviveram, a maioria se ligou à observância cisterciense (à excepção de Cárquere, que se afirmou cruzio, e São Miguel de

E, ao haver notícia de monges de Lorvão que, agora (1205), colocados perante factos que se adivinhavam irremovíveis, se vergavam, finalmente, à aceitação de uma nova orientação espiritual, patente na indicação de que fizeram profissão monástica nos mosteiros em que entraram, perguntamo-nos que monges eram esses e que profissão era essa. Ou, questionamo-nos, se, antes, não estaremos perante alguns daqueles homens que sempre gravitaram à volta dos mosteiros, mas não eram monges professos e que, agora, abandonados e despojados, assim procuravam elos que os vinculassem e garantissem numa instituição, situação que não deixaria de levantar outros problemas, como é óbvio.

O desmantelamento da comunidade, após a retirada para Pedroso, sugere-nos também alguma reflexão. A sua justificação tem que procurar-se quer em factores endógenos, de que a contumácia dos monges em perseverarem no seu *modus vivendi* seria o principal e aconselharia a dispersão, quer em factores exógenos, de logística tão-só (ou outros), onde não faltaria a intenção do bispo de Coimbra e a anuência do do Porto<sup>39</sup>. Mas numa intenção dirigida a quê e numa anuência motivada por quê?

3. Como corolário de todos estes problemas, um outro se impõe: qual o papel de D. Teresa, em todo este processo da expulsão dos monges e da introdução de monjas no mosteiro de Lorvão? Temos defendido que, regressada do reino onde reinou, Leão, D. Teresa teria buscado um lugar para recolhimento. Propusemos que o tenha feito à semelhança do que estava em uso em Castela, através do mosteiro de Las Huelgas. Com a acção do

---

Paiva, que, provavelmente, veio a ser a ermida premonstratense de Santa Maria de Paiva). Perguntamo-nos que elo tinha o mosteiro de Lorvão com todos estes, em 1139-1143, ou se esta associação foi meramente esporádica e circunstancial.

<sup>39</sup> Curiosamente, o bispo do Porto surge mencionado na questão em 1206, por ter sido nomeado delegado apostólico à questão (*Estudos...*, p. 107-108, docs. 10 e 11), em lugar do bispo de Lisboa, cuja presença fora contestada pelos monges de Lorvão reclamantes acerca da situação. Aliás, no documento de 28 de Dezembro de 1206, em que se tornava público e certificava que por cuidada investigação fora considerada legítima a concessão do mosteiro à rainha D. Teresa e a introdução de monjas, nele, lê-se que estiveram presentes, ao acto, o deão do Porto, o prior de Cedofeita e o capelão do bispo do Porto. Talvez sintomaticamente, apesar de o bispo do Porto ser considerado juiz delegado pelo papa (*Estudos...*, p. 107, doc. 10), não conhecemos qualquer nomeação, nem ele voltou a aparecer ou, sequer, a ser citado em qualquer fase do processo. Curiosamente, há aqui alguma simultaneidade com as desavenças do bispo do Porto com o rei; dever-se-á a isso esta fugaz presença nesta contenda?

pai e a ajuda do bispo de Coimbra, os monges de Lorvão foram forçados a ceder-lhe a sua casa.

Por sua vez, Aires Nascimento propõe uma interpretação algo diferente: não teria havido uma primeira intenção de D. Teresa, mas antes um aproveitamento da situação gerada à volta de Lorvão. Pela nossa parte, atenta no desenrolar dos factos que envolveram a ex-rainha de Leão, seu pai e suas irmãs, continuamos a perfilhar a mesma opinião. Num momento, ruína o seu mundo. Fora a sua separação forçada, em 1194, o seu regresso a Portugal, com a infanta D. Dulce, o casamento de seu ex-marido, o rei de Leão, com Berengária de Castela (1197); a morte da rainha de Portugal, Dulce, sua mãe, em 1198, a orfandade de suas irmãs, Mafalda (a que menos cuidados lhe daria, pois que entregue aos cuidados de uma ama que a adaptou de corpo e alma), Branca e Berengária, de tenra idade; os novos amores de seu pai. Tudo pesaria numa decisão de D. Teresa, em buscar um refúgio das amarguras do mundo; aliás, a exemplo do que fizera também sua tia e sogra, D. Urraca Henriques, quando se viu separada de seu marido, Fernando II, também ele rei de Leão. Além de que, não havendo qualquer intenção de D. Teresa no processo, como interpretar o facto de a rainha ter dado 500 áureos, aos monges de Lorvão, para pagamento das despesas do litígio e em troca de os monges renunciarem ao seu mosteiro?<sup>40</sup> Ainda que se possa pensar que esta obrigação escondia os verdadeiros agentes da acção, também nos parece demasiado pesada e até comprometedora para quem não tivesse qualquer responsabilidade nos actos e se tivesse limitado a receber um bem, ainda que ele fosse o secular mosteiro de Lorvão.

No final, como saldo, talvez que o segredo da salvação do mosteiro de Lorvão tenha residido em tudo isto<sup>41</sup>.

4. Questionado o destino dos homens de Lorvão, há outras perguntas que se impõem: qual foi o destino do património do mosteiro de Lorvão? E todo

<sup>40</sup> *Estudos...*, p. 116-120, docs. 16, 17 e 18.

<sup>41</sup> Sobretudo se pensarmos que é possível admitir que a causa do desaparecimento do mosteiro da Vacariça, muito próximo do de Lorvão, e entre os quais se contam tantas afinidades, tenha sido a teimosia dos seus monges em não aceitarem a nova ordem espiritual que se impunha na Cristandade, o beneditismo.

ele teve a mesma sorte? A resposta mais óbvia a estas questões passa pela consideração do percurso dos bens imóveis do mosteiro. E aí, como também já demonstrámos, não se percebe qualquer quebra no imenso património que a instituição já detinha. Não obstante, registamos que os documentos papais são persistentes em considerar a má gestão dos monges, no espiritual e no temporal<sup>42</sup>. Mas não pode esquecer-se que é o próprio pontífice a considerar a possibilidade de a casa vir a acolher 40 monjas. Haveria, pois, capacidade material para prover ao seu sustento. Donde, fica a dúvida da dissipação atribuída aos monges. E pela análise do cartório do mosteiro chegado até nós, não há, em rigor, uma visão tão catastrófica da situação desse mesmo património. Portanto, perguntamos: o que conhecemos, hoje, do cartório do mosteiro? Perderam-se muitos documentos? Destruíram-se uns quantos? (situação não muito aceitável, pois haveria todo o interesse em fazer prova, à posteridade, dessa má gestão dos monges de Lorvão).

No entanto, ainda no estudo que vimos seguindo, Aires Nascimento coloca também o problema da vida económica do mosteiro, afirmando que ela «estava em ruptura no início do séc. XIII, apesar de compras havidas e de doações recebidas»<sup>43</sup>.

Ora, pelo que já escrevemos, repetidamente, e ainda mesmo, agora, neste aspecto, de forma alguma podemos seguir o ilustre Professor. O arrendamento que invoca, não passava de vulgar forma de gestão do património fundiário; nos penhores que indica, o mosteiro apresentava maior capacidade no seu resgate que necessidade na hipoteca que fez. Por isso, mantemos, hoje, a opinião de que, nos últimos anos de ocupação masculina, o mosteiro de Lorvão se mostrou com capacidade económica desafogada, como o provam as muitas compras que fez e os montantes que envolveram, bem como as doações de que continuou sendo alvo<sup>44</sup>, ou, *maxime*, a capacidade que

---

<sup>42</sup> Atente-se nesta passagem da já citada bula *Causam que vertebatur*, passada em Latrão, a 15 de Novembro de 1210, no final do conflito: «predictum monasterium per eosdem abbatem et monachos multis et magnis criminibus irretios in spiritualibus et temporalibus esse collapsum».

<sup>43</sup> *Ob. cit.*, p. 150.

<sup>44</sup> *Estudos...*, p. 80-82.

apresentava, no final da contenda, de poder acolher 40 monjas, segundo reconhecia o próprio papa<sup>45</sup>, como referimos acima.

Quanto aos prejuízos espirituais invocados, quais foram eles, que tanto prejudicaram a casa de Lorvão? Seria essa persistente contumácia, em não acatar as novas orientações em matéria de vida monacal, que os bispos de Coimbra tanto gostariam de ver implantadas no cenóbio de Lorvão e por que tanto porfiaram, desde o início do séc. XII, de seguida à restauração do mosteiro, em 1116? Sem resposta, no momento, a questão fica em aberto, até novas e mais argutas reflexões. E entendemos que ela não pode centrar-se apenas em Lorvão e nos seus monges. O que deixamos escrito acerca do caminho, ou de um dos caminhos, que lhe foram propostos obriga a equacionar também o momento que se viveria no mosteiro de Pedroso<sup>46</sup>.

5. Porém, valha a verdade, assinala-se uma parcela valiosíssima do imenso património do mosteiro de Lorvão que não terá sofrido quebra ou, pelo menos, quebra assinalável. Referimo-nos ao seu formidável espólio em manuscritos, litúrgicos ou não. A riqueza que ele era e representava não foi beliscada. Por um lado, os monges souberam preservá-lo, nesse vendaval em que meteram o seu mosteiro ou em que foram apanhados<sup>47</sup>; por outro, as monjas souberam apreciá-lo, prova de que eram suficientemente ilustradas, a ponto de o perceberem e valorizarem, ou souberam rodear-se de homens, directores espirituais, que bem os conheciam, apreciavam e souberam preservar.

Ao tema que hoje nos congrega aqui – *Continuidades e rupturas na cultura unducentista do Mosteiro Laurbanense* - considere-se que, tanto os mosteiros femininos, como os masculinos, necessitavam de livros da mesma

<sup>45</sup> E note-se que não há referência, por este tempo, à concessão de bens por D. Teresa. Torna-se também interessante atender-se aos principais bens comprados, por D. Teresa, para o mosteiro, entre 1206 e 1211. De 10 actos conhecidos, 7 relacionam-se com compras de 8 olivais (cfr. *Estudos...*, p. 171-172).

<sup>46</sup> Para o itinerário do estudo deste mosteiro siga-se Bernardo Vasconcelos e Sousa (Dir.), Isabel Castro Pina, Maria Fernanda Andrade e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *ob. cit.*, p. 59.

<sup>47</sup> Embora não possamos afirmar o que representa o que nos chegou do seu tempo e, por isso, responder a uma outra das questões colocadas para este Seminário: o que levaram os monges consigo, para além da memória e da sombra do seu mosteiro?

natureza, de vivência dos ofícios litúrgicos e do fortalecimento espiritual. Neste campo, obras como o *Liber usuum* de Cister, as constituições, os comentários à regra de S. Bento, o *Comentário de Santo Agostinho aos Salmos*, o *Comentário ao Cântico dos cânticos*, de São Bernardo, os livros litúrgicos (*Leccionário*, *Antifonário*), o *Martirologio*, os livros canónicos, os *Moralia* ou *Expositio in Liberum Job*<sup>48</sup>, tanto diziam a monges, como a monjas. Já o mesmo não se dirá do *Apocalipse* ou do *Passionário Hispânico*, obras de um tempo e de uma cultura hispânica antiga, que já pouco diriam às monjas. Ou do *Livro das Aves*, das cópias do *Vocabularium* de Papias, ou de Hugo de São Vítor ou de Hugo de Folieto, pelo seu carácter específico, mais dirigido a interesses de natureza científica e intelectual, embora sem descuido dos aspectos que diziam respeito à espiritualidade<sup>49</sup>.

Por isso, entendemos que mais que procurar permanências, haverá de perscrutar a inovação: o que é que as monjas de Lorvão trouxeram, de novo, a Lorvão? Aceitando a proveniência estrangeira da sua primeira abadessa e tendo em conta os muitos contactos da sua protectora, a rainha D. Teresa, com o reino de Leão, que novidades apresentou o seu tempo, em termos de livros na biblioteca do mosteiro? E, se sim, pode estabelecer-se alguma relação com Leão? E que nos mostra o espólio do mosteiro, chegado até nós, relativamente ao conhecimento da espiritualidade das místicas cistercienses da época?<sup>50</sup>

Tudo questões que já pertencem a um outro campo, de um outro mundo, em que, manifestamente, não nos movimentamos. Mas sempre percebemos que os manuscritos lorbanenses ajudavam a uma certa espiritualidade que procuravam pelo menos algumas das mulheres entradas em Lorvão nesse longínquo Natal de 1205 e, definitivamente, no primeiro semestre do ano de 1211, há quase 800 anos.

<sup>48</sup> *Dicionário da Literatura Medieval Portuguesa Galega e Portuguesa*. Org. e coord. de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani. Lisboa: Caminho, 1993, s.v. *Mosteiros*.

<sup>49</sup> Admitindo, todavia, o interesse genérico que estas obras podiam suscitar em monjas que as viam pela primeira vez e que nelas podiam descobrir alguma emoção intelectual.

<sup>50</sup> Sobre a temática da cultura literária e da espiritualidade entre as monjas cistercienses na Idade Média, ver *Les moniales cisterciennes*. Dir. Jean de la Croix Bouton. IV, Abbaye de Notre Dame d'Aiguebelle: Commission pour l'Histoire de l'Ordre de Cîteaux, 1989, p. 69-90 e 101-138.

# A Extinção da Ordem do Templo em Portugal

Saul António Gomes

Universidade de Coimbra e CHSC

sagcs@fl.uc.pt

Texto recebido em/ Text submitted on: 28/02/2011

Texto aprovado em/ Text approved on: 30/08/2011

## *Resumo/Abstract:*

Este artigo pretende analisar o problema da extinção da Ordem do Templo em Portugal e da sua sucessão pela Ordem de Cristo. Procedeu à edição de documentos não publicados integralmente, até ao momento, muito em especial a inquirição levada a cabo por João Pais de Soure, em 1314. Inquirição forense controlada por oficiais ao serviço da Coroa, consequentemente acto documental isento de vício ou de suspeição à partida favorável aos templários, ela permite verificar, mau grado episódios de tensão entre o poder régio e a Ordem, a prevalência estrutural, na memória histórica dos templários portugueses, dos sentimentos de auxílio e de lealdade dos cavaleiros portugueses desta Ordem para com o rei.

This paper intends to examine the extinction of the order of the Knights Templars in Portugal and its succession by the Order of Christ. It edits documents not integrally published until now, specially the inquiry made by João Pais de Soure in 1314. This forensic inquiry controlled by officials serving the Crown is as a consequence a documental instrument free of vice or suspicion in the behalf of the Templars. Thus it enables us to verify, in spite of episodes of tension between the royal power and the Order, the structural prevalence in the historical memory of the portuguese templars of fellow-feelings and loyalty of the Portuguese knights of the Order towards the King.

## *Palavras chave/Keywords:*

Templários; Portugal; D. Dinis; Ordem de Cristo.

Templars; Portugal; D. Dinis; Order of Christ.

No dia 24 de Junho de 1319, D. Dinis assinou a concessão, à Ordem dos Cavaleiros de Jesus Cristo, das vilas, castelos e lugares de Soure, Pombal, Ega e Redinha, na Estremadura, e de Idanha-a-Velha, Idanha-a-Nova, Salvaterra, Segura, Proença e Rosmaninhal, na Beira. Tais lugares e castelos, referia o monarca, haviam sido ganhos pelo procurador da Coroa, em causa forense antiga, contra o mestre e os freires que haviam sido da Ordem do Templo, no tempo em que durou, citamos as palavras régias, a “*demanda e outorvação e dezasocego a dita Ordem tal porque foy desfeyta*”.

Pretendia D. Dinis, agora, corrigindo uma injustiça levada a cabo contra “*Deos e direyto e verdadeyra consciencia*”, renunciar a tais bens e doá-los à nova Ordem Militar de Cristo. Ordem, entenda-se, “*que se agora ha de fazer em reformação da outra sobredita que foy do Templo*”. A Ordem de Cristo, aprovada pelo papa João XXII, pela bula *Ad ea ex quibus*, assinada em Avinhão, a 14 de Março de 1319<sup>1</sup>, apresentava-se, deste modo, sublinhemolo, como “*em reformação*” da do Templo. A ideia de “*reformação*” da antiga Ordem, atendendo à lexicografia da carta régia que analisamos, significa, de algum modo, a consciência política dionisina de que a Ordem de Cristo se incorporava na herança da do Templo e herdava-lhe, conseqüente e legitimamente, todos os bens, ainda nas palavras do soberano, “*tambem temporaes como espirituães*”.

Todas as sentenças dadas em prejuízo do Templo ficavam, assim, derogadas e a “*posse e propriedade*”, que el-rei houvera, por sentenças que se reconheciam, em 1319, juridicamente inválidas por vício processual e negação ou inviabilidade de audiência à parte acusada, a dos cavaleiros de Salomão, dos antigos lugares e castelos templários, devolvida aos freires de Cristo<sup>2</sup>.

Mas é conveniente afirmar que, se no documento real antes citado, se fala de “*reformação*”, na bula do papa João XXII, *Ad ea ex quibus*, também referida, o vocabulário expresso, para enunciar a Ordem de Cristo, é o de “*noui ordinis*” ou “*nouam Christi miliciam*”, então estrategicamente

<sup>1</sup> *Monumenta Henricina*, [Org. Manuel Lopes de Almeida, Idalino Ferreira da Costa Brochado e António Joaquim Dias Dinis]. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960, Vol. 1, Doc. 61, pp. 97-110.

<sup>2</sup> Direcção Geral de Arquivos / Torre do Tombo (Lisboa) (doravante citada por TT) – Tombo das Comendas, N° 409, fls. 7-8.

estabelecida na Diocese de Silves, fronteira mais vizinha aos inimigos da Fé cristã, ficando encabeçada em Castro Marim<sup>3</sup>. A versão portuguesa dessa bula, dada por Domingos Eanes, tabelião de Santarém, em pública-forma de 11 de Maio de 1320, traduz literal e significativamente o conceito em causa por “*noua caualaria*”<sup>4</sup>.

A 18 de Novembro de 1319, em Lisboa, a Cúria real testemunhava a “*ordenação da caualaria de Jhesu Christo*”, assim se oficializando “*a noua ordenaçom da casa da caualaria de Jhesu Christo que foy logo canonicamente celebrada per o dicto senhor rey*”<sup>5</sup>. Dois dias depois, o novo mestre da Ordem, Fr. Gil Martins, com o convento da Milícia, passava declaração de quitação, ao monarca, dos bens que a Cora recebera da extinta Ordem do Templo, agora transferidos para a Ordem de Cristo<sup>6</sup>. A 11 de Junho de 1321, na ordenação da Cavalaria de Jesus Cristo, promulgada pelo seu “*primeyro meestre*”, regista-se que era Ordem “*feyta nouamente*”<sup>7</sup>. As expressões “*nova*” e “*novamente*”, naquele tempo, correspondem, como se sabe, à ideia de algo que se concretiza pela primeira vez, ou seja, de acto fundacional de raiz.

Mas esta afirmação oficial da “*novidade*” da Ordem de Cristo, procuraria, sobretudo, demarcar a sua originalidade face à desaparecida Ordem do Templo, mais, como se anotou, como discurso jurídico, do que como entidade estabelecida *ex nihilo*. O conceito de “*reformaçom*”, também usado na documentação, todavia, não deixa de ser significativo das concepções plurais que, em tal matéria, circulavam entre os oficiais e redactores da chancelaria régia à época.

Quando, no dia 13 de Outubro de 1307, Filipe, o Belo, rei de França, deu ordem de prisão dos cavaleiros templários existentes no seu reino, assim despoletando o complexo processo, que se estenderá à Península Ibérica e demais países europeus nos quais se registava a presença dos

<sup>3</sup> *Monumenta Henricina*, Vol. I, Docs. 61 e 63, p. 106 e 119.

<sup>4</sup> *Monumenta Henricina*, Vol. I, Doc. 62, p. 110-119: 112.

<sup>5</sup> *Monumenta Henricina*, Vol. I, Doc. 67, p. 126-128: 127.

<sup>6</sup> *Monumenta Henricina*, Vol. I, Doc. 68, p. 129-131.

<sup>7</sup> *Monumenta Henricina*, Vol. I, Doc. 73, p. 142-150: 143.

cavaleiros templários<sup>8</sup>, e que culminará na supressão da Ordem, decretada no Concílio de Vienne, de 1312<sup>9</sup>, governava o mestrado português templário, desde 1295, D. Vasco Fernandes<sup>10</sup>.

Seria este mestre, no seguimento das tentativas feitas para o estabelecimento de um catálogo dos prelados da Ordem em Portugal, o 24º governador templário em terras de Portugal<sup>11</sup>. Cumpria aos mestres governar

<sup>8</sup> JOSSERAND, Philippe – *Église et pouvoir dans la Péninsule Ibérique. Les Ordres Militaires dans de Rouyaume de Castille (1252-1369)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2004, p. 50-60 et passim.

<sup>9</sup> Vd. GODES, Jesús Mestre – *Os Templários. Alvorada e crepúsculo dos cavaleiros*. Lisboa: Pergaminho, 2001, p. 159 e seguintes; DEMURGER, Alain – *Jacques de Molay. Le crépuscule des Templiers*. Paris: Payot & Rivage, 2002; IDEM – *Les Templiers. Une chevalerie chrétienne au Moyen Âge*. Paris: Le Seuil, 2005.

<sup>10</sup> FERNANDES, Maria Cristina Ribeiro de Sousa – *A Ordem do Templo em Portugal (Das origens à extinção)*, [Dissertação de Doutoramento, policopiada]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009, p. 153.

<sup>11</sup> O elenco dos mestres da Ordem do Templo em território português varia de autor para autor. Fr. Bernardo da Costa conta 33 mestres, neles integrando os mestres dos “Três Reinos” (*Historia da Militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo dedicada a El-Rey D. Joseph I*, Coimbra, Oficina de Pedro Ginioux, 1771, p. 119). Fr. António Brandão apresenta uma lista de 11 mestres (vd. CAPÊLO, José Manuel – *Portugal Templário. Relação e sucessão dos seus Mestres (1124-1314)*. Lisboa: Aríon Publicações, 2003, p. 225). Fr. José de Brito elenca 24 mestres (vd. PARASHI, André Jean – *História dos Templários em Portugal. A fundação e os Mestres da Ordem*. Ericeira: 1992, p. 85-93). Fr. Lucas de Santa Catarina aponta 22 mestres (“Catalogo dos Mestres da Ordem do Templo Portuguezes, que tiverão e exercitarão este titulo e cargo nesta Coroa Portugueza, e em outras de Hespanha”, *Collecçam dos documentos e memorias da Academia Real da Historia Portugueza, que neste anno de 1722 se compuzerão...*, Lisboa, Academia Real da Historia, 1722). Diferente número dos anteriores é exposto por Alexandre Ferreira (*Supplemento historico ou memorias e noticias da celebre Ordem dos Templarios, para a historia da admiravel Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo*, 2 vols., Lisboa: Oficina de J. A. da Sylva, 1735; FERREIRA Alexandre e GOMES, Manuel, *Historia das Ordens Militares que houve no Reyno de Portugal*, Lisboa, Academia Real da Historia, 1735 (reimpressão, Lisboa, 1998)). Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo enuncia 28 mestres, (*Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram...* (Edição crítica por Mário Fiúza, Vol. II. Porto-Lisboa: Livraria Civilização, 1966, s. v. “Tempreiros”, p. 582-602). Vieira Guimarães lista 27 nomes (*Ordem de Christo*, Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1936, p. 441), no que foi seguido por François Gutton (*Le Chevalerie Militaire au Portugal (L’Ordre du Temple, l’Ordre du Christ, l’Ordre d’Avis, l’Ordre de Santiago)*. Paris: 1981, p. 25). Mário Simões Dias arrola 32 sucessões (*Os Templários em Portugal*. Coimbra, 1999, p. 67) no que é seguido por J. Pinharanda Gomes (*A Regra Primitiva dos Cavaleiros Templários*. Lisboa: Hugin, 1999, p. 9). José M. Valente 19 mestrados (*Soldiers and settlers: the knights Templar in Portugal, 1128-1319*, (Dissertação de Doutoramento policopiada), Santa Barbara, University of California, 2002). José Manuel Capêlo fixa esse número em 28 mestres (*Op. cit.*, pp. 225-237: 236-237). Finalmente, na sua dissertação de doutoramento, Maria Cristina Fernandes estabelece um

e gerir os interesses da Ordem em Portugal ou, em certos momentos, no conjunto dos reinos de Portugal, de Castela e de Leão. Nas suas mãos, ainda, faziam voto de obediência, de castidade e de pobreza todos os novos freires e das suas mãos recebiam a investidura<sup>12</sup>. Enquanto responsáveis pelos mestrados provinciais, os mestres mantinham activo o corpo militar da Ordem, constituído por cavaleiros e servidores (“*sergentes*”), mas também arqueiros e peões, saídos dos territórios onde os templários se haviam estabelecido ou mesmo recrutado como mercenários. Poderia haver cavaleiros associados temporariamente ou *ad terminum* à Ordem em razão de objectivos militares ou outros. A Ordem contava, ainda, com *fratres coniugati*. Um lugar específico dentro dos conventos da Ordem era ocupado pelos capelães ou clérigos. Muitos benfeitores, originários das aristocracias urbanas e da pequena ou mesmo grande nobreza, por seu turno, adquiriram o estatuto de *confratres* e participavam dos benefícios espirituais e canónicos que a Igreja havia atribuído à Milícia do Templo de Salomão. Numerosos servidores e dependentes, para além de escravos ou cativos oriundos das presas de guerra, finalmente, garantiam a mão-de-obra indispensável à exploração dos extensos patrimónios dominiais da Ordem<sup>13</sup>.

Também a administração senhorial, dos territórios da Ordem, introduziu nela outras hierarquias de direcção e de exercício de poderes, confluentes com a organização antedita, às quais cumpria gerir as províncias, as bailias e as comendas. Na gestão destas unidades eram colocados homens da confiança da hierarquia desta Cavalaria, bem assim dos quadros governantes de cada reino ou senhorio, com a finalidade de ocuparem alcaidarias de castelos e de vilas, a que se juntavam, ainda, procuradores, para além de

---

rol de 17 nomes (*A Ordem do Templo em Portugal (Das origens à extinção)*, [Dissertação de Doutoramento, policopiada], cit., p. 142-146. (Esta Autora arrola, ainda, sete mestres nos três reinos de Portugal, Castela e Leão).

<sup>12</sup> Vd. GOMES, J. Pinharanda – *A Regra Primitiva...*, cit., p. 27-34.

<sup>13</sup> Sobre as hierarquias próprias da Ordem do Templo, vejam-se as sínteses apresentadas por DEMURGER, Alain – “Ordre du Temple”, *Prier et Combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*, cit., p. 896-902; BARBER, M. C. – The social context of the Templars. *Transactions of the Royal Historical Society, Fifth Series*, Vol. 34 (1984) 27-46; GERRARD, Christopher – Opposing Identity: Muslims, Christians and the Military Orders in Rural Aragon. *Medieval Archeology*, Vol. 43 (2000) 143-160; CAPÊLO, José Manuel – *Op. cit.*, p. 259-265.

corpos de oficiais mais especializados como sucedia, por mero exemplo, com os responsáveis pelas chancelarias mestrais e os escrivães seus amanuenses<sup>14</sup>.

Em Portugal, onde os templários começam por receber o lugar de Soure em 1128, e a que somaram, pouco depois, outras terras onde levantaram castelos ou renovaram as fortalezas preexistentes<sup>15</sup>, já na década de 1170 se referenciam as comendas da Ordem, significando isso que esta figura institucional serviu as lógicas de povoamento e de apropriação dos territórios que lhe foram doados e sujeitos. O sistema de comenda cedo se atesta, de facto, vindo referido, por exemplo, no foral concedido pela Ordem a Pombal, em 1176<sup>16</sup>, conhecendo-se, também, a existência de comendadores em Tomar, por 1177-1179<sup>17</sup>, e em Almourol, no ano de 1188<sup>18</sup>.

O estado de guerra contra o infiel, sobretudo na Palestina, exigia às bailias e comendas templárias um enorme esforço de participação em homens, em armas e em financiamento, sem os quais seria vã a defesa da Terra Santa e a segurança dos cristãos que a procuravam por motivações religiosas ou outras. Tenhamos presente, ainda, que este enorme esforço de guerra encontrara, na Península Ibérica, uma segunda frente<sup>19</sup>, nela

<sup>14</sup> GOMES, S. A. – Observações em torno das Chancelarias das Ordens Militares em Portugal, na Idade Média. *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental – Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2005, p. 111-167; IDEM – Observações em torno da chancelaria da Ordem do Templo em Portugal. *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares* (Coord. FERNANDES, Isabel Cristina F.). Palmela, Município de Palmela – GESOS, 2009, p. 121-139.

<sup>15</sup> Vd. BARROCA, Mário – A Ordem do Templo e a arquitectura militar portuguesa do século XII. *Portugália*, Nova Série, 17-18 (1996-1997) 171-209; IDEM – “Soure (Portugal, Beira)”, in *Prier et combattre. Dictionnaire...*, cit., p. 884.

<sup>16</sup> COSTA, Fr. Bernardo da – *Historia da Militar Ordem...*, p. 204-212; *Portugaliae Monumenta Historica – Leges et consuetudines* (Org. Alexandre Herculano). Vol. I, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1856, p. 404-405. Vd., ALVES, Gracilda – *Poder e sociedade na região de Pombal, Soure, Ega e Redinha (1385-1481)*. (Tese de Doutoramento em História Medieval). Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2001; FERNANDES, Fabiano – Poder religioso e centralização régia nas vilas de Ega, Soure, Redinha e Pombal. 1248-1348. *Atas da IV Semana de Estudos Medievais*, Rio de Janeiro, 2001.

<sup>17</sup> CONDE, Manuel Silvio Alves – *Tomar Medieval. O espaço e os homens*. Cascais: Patrimonia, 1996, p. 242.

<sup>18</sup> FERNANDES, Maria Cristina – *Op. cit.*, p. 154-159.

<sup>19</sup> Vd., sobre este problema, a síntese mais recente devida a JOSSERAND, Philippe – Entre dos frentes: aproximación a las empresas militares de los Templarios del occidente

se notabilizando os mestres e cavaleiros portugueses sendo de nomear, entre eles, o conhecido D. Gualdim Pais<sup>20</sup>. Depois da cidade de Jerusalém, em 1187, os templários elegeram Acre como centro de comando da Ordem, a qual, cumpre recordar, perderão tragicamente em 1291<sup>21</sup>.

Desconhecemos, com precisão, qual a idade que tinha o Mestre D. Vasco Fernandes no momento em que a Ordem foi atingida pelos ventos da perseguição que levaram à sua extinção. O mestre português deveria ter, todavia, idade respeitável, uma vez que deveremos admitir que só depois de um generoso ou mesmo longo percurso como freire e cavaleiro, se viu elevado à cadeira mestral da Ordem em Portugal. Mas tanto D. Vasco Fernandes, como a generalidade dos seus confrades, deveria representar uma geração cuja mancebia e entrada na vida adulta, cremos, se teria passado ainda no reinado de D. Afonso III.

Representavam, ele e os seus cavaleiros, assim sendo, uma geração já de pós-reconquista do reino do Algarve, concluída, como se sabe, em 1249. Certo é que, mesmo depois desta data, Portugal não pôde sossegar inteiramente, em matéria de alerta militar contra mouros ou, sobretudo, de defesa das fronteiras entretanto estabelecidas com os reinos vizinhos de Castela-Leão e também da área granadina, permanecendo reais as ameaças de corso ou pirataria muçulmana nas costas algarvias e mesmo no litoral atlântico português. Motivações que continuariam a reconhecer a utilidade

---

peninsular (siglos XII-XIV). *Hacedores de Frontera. Estudios sobre el contexto social de la Frontera en la España medieval* (Dir. Manuel Alejandro Rodríguez de la Peña). Madrid, 2009, p. 179-201.

<sup>20</sup> Vd. ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal* (Nova edição preparada e dirigida por Damião Peres), Vol. I. Porto: Portucalense Editora, 1967, p. 146-148; BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV* (2ª edição dirigida por Torquato de Sousa Soares), Tomo II. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1945, p. 292-300 e 322-321; COSTA, António Domingues de Sousa – Introdução. *Monumenta Portugaliae Vaticana*. Vol. II. *Súplicas dos pontificados dos papas de Avinhão Clemente VII e Bento XIII e do papa de Roma Bonifácio IX*. Braga, 1970, p. VII-LVI; FONSECA, Luís Adão da – *Ordens Militares. Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Dir. Carlos Moreira Azevedo), Vol. J-P. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. 334-345; VALENTE, José M. – *Soldiers and settlers: the knights Templar in Portugal, 1128-1319*, (Dissertação de Doutoramento policopiada). Santa Barbara: University of California, 2002.

<sup>21</sup> DEMURGER, Alain – *Vie et mort de l'Ordre du Temple*. Paris: Seuil, 1989; IDEM – *Templiers. Dictionnaire Encyclopédique du Moyen Âge* (Dir. André Vauchez), vol. 2. Paris: Cerf, 1997, p. 1487-1488; GODES, Jesús Mestre – *Os Templários...*, p. 74-80; PERNOD, Régine – *Os Templários*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1982.

estratégica dos cavaleiros templários, como das milícias de outros institutos religioso-militares, em território nacional.

Deveremos ter presente, por outro lado, que, muito embora desde os primórdios da presença templária em Portugal, os seus cavaleiros aqui estantes se comprometessem sobremodo com a guerra, ao serviço do soberano dos portugueses, contra os mouros, mais do que na Terra Santa, e que a entrada e saída de mestres e de cavaleiros templários para irem “além-mar”, fosse o mais possível controlada pelo poder régio, isso não significa, naturalmente, que não se tenham verificado deslocações de cavaleiros templários portugueses para prestarem serviço na guerra cruzadística no Médio Oriente ou noutros lugares oportunos.

Conhecemos assaz mal, contudo, para o caso português, a história endógena do que foi a vida templária nesses tempos medievais tão distantes. Não há dúvida de que os Cavaleiros do Templo de Salomão edificaram castelos, vilas e lugares de grande arrojo monumental e urbanístico. Nas terras que senhorearam deixaram marcas profundas da sua cultura tanto material quanto imaterial que, ainda agora, perduram. Mas esse majestoso património artístico, arquitectónico, urbanístico e paisagístico, em que Portugal é felizmente um caso maior no contexto europeu, não nos chega acompanhado das necessárias fontes escritas que nos possam elucidar dessa história interior da Ordem, como acabo de referir<sup>22</sup>.

É certo que, em matéria documental, os castelos templários, especialmente aqueles que se afirmaram como pólos mais centrípetos da administração da Ordem em Portugal, tiveram arquivos seguros e conheceram contabilidades, inscritas em livros de registos diversos. Não faz sentido, nem boa verdade, que os templários, mormente os portugueses, tenham escrito pouco ou deixado magros arquivos, bem pelo contrário, mas também deveremos considerar que, em determinadas matérias, prevalecia, como cultura institucional da

---

<sup>22</sup> Posto que, nalguns momentos, sobretudo com Mestre D. Gualdim Pais, a edificação de um novo castelo fosse acompanhada pela exposição pública e solene de grandes lápides epigráficas comemorativas do acontecimento. Vd. BARROCA, Mário – A Ordem do Templo e a arquitectura militar portuguesa do século XII. *Portugália*, Nova Série, 17-18 (1996-1997), p. 171-209; IDEM – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Vol. II. *Corpus epigráfico medieval português*, Tomo I. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000, p. 249-254, 271-276, 348-369.

Ordem, o segredo, atitude que terá desincentivado a escrituração de certas decisões ou aconselhado a eliminação de actos escritos comprometedores.

Foi no maior segredo, por exemplo, que, em 1314, alguns inquiridores régios andaram junto de antigas vilas templárias, nomeando-se, especialmente, Soure, Castelo Branco, Montalvão, Nisa e Tomar, levantando informação acerca da história, da natureza dos bens templários, da dependência dos seus cavaleiros face aos mestres da Ordem e aos reis de Portugal, do exercício da autoridade e poder pelos mesmos, da aceitação, em Portugal, de novos cavaleiros, da obediência, sujeição e vassalidade dos freires ao rei e da sua missão privilegiada, afirmada por juramento solene feito nas mãos do monarca, de obedecerem, defenderem e ampararem quer a real pessoa quer toda a sua família<sup>23</sup>.

E, nestas inquirições, muitos falaram, sobretudo vizinhos laicos moradores nos concelhos de senhorio ex-templário, emergindo, no rol dos depoentes, clérigos e criados que foram da Ordem, mesmo, posto que mais discretamente, alguns que haviam sido freires professos. Um deles, em Castelo Branco, recusar-se-ia inclusive a prestar qualquer declaração, salvo se visse assinado régio que a isso o mandasse, porque só obedeceria a seu rei: “*Gil Fernandez Barreto vistos todos los artigos disse que el era criado e mercee del rey e quando visse sa carta ou seu recado certo que el diria o que sabia <e que sabia> mays ca o que era conteudo nos artigos. E que non avia homem no reyno que ende tanto soubesse que fosse a seu serviço.*”<sup>24</sup>

Deste depoimento, como de outros, pelo zelo dos oficiais régios que levaram o auto da sua inquirição ao arquivo da Torre do Tombo, onde agora o achamos, posto que fragmento incompleto, houve o maior cuidado e secretismo, concluindo, aliás, o relator do mesmo inquérito com as palavras que passamos a citar: “*E leudos estes artigos e cada huum especificadamente sobre sy ante cada huã das pessoas sobredictas apartadamente e em gram*

<sup>23</sup> TT – Gaveta VII, Mº 2, Doc. 4 e Mº 18, Doc. 2; B) Leitura Nova: Livro de Mestrados, fls. 143vº-150. Refº: RIBEIRO, João Pedro – *Memórias para a História das Inquirições dos primeiros reinados de Portugal*. Lisboa: Imprensa Regia, 1815, p. 117.

<sup>24</sup> TT – Leitura Nova: Livro de Mestrados, fl. 148vº.

*segredo achamos que os dictos artigos se podem bem provar per eles salvo dous artigos.*<sup>25</sup>

Governava Portugal, como bem sabemos, nesses distantes anos dentre 1306 e 1312, D. Dinis, sentando-se a seu lado, no trono, a rainha D. Isabel, oriunda da casa real aragonesa<sup>26</sup>. Portugal viveu, neste reinado, um período de franca prosperidade. D. Dinis revelou-se um rei, sob muitos aspectos, reformador, acarinhando a emergência de novas dinâmicas económicas e sociais, traduzidas, por exemplo, na sua política para com os concelhos e senhores, laicos ou eclesiásticos, para com o comércio interno e externo, para com o estabelecimento de novas póvoas, sobretudo no litoral atlântico, bem como para uma política de reordenação das paisagens naturais fornecedoras de recursos e de matérias-primas, para investimento, que impulsionou, em matéria de formação de quadros administrativos superiores, sobretudo na área do Direito, e, finalmente, pela afirmação internacional de Portugal como reino com um efectivo peso na política ibérica e europeia desse tempo<sup>27</sup>.

Dos tempos de D. Afonso III, a Ordem colhera tanto a satisfação de promessas de respeito pelos seus privilégios antigos, quanto, já na década final do reinado de 1270, alguma firme reivindicação do monarca em matéria de verificação dos seus direitos sobre terras como Mogadouro e Penas Róias ou em relação aos termos municipais de Montemor-o-Velho, Soure e Pombal<sup>28</sup>. Acontecimentos de tensão entre poder real e poderes eclesiais, como sabemos, repetiram-se frequentemente nos tempos medievais em Portugal. Todavia, como passaremos a expor, as relações da Ordem do Templo com o novo rei, D. Dinis, pautar-se-ão mais pela concórdia e até, nos anos de fogo de 1307-1312, pela protecção do monarca aos seus membros, do que por uma situação de conflito permanente.

<sup>25</sup> *Idem, ibidem*, fls. 149v<sup>o</sup>-150.

<sup>26</sup> Vd. COELHO, Maria Helena da Cruz – Esboço sobre a vida e obra da Rainha Santa Isabel. *Monumentos*, 18, Lisboa (2003) 25-33.

<sup>27</sup> Para um conhecimento mais aprofundado da vida e obra deste monarca, leia-se, por todos, PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005. Nesta obra, nas páginas 165-166, aborda-se o problema das relações entre o Rei, a Ordem do Templo e o estabelecimento da Ordem de Cristo.

<sup>28</sup> *Chancelaria de D. Afonso III* (Ed. Leontina Ventura e António Resende de Oliveira), Livro I – Vol. 2. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006, docs. 526, 640, 687 e 705.

Desde que D. Dinis inaugurou o seu reinado, em 1279, com 18 anos de idade, sentaram-se no sólio mestral do Templo seis mestres. D. Beltrão de Valverde governava o mestrado português ainda em 1280, ano em que foi substituído por D. João *Scriptor*. Em 1283, no entanto, já o mestre, cremos, seria outro, D. João Fernandes, que geriria os destinos templários lusitanos até 1288. Sucedeu-lhe D. Afonso Gomes, por breves anos, pois que terminou o seu mandato em 1291, ano em que se deu obediência a D. Lourenço Martins<sup>29</sup>, que, por sua vez, deu lugar, em 1293, ao mencionado D. Vasco Fernandes, do qual sabemos que se mantinha à frente da Ordem, em território nacional em 1306 e, ainda, tudo o leva a admitir, no momento da extinção da Ordem, em 1312. D. Vasco Fernandes foi, assim, o último mestre dos Templários em Portugal<sup>30</sup>.

Se excluirmos D. Beltrão de Valverde, cujo governo coincide apenas num ano com o reinado dionisino, teremos, para sete mestres, governos médios de quatro anos. Naturalmente, este número é apenas um indicador, tanto mais que o último mestre, D. Vasco Fernandes, governou entre treze para catorze anos. Mas é uma excepção. Por renúncia, por morte, por intervenção régia que sabemos ser uma prática corrente nesta matéria, ou por outros motivos menos conhecidos, os mestres que imediatamente o antecederam geriram os destinos templários em Portugal, todos eles, por períodos de tempo muito curtos.

Significará, isso, instabilidade interna na Milícia, uma vez que, para os cânones governativos medievais, deveremos associar à ideia de longevidade da governação a de estabilidade política e institucional? Significará, tão simplesmente, que tais mestres o foram em propecta idade, suficiente para não lhes permitir permanências maiores na cadeira mestral? Outras razões eventualmente relacionadas com a mobilidade militar desses cavaleiros?

<sup>29</sup> D. Lourenço Martins viria a falecer apenas em 1308, conforme o antigo epitáfio do seu túmulo, outrora existente na Capela de Santa Maria dos Olivais de Tomar: “*Aqui jaz D. Lourenço Martins que foi mestre do Templo do Reyno de Portugal e passou em dia de Mayo da Era 1346.*” (Citado por BRANDÃO, Fr. Francisco – *Monarquia Lusitana*, Parte Sexta (nova edição fac-similada com introdução de A. da Silva Rego. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1980) p. 111. (Doravante citado por *Monarquia Lusitana*, VI).

<sup>30</sup> COSTA, Fr. Bernardo da – *Op. cit.*, p. 119.

Poderemos considerar que, no seu longo reinado, o relacionamento de D. Dinis com os cavaleiros templários portugueses atravessou *grosso modo* três fases. A primeira respeita ao período anterior às perseguições à Ordem, desencadeadas em 1306-1307; a segunda fase importa aos anos do “desfazimento” (1307-1312/1314), para usar uma palavra do vocabulário dionisino neste contexto; a terceira e última fase, que vai até ao fim do principado dionisino, coincidindo com os anos dentre 1314/1318 e 1325, importa ao relançamento das funções, e até, em boa medida, do espírito, da antiga Milícia, reformada e renovada com a designação de Ordem de Cristo, superiormente aprovada pela bula *Ad ea ex quibus*, do papa João XXII, promulgada, em Avinhão, no dia 14 de Março de 1319<sup>31</sup>.

Nestes três períodos, as relações entre a Coroa de Portugal e os cavaleiros do Templo aqui residentes pautaram-se por uma atitude dominante de lealdade dos freires milicianos para com o monarca e de protecção deste para com eles. Há que reconhecer que, desde logo, D. Dinis encontra uma cavalaria templária maioritariamente portuguesa, ou seja, e com base nos indícios documentais que recolhemos, uma Ordem que, no seu flanco lusitano, se caracterizava, ao nível dos seus elementos, pela prevalência de uma assumida identidade nacional (o que contrasta, assinala-se, com os

<sup>31</sup> *Monumenta Henricina*, Vol. I, Doc. 61. Ainda que alguns meses mais tarde, também a Coroa de Aragão seguiu uma solução próxima da lusitana, estabelecendo a *Ordem de Nossa Senhora de Montesa*, nas imediações de Valencia, a qual foi aprovada por João XXII em 22 de Julho de 1319. (Vd. *Monarquia Lusitana*, VI, p. [57]). Cf. Ayala Martínez, Carlos – *Las Órdenes Militares y los procesos de afirmación monárquica en Castilla y Portugal (1250-1350)*. *As relações de fronteira no século de Alcanices. Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Vol. 2. Porto, 1998, p. 1279-1312. Para a história da Ordem de Cristo em Portugal, veja-se: GUIMARÃES, J. Vieira da Silva – *A Ordem de Cristo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1936; COCHERIL, Maur – *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1978, p. 431-436; SOUSA, João Silva – *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991, p. 136-163; SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa e – *A Ordem de Cristo durante o Mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373?-1417)*. *Militarium Ordinum Analecta*. 1. *As Ordens Militares no Reinado de D. João I*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1997, p. 9-128; IDEM – *A Ordem de Cristo (1417-1521)*. *Militarium Ordinum Analecta*. 6. *A Ordem de Cristo (1417-1521)*. Porto: Fundação Eng.º António de Almeida, 2002, p. 5-503; VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos – *A Ordem Militar de Cristo na Baixa Idade Média. Espiritualidade, Normativa e Prática*. *Militarium Ordinum Analecta*. 2. *As Ordens de Cristo e de Santiago no início da Época Moderna: a normativa*. Porto, Fundação Eng.º António de Almeida, 1998, p. 5-97.

tempos fundacionais da Ordem em Portugal) e por uma relação institucional do mestre e cavaleiros portugueses com o rei de íntima dependência e vassalagem.

De acordo com as declarações das testemunhas ouvidas, na citada inquirição de 1314, acerca da natureza dos bens dos templários, em Portugal, da dependência destes face à Coroa e das pessoas dos cavaleiros, do seu poder e das suas relações com a autoridade régia, ordenada em 25 artigos, detectamos como características luso-templárias predominantes os seguintes factores<sup>32</sup>: a) uma consciência histórica informada acerca do princípio do estabelecimento da Ordem em Portugal e do contrato então estabelecido com os Condes D. Henrique e D. Teresa, bem como com seu filho, o rei D. Afonso, pelo qual os cavaleiros se comprometiam essencialmente a fazer guerra aos mouros no palco da reconquista cristã hispânica e a colaborar na “guarda” de Portugal e no serviço ao rei<sup>33</sup>; b) que os reis portugueses sempre entregaram aos templários muitos lugares, vilas e castelos, concedendo-lhes o direito de os “lavrarem e melhorarem” e de receberem as suas rendas e frutos, contra a prestação de auxílio permanente na guerra contra os mouros, na defesa do reino, mas sem estarem autorizados a “*levar nenhuã cousa ao maestre daalem mar senom per lecença del rey de Portugal, ca diziam os reys de Portugal que queriam que as dictas rendas e averes se despendessem na sa terra*”; c) que os reis de Portugal filhavam para si, muitas vezes, as vilas e castelos e lugares dos templários, usando-os para dotação de membros da família real, metendo neles alcaides seus e recebendo as respectivas rendas, sem nunca os cavaleiros terem posto em causa essa prática<sup>34</sup>; d) que as despesas da colaboração militar dos templários, “*com cavalos e com armas e com todolos seus*” no defendimento de Portugal, em guerras e frontarias, e onde quer que “*mester fosse*” e como “*aprouguesse*” aos monarcas, sempre foram assumidas pelo Mestrado, nada recebendo este, a título de ressarcimento, por parte da Coroa; e) que os mestres e cavaleiros em Portugal “*viviam e faziam menagem e juramento aos reys de Portugal*

<sup>32</sup> Gaveta VII, M<sup>o</sup> 2, Doc. 4 e M<sup>o</sup> 18, Doc. 2; B) Leitura Nova: Livro de Mestrados, fls. 143v<sup>o</sup>-150. (Apêndice documental deste artigo, doc. 1). Também resumidos parcialmente por Fr. Francisco Brandão, *Monarquia Lusitana*, Vol. VI, p. 215-218.

<sup>33</sup> Vd. Apêndice, doc. 1.

<sup>34</sup> Vd. Apêndice, doc. 1.

*polas cousas que tinham*”, que nenhum mestre entrava no reino ou dele saía para o “*além-mar*” senão por mandado do rei e que “*non seeria maestre senon per sa vontade*”; f) que sempre haviam provido “*aos dictos reys de Portugal e a seus filhos e a sa familia e a toda sa gente avondadamente e honrradamente de cevada e de viandas e de todas outras cousas que ouvesse mester cada [vez] que passassem ou acaecessem*” nos castelos, vilas e propriedades comendas dos templários; g) que o grão-mestre templário em Portugal não recebia novos freires, salvo portugueses, e que ninguém se faria freire, em Portugal, contra a vontade do rei<sup>35</sup>; h) que os cabidos ou capítulos da Ordem para se darem as bailias e tenças eram feitos sempre com o assentimento régios e que o monarca enviava sempre para assistirem a essas assembleias “*hum home boom ou dous de sa casa pera veer como se as bailias davam e pera os non leixar pelear*”; i) que os templários e toda a sua família e toda a sua gente eram da jurisdição e do senhorio dos reis de Portugal, tanto em feitos cíveis como crimes, sendo que as apelações das causas subiam sempre à corte régia; j) que os povos moradores nos concelhos, vilas, castelos e lugares da Ordem, em Portugal, não eram obrigados a ir a fossado ou a satisfazer anúduvas a não ser por carta e por mandado del-rei “*cujos concelhos eram*”<sup>36</sup>.

D. Dinis relacionava-se, como vemos, com uma Ordem Militar que, na sua vertente portuguesa, se mostrava bastante obediente, fiel e prestável ao monarca e às suas políticas. Não estranha, assim, que D. Dinis mantenha relações pacíficas com os templários e que a eles recorra, em geral, para solicitar maiores benefícios para a Coroa.

Podemos enunciar alguns exemplos que demonstram este estado.

Logo em 1279, no início do seu reinado, D. Dinis confirma os privilégios e direitos da Ordem em Portugal, carta de que nos chega uma pública-forma notarial datada de 1291<sup>37</sup>. A 13 de Julho de 1285, o soberano, considerando que “*per aveença e per concordia partem-se muytas contendadas, demandas e*

<sup>35</sup> Ressalvando-se, contudo, uma excepção ditada por razões de parentesco: “*Item Joam Perez Molaao de Souri disse com todolos artigos e cousas como o dicto Duram Canelas salvo que disse que vira a o maestre Dom Joam Fernandez fazer ha seu sobrinho freyre que era galego.*” (Apêndice, doc. 1)

<sup>36</sup> TT – Gaveta VII, Mº 2, Doc. 4 e Mº 18, Doc. 2; Livro de Mestrados, fls. 143vº-150. Apêndice, doc. 1.

<sup>37</sup> TT – Gaveta VII, Mº 10, Doc. 12; J. M. Valente, *Op. cit.*, p. 243.

*desaveenças que som antre muytos homens que ham desvayrados corações e desvayrados prepymentos e soi entrar amor e paz antre elles per que veem a boom stado e a boa ciencia*”, assina uma carta de sentença pela qual determinava que a Ordem tivesse e mantivesse o monopólio dos lagares de azeite, na vila e termo de Tomar, o qual os vizinhos e o concelho contestavam, intentando fazer novos lagares e azenhas. Ao que lemos nesta carta régia, os templários exorbitavam claramente os seus direitos senhoriais sobre os nabantinos, sendo que estes não hesitaram em fazer ouvir o seu protesto junto do rei<sup>38</sup>.

Determinava, também, D. Dinis, que os rossios da vila fossem da Ordem e do Município, sem malícia, bem como que os moradores da vila pudessem ter mós em suas casas que “*moesem o pam*”, impedindo-se, assim, que os cavaleiros as mandassem partir, como vinham fazendo, reconhecendo-se o direito dos moradores poderem haver as fornalhas em que cozessem o pão. Aos templários é reconhecido o direito a receberem o dízimo dos mostos em dinheiro, enquanto aos moradores se garantia a liberdade de fazerem os pombais e eirados que necessitassem<sup>39</sup>.

Por seu turno, em 31 de Maio de 1286, D. Dinis, “*querendo fazer graça e mercee aa Ordem do Temple em meu reyno*” confirma-lhes “*seus boons privilegios e seus boos usos*”<sup>40</sup>. A 10 de Julho desse mesmo ano, o monarca manda a todos os concelhos que a Ordem do Templo tinha no reino que todas as alçadas que viessem a ser efectuadas, o fossem “*como ante husavades a filhar ata que vos eu mandar que todalas alçadas que as filhedes pera mim*”<sup>41</sup>. No ano de 1297, foram concedidos aos freires, por graça e mercê, os padroados régios das igrejas de S. Mamede do Mogadouro e de Santa Maria de Penas Róias (Mogadouro), na diocese bracarense, com as suas capelas e ermidas e demais direitos<sup>42</sup>. Em Alcanizes, a 12 de Setembro deste ano, assinou-se o conhecido tratado de pazes e de delimitação de fronteiras entre D. Dinis e D. Fernando IV, de Castela e Leão. Fê-lo o monarca luso

<sup>38</sup> Vd. CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Tomar Medieval. O espaço e os homens*. Cascais, Patrimonia, 1996, p. 48-49 *et passim*.

<sup>39</sup> TT – Livro de Mestrados, fls. 24-25.

<sup>40</sup> TT – Livro de Mestrados, fls. 23v<sup>o</sup>-24.

<sup>41</sup> TT – Livro de Mestrados, fl. 25.

<sup>42</sup> TT – Livro de Mestrados, fls. 25-25v<sup>o</sup>; BRANDÃO, Fr. Francisco – *Monarquia Lusitana*, Parte Quinta, fl. 251.

“*com conselho e outorgamento*” de muitos senhores e cortesãos, leigos ou eclesiásticos, afirmando-se expressamente entre eles os mestres das Ordens do Templo e de Avis<sup>43</sup>.

A D. Vasco Fernandes, “*meestre da Ordem da Cavalaria do Tempre nos meus reynos e a essa Ordim outrossy*”, doou D. Dinis, com D. Isabel, por carta de 27 de Setembro de 1298, as casas que tinha no Sabugal, acrescentando o soberano que “*esto lhis dou e outorgo per mha alma e per serviço que mi esse meestre fez*”<sup>44</sup>. No ano de 1299, igualmente agradado para com o serviço que lhe prestara este mestre, D. Dinis entrega à Ordem, citamos, “*todo o padroado e o dereito d’apresentar que eu ey e de dereyto devo a aver na mha egreja de Sancta Maria a Grande de Portalegre e nas capellas e nos logares que perteecem e som sojectos aa dicta egreja ou perteecem e devem perteeecer ou seer sojeytos a ela da qual egreja era o priol Gil Gonçalvez*.”<sup>45</sup>

Data de 17 de Setembro de 1304 a concessão real a “*D. Vasco Fernandes Mestre da Ordem da Cavallaria do Temple nos nossos Regnos*” da vila e do castelo de Penha Garcia e seu senhorio, “*por muito serviço que vós nos fizestes e fazedes e porque entendemos que he nosso serviço e proveito de nossos reynos e do nosso senhorio*.”<sup>46</sup> A 6 de Agosto de 1306, Fr. Gonçalo Fernandes, “*tente o logo do Meestre nos meus reynos e Frey Lourenço Martiiz comendador do que a Ordem do Temple ha en Sanctarem e Frey Martim Affomso comendador do que a Ordem do Temple ha em Lixboa com outorgamento dos freyres*” concordaram em ceder a D. Dinis a Lezíria dos Freires, que tinham no termo de Santarém, assim como o que tinham nos direitos da portagem de Coimbra e o padroado da igreja de Santiago de Trancoso “*com toda sa freegresia e dizimas e com todas sas casas dessa egreja que estam amt’ela*”. Em troca, recebiam o padroado da igreja de

<sup>43</sup> TT – Gaveta 18, Mº 9, Nº 13; publicado em *As Gavetas da Torre do Tombo*, Vol. IX, Lisboa, 1971, p. 500-504. Sobre as problemáticas pertinentes a este Tratado, vejam-se os diversos estudos compilados na obra *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 1998.

<sup>44</sup> TT – Livro de Mestrados, fls. 25vº-26; COSTA, Fr. Bernardo da Costa, – *Historia da Militar Ordem...*, Doc. LXXX, p. 298.

<sup>45</sup> TT – Livro de Mestrados, fl. 26-26vº.

<sup>46</sup> COSTA, Fr. Bernardo da – *Historia da Militar Ordem...*, Doc. LXXXIII, pp. 302-304.

Alvaiázere, o senhorio de Vila de Rei e de Vila Ferreira, situada no termo daquela, mais o padroado da igreja deste dito lugar<sup>47</sup>.

Mas esta situação alterar-se-á depois de 1306. A boa-vontade de D. Dinis para com os freires templários manter-se-á, mas o rei não conseguirá evitar tomar algumas atitudes que, simultaneamente, aparentem proteger os seus cavaleiros, por um lado, e, por outro, que demonstrem não contrariar total e abertamente a política pontifícia neste campo. Sabemos que o soberano tomará para a Coroa os bens templários em Portugal, mas não há notícia de que tenham sido efectuadas prisões destes cavaleiros. Diplomáticamente, ou não, D. Dinis argumentará que os cavaleiros se foram do reino para se defender daquilo que os acusavam. Assim sendo, ausentes ou convenientemente esquecidos, mas não sem perigos e “medos”, os templários portugueses sobreviverão a estes difíceis anos.

Entramos no período da perseguição e da iminente extinção da Ordem. Lembremos que fora em Salamanca que se reunira, em 1307, por determinação papal cometida à presidência do Arcebispo de Toledo, um concílio eclesiástico para averiguar das acusações contra os templários na *Hispania*. Castela assumia, nesse contexto, uma polaridade essencial na definição dos destinos da Ordem nesta província, os quais não deixariam de afectar a situação templária em Portugal.

Interessa ter presente que, com data de 4 de Dezembro de 1307, Eduardo II, de Inglaterra, dirigiu uma carta aos reis de Portugal, de Castela, da Sicília e de Aragão, expondo-lhes as suas reservas quanto à aceitação das acusações e rumores levantados em França contra os templários, nos quais o monarca britânico entrevia, não o recto zelo da justiça, mas antes o maligno espírito da cupidez e da inveja<sup>48</sup>. As relações entre Portugal e Inglaterra estavam, então, num momento particularmente positivo, como se demonstra pela assinatura, no ano de 1308, de um tratado de comércio entre os dois países. Em Portugal, contudo, os acontecimentos de França tiveram algum impacto. Ainda em 1307, por exemplo, D. Vasco Martins de Alvelos, bispo da Guarda, intentou contestar aos templários a posse de Idanha-a-

<sup>47</sup> TT – Livro de Mestrados, fls. 22-22vº.

<sup>48</sup> Citado por VALENTE, José M. – *Soldiers and settlers: the knights Templar in Portugal...*, cit., pp. 240-241.

-Velha e de Salvaterra, que pretendia pertencerem à sua Sé, indicando terem sido obtidas pelos cavaleiros de forma fraudulenta<sup>49</sup>. Estando em Toulouse, a 3 de Janeiro de 1308, Clemente V dirige uma bula a D. Dinis pela qual lhe dá conta de estarem presos o Grão-Mestre e demais cavaleiros templários de França, pedindo-lhe que fizesse o mesmo em Portugal<sup>50</sup>. D. Dinis, contudo, mostrar-se-á muito prudente face a esta solicitação papal.

Sabemos que, antes de 4 de Fevereiro de 1308, já o Mestre e, pelo menos, os Comendadores de Pombal e de Soure se encontravam, oficialmente, fora de Portugal, para se defenderem, junto do papa, das acusações levantadas contra os templários. Informa o soberano, que, “*o dicto meestre e comendadores se foram dos meus reynos pera cousas em que os aculpavam. E eu mandey filhar totalas cousas que o dicto moesteiro [sic; por mestre] [e] comendadores aviam nos meus reynos pera fazer delas ho que fosse dereito. (...) E eu porque achei que os nom podia julgar por revees de dereito porque se foram dos meus Reynos com medo daquelo em que os aculpavam e porque lhis eu tinha filhadas totalas cousas que aviam nos meus Reinos, nom nos podem julgar por revees de dereito mas tenho por bem que o feyto este em aquele estado em que ora está ata que o dicto Meestre e Comendadores pasem per seu dereito perdante ho Papa sobre aquelo em que os aculpam*”, assim se sentindo obrigado a exercer o papel de guardião do património da Ordem<sup>51</sup>.

Naquela mesma data, D. Dinis, considerando não se poderem defender o mestre e os freires do Templo em Portugal, em certa matéria que opunha o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra aos comendadores de Pombal e de Soure, sobre algumas herdades em Carnide, no termo do Louriçal, manda que não sejam tidos por revéis, limitando-se a pôr as terras da contenda em sequestro<sup>52</sup>. Ainda em Agosto de 1308, no entanto, o Papa endereçará, sobre esta mesma matéria, cartas a vários bispos castelhanos e portugueses, nomeando-se o de Lisboa. Por bula de 12 desse mês, foram nomeados administradores apostólicos “*omnium bonorum Ordinis*

<sup>49</sup> *Monarquia Lusitana*, VI, pp. 112-116.

<sup>50</sup> *Monarquia Lusitana*, VI, p. 107.

<sup>51</sup> TT – Santa Cruz de Coimbra, Livro 2, fls. 25-25vº.

<sup>52</sup> *Monarquia Lusitana*, VI, pp. 106-107.

*Militie Templi Jerosolimitanis in regnis Castele*” aos arcebispos de Toledo, de Compostela e aos bispos de Palencia e de Lisboa<sup>53</sup>.

Em 30 de Dezembro de 1308, Clemente V, uma vez mais, enviará a Jaime II de Aragão, a Fernando IV de Castela e a D. Dinis a conhecida bula *Callidi serpentis vigil*, na qual, lamentando que um ano depois das suas primeiras determinações sobre o assunto, enviadas aos mesmos monarcas, nas quais já então ordenava que fizessem prender os cavaleiros templários, não tivessem sido seguidas à risca as suas determinações, pelo que lhes ordenava agora, uma vez mais, que diligenciassem efectivamente no sentido de se concretizar a prisão que determinara e o procedimento inquisicional desses homens.

Entretanto, sabemos que, em Portugal, a 27 de Novembro de 1309, a Coroa se apropriava, contra o Mestre D. Vasco e a sua Ordem, das vilas de Soure, Pombal, Ega e Redinha, tendo julgado a causa o arcebispo de Braga, D. Martinho Pires de Oliveira, D. João Martins de Soalhães, bispo de Lisboa, o franciscano Fr. Estêvão, custódio olisiponense, e ainda Mestre João das Leis e Rui Nunes<sup>54</sup>. A 19 de Janeiro de 1310, levava-se a cabo uma inquirição sobre os direitos reais nas vilas de Idanha-a-Velha e de Salvaterra, que eram do Templo<sup>55</sup>. Dois anos depois, idêntica atitude conduzirá à integração nos bens da Coroa de Aguieira e de Moreira<sup>56</sup>.

Logo no dia 21 de Janeiro do dito ano de 1310, D. Fernando IV, rei de Castela de Leão, de Toledo, da Galiza, de Sevilha, de Córdova, de Murcia, de Jaen, do Algarve e Senhor de Molina, contando 25 anos de idade, proporá um pacto a D. Dinis, rei de Portugal, citamos: “*por razon que todolos bienes que fueron de la Orden del Temple, assi villas, y castillos, y logares, e herdamientos quales quiere que la dicha Orden tenia en los mismos Reynos de Castilla, y de Leon, y ento nuestro senhorio, e otrosy los que avia en el reyno de Portugal y en todo vuestro senhorio fueron de los Reyes onde nos venimos, y de los otros homens que eran de los nuestros Reynos, que gelos diuieron por herdade, e dar em que se mantuviessem la Cavallaria de la dicha Orden del Templo a servicio de Dios y nuestro (...). Porque si la Orden ouviere a ser desfecha y el Papa quissesse fazer o ordenar alguna*

<sup>53</sup> VALENTE, José M. – *Op. cit.*, p. 247.

<sup>54</sup> BARROS, H. da Gama – *História da Administração Pública...*, II, p. 326.

<sup>55</sup> TT – Gaveta, XIII, M<sup>o</sup> 4, Doc. 10; VALENTE, J. M. – *Op. cit.*, p. 245.

<sup>56</sup> TT – Gaveta VII, M<sup>o</sup> 4, Doc. 8; VALENTE, J. M. – *Op. cit.*, p. 245.

*cosa de todos dichos bienes, assi muebles como raizes para los querer sacar de nuestros senhorios, y de nuestra jurisdicion, que nós e vós que nos paremos e lo emparar e a lo defender contra todos aquellos que lo demandar quisieren.*<sup>57</sup>

D. Dinis responderá positivamente a esta proposta de tratado, por carta datada de Frielas, a 14 de Abril desse mesmo ano de 1310. Nesta carta, contudo, o rei *Lavrador* fez anotar uma apostila pela qual se considera que, querendo D. Jaime II, de Aragão, aderir ao pacto, este se alargaria a ele nas condições definidas. Por esse tratado, os reis ibéricos concordavam, prevendo a eliminação da Cavalaria do Templo, em não deixar sair para o exterior qualquer bem pertencente aos templários nos respectivos reinos.

Naturalmente, seria irrealista pensar que conseguiriam impedir Filipe, o Belo, e, sobretudo, Clemente V de usarem a sua vantagem em matéria de jurisdição e de poder canónico. Mas uma coisa era a eliminação nominal e canónica, outra a tradução na prática dessa decisão que esbarraria, como vemos, com o exercício de um beneplácito régio luso-castelhano que se afirmava desde cedo como resolvido a não o implementar com eficácia neste espaço.

Esta estratégia diplomática surtiu efeitos, emergindo, como vimos, um bloco anglo-hispânico contrário à política franco-pontificia que visava aniquilar a Ordem do Templo. Clemente V deve ter tido uma clara noção de que, mesmo que prosseguisse o desfazimento desta Ordem, essa decisão não afectaria de modo igual toda a Cristandade, muito em especial no seu flanco ibero-atlântico.

No dia 15 de Abril de 1310, em Tordesilhas, o arcebispo de Toledo, e os bispos de Palencia e de Lisboa, expediram um édito citando o preceptor-mor da Ordem do Templo na *Hispania* e todos os freires existentes nos reinos de Castela e de Leão, mandando-os comparecerem em Medina del Campo, a 27 desse mesmo mês, a fim de darem resposta às acusações de que eram alvo. Aqui, vários eclesiásticos portugueses, entre eles, como escrevemos, o bispo de Lisboa, mas também o reitor da igreja de Santa Maria da Arruda, o *preceptor* de Silves e um cónego desta diocese, testemunharam o exame

<sup>57</sup> *Monarquia Lusitana*, Vol. VI, Capº XXVI, pp. 109-110.

e as conclusões que se revelaram improcedentes, mas remeteram ao Papa a decisão final<sup>58</sup>.

Pouco depois, em Outubro de 1310, em Salamanca, teria lugar novo concílio provincial sob a presidência do arcebispo de Santiago de Compostela. Neste participaram os bispos sufragâneos da arquidiocese compostelense, D. João Soalhães, bispo de Lisboa e D. Vasco de Alvelos, bispo da Guarda, este último, aliás, já nosso conhecido pela disputa que promovera contra os templários portugueses pela posse de Idanha-a-Velha e de Salvaterra. Reconheceu este Concílio a inocência dos cavaleiros, mas não ousou proferir sentença, deixando-a para o Sumo Pontífice<sup>59</sup>.

A 18 de Março de 1311, uma vez mais, Clemente V pressionaria Jaime II de Aragão para obter provas, mesmo que arrancadas à força, dos cavaleiros templários no seu reino, “*ad habendum ab eis veritatis plenitudinem promptiorem tormentis et questionibus quibus et prout expedire noverint procurent exponere*”<sup>60</sup>. Sabemos que o monarca aragonês, por carta de 17 de Agosto de 1311, dirigida a D. Fernando IV, de Castela, se associa à liga luso-castelhana estabelecida meses antes para defesa dos interesses nacionais de cada um destes reinos<sup>61</sup>.

A Ordem, entretanto, parece manter, em território português, personalidade jurídica ainda latente e activa no início de 1311. Data, efectivamente, de 12 de Janeiro deste ano, se não está incorrecta a informação, a doação aos cavaleiros templários portugueses, feita por Afonso Pires Ribeiro, de cinco casais, que deveriam integrar o património dos freires depois da morte do benfeitor. Para que tal sucedesse, em boa verdade, a Ordem não poderia estar formal nem canonicamente extinta.

Por sua vez, o Mestre D. Fr. Vasco Fernandes usufruía, por esses dias, de alguma liberdade de movimentação. Sabemos que, no princípio do ano de 1312, este Mestre estava por terras castelhanas, aí tendo entregue, a título dito de empréstimo, 50 000 torneses a D. Gonzalo Perez, mestre da Ordem de Alcântara, contra o recebimento do castelo e da vila de Valencia e até que o Papa lavrasse sentença final no caso que afectava a Ordem do Templo,

<sup>58</sup> BARROS, H. da Gama – *História da Administração Pública...*, II, p. 326-327.

<sup>59</sup> *Monarquia Lusitana*, VI, p. 108.

<sup>60</sup> Citado por VALENTE, J. M. – *Op. cit.*, p. 250.

<sup>61</sup> BARROS, H. da Gama – *História da Administração Pública...*, II, p. 328.

“y despues que la sentencia fuere dada quier cobre la Orden del Temple lo suyo, quier non, que vos entregasse á Valencia y vos que le entregades la vuestra casa de Vallellas, que habedes en Portugal.” Tão elevada quantia em dinheiro, decerto saída do entesouramento templário em Portugal, foi prontamente cobiçada pelo rei castelhano D. Fernando IV, que dela se apropriou, tendo mandado prender a D. Vasco Fernandes<sup>62</sup>.

No Concílio de Vienne, cuja primeira sessão abriu a 16 de Outubro de 1311, estiveram presentes, em representação do episcopado de Portugal, D. Martinho, arcebispo de Braga, D. Fr. Estêvão, bispo do Porto e D. Rodrigo, bispo de Lamego. Para além destes clérigos, D. Dinis enviou alguns outros delegados seus. Conseguiram estes, como ainda os enviados das Coroas de Castela, Aragão e Maiorca, um estatuto especial para o património templário nos respectivos reinos. Em 22 de Março de 1312, Clemente V lavraria o decreto de abolição para sempre da Ordem do Templo.

Pela bula *Ad providam*, de 2 de Maio de 1312, decretava-se a integração dos bens do Templo na Ordem do Hospital de S. João de Jerusalém, exceptuando-se desta obrigatoriedade todos os bens dos templários nos reinos de Castela, Aragão, Portugal e Maiorca, uma vez que os respectivos reis exigiam incorporá-los e anexá-los às suas coroas.<sup>63</sup> Uma segunda bula, lavrada a 6 de Maio desse ano, estipulava que, salvo algumas pessoas a serem julgadas pessoalmente pelo papa, todas as outras deveriam comparecer nos sínodos provinciais de cada país. Os que ficassem sem culpa, ou reconhecessem os crimes de que estavam acusados, teriam direito a receber pensão extraída dos rendimentos dos bens da Ordem. Os relapsos e fugitivos, contudo, seriam julgados com implacável severidade<sup>64</sup>.

Decretada a extinção, em 1312, relaxados à fogueira muitos dos cavaleiros franceses, ainda em 1314, será também nestes anos que se observará, em Portugal, um renovado interesse da política de D. Dinis acerca dos destinos do património da Ordem. O soberano constitui, então, João Pais de Soure e Afonso de *Armes*, seu guarda, inquiridores especiais para procederem a diligências sobre o estado dos bens materiais templários em Portugal.

<sup>62</sup> Citado por BARROS, H. da Gama – *História da Administração Pública...*, II, p. 324-325.

<sup>63</sup> *Monarquia Lusitana*, VI, p. 192.

<sup>64</sup> BARROS, H. da Gama – *História da Administração Pública...*, II, p. 329.

Em Castelo Branco, secretariou um desses inqueritos João Martins de Montalvão, tabelião desta vila, a qual D. Dinis havia doado a sua irmã, a Infanta D. Branca, senhora das Huelgas de Burgos<sup>65</sup>.

Chegam-nos inqueritos promovidos pela Coroa, em Abril de 1314, em Soure, Castelo Branco, Montalvão e Nisa, pelos quais se interrogavam moradores destes concelhos, alguns deles, aliás, ex-freires professos – podemos citar, até, o exemplo de André Gonçalves de Pombal, que estivera em Acre, em 1291, no momento da queda desta fortaleza – acerca da actuação dos cavaleiros nessas terras e também no Reino<sup>66</sup>.

Sendo inqueritos controlados e lavrados pelos oficiais régios, seria de esperar que neles se encontrassem denúncias e argumentos que pusessem em causa, de algum modo, os objectivos fundacionais da própria Ordem, enquanto instituição criada para o serviço de Deus e os seus membros havidos por religiosos “espelho e exemplo” de todos os cristãos<sup>67</sup>. Ou, sobretudo, que dessas inquirições resultasse a denúncia de matéria incriminatória e desfavorável aos cavaleiros que justificasse o procedimento do braço real contra a Ordem. Mas o que lemos nas respectivas actas forenses, todavia, é, ao invés, bastante favorável ao legado templário. Resulta, numa sinopse de toda essa informação, que os freires templários, em Portugal, assumiam, naquele momento como no passado mais distante, uma identidade portuguesa e uma postura de fidelidade ao seu rei mais do que ao próprio mestre-geral de “além-mar”.

Esta natureza nacional ou portuguesa dos freires templários no nosso País deve constituir, cremos, uma matéria de estudo mais alargada. Sem deixarem de ser templários, não punham de parte, também, a sua “linguagem”. Naturalmente que esta dimensão psicológica e social da natureza nacional dos cavaleiros não terá sido sentida ou vivida sempre de forma igual nos séculos templários lusitanos.

<sup>65</sup> *Monarquia Lusitana*, VI, p. 192-193.

<sup>66</sup> TT – Gaveta VII, M<sup>o</sup> 2, Doc. 4 e M<sup>o</sup> 18, Doc. 2; B) Leitura Nova: Livro de Mestrados, fls. 143<sup>v</sup>º-150. Ref<sup>o</sup>: RIBEIRO, João Pedro Ribeiro, *Memorias para a Historia das Inquirições dos primeiros reinados de Portugal*, cit., p. 117.

<sup>67</sup> BARBER, M. C. – The social context of the Templars, cit., p. 27-28.

Foi, contudo, esta fiel obediência e lealdade portuguesa dos freires do Templo que lhes garantiu a protecção e a continuidade, ainda que de acordo com cânones reformados, debaixo dos pendões da nova Ordem de Cristo. Para D. Dinis, quase poderemos dizer que os acontecimentos internacionais que levaram à agonia desta Ordem acabaram por vir ao encontro da sua atitude, sempre coerente, de procurar nacionalizar as Ordens Militares representadas em Portugal.

Após 1314, e sobretudo com a inauguração do pontificado de João XXII, em 1316, depois de cerca de dois anos de vacância da Santa Sé, D. Dinis encontrará os caminhos adequados ao seu intento de repor uma herança ainda que em termos actualizados em matéria de soberania e de jurisdição. O papa João XXII, em 1317, chegou a atribuir, em comenda, ao Cardeal Bertrando de *Monte Favencio*, o castelo e a vila de Tomar<sup>68</sup>. Mas a firme contestação do soberano português acabou por levar ao encontro de outra solução<sup>69</sup>.

Segundo Fr. Francisco Brandão e D. Rodrigo da Cunha, o património da Ordem, arrestado pela Coroa, foi administrado pelo franciscano e bispo de Lisboa, em cujo bispado fora promovido por carta de Clemente V de 8 de Outubro de 1312, D. Fr. Estêvão (1313-1322). A ele, aliás, atribui o citado arcebispo olisiponense, a ideia, exposta ao rei, de se passar à instituição de uma nova Ordem Militar<sup>70</sup>. À cúria pontifícia foram enviados, por embaixadores de D. Dinis, o cavaleiro João Lourenço de Monsaraz e Pedro Pires, cónego da Sé de Coimbra, a fim de suplicarem a criação da nova ordem militar<sup>71</sup>. Desempenharam-se os delegados portugueses da sua missão com o maior êxito. A nova Milícia, designada dos Pobres Cavaleiros de Jesus Cristo, ficaria oficialmente domiciliada em Castro Marim e estaria sujeita à visitação espiritual do dom abade de Alcobaça que era, nesses anos, D. Martinho III (1318-1327)<sup>72</sup>.

<sup>68</sup> *Monarquia Lusitana*, VI, pp. 266-268.

<sup>69</sup> VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de – *Elucidário...*, II, p. 602; *Monarquia Lusitana*, VI, p. 267.

<sup>70</sup> *Monarquia Lusitana*, VI, p. 193; *Monumenta Henricina* (Dir. A. Dias Dinis), Vol. I, Coimbra, 1960, pp. 101-102, notas 2 e 3; LOPES, Fernando Félix – Das actividades políticas e religiosas de D. Fr. Estêvão, bispo que foi do Porto e de Lisboa. *Lusitania Sacra*, 6 (1962-1963) 25-90.

<sup>71</sup> Que, a 16 de Março de 1319, já haviam obtido todos os resultados desejados pelo rei de Portugal. Vd. *Monumenta Henricina*, I, Doc. 65, pp. 122-123.

<sup>72</sup> Vd., entre outros, *Monarquia Lusitana*, VI, pp. 279-357.

D. Dinis, a 4 de Junho de 1319, faz restituir à novel Ordem de Cristo as vilas, castelos e lugares de Soure, Pombal, Ega Redinha, situados na Estremadura tal qual esta província era então cartografada, e também as vilas e castelos de Idanha-a-Nova e Idanha-a-Velha, bem como de Salvaterra, Segura, Proença e Rosmaninhal, no bispado da Guarda, afirmando o soberano nesta carta “*que a Ordem de Christo se tinha feito em Reformação da Ordem do Templo, que se desfez.*” As igrejas de Soure e de Pombal, que, pela extinção da Ordem do Templo, o rei reunira à Universidade, serão também entregues ao património canónico da Ordem de Cristo.<sup>73</sup>

A Ordem de Cristo, plausivelmente, terá visto reingressar, nos seus claustros, antigos cavaleiros templários. Nos estatutos desta, de 1321, aliás, fixou-se em 86 o número mínimo de freires a admitir, dos quais 71 deveriam ser cavaleiros<sup>74</sup>. Alguns dos seus antigos mestres encontravam-se ainda sobrevividos nestes anos, como Fr. Lourenço Martins, vindo a ser sepultados no panteão dos mestres templários portugueses, o qual se fixara na bela igreja de Santa Maria do Olival, em Tomar. Na urbe nabantina, aliás, se enraizaria o núcleo de maior fecundidade na definição futura das marcas identitárias dos cavaleiros de Jesus Cristo. Sabemos, também e por exemplo, que D. Vasco Fernandes veio a falecer por 1323, depois de ter usufruído a comenda de Montalvão. Terá professado na Ordem de Cristo, muito embora haja notícia de certas diferenças que o terão oposto a ela, mormente a propósito da doação, que lhe fizera o rei, em 1304, de Penha Garcia<sup>75</sup>. Outros egressos templários poderão ter sido acolhidos por outras Ordens<sup>76</sup>. Mas essa é uma matéria a necessitar de ulterior investigação.

<sup>73</sup> VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de – *Elucidário...*, II, p. 602.

<sup>74</sup> BARROS, H. da Gama – *História da Administração Pública...*, II, p. 333.

<sup>75</sup> VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de – *Elucidário...*, II, p. 602; BARROS, H. da Gama – *História da Administração Pública...*, II, pp. 330-331.

<sup>76</sup> Como terá sucedido noutros reinos ibéricos. Vd. JOSSERAND, Philippe – *Église et pouvoir...*, cit., pp. 50-60; FERNANDES, Maria Cristina Ribeiro – *A Ordem do Templo em Portugal...*, pp. 224-228. Lembremos que, em 1324, os ex-templários portugueses, Afonso Esteves, Vicente Martins, Estevão Peres e Pero de Pena, integrando o Convento de Tomar, solicitam, aos Hospitaleiros da Coroa de Aragão, o pagamento das pensões que lhes eram devidas no contexto da extinção da Ordem do Templo, situação reiterada, em 1322, por Vicente Martins (MIRET i SANS, J. – *Les Cases dels Templers i Hospitalers en Catalunya*, Barcelona, 1910, pp. 395-396; SANS i TRAVÉ, J. M. – *La fi dels templers catalans*, Lleida, Pages editions, 2008, p. 393).

## Apêndice

### Doc. 1

1314 ABRIL, 8, Soure – *Inquirição em 25 artigos feita por João Pais de Soure acerca da natureza dos bens dos templários em Portugal, dependência destes face à Coroa, e das pessoas dos cavaleiros, do poder e da autoridade régia sobre os mesmos.*

TT – Gaveta VII, Mº 2, Doc. 4 e Mº 18, Doc. 2

B) TT – Leitura Nova: Livro de Mestrados, fls. 143vº-150.

Refª: João Pedro Ribeiro, *Memorias para a Historia das Inquirições dos primeiros reinados de Portugal*, Lisboa, Impressão Regia, 1815, p. 117.

¶ A dicta Hordem de Christus. Outra de inquiriçam per que se mostra como os reis proveerom os templarios de castelos e vilas e lugares contanto que ouvesem somente os fruitos e remdas deles e os despemdesem em serviço del rey e do regnno e em guarda do dicto regnno e fezesem guerra a mouros e mais e ctª.

### *Prime depositiones producte per Johanem Pelagii de Souri sub Era Mª CCCª LIIª, Colimbrie.*

¶ Duram Canelas cavaleiro preguntado pelo primeiro artigoo disse // [Fl. 144] que ouvira sempre dizer e fora e era fama e creença na terra que o reyno de Portugal fora rejudo per o Conde Dom Anrique assy come condado. E que o dicto Conde defendia a terra a mouros e fazia guerra contra eles.

¶ Item disse no segundo artigoo que ouvira dizer sempre e era fama e creença na terra e que el assy o creya que o dicto Conde avendo guerra com mouros que os freyres templareos veerom a el e pediron-lhy por mercee que o queriam servir e que lhis desse em que se mantevessem e de que podessem a mouros fazer guerra.

¶ Item disse no terceiro artigoo que ouvira dizer e era fama e creença e que assy o criia el por certo que esto meesmo pidirom os templareos al rey Dom Affonso seu filho e que assi o fezera o dicto rey.

¶ Item disse no quarto que ouvira sempre dizer que o dicto rey e os outros que depos el veerom proveerom aos templareos de muitos logares, vilas e castelos em esta maneira que os templareos recebesem as rendas dos

logares e os frutos e as rendas dos castelos que perteciam aa casa do rey<sup>77</sup> no reyno de Portugal e em guarda do reyno e pera fazer guerra a mouros e disse mais que era certo que os templareos serviam el rey contra mouros e contra tod'outro defendemento do seu reyno. E que em esto despendiam as rendas dos castelos e das vilas e logares que aviam no reyno de Portugal e que esto vira el per muitas vezes. E disse mais que sabia e era certo que nemhuãs remdas de vilas nen de castelo que os // [Col. B] dictos templareos ouvesem no reyno de Portugal que non ousariam emde levar nemhuã cousa ao maestre daalem mar senom per lecença del rey de Portugal. Ca diziam os reys de Portugal que queriam que as dictas remdas e averes se despendessem na sa terra de Portugal e a defendessem a mouros e que assi o faziam.

¶ Item disse no quimto artigoo que ouvira dizer de gram tempo aca que os dictos logares, vilas e castelos foram dados e cometidos em guarda aos templareos e que eles os lavrassem e melhorassem e que fielmente os gardassem pera serviço dos reys. E disse mais que assy vira usar e despende aos templareos as remdas em serviço dos reys e em defendimento da sa terra contra mouros e contra outros logares que fossem a defendimento do reyno de Portugal. E disse mais que vira per muitas vezes aos reys de Portugal filhar pera si as vilas e os castelos e os outros logares que os templareos aviam em Portugal e que metiam hy seus alcaydes e que recebiam as remdas de todo pera el rey. E que el rey fazya delles o que lhy prazia.

¶ Item disse no sexto artigoo que os logares, vilas e castelos que os dictos templareos aviam no reyno de Portugal que estavam todos por del rey e pera seu serviço e os templareos non os podiam emalhear em outra pessõa, mays el rey de Portugal cada que queria lhis filhava os logares que aviam e os dava a seus filhos e aaqueles que queria e que tinha por bem. E fazia el rey deles o que tinha por bem. // [Fl. 144vº] E quando lhes el rey filhava vilas ou castelos os freyres lhy diziam: “Senhor voso he quamto nos avemos ca vos e vosos avoos no-lo destes, e em vos he de no-lo dardes ou de no-lo filhardes. Ca de vossa maa teemos nos todo e por vosso o teemos. E as rendas dos logares despendemo-las em voso serviço contra mouros e contra outros logares que sam a defendimento de vossa terra. Ca nossa he toda a propriedade”.

<sup>77</sup> Na margem esquerda da coluna: “Que os despendesem em serviço dos Reyx”.

E disse mais que era certo que os templareos steverom no Algarve pera defender a terra de Portugal contra mouros e que steverom por vezes em Chaves per mandado del rey pera defenderem a terra de Portugal e em outros muitos logares de fronteiras pera defenderem a terra de Portugal. E que el rey nom lhis dava nenhuã cousa pera despenderem senom as remdas das terras, vilas e castelos que os dictos templareos aviam no reyno de Portugal. E que assy o aviam os templareos com os reys d'uso e de custume. E que assy o serviam polas dictas remdas das vilas e do castelo e que assy o vira el sempre usar e fazer.

¶ Item disse no VII artigoo que os reys de Portugal reteverom em sy poder de revogar os dictos castelos e vilas que os dictos temprieiros aviam no reyno de Portugal e faziam os reys deles aquilo que tinham por bem.

¶ Item disse no octavo artigoo que ouvira dizer e era fama e creença certa que os freires templareos e os seus maestres que em Portugal viviam faziam menagem e juramento aos reys de Portugal // [Col. B] polas cousas que tinham no seu reyno com que o aviam de servir. E disse mays que se algum mestre viia pera seer mestre em Portugal que non emtraria no reyno de Portugal senon per mandado del rey de Portugal. E non seeria mestre senon per sa voontade. E outrossi disse que se o mestre queria hyr pera fora do reyno de Portugal que se non hya senon per lecença del rey de Portugal. E se se hya per lecença e avia de leixar alguem em seu loge non leyxava senon qual el rey mandava e tinha por bem.

¶ Item disse no nono artigoo que ouvira dizer aos freyres templareos e a outras gentes que os templareos fizeram sempre menage ao rey de Portugal dos castelos e das vilas e logares que aviam em Portugal des sempre ata que a Ordem foy desfeita.

¶ Item disse no decimo artigoo que sempre os templareos foram teudos a servir fielmente polas dictas cousas os reys de Portugal com cavalos e com armas e com todolos seus em sas proprias despesas. E emquamto aos dictos reys prougesse non lhis determinando tempo per quamto devessem servir. Mais serviriam el rey quamdo fosse sa vontade e tevesse por bem.

¶ Item disse no onzeno artigoo que assy servirom sempre os templeiros el rey cada que lhy foy mester.

¶ Item disse no dozeno artigoo que os dictos templareos eram sempre teudo[s] servir os reys tambem em guerra quamdo fosse, come em outra

maneira qualquer que aos dictos reys aprouguesse e que assi os vira el sempre // [Fl. 145] servir.

¶ Item disse no trezeno artigoo que assy servirom sempre os templeareos os reys de Portugal cada que lhis fazia mester.

¶ Item disse no catorzeno artigoo que os dictos templeareos foram sempre teudos proveer aos dictos Reys de Portugal e a seus filhos e a sa familia e a toda sa gente avondadamente e honrradamente de cevada e de viandas e de todas outras cousas que ouvesse mester cada que passassem ou acaessem pelos dictos castellos, villas e possissões que foram comemdas aos dictos templeareos e que assy lho vira per muitas vezes dar.

¶ Item no quimzeno artigoo disse que assy foram sempre proveudos os dictos reys e seus filhos com sa familia e con toda sa gente assy como he de susodicto e que assy lhys vira sempre proveer.

¶ Item disse no XVIº artigoo que non sabia se o maestre de Portugal devia receber aa dicta Ordem outro feyre salvo o de Portugal se non, mais pero disse que vira fazer muitos freires portugueeses e que nunca em Portugal vira fazer freyre que fosse castelão nem doutra linguagem senon de Portugal. E se em Portugal avia freyres de outra lemguagem vinham dalo fectos unde eram. E disse que freyre nemhuum non se faria em Portugal contra voontade de nosso senhor el rey e disse que non sabia doutra guisa.

<sup>78</sup>¶ Item disse no XVIII artigoo que quando o maestre queria fazer cabidoo pera dar as baylias e as teemças que o non fazia senon per mandado del rey. E que non sabia em como se davam as bailias e as // [Col. B] teenças ca non emtrava nemhuum leygo em seu cabidoo, mays pero disse que quando o cabidoo faziam que el rey mandava hum home boo ou dous de sa casa pera veer como se as bailias davam e pera os non leixar pelejar. E disse que se el rey queria que se desse baylia algua a alguem que se lhy dava e que sen nom fazia o cabidoo senon hu fosse vontade del rey.

<sup>79</sup>¶ Item disse no XX artigoo que o mestre e os comendadores e os freires de Portugal eram teudos a nom sayrem nem se partirem do dicto reyno salvo se ante pedissem lecença aos reys e a guanhassem deles. E que esto vira el per muitas vezes. E que assy o viu usar e agardar sempre como dicto he.

<sup>78</sup> Saltou para o 18º artigo.

<sup>79</sup> Saltou para o 20º artigo.

¶ Item disse no XXI artigoo que vira aos reys de Portugal filhar os fruitos e as remdas dos beens que o Templo avia no reyno de Portugal cada que el rey prazia. E recebia-os a sa mão e fazia-os agardar pera seu profeito. Item disse que assy o vira usar e agardar per muitas vezes como dicto he.

¶ Item disse no XXII artigoo que os templareos e toda sa familia e toda sa gente fossem da jurisdicòm e do senhorio dos reys de Portugal tam bem em fecto de demanda civil como criminal que os Reys os podiam mui bem pear nos corpos e nos averes se fezesem por que. E faziam os reys em eles justiça cada que o mereciam. E nemhuum freire non podia fazer justiça em nemhuum malfeitor [e] em nemhuã terra que tevessem em Portugal, mas el rey essas justiças faziam hy dereyto e justiça.

¶ Item disse no XXIII artigoo que // [Fl. 145vº] ouvira sempre dizer e era certo que pelo poder que os reis em si gardarom e polos serviços que os dictos reys receberom dos dictos templareos per muytas vezes menagees, serviços, does e outras servidões muitas quaes prazia aos dictos reys. E disse mais que ouvira dizer per muitas vezes e era certo que quando ordinhavam dos bees pera fazer pobras e vilas e castelos que se novamente fezerom e outorgando as outras pessoas que vir[a] aos reys de Portugal receber a sa mão as vilas e castelos cada que lhis prazia e lhi fazia mester.

¶ Item disse no XXIII artigoo que os reis de Portugal conhecerom e julgarom sempre tambem dos fectos ceviis como criminaões movudos comtra os dictos templareos. E emqueriam ainda contra eles de seu officio das cousas criminaaes e faziam em eles justiça segundo seu merecimento.

¶ Item disse no XXb artigoo que das cousas de susodictas e de cada hua delas era voz e fama publica e creença no reyno de Portugal que assy passara e assy se usara sempre. E disse mays que sabia e era certo que os concelhos e os poboos das vilas e castelos e logares que foram cometudos aos templareos que non iriam em serviço dos templareos em hoste, nem em fossado, nem em castelos fazer senon per carta e per mandado del rey de Portugal cujos os concelhos eram e nos del rey se chamavam sempre e a el rey serviam ca aos freires non.

¶ Item disse que ouvira dizer e era certo per muitos que diziam que o virom que // [Col. B] Fernam Meendez homem poderoso trazia gram tempo o castelo e a vila de Souri por del Rey avendo ja hy os freires templareos a vila de Souri em que guarescessem. E que o dito Fernam Meendez fazia dar

rações de comer aos freires e aa noyte sarrava os freyres dentro no castelo e aa manhaa vinha-lhis abrir. E que oyra dizer que fezera esto per gram tempo. E disse ainda que quando el rey ou seus filhos chegava aos castelos e aas vilas e aos outros logares que os tempreiros aviam que logo sende os freyres hyam e os deitavam fora e ficava el rey nos castelos e logares e fazia em eles come de seu.

¶ Item Domingos Paez dicto Borrieyro morador em Souri disse em todolos artigos e em totalas outras cousas assi como o dicto Duram Canelas.

¶ Item Martim da Redinha disse em todolos artigos e em totalas outras cousas como o dicto Duram Canelas, salvo que no segundo artigo disse que non sabia se os templareos foram ao Conde Dom Amrrique que lhis desse em que se mantevesssem. E outrossy disse no terceyro artigo que nom ouvira dizer nen sabia se era fama se os templareos pedirom em que se mantevesssem al rey Dom Afonso filho do dicto Conde de que podessem a mouros fazer guerra. E outrossy disse que nunca vira em Portugal fazer freire doutra linguagem salvo que vira ao mestre Dom Joam Fernandez fazer freire huum seu sobrinho que era gallego mays em totalas outras cousas disse como o dicto Duram Canelas.

¶ Item Joam Perez Molaa de Souri disse em todolos // [Fl. 146] artigos e cousas como o dicto Duram Canelas salvo que disse que vira ao maestre Dom Joam Fernandez fazer ha seu sobrinho freyre que era galego.

¶ Item Andre Gonçalvez de Poombal disse em todolos artigos e cousas como o dicto Duram Canelas. E disse mais que sabia e era certo e vira per muitas vezes que quamdo o cabidoo faziam os templareos que o faziam per mandado del rey e em outra guisa non. E que sempre el rey enviava ao cabidoo cada que o faziam huu seu crerigo pera receber as respostas pera serviço del rey. E que estavam per alvaraões do dicto crerigo del rey. E que el rey dava aos templareos pera despenderem o que queria e o al filhava pera sy. E se algum serviço levavam ao mestre dalem mar era per lecença e per mandado del rey. E que se non fazia em outra guisa. E disse mays que ouvira dizer e vira aos freires em Portugal. E que ouvira outrossy dizer aos freyres na vila d'Acre que tinham el rey por baveca porque lhis dava nenhua cousa. Ca tod'aquelo em que eles guareciam em Portugal que todo era del rey de Portugal. E que se maravilhavam porque lhis leyxava nenhua cousa do seu levar aalem mar. E disse mays que el rey de Portugal recebia

menagees dos maestres e dos freires dos castelos e das vilas e das fortalezas que lhy eles faziam. E quando os el rey queria tolher das fortelezas tolhi-lhas e metia hy outros alcaides segraaes cada que queria. E disse mays que quando algum infante nacia em Portugal que logo o maestre e os freyres lhy hyam beijar mão e // [Col. B] recebe-lo por senhor e faziam menagem ao infante que depos morte de seu padre lh'entregariam as vilas e os castelos e fortelezas e possissoes que aviam cometudo e em que guareciam em Portugal. E quanto hy aviam e em que guareciam todo era dos reys de Portugal. E que esto vira el per muitas vezes e disse mais que se alguns tesouros aviam os templareos sobrepostos de mays que as despesas que faziam que el rey de Portugal os filhava pera si.

¶ Item Joam Steveez mercador de Poombal disse assy compridamente nos dictos artigos e nas dictas cousas como o dicto Amdre Gonçalvez. E que fora bem quarenta anos per quarenta cabidoos e que sempre vira fazer o cabidoo per el rey. E que sempre hya hy huum seu crerigo ou seu messageiro que recebia por el rey as respostas.

¶ Item Miguel Eanes mercador em Poombal disse compridamente como os dictos Amdreu Gonçalvez e Joanne Stevez.

¶ Item Affomso Martiis Cerveira de Poombal disse compridamente em todolos artigos e outras cousas como os dictos Amdre Gonçalvez e Joanne Stevez.

¶ Item Pay Meendez da Redinha disse em totalas cousas assy como Amdre Gonçalvez de Poombal, salvo que disse que non fora em Acri. E que non ouvira dizer aos freires como Amdre Gonçalvez que fora em Acre.

¶ Item Joam Louçaa de Souri disse em totalas cousas como o dicto Duram Canelas.

¶ Item disse que ouvira dizer e que era certo per fama e per creença que Fernam Meendez que era alcaide por el rey em Souri sendo Souri ja dado em em [sic] co // [Fl. 146vº] menda aos freires que esse Fernam Meendez dava as rações aos freires e as cousas per que se mantinham e que os çarrava aa noyte no castelo e levava as chaves pera sa casa e que lhis abria aa manhaa e os deitava fora.

¶ Item disse que quando el rey chegava aas vilas e aos castelos e aas fortelezas dos templareos que os freires se sayam dos castelos e das vilas e el rey ficava nos castelos e nas fortalezas com sa gente.

¶ Item disse que os concelhos e os moradores das vilas e dos castelos e das fortelezas dos templareos que non hiam em hoste nem em fossado, nem em anuduva com os freyres senom com el rey ou com seu mandado. Ca os concelhos del Rey eram e por seus se chamavam e el rey serviram ca non os freyres.

¶ Item disse que quando appellavam das vilas dos freires que hyam as appellações al rey.

¶ Item disse que quando o maestre vinha daalem mar facto que non entraria em Portugal senon prouguese al rey de o seer. E se lhy prouguesse de o seer que se non deterria esse maestre em nemhuum logar ata que non chegasse al rey e lhy beijasse mão e lhy fizesse vassalagem.

¶ Item disse que quando os reys de Portugal filhavam os castelos e as vilas e fortelezas aos templareos que ouvira dizer aos freyres: “El rey filhe o que quiser filhar e leixe o que quiser leyxar ca todo he seu e os nossos corpos e os nossos averes seus som e com todo avemos de servir ca de seus // [Col. B] padres e de seus avoos foy todo e non no-lo derom senon pera nos manteermos en el e pera servirmos el rey contra mouros e contra todas outras pessoas que quisessem dar guerra ao seu reyno.”

¶ Item disse que quando algum infante nacia em Portugal que logo o mestre com os freyres lhy’am beyjar mão e recebiam-no por senhor.

¶ Item disse que ouvira dizer e era fama e creença na terra que se os mestres tinham alguuns tesouros sobrepostos demais que as despesas que faziam que el rey os filhava pera sy.

¶ Item Lourenço Rijo de Souri disse compridamente em todolos artigos e outras cousas come o dicto Amdre Gonçalvez, salvo que disse que non fora em Acre. <E nom ouvio dezer aos freyres como Amdre Gonçalvez era em Acre.>

¶ *Haec depositiones duxit Joannes Pelagii de Souri postrema vice cum venit Sanctarenam in mense Marcii sub Era quinquagesima secunda.*

¶ Item disse Fernande Stevez tabelliom de Souri pelo primeiro artigoo que ouvira dezer per muytas vezes que o reyno de Portugal fora rejudo pelo conde Dom Anrique assy como condado e que o dicto conde defendera a terra a mouros e fazia guerra contra eles.

¶ Item disse no segundo artigoo que ouvira dezer per muytas vezes que o dicto conde avendo guerra com mouros em quant'el viveu que os freyres tempreiros lhy veeram pedir per mercee que o queriam servir e que lhy dessem em que se mantevessem e de que podessem fazer guerra a mouros.

¶ Item disse pelo terceiro artigoo que ouvira dezer que morto al conde Dom Anrique que ficou hum seu filho rey Dom Affomso e que // [Fl. 147] os templareos veerom a el e que lhy pedirom por mercee que lhy fizesse o que pedirom ao dicto seu padre.

¶ Item disse polo quarto artigoo que ouvira dezer que o dicto rey Dom Affomso e os outros reys que depos el veerom proveerom aos dictos templareos d'alguns logares assy de vilas como de castellos eesta maneyra: que esses templares recebessem os fructos e remdas dos dictos logares, vilas e castellos do reyno de Portugal que perteciam aa casa dos reys e que dependessem em serviço dos reys e guarda do reyno pera fazer guerra a mouros.

¶ Item disse polo quimto artigoo que os logares e vilas e castellos foram dados e cometudos em guarda aos templareos e que eles os lavrassem e melhorassem e os guardassem pera serviço dos reys e que assy o ouvira dezer por muitas vezes e que sabia de certo que era pera sempre del rey.

¶ Item disse polo VIº artigoo que ouvira dezer que os dictos logares foram doados e cometudos aos dictos templareos so condiçom que elles non fizessem cousa per que os castellos e logares podessem seer alheados per nemhuã razom em nemhuã outra pessoa.

¶ Item disse polo VII artigoo que ouvira dezer per muitas vezes que os reys de Portugal reteveram em sy poder de revogar os dictos castelos e vilas e logares que pelos dictos freyres fossem alheados.

¶ Item disse no VIII artigoo que ouvira per muitas vezes dezer que per razom das cousas de susodicto os dictos templareos eram teudos a fazer menagees e juramento e fieldade aos dictos // [Col. B] reys. E disse mays que sabia que ouvira dezer e era certo per alguns que o ouvirom que Dom Paay Gomez Barreto seendo comendador de Castel Branco e tendo o castello que el rey Dom Affomso lhy filhou o dicto castello e o deu a Dom Fernamd' Afomso freyre. E Dom Fernamd' Afomso lhy fez menage com outros freyres que o non desse a outrem senon a el, ou a quem el mandasse. E que em outra guisa o non sabia.

¶ Item disse polo noveno artigoo que era certo e que vira e padecera que os templeareos eram teudos servir fielmente os reys polas cousas de susodictas com cavalos e com armas e com todos os seus em sas proprias despesas non lhis damdo el rey do seu nada. E que serviam aos reys emquanto aos reys prazia non determinando tempo emquanto ouveessem servir mays emquanto al rey prouguese e que esto vyo el de sempre.

¶ Item disse pelo decimo artigoo que era certo e vira per muytas vezes que os templeareos eram teudos servyr os reys tambem em guerra como em outra maneyra qualquer que al rey prouguesse.

¶ Item disse que assy os vira sempre servir cada que al rey fazia mester.

¶ Item disse que des que se acórdava aca que vira sempre e era certo que os templeareos eram teudos proveer aos dictos reys e a seus filhos e a sãs gentes avondadamente de cevada e de viamdadas e de todas outras cousas que ouvessem mester cada que passassem ou acaecessem pelos dictos castelos, vilas e possysões que foram cometudas aos templeareos. E diz que sempre assy vira usar e fazer. // [Fl. 147vº]

¶ Item disse que non sabia se o maestre avya de meter outros freyres salvo de Portugal se non.

¶ Item disse que o maestre que freyrava alguuns freyres por mandado del rey.

¶ Item disse que se o mestre tolhia alguã baylia a algum comendador e lhe el rey mandava entregar que lha entregavam.

¶ Item disse que o maestre e os comendadores e os freyres de Portugal eram teudos a nom sayrem nem se partirem do reyno de Portugal salvo per mandado e per lecença del rey. E disse que assy o vira sempre usar e custumar.

¶ Item disse que ouvira dizer que fora aveença e ordinaça ante os reys e os tempreyros que totalas rendas dos beens que aviam os tempreyros em Portugal que estevesem em guarda pera serviço e proveyto dos reys do seu reyno e que asy se usou. E disse que era certo que nehuã cousa non se devia tirar do reyno do aver dos templairos senom per mandado del rey. Ca el rey queria que estivese no seu reyno pera defendimento do reyno que que esto <que o> ouvira dezer a Dom Lourenço Martiinz que era maestre e a muytos freyres.

¶ Item disse que os templairos e toda sa família e toda sa gente eram de jurisdiçom e do senhorio dos reys também en demandas civiis com criminaães. E que os reys faziom justiça nos corpos dos freyres come nos de sa familia se faziam por que.

¶ Item disse que ouvira dizer que per muitos serviços e dãos que os reys receberam dos templeyros que os reys lhy leyxarom fazer pobras e vilas e castellos en que se mantevesem e com que servisem os reys e // [Col. B] con que defendessem o reyno de Portugal e que non fezesem delas senom o que el rey mandase.

¶ Item disse que vira e ouvira que o rey de Portugal conocera e julgara tambem dos feytos civis come dos criminaaes movidos contra os tempreyros e que enqueria contra eles de seu officio das cousas criminaães e das outras e fazia a eles justiça segundo seu merecimento.

¶ Item disse que desto era fama e creença no reyno de Portugal e que assy se usara e costumara e que assy o vira el per muytas vezes.

¶ Item disse que el rey Dom Affonso filhara os thesouros que o Tempre tiinha sobrepostos e fezera deles o que quisera.

¶ Item disse que el rey Dom Afomso e el rey Dom Denis filharam per vezes ao Tempre os castelos e as vilas e as outras possisões que aviam no reyno de Portugal dizendo que eram suas e que metia hy alcaydes seus nos castelos alcaydes segrãaes e faziam-lhy menage dos castelos e logares come de seus logares proprios. E outrosy que metiam hy os reys seus porteiros que tiravam os dereytos todos da terra.

¶ Item disse que vira per vezes que os freyres serviom el Rey nas fronteyras e hu al rey prazia assy contra mouros come contra outros lugares que pera defendimento do reyno e que faziam tudo aquelo que al rey prazia ca o aviam de fazer de seu e per sas despesas per razom dos beens e logares que aviam em Portugal.

¶ Item disse que nenhuum maestre nom podia seer freyre em Portugal salvo se prazia al rey.

¶ Item disse que se o maestre daalem mar fezesse algum maestre em Portugal que non entraria // [Fl. 148] em Portugal nem seeria dy maestre se al rey non prouguese.

¶ Item disse que ouvira dezer a freyres que tiinham el rey por baveca porque [nom] leyxava ao maestre nem outros freyres levar nenhuã cousa

aalem mar nem a outro lugar fora de sa terra ca quanto os freyres aviom em Portugal todo era dos reys e pera seu serviço e pera defendimento de sa terra e que em outra guisa non era dos freyres.

¶ Item disse que se el rey ouvese mester os concelhos das terras dos templeiros pera seu serviço que yriam com el de foro e de custume a quaesquer logares que a el rey prouguese.

¶ Item disse que ainda que o mestre e os freyres ouvesem mester os concelhos das sas terras pera seu serviço que non yriam com eles senon per mandado del rey ca os concelhos todos eram del rey e non serviam outrem senon el rey.

¶ Item disse que se os joyzes das terras dos freyres julgavam ou davam sentenças que as apellações yam al rey come de seus concelhos.

¶ Item disse que os templeyros nõ faziam cabidos senom per mandado del rey e hu el queria e que el rey mandava hy seus de sa casa pera veer como faziam e pera põer das responsões em recado e que esto ouvira el assy dizer e dizia que asy era en del certo.

¶ Item Joam Dominguez dicto Boto que vive em Souri que foy freyre do Tempre disse em todo assy come Fernamd'Estevez.

¶ Item Stevam Dominguez de Souri disse em todo come Fernamd'Estevez.

¶ Item Stevam Joannes tabeliom de Souri disse em todo como o dicto Fernamd'Estevez. ¶ Item Duram Dominguez de Souri disse assy em todo como o dicto Fernamd'Estevez // [Col. B] ¶ Item Gomez Perez joiz de Souri disse assy em todo come o dicto Fernamd'Estevez. ¶ Item Pedro Cibraez de Souri disse assy em todo como o dicto Fernamd'Estevez. ¶ Item Martim Cibraez de Souri disse assy em todo come o dicto Fernamd'Estevez. ¶ Item Joam Louçãao de Souri disse assy em todo como o dicto Fernamd'Estevez.

¶ Item Martim Solhoo de Souri disse assy em todo como o dicto Fernamd'Estevez. ¶ Item Fernam Giraldez de Souri disse assy em todo come o dicto Fernamd'Estevez. ¶ Item Pedro Bissalho frade no Aljazedo disse assy em todo como o dicto Fernamd'Estevez. ¶ Item Domingos Andre que chamam da Rua disse em todo assy como o dicto Fernamd'Estevez. ¶ Pedro Giraldez de Souri disse compridamente em todo assy como o dicto Fernamd'Estevez.

¶ Martim Reymondo de Souri disse assy em todo compridamente como o dicto Fernamd'Estevez. ¶ Roy Martiiz de Souri disse assy em todo como o dicto Fernamd'Estevez. ¶ Matheus Bufo da Ega disse assy em todo como o

dicto Fernand'Estevez. ¶ Joam Galego de Souri disse assy em todo como o dicto Fernamd'Estevez. ¶ Lourence Anes da Redinha disse assy em todo como o dicto Fernand'Estevez. ¶ Paay Longo de Souri disse assy em todo como Fernamd'Estevez. ¶ Joam Dominguez Parayso de Souri disse assy em todo como Fernamd'Estevez. ¶ Joam Joannes carpenteyro de Souri disse assy en todo como Fernand'Estevez. ¶ Gil Eanes de Poombal disse assy como Fernand'Estevez. ¶ Joam Mouro de Souri disse assy como o dicto Fernamd'Estevez.

¶ *Hos quidem de // [Fl. 148v<sup>o</sup>] positiones testium que seguntur duxit Arias Petri tribunus de Castel Branco.*

¶ Perdante mim Martim Anes tabelliom del Rey em Castel Branco Joanne Andre vio os artigos em qual guisa em eles era conteudo. E disse polos artigos antigos que os sabia per fama e per ouvida compridamente assy como em eles era conteudo.

E disse polos outros artigos delo tempo del rey Dom Afonso aca que o sabia de certo assy como em eles era conteudo. E que vira filhar a baylia de Castel Branco ao Maeste Dom Beltram e da-la a Dom Payo. E que vira Pãay Garcia aministrador da baylia de Castel Branco e dar hy razões aos freyres per mandado del rey.

¶ Item Martim Porcariço da dicta vila de Castel Branco vistos os dictos artigos como eelos era conteudo disse en todo como Johanne Andre.

¶ Item Martim Stevez cavaleyro da dicta vila ouvidos os dictos artigos perdante my dicto tabeliom disse polos artigos que eram antigos que os sabia de fama e d'ouvida come em eles he conteudo. E dos outros artigos do tempo del rey Dom Afonso aca que os sabia de certo como em eles era conteudo.

¶ Item Vaasco Fernandez morador en Nysa disse que sabia os artigos antigos d'ouvida e de fama como em eles he conteudo e dos outros do tempo del Rey Dom Affonso aca que os sabia de certo e que o vira assy usar como em eles he conteudo.

¶ Item Roy Martiiz morador em Castel Branco disse que sabia todos os artigos como em eles era conteudo salvo os antigos artigos que os ouvio dizer a Dom Gonçalo Gonçalvez e a outros homes boons daquel tempo.

¶ Item Martim Bicas disse que sabia bem os artigos // [Col. B] salvo os antigos que os non sabia senom d'ouvida. E disse mays que ouvio dizer a Joam Soarez sendo procurador da Ordem que eles aviam totalas doações pelos reys e que assy as aviam confirmadas per eles e que eles as ganhavam servindo e defendendo a terra a mouros.

¶ Item Martim Dominguez da Rua Nova disse que sabia todos los artigos como em eles he conteudo salvo os antigos que os sabia d'ouvida.

¶ Item Joam Vidal vistos todos los artigos disse que sabia todos los do tempo de rey Dom Afonso aca e dos outros antigos que ouvira dizer a Dom Pãayo e a outros daquel tempo.

¶ Lõpo Perez disse que dos artigos do tempo de rey Dom Afonso sabia deles a mõor parte. E dos outros artigos que non sabia nada.

¶ Item Joam de Viseu disse que sabia os do tempo de rey Dom Affonso aca. E que dos antigos que non sabia nada.

¶ Item Gil Fernandez Barreto vistos todos los artigos disse que el era criado e mercee del rey e quando visse sa carta ou seu recado certo que el diria os que sabia <e que sabia> mays ca o que era conteudo nos artigos. E que non avia homem no reyno que ende tanto soubesse que fosse a seu serviço.

¶ Item Paay Galego vistos os artigos disse que sabia ende a moor parte dos dictos artigos que eram do tempo del rey Dom Afonso.

¶ Item Pero Martiiz criado do Tempre vistos os artigos disse que os sabia todos salvo os antigos que sabia a mõor parte deles per ouvida e per fama.

¶ Item Lourenço Soarez que foy tabelliom vistos todos los artigos disse que sabia todos los dictos artigos do tempo de Rey Dom Afonso aca. E dos outros antigos disse que os sabia d'ouvida. E que el fora scrivam das rações que davam // [Fl. 149] naquel tempo aos freyres. E que estava hy, de maao del Rey, Dom Pedro Martiiz da Castinheyra que vira fazer as menagees aos freyres daquel tempo.

¶ E estas cousas de susodictas disserom as dictas pessoas perdante mim dicto tabelliom. E Ayras Pirez disse a mym da parte del rey que posese aqui o meu sinal por ser mays certo.

¶ Perdante mym Joam Martiiz tabelliom de Montalvam aa mercee da Infante Dona Branca filha do muy nobre rey Dom Afonso e Senhor das Olgas, Vicente Martiiz vio os artigos em qual guisa em eles era

conteudo. E disse polos artigõs antigos que os sabia per fama e per ouvida compridamente assy como [em] eles he conteudo. E disse polos outros artigõs delo tempo del rey Dom Affomso aca que o sabia de certo assy como em elles era conteudo.

¶ Item Joam Tiburço alcaide disse outra tal verdade como o dicto Vicente Martiiz. E disse mays que sabia Pãay Garcia estar em Montalvam de mão del Rey. ¶ Item Dominguos da Guarda disse tal verdade como os de susodictos. ¶ Item Joam Prezado disse tal verdade como os de susodictos. ¶ Item Martim Canhestro disse tal verdade como Joam Prezado. ¶ Item Pãay Stevez disse tal verdade como os de susodictos. ¶ Item Joam Martiiz dicto tabelliom disse tal verdade como os de susodictos.

E desta fronta pediu Ayras Perez almoxarife del rey hum testemuyõ, feyto foy VI dias d 'Abril. Era de mill trezentos cincoenta dous anos.

E eu Joam Martiiz tabelliom de Montalvom este tesemuyõ com mhã mão propria escrevi. E meu signal em el pugi em testemuynho de verdade.

¶ Sabham todos que em presença de Martim Perez tabelliom de nosso senhor el rey em // [Col. B] Nysa a Nova, Ayras Perez almoxarife mostrou hum rool em que eram conteudos artigosos per que entendia provar o procurador del rey pelo qual mi pregumtou o dicto Ayras Perez do qual o meu acordo tal he:

Quamto he do tempo do conde Dom Anrique e do tempo de seu filho rey Dom Affomso e da reynha Dona Tareya e dos outros reys ata o tempo del rey Dom Affomso o vio assy contar a muytos homens boos assy como contam os artigosos. E do tempo del rey Dom Afonso e do tempo del rey Dom Denis que ora he seu filho compridamente todos los artigosos que he como em eles he conteudo.

E sey e vi que Paay Garcia de cas del rey teve a sa mão por el Rey a vila de Nysa a Velha e paravam hy oveençaes por el rey. E davam rações e governo aos freyres do Tempre e aas sas gentes. E eles eram manteudos dos beens da Ordem. E que vi a Dona Sancha Perez teer do Tempre o Rodam em sa vida.

¶ Item Duram Dominguez de Nisa a Nova disse em todo compridamente como <disse o dicto Estevam Pirez. ¶ Item Domingos Martinz que foi

freire do Temple dise em todo compridamente como os de susodictos. ¶ Item Pero Martiiz que foy tabelliom disse em todo compridamente como os artigos assy como os de susodictos. ¶ Item Affonso Martiiz que foy freyre do Tempre disse em todo compridamente assy como os dictos Stevam Perez e os outros de susodictos. ¶ Item Domingos Perez que foy scryvam da compra disse em todo como os de susodictos. ¶ Item Joam Pereyro de Nysa a Nova que foy criado da Ordem do Tempre disse em todo compridamente como os de susodictos. ¶ Item Lopo Gonçalvez disse compridamente em todo como os de susodictos. ¶ Item Stevam Martiiz vogado que foi criado de Dom Paay Gomez que foy maestre do Tempre disse em todo compridamente como todos // [FL. 149vº] estes de susodictos. ¶ Item Domingos Paez da Roda disse compridamente em todo como cada hum dos sobredictos. ¶ Item Martim Cardido (?) disse em todo compridamente como todos os de susodictos.

¶ Item Gonçalo Fernandez que foy comendador de Nysa a Nova e d'Almoyrol e de Ryo Frio disse que ouvira dizer que a reynha Dona Tareya deu aa Ordem do Tempre Souri e dali se probou Poombal e a Ega e a Redinha. E sey que por esto e por outras terras que ouvemos dos reys serviam e servi os reys com cavalos e com armas e com aver e com pam e com carne e com cevada e com outras muytas e muy nobres dôas e em guerras aa custa da Ordem cada que aos Reys prazia e vi-lhis reteer os castellos, vilas e outros logares e tiinha-os a sa maa com seus fruytos pera seu serviço e entregava-no-los quando era sa mercee. E a Ordem servia em sa parte quando os reys queriam e as gentes das vilas da Ordem a sa parte quamdo era mester de servirem assy.

Eu Stevam Perez tabelliom de susodicto esto com Ayras Perez almoxarife screvi per mha mão propria. VIII dias d'Abril da Era de mil trezentos cincoenta dous anos.

¶ Estas testemuynhas trouve Vicente Afonso almoxarife de Thomar a Santarem.

¶ Estas som as pesões per que se podem provar quamdo mester for estes artigos que aqui som conteudos convem a saber:

Em Tomar primo: per Domingos Pãez Cousado que mora aa porta do Castelo. Martim Sesudo que mora na Rua de Maria Dona. Domingos Lopez

que mora na Rua de Gil Vicente. Gil Stevez que mora na Corredoyra. Steve Anes tabeliom que mora no Castello. Martim Afomso // [Col. B] crerigo que mora na Rua de Gil Vicente. Martim Perez clerigo que mora na Rua de Sam Joanne. Domingos Requeyxo que mora em cima da Rua da Corredoyra. Joam Burges que mora na Corredoyra. Ayras Perez que mora na Corredoyra. Domingos Perez mesageyro que mora na Corredoyra. Matheus Martiiz que foy freire. Pero Martiiz scudeiro que mora na Çandoeyra. Joanne Meendez vigairo em Tomar. Martim Anes Calçaperra. Martim Anes Reganhado que mora na Corredoyra. Lourenço Anes que foy home de Joam Picom. Joam Fernandez que mora na Corredoyra. Stevam Ioannes filho de Joanne Stevez mercador. Domingos Martins Scudeyro que mora na Calçada. Stevam Lourenço dicto Menay crerigo que mora em Punhete. Domingos do Souto que mora na Rua de Garcia Rodriguez. Pero Cheo que mora na Varzea Pequena. Stevam Fernandez que mora na Varzea Pequena. Martim Peças que mora da Varzea Pequena. Joam Appariço que mora aa porta do Castello. Joam Stevez que foy vigairo de Tomar. Joam Gonçalvez tabeliom que mora na Rua de Sam Yoanne. Joam de Galiza que mora em Punhete.

¶ E leudos estes artigos e cada huum especificadamente sobre sy amte cada huã das pessõas sobredictas apartadamente e em gram segredo achamos que os dictos artigos se podem bem provar per eles salvo dous artigos.

O primeyro he em que diz que o mestre non poderia receber freyre na dicta Ordem salvo se fosse de Portugal.

E o outro em que diz que o mestre non podia fazer nemhuum freyre seu oveençaõ nem aministrador sem lecença dos reys.

E em todolos outros artigos se concordavam de fama e de vista e d'ouvida salvo no primeyro que alguuns diziam que se nom acordavam nem ouviram dizer do conde Dom // [Fl. 150] Anrrique porque era de longuo tempo e destes eram muy poucos porque eram mancebos mays os mays destes que aqui som scritos s'acordam en todo.

## A visão do *Outro* nas *Cartas de Itália* de Lopo de Almeida

Paulo Esmeraldo Catarino Lopes

Instituto de Estudos Medievais

Texto recebido em/ Text submitted on: 20/01/2011

Texto aprovado em/ Text approved on: 31/08/2011

### *Resumo/Abstract:*

Em Novembro de 1451 partia de Portugal com destino a Itália a comitiva de acompanhamento da infanta D. Leonor, segunda filha de D. Duarte e irmã de D. Afonso V, para confirmação do seu casamento com o imperador Habsburgo Frederico III.

Notável iniciativa diplomática e ocasião única de afirmação e de internacionalização da monarquia portuguesa, este matrimónio resulta de um ambicioso projecto de D. Afonso V que visa legitimar aos olhos das grandes potências internacionais uma dinastia que nascera pouco conforme com o direito sucessório.

Dirigiam a comitiva de acompanhamento João Fernandes da Silveira e Lopo de Almeida (primeiro conde de Abrantes), tendo este último enviado a D. Afonso V quatro cartas em que dá notícia dos acontecimentos que marcaram a viagem, bem como da forma como a comitiva foi recebida. O facto de o embaixador concentrar toda a sua atenção na acção, bem como na descrição das cerimónias e do comportamento dos intervenientes, faz de tais registos epistolares uma fonte de inegável valor histórico-antropológico.

A visão e avaliação do *Outro* europeu é constante nas *Cartas* e opera-se sempre através de uma análise comparativa com os portugueses. Por outras palavras, os referentes culturais de Lopo de Almeida constituem-se como um código com base no qual o mesmo realiza a sua avaliação antropológica.

Sempre perspicaz, e não raras vezes irónico e satírico, Lopo de Almeida fornece retratos ora colectivos, como o dos alemães, ora individuais, como o do imperador Frederico III. De reter é que em caso algum estamos perante retratos frios. Ao contrário, são sempre representações extremamente ricas do ponto de vista do sentimento, da emoção e do elemento humano, inequivocamente aquele que mais entusiasma o autor da narrativa.

Em síntese, pelo seu conteúdo, mas também pelo contexto em que foram produzidas, as quatro cartas enviadas de Itália por Lopo de Almeida ao rei D. Afonso V constituem um testemunho privilegiado, por um lado, da forma como os portugueses olhavam o *Outro* europeu e, por outro lado, da forma como se olhavam a si próprios por reacção a esse mesmo *Outro* europeu, em meados do século XV.

In November 1451 departed from Portugal to Italy the accompaniment entourage of Eleanor, second daughter of King Duarte and sister of Afonso V, for confirmation of her marriage to the Habsburg Emperor Frederick III.

Notable diplomatic initiative and unique opportunity for affirmation and internationalization of the Portuguese monarchy, this marriage is the result of an ambitious project of King Afonso V which aims to legitimize in the eyes of the great international powers a dynasty that was born slightly according to the law of succession.

Headed the delegation Fernandes da Silveira and Lopo de Almeida (first count of Abrantes), the latter having sent to Afonso V four letters giving news of events that marked the journey as well as how the group was welcomed. The fact that the ambassador focus all

their attention on the action and the description of the ceremonies and the players' behavior, makes such epistolary records a source of undeniable historical and anthropological value.

The vision and evaluation of the european *Other* is constant in the *Letters* and operates always through a comparative analysis with the Portuguese. In other words, the cultural references of Lopo de Almeida up as a code under which he performs his anthropological assessment.

Always insightful, and quite often ironic and satirical, Lopo de Almeida provides pictures sometimes collective, like the Germans, sometimes individual, such as the Emperor Frederick III. Of note is that in any case we are dealing with cold pictures. Instead, representations are always extremely rich in terms of feeling, emotion and the human element, one that most clearly excites the author of the narrative.

In summary, by its content but also by the context in which they were produced, the four letters sent from Italy by Lopo de Almeida to King Afonso V are a privileged witness, on one hand, of the portuguese way of looking at the european *Other* and, on the other hand, the way they looked at themselves by reaction to that same european *Other* in the mid-fifteenth century.

*Palavras chave/Keywords:*

Visão do *Outro*; Encontro civilizacional; Imperador Habsburgo Frederico III; Política de casamentos; Referentes culturais; Costumes cortesãos; Modelos de comportamento social.

Vision of the *Other*; Civilizational encounter; Habsburg Emperor Friedrich III; Political marriages; Cultural references; Courtiers manners; Models of social behavior.

Não é apenas no contexto dos Descobrimentos que encontramos notáveis testemunhos relativos ao choque civilizacional resultante do encontro e do contacto com o *Outro*, tido como essencialmente diferente.

Com efeito, também nas estradas poeirentas da muito percorrida Europa, sobretudo quando em direção aos espaços italianos, desenham-se contactos e vislumbram-se avaliações mútuas. Estas vias constituem o equivalente continental europeu às rotas atlânticas, e através delas os portugueses foram igualmente ao encontro de outros povos e outras culturas.

Palco de convergências e divergências políticas, sociais, económicas e culturais, o velho continente foi pois, fonte de preciosos registos acerca da alteridade entre europeus nos finais da Idade Média. Disto nos dão conta, de forma exemplar, as *Cartas de Itália*<sup>1</sup> da autoria do embaixador Lopo de Almeida<sup>2</sup> (c. 1416-1508) e editadas contemporaneamente pelo investigador Rodrigues Lapa (1897-1989).

Em 12 de Novembro de 1451 partia de Portugal com destino a Itália, a comitiva de acompanhamento da infanta D. Leonor (1434-1467), segunda filha de D. Duarte (1391-1438) e irmã de D. Afonso V (1432-1481), para confirmação do seu casamento com o imperador Habsburgo Frederico III (1415-1493), já celebrado por contrato em Nápoles, em 10 de Dezembro do ano anterior<sup>3</sup>, e por procuração<sup>4</sup> na corte portuguesa, em fins de Julho daquele ano: “Primeiramente, por disposição da divina graça, foi entre as referidas partes combinado, acordado e decidido que o matrimónio se faz e se há-de fazer e celebrar com pleno efeito pelo dito sereníssimo e poderosíssimo senhor rei dos Romanos com a dita inclitíssima

<sup>1</sup> Vide Lopo de Almeida, *Cartas de Itália*, Rodrigues Lapa (ed.), Lisboa, Imprensa Nacional, 1935.

<sup>2</sup> D. Lopo de Almeida foi o primeiro conde de Abrantes, título concedido por D. Afonso V, em 1476. Pertenceu ao Conselho Real e foi igualmente vedor da Fazenda do monarca, bem como mordomo-mor, contador-mor e escrivão da puridade da rainha D. Joana.

<sup>3</sup> Cf. “Contrato de casamento entre o Imperador Frederico rei dos Romanos e a Infanta Dona Leonor de Portugal, irmã do rei Dom Afonso V de Portugal, feito pelo rei Dom Afonso de Aragão. Nápoles, 1450, Dezembro, 10.” in *Princesas de Portugal, Contratos Matrimoniais dos Séculos XV e XVI*, Aires A. Nascimento (ed.) com a colaboração de Maria Filomena Andrade & Maria Teresa Rebelo da Silva, Lisboa, Edições Cosmos, 1992, pp. 63-83.

<sup>4</sup> Cf. “Carta de crença do imperador Frederico a D. Afonso V, na qual o informa que envia mestre Tiago Motz, e Nicolau de Valkenstein, ambos seus capelães, com procuração e poder bastante para receberem por sua esposa a infanta D. Leonor, irmã do mesmo D. Afonso V, Neustadt, 1451, Março, 14.”, *ibidem*, pp. 85-87.

e claríssima Infanta a donzela Dona Leonor por esta maneira: agora por palavras de futuro entre os ditos mandatários, procuradores e embaixadores de ambas as partes, e depois por palavras de presente, à face da Santa Madre Igreja, tal como ensinam e dispõem os preceitos canónicos e a disciplina da religião Cristã.”<sup>5</sup>; “Sereníssimo príncipe e irmão caríssimo. Enviamos a Vossa Serenidade os honrados mestres Tiago de Motz, bacharel de teologia sagrada, e Nicolau de Valkenstein, nossos dilectos e fiéis capelães, munidos de pleno mandato de procuração, a fim de que o matrimónio, a contrair na cidade de Nápoles, por embaixadores de uma e outra parte, entre nós e a ilustríssima Infanta Leonor de Portugal, vossa irmã, de momento por palavras de futuro, conforme contrato feito, pelos mesmos embaixadores, agora, em nossa vez e em nosso nome, com a dita ilustríssima Infanta, por palavras de presente, o contraíam e confirmem e finalmente por arras de anel e outras solenidades, para isso requeridas, para nós desposem como esposa legítima e aceitem como mulher, e façam todas e cada uma das outras coisas que entre os anteriormente citados embaixadores tenham sido concordadas e nos instrumentos e cartas, antes realizados, se contém mais completamente e nas nossas cartas de procuração e mandato, claramente está expresso.”<sup>6</sup>

Notável (porque plena de êxito) iniciativa ao nível da diplomacia internacional, o dito matrimónio resulta, afinal, de um ousado e ambicioso projecto político encetado por D. Afonso V, que visava sentar no trono do Sacro Império Romano-Germânico, logo em 1451, uma portuguesa, D. Leonor, e no trono castelhano-leonês, em 1455, sua irmã, a rainha D. Joana de Portugal (1439-1475).

Como o investigador Luís Miguel Duarte assinala, o matrimónio de um membro da casa real não acontece por “motivos do coração”, ou seja, por motivos pessoais e particulares, mas antes por interesse do país e do reino. Daí, inevitavelmente, constituir uma questão eminentemente pública<sup>7</sup>.

Neste quadro político-mental, os descendentes, em especial as filhas, eram vistos como um investimento e o seu casamento “era rigorosamente assunto de Estado. Fazia-se e desfazia-se com a mesma volatilidade de

<sup>5</sup> “Contrato de casamento entre o Imperador Frederico rei dos Romanos e a Infanta Dona Leonor de Portugal...”, op. cit., p. 67.

<sup>6</sup> “Carta de crença do imperador Frederico a D. Afonso V...”, op. cit., p. 85.

<sup>7</sup> Cf. Luís Miguel Duarte, *D. Duarte*, Rio de Mouro, Temas e Debates, 2007, pp. 128-175.

qualquer tratado diplomático; mudando as alianças, mudavam os contratos matrimoniais.”<sup>8</sup> Inclusive nos contratos e respectivas cláusulas matrimoniais (bem como nas negociações que os antecedem), o que surge à cabeça são as dimensões política e patrimonial.

Nesta medida, os próprios nubentes viam o matrimónio como uma das “muitas obrigações do seu ofício, com dois propósitos claros: estabelecer ou cimentar alianças e produzir sucessores.”<sup>9</sup>

Verdade tanto maior tratando-se de D. Afonso V que, tal como o avô e o pai, em particular este último, encarava com o maior rigor e seriedade todos os movimentos que de alguma forma pudessem contribuir para fortalecer a imagem do país, da família real e do monarca.

É este, com efeito, o contexto histórico-político que leva ao casamento de D. Leonor com o imperador Frederico III. Havia que legitimar uma dinastia que nascera pouco conforme com o direito sucessório.

Dito de outro modo, a chegada ao poder da casa de Avis fora polémica e até pouco convincente. Impunha-se, pois, como prioritário assentar o seu governo em bases realmente sólidas, porque fortalecidas (e reconhecidas) pelas grandes potências internacionais. Ora que melhor para este propósito do que a ascensão de uma princesa de Avis ao trono imperial dos Habsburgos? Não proporcionava um casamento imperial uma oportunidade única para consolidar o prestígio internacional da casa de Avis e a segurança externa do reino? Sem dúvida que sim!

Com este matrimónio, Portugal ganhava prestígio entre as casas reinantes da Europa de Quatrocentos. E quanto maior e mais prodigioso fosse o espectáculo de poder resultante do casamento, tanto melhor para os promotores envolvidos (leia-se os monarcas e os reinos). O grande objectivo de D. Afonso V era que o casamento se transformasse numa ocasião única de afirmação e de triunfo, ou seja, de internacionalização da monarquia portuguesa.

Compreende-se, por tudo isto, a ousada, mas inequivocamente firme e convicta, jogada de D. Afonso V no tabuleiro da diplomacia e da política internacional de alianças. Ousada, e até perigosa, nem que fosse pelo facto

<sup>8</sup> *Idem, ibidem*, p. 129.

<sup>9</sup> *Idem, ibidem*, p. 131.

de envolver uma despesa e uma dívida tão grandes que quase arruinam as finanças públicas. De tal forma que o rei, ainda no decurso de 1451 e contrariando a tendência da sua política interna, se decidiu de *motu proprio* a convocar Cortes em Santarém, para “prover a ajuda financeira que propiciasse os elevadíssimos custos do casamento [e do dote] de D. Leonor com o imperador Frederico III.”<sup>10</sup>

Podemos (e devemos), enfim, colocar a política de casamentos afonsina, e em particular este matrimónio (cuja forma como é preparado e conduzido indicia uma longa reflexão e uma programação cuidada), no quadro mais geral de uma vasta operação de propaganda política ao serviço da coroa de Portugal, iniciada logo em 1385 e que visava, em última instância, a mitificação da família de Avis: “(...) quando olhamos para estes anos, nos apercebemos de que houve um fio condutor, uma inteligência política empenhada em construir uma imagem mítica da dinastia de Avis e que começa logo pelo fundador, D. João I, e pela esposa, continuando depois para os filhos (e, mais tarde, para os netos), quase sacralizando esta família para a utilizar como exemplo ao serviço da educação de um reino.”<sup>11</sup>

A comitiva de acompanhamento da infanta D. Leonor a Itália era dirigida por João Fernandes da Silveira<sup>12</sup> (c. 1420-1484) e por Lopo de Almeida, primeiro conde de Abrantes e figura de destaque pela ascensão que então conhecia na corte portuguesa.

Por sua iniciativa ou por incumbência do soberano, Lopo de Almeida enviou a D. Afonso V quatro cartas (ou talvez mais, não sabemos) em que lhe dá notícia dos acontecimentos que marcaram a viagem, bem como da forma como a comitiva foi recebida: a primeira de Siena (Fevereiro de 1452),

<sup>10</sup> Saul António Gomes, *D. Afonso V*, Rio de Mouro, Temas e Debates, 2009, p. 89.

<sup>11</sup> *Idem, ibidem*, p. 292.

<sup>12</sup> À data da partida de Portugal da comitiva de acompanhamento da infanta D. Leonor com destino a Itália (1451), já o doutor em leis João Fernandes da Silveira ocupava os cargos de Chanceler da Casa do Cível de Lisboa, regedor da Casa da Suplicação e membro do Conselho Real. Em 1473, D. Afonso V nomeou-o escrivão da puridade, chanceler-mor e vedor da sua Fazenda. Cargos que lhe garantiam uma extrema proximidade ao monarca. Dois anos mais tarde, em 1475, pelos serviços prestados à Coroa na qualidade de alto funcionário régio, em particular como embaixador, o rei concede-lhe o título de barão de Alvito, com direito de transmissão aos seus descendentes. Foi este, aliás, o primeiro título de barão que se concedeu em Portugal.

Fig. 1 – O encontro entre Frederico III e D. Leonor ocorreu em Siena, em cuja catedral existe um precioso registo iconográfico. Trata-se do famoso fresco do pintor Benardino di Betto, dito o Pintoricchio (1454-1513), no qual se encontra representado, em primeiro plano, o bispo de Siena (Enea Silvio Piccolomini, mais tarde papa com o nome de Pio II) com os paramentos solenes, acolhendo os noivos.

[in Duomo di Siena]



Direitos reservados

a segunda de Roma (Março), a terceira de Nápoles (Abril) e a quarta (Maio) de um porto algures no Adriático.

O exíguo *corpus* epistolar de Lopo de Almeida teve apreciável recepção literária, a avaliar pelas cópias que circularam e que deixaram vestígios nos manuscritos que chegaram até nós<sup>13</sup>.

De salientar, no entanto, é que o valor das cartas não reside tanto na vertente literária, mas antes na vivacidade do autor, que não pretende ser sereno ou lógico, mas sim descritivo e emotivo. Sente-se a cada frase a inquietação pessoal e o desassossego. É um estilo temperamental e instintivo, em que a ordem psicológica triunfa constantemente sobre a ordem lógica. Denota-se, enfim, uma acentuada personalidade, que passando ao lado dos recursos habituais da expressão literária, se afirma simples mas extraordinariamente enérgica<sup>14</sup>.

O facto de o embaixador concentrar toda a sua atenção na acção, bem como na descrição das cerimónias (onde dois dos tópicos preferidos são o vestuário e os objectos utilizados) e do comportamento dos intervenientes, faz de tais escritos uma fonte de inegável valor histórico-antropológico.

A visão do *Outro* presente nas *Cartas* é essencialmente a visão dos europeus setentrionais, mais especificamente os alemães. Exceptuam-se, naturalmente, os franceses e os ingleses, cuja influência na corte portuguesa era vasta e profunda, sobretudo no caso destes últimos por intermédio da rainha Filipa de Lencastre (1359-1415): “Nom tomem porem os vossos officiaes daqui ousadia, porque estes homens são barbaros e bestas, dos quaes diz o Profeta *quorum Deus venter est*, mas tomem do bom servir dos vossos Reynos e dos de Ingraterra e de França, que são Reynos de homens e não de bestas.”<sup>15</sup>; “E certamente, Senhor, nom poderá cuidar que portugueses estavam em tal ponto com os das outras partes, e louvo muito a Deos por me fazer ver isto, porque até agora vejo que sam reyes de quantos cá vy, assim de parecer como de gentileza e esto em tanta differença delles aos

<sup>13</sup> Cf. Manuel Simões, “O panegírico de Portugal nas ‘Cartas de Itália’, de Lopo d’Almeida” in *Studi di iberistica in memoria di Albert Boscolo*, Giuseppe Bellini (a cura di), Roma, Bulzoni Editore, 1989, pp. 211-218.

<sup>14</sup> Cf. Rodrigues Lapa, “Prefácio” in Lopo de Almeida, *Cartas de Itália*, Rodrigues Lapa (ed.), Lisboa, Imprensa Nacional, 1935, pp. V-XIX.

<sup>15</sup> Lopo de Almeida, *Cartas de Itália*, op. cit., p. 19 [Carta segunda].

que vejo, que bem creio que, se todos chegarmos a França assim como a Pisa, acharamo-nos iguaes com os de lá (...).”<sup>16</sup>

Importante também é a referência à corte napolitana, cujos habitantes aragoneses são muito apreciados pelo autor devido à sua generosidade e nobreza de comportamento.

De reter como nuclear é que todas as apreciações do *Outro* europeu são sempre realizadas através de uma análise comparativa com os portugueses, apresentados pelo autor como inequivocamente superiores, em todo e qualquer aspecto; ao passo que os alemães são sempre rebaixados: “e todos tem escandalo com os alemães por tão mal tratarem quanto bem lhes cá mandastes.”<sup>17</sup>

O sistema referencial de Lopo de Almeida contempla, assim, dois níveis de apreensão antitéticos, opondo em primeiro lugar portugueses e alemães; e, num segundo momento, os súbditos do rei de Aragão na corte de Nápoles em contraste com os alemães e os portugueses (estes constituem o verdadeiro alicerce do sistema de avaliação do *Outro* do autor). Destes confrontos, como se referiu, saem aclamados os portugueses, sempre merecedores de todos os elogios<sup>18</sup>: “Senhor, isto digo assy pelo meudo, como quem o vio; e sabede, Senhor, que o Papa ama todolos vossos, como se fossem seus e assi no-lo deu a entender e nos mandava pôr nos mais honrados lugares, depois de bispos e condes; e soamente hum alemam não mandava assentar onde nós estavamos, nem outrem em lugar honrado, semelhante ao nosso; e assy se disse a missa per hum cardeal.”<sup>19</sup>

O problema da avaliação do *Outro* surge aqui de forma plena, pois o conhecimento desse *Outro* (e do *Eu*) é sempre obtido através de um raciocínio analógico: “conheço o outro por analogia comigo” (afinal, a comunicação interpessoal assenta fundamentalmente no diálogo que salvaguarda o *Eu* e o *Tu* como sujeitos, como pessoas).

No entanto, este raciocínio analógico tem dois patamares. Um superficial e outro mais profundo e complexo. O texto de Lopo de Almeida fica-se pelo primeiro, ou seja, o conhecimento do *Outro* europeu assenta mais na

<sup>16</sup> *Idem, ibidem*, pp. 25-26 [Carta terceira].

<sup>17</sup> *Idem, ibidem*, p. 13 [Carta primeira].

<sup>18</sup> Cf. Manuel Simões, *op. cit.*

<sup>19</sup> Lopo de Almeida, *Cartas de Itália*, *op. cit.*, p. 11 [Carta segunda].

comunicação espontânea, na dualidade simpatia/antipatia e na intuição do que no conhecimento reflexivo, isto é, na análise profunda dos seus comportamentos<sup>20</sup>.

Como se nota no texto, tudo surge à flor da pele. O desdém pelos alemães é claramente sensitivo. Daí ao estado de conflito, rivalidade e predomínio de um sobre o outro vai um pequeno passo, como aliás se pode verificar nas expressões do autor.

O “portuguesismo” exagerado de Lopo de Almeida atinge proporções verdadeiramente hiperbólicas, mas não deixa de ser um facto essencial. Por um lado, e antes de tudo, devido a tratar-se de um criado que zelosamente serve o seu rei, o que implica uma retórica do discurso, isto é, uma adequação, que não pode ser ignorada (nesta medida, a depreciação do *Outro* é, em primeiro lugar, para melhor exaltar e incensar o *Eu* – através do rei que se serve). Por outro lado, porque expressa bem o rumo da civilização portuguesa de então, toda concentrada no périplo dos Descobrimentos e na acção militarista além-mar. Com efeito, as suas palavras funcionam como um espelho do espírito expansionista português de Quatrocentos<sup>21</sup>: “o melhor Rey do mundo, a melhor terra do mundo, milhores homens de mundo sam os de Portugal.”<sup>22</sup> E noutro momento dirá: “Senhor, (...) todo he vosso quanto fizeram e mostraram, porque, com qualquer cousa que lhe vejam trazer ou fazer, nom dizem senão: ‘muito bem faça Deos ao Rey que tal gente tem; e certamente nisto mostra bem quem he.’ Assim, Senhor, que todo he vosso.”<sup>23</sup>

Fundamental, nunca é demais salientar, é não esquecer que este discurso hiperbólico é sempre pronunciado em reacção ao frio e bárbaro comportamento dos alemães. Ele o diz expressamente, aludindo aos “desaviamentos

<sup>20</sup> Cf. Ana Paula Menino Avelar, *Figurações da alteridade na cronística da Expansão*, Lisboa, Universidade Aberta, 2003, pp. 117-168 e 185-190; idem, *Visões do Oriente: formas de sentir no Portugal de quinhentos*, Lisboa, Colibri, 2003, pp. 82-83, 149-176 e 273-280; Helena Carvalhão Buescu, *Incidências do olhar: percepção e representação*, Lisboa, Editorial Caminho, 1990, pp. 71-77; idem (ed.), *Narrativas da Modernidade: a Construção do Outro*, Lisboa, Colibri, 2001, pp. 81-86 e 92-94.

<sup>21</sup> Cf. Rodrigues Lapa, “Prefácio” in Lopo de Almeida, *Cartas de Itália*, op. cit., pp. V-XIX.

<sup>22</sup> Lopo de Almeida, *Cartas de Itália*, op. cit., p. 5 [Carta primeira].

<sup>23</sup> *Idem, ibidem*, p. 26 [Carta terceira].

e bestearias” daqueles homens “barbaros”: “(...) a dita Senhora (...) foi-se a hum cada falso, que estava feito, e com ella El-Rey d’Ungria, e assentarão-se em hum banco com hua alcatifa, sem o veador ter cuidado de prover onde avia de estar, nem lhe fazer poer aly hum pano de brocado ou de seda, de que tantos lhe destes; e assy outros desaviamentos e bestearias, que cada ora fazem como canarios.”<sup>24</sup>

Lopo de Almeida supera aqui a especificidade da imagem do alemão para o enquadrar no código cultural que nesta época está disponível na corte régia portuguesa. É esta a forma escolhida para tornar inteligível e avaliar o *Outro* que se lhe apresenta ao olhar.

Por outras palavras, os referentes culturais de Lopo de Almeida constituem-se aqui como um código de que fazem parte classificações e valores diversos, nomeadamente os da cortesia. E é com base neste código referencial que o autor valoriza ou desvaloriza o *Outro* europeu<sup>25</sup>.

Sendo o imperador o líder e o espelho do seu povo, ele congrega em si todos os elementos negativos deste. Veja-se, logo na primeira carta, a cena passada em Florença, em que o Imperador regateia com os homens de Cosmo de Medicis um damasquim de brocado. Toda a descrição revela perfeitamente a sórdida avareza do monarca e todo o desdém do fidalgo português: “Juro-vos, Senhor, que ante queria ser Rey de Castella, que elle é muito escasso, sem nenhuma comparação, e avarento, e vereis que fez: elle queria comprar em Florença hum damasquim de brocado branco de Cosmo de Medices e mando-o vir pera o ver e esteve regatando com os homens do dito Cosmo grande pedaço, de guisa que se não avierão e foram-se com o pano; a cabo de espaço, mandou-lhe dizer que aquelles seus homens estavam muito caros com aquelle pano, que lhe rogava que lhes mandasse que lhe

<sup>24</sup> *Idem, ibidem*, p. 9 [Carta segunda].

<sup>25</sup> Cf. António Avelino Neves Casaca, *O olhar do outro na Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, Texto policopiado, Tese Mestrado Interdisciplinar em Estudos Portugueses, Lisboa, Universidade Aberta, 2000, pp. 96-118; Jacques Le Goff, *História e Memória*, vol. II – Memória, Lisboa, Edições 70, 2000, pp. 193-231; José da Silva Horta, “A imagem do Africano pelos portugueses antes dos contactos” in *O Confronto do Olhar, O Encontro dos Povos na Época das Navegações Portuguesas*, António Luís Ferronha (coord.), Lisboa, Editorial Caminho, 1991, pp. 43-69; *idem*, “A representação do africano na literatura de viagens, do Senegal à Serra Leoa: 1453-1508” in *Mare Liberum*, n.º 2, Lisboa, CNCDP, 1991, pp. 209-338.

fizessem delle bom preço; e o dito Cosmo, que jazia doente, disse aos seus feitores que bem sabia elle o mercado que o Emperador queria delle, e mandou que lhe levassem de graça; e elle que o tomou e pesou-lhe com o pouco! A nenhum destes vossos fidalgos, que se expidirão delle, nam deu hum soo ducado, nem hum pam, nem a mim com elles.”<sup>26</sup>

Outra crítica directa a Frederico III e que revela igualmente o profundo sentimento ou atitude (orgulhosa) de desprezo do autor para com o imperador reside na fraqueza do seu carácter, pois nunca toma uma decisão, por muito leve que seja, sem consultar vários do seu conselho: “nunca cuidei de ver homem tam pouco estar em seus pees, que soamente a dizer-lhe hum homem que se quer ir com sua mercê, nom lhe dá reposta senão que primeiro fale com três ou coatro do Conselho.”<sup>27</sup>

Sempre que pode, Lopo de Almeida coloca em evidência a diferença de temperamentos entre Frederico e D. Leonor, sendo ele desconfiado, calculador e brutal na expressão e nas maneiras. Enfim, medíocre e bastante inferior à graciosa princesa lusa: “A dita Senhora ia vestida na cota de cramesim, que lhe destes, e na opa de brocado pardo, e bem toucada com huma crespina rica e hum rance em cima e cengido hum tecido de brocado branco, dos seis que lhe cá dei per vosso mandado; e, alem de ir muito fermosa, é bem de louvar por sua segurança e boa contenença; e foi muito prasmado o Emperador, porque a mandou vir antre estes dous duques; e todos tem escandalo com os alemães por tão mal tratarem quanto bem lhes cá mandastes.”<sup>28</sup>

Mas o que mais impressiona o embaixador português é a falta de ordem, o desrespeito das normas sociais, que ia dos nossos costumes para os dos alemães, muito mais livres e brutais: “Vossa Irmã estava em sua pousada e vierão a ella pera a levar dous duques, per mandado do Emperador; e a nós pareceo mal, a saber, a Luis Gonçalves e a mim, não mandar o Emperador a El-Rey d’Ungria e ao Duque, seu irmão. E a dita Senhora mandou dizer ao Emperador a maneira que se tinha em vossos Reynos em semelhantes casos e fomos-lho dizer aa Igreja, dizendo-lhe que, quando ella ia fora em

<sup>26</sup> Lopo de Almeida, *Cartas de Itália*, op. cit., p. 4 [Carta primeira].

<sup>27</sup> *Idem, ibidem*, pp. 3-4 [Carta primeira].

<sup>28</sup> *Idem, ibidem*, pp. 12-13 [Carta segunda].

vossos Reynos, sempre ião com ella os Infantes e assy todos, posto que fosse o mais honrado, e que, depois que fora desposada com elle, sempre fora acompanhada de vós e de vosso irmão e tios pera qualquer parte que ia fora de casa, e que alem disto era usança em vossas terras de se fazer grandes honras aas noivas, o dia das vodas, e que vós levaveis a molher de hum fidalgo de vossa casa de huma parte pera a outra, o tal dia, e que portanto lhe parecia que devia mandar ao dito Rey d'Ungria e ao Duque, seu irmão d'elle, dito Senhor, por ella; e que esto dizia ella por serviço d'elle, porque tudo o que se a ella fizesse seria d'elle; e que considerasse quanto parecia estranho a quantos estrangeiros ahy estavam, se lhe vissem fazer o contrario do que sabem que em suas terras se faz (...). E o dito Senhor ouviu esto antre três ou coatro, antre os quaes estava o seu mestre da camara, que o rege, o qual respondeo por mandado d'elle e disse que ella não ouvesse dello desprazer, que fora assy ordenado, e assy outras razões frias, e que ella viesse, que cá na Igreja a acompanharia El-Rey d'Ungria.”<sup>29</sup>

Com efeito, a desordem, a falta de brilho e a pobreza de tal comitiva, são explicadas pela extrema avareza do Imperador e pelas condições especiais de abandono em que ele se deslocou a Itália. Mas, na realidade, tal “mediocridade” justifica-se em grande parte pela crise interna que o imperador, à época, tinha em mãos e que envolvia numa grave conspiração alguns dos principais senhores austríacos, liderados por Ulrich Eizinger<sup>30</sup>.

Plena de ironia, humor e intenção pessoal, a narração da ceia – da responsabilidade dos alemães – nos paços de S. João de Latrão, que se seguiu à cerimónia da confirmação do casamento e da coroação do imperador, é paradigmática a este respeito. Em particular na descrição da mesa do imperador, o embaixador português chega mesmo a ser profundamente satírico: “E o Doutor e eu fomos ver como estava a sala pera comer aparelhada e achamos a mesa posta pera elle [o imperador], que lhe não

<sup>29</sup> *Idem, ibidem*, pp. 7-8 [Carta segunda].

<sup>30</sup> Para um maior aprofundamento desta temática *vide* Adam Wandruszka, *The House of Habsburg: Six Hundred Years of a European Dynasty*, Westport (Connecticut), Greenwood Press, 1975; Geoffrey Barraclough, *The Origins of Modern Germany*, Oxford, B. Blackwell, 1947; Michael Hughes, *Early Modern Germany, 1477-1806*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1992; Paul-Joachim Heinig, “How large was the Court of Emperor Frederick III?” in *Princes Patronage and the Nobility: The Court at the Beginning of the Modern Age, cc. 1450-1650*, New York, Oxford University Press, 1991, pp. 139-156.

Fig. 2 – *Encontro entre Frederico III e D. Leonor*. [pormenor do fresco do pintor Benardino di Betto, dito o Pintoricchio (1454-1513), in Duomo di Siena]



Direitos reservados

chegavam as toalhas ao cabo e ficava descoberto da mesa acerca de dous palmos, e outras toalhas estreitas pelas bordas de hua parte e da outra da mesa pera se alimparem; e poserom aa primeira coatro ou cinco coutos de pães de cera por castiçaes na dita mesa, e parece que viram que não estava como compria e trouxeram hum castiçal de prata, que parecia de ferro, e tirarom os que estavam nos pães.

As outras mesas estavom postas com toalhas e candeas em pães e no cabo da casa estava hua mesa na altura das outras, na qual estava a prata

per que aviam de beber, pouca e mal corregida; e a cabo de mea hora veo o Emperador e ante elle hum homem com duas tochas em hua mam, que parecia hua soo, e chegou diante da mesa e com elle El-Rey de Ungria e Dom James, seu mestre da câmara, e outros senhores alemães e lavarão em pee, em tal maneira que não podemos enxergar se lavarão ou não; (...) e veo a vianda em grandes dous bacios, em maneira de Castela, e comerom a commum todos misturados com elle, de guisa que todos comião nos ditos dous bacios; e cada hum tinha trinchos de pao ante si.

Na mesa nam era posto bancal senão as toalhas sobre a tavao, e parecia ella bem descoberta daquella parte onde nom chegavam as toalhas; e nos bancos tam pouco avia bancaes, salvo onde sya o Emperador huma almofada de cramesim avelutado pera elle.

Nas outras mesas se assentaram bispos, condes e prelados e todos os outros fidalgos e toda a outra gente a feixes e molhos, como em voda; e o arroido da gente desbaratava o de João Vaaz.

Ante o vinho nem ante as iguarias nom vinham tochas aa mesa nem porteiro que fizesse fazer logar; tras a mesa do Emperador erom armadas duas cobricamas de ras d'arvoredo, sem nenhum pano d'estado nem outro nenhum pano nem sarjas per toda a salla."<sup>31</sup>

O olhar atento e perspicaz do embaixador, portador dos seus próprios padrões de comportamento social, condiciona a sua apreciação, quase sempre depreciativa. Dito de outra forma, estamos perante uma avaliação antropológica que funciona consoante o *Outro*, na imagem que dele o autor constrói, se aproxima ou afasta do padrão que *a priori* definiu para si mesmo e de que não abdica<sup>32</sup>.

Neste quadro, pela pertinência enquanto notável exemplo, mais uma vez citamos as seguintes palavras do embaixador luso: "Nom tomem porem os vossos officiaes daqui ousadia, porque estes homens são barbaros e bestas,

<sup>31</sup> Lopo de Almeida, *Cartas de Itália*, op. cit., pp. 17-19 [Carta segunda].

<sup>32</sup> Cf. Claude Lévi-Strauss, *Raça e História*, Lisboa, Editorial Presença, 1980, pp. 19-28; Edward W. Said, *Orientalismo. Representações Ocidentais do Oriente*, Lisboa, Livros Cotovia, 2004, pp. 5-31; Luís Filipe Barreto, *Descobrimientos e Renascimento: Formas de Ser e Pensar nos Séculos XV e XVI*, Lisboa, INCM, 1983, pp. 127-184; Peter Burke, *Formas de Historia Cultural*, Madrid, Alianza Editorial, 2006, pp. 241-264; Tzvetan Todorov, *A conquista da América: a questão do outro*, Lisboa, Litoral Edições, 1990, pp. 11-65, 227-246 e 297-308.

dos quaes diz o Profeta *quorum Deus venter est*, mas tomem do bom servir dos vossos Reynos e dos de Ingraterra e de França, que são Reynos de homens e não de bestas.”<sup>33</sup>

Daqui podemos depreender que é pela aparição do *Outro*, que tenho a possibilidade de fazer um juízo sobre mim como sobre um objecto. E no discurso de Lopo de Almeida, como temos vindo a verificar, o *Outro* está “sempre já aí”, originariamente co-presente ao *Eu*. Em suma, sem esta coexistência do *Eu* com o *Outro*, as *Cartas* perdem todo o seu sentido e riqueza.

O alemão é, no discurso de Lopo de Almeida, um objecto de valores que o qualificam sem que possa agir de forma efectiva sobre essa qualificação, pois ela surge logo *a priori*. Assim, as referências do autor colocam em evidência que ser olhado é estar sujeito às apreciações do *Outro*. É sentir-se como objecto desconhecido de apreciações várias, em particular as apreciações de valor.

Regressando ao texto, a dado momento, a própria imperatriz, superior no seu encanto e delicadeza de figura, teve a ousadia de sugerir o código de comportamento protocolar, o que, na perspectiva do autor, só revela a fraqueza dos alemães e em particular do Imperador: “Vossa Irmã estava em sua camara este seram, esperando que o Emperador fosse lá; e elle mandou por ella dous condes, que se fosse aa camara delle; e ella nom quis e passarom-se sobre esto muitas embaixadas per cinco ou seis vezes, segundo me disserom, até que elle veo por ella e disse-lhe que lhe prazia que ella fosse folgar a sua camara por essa noute e levou-a polla mam; e, tanto que entrou, lançarom-na na cama e elle com ella nom sabemos que foi lá. Assim, Senhor, que a consumaçam do matrimonio foi a noute de ante Domingo de Pascoella.”<sup>34</sup>

Para Lopo de Almeida este é um dos grandes motivos para avançar a bestialidade e as profundas limitações dos alemães, que efectivamente não mereciam tal figura.

<sup>33</sup> Lopo de Almeida, *Cartas de Itália*, op. cit., p. 19 [Carta segunda].

<sup>34</sup> *Idem, ibidem*, p. 29 [Carta terceira].

É o que novamente refere, já em momento de despedida da corte de Nápoles: “E toda a gente, El-rey e donas não se fartão de a ver e lamentar por a ver vir tam longe e antre tal gente como alemães e lograda por tal pessoa.”<sup>35</sup>

Por contraste com os alemães, Lopo de Almeida realça o comportamento da nobreza aragonesa na corte de Nápoles, que tão bem recebe a comitiva portuguesa: “e tanto que vossa Irmãa chegou a terra d’El-Rey de Aragão, tornou-se o sobredito vice-camaralengo do Papa e ali achou a Mossem Vasco e certos officiaes do dito Rey, os quaes a fezerom apousentar por todolos lugares por onde veo, dando os mantimentos pera toda a gente sem dinheiro e não consentindo que pagassemos nem as ferragens das bestas; estavam pelas ruas dos lugares mesas postas per onde vinhamos e comia quem queria e fontes feitas de vinho; em algumas partes nem consentiam que pagassemos calçado, mas tudo era mandado que nos dessem sem dinheiro nem outra nenhuma cousa que quisessemos comprar; e muito mais compridamente se fez isto ao Emperador e aa dita Senhora e não se dava senão quanto homem queria. E certifico-vos, Senhor, que pera minha casa davão pera cada dia passante de huma quarta de medir pão de confeitos, e se mais queria mais davão.”<sup>36</sup>

Para dar a ver a forma positiva como vê a corte napolitana do rei de Aragão, Lopo de Almeida chega ao ponto de não hesitar em aí deixar o seu próprio sobrinho, a pedido do monarca: “e acabando, mandarom bailar meu sobrinho com Briatiz Lopes o bailo mourisco e depois o villam, e espantou-se El-Rey do seu bailar e fez-me entender que lhe prazeria que ficasse alguns dias com elle, dizendo que os vossos erom seus e os seus vossos, e que elle se queria agora servir delle alguns dias e disse que vollo mandaria. Eu lhe disse que, conhecendo eu que vós averieis prazer de se elle servir dos vossos, me prazia que elle ficasse. Isto fiz, porque entendi que vos nom desprazeria dello, e quando de cá for irá mais apurado e ensaiado pera vos servir; assy, Senhor, que por estes fundamentos o leixei cá.”<sup>37</sup>

Neste passo é crucial verificar a importância atribuída por Lopo de Almeida aos costumes cortesãos, ausentes da nobreza alemã e plenos na

<sup>35</sup> *Idem, ibidem*, p. 33 [Carta quarta].

<sup>36</sup> *Idem, ibidem*, p. 22 [Carta terceira].

<sup>37</sup> *Idem, ibidem*, pp. 27-28 [Carta terceira].

corte de Nápoles. Pormenores essenciais da etiqueta cortesã, como a dança, o requinte e a gentileza dos hábitos, ou a maneira de vestir, são altamente valorizados pelo embaixador luso, que ao longo das cartas nunca deixa de destacar – sempre por comparação com os alemães – o cultivo de uma cultura de aparato. Ora, isto é profundamente revelador da ambiência que predominava na corte régia portuguesa.

Em contacto com civilizações diferentes – a alemã, a italiana e a aragonesa –, Lopo de Almeida compara todos os que vê a personagens do seu país. Facto que não se explica apenas pela circunstância de fornecer ao rei, o efectivo destinatário das cartas, fáceis e inequívocos termos de comparação. Na verdade, no processo de construção da visão do *Outro*, a comparação com o português (ou seja, o *Eu*) impõe-se necessariamente como referente cultural. É o incógnito João Vaz dotado de grande voz. É o príncipe de Aragão que se assemelha ao moço de câmara Gomes Pinto, reparando contudo que o nariz daquele não era tão mal feito quanto o deste. É ainda a pequenez de corpo e a cortesia discreta deste mesmo príncipe de Aragão que lembra a de João de Meneses, um apaixonado da princesa, que, vendo-a roubada se tornou frade<sup>38</sup>: “A esta cidade veo Sancha de Bairros fazer reverença aa dita Senhora, e com ella seu marido, hum bom cavaleiro, que chamavão Mossem de Aveiro; e ambos vierom acompanhando a dita Senhora; e, chegando a Bresa, veo recebe-la o Principe, filho de El-Rey, vestido em hum mantão de veludo preto forrado de martas, em cima de huma mulla, e com elle muito poucos; parece-se proprio com Gomes Pinto, vosso moço da camara, porem o nariz nom he tão mal feito, pequeno de corpo como João de Meneses, cortês e pouco solto.”<sup>39</sup>

Outro bom exemplo é aquele em que, já na abundante e rica corte de Nápoles, o autor evoca o apetite voraz do português Fernão Cerveira, que proclamava a viva voz que três patos lhe chegavam bem antes de deitar: “Senhor (...) este dia, acabadas as justas, forom cear e, acabada a cea, vierom todos pera vossa Irmã e levaram-na pera a casa do Emperador e andarom dançando em sua sala casi huma ora; e veo colaçam moor que a

<sup>38</sup> Cf. Rodrigues Lapa, “Prefácio” in Lopo de Almeida, *Cartas de Itália*, op. cit., pp. V-XIX.

<sup>39</sup> Lopo de Almeida, *Cartas de Itália*, op. cit., pp. 22-23 [Carta terceira].

de Fernam Cerveira, que com três patos dizia que se fartaria mui bem e lançaria na cama.”<sup>40</sup>

Por fim, merece igualmente destaque a situação em que Lopo de Almeida refere os dois miseráveis rocins de dois pobres duques alemães que lhe trouxeram à memória os arreios dum tal Afonso Mendes: “E quando vossa Irmã partio pera embarcar pera o Golfão, vierom com a dita Senhora dous duques, cada hum de mil e quinhentos ducados de renda, em cima de senhos rocins magros, com goarnimentos de couro vermelho, piores que os de Affonso Mendes, a que se despacharom as cobertas em Mayorga, e com elles até quinze de cavalo e senhos sacomanos rotos por moços de estribeira.”<sup>41</sup>

Noutra vertente, e mais uma vez fazendo recurso do método comparativo com a sua nação de origem, salientamos que o autor, apesar de “bom profeta”, não revela a sensibilidade necessária para avaliar devidamente a civilização italiana coeva. É isso que nos indica a sua afirmação do final da primeira carta: “E, segundo a desposição desta terra, a meu fraco entender, se aqui viesse hum Emperador rijo, toma-la-hia toda sem nenhuma detença, moormente que com a cativeza da gente della, nom andam na guerra senom por aver proveito, sem vontade de pelejar nem matar, e moormente se o Emperador, que esto houvesse de fazer, tivesse dos cabililouros d’antre Tejo e Odiana”<sup>42</sup>.

Mal sabia o viajante luso, que dentro em breve iriam ter início as chamadas *Guerras de Itália* (1494-1559), e que os portugueses não seriam os grandes protagonistas do conflito. Ao contrário, daí surgiria a nova grande potência continental e marítima: precisamente a vizinha Espanha<sup>43</sup>: “No que diz respeito à Europa ‘que domina’, ou seja, que está no centro dos acontecimentos políticos, económicos, culturais, duas potências, neste início do século XVI, disputavam entre si a supremacia neste continente que então se definia para a modernidade. Os anos de 1520-1521 eram particular-

<sup>40</sup> *Idem, ibidem*, p. 28 [Carta terceira].

<sup>41</sup> *Idem, ibidem*, p. 34 [Carta quarta].

<sup>42</sup> *Idem, ibidem*, p. 5 [Carta primeira].

<sup>43</sup> Cf. Ana Isabel Buescu, *Catarina de Áustria, Infanta de Tordesilhas, Rainha de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007, pp. 103-142; *idem*, *D. João III*, Rio de Mouro, Temas e Debates, 2008, pp. 102-108; John Rigby Hale, *A Civilização Europeia no Renascimento*, Lisboa, Editorial Presença, 2000, pp. 65-142; V. H. H. Green, *Renascimento e Reforma*, Lisboa, Dom Quixote, 1991, pp. 67-78, 103-112 e 145-150.

mente significativos do novo patamar em que se definia este confronto. Depois de uma primeira fase das chamadas Guerras de Itália (1494-1559) que terminara, em 1516, com a vitória de Francisco I após a brilhante vitória de Marignan no ano anterior, o confronto entre a França e a Espanha entrava numa nova fase, marcada pela eleição imperial de 1519. A eleição de Carlos V, I de Espanha, como imperador, conseguida em condições difíceis face aos outros candidatos ao trono imperial, Francisco I de França e Henrique VIII de Inglaterra, constituiu, na verdade, um factor decisivo para uma nova correlação de forças entre a França e a Espanha, as duas potências que, dando corpo a uma rivalidade de carácter dinástico e territorial, mas que revestiria também, por parte dos seus dois principais protagonistas, uma dimensão de natureza pessoal, disputaram a hegemonia europeia na primeira metade do século XVI. Durante cerca de quarenta anos, os soberanos das dinastias de Habsburgos e Valois, Carlos V e Francisco I entregaram-se, no cenário de uma Itália culturalmente brilhante mas politicamente fraca, a um confronto tenaz e persistente, pontuado de breves tréguas ocasionadas sobretudo por embaraços de natureza financeira, que culminou, com o Tratado de Cateau Cambresis, já assinado pelos seus sucessores Henrique II (r. 1547-1559) e Filipe II (r. 1556-1598) em 1559, na confirmação da supremacia espanhola sobre a Europa até final do século XVI.”<sup>44</sup>

Entretanto, observemos a importância antropológica do termo “cabillouros”, que designa aqui um tipo de homem com cabelo louro daquela região do sul de Portugal, entre a qual parecia que se recrutavam bons guerreiros<sup>45</sup>. Passo curioso, pois os alemães são, regra geral, associados ao cabelo louro, facto que não deteve Lopo de Almeida de efectuar uma referência indirecta – mas com evidente marca diferenciadora – à qualidade guerreira dos portugueses em comparação com a dos soldados do imperador que neste contexto só pode ser Frederico III, o que só revela a inevitabilidade do choque civilizacional e a incapacidade do autor para se abrir e dialogar com o *Outro*.

Afinal, é fundamental distinguir entre a percepção do *Outro* e o conhecimento do *Outro*. A primeira, a efectuada por Lopo de Almeida,

<sup>44</sup> Ana Isabel Buescu, *D. João III*, op. cit., pp. 104-105.

<sup>45</sup> Cf. Rodrigues Lapa, “Prefácio” in Lopo de Almeida, *Cartas de Itália*, op. cit., pp. V-XIX.

é imediata, a segunda marcadamente reflexiva. O resultado é a permanente impossibilidade nas *Cartas* de compreensão do *Outro* autêntico, como alteridade, diferença. Razão para tal, a subjectividade que impera e funciona como alicerce ao longo de todo o discurso do embaixador.

Em síntese, pelo seu conteúdo, mas também pelo contexto em que foram produzidas, as quatro cartas enviadas de Itália por Lopo de Almeida ao rei D. Afonso V constituem um testemunho privilegiado, por um lado, da forma como os portugueses olhavam o *Outro* europeu – no caso os alemães e os habitantes da Nápoles aragonesa –, e, por outro lado, da forma como se olhavam a si próprios por reacção a esse mesmo *Outro* europeu, em meados do século XV. Por outras palavras, a coexistência do *Eu* com o *Outro* constitui a pedra-de-toque e o elemento fundador, quase arquétipo, das *Cartas de Itália*. É caso para evocar Nietzsche na sua impressiva afirmação de que, “O *Tu* é mais antigo do que o *Eu* (...): é por isso que o homem se afadiga ao redor do próximo”<sup>46</sup>.

Sempre perspicaz, e não raras vezes irónico e satírico, Lopo de Almeida fornece retratos ora colectivos, como o dos alemães, ora individuais, como o do imperador Frederico III. De reter é que em caso algum estamos perante retratos frios. Ao contrário, são sempre representações extremamente ricas do ponto de vista do sentimento, da emoção e do elemento humano, inequivocamente aquele que mais entusiasma o autor da narrativa.

Por outro lado, graças aos seus intensos registos epistolares, podemos verificar que a cultura cortesã estava plenamente implantada na corte portuguesa e constituía o grande referente para avaliar o *Outro* europeu que se encontrava no mesmo patamar social, sobretudo ao nível dos comportamentos.

Com efeito, os usos cortesãos então em voga – a conversação feminina, as preocupações com o vestuário e a dança – são recorrentemente evocados pelo autor, cujas missivas deixam entender o largo prestígio de que estas actividades gozavam junto da nobreza. Naturalmente, trata-se de um prestígio propiciado pela frequência dos meios cortesãos e, sobretudo, da corte régia.

<sup>46</sup> Friedrich Nietzsche, *Assim Falava Zaratustra*, Lisboa, Guimarães Editores, 2007, p. 37.

Local de contactos frequentes da elite laica portuguesa, mais aberta, por diferentes vias, à influência estrangeira (sobretudo inglesa e francesa), a corte assumia-se como local privilegiado de um processo educativo que se reflectia não só no cuidado com o comportamento e o aspecto exterior, mas também numa maior polidez no trato com a mulher, bem como na prática de artes diversas como a dança. Dito de outra forma, a corte desempenha um papel central como foco cultural e, conseqüentemente, como norteadora da evolução da cultura da nobreza<sup>47</sup>.

Afinal, o convívio cortesão, complementando a preparação física, devia orientar o comportamento do jovem na corte, quer perante os seus pares, quer perante o elemento feminino aí presente. Isto é por demais evidente na passagem das *Cartas* relativa à corte de Nápoles.

É, pois, neste mundo cultural em mutação, pautado pela definição de novos modelos de comportamento da elite cortesã, que temos de situar as *Cartas* de Lopo de Almeida e a sua preciosa visão do *Outro* europeu.

## Fontes e Bibliografia

### Fontes impressas

ALMEIDA, Lopo de, *Cartas de Itália*, Rodrigues Lapa (ed.), Lisboa, Imprensa Nacional, 1935.

*Princesas de Portugal, Contratos Matrimoniais dos Séculos XV e XVI*, Aires

A. Nascimento (ed.) com a colaboração de Maria Filomena Andrade & Maria Teresa Rebelo da Silva, Lisboa, Edições Cosmos, 1992.

---

<sup>47</sup> Cf. A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa. Ensaios de vida quotidiana*, Lisboa, Sá da Costa, 1974, pp.185-221; António Resende de Oliveira, “‘Mais de pedras que de livros’: D. Afonso, 4º Conde de Ourém, e a cultura nobiliárquica do seu tempo” in *Actas do Congresso Histórico, D. Afonso, 4º Conde de Ourém, e a sua época*, Carlos Ascenso André (coord.), Ourém, Câmara Municipal de Ourém, 2004, pp. 293-310; Hervé Martin, *Mentalités Médiévales, XIème-XVème Siècle*, Paris, Presses Universitaires de France, 1996, pp. 377-398; Jacques Le Goff, *História e Memória*, vol. I – História, Lisboa, Edições 70, 2000, pp. 141-152 e 191-203; João Gouveia Monteiro, “Orientações da cultura da corte na primeira metade do século XV (a literatura dos Príncipes de Avis)” in *Vértice*, 2ª série, nº 5, Agosto de 1988, Lisboa, pp. 89-103; Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995, pp. 46-62 e 295-320.

**Estudos**

- AVELAR, Ana Paula Menino, *Figurações da alteridade na cronística da Expansão*, Lisboa, Universidade Aberta, 2003.
- , *Visões do Oriente: formas de sentir no Portugal de quinhentos*, Lisboa, Colibri, 2003.
- BARRETO, Luís Filipe, *Descobrimientos e Renascimento: Formas de Ser e Pensar nos Séculos XV e XVI*, Lisboa, INCM, 1983.
- BUESCU, Ana Isabel, *Catarina de Áustria, Infanta de Tordesilhas, Rainha de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007.
- , *D. João III*, Rio de Mouro, Temas e Debates, 2008.
- BUESCU, Helena Carvalhão, *Incidências do olhar: percepção e representação*, Lisboa, Editorial Caminho, 1990.
- (ed.), *Narrativas da Modernidade: a Construção do Outro*, Lisboa, Colibri, 2001.
- BURKE, Peter, *Formas de Historia Cultural*, Madrid, Alianza Editorial, 2006.
- CASACA, António Avelino Neves, *O olhar do outro na Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, Texto policopiado, Tese Mestrado Interdisciplinar em Estudos Portugueses, Lisboa, Universidade Aberta, 2000.
- DELUMEAU, Jean, *A Civilização do Renascimento*, Lisboa, Edições 70, 2004.
- DUARTE, Luís Miguel, *D. Duarte*, Rio de Mouro, Temas e Debates, 2007.
- GOMES, Rita Costa, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995.
- GOMES, Saul António, *D. Afonso V*, Rio de Mouro, Temas e Debates, 2009.
- GREEN, V. H. H., *Renascimento e Reforma*, Lisboa, Dom Quixote, 1991.
- HALE, John Rigby, *A Civilização Europeia no Renascimento*, Lisboa, Editorial Presença, 2000.
- HORTA, José da Silva, “A imagem do Africano pelos portugueses antes dos contactos” in *O Confronto do Olhar, O Encontro dos Povos na Época das Navegações Portuguesas*, António Luís Ferronha (coord.), Lisboa, Editorial Caminho, 1991, pp. 43-69.
- , “A representação do africano na literatura de viagens, do Senegal à Serra Leoa: 1453-1508” in *Mare Liberum*, nº 2, Lisboa, CNCDDP, 1991, pp. 209-338.

- LE GOFF, Jacques, *História e Memória*, 2 vols., Lisboa, Edições 70, 2000.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, *Raça e História*, Lisboa, Editorial Presença, 1980.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Sociedade Medieval Portuguesa. Ensaio de vida quotidiana*, Lisboa, Sá da Costa, 1974.
- MARTIN, Hervé, *Mentalités Médiévales, XIème-XVème Siècle*, Paris, Presses Universitaires de France, 1996.
- MONTEIRO, João Gouveia, “Orientações da cultura da corte na primeira metade do século XV (a literatura dos Príncipes de Avis)” in *Vértice*, 2ª série, nº 5, Agosto de 1988, Lisboa, pp. 89-103.
- OLIVEIRA, António Resende de, “‘Mais de pedras que de livros’: D. Afonso, 4º Conde de Ourém, e a cultura nobiliárquica do seu tempo” in *Actas do Congresso Histórico, D. Afonso, 4º Conde de Ourém, e a sua época*, Carlos Ascenso André (coord.), Ourém, Câmara Municipal de Ourém, 2004, pp. 293-310.
- SAID, Edward W., *Orientalismo. Representações Ocidentais do Oriente*, Lisboa, Livros Cotovia, 2004.
- SIMÕES, Manuel, “O panegírico de Portugal nas ‘Cartas de Itália’, de Lopo d’Almeida” in *Studi di iberistica in memoria di Albert Boscolo*, Giuseppe Bellini (a cura di), Roma, Bulzoni Editore, 1989, pp. 211-218.
- TODOROV, Tzvetan, *A conquista da América: a questão do outro*, Lisboa, Litoral Edições, 1990.

## **A História da América Portuguesa (1730) de Sebastião da Rocha Pita: o contexto, o autor, a obra\***

Roger Lee Pessoa de Jesus

Mestrando em História Moderna – Universidade de Coimbra

rogerlee.pj@gmail.com

Texto recebido em/ Text submitted on: 25/02/2011

Texto aprovado em/ Text approved on: 06/10/2011

### *Resumo/Abstract:*

Criada em 1720 sob acção régia, a Academia Real da História Portuguesa procurou construir um novo modelo historiográfico. Sebastião da Rocha Pita, académico supranumerário desta instituição no Brasil, publica em 1730 a *História da América Portuguesa*. Seguindo o ambiente académico da época e o percurso do autor, procuramos enquadrar esta História do Brasil (a primeira a ser publicada) observando, do ponto de vista historiográfico, algumas questões mais relevantes, como seja o descobrimento desse novo mundo, a União Dinástica e a Restauração, o carácter sagrado e a intervenção divina nesse território ultramarino.

Created in 1720 under royal patronage, the Royal Academy of Portuguese History aimed to build a new model for historiography. Sebastião da Rocha Pita, supernumerary academician of this institution in Brazil, published in 1730 the *História da América Portuguesa* (History of Portuguese America). Following the academic environment of this époque and the path of his research, we try to frame this History of Brazil (the first to be published) from a historiographical point of view, regarding some more relevant issues such as the discovery of this new world, the Dynastic Union and the Restoration, the sacred nature and divine intervention in this overseas territory.

### *Palavras chave/Keywords:*

Historiografia; História do Brasil; Academia Real da História Portuguesa.

Historiography; History of Brazil; Royal Academy of Portuguese History.

---

\* Este estudo resulta da investigação realizada no seminário «Pensamento e Culturas II» no âmbito do mestrado em *História. Época Moderna* da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, orientado pela Prof. Doutora Isabel Ferreira da Mota, a quem agradecemos todo o apoio e incentivo dado na preparação deste artigo. Relembramos também a ajuda dada por D. Conceição França (do Instituto de História da Expansão Ultramarina da FLUC), Ana Rita Rocha e Ricardo Rodrigues.

Publicada pela primeira vez em 1730, a *Historia da America Portuguesa desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro*, da autoria de Sebastião da Rocha Pita, apresentou uma vitalidade considerável, sendo reimpressa duas vezes ao longo do século XIX (em 1878 no Brasil, e em 1880 em Portugal<sup>1</sup>), e cerca de três vezes no século XX, marcando irreversivelmente a historiografia acerca do Brasil. O autor, membro da Academia Real da História Portuguesa, desenvolve a História do Brasil numa perspectiva setecentista, enquadrando-se nos moldes da época.

Pretendemos, ao longo deste trabalho, tirar o véu à *Historia da América Portuguesa*, e observar de que forma Rocha Pita encarou alguns factos e temáticas relevantes da História do Brasil. Tentamos delinear, ao longo das páginas escritas por Rocha Pita, as semelhanças, as diferenças e até as novidades, apresentadas por este autor na obra que o imortalizou na historiografia portuguesa de origem brasileira.

### O autor e a cultura académica de setecentos

Inaugurada a 8 de Dezembro de 1720, no Paço dos Duques de Bragança, a Academia Real da História Portuguesa foi criada sob os auspícios do monarca D. João V. Pretendia escrever a história dita secular e eclesiástica do reino<sup>2</sup>, redigindo *Memórias* (assim conhecidos os trabalhos da Academia, por pretenderem recolher a memória existente sobre o assunto em questão – reinado, diocese, província, etc.) devendo ser escritas a partir de uma base fortemente consolidada na investigação. Assim, a crítica à fonte e aos

---

<sup>1</sup> Cf. MORAES, Rubens Borba de – *Bibliografia Brasileira do Período Colonial*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1969, p. 290-291. Utilizamos a primeira edição (PITA, Sebastião da Rocha – *Historia da America Portuguesa desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro*. Lisboa Occidental: Na officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730), citando-a apenas como *Historia da America Portuguesa*, e identificando o livro e o parágrafo (§) referente, de forma a facilitar a consulta em qualquer edição da obra.

<sup>2</sup> Cf. MOTA, Isabel Ferreira da – *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*. Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2003, p. 62.

factos era imprescindível. A Academia não se firmava apenas através dos seus académicos de número (o círculo próximo às conferências periódicas) mas também através daqueles que se encontravam espalhados por todo o território português, incluindo, nos espaços ultramarinos, os académicos supranumerários, garantindo que os debates e as questões produzidas no seio desta instituição não se mantivessem apenas aí, mas extravasassem «[...] os muros da Academia» e tivessem repercussão por «todo o “reino e mundo literario”, tornando-se públicas»<sup>3</sup>.

Através do serviço académico, os ilustres membros demonstravam as suas aptidões perante os seus pares e perante o rei. O próprio Conde de Ericeira, peça fulcral na criação desta instituição, refere-a como “tribunal académico”<sup>4</sup>. Assim, a única hierarquia tomada em conta era feita tendo por base o mérito pessoal – veja-se que até nas reuniões os académicos se sentavam sem qualquer tipo de ordem específica ou de precedência<sup>5</sup>. Aliada a esta cultura de mérito, encontramos obrigatoriamente uma «[...] “cultura do serviço”, entendido como obediência e capacidade adquirida, aplicação e disciplina»<sup>6</sup>, que não é apenas serviço mas também considerado “prémio”<sup>7</sup>, criando assim um “círculo vicioso”, oscilando entre o mérito e o serviço, ambos consequência lógica um do outro.

Tomada, então, como arquétipo da organização da elite intelectual, a Academia Real da História serve de “mãe” para a orientação de trabalhos de índole histórica. Podemos, nomeadamente, afirmar que serviu de inspiração (entre outras academias existentes nos inícios do século XVIII) à Academia Brasílica dos Esquecidos.

<sup>3</sup> Cf. para ambas as citações MOTA, Isabel Ferreira da – *A Academia Real da História...*, cit., p. 67. Acerca do enquadramento da Academia Real face ao movimento ibero-americano e europeu iluminista, veja-se o artigo de MOTA, Isabel Ferreira da – *A Academia Real da História Portuguesa: uma instituição no movimento iluminista ibero-americano in Ibero-América. Convergências e reptos: justiça, propriedade, instituições, liberdade e segurança. Actas do X Congresso das Academias Ibero-Americanas da História*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2007, vol. I, p. 101-119.

<sup>4</sup> *Collecçam dos documentos e memorias da Academia Real da Historia Portuguesa*. Lisboa Occidental: na officina de Pascoal da Sylva, 1 de Abril de 1728. Doravante, citaremos esta coleção apenas como *Collecçam dos documentos...* seguindo-se a referência à data da notícia da conferência.

<sup>5</sup> MOTA, Isabel Ferreira da – *A Academia Real da História...*, cit., p. 322.

<sup>6</sup> *Idem, ibidem*, p. 327.

<sup>7</sup> *Idem, ibidem*, p. 332.

Efectivamente, sob o manto do governador do Estado do Brasil, D. Vasco Fernandes César de Meneses, esta Academia foi fundada a 7 de Março de 1724<sup>8</sup>. Os académicos estavam «[...] afinados com as aspirações régias de enaltecer, pela produção intelectual, a soberania lusa nos trópicos americanos»<sup>9</sup>. A escolha do nome para a academia não foi, obviamente, inocente, sendo certo que fazia «[...] alusão ao desejo de incorporação dos eruditos americanos ao orbe literário metropolitano»<sup>10</sup>, constituindo-se como um «novo foco cultural», substituindo o «principal centro de vida literária»<sup>11</sup> da Baía, o Colégio dos Jesuítas. Não obstante, a criação desta academia e a participação destes letrados em cerimónias públicas, que «[...] se consideravam a si próprios “esquecidos” no Brasil», leva a crer em «[...] mais uma necessidade de reprodução na periferia de modelos forjados na Europa, do que uma qualquer resistência das margens em relação ao centro»<sup>12</sup>.

Das várias tentativas encetadas com o objectivo de criar uma história total do território brasileiro<sup>13</sup>, nenhum trabalho coerente e completo emergiu. Sebastião da Rocha Pita realizou tal tarefa, alcançando a glória de publicar a primeira história do Brasil<sup>14</sup>.

---

<sup>8</sup> Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica*. Vol. III – *Século XVIII*. Lisboa: Editorial Verbo, 1974, p. 258; KANTOR, Iris – *Esquecidos e Renascidos. Historiografia Académica Luso-Americana (1724-1759)*. São Paulo/Salvador: Editora HUCITEC – Centro de Estudos Baianos / UFBA, 2004, p. 99.

<sup>9</sup> PESSOTI, Bruno Casseb – *Ajuntar manuscritos, e convocar escritores: o discurso histórico institucional no setecentos luso-brasileiro*. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 2009, dissertação de mestrado em História, p. 45.

<sup>10</sup> KANTOR, Iris – *ob. cit.*, p. 95.

<sup>11</sup> Para ambas cf. CURTO, Diogo Ramada – As práticas de escrita *in* BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir.) – *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa: Temas e Debates, 1998, vol. III, p.436.

<sup>12</sup> Cf. CURTO, Diogo Ramada – *ob. cit.*, p. 439.

<sup>13</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *ob. cit.*, p. 259.

<sup>14</sup> Destacou-se não apenas na escrita da história, como na poesia: veja-se a tese de PINTO, Nilton de Paiva – *A Poesia de Rocha Pita na Academia Brasileira dos Esquecidos*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2007, 2 vols, tese de mestrado em Literatura Brasileira; KANTOR, Iris – *ob. cit.*, p. 101.

Sebastião da Rocha Pita nasceu a 3 de Maio de 1660<sup>15</sup> na cidade de Baía, Brasil. Filho do Capitão João Velho Gondim, natural de Ponte de Lima, e de D. Beatriz da Rocha Pita, natural de Pernambuco, realizou os seus estudos no colégio da Companhia de Jesus na Baía. Alguns biógrafos colocam-no posteriormente a estudar em Coimbra, formando-o bacharel em Cânones, contudo, não existe qualquer referência, nos registos da Universidade<sup>16</sup>. Assim, tendo estado alguns anos em Portugal, ou não, desempenhou algumas funções relevantes na Baía: vereador do Senado, e Coronel de Ordenanças dos Privilegiados<sup>17</sup>. Recebeu mercê de Fidalgo da Casa Real (1701<sup>18</sup> e 1703) e o hábito da Ordem de Cristo (1679). Sendo homem de relevo encontramos a sua nomeação a académico supranumerário da Academia Real da História na conferência, dada pela dita Academia, a 28 de Agosto de 1721<sup>19</sup>. Na carta recebida pela Academia, agradecendo a nomeação, o dito membro esperava que «[...] no meu talento haja esfera em que possa caber tão alto emprego»<sup>20</sup>.

### A «*História da América Portuguesa*»

A obra de Rocha Pita destacou-se, à época, por ser a primeira história do Brasil publicada, abarcando todo o seu território. Segundo Joaquim Romero Magalhães, «a fidedignidade essencial da *História da América Portuguesa*

<sup>15</sup> E não 1668, como afirmou Joaquim Veríssimo SERRÃO – *ob. cit.*, p. 262. Confirme-se na obra de Innocencio Francisco da SILVA – *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1862, t. VII, pp.223-223; e na de Diogo Barbosa MACHADO – *Bibliotheca Lusitana*. Coimbra: Atlântida Editora, 1966, t. III, p. 700.

<sup>16</sup> Confirmámos no Arquivo da Universidade de Coimbra a não existência de qualquer ficha alusiva ao nosso autor. Somente o tio, João da Rocha Pita, surge cursado em Coimbra.

<sup>17</sup> Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *ob. cit.*, p. 262; SILVA – Innocencio Francisco da – *ob. cit.*, p. 222; e JÚNIOR, Dantas – *Rocha Pita*. Baía: Publicações da Universidade da Baía, 1960, p. 17-20.

<sup>18</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa) – Registo Geral de Mercês de D. Pedro II, liv. 4, fl. 96v.

<sup>19</sup> Cf. *Collecçam dos documentos...*, 28 de Agosto de 1722.

<sup>20</sup> Publicada por Pedro de AZEVEDO – O livro 2.º da correspondência expedida e recebida pela Academia Real da Historia. *O Archeologo Português*, vol. XXVII (1929) 71.

não deixa de satisfazer, se bem que envolta nas roupagens barrocas de um provincianismo áulico a que não poderia fugir»<sup>21</sup>.

Os diversos textos escritos ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII procuravam em grande parte descrever o território brasileiro (fauna, flora, índios), esquecendo a história da ocupação efectiva do território (referindo-o, em alguns casos, apenas a parte dele). É caso, por exemplo, das obras de Pero de Magalhães Gândavo<sup>22</sup>, Gabriel Soares de Sousa<sup>23</sup>, Ambrósio Fernandes Brandão<sup>24</sup> ou ainda André João Antónil<sup>25</sup>. Destacamos a *História do Brasil* terminada em 1627, de Frei Vicente do Salvador<sup>26</sup>. Esta última é considerada, de facto, a primeira História do Brasil, pois abarca na totalidade o território ultramarino, não tendo sido tomada como referência por Rocha Pita, tendo em conta a data da publicação.

Para todos os efeitos, podemos assim concluir que a «Historia da America Portuguesa» é a primeira História do Brasil, sobretudo graças à ampla divulgação que ganhou. Salientemos, todavia, que outro académico da Academia Real se propôs a escrever uma obra sobre a história do território brasileiro: segundo Manuel Teles da Silva, na sua *Historia da Academia Real da Historia Portuguesa*, o P. Luis de Carvalho, jesuíta na Baía, deu conta aos censores que se a própria Academia «[...] lhe encomendasse a Historia da America, a comporia com facilidade, por ter junto já muitas memorias, e noticias para este fim»<sup>27</sup>. O pedido não foi aceite, pois «[...] como toda a

<sup>21</sup> MAGALHÃES, Joaquim Romero – «As novas fronteiras do Brasil» in BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir.) – *História da Expansão Portuguesa...*, cit., p. 27.

<sup>22</sup> GÂNDAVO, Pero de Magalhães – *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004, publicada em 1576. Este autor refere-nos que escreveu a obra «[...] por não haver até agora pessoa que a empreendesse, havendo já setenta e tantos ano que esta província foi descoberta» p. 37, citada a partir daqui apenas como *História da Província Santa Cruz*.

<sup>23</sup> Veja-se a edição mais recente: SOUSA, Gabriel Soares de – *Notícia do Brasil*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, publicado pela primeira vez somente em 1823.

<sup>24</sup> BRANDÃO, Ambrósio Fernandes – *Diálogos das Grandezas do Brasil*, Rio de Janeiro: Dois Mundos Editora, 1943, datando o texto de 1618 sendo publicado no século XIX.

<sup>25</sup> ANTONIL, André João – *Cultura e Opulência do Brasil*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, cuja primeira edição data de 1711.

<sup>26</sup> Veja-se a edição de 1965: SALVADOR, Frei Vicente do – *História do Brasil. 1500-1627*, ed. Capistrano de ABREU et al. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1965, tendo sido publicada pela primeira vez no século XIX.

<sup>27</sup> SILVA, Manuel Teles da – *Historia da Academia Real da Historia Portuguesa*. Lisboa Occidental: Na officina de Joseph Antonio da Sylva, 1727, p. 146.

Historia estava já distribuída pelos Academicos, se se encomendasse a outro escritor alguma das suas partes, porque, que ou se não esperava tanto dos nomeados, ou que ociosamente se multiplicavam os empregos». Acabaram por o informar de que poderia prosseguir com a obra, no entanto sem esta ser um pedido da Academia, mas promovendo-a posteriormente, «[...] na qual depois de concluída, e approvada, poderia usar do nome de academico»<sup>28</sup>. Apesar deste incentivo à publicação (que poderia tomar a mesma forma que a obra de Rocha Pita assumiu) não conhecemos qualquer obra do referido jesuíta acerca do Brasil.

Consideramos necessário tentar reconstruir o percurso do nosso autor ao escrever esta obra. Ora, como já dissemos, a Academia Real da História informou Rocha Pita do seu convite para membro supranumerário da mesma em 1721. Na sessão de 28 de Agosto desse ano, o director «[...] deu conta de se haverem feito académicos de Província [...] na Bahia a Sebastião da Rocha Pita»<sup>29</sup> - notemos, contudo, que este apenas surgirá na lista dos académicos na *Collecçam dos documentos* de 1722. Informado de tal por carta, o novo académico respondeu em Agosto do ano seguinte (12 de Agosto de 1722), dando conta que já estava «[...] compondo a Historia da nossa Portugueza America e já [vou] no 4º livro dos dês, em que pertendo dividir o volumen [...] desde o anno de 1500 do seu descobrimento athe o de 1722 em que estamos»<sup>30</sup>. Na sessão de 23 de Dezembro desse mesmo, dava-se notícia que o dito membro «[...] dava conta à Academia de que estava compondo a Historia da America Portugueza»<sup>31</sup>. Enquadrando então a obra no projecto da Academia, esta instituição aceitou de bom grado a notícia. A própria Junta de Censores afirmava ao autor, em carta de 10 de Abril de 1723 que achava necessário «[...] segurar-lhe quanto será conveniente que Vossa Mercê conclua esta obra»<sup>32</sup>.

<sup>28</sup> Para ambas, cf. SILVA, Manuel Teles da – *Historia da Academia Real...*, cit., p. 146- 147.

<sup>29</sup> *Collecçam dos documentos...*, 28 de Agosto de 1721.

<sup>30</sup> AZEVEDO, Pedro de – O livro 2.º da correspondência expedida e recebida pela Academia Real da Historia. *O Archeologo Português*, vol. XXVII (1929) 71-72.

<sup>31</sup> *Collecçam dos documentos...*, 23 de Dezembro de 1722.

<sup>32</sup> AZEVEDO, Pedro de – O livro 2.º da correspondência expedida e recebida pela Academia Real da Historia. *O Archeologo Português*. Vol. XXVI (1924) 91.

Assim, a obra já se encontrava em desenvolvimento independentemente do facto de Rocha Pita ser membro da Academia Real da História. O autor já se apresentava “mergulhado” nesse projecto. A sua junção a esta instituição, bem como à Academia Brasílica dos Esquecidos, com certeza beneficiou a obra, mas pode não ter sido fundamental.

No ano seguinte, na notícia da sessão de 8 de Março de 1724, demos conta de de nova correspondência do nosso autor baiano, tendo em conta que se receberam «[...] cartas dos Deputados do Cabido, Senado da Camara da Cidade de Coimbra [...] e dos Academicos Sebastião da Rocha Pitta...»<sup>33</sup> - não informando do conteúdo da dita carta. Só voltamos a ter notícia do autor a 22 de Novembro de 1725, quando o director informou que «[...] o Academico Sebastiao da Rocha Pita remettera o livro, que se offereceo a compor, para que dando se lhe licença pudesse usar do nome de Academico supranumerário. Este livro vem muito bem escrito, e o seu titulo he Historia da America Portugueza desde o anno de 1500 do seu descobrimento, até o de 1724»<sup>34</sup>. Supomos que a obra tenha sido remetida para o reino nesse mesmo ano de 1724, demorando a chegar pelo próprio tempo da viagem, passando por um processo administrativo de triagem até chegar finalmente à Academia.

Ora, se a obra já se encontrava nas mãos da Academia em 1725, as licenças ajudam a periodizar o processo de publicação. Assim, a primeira, de António Rodrigues da Costa, data de Agosto de 1726. Desse mesmo ano datam os pareceres de D. António Caetano de Sousa (Novembro), do Director e Censores da Academia e de Frei. Manuel Guilherme, qualificador do Santo Officio (ambos de Dezembro). O período de “licenciamento” demora até meados de 1727. A razão do hiato que decorre entre esse ano e o de 1730, ano da publicação é, de facto, uma incógnita. Não encontramos qualquer referência na *Colecção de Documentos...* que pudesse explicar tal demora.

Certo é que, em Março de 1730, a obra já se encontrava à venda (saída da «officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real»), como refere a Gazeta de Lisboa de dia 30 desse mês: «Sahio novamente à luz hum livro in folio Historia da America Portugueza, que compoz o Coronel

<sup>33</sup> *Collecçam dos documentos...*, 8 de Março de 1724.

<sup>34</sup> *Collecçam dos documentos...*, 22 de Novembro de 1725.

Sebastião da Rocha Pita, Fidalgo da Caza de Sua Magestade e Academico Supernumerario da Academia Real da Historia. Vende-se na logea de João Rodrigues, mercador de livros às portas de Santa Catharina»<sup>35</sup>.

Em termos estruturais, a obra encontra-se dividida em dez livros, estando estes divididos em “capítulos” pelos vários parágrafos numerados e identificados à margem (na primeira edição) por um título genérico. A obra segue, em traços gerais, o proposto pela própria Academia Real: a dedicatória ao rei; o prólogo – não especificando, todavia, as fontes ou bibliografia; uma advertência – que não contemplada na estrutura proposta pela Academia – esclarece quanto à organização dos livros; não existindo uma tábua cronológica, cada livro apresenta no seu início um índice particular das suas matérias<sup>36</sup>. O autor acrescentou no final uma lista dos «que se achão com o governo das outras Provincias, e praças do Brasil” e outra das «Pessoas naturaes do Brasil, que exercerão dignidades, e governos Ecclesiasticos, e Seculares na Patria, e fóra dela», não sendo de esquecer a existência de um «Index das cousas notaveis».

O primeiro e o segundo livro tratam do enquadramento geográfico e histórico, isto é, da história natural (da fauna e da flora) à descrição de cada província do Brasil, do descobrimento do território ao seu povoamento inicial. Do terceiro ao décimo livro encontramos a história do Brasil, organizada cronologicamente, e seguindo quase sempre a administração dos Governadores-Gerais ou dos Vice-Reis.

Enquanto narra factos da vida política, o autor não esquece as questões religiosas, intercalando a chegada, presença e expansão de diversas ordens religiosas com o governo do clero secular. Da guerra contra os holandeses até à sua época, são narradas as lutas da Restauração, contra os gentios, contra os espanhóis no Rio da Prata, a descoberta e respectiva corrida ao ouro (apresentando uma visão consciente dos seus efeitos sociais), a resistência dos escravos no quilombo dos Palmares, entre tantas outras questões. A História do reino ou até da presença portuguesa na Índia é abordada

<sup>35</sup> *Gazeta de Lisboa Occidental*. Lisboa: Na Officina Pascoal da Sylva, 30 de Março de 1730. Encontramos nova referência à venda da obra na *Gazeta* de dia 28 de Setembro do mesmo ano.

<sup>36</sup> Sobre a estrutura proposta pela Academia, veja-se MOTA, Isabel Ferreira da – *ob. cit.*, p. 58-59.

quando o académico entende que esta é necessária para se compreender a conjuntura da época, ou apenas para evocar os acontecimentos do império naquele período.

Quanto às fontes, Rocha Pita vai afirmando na sua obra a leitura de alguma documentação, sem nunca referir directamente o processo de investigação. No prólogo, refere que o livro (tomando-o como um mapa) está ainda numa forma humilde «[...] assim por falta de engenho, como por não ter visto os originaes, fazendo a mayor parte das copias por informaçoens, das quaes me não pode resultar o acerto de Appelles no retrato de Elena pelos versos de Homero»<sup>37</sup>; de seguida, na advertência, este afirma que «[...] as materias, e noticias, que nella trata, são colhidas de relações fidedignas, conferidas com os Authores, que estas materias tocarão, e com particulares informações modernas, (que elles não tiverão) feitas por pessoas, que cursarão as mayores partes dos continentes do Brasil, e as depuzerão fielmente como testemunhas de facto, com a sciencia de que o Author as inquiria para compor esta Historia, cujo essencial instituto he a verdade». No livro terceiro, § 35, é feita referência explícita (acerca da morte do capitão mor Estácio de Sá) que «[...] não achámos delle outra noticia»<sup>38</sup>, levando a crer num trabalho de pesquisa na documentação da época; da mesma maneira, acerca do Governador Lourenço de Veiga, afirma-se que «da sua pessoa não alcançamos individuaes noticias»<sup>39</sup>. No que diz respeito à história da presença holandesa, o autor informa-nos que a «[...] causa mayor de faltarem muitas noticias he, porque tomando os hollandezes a cidade da Bahia, queimarão os Archivos da Secretaria da Camera, da Védoria, e outros cartórios. [...] Estes descuidos nos obrigão a ser succintos na expressão dos sucessos antigos do Brasil, pela confusa luz, que nolos dispensa»<sup>40</sup>.

O que nos afirmam algumas biografias do autor não pode ser comprovado pela leitura *Historia da America Portugueza*, como seja o caso: «[...] fez longas digressões pelo território brasileiro e decidiu estudar holândes, francês

<sup>37</sup> *Historia da America Portugueza*, Prólogo.

<sup>38</sup> *Idem*, Livro Terceiro, §35.

<sup>39</sup> *Idem, ibidem*, §82.

<sup>40</sup> *Idem, ibidem*, §104.

e italiano, de modo a poder consultar documentos escritos nesses idiomas»<sup>41</sup> ou ainda que andou a investigar «[...] pelo Rio de Janeiro, S. Vicente, Lisboa e até pelos Países Baixos, revolvendo arquivos, sacudindo-lhes o pó, para alimentar o espírito com a leitura e a interpretação de documentos»<sup>42</sup>. O que temos por certo é que Rocha Pita, pelos seus meios abastados, poderá ter constituído uma biblioteca considerável, tendo até acesso a alguma informação privilegiada pelo espólio que herdou do tio, João da Rocha Pita, chanceler da Relação da Baía<sup>43</sup>.

Por fim, último ponto desta análise geral à obra, vejamos o que de mais relevante nos dizem as licenças. Da Academia Real, António Rodrigues da Costa elogia criticando dizendo que, «ainda que me parece mais elogio ou panegyrico, que Historia»<sup>44</sup>, a obra merece ser impressa, ou seja, mesmo não seguindo precisamente a “crítica” defendida pela Academia Real, esta seria uma obra a respeitar e a considerar. D. António Caetano de Sousa, pelo contrário, afirma categoricamente que esta é a «[...] única [*História do Brasil*], que temos seguida e completa dos dilatados, e riquíssimos Dominios, que el Rey nosso Senhor tem nesta grande parte do Mundo»<sup>45</sup>. O Pe. Joseph Barbosa, pelo Ordinário, chega a afirmar que «[...] entendo, que justamente se lhe deve dar o titulo de novo Colon, porque com o seu trabalho, e com o seu estudo nos soube descobrir outro Mundo novo no mundo descoberto»<sup>46</sup>. Com certeza, as licenças são “reflexo” da posterior boa aceitação da obra, quer no meio académico, quer pelos leitores em geral.

## A História na História de Sebastião da Rocha Pita

### *Do Descobrimento aos primeiros contactos*

A expedição de Pedro Álvares Cabral, em 1500, com destino à Índia, ainda hoje traz largos debates. Obviamente, no centro encontra-se a questão

<sup>41</sup> ALMEIDA, Palmira Morais Rocha de – *Dicionário de autores no Brasil colonial*. Lisboa: Edições Colibri, 2003, p. 334.

<sup>42</sup> JÚNIOR, Dantas – *ob. cit.*, p. 22.

<sup>43</sup> KANTOR, Iris – *ob. cit.*, p. 203.

<sup>44</sup> *Historia da America Portuguesa*, licença de António Rodrigues da Costa.

<sup>45</sup> *Idem, ibidem*, licença de D. António Caetano de Sousa.

<sup>46</sup> *Idem, ibidem*, licença de D. Joseph Barbosa.

da casualidade, ou não, da chegada ao Brasil. Rocha Pita vem, assim, reforçar a corrente que defendia o descobrimento não intencional. Nas suas palavras, uma tempestade terá desviado a frota, «[...] perdidos os rumos da navegação, e conduzidos da altíssima Providencia, mais que dos porfiados ventos, na altura do Polo Antartico, dezaseis grãos, e meyo da parte do Sul, aos vinte e quatro de Abril, avistou ignorada terra, e já mais surcada costa»<sup>47</sup>. Gândavo refere um desvio da rota para evitar as calmarias da Guiné<sup>48</sup>, enquanto Frei Vicente do Salvador (obra, recordemos, desconhecida na altura) fala simplesmente de um desvio da rota<sup>49</sup>.

Note-se que, à época de Rocha Pita, este era um tema que já suscitava dúvidas no seio da Academia Real. Encontramos, na sessão de 12 de Maio de 1722, várias dúvidas colocadas por Manuel Dias de Lima, e no meio de um extenso leque de perguntas, é colocada a seguinte questão: «Se foy a America conhecida, ou suspeitada de alguma nação antes do nosso descobrimento?»<sup>50</sup>. A existência desta incerteza demonstra que era um assunto talvez comprometedor, e consideravelmente necessário para se conseguir estabelecer uma história crítica, como aquela que a Academia pretendia.

Conjecturar uma missão secreta encomendada a Cabral, por D. Manuel, com o objectivo de tomar posse de terra já conhecida, pode ser considerado mera especulação, tendo em conta a pouquíssima base documental. Podemos, contudo, acreditar na acção pessoal do capitão ao avistar sinais de terra<sup>51</sup>.

Quanto ao nome “Brasil”, como sabemos este não foi o primeiro nome dado àquele território em 1500. Pero Vaz de Caminha refere-se, no final

<sup>47</sup> *Idem, ibidem*, Livro Primeiro, §5.

<sup>48</sup> *História da Província Santa Cruz*, p. 41.

<sup>49</sup> SALVADOR, Frei Vicente do – *ob. cit.*, p. 56.

<sup>50</sup> *Collecçam dos documentos...*, 12 de Maio de 1722. Não encontramos qualquer registo de respostas dadas às dúvidas levantadas por este académico.

<sup>51</sup> Vejam-se os diferentes pontos de vista: JOHNSON, Harold e SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.) – *O Império Luso-Brasileiro 1500-1600, Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. VI, dir. Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, pp. 62-74; GUEDES, Max Justo – *O descobrimento do Brasil. Oceanos* 39 (Julho/Setembro 1999) 8-16; COUTO, Jorge – *A expedição cabralina: casualidade versus intencionalidade. Oceanos*. 39 (Julho/Setembro 1999) 18-31.

da sua conhecida carta, «[...] da vosa ilha de Vera Cruz»<sup>52</sup>. Gândavo e Salvador remetem o nome “Brasil” para a existência e comercialização do pau-brasil<sup>53</sup>. Rocha Pita mantém esta explicação «[...] pelo pao vermelho, ou cor de brazas, que produz»<sup>54</sup>. Se ainda hoje alguns continuam a defender esta tese, parece-nos mais provável o nome ter ficado pelo peso da mítica “ilha Brasil”. Como sabemos, a época medieval encheu o Atlântico de lendas e mitos acerca de ilhas afortunadas. Com a descoberta de Cabral, o território terá passado a ser referido com o nome da ilha que tanto se procurava, e posteriormente definitivamente como tal<sup>55</sup>.

Das primeiras décadas de relacionamento entre os portugueses e os índios, destacamos a história/mito do *Caramuru*. Segundo os escritos, Diogo Álvares Correia (nascido em Viana do Castelo) ter-se-ia fixado na Baía por volta de 1510, ficando com alcunha de *Caramuru*, palavra de origem tupi significando moreira<sup>56</sup>. Casado com a filha de um chefe índio, assumindo esta posteriormente o nome de Catarina Álvares, a acção deste português tem um papel predominante na construção do «[...] mito fundador da nacionalidade e [de] um arquétipo originário das relações culturais entre Brasil e Portugal»<sup>57</sup>. O próprio desenvolvimento da relação entre o português e a índia «[...] parece configurar um mito geopolítico de soberania concebido pelo colonato»<sup>58</sup>.

O que Rocha Pita nos conta entronca nesta mística do mito fundador. O autor procura dar a conhecer a história «[...] pelo que consta de antigos verdadeiros manuscritos, que se conservão em varias partes desta Provincia, em muitas circunstancias diferente da forma, em que a escrevem os Autores, que nella fallarão»<sup>59</sup>. A actividade do português nas

<sup>52</sup> MAGALHÃES, Joaquim Romero de e MIRANDA, Susana Münch (ed.) – *Os primeiros 14 documentos relativos à armada de Pedro Álvares Cabral*. Lisboa: CNCDP, 1999, p. 121.

<sup>53</sup> *História da Provincia Santa Cruz*, p. 43; SALVADOR, Frei Vicente do – *ob. cit.*, p. 58.

<sup>54</sup> *Historia da America Portuguesa*, Livro Primeiro, §6.

<sup>55</sup> Veja-se SILVA, José Manuel Azevedo e – *O Brasil Colonial*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005, p. 22-26.

<sup>56</sup> MONTEIRO, John M. – *Caramuru in SILVA*, Maria Beatriz Nizza da (coord.) – *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Editorial Verbo, 1994.

<sup>57</sup> KANTOR, Iris – *ob. cit.*, p. 221.

<sup>58</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>59</sup> *Historia da America Portuguesa*, Livro Primeiro, §94.

guerras tribais, utilizando a espingarda, valeu-lhe (como já mencionámos) «[...] o nome de Caramuru-assu, que no seu idioma he o mesmo que Dragão, que sahe do mar»<sup>60</sup>. Claro, a história vai ganhando força aquando de um suposto temporal que terá levado o casal a um navio francês, que por sua vez os terá reencaminhado para França. A juntar, encontramos aí o rei francês, «[...] Henrique de Valois, segundo do nome, e Catharina de Medices, Reys Christianissimos, que informados do successo, e qualidade dos hospedes, os receberão com real agrado, e despeza»<sup>61</sup>.

Se Gândavo não faz referência a esta personagem, já Frei Vicente do Salvador abre caminho para a versão de Rocha Pita, seguindo aproximadamente o que, um século depois, o académico viria a escrever<sup>62</sup>. Apesar das incertezas, é facto que Diogo Álvares Caramuru existiu, e que o seu papel no estabelecimento dos portugueses no meio índio terá sido relevante. *A História da America Portuguesa* vem apenas confirmar e criar novos pilares para este tão conhecido mito primordial da presença portuguesa no Brasil.

### *Da “Dominação” Filipina à Restauração*

Como seria de esperar, os sessenta anos de União Dinástica não ficaram esquecidos na História do Brasil. Mais do que observar o que aconteceu nesse território, interessa-nos observar de que forma Rocha Pita enquanto membro da Academia Real da História nos inícios do século XVIII, registou esse período da história portuguesa<sup>63</sup>.

A perspectiva da Academia Real no século XVIII demonstra uma certa ambiguidade. Se, por um lado, esta procurava a verdade através da crítica,

<sup>60</sup> *Idem, ibidem*, § 97.

<sup>61</sup> *Idem, ibidem*, §99.

<sup>62</sup> Cf. SALVADOR, Frei Vicente do – *ob. cit.*, pp. 160-161.

<sup>63</sup> Sobre a perspectiva da Academia em si, veja-se algumas referências no artigo de SILVA, Taise Tatiana Quadros da – Poder e episteme na erudição histórica do Portugal setecentista: uma abordagem do programa historiográfico da Academia Real da História Portuguesa (1720-1721). *História da Historiografia*. 3 (Setembro 2009), (<http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/view/60>, consultado a 2011.02.20). Acerca do período que medeia entre 1580-1640, cf. Vitorino Magalhães Godinho – 1580 e 1640 – Da União Dinástica à Restauração in *Ensaio e Estudos. Uma maneira de pensar*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 2009, p. 421-468.

por outro pretendeu criar uma série de dogmas, que caso fossem discutidos agitariam a perspectiva presente acerca desses sessenta anos: a veracidade das Cortes de Lamego e o juramento de D. Afonso Henriques em Ourique (que abordaremos adiante)<sup>64</sup>. Na conferência de 19 de Janeiro de 1721, o Pe. D. Manuel de Tojal da Silva informou que estava a criar uma «tábua chronologica dos reys de Portugal» e perguntava «[...] se os tres reys de Castella, que reinãrão em Portugal, havião entrar na serie dos nossos, ou como devia falar nelles»<sup>65</sup> - prova indubitável que o assunto ainda levantava incertezas; «[...] mandando-se votar esta materia, pareceo differir a resolução para outro tempo»<sup>66</sup>. Remetia-se a dúvida para outra altura, facilitando assim a delicada situação de aceitar ou não a legitimidade da governação dos Filipes.

Rocha Pita segue a corrente, e na sua obra informa-nos que, pela eleição de Filipe II pela junta deixada pelo Cardeal-Rei, e sobretudo pelas armas («[...]que he o direito mais seguro dos Principes»<sup>67</sup>), Portugal uniu-se à Monarquia Hispânica, porque no fundo «[...] estão decretados aos Lusitanos sessenta annos de cativo naquelle Reyno (como no de Babylonia aos Hebreos, por differentes peccados de huma, e outra Nação)»<sup>68</sup>. A própria culpa do declínio do Império é da responsabilidade dessa dinastia, tendo em conta que «[...] foy maxima de Estado, ou dogma politico attenuarem o Reyno, por temerem que os Portuguezes o restituíssem à Serenissima Casa de Bragança com a mesma força, com que lhe fora usurpado»<sup>69</sup>.

O ataque holandês ao Brasil ocupa dezenas de páginas da obra do académico de origem brasileira. O livro quatro é inteiramente dedicado à presença holandesa, no ataque à Baía e na conquista de Pernambuco, bem como o livro cinco e seis (que cobrem o período da Guerra da Restauração), referindo diversas vezes a luta pela expulsão dos invasores do

<sup>64</sup> Cf. MOTA, Isabel Ferreira da – *História da Academia Real...*, cit., p. 72. Não esqueçamos, claro, a questão da primazia de Braga, assunto “proibido”, mas que não nos interessa directamente nesta temática.

<sup>65</sup> Para ambas, cf. *Collecçam dos documentos...*, 19 de Janeiro de 1721.

<sup>66</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>67</sup> *Historia da America Portuguesa*, Livro Terceiro, §75.

<sup>68</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>69</sup> *Idem, ibidem*, §77.

Nordeste do Brasil e as negociações diplomáticas entre Portugal e as Províncias Unidas.

Saltemos, no entanto, alguma análise mais factual desses acontecimentos, e cheguemos a 1640, ano da “gloriosa” Restauração da independência portuguesa. Retomemos agora a questão do juramento de D. Afonso Henriques, levado ao expoente no dito “Mito de Ourique”<sup>70</sup>. Como sabemos, a batalha sofreu um processo de criação “mitológica”, tendo a mais antiga referência da aparição de Cristo a data de 1416<sup>71</sup>. Ganhando grande vida no século XVI, é durante o período restauracionista que o Mito de Ourique passa a dogma fundamental da existência de Portugal. Para Rocha Pita, 1640 simbolizava o fim das «[...] desgraças de Portugal, e principiavam as suas felicidades»<sup>72</sup>, e mais, era o «[...] tempo da segunda clausula da promessa de Deos nosso Senhor, feita a El Rey D. Affonso Henriques, de que a primeira fora a vitoria, que nos deu no Campo de Ourique»<sup>73</sup>, em que Portugal havia de «[...] ser o único, permanente, e Mayor Imperio de todos os quatro tão opulentos, e inconstantes, que teve o mundo»<sup>74</sup>. Seguindo a tradição, já bem fixada no século XVIII, o autor narra-nos a promessa realizada entre Afonso Henriques e Cristo, sustentando-se em outros casos similares, sendo o principal o de Constantino e do seu famoso *In hoc signo vinces*. Tão milagrosa tinha sido também a Restauração em si, «[...] pela debilidade de forças, em que se achava o Reyno exausto de gente, armas, e cabedaes, com vexações da Nobreza, introduções de tributos, tyrannias de Ministros, derrogações de privilegios, faltas de juramentos, e huma geral attenuação de todos os meynos de defensa, para proclamar liberdade»<sup>75</sup>.

Curioso é também vermos Rocha Pita colocar D. João IV no lugar de D. Sebastião: «Este era o verdadeiro Sebastião, por quem tanto suspiravam os Portugueses na antonomazia de Sebastianistas, disfarçando com a vinda

<sup>70</sup> Veja-se o estudo de síntese de BUESCU, Ana Isabel – A memória das origens. Ourique e a fundação do reino (séculos XV-XVIII) in *Memória e Poder. Ensaios de História Cultural (Séculos XV-XVIII)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000, p. 11-28.

<sup>71</sup> BUESCU, Ana Isabel – *ob. cit.*, p. 16.

<sup>72</sup> *Historia da America Portuguesa*, Livro Quinto, §1.

<sup>73</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>74</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>75</sup> *Idem, ibidem*, §9.

de hum Rey desaparecido, a ancia de outro Rey desejado»<sup>76</sup>. Assim, a teoria de um rei em dois corpos ganha completa consistência nas palavras do autor, como também o afirmara anteriormente o Padre António Vieira<sup>77</sup>. O *Desejado*, o *Encoberto*, era, de facto, D. João IV, que “saíra” da nobreza para liderar uma Nação independente, nascido rei mas «[...] vassalo por tyrannia»<sup>78</sup>, ganhando a coroa que «[...] estava violentada em outra cabeça, e separando o Reyno daquelle corpo, que intentou reduzillo a hum pequeno membro, fazendo-o Provincia»<sup>79</sup>.

Deste período, vejamos a descrição que Rocha Pita nos dá dos dois sucessores de D. João IV. Sabemos que o curto reinado de D. Afonso VI trouxe uma certa instabilidade política, pela doença de que padecia o monarca, pelo pouco interesse que demonstrou pela governação e claro, pela proximidade do seu valido, o conde de Castelo Melhor. Segundo o autor, D. Afonso VI «tomou» os destinos da Coroa «[...] com mayores desejos de a possuir, que disposições para a governar, porque as suas distrações, impróprias da Magestade, o trazião tão apartado dos cuidados, de que necessitava a administração do Reyno, como dos remédios, de que carecião as suas continuas enfermidades, entregando-se todo só aos seus juvenis divertimentos»<sup>80</sup>. Adianta-se mais ao referir a contestação dos tribunais e da nobreza à acção do seu valido visto que as resoluções «[...] não erão filhas naturaes, senão adoptivas, do seu Monarcha»<sup>81</sup>. Nas palavras de Pedro Cardim, este reinado não seguiu «[...] nenhum caminho previamente definido ou claramente estruturado, nem sequer um qualquer projecto de centralização de poder ou de construção do Estado», prevalecendo uma «[...] gestão improvisada dos desafios governativos, e a redução da actividade governativa ao provimento de officios e à remuneração e recompensa

<sup>76</sup> *Idem, ibidem*, §12.

<sup>77</sup> Veja-se o estudo de CENTENO, Yvette – O Padre António Vieira e o segundo corpo do rei in BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (org.) – *A Memória da Nação*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1991, p. 295-318.

<sup>78</sup> *Historia da America Portuguesa*, Livro Quinto, §127.

<sup>79</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>80</sup> *Idem*, Livro Sexto, §13.

<sup>81</sup> *Idem, ibidem*, §14.

dos serviços prestados à coroa»<sup>82</sup>. Quanto ao irmão Pedro, não esqueçamos que D. João V, monarca a quem a *Historia da America Portuguesa* ia dedicada, era descendente dessa linhagem, e que tinha sido o próprio D. Pedro II a conceder mercê de fidalgo a Sebastião da Rocha Pita. Assim, o autor declarava que «[...] no seo singular animo, e talento concorrião todas as virtudes Reaes, que se requerião para o Governo dos Impérios»<sup>83</sup>. A subir ao trono enquanto «Príncipe Governador», «erão no Senhor D. Pedro as virtudes mais, que os annos, e mais maduro, que a idade, o talento, cultivado em todos os exercícios Reaes na sua singular educação»<sup>84</sup>. Após uma conturbada época de guerra, e de crise política, afirmava-se um período de «[...] estabilidade política interna e externa» e que coincide com «[...] o retorno a um modelo bem definido de tomada das decisões políticas na administração central»<sup>85</sup>.

### *A terra “santa”*

Sendo terra nova e por descobrir, o Brasil rapidamente entrou na “mira” da Igreja. A própria Coroa tinha interesse na missão, não apenas para o reconhecimento do espaço como no aumento da própria fé cristã. Rocha Pita indica-nos que D. João III «[...] empenhou o seu Catholico zelo na empreza, assim das terras, como das almas do Brasil»<sup>86</sup>, e quanto à introdução da Companhia de Jesus, em 1549 (entrando na visão estratégica que este rei tinha perante o Império<sup>87</sup>), o autor chega a afirmar, sugestivamente que, «[...] ao tempo em que os soldados conquistavão terras, ganhavão estes novos guerreiros almas»<sup>88</sup>.

<sup>82</sup> CARDIM, Pedro – D. Afonso VI (1656-1668). A «privaça» do conde de Castelo Melhor in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*, vol IV – *O Antigo Regime* (coord. António Manuel HESPANHA). Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 410.

<sup>83</sup> *Historia da America Portuguesa*, Livro Sexto, §35.

<sup>84</sup> *Idem, ibidem*, §37.

<sup>85</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo – D. Pedro II regente e rei (1668-1706). A consolidação da dinastia de Bragança in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*, vol IV – *O Antigo Regime* (coord. António Manuel HESPANHA). Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 411.

<sup>86</sup> *Historia da America Portuguesa*, Livro Primeiro, §93.

<sup>87</sup> Veja-se o estudo de SANTOS, João Marinho dos – *Le Catéchisation Jésuitique dans la stratégie Impériale de Jean III* in *Estudos Sobre os Descobrimientos Portugueses e a Expansão Portuguesa – Vol. II*. Viseu: Palimage, 2010, p. 201-208.

<sup>88</sup> *Historia da America Portuguesa*, Livro Terceiro, §5.

Efectivamente, a imagem do Brasil enquanto paraíso perdido ainda perdurava no século XVIII. A visão de uma região perfeita, livre de pecados, onde o Homem se poderia instalar e desenvolver-se em paz, surge pela primeira vez na carta de Pero Vaz de Caminha<sup>89</sup>.

Sendo Rocha Pita brasileiro de nascimento (da Baía), encontramos claramente um tributo à sua terra natal nas páginas da *Historia da America Portuguesa* – ele próprio o afirma no prólogo: «[...] se entenderes, que o compuz em applausos e reverencia do Clima em que nasci, podes crer, que são seguras, e fieis as noticias que escrevo, porque os obséquios não fizerão divorcio com as verdades»<sup>90</sup>. E na senda do paraíso caracteriza o Brasil: «em nenhuma outra região se mostra o Ceu mais sereno, nem madruza mais bella a Aurora: o Sol em nenhum outro Hemisferio tem os rayos tão dourados, nem os reflexos nocturnos tão brilhantes: as Estrellas são as mais benignas, e se mostram sempre alegres: os horisontes, ou nasça o Sol, ou se sepulte, estão sempre claros: as aguas, ou se tomem nas fontes pelos campos, ou dentro das Povoações nos aqueductos, são as mais puras»<sup>91</sup>. Encontramos explicitamente a referência quando assegura que «é enfim o Brasil Terreal Paraíso descoberto»<sup>92</sup>.

Num novo continente prestes a ser evangelizado, estranho seria não existirem vestígios de que o Deus Criador tivesse estado presente na formação de tais terras. E assim teria estado, enviando o apóstolo S. Tomé não apenas para a Índia, mas para o próprio Brasil. Ter-se-iam conservado algumas marcas físicas da sua passagem quer na América Portuguesa quer na Espanhola – unindo-as sob o mesmo patriarca e sob a mesma fé<sup>93</sup>. Claro, considerado um dos “mitos de origem” a nível religioso, de Frei Vicente do Salvador<sup>94</sup> a Rocha Pita encontramos referências à passagem do

<sup>89</sup> Gândavo utiliza largamente tal imagem: *História da Província Santa Cruz*, p. 46-47.

<sup>90</sup> *Historia da America Portuguesa*, Prólogo.

<sup>91</sup> *Idem*, Livro Primeiro, §2.

<sup>92</sup> *Idem, ibidem*. Não escapa também o elogio da sua própria terra, a Baía: *Idem*, Livro Segundo, §5

<sup>93</sup> Cf. KANTOR, Iris – *ob. cit.*, p. 232-236; para o caso espanhol, veja-se CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge – *How to write the history of the New World. Histories, epistemologies, and identities in the Eighteenth-Century Atlantic World*, Stanford: Stanford University Press, 2001.

<sup>94</sup> «Também é tradição antiga entre eles [*os índios*] que veio o bem-aventurado apóstolo São Tomé a esta Bahia, e lhes deu a planta da mandioca e das bananas de São Tomé, de

santo pelo Brasil. Este último indica-nos que «a vinda do glorioso Apostolo S. Thomé, annunciando a doutrina Catholica, não só no Brasil, mas em toda a America, tem mais razões para se crer, que para se duvidar»<sup>95</sup>, e que como prova existiam «[...] os sinaes do seu baculo, e dos seus pés, e a tradição antiga, e constante em todos estes Gentios, de que erão de hum homem de largas barbas, a quem com pouca corrupção chamavão no seu idioma Sumê, accrescentando, lhes viera a ensinar cousas da outra vida, e que não sendo delles ouvido, o fizerão ausentar»<sup>96</sup>. Este discurso comprova que apesar do «[...] discurso historiográfico no mundo das academias europeias» tender «à dessacralização», o caso brasílico demonstra que «[...] houve notável concessão aos temas de natureza religiosa»<sup>97</sup>.

No entanto, não apenas a presença divina se manifestou na presença de um apóstolo, mas também pela própria intervenção directa de Deus. Exemplifiquemos: a conquista de Pernambuco pelos holandeses ter-se-á dado pelo facto dos seus habitantes viverem na «[...] mayor opulência, com ventagens em grandeza a todos os outros moradores do Brasil, mas tão esquecidos da modestia, que não seguirão outras leys, que as da vontade, com escandalo da Justiça, commettendo muitos delictos, em que, por se ostentarem mais famosos no poder, parecião menos observantes na Religião»<sup>98</sup>. A reconquista portuguesa daquela terra mostrar-se-ia também como acto divino, pela Restauração de 1640 (não esqueçamos a questão do mito de Ourique) e contra os protestantes holandeses.

Também em 1722 se fizeram sentir sinais divinos – fortes trovoadas, cheias, inundações, afirmando Rocha Pita que «grande consternação fizerão estes sinaes do Ceo nos ânimos dos moradores da Bahia, entendendo serem

---

que temos tratado no primeiro livro; e eles, em paga deste beneficio e de lhes ensinar que adorassem e servissem a Deus e não ao demónio, que não tivessem mais de uma mulher nem comessem carne humana, o quiseram matar e comer, seguindo-o com efeito até uma praia donde o santo se passou de uma passada à ilha de Maré, distância de meia légua, e daí não sabem por onde» – SALVADOR, Frei Vicente do – *ob. cit.*, p. 125.

<sup>95</sup> *Historia da America Portuguesa*, Livro Primeiro, §102.

<sup>96</sup> *Idem, ibidem*, §104.

<sup>97</sup> Para ambas, veja-se KANTOR, Iris – Do dilúvio universal ao Pai Tomé. Fundamentos teológico-políticos e mensuração do tempo na historiografia brasílica (1724-1759). *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*. 24 (2007) 185.

<sup>98</sup> *Historia da America Portuguesa*, Livro Quarto, §62.

vozes, que lhes clamavam a emenda dos peccados»<sup>99</sup>. Este seria, de facto, o meio do Criador avisar os seus filhos, já que «[...] com brados semelhantes aos que experimentou nesta ocasião a Bahia, costuma Deos bater às portas dos corações humanos, para gloria sua, e bem das suas creaturas, regulando-nos os castigos pela sua misericórdia»<sup>100</sup>. Não obstante, o autor demonstra estar atento aos próprios interesses dos religiosos: veja-se que perante estes sinais «[...] os Missionarios, e Parocos sabendo aproveitar a oportunidade da ocasião, fizeram repetidas missoens, continuas praticas, e devotas Procissoens por toda a Cidade, e seus arrabaldes, com numerosa copia de penitentes»<sup>101</sup>.

No caso das trovoadas, encontramos novamente a “mão” de Deus: em Março de 1721, «[...] começarão a fuzilar relâmpagos, e a soar trovoões, em forma, que principiando moderados, forão crescendo a tal estrondo, qual nunca fizeram na Bahia, lançando rayos, a que a misericórdia de Deus tirou as forças para não causarem ruínas, pelo que se conheceo, que vinhão mais a trazer avisos, que a fazer estragos»<sup>102</sup>.

Ao lado sagrado associava-se (quase obrigatoriamente) o lado profano. Encontramos estas “manifestações” nas descrições de fenómenos naturais, como cometas e eclipses. Vejamos alguns exemplos. O ano de 1666 (número deveras simbólico) registou a passagem de um cometa, «[...] huma das mayores calamidades, que padecera [*o Brasil*] desde o seu descobrimento»<sup>103</sup>, anunciando os estragos que viriam; o autor junta então à explicação científica a crença “popular” da época: «[...] porque ainda que os Metheoros se formão de incêndios casuaes, em que ardem os átomos, que sobindo da terra, chegão condensados à esfera, as cinzas em que se dissolvem, são poderosas assim a inficionar os ares para infundirem achaques, como a descompor os animais para obrarem fatalidades»<sup>104</sup>. Quanto ao eclipse de 1685, novamente Rocha Pita envereda inicialmente pela explicação

<sup>99</sup> *Idem*, Livro Décimo e Último, §64.

<sup>100</sup> *Idem*, *ibidem*, §65.

<sup>101</sup> *Idem*, *ibidem*, §64.

<sup>102</sup> *Idem*, Livro Décimo e Último, §58.

<sup>103</sup> *Idem*, Livro Sexto, §20.

<sup>104</sup> *Idem*, *ibidem*; seguir-se-ia ao cometa uma estrondosa subida do nível médio das águas do mar, enchendo as praias de peixe, e uma prolongada época de epidemias (cf. §21 e 22 do mesmo livro).

científica, deixando depois o “oculto” prevalecer: «he certo que os Eclipses são naturaes, formando-os a terra que se entrepoem ao curso destes dous Planetas mayores; porém de taes accidentes póde receber sordicie, ou qualidade contagiosa o ar por razoens manifestas, ou causas occultas, e da sua corrupção resultarem doenças, senão em todo o Mundo, em algumas partes delle, como se tem experimentado em contagio, e desgraças, de que ha muitos exemplos antigios, e modernos vivos nas tradições, e nos escritos, e ainda frescos nas memorias»<sup>105</sup> Por outras palavras, este eclipse terá trazido a epidemia da “bicha” que terá devastado todo o território brasileiro<sup>106</sup>.

Não de menos importância é, no final da obra, a “Protestação” do autor. Rocha Pita demonstra nestas breves linhas a sua visão crítica acerca das questões religiosas levantadas ao longo da obra: «Protesta o author desta Historia, que as materias, que tocarem a aparições, ou parecerem milagres, e sucessos sobrenaturaes trazidos nella, não procura tenham mais credito, que o que se deve dar a huma Historia puramente humana, e que toda esta obra sogeita à censura da Santa Igreja Catholica Romana...»<sup>107</sup>. Todavia não nos enganemos, a fé destes homens era, de facto, intensa e (cremos) verdadeira, bem presente quando o autor se manifesta na morte prematura do príncipe D. Teodósio, filho de D. João IV, acreditando que «o Ceo lhe tinha decretado melhor Imperio, e não permittio [*que*] o lograsse mais annos a terra»<sup>108</sup>.

Deus era, para estes Homens, omnipresente: vigiando, guiando, reprimindo e observando o caminho que o Brasil, terra “santa” pela sua pureza original, ia seguindo.

### Em jeito de conclusão

A Academia Real da História vem, nos inícios do século XVIII, como já referimos, incluir o conceito de “mérito” na República das Letras. No

<sup>105</sup> *Idem*, Livro Setimo, §32.

<sup>106</sup> Cf. *Idem*, *ibidem*, §33 a 36.

<sup>107</sup> *Idem*, protestação.

<sup>108</sup> *Idem*, Livro Quinto, §114.

seu centro, claro, o rei, responsável pela atribuição de honras e mercês<sup>109</sup>. Rocha Pita segue o modelo, e «[...] faz “serviço” ao rei que além do serviço é também prêmio»<sup>110</sup>, afirmando na sua obra que «não he justo, que mereça conseguir os prêmios, quem nos requerimentos pede mais do que se lhe deve conceder»<sup>111</sup>, e que «[...] na grandeza dos Monarchas huns serviços são habilitações para outros»<sup>112</sup>. Na dedicatória, o autor interliga a própria função do rei com a do patrocínio régio à Academia («[...] porque ao Principe que lhe rege o Império pertence patrocinar-lhe a Historia»<sup>113</sup>), e submetendo-se à sua vontade, pede que o acolha sob a sua alçada («[...] permitta-me Vossa Magestade, que dos resplendores dessa propria Esféra Regia tire uma luz para illuminar as sombras dos meus escriptos»<sup>114</sup>).

Não obstante a atenção dada à cultura de mérito e do serviço, o autor também estava atento ao próprio Império, e às políticas régias. Afirmo assim, quanto à guerra, que «[...] aos eccos dos canhoens, e ao estrondo das caixas, se descompõem, se arruinão, se atrazão, e affugentão, por ser a guerra hum monstro tragador do genero humano, estrago das creaturas racionaes, e insensíveis (e ainda entre Catholicos) torrente, e innundação de delictos, e sacrilégios [...]. E posto que em todas as Regiones do Mundo possa a guerra fazer famosos os seus capitães, não faz os seus Principes mais amados»<sup>115</sup>. Acerca da presença efectiva portuguesa no território, Rocha Pita critica mordazmente, no prólogo da obra, que é «[...] costume sempre notado nos Portuguezes de conquistarem Imperios, e não os encarecerem»<sup>116</sup>.

<sup>109</sup>MOTA, Isabel Ferreira da – *ob. cit.*, p. 321.

<sup>110</sup>*Idem, ibidem*, p. 332.

<sup>111</sup>*Historia da America Portuguesa*, Livro Terceiro, §91.

<sup>112</sup>*Idem*, Livro Quarto, §107.

<sup>113</sup>*Idem*, Dedicatória.

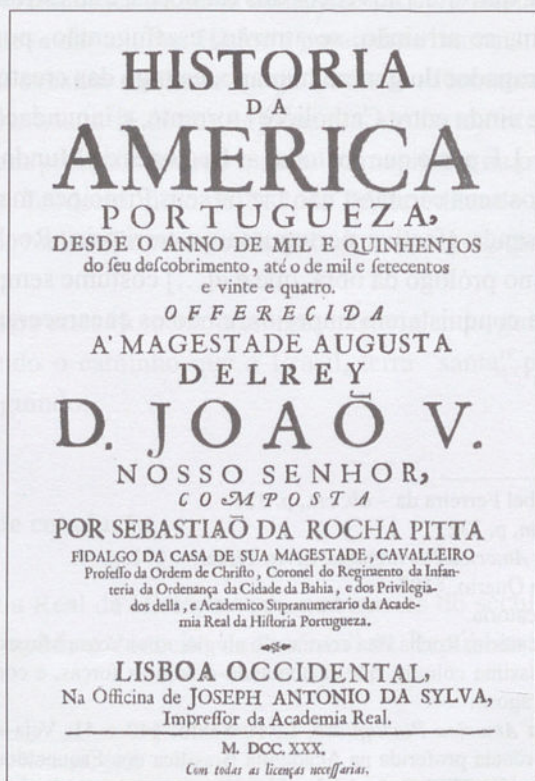
<sup>114</sup>*Idem*, Dedicatória; Rocha Pita continua o elogio: «Foi Vossa Magestade o verdadeiro Athlante, e a fortíssima columna, que sustentando-o com as forças, e com as disposições, lhes evitou os estragos».

<sup>115</sup>*Historia da America Portuguesa*, Livro Sexto, §40 e 41. Veja-se também o seu discurso na conferência proferida na Academia Brasílica dos Esquecidos, a 7 de Maio de 1724, publicado por CASTELO, José Aderaldo – *O movimento academista no Brasil: 1641-1820/22*, São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969, vol. I, t. I, p. 131-140.

<sup>116</sup>*Idem*, Prologo.

Temos, neste autor, um exemplo concreto de homem da República das Letras, académico, culto, e reflexo da sociedade letrada periférica do Brasil. A sua participação na Academia Brasílica dos Esquecidos atesta o interesse destas elites na actualização dos conhecimentos, na partilha dos saberes, na sociabilidade ao mais alto nível, ao jeito do resto da Europa. A escrita de uma obra como a *Historia da America Portugueza* realizou a procura da época por uma obra de relevo sobre o Brasil, território fundamental no contexto do Império.

Do que tentou o autor na sua obra, e do que tentámos aqui, realçamos, por fim, as suas palavras na dedicatória ao monarca, advertindo que «[...] verá Vossa Magestade em grosseiro risco delineada a parte do Novo Mundo, que entre tantas do Orbe antigo, que comprehende o circulo da sua Corôa, é a maior da sua Monarchia»<sup>117</sup>.



<sup>117</sup> *Idem*, Dedicatória.

# ***Beirões na Lisboa de D. João V. Contribución al estudio de la movilidad interior de la población de A Beira durante la primera mitad del siglo XVIII\****

Domingo L. González Lopo

Cátedra UNESCO de Migraciones

Universidade de Santiago de Compostela

Área de Historia Moderna

Faculdade de Xeografía e Historia

domingoluis.gonzalez@usc.es

Texto recebido em/ Text submitted on: 17/02/2011

Texto aprovado em/ Text approved on: 30/07/2011

## *Resumo/Abstract:*

No presente artigo e utilizando como fonte o registo de entrada de doentes no Hospital de Todos-os-Santos de Lisboa, analisamos a mobilidade da população da Beira para a capital e as terras do Vale do Tejo, atendendo aos lugares de origem e aos mecanismos de inserção laboral, procurando distinguir os diferentes modelos migratórios que praticavam.

In this article, and using data from the check in patients in the Hospital de Todos-os-Santos in Lisbon, we analyzed the mobility of the population of A Beira to the capital and lands of Valley of Tajo, taking the places of origin and labor market mechanisms trying to discern between different migration patterns practiced.

## *Palavras chave/Keywords:*

Emigração; Beira; Século XVIII; Lisboa.

Emigration; Beira; XVIII century; Lisbon.

---

\* El presente trabajo de investigación ha sido realizado en el ámbito de la Acción Integrada "Movilidades: sociedades, productos, cultura (siglos XVII-XX) del Ministerio de Ciencia e Innovación (PT2009-0034. Subprograma: Acciones Integradas).

De esta provincia, que es bastante pobre, sale mucha gente á servir en Lisboa, porque en los parages más ásperos no podría mantener tantos habitantes”.

P. Rodríguez de Campomanes, 1762<sup>1</sup>

Un atento repaso de los estudios publicados durante las dos últimas décadas sobre la población de las épocas Moderna y Contemporánea, servirá para demostrarnos el importante espacio que han ido ganando de manera progresiva los trabajos dedicados al estudio de los movimientos migratorios. Entre éstos los que se centran en el análisis de la movilidad interna suscitaron paulatinamente un mayor interés, circunstancia a que no es ajena la celebración en Santiago de Compostela en Septiembre de 1993 de la *I Conferencia Europea de la Comisión Internacional de Demografía Histórica*, que tuvo como tema “Las migraciones internas y médium-distance en Europa, 1500-1900”<sup>2</sup>. Las ponencias y comunicaciones presentadas en aquel relevante congreso sirvieron para poner de manifiesto hasta qué punto la espesa sombra de las migraciones ultramarinas había ocultado a los investigadores el rico y complejo mundo de los desplazamientos interiores, a pesar de que sus efectos en el ámbito demográfico, económico y social fueron, a nivel global, mucho más decisivos durante el Antiguo Régimen que la repercusión del éxodo atlántico. Nuestro interés por el estudio de las peregrinaciones laborales de los gallegos en el espacio peninsular, hicieron que desde muy pronto nos fijásemos en Portugal, destino preferente de los naturales de varias comarcas de las actuales provincias de Pontevedra y Ourense. Precisamente su estudio nos llevó a interesarnos por una documentación de rico contenido informativo, bien conocida por los especialistas en Demografía Histórica; nos referimos a los archivos

<sup>1</sup> Así iniciaba el futuro ministro de Carlos III su descripción de A Beira en su libro sobre las vías de comunicación portuguesas. RODRÍGUEZ DE CAMPOMANES, Pedro – *Noticia geográfica del Reyno y caminos de Portugal*. Madrid: Joaquín de Ibarra, 1762, p. 44.

<sup>2</sup> EIRAS ROEL, Antonio y REY CASTELAO, Ofelia (eds.) – *Les migrations internes et à moyenne distance en Europe, 1500-1900*. Santiago: Xunta de Galicia, 1994 y *Migraciones internas y médium-distance en la Península Ibérica, 1500-1900*. Santiago: Xunta de Galicia, 1994.

hospitalarios, y en concreto a los libros de entrada de enfermos<sup>3</sup>. Esta toma de contacto sirvió, no sólo para enriquecer nuestro conocimiento acerca de la presencia gallega en la capital portuguesa, sino también para descubrir su importancia a la hora de estudiar los desplazamientos internos de la población autóctona, tema que nos proponemos abordar en este trabajo estudiando el caso de la emigración a Lisboa durante la primera mitad del Setecientos, en un momento en que la ciudad experimenta un importante desarrollo. Éste es consecuencia de la afluencia del oro brasileño y la multiplicación de los contactos comerciales con Europa y el mundo ultramarino, resultado no sólo del desarrollo económico de Brasil, sino también de la firma del Tratado de Methuen con Inglaterra en 1703. La Corte portuguesa deviene entonces en una ciudad extraordinariamente dinámica<sup>4</sup>, que consolida su

<sup>3</sup> Sin ánimo de ser exhaustivos y a modo de ejemplo podemos citar los siguientes estudios: GARDEN, Maurice – L'attraction de Lyon à la fin de L'Ancien Regime y LEBRUN, François – Mobilité de la population en Anjou au XVIIIe siècle. *Annales de Demographie Historique* (1970) 205-222 y 223-226; GARCÍA DEL MORAL, Antonio – *El Hospital Mayor de San Sebastián de Córdoba: cinco siglos de asistencia médico-sanitaria institucional (1363-1816)*. Córdoba: Diputación Provincial, 1984; MARCOS MARTÍN, Alberto – *Economía, Sociedad y Pobreza en Castilla: Palencia, 1500-1814*. Palencia: Diputación Provincial, 1985; GARCÍA HURTADO, Manuel Reyes – La Inmigración en Santiago de Compostela. Los Libros de Enfermos del Hospital Real (1825-1834), in GONZÁLEZ PORTILLA, Manuel y SAGARRA SANGRONIZ, Karmele (eds.) – *Demografía urbana, migraciones y envejecimiento*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 1999, I, p. 147-162; SAMPAYO SEOANE, Eva – La población de La Coruña a través de su Hospital de la Caridad, 1796-1805. *Cuadernos de Estudios Gallegos*. 111 (1999) 123-148; LÓPEZ MARTÍNEZ, Antonio Luis – La emigración portuguesa a la Baja Andalucía en el Antiguo Régimen. *Revista Portuguesa de História*, T. XXXVI, vol. 2 (2002/2003) 15-42; ABREU, Laurinda – *Memórias da Alma e do Corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*. Viseu: Palimage, 1999; LOPES, Maria Antónia – *Pobreza, asistencia e controlo social em Coimbra (1750-1850)*. Viseu: Palimage, 2000; FERNÁNDEZ CORTIZO, Camilo – *Ir a ganhos: la emigración gallega al norte de Portugal (1700-1850)* in HERNÁNDEZ BORGE, Julio y GONZÁLEZ LOPO, Domingo Luis (coords.) – *Pasado e presente do fenómeno migratorio galego en Europa*. Santiago: Sotelo Blanco, D. L., 2007, p. 17-49, y La emigración gallega a la provincia portuguesa de Tras-Os-Montes y Alto Douro (1700-1850): evolución temporal, tipología y localidades de partida y de destino. *Douro. Estudos & Documentos*. 22 (2007) 79-112, también ARAÚJO, Maria Marta Lobo – Entre la partida y el regreso: la asistencia a los trabajadores estacionales en los hospitales de las Misericordias del Alentejo de la raya seca (siglos XVII-XVIII) in *VIII Congreso de la Asociación de Demografía Histórica*. Mahón, 2007 (texto en CD).

<sup>4</sup> En 1716 atracaban en Lisboa 514 navíos; en 1735 ya eran 1.093. La media anual para el período 1771-80 se eleva a 1.535. GODINHO, Vitorino Magalhães – *Prix et monnais au Portugal, 1750-1850*. París: Armand Colin, 1955, p. 323 y LABOURDETTE, Jean-François – *Le Portugal de 1780 á 1802*. París: Sedes, D. L., 1985, p. 111 y 120. La febril actividad

vieja condición de atractivo mercado laboral por lo que su población y perímetro no cesarán de aumentar<sup>5</sup>. De la participación de los naturales de A Beira en este proceso y de su aportación para cubrir las necesidades lisboetas tratan los capítulos siguientes.

### 1º Fuentes y método

Nuestra labor se centró en el vaciado del registro de enfermos de la institución asistencial más importante de Lisboa, el Hospital de Todos-os-Santos, que comenzó a erigirse en el corazón de la capital, a Praça do Rossio, a partir de 1492 por disposición del rey Juan II. Diversos accidentes afectaron a su rico archivo, entre ellos el incendio de Agosto de 1750 y, sobre todo, el terremoto de Noviembre de 1755. Ambos son responsables de las importantes lagunas que presenta la documentación que hemos empleado, así como las características de la que se ha conservado. En efecto, algunas enfermerías y determinados tramos cronológicos están bien representados, mientras que de otras no queda ni rastro o los registros se interrumpen bruscamente, lo que nos informa de estanterías a las que el azar preservó del fuego o los cascotes, frente a otras que se consumieron por completo.

---

constructiva que se observa en la capital y sus alrededores es también una buena prueba, tanto de su transformación como de la prosperidad económica por la que atravesaba.

<sup>5</sup> La población de Lisboa disminuye durante los primeros treinta años del siglo XVIII, pero a partir de 1732 creció a un ritmo anual medio de 1,25%, tendencia que sólo el Terremoto de 1755 interrumpiría momentáneamente; para entonces se le calculan 168.000 habitantes, un 12% de los cuales fallecerían como consecuencia del cataclismo. Al tiempo que su población crece durante el XVIII, como también sucede con Porto, aunque a distancia (Lisboa, 148%, Porto, 56%), los demás núcleos urbanos portugueses se estancan o pierden vecinos. MOREIRA, Maria João Guardado y VEIGA, Teresa Rodrigues – A evolução da população in LAINS, Pedro y SILVA, Alvaro Ferreira da (orgs.) – *Historia Económica de Portugal. 1700-2000. I O Século XVIII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004, p. 44 y SERRÃO, Joaquim Veríssimo – O quadro humano in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal. IV O Antigo Régime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1993, p. 63. De hecho un centenar largo de los enfermos considerados en este estudio proceden de ciudades o villas importantes de A Beira: de Coimbra 36, de Viseu 23, de Aveiro 42, de Leiria 18, de Guarda 9, de Castelo Branco 9 y de Covilhã 8.

En la selección de la muestra empleada han influido dos criterios; centramos en la etapa más antigua con mayor riqueza de información, y escoger las fechas para las que se conservara un mayor número de salas con registros completos; por eso nos decantamos por los años 1745 y 1746. La presente comunicación está basada en los datos ofrecidos por las enfermerías de S. Cosme y S. Damião, S. António, S. Diogo, S. Francisco y una de la que desconocemos el titular por haberse perdido las páginas iniciales a consecuencia del incendio de 1750, según indica el encargado del archivo en nota escrita en su página inicial<sup>6</sup>. La información que nos proporcionan los libros es, generalmente, muy rica: nombre y apellidos del enfermo; estado civil; nombre de los padres, si es soltero, o del cónyuge, si es casado o viudo; parroquia de origen y diócesis a que pertenece. En ocasiones aparece mencionada una referencia intermedia a la que se designa como *termo*, que a veces es equivalente a *concelho*, pero otras debe corresponderse, más que con una realidad administrativa oficial, con la localidad más próxima de cierta importancia<sup>7</sup>. Asimismo se hace referencia a la profesión que se ejerce, al lugar de residencia y a la ropa que se vestía en el momento de ingresar.

## 2º Origen regional de los enfermos

El volumen de entradas distribuido en función de la naturaleza de los enfermos es el siguiente<sup>8</sup>:

<sup>6</sup> Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Hospital de São José, Livros 1.409, 1.432, 1.444 y 1.450.

<sup>7</sup> Esto explica que un mismo individuo, en sucesivas entradas, mencione como *termo* de su feligresía localidades diferentes.

<sup>8</sup> Para este cálculo hemos empleado el volumen bruto de entradas, según constan en el registro hospitalario.

Cuadro I – Origen geográfico de los enfermos ingresados en el Real Hospital de Lisboa

Portugueses continentales	5.952	(71,0%)
Isleños (Azores y Madeira)	535	(6,3%)
Colonias ultramarinas portuguesas	28	(0,3%)
Pardos/Negros (libres y esclavos)	92	(1,0%)
Gallegos	1.354	(16,1%)
Españoles de otra procedencia	140	(1,6%)
Franceses	109	(1,3%)
Italianos	53	(0,6%)
Ingleses	28	(0,3%)
Irlandeses	17	(0,2%)
Alemanes	12	(0,1%)
Holandeses	4	
Malteses	2	
Flamencos	1	
Noruegos	1	
Polacos	1	
De Jerusalén	2	
Moros bautizados (diversa procedencia)	7	
Desconocidos (ingresaron sin habla o sin conocimiento)	31	(0,3%)
Extranjeros de origen desconocido (no se entendía su lengua)	6	
Total	8.375	

Del total de portugueses naturales del territorio continental –5.952–, sólo 288 (4,8%) se declaran naturales de Lisboa (incluidos 34 que en su día habían sido abandonados en el torno de expósitos del hospital). Este dato confirma que la institución era fundamentalmente utilizada por aquellos forasteros que habían venido a la Corte en busca de una oportunidad para mejorar las condiciones de su existencia. El total de procedentes de A Beira es de 1.704, lo que supone el 30% del total de portugueses forasteros atendidos por la institución; sin embargo, de esta cifra debemos descontar las segundas entradas, pues hay enfermos que fueron atendidos en más de una ocasión a lo largo del periodo que estudiamos –95 casos–, lo que deja un total de 1.609 individuos, de los que aún 55 deberán quedar al margen al no haber podido identificar con precisión el lugar de su naturaleza dentro de la provincia que analizamos<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> La proporción total de no identificados es del 3,4%, muy similar a la manejada por el profesor Oliveira en su estudio sobre Coimbra, el 3,8% de los contrayentes masculinos no nacidos en la ciudad. OLIVEIRA, A. de: *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*. Coimbra: Faculdade de Filosofia e Letras, 1971, I, p. 210. De todas maneras,

Antes de comenzar con nuestro análisis propiamente dicho, y para integrar en el conjunto de la población portuguesa a nuestro colectivo, llevaremos a cabo una comparación con el resto de los portugueses atendidos en el hospital<sup>10</sup>.

Cuadro II – Procedencia regional de los enfermos atendidos en el Real Hospital de Lisboa

Provincias	Nº de enfermos	Densidad de población (hogares/km <sup>2</sup> )*		
		1706	1732	1760
Minho	533 (47,2%)	17,4	18,9	24,2
Tras-Os-Montes	99 (8,7%)	4,8	4,2	5,9
Beira	336 (29,7%)	8,0	7,6	7,7
Estremadura	105 (9,3%)	7,6	7,4	11,0
Alentejo	42 (3,7%)	3,3	2,3	2,9
Algarve	12 (1,0%)	3,6	4,2	5,7
Total		6,6	6,3	

\* La evolución de la densidad de población para 1706 y 1732 está tomada de MOREIRA, M<sup>a</sup> J. Guardado: "O Século XVIII", en RODRIGUES, T. Ferreira (coord.): *Historia da população...* cit., p. 259, quien corrige los datos de SERRÃO, J. V., in MATTOSO, J. (dir.): *Historia...* cit., IV, p. 55, de cuya obra procede la columna correspondiente a 1760.

Se aprecia con claridad el importante peso de la región miñota, de la que proceden casi la mitad de los atendidos en la enfermería de San Antonio<sup>11</sup>, seguida en orden de importancia por la provincia de A Beira; entre ambas comprenden prácticamente el 77% del colectivo estudiado. Este reparto es similar al que han revelado estudios sobre el origen de los que emigran a Brasil, el Norte de África o la Andalucía occidental<sup>12</sup>. El cuadro de

la muestra que emplearemos en cada caso no es homogénea, porque no siempre tenemos la misma información para todos los individuos examinados (lugar de origen, estado civil o profesión); eso explica las diferencias entre las magnitudes que iremos empleando en los diferentes cálculos.

<sup>10</sup> Nos sirven de base para este cálculo una muestra elaborada con los pacientes atendidos en la enfermería de Santo António.

<sup>11</sup> El 95% de los pasaportes interiores masculinos expedidos en Viana do Castelo entre 1760-67 tienen a Lisboa como destino. DURÃES, Margarida et alii – Une population qui bouge: les migrations temporaires et saisonnières à partir de Viana do Castelo (XVIIIe-XIXe siècles). *Obradoiro de Historia Moderna*. 15 (2006) 57.

<sup>12</sup> Los naturales de Entre-Douro e Minho emigrados a Brasil entre 1757-1800, suponen el 46,3% del total de peninsulares para los que contamos con información; si sumamos a éstos los naturales de A Beira el total asciende a 62,5%. COSME, João – A emigração portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XVIII in HERNÁNDEZ BORGE, Julio y GONZÁLEZ LOPO, Domingo Luis (coords.) – *La emigración en el cine. Diversos*

densidades nos ayuda a entender esta realidad. El Minho es el único territorio, junto con el Algarve, que no experimenta el descenso de población que sufre todo el territorio portugués a lo largo del primer tercio del siglo XVIII –un 0,2% anual hasta 1732–, al contrario, en estas dos zonas la población crece, si bien en la región norteña este proceso se experimenta de forma más intensa y sostenida, lo que explica que a la altura de 1801 la densidad media de población de esta provincia alcanzase los 96 h/km<sup>2</sup>, fuertemente superada en las comarcas situadas al sur del río Lima, donde sobrepasaba los 110<sup>13</sup>. Esto nos explica que en 1732 residiese en la provincia de O Minho el 25,5% del total de la población portuguesa continental, mientras que en el Algarve, aún suponiendo el 28% del total del territorio, sólo se asentara el 2,8%<sup>14</sup>. La menor presencia de trasmontanos, alentexanos y algarvíos está justificada, en buena medida, por sus menores densidades de población, lo que convierte a estas provincias en deficitarias de mano de obra; pero también debemos buscar una explicación en las dinámicas migratorias vigentes en cada una de esas áreas, que tienen en territorio español –significativamente en León, Castilla, Extremadura y, sobre todo, Andalucía occidental– un área de atracción muy fuerte, como han desvelado los trabajos de M. Rodríguez Cancho, J. P. Blanco Carrasco y A. L. López Martínez<sup>15</sup>, como consecuencia de los mismos factores que están ejerciendo también su

---

*enfoques*. Santiago: Universidad de Santiago, 2009, p. 270. Vid. también del mismo autor, A emigração para o Brasil a través das habilitações do Santo Ofício (1640-1706) in *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*. Lisboa: Colibri, 1997, p. 200, Movimentos migratorios para Tánger in *Amar, Sentir e Viver a História. Estudos de Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*. Lisboa: Colibri, 1995, p. 521 y LÓPEZ MARTÍNEZ, Antonio Luis – La emigración..., *cit.*, p. 34.

<sup>13</sup> MOREIRA, Maria João Guardado y VEIGA, Teresa Rodrigues – A evolução..., *cit.*, p. 42-43.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 40.

<sup>15</sup> RODRÍGUEZ CANCHO, Miguel – Los portugueses en España in EIRAS ROEL, Antonio y GONZÁLEZ LOPO, Domingo Luis (coords.) – *La inmigración en España*. Santiago: Universidad de Santiago, 2004, p. 147-170; LÓPEZ MARTÍNEZ, Antonio Luis – La emigración..., *cit.*, p. 15-42 y BLANCO CARRASCO, José Pablo – Emigración portuguesa en Extremadura durante el Antiguo Régimen. El contexto demográfico familiar in *Actas del Congreso Internacional de Historia y Cultura en la Frontera*. Cáceres: Universidad de Extremadura, 2000, p. 1.205-1.219.

influencia sobre los españoles del norte (gallegos, asturianos y montañeses), y los franceses de la Auvernia y el Limousin estudiados por A. Poitrineau<sup>16</sup>.

### 3º La población de A Beira

Antes de iniciar nuestro análisis sobre la movilidad de la población *beiroa*, es necesario que prestemos atención, siquiera brevemente, a sus características en el periodo que abarca nuestro estudio.

A Beira, junto con la provincia de Entre Douro e Minho es, ya desde el siglo XV, un territorio donde se concentra una parte significativa de la población portuguesa<sup>17</sup>. La temprana introducción del maíz a través de su zona litoral por el valle del Mondego –probablemente desde 1515/25<sup>18</sup>– contribuirá a crear condiciones favorables para que aquella situación, lejos de retroceder se afiance. En 1608 el nuevo cereal había triunfado en el occidente *beirão* y sin duda esta circunstancia justifica que en esta zona la recesión demográfica del Seiscientos fuese menos evidente<sup>19</sup>. La expansión cerealista que tiene lugar en A Beira Litoral y A Beira Alta durante el siglo XVIII, con picos especialmente prósperos durante su primera mitad, contribuyó sin duda a apuntalar la tendencia positiva de su población después del hiato provocado por la Guerra de Sucesión española<sup>20</sup>. No es por tanto casual que

<sup>16</sup> POITRINEAU, Abel – *Les espagnols de l’Auvergne et du Limousin de XVIIe au XVIIIe siècles*. Aurillac: Malroux-Mazel, 1975.

<sup>17</sup> Según el censo de *besteiros*, hacia 1417 contenía el 26,7% de los efectivos en él considerados. SILVA, J. G. da – *Au Portugal: structure démographique et développement économique in Studi in Onore di Amintore Fanfani. II. Medioevo*. Milano: Giuffrè, 1962, p. 509. Vid. también RODRIGUES, Teresa Ferreira – *A crise dos séculos XIV e XV (1325-1480) in RODRIGUES, T. Ferreira (coord.) – História da população portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento, 2008, p. 111 y ss.

<sup>18</sup> RIBEIRO, O. – *Milho in SERRÃO, Joel (dir.) – Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1981, IV, p. 296.

<sup>19</sup> MATTOSO, José (dir.) – *Historia de Portugal. III. No alvorecer da Modernidade*. Lisboa: Estampa, 1993, p. 258-259.

<sup>20</sup> Las curvas diezmales de las diócesis de Lamego y Viseu señalan la década de los ochenta del siglo XVII como el momento del inicio de la recuperación de la crisis, y dan origen a una centuria de prosperidad con dos periodos especialmente sobresalientes, 1712-61 y 1771-88. Respecto a la Beira Litoral, los diezmos de la Provedoria de Aveiro marcan un crecimiento secular de un 35% con picos muy positivos en 1729-35 y 1742-1752. SERRÃO, José Vicente – *A agricultura in LAINS, Pedro y SILVA, Alvaro Ferreira da (orgs.) – Historia*

en esta provincia viviese a comienzos del siglo XVIII el 30,5% del total de la población del país, proporción que si bien desciende un poco en los años sesenta, no se aleja mucho de estos valores a lo largo de toda la centuria<sup>21</sup>.

Sin embargo esta expansión demográfica, aunque general, dista mucho de ser homogénea, lo que a su vez, como veremos, tendrá su reflejo en la movilidad de la población. El antiguo obispado de Coimbra abarca, salvo las zonas serranas del interior, las áreas de mayor dinamismo demográfico. Así entre 1709/12 y 1721 su población habría aumentado un 7,6%, siendo la tasa media de crecimiento anual de un 0,71%, tendencia que se mantiene durante la primera mitad de la centuria, aunque a un ritmo menos acusado. Hacia 1730 el conjunto de la población de la diócesis supondría algo más del 10% del total nacional. El resultado son las elevadas densidades de población –una media de 37,5 almas/km<sup>2</sup> u 11 fuegos/km<sup>2</sup>–, que superan en mucho, no sólo la media nacional, sino también la provincial<sup>22</sup>. Las mayores se encuentran en áreas del litoral y en algunas zonas del interior: Valle del Vouga y algunos núcleos del arciprestazgo de Penela (Soure, Pombal, Redinha, Santiago da Guarda). Destacan los valores del Vouga y Baixo Mondego, así como algunas parroquias de Seia donde se alcanzan densidades superiores a las 60 almas/km<sup>2</sup>. Las arenas del litoral y la pizarra (*xisto*) de las sierras dificultan el asentamiento humano, por eso las mayores concentraciones se dan entre ambas fronteras naturales. En las sierras del interior las densidades se sitúan por debajo de las 20 almas/km<sup>2</sup>, exceptuando en aquellos asentamientos enclavados en los ricos valles fluviales. Vastas zonas del litoral constituyen casi un desierto, excepción hecha de las desembocaduras del Vouga (Aveiro) y del Mondego

---

*Económica...*, *cit.*, p. 157-158. Para ahondar en el conocimiento de la evolución demográfica y económica de A Beira Alta entre 1700 y 1840 vid. OLIVEIRA, João Nunes de – *A Beira Alta de 1700 a 1840. Gentes e subsistências*. Viseu: Palimage, 2002.

<sup>21</sup> 1706: 30,5%; 1732: 30,5%; 1760: 28,3%; 1768: 29,9%; 1776: 29,9%; 1798: 30,1%. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *O quadro...*, *cit.*, p. 54 y MOREIRA, Maria João Guardado – *O Século...*, *cit.*, p. 257.

<sup>22</sup> 6,3 km<sup>2</sup> y 7,6 fuegos km<sup>2</sup>, respectivamente, hacia 1730. MOREIRA, Maria João Guardado – *O Século...*, *cit.*, p. 259.

(Figueira da Foz)<sup>23</sup>, así como las fértiles tierras del territorio de Feira<sup>24</sup>. Sin embargo ya a partir de la segunda mitad del siglo XVII algunas de sus comarcas, como es el caso de A Gándara, experimentarán un importante proceso colonizador que absorberá parte de los excedentes humanos de su entorno más poblado; aún así a la altura de 1758 la densidad media de este territorio –23,3 h/km<sup>2</sup>– se sitúa muy por debajo de la media de la diócesis<sup>25</sup>.

Por el contrario las tierras de A Beira Interior presentan una situación más diversa como consecuencia del carácter polifórmico de la región. Así tenemos comarcas que, drenadas por el sistema fluvial del Mondego, presentan claras analogías con el Litoral y el Noroeste del país. Son los lugares donde se encuentran *concelhos* que hacia 1700 pueden alcanzar los 50 h/km<sup>2</sup> (Resende, Lamego, Armamar) o los 30 h/km<sup>2</sup> (Viseu, Sátão, Penalva do Castelo, Aguiar da Beira, Algodres)<sup>26</sup>. Sin embargo conforme nos introducimos hacia el oeste, en los territorios situados al sur del Mondego, nos encontramos con un territorio de poblamiento disperso, ya sea por lo agreste del paisaje serrano<sup>27</sup> o el dominio del *openfield* en las

<sup>23</sup> Esas áreas densamente pobladas son las que nutren los contingentes más numerosos de enfermos atendidos en las salas que sirven de base a nuestro estudio. Pueden servir de ejemplo, entre otras localidades: S. Pedro de Valongo do Vouga, 12; Santiago de Louriçal, 11; S. Simão da Mamarroza, 7; S. Miguel de Cucujães, 6; S. Miguel de Soza, 10; N. S. Purificação de Samuel, 5; Santiago de Soure, 8; S. Cristovão de Ovar, 12; S. Miguel de Fermelã, 8; Sto. Tomé de Canelas, 15; S. Martinho de Salreu, 20; N. S. Conceição de Lavos, 7, S. Mamed de Quiaios, 5 o N. S. Assunção de Tentúgal, 5. O más al sur, N. S. Conceição de Redinha, 7 o S. Martinho de Pombal, 9.

<sup>24</sup> CARVALHO, Joaquim y PAIVA, José Pedro – A diocese de Coimbra no século XVIII. População, oragos, padroado e títulos dos párocos. *Revista de História das Ideias*. 11 (1989) 206-210.

<sup>25</sup> CRAVIDÃO, Fernanda Delgado – Mobilidade da População e Território. O Centro Litoral português nos séculos XVIII e XIX in EIRAS ROEL, Antonio y GONZÁLEZ LOPO, Domingo Luis – *Movilidad interna y migraciones intraeuropeas en la Península Ibérica*. Santiago: Universidad de Santiago, 2002, p. 109-111. Con todo hay feligresías que superan ampliamente esas medias: Cadima, 45 h/km<sup>2</sup>, Covões, 43 h/km<sup>2</sup> o Liceia, 29,8 h/km<sup>2</sup>. No es de extrañar que sus naturales estén bien representados entre los enfermos del Hospital; cinco vecinos de Covões son atendidos en él durante el periodo que estudiamos.

<sup>26</sup> HESPANHA, Antonio Manuel – *As vésperas do Leviatán: Instituições e Poder Político. Portugal, século XVII*. Rio de Mouro: ed. del autor, 1986, I, pp. 109-111.

<sup>27</sup> Son las tierras de las que escribe O. Ribeiro: “*Lugares de poucos fogos disputan ao matagal ou á encosta declivosa uns palmos de chão quase estéril. O âmbito cultivado mal chega para alimentar a população, que se desloca periodicamente, para as ceifas ou a apanha da azeitona no Alentejo (ratinhos), ou emigra e en grande parte vem exercer os ofícios mais humildes em Lisboa*”. El texto vale perfectamente para describir la situación existente

planicies de la Beira Baixa, donde las densidades rondan los 10 h/km<sup>2</sup>. Son tierras que presentan, además, un ritmo evolutivo diferente al de las áreas geográficas ya consideradas, como demuestran las investigaciones realizadas en los *concelhos* de Castelo Branco e Idanha-a-Nova. De hecho el periodo comprendido entre 1695-1732 se caracteriza por una recesión demográfica, que sólo a partir del segundo tercio de la centuria, una vez superados los efectos negativos del conflicto con España, cambia de tendencia, alcanzando tasas de crecimiento incluso más favorables que las del territorio occidental, si bien sólo hasta mediar el siglo<sup>28</sup>.

Por todo ello no puede extrañar que sean los territorios comprendidos en los actuales distritos de Aveiro, Coimbra y Viseu –este último con fuertes contrastes internos– los que aporten el mayor contingente de enfermos *beirões* atendidos en el Hospital de Todos-os-Santos, tal y como se aprecia en la siguiente tabla.

Cuadro III – Procedencia regional de los naturales de A Beira

Beira Litoral		Beira Alta		Beira Baixa	
Distritos		Distritos		Distritos	
Aveiro	467 (51,6%)	Viseu	427 (75,5%)	Castelo Branco	85
Coimbra	302 (33,4%)	Guarda	138 (24,4%)		
Leiria	117 (12,9%)				
Santarém*	18 (1,9%)				
Total	904 (100%)	Total	565 (100%)	Total	85 (100%)
	58%		36%		5%
Total 1.554 enfermos (100%)					

\* Seguimos la división provincial vigente entre 1936-1976 que de este distrito sólo comprende en la Beira Litoral a los *concelho* de Ourém y Mação.

Si atendemos a su distribución tomando como referencia para nuestro cálculo, no el número de efectivos de cada distrito, sino el número total de individuos que integran la muestra, el resultado es el siguiente.

en la época que estudiamos, doscientos años atrás. RIBEIRO, Orlando y LAUTENSACH, Hermann – *Geografia de Portugal. IV. A vida económica e social*. Lisboa: João Sá da Costa, 1991, p. 1.251.

<sup>28</sup> El crecimiento medio anual en la diócesis de Coimbra para el periodo 1721-58 es del 0,38% anual, mientras que Castelo Branco entre 1732-58 crece un 0,48% e Idanha-a-Nova un 0,60%. MOREIRA, Maria João Guardado – *O Século...*, *cit.*, p. 258-259.

Cuadro IV – Lugar de origen de los enfermos por distrito

Beira Litoral			Beira Alta		Beira Baixa			
Distritos			Distritos		Distritos			
Aveiro	467	(30,0)	Viseu	427	(27,4)	Castelo Branco	85	(5,4)
Coimbra	302	(19,4)	Guarda	138	(8,8)			
Leiria	117	(7,5)						
Santarém	18	(1,9)						
Total			1.554 enfermos (100%)					

Los cuadros anteriores reflejan claramente cuanto hemos venido afirmando. Entre los enfermos que estudiamos hay una fuerte presencia de naturales del actual distrito de Aveiro. A él pertenecen los *concelhos* cuyas parroquias están entre las más citadas en los libros de registro del Hospital Real; es el caso de Estarreja con 56 individuos, Aveiro con 46 –sin contar a los vecinos de la propia villa–, Feira con 39, Oliveira de Azeméis con 38, Águeda con 35, Albergaria-a-Velha con 31, Vagos y Vale de Cambra con 25 cada uno... Le sigue Coimbra con una proporción más reducida, fruto sin duda del contrapeso que ejercen sus territorios serranos del interior (Góis, Arganil, Pampilhosa da Serra...), donde las densidades de población a principios del Setecientos casi dividen por dos a las que existen en la más rica y feraz comarca conimbricense<sup>29</sup>. A ello debemos añadir, tal vez, la propia atracción de la capital. Es cierto que, como ha señalado la profesora Maria Antónia Lopes, Coimbra no es una ciudad con fuerte capacidad de atracción, como lo demuestra el estancamiento de sus efectivos humanos a lo largo de la primera mitad del siglo XVIII<sup>30</sup>; sin embargo no podemos perder vista que se trata de la tercera urbe en importancia del país y que la posibilidad de aprender un oficio o de integrarse en el amplio sector servicios, no deja de constituir un atractivo para los que prefieren probar

<sup>29</sup> 15 h/km<sup>2</sup> frente a 38 h/km<sup>2</sup>. HESPANHA, Antonio Manuel – *As vésperas...*, cit., p. 105 y 108.

<sup>30</sup> LOPES, Maria Antónia – Dos campos para Coimbra: os migrantes nos arquivos da assistência e da repressão em finais de Antigo Regime in HERNÁNDEZ BORGE, Julio y GONZÁLEZ LOPO, Domingo Luis (eds.) – *Movilidad de la población y migraciones en áreas urbanas de España y Portugal*. Santiago: Universidad de Santiago, 2009, p. 94. En concreto la antigua Aeminium pierde población durante el periodo que estamos estudiando, pues según las estimaciones de la Dra. Maria Antónia Lopes, de 3.581 hogares en 1732, pasaría a 3.490 en 1758. De hecho el 58% de los varones procedentes de su *concelho* que son atendidos en el Hospital de Lisboa, han nacido en la propia ciudad.

suerte buscando acomodo en un ámbito geográfico próximo antes de aventurarse en destinos más alejados e inciertos. La disparidad de situaciones es evidente en cuanto contrastamos la procedencia de los enfermos. Frente a *concelhos* como Figueira da Foz, con 32 individuos, Montemor-o-Velho con 30, Soure con 27, o Coimbra con 26, aparecen otros con una presencia más modesta; es el caso de Góis con 9, Pampilhosa da Serra con 4 o Vila Nova de Poiares con 3.

Territorio de contrastes es también el distrito de Viseu, cuya heterogeneidad interna –desde a Terra Chã, de la que es cabeza la capital, hasta las tierras montañosas del interior o los ricos valles fluviales– sólo podría abordarse a partir de un microanálisis de base comarcal, en exceso ambicioso para los objetivos y la documentación del presente trabajo. En esta área geográfica encontramos circunscripciones administrativas con presencia muy destacada en nuestra documentación; es el caso de Viseu con 55 enfermos (23 de la ciudad y 32 de las feligresías de su término), São Pedro do Sul con 35, Moimenta da Beira con 33, Castro Daire con 30, Cinfães con 32 o Tarouca con 25, frente a Mortágua con 5, Santa Comba Dão con 4, Satão con 3 o Carregal do Sal con 2, siendo numerosos los que presentan valores intermedios a los señalados: Sernancelhe 16, Oliveira de Frades 13, Penalva do Castelo 12, Resende y Armamar 11 o Tabuaço y Mangualde con 10.

Conforme subimos a las altas cotas de A Serra da Estrela en la Beira Alta o descendemos a las duras planicies de la Beira Baixa, la proporción de naturales de su territorio en Lisboa va disminuyendo de modo relativo en consonancia con las menores densidades de población de la zona, pero también, como ya hemos comentado, en virtud de otras dinámicas migratorias, que tienen en los territorios aledaños, tanto de uno como de otro lado de la frontera, un destino preferente<sup>31</sup>. Un total de 12 de los 23 *concelhos* de los distritos de Guarda y Castelo Branco no alcanzan la cifra

<sup>31</sup> En 1822 los vecinos de Malpica do Tejo (Castelo Branco), oprimidos por el latifundio, acudían a buscar trabajo en la Extremadura española. De Proença-a-Nova seguían viajando *os ratinhos* en la primera mitad del siglo pasado para segar el trigo de España. SILBERT, Albert – *Le Portugal méditerranéen a la fin de l'Ancien Regime: XVIII<sup>e</sup> début du XIX<sup>e</sup> siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée*. Paris: S.E.V.P.E.N., 1966. I, p. 182 y FERNANDES, M<sup>a</sup> da Assunção Vilhena – A idade de ser ratinho. *Cadernos de Cultura*, 9 (XI-1995) 48.

de nueve enfermos atendidos en Lisboa, y sólo en dos –Guarda y Sertã– se supera la veintena. Mientras en A Beira Litoral sólo la cuarta parte de los *concelhos* tienen menos de diez enfermos en la Corte, las Beiras Alta y Baixa duplican aquella cantidad (53,1%), superando incluso el 65% si dejamos fuera del cálculo el particular distrito de Viseu.

#### 4º Los modelos migratorios

A pesar de los muchos silencios que caracterizan a la documentación hospitalaria lisboeta, el registro de enfermos del Hospital de Todos-os-Santos, analizado con detalle, nos permite descubrir la existencia de varios modelos de movilidad entre los naturales de A Beira, que, atendiendo a su destino, podemos sintetizar en tres grandes líneas de comportamiento.

##### A) *La capital del país (temporal de larga duración y/o definitivo)*

Un primer modelo se corresponde con el comportamiento descrito por el Conde de Campomanes en la cita con que abrimos este trabajo, y tiene como foco de interés el vasto mercado laboral de la Corte, así como el de sus ámbitos más inmediatos, algunos de los cuales a la altura de 1746 todavía no habían sido integrados por el espacio propiamente urbano de la ciudad, aunque administrativamente le pertenecieran<sup>32</sup>. La dedicación profesional de nuestros *beirões* en la capital del reino, atendiendo a los tres sectores económicos básicos, puede apreciarse en el siguiente cuadro<sup>33</sup>.

<sup>32</sup> Es lo que ocurre, por ejemplo, con São Sebastião da Pedreira, donde en los años cuarenta del siglo XVIII abundaban las quintas y una cantera de gran importancia para el sector de la construcción capitalino. Se trata de un territorio administrativamente lisboeta, en lo civil y lo eclesiástico, pero en la práctica en aquella época, como afirma el profesor N. Madureira, “ninguém pensa em tal coisa”. MADUREIRA, Nuno – *Cidade: espaço e quotidiano (Lisboa 1740-1830)*. Lisboa: Livros Horizonte, D. L., 1992, p. 80.

<sup>33</sup> Sin embargo, a la hora de profundizar en el análisis de esta tabla, nuestra documentación nos plantea una duda de carácter metodológico que no hemos podido resolver por completo de manera satisfactoria; nos referimos a la ocupación laboral de los registrados como *trabalhadores*. No es fácil identificar la actividad a que se dedicaban, por cuanto nuestra fuente nos proporciona informes contradictorios. Los funcionarios del Hospital suelen emplear dos denominaciones para designar a los que se ocupan en actividades sin una cualificación específica: *homes/moços de servir* u *homes/moços de ganhar*. Son estos los *moços de fretes*, o *de corda*, que realizan servicios muy diversos, tanto en la ciudad como en la ribera portuaria.

Cuadro V – Dedicación profesional de los *beirões* en Lisboa

Distritos	Sector 1º		Sector 2º		Sector 3º		Total	
<b>Beira Litoral</b>								
Aveiro	11	(3,5)	60	(19,2)	241	(77,2)	312	(100)
Coimbra	2	(1,2)	38	(23,8)	119	(74,8)	159	(100)
Leiria	2	(2,9)	16	(23,8)	49	(73,1)	67	(100)
Santarém	–		7		6		13	
Total	15	(2,7)	121	(21,9)	415	(75,3)	551	(100)
<b>Beira Alta</b>								
Viseu	3	(0,9)	64	(21,1)	236	(77,8)	303	(100)
Guarda	2	(2,0)	17	(17,5)	78	(80,4)	97	(100)
Total	5	(1,2)	81	(20,2)	314	(78,5)	400	(100)
<b>Beira Baixa</b>								
Castelo Branco	2	(3,4)	21	(36,2)	35	(60,3)	58	(100)
<b>Total Beiras</b>	22	(2,1)	223	(22,1)	764	(75,7)	1009	(100)

Como cabía esperar, la producción de alimentos aparece escasamente representada; no es el trabajo campesino el que atrae a estos varones a la Corte. Aún así el mercado laboral impone sus leyes y algunos acabaron ganando su pan dedicándose a lo que mejor sabían hacer, ya fuera como *hortelãos* o *mossos de horta* (13 casos), pescadores (4 casos) o pastores

Junto a ellos aparece también el término *trabalhador*, que si bien en el campo se aplica claramente a un jornalero, en la ciudad parece tener un contenido más concreto. Está claro que se utiliza también para designar actividades brazales pero sin duda con un contenido diferente, pues con frecuencia aparece vinculado a actividades ligadas a la construcción o a la producción industrial, y así denominaciones como *trabalhador de pedreiro*, *trabalhador de canteiro*, *trabalhador nas pedreiras de El-Rei*, *trabalhador no forno do tijolo*, *trabalhador na fábrica da pólvora...*, son habituales en nuestra documentación. Que entre aquéllas y éstas hay una diferencia nos lo demuestra la entrada de Bernardo Dias en Diciembre de 1746 en la enfermería de S. Cosme y S. Damião, pues el encargado del registro apuntó así su profesión corrigiendo sobre la marcha un error, "*Mosso, digo, trabalhador*". Por otra parte cuando estos pacientes manifiestan su lugar de residencia, en ocasiones, aparece vinculada a alguna de las muchas obras que en ese momento estaban en marcha en la Corte, o bien a la plaza de O Rato y calles aledañas, área próxima a la zona del Acueducto y en cuyo entorno estaban en activo varias canteras. Ante la imposibilidad de individualizar las distintas actividades que sin duda se encierran bajo este nombre genérico y que están a caballo entre dos sectores económicos diferentes, hemos optado por una solución salomónica: incluir en el secundario a los que de manera indudable aparecen ligados a alguna actividad productiva y computar a los demás en el terciario, aunque muy probablemente estamos infravalorando el peso real de aquel sector.

(5 casos)<sup>34</sup>. Bien es verdad que si analizamos estrictamente la situación y prescindimos de los hombres de la mar, los 18 individuos restantes podrían ser incluidos perfectamente en el sector terciario, pues no dejan de ser asalariados al servicio de un patrono al que le cuidan sus animales o sus huertas, bien en Lisboa, bien en alguna de las quintas que la circundan, propiedad de la nobleza, del clero o de la burguesía capitalina<sup>35</sup>. En cualquier caso, hemos preferido colocarlos aquí como testimonio de la amplitud y complejidad de la oferta laboral de la ciudad del Tajo.

Cuadro VI – Actividades del Sector Secundario

Dedicación profesional. Secundario*	Nº Total	%
Vestuario, calzado y oficios textiles	121	54,2
Construcción civil	38	17,0
Artesanía relacionada con los metales	30	13,4
Mobiliario y trabajo de la madera	12	5,3
Oficios diversos	15	6,7
Trabajos artísticos	4	1,7
Alimentación	3	1,3
Total	223	100,0

\* Puede verse una relación pormenorizada en el Apéndice estadístico.

Algo más de una quinta parte de los integrantes de nuestra muestra forman parte de las diferentes ramas del artesanado urbano, una proporción muy superior a la del colectivo de gallegos que por entonces trabaja en

<sup>34</sup> Aún careciendo de valor estadístico, no deja de ser significativo que nueve de los *hortelãos* sean de la Beira Litoral y tres de los pastores de Guarda y Castelo Branco (dos de ellos citados como *cabreiros*).

<sup>35</sup> Entre otras, aparecen citadas en nuestra documentación: Quinta das Mouras, Quinta do Loureiro, Quinta do Bureio, Quinta do Judeo, Quinta da Machada, Quinta da Cadela, Quinta da Madre de Deus, Quinta do Fialho, Quinta do Conde de São Vicente, o la Quinta do Conde da Atouguia. En la Ameixoeira, más allá de Lumiar, había en 1758 según las Memórias Paroquiais de Lisboa, veintitrés quintas y la feligresía de S. Sebastião da Pedreira tenía “*muitas terras de sembrar pão, algumas hortas e pumares em grandiozas quintas, onde tem majestosos palacios e cazas nobres*”. Y lo mismo sucedía en terrenos que en la actualidad forman parte de barrios de Lisboa, como O Rego, Laranjeiras, Telheiras, Lumiar ..., que hasta 1910 estaban constituidos por vastas quintas agrícolas o de veraneo. PORTUGAL, Fernando y MATOS, Alfredo de – *Lisboa em 1758. Memórias Paroquiais de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974, p. 263 y BAPTISTA, Luis António Vicente – *Crescimento urbano e migrações internas: contraste e alterações sócio-espaciais, e redes de interconhecimento. O Bairro do Rego (Lisboa, 1900-1985)*. Lisboa, 1987, p. 34. Dissertação de Mestrado en Sociologia. Universidade Nova de Lisboa. Texto policopiado.

Lisboa<sup>36</sup>. No es de extrañar, pues a diferencia de ésta, una emigración que está en sus comienzos, la de los *beirões* goza de una larga tradición, con cadenas migratorias bien consolidadas, lo que sin duda favorece que vecinos o parientes sirvan no sólo como mecanismo de llegada, sino también para encontrar acomodo como aprendices en casa de algún maestro<sup>37</sup>. El sector del vestido y calzado ostenta, como es habitual<sup>38</sup>, una indiscutible supremacía empleando a un porcentaje algo superior al 62 % del total del sector, situándose zapateros (81) y alfayates (27) a la cabeza.

La riqueza que llega a la ciudad y el dinamismo que ésta le infunde, estimula el acometimiento de un importante número de proyectos, privados unos, institucionales otros, que buscar remodelar la estructura de una urbe, en muchos aspectos todavía arcaica y medieval, por ello la actividad constructiva ocupaba sin duda a una importante proporción de operarios en Lisboa. La lista de los trabajos en marcha es enorme: el Palacio de As Necessidades, reformas en los Palacio da Ribeira y Belém, A Capela Real, los trabajos de As Aguas Livres, los palacios del Duque de Aveiro, del Conde de Soure, del Conde de Tarouca, del Conde de Vila Nova, del Vizconde de Barbacena, el Palacio Ludovice, la urbanización del Campo de Santa Clara, la nueva Patriarcal, las iglesias de S. Estevão de Alfama, de Santa Engracia y de la Mae de Deus, las torres de la Catedral, las ermitas del Señor da Boa Nova en Alfama y de N. S. da Encarnação da Panasqueira (Charneca), el Palacio dos Estaus, sede del tribunal de la Inquisición, en la plaza de O Rossío, el Hospicio dos Barbadinhos, el Recolhimento de N. S. dos Anjos, el Arsenal das Armas o Armazem do Reino, el Cais de Pedra, el Teatro de la Opera, la restauración del convento de San Francisco de Cidade, que había ardidido en 1741, la nueva iglesia de Benfica..., sin olvidar Mafra, de donde

<sup>36</sup> Los gallegos empleados en el sector secundario en esta época, si empleamos el mismo criterio aquí utilizado para clasificar a los *trabalhadores*, suponen el 4,4%.

<sup>37</sup> De hecho hemos encontrado a algún aprendiz que señala como domicilio la casa de un maestro artesano con el que aparentemente no lo liga ningún parentesco directo –no hay coincidencia de apellidos–, aunque sí tienen en común su origen geográfico.

<sup>38</sup> En la Coimbra de principios del siglo XVII estas profesiones suponían el 52,5% del sector secundario. En una pequeña ciudad como Tui, muy poco dinámica desde el punto de vista económico y demográfico, a mediados del siglo XVIII comprendían casi al 62% de su artesanado. MATTOSO, José (dir.) – *História...*, cit., III, p. 508 y REY CASTELAO, Ofelia – Introducción a *Tuy 1753. Según las Respuestas Generales del Catastro de Ensenada*. Madrid: Tabapress, D. L., 1990, p. 34.

también llegan *trabalhadores* a curarse al hospital<sup>39</sup>. Pronto el Terremoto de 1755 se encargaría de convertir este esfuerzo en escombros y ceniza.

Son los servicios los que ocupaban un mayor número de brazos, hasta el punto de englobar a las tres cuartas partes del total de nuestros enfermos<sup>40</sup>. Se trata, no obstante, de un grupo con actividades muy heterogéneas y no siempre bien definidas, como se desprende del siguiente cuadro:

Cuadro VII – Actividades de los *beirões* en el sector terciario

Actividades	B. Litoral	B. Alta	B. Baixa	Total %
Moços de servir	108	124	9	241 (31,5)
Servía/ A servir	34	30	8	72 (9,4)
Moço/home de ganhar	9	9	1	19 (2,4)
Ribeirinhos	5	1	1	7 (0,9)
Trabalhador	157	83	5	245 (32,0)
Empregado do Hospital	3	6	–	9 (1,1)
Idem outro hospital	1	–	–	1 (0,1)
Criados	4	7	–	11 (1,4)
Cocinheiros	5	5	–	10 (1,3)
Marítimos	50	5	–	55 (7,1)
Aguadeiros	7	6	–	13 (1,7)
Transporte	2	6	2	10 (1,3)
Barbeiros	10	20	6	36 (4,7)
Cabeleiros	1	1	–	2 (0,2)
Boticarios	2	1	–	3 (0,3)
Herbanários	3	1	–	4 (0,5)
Comercio	8	8	1	17 (2,2)
Venta ambulante	–	1	1	2 (0,2)
Limpeza urbana*	2	–	–	2 (0,2)
Outros	4	–	1	5 (0,6)
Total	415	314	35	764 (100)

\* La limpieza de la ciudad comienza a convertirse en tema de atención permanente desde principios de la centuria (en 1701 se establece la contribución llamada el *rialette da limpeza*) en la que se implica el propio monarca ordenando la construcción de barcas para transportar la basura. Son varios los enfermos, incluidos gallegos, que declaran ser *barreiros* u *homes da limpeza*, antecesores de los *beirões almeidas* (barrenderos municipales) de época contemporánea. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. s/l: Ed. Verbo, 1996, V, p. 340.

<sup>39</sup> Es el caso de un *trabalhador* natural de S. João Bta. de Rocas, del *concelho* de Sever de Vouga (Aveiro), que ingresa en Mayo de 1745 en la enfermería de S. Cosme y S. Damião.

<sup>40</sup> Los naturales de Galicia superaban mucho esa proporción, pues alcanzaban el 92,5%; transcurridos ciento veintisiete años, en 1873, se había reducido al 70%. También los gallegos, acumulando experiencia, habían puesto en marcha nuevas dinámicas de inserción laboral. GONZÁLEZ LOPO, D. L.: “Os lisboanos galegos: evolución económica, social e ideolóxica dun colectivo inmigrante en Portugal”, conferencia presentada en Fafe en el Seminário *A Emigração na Primeira República* (Janeiro, 2011). En prensa.

A la cabeza del sector se encuentra un numeroso grupo de individuos que no realiza ningún trabajo cualificado. Son los *moços de frete, de esquina o de saco, os ganhareus, homes de pao e corda*, que alquilan sus servicios a quien los requiera. Esa masa anónima de braceros que carga y descarga barcos, transporta bultos por la ciudad, lleva recados y cartas, conduce enfermos al hospital y son al mismo tiempo hombres para todo sin ser especialistas en nada. Puede sorprender a primera vista el escaso número de criados que aparecen en la tabla; sin duda son muchos más, pero se encuentran enmascarados en medio de esa terminología tan heterogénea, que a veces desespera por demasiado genérica y otras por desmenuzar en categorías inverosímiles la actividad laboral. De hecho el término *criado* no aparece nunca y bajo esa etiqueta convencional hemos situado a quienes así pueden considerarse, pero que figuran como *mosso de jeitos, mosso de acompanhar, mosso de cego, mosso de bestas* (en la Rúa dos Almocreves)... Del colectivo forman parte, sin duda, los 9 cocineros y el mozo de cocina, y uno de los barberos, que vive en el palacio del Conde de Vila Nova. A ellos se deben unir una proporción muy importante de esos *mossos de servir* y de los que declaran dedicarse *a servir*. En algunos casos tenemos la prueba de que era así –apenas once casos del total– porque declaran como domicilio el que con toda seguridad correspondía a su patrón (*mora na casa de...*). De los demás cabe colegir que entre sus múltiples tareas ocasionales se encontrara la de servir por un tiempo a un amo adventicio<sup>41</sup>.

Hay también un pequeño grupo dedicado a actividades comerciales, en su mayor parte ligadas a lo que denominamos hostelería: 6 taberneros y 5 *caixeiros* (mozos) de taberna, a ellos se deben añadir dos *caixeiros de mercearia* y un *fazendeiro*, a los que sólo en un ejercicio de excesiva simplificación se les podría poner en la misma categoría que a los vendedores ambulantes: un *bufarinheiro* y un *vendedor de hortaliça*. Tal vez a su frente hubiera que situar a un autodeclarado *home de negocio*, cuyos ingresos, en cualquier caso, no le evitaron el tener que pasar por los camastros del hospital.

<sup>41</sup> Algunos viajeros de paso por Lisboa hacen referencia a esta costumbre. MELONNIÈRE, Señor de la: *Memorias instructivas para un viajero* (1726), en GARCÍA MERCADAL, José – *Viajes de extranjeros por España y Portugal*. Madrid: Aguilar, 1962, III, p. 788.

En el cuadro aparece un modesto grupo de aguadores, profesión que muy probablemente estaba a punto de experimentar un fuerte desarrollo gracias a las obras del acueducto de las Aguas Livres, que en 1744 comienza a proporcionar sus primeros beneficios multiplicando el número de surtidores en Lisboa, entre ellos el de O Rato, O Chafariz de Dentro y O Chafariz d'El Rey, que pronto se verán cercados de actividad y bullicio, convirtiéndose en puntos neurálgicos de la vida lisboeta, donde *minhotos*, *beirões* y *galegos* competirán con rudeza por monopolizar su usufructo, haciendo de sus coloridos barriles instrumentos de legendarias ganancias.

Dentro del sector destaca un contingente bien definido que desarrolla sus actividades en el agua. Lisboa era un puerto marítimo en proceso de expansión y los navíos de sus muelles ofrecían buenas oportunidades de trabajo. *Home o mossos de mar*, *marítimos o marujos*, aparecen consignados en el registro refiriendo domicilios en los barrios marineros de la capital o dando como tal las propias embarcaciones. Pero Lisboa era también un activo puerto fluvial. Ya en 1552, según la estadística de J. Brandão de Buarcos, un total de 1.490 naves servían a la ciudad surcando las aguas del Tajo: *moinhos*, *rascas*, *faliás*, *moletas*, *aveiros*, *fragatas*, *varinos*, *guingas*, *botes*, *catraios*, *escaleres*, *canoas*, *iates*, *bateles*<sup>42</sup>..., conectaban la ciudad y la Otra Banda, pescaban dentro o fuera de la barra, traían bastimentos a la ciudad, atendían el movimiento de pasajeros de los barcos anclados en el río, transportaban viajeros y enfermos<sup>43</sup> desde las localidades de *A Borda d'Agua* y llevaban a los puertos de ambas orillas –Alhandra, V. F. de Xira, Benavente, Salvaterra, Santarém, Almeirim, Azinhaga...– multitud de productos llegados a la capital o a otros fondeaderos del estuario, facilitando así que a partir de ellos se abasteciesen los mercados del interior, algunos tan alejados como los de la propia Beira, que tenía en Abrantes –y en algunos momentos del año en Vila Velha de Ródão– una puerta franca hacia la capital. En Marzo de 1711, durante una crisis de subsistencias, la Cámara Municipal de Castelo Branco impuso la obligación a todos los arrieros de

<sup>42</sup> MATTOSO, José (dir.): *História... cit.*, III, p. 334-335 y NABAIS, Antonio Maia – Barcos do Tejo in SANTANA, Francisco y SUCENA, Eduardo (dirs.) – *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994, p. 146-151.

<sup>43</sup> Muchos de nuestros enfermos procedentes de los territorios ribereños del Tajo debieron llegar así hasta el Hospital, después de aportar al *Terreiro do Paço* por los *Cais de Santarém*.

ir a buscar cada semana pan y sal a Abrantes. Covilhã, de cuya región se dice en 1758 que no producía el trigo ni el centeno necesario para abastecer a su población, los recibía, así como el pescado necesario, a través del Tajo y las recuas de *almocreves*<sup>44</sup>, profesión que prolifera como actividad económica complementaria en las serranías *beiroas*, ricas en ganado y pobres en tierras de labor, a semejanza de lo que ocurre en las comarcas montañosas de Galicia.

Son los naturales de A Beira Litoral los que, como cabía esperar, acaparan esta actividad marítimo-fluvial –sólo cuatro proceden del interior– y entre ellos destacan los 33 *fragateiros* de Aveiro, un colectivo que dará origen a un tipo popular del litoral lisboeta. Proceden sobre todo del *concelho* de Estarreja, cuyas parroquias son frecuentemente citadas como lugar de origen: Canelas (8), Salreu (4), Veiros (2), Fermelã (1). Pero también aparecen citados los municipios vecinos: Murtosa, Ovar, Ílhavo o el propio Aveiro.

Pero Lisboa no es sólo mercado de trabajo, también es lugar de paso para los que se dirigen a destinos más lejanos y, sobre todo, es centro de caridad pública y privada. Monasterios, conventos, palacios, multitud de iglesias y capillas, e instituciones específicas de beneficencia ejercen una importante labor asistencial, que atrae a pobres y desocupados.

Cuadro VIII – Otras situaciones

	<b>B. Litoral</b>	<b>B. Alta</b>	<b>B. Baixa</b>	<b>Total</b>
Mendicante	47	24	8	<b>79</b>
No indica profesión	65	39	3	<b>107</b>
Transeúntes	13	7	2	<b>22</b>
Presos no Limoeiro*	1	–	–	<b>1</b>
Total	126	70	13	209

\* Lo trajeron preso desde la feligresía de Carapinheira (Montemor-o-Velho).

El 6,4% de nuestros enfermos se declaran mendigos, circunstancia de la que sólo en cinco ocasiones conocemos la causa: en tres la ceguera, en uno la minusvalía psíquica (“*é simples*”) y en otro la vejez (“*foi pedreiro e agora é mendicante*”). ¿Qué decir de los que silencian su ocupación?

<sup>44</sup> SILBERT, Albert – *Le Portugal...*, cit., I, p. 182. Cuatro de los *almocreves* que ingresan en el Hospital de Todos-os-Santos y aparecen en el cuadro en el apartado de transporte, son naturales de estas comarcas, dos de Guarda y dos de Castelo Branco.

Sin duda la mayor parte se integran en ese colectivo de mano de obra brazal sin especialización del que ya hemos hablado, otros muy probablemente son también pobres que viven de limosna y tal vez por vergüenza silencian su condición, y finalmente, también entre ellos se disimulan *vadios*, *desencaminhados* y otras gentes de vida *non sancta*, que engrosan el mundo marginal de la Corte haciendo oficio del engaño, el robo y la estafa, sobre los que pronto tomará medidas de control el Estado Ilustrado por medio de la Intendencia Geral de Polícia.

### **B) Valle del Tajo y estuario (temporal de larga duración y/o definitivo)**

Pero la capital, a pesar de su gran atractivo no es el único destino para los hombres de A Beira, pues el rico Valle del Tajo y las localidades del estuario ofrecen también importantes oportunidades para emplearse, aunque otros superan ampliamente estos límites geográficos buscando las localidades del sur alentejano y algarvío<sup>45</sup>. Un 18% de los integrantes de nuestra muestra se inclinan por esta opción<sup>46</sup>.

Cuadro IX – Destinos fuera de Lisboa

Distrito de Lisboa		D. de Santarém		D. de Setúbal		Otros destinos	
V. F. de Xira	19	Benavente	6	Almada	29	Ameixial	1
Loures	30	Salvaterra M.	1	Setúbal	23	Olhão	1
Lisboa	6	Coruche	3	Aldeia Galega	17	Moure (Beja)	1
Sintra	2	Cartaxo	1	Alcochete	6	Beja	1
Oeiras	2	Santarém	1	Moita	8	Évora	1
Cascais	1	Golegã	2	Barreiro	7	Estremoz	1
Alenquer	1	Abrantes	1	Seixal	9	Olivença	1
Torres Vedras	1			Palmela	2	Peniche	1
				Outra Banda	1		
Total	62	Total	15	Total	102	Total	8

<sup>45</sup> Alguno de estos migrantes superarán el anonimato en que normalmente se desenvolvía su existencia y dejarán memoria de su paso. Es el caso de *Migas Frias*, natural de Covilhã, que ganó renombre por haber agredido al rey José I con un pesado bordón en Septiembre de 1769 cuando salía del palacio de Vila Viçosa. PINHO LEAL, Augusto Soares de: *Portugal antigo e moderno (...)* (1874). Braga: Barbosa & Xavier, 2006 (Ed. facsímil), p. 436-437.

<sup>46</sup> La procedencia se da por *concelhos* dentro de cada distrito. El total de localidades mencionadas es de 59, aunque algunas como Sacavém, Aldeia Galega (actualmente Montijo), Povos (entonces puerto fluvial de gran importancia), V. F. de Xira o Setúbal, destacan claramente sobre las demás. La presencia de naturales de Aveiro, Coimbra y Viseu en los hospitales de Setúbal seguirá siendo muy importante a finales del siglo XVIII. ABREU, Laurinda – *Memórias... cit.*, p. 408.

Tal diversidad de destinos se ve acompañada de una gran variedad de actividades, pues estamos ante localidades de muy diversa estructura económica. Abundan en este grupo los *trabalhadores*, muchos de los cuales debían ser jornaleros agrícolas o estarían empleados en las fábricas de ladrillo y teja que existían en la zona<sup>47</sup> o en las numerosas salinas, como las de Samouco, Alcochete, Aldeia Galega, Moita, Alhos Vedros, donde muchos de nuestros *beirões* figuran como residentes.

Cuadro X – Actividades fuera de Lisboa

Sector Primario		Sector Secundario		Sector Terciario	
Pastor	1	Sapateiro	6	Trabalhador	105
Pastor de cerdos	1	Alfaiate	2	Moço de servir	23
Mosso do gado	1	Serralheiro	2	Servía	6
Caseiro	4	Ferreiro	1	Home de ganhar	3
Labrador	1	Ferrador	1	Transporte	5
Mosso de uma horta	1	Cordoeiro	1	Tabernero	1
Pescador	4	Canastreiro	1	Marineros	25
Total	13	Carvoeiro	1	Valador	1
		Moleiro	3	Cavador	1
		Total	18	Total	170

### C) Desplazamientos de carácter estacional

Analizando la distribución mensual de las entradas, podemos encontrar también ejemplos de los diversos tipos de migraciones estacionales, que fueron características de los *beirões* desde, al menos, el siglo XVI hasta bien entrado el XX. Es el caso de los jornaleros que se dirigen al sur para trabajar en las *lezírias* o en los campos de la Estremadura o el Alentejo, engrosando esas cuadrillas de *ratinhos*, *picamilhos*, *caramelos* o *gaibéus* que anualmente descendían con destino a las senaras de trigo, los olivares o

<sup>47</sup> Alcochete, Povos, Vila Franca de Xira, localidades muy citadas como lugar de procedencia por los *trabalhadores* tienen, en algún caso ya desde época medieval, importantes tejares. *Guía da Póvoa de Santa Iria* (<http://paragemobrigatoria.com/ficheiros/tejo.htm>), consultado en 2010.04.16).

los arrozales del centro y sur del país<sup>48</sup>. El calor abrasador, el agua de mala calidad que muchas veces bebían, el extenuante ejercicio físico, los insectos, la suciedad y falta de higiene así como la escasa comida que les daban<sup>49</sup>, convertían a estos temporeros en presa fácil de enfermedades. Entradas de padres e hijos al mismo tiempo<sup>50</sup>, o de varios individuos que declaran igual naturaleza y procedencia, nos habla de integrantes de *ranchos de ceifeiros*, que acudieron al hospital a restablecerse de sus fatigas<sup>51</sup>. Sin duda el centenar de *trabalhadores* asistidos en la institución lisboeta entre Mayo y Septiembre de 1745 y 1746, que proceden del amplio abanico de localidades enclavadas en el corazón cerealista del entorno lisboeta, formaban parte de alguna de las cuadrillas, tan imprescindibles como despreciadas, que venían a regar con el sudor de su trabajo y de sus *febres* los campos de la Borda d'Agua, donde andando el tiempo algunos acabarían por fijarse contribuyendo a

<sup>48</sup> OLIVEIRA, António de – Migrações internas e de media distancia em Portugal, de 1500 a 1900 in EIRAS ROEL, Antonio y REY CASTELAO, Ofelia (eds.) – *Migraciones internas... cit.*, p. 3-4.

<sup>49</sup> Las canciones populares han conservado de generación en generación la memoria de tiempos tan duros: *Ao almoço me dão peras/ao jantar peras me dão/á tardinha pão e peras/á tarde peras com pão*. Sin embargo, a pesar de todo, los últimos temporeros en sus recuerdos no desprecian estas refecciones, que aunque frugales, permitían aliviar la presión sobre las magras reservas alimenticias de los que permanecían en casa, y por eso, al regreso, valoraban tanto “*o que vem no papo como o que vem no saco*”. Al mismo tiempo traían algunos cuartillos de aceite “*como provisão valiosa para gastar pelo ano fora*”. Estas eran las ganancias intangibles que eran incapaces de valorar los economistas portugueses del siglo XVIII, que sólo contemplaban como ganancia los *tostões* que sonaban en la bolsa y eran ajenos a las características de una economía de subsistencia. LOPES, Aurélio – *Fertilidade e labor na Lezíria Ribatejana*. Alpiarça: Garrido editores, 2001, p. 20 y GIRÃO, Aristides de Amorim y VELHO, Fernando de Oliveira – *Estudos da população portuguesa. III. Migrações internas (1890-1940)*. Coimbra: Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras, 1948, p. 2.

<sup>50</sup> Es el caso de dos naturales de Soure, que procedentes de Samora Correia son admitidos en la enfermería de S. Cosme e S. Damião en Agosto de 1746.

<sup>51</sup> Es el caso de 5 *trabalhadores* naturales del *concelho* de Figueira da Foz (4 de Lavos y 1 de Maiorca) y 2 del de Soure (de Samuel y Alfarelos), que, procedentes de Vila Franca de Xira, entran en el Hospital en Mayo de 1745. Es interesante comprobar como, en efecto, los naturales de algunas feligresías no parecen sentir interés por Lisboa. Sirva de ejemplo S. Simão de Arões (Vale de Cambra); los siete enfermos de esta parroquia dan como lugar de residencia localidades del Ribatejo. Algo semejante sucede con cuatro vecinos de S. Estevão do Couto de Esteves (Sever de Vouga). Sin duda un microanálisis del origen y residencia de nuestros enfermos arrojaría información de gran interés, como hemos demostrado para algunas comarcas gallegas, pero esta labor excedería en mucho los objetivos y el espacio de este artículo.

la colonización de unos territorios escasamente poblados. Por otra parte es posible distinguir también entre ellos a los antecesores –¿tal vez los pioneros?– de los pescadores de algunas localidades del litoral de Aveiro, los *avieiros*, que andando el tiempo harán del gran río su residencia y medio de vida, primero temporal y más tarde definitiva<sup>52</sup>.

### 5º Estado civil

Los registros hospitalarios no nos indican la edad de los enfermos, así que para estudiar la composición interna del colectivo que estudiamos, recurriremos al estado civil que declaran al ser ingresados. Ciertamente soltería y viudez no son por sí mismas indicativas de juventud o vejez, y menos en una sociedad sometida a los parámetros del régimen demográfico antiguo, pero dadas las características que para muchos tenía el desplazamiento a Lisboa, no siempre considerado *a priori* como un destino definitivo, esta información puede ser muy esclarecedora.

Cuadro XI – Estado civil de los *beirões*

Estado civil	Número	%
Solteros	1.186	76,3
Menores	54	3,4
Casados	227	14,6
Viudos	87	5,6
Total	1.554	100,0

La información contenida en el cuadro antecedente coincide con una imagen sobradamente conocida. Casi un 80% son solteros, individuos en su mayor parte en la flor de la vida y capaces de soportar la dura tarea desempeñada en el día a día de una ciudad que necesita de sus brazos para no estancarse, pero que inmisericorde devora sus fuerzas. Se trata de un colectivo que acude desde edad muy temprana a integrarse en su floreciente

<sup>52</sup> Tal vez sean los casos de Francisco Nunes, pescador, natural de Santo André de Esgueira (Aveiro), que viene al Hospital desde Vila Franca de Xira, o el de un pescador, casado, natural de la feligresía de la Vera Cruz de Aveiro, que al ser preguntado por su domicilio respondió que vivía “no mar”.

mercado laboral, lo que explica la presencia de ese más que discreto número de individuos que se registra como menores (4,3% del total de solteros y más de un 3% del total de enfermos considerados). Jóvenes en la frontera que separa la niñez de la adolescencia, pronto atrapados por el torbellino de la gran ciudad sin más esperanza ni futuro que acabar el día indemne y con algún alimento en el estómago<sup>53</sup>.

La presencia de casados (casi el 15%) nos remite, no sólo a individuos asentados definitivamente en la ciudad sino, y sobre todo, —el arraigado sólo va al hospital en último extremo— a quienes tienen su domicilio lejos y para los que la ciudad sigue siendo lugar de residencia temporal mientras se busca un provecho que invertir en la tierra de origen mejorando la situación familiar. Sólo un 5,6% se declara viudo, seguramente los que ya cortaron definitivamente los lazos con el lugar de nacimiento y saben que Lisboa, además de con su sudor, se quedará también con sus huesos. Que parte de ellos se dediquen a la mendicidad o digan estar recogidos de caridad en casa de un benefactor, expresa claramente cual es su situación y el futuro que les aguarda.

## Conclusiones

La documentación del Hospital de Todos os Santos permite que nos aproximemos a un capítulo importante de la movilidad interior de la población portuguesa en el siglo XVIII, la que tiene como destino Lisboa y su entorno más inmediato. Un destino que atrae fundamentalmente a un colectivo de hombres jóvenes que buscan en el heterogéneo mercado laboral

<sup>53</sup> El 11% de los solteros portugueses ingresados en 1636 en el Hospital del Amor de Dios de Sevilla son denominados mozos o muchachos. LÓPEZ MARTÍNEZ, A. L.: "La emigración portuguesa en la Baja Andalucía en el Antiguo Régimen", en *Revista Portuguesa de História*, T. XXXVI, Vol. 2 (2002/2003), p. 31. Aunque en distinto contexto laboral y diferente marco cronológico, los siguientes datos son también muy esclarecedores al respecto. Entre 1873-1904, el 3,10% de los portugueses empleados en las minas de Río Tinto tenían menos de 14 años, y entre 1904-1912 el 40,46%, de los cuales el 14,5% tenían edades comprendidas entre los 5 y los 9. LÓPEZ MARTÍNEZ, A. L.: *La emigración portuguesa en Andalucía en perspectiva histórica*. Univ. de Sevilla, 2001, p. 12. También DURÃES, M. et al: opus cit., pp. 54-55.

lisboeta los medios con que complementar la pobre o muy sobrecargada economía familiar de sus lugares de origen. Se ocuparán sobre todo en el muy abierto sector servicios, pero también integrándose en un artesanado muy diverso —si bien con claro predominio del relacionado con el vestido y el calzado—, prueba de la larga tradición migratoria de los naturales de A Beira respecto este destino, que ya había creado ciertos mecanismos de inserción laboral. Las actividades estacionales en el *oppenfield* extremeño, ribatejano y alentejano, aparece reflejado en nuestra fuente, como otras muchas actividades propias de las localidades del rico y dinámico Valle del Tajo y su estuario.

## Apêndice Estadístico

### Actividades del sector secundario

Profesiones	B. Litoral	B. Alta	B. Baixa	Total
Sapateiro	38	30	13	81
Alfaiate	7	16	4	27
Sombreiro	4	—	—	4
Bordador de holandilhas	2	—	—	2
Surrador	4	1	—	5
Tintureiro	1	1	—	2
<b>Total vestido y calzado</b>				<b>121</b>
Trabalhadores*	12	12		24
Pedreiro	4	1	—	5
Trabalhador/servía pedr <sup>o</sup>	2	—	—	2
Canteiro	2	—	—	2
Valador	1	—	—	1
Cavouqueiro	1	—	—	1
Albeneo (alvanel)	2	—	—	2
T. Forno do tijolo	1	—	—	1
<b>Total sector construcción</b>				<b>38</b>
Serralheiro	12	5	—	17
Ferreiro	10	1	—	11
Ferrador	—	1	1	2
<b>Total sector metalúrgico</b>				<b>30</b>
Carpinteiro	2	1	1	4
Carpinteiro de segos	—	1	—	1
Caixeiro	2	—	—	2
Tanoeiro	2	2	—	4
Carpinteiro de ribeira	1	—	—	1
<b>Total sector madera</b>				<b>12</b>
Cordoeiro	2	1	—	3
Cesteiro	—	1	2	3
Estereiro	1	—	—	1
Esparteiro	—	1	—	1
Penteeiro	2	—	—	2
Forneiro	1	—	—	1
Padeiro	1	—	—	1
Atafoneiro	1	—	—	1
Espingardeiro	2	—	—	2
Fogueteiro	—	1	—	1
Oleiro	1	—	—	1
Lapidario	1	—	—	1
Pintores	—	2	—	2
Impresor	1	—	—	1
Oficial da pólvora	1	—	—	1
<b>Total</b>				<b>223</b>

\* Como ya hemos indicado, incluimos aquí a los que específicamente aparecen ligados a tareas constructivas, aunque sin duda son una muy reducida minoría.

**Concelhos de procedencia**

<b>Beira Litoral</b>					
<b>Distrito de Aveiro</b>		<b>Distrito de Coimbra</b>		<b>Distrito de Leiria</b>	
Espinho	2	Mira	8	Pombal	36
Ovar	18	Cantanhede	15	Leiria	42
Estarreja	56	Figueira da Foz	32	Batalha	7
Murtosa	14	Montemor V.	30	Figueiró V.	5
Aveiro	88	Soure	27	Pedrogão G.	12
Ílhavo	21	Coimbra	62	Alvaiázere	11
Vagos	25	Condeixa Nova	9	Ansião	4
Castelo Paiva	7	Penacova	5		
Feira	39	V. N. Poiares	3		
S. J. Madeira	1	Miranda Corvo	8		
Oliveira Azem.	38	Penela	13		
Vale Cambra	25	Lousã	7		
Sever Vouga	17	Tábua	12		
Albergaria V.	31	Oliveira Hosp.	16		
Oliveira Bairro	11	Arganil	17		
Anadía	3	Góis	9		
Mealhada	4	Pampilhosa S.	4		

<b>Beira Alta</b>				<b>Beira Baixa</b>	
<b>Distrito de Viseu</b>		<b>Distrito de Guarda</b>		<b>D. de Castelo Branco</b>	
Viseu	55	V.N. Foz Côa	11	Castelo Branco	16
Tondela	23	Meda	14	Proença Nova	3
Mortágua	5	Figueira C. R.	11	Idanha Nova	4
Sta. Comba D.	4	Aguiar Beira	10	Sertã	21
Carregal do Sal	2	Trancoso	11	Oleiros	4
Nelas	4	Pinhel	6	Penamacor	7
Mangualde	10	Almeida	5	Belmonte	1
Resende	11	Fornos A.	8	Fundão	10
Cinfães	32	Celorico Beira	10	Covilhã	14
Lamego	25	Gouveia	8		
Castro Daire	30	Seia	7		
Tarouca	25	Manteigas	1		
Armamar	11	Guarda	22		
Tabuaço	10	Sabugal	6		
S. João Pesqu <sup>a</sup>	11				
Moimenta B.	33				
Penedono	6				
Sernacelhe	16				
V. N. Paiva	7				
Satão	3				
Penalva do C.	12				
Oliveira Frades	13				
S. Pedro Sul	35				
Vouzela	9				

# As práticas de caridade na diocese de Mariana: estímulos devocionais, interditos e protestos anónimos no século XVIII\*

Patrícia Ferreira dos Santos

Universidade de São Paulo

Mestre em História Social

psantos@usp.br

Texto recebido em/ Text submitted on: 12/10/2010

Texto aprovado em/ Text approved on: 31/10/2011

## *Resumo/Abstract:*

Neste artigo analisamos algumas acções da hierarquia eclesiástica e secular na diocese de Mariana no sentido de condicionar a acção dos esmoleres e ermitães e incentivar a caridade institucional. As cartas e atas de visitas pastorais que ali circularam, no século XVIII, estabeleciam penas de prisões e confiscos de cofres aos pedintes sem licenças. Sugerem que o Estado e a Igreja procuraram, a um só tempo, impedir a evasão das contribuições, e reprimir as heterodoxias praticadas por benzedores e curandeiros. Os agentes coloniais apregoavam um discurso em prol da solidariedade pelas vias institucionais. Por outro lado, murmurações e protestos anónimos circularam em diversas freguesias do bispado de Mariana.

This article aims to review some of the actions of the secular and the ecclesiastical hierarchy in the diocese of Mariana in order to constrain the activities of beggars and hermits and encourage charitable institutions. The letters and minutes of pastoral visits that circulated, established penalties of imprisonment and confiscation of safes to beggars without permits suggest that State and the Church sought, at the same time prevent the evasion of contributions, and suppress the heterodoxies blesser and practiced by healers. The colonial agents preached a discourse in order to solidarity for the institutional channels. On the other hand, there are, anonymous grumbling and protests, which circulated in several parishes in the diocese of Mariana.

## *Palavras chave/Keywords:*

Esmolas; Ermitães; Visitas pastorais; Hierarquia eclesiástica; Padroado real.

Alms; Hermits; Pastoral visits; Church hierarchy; Royal patronage.

---

\* Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo o apoio à presente pesquisa de doutoramento sobre o exercício da autoridade e da justiça episcopal no século XVIII.

## 1. Os pedintes e as instituições de assistência em Portugal

As figuras dos pedintes de esmolos eram tão comuns nos Setecentos, que inspiraram medidas de condicionamento e repressão da parte da Igreja e da Coroa, assim como sátiras anônimas. Estas, tornaram célebres as desconfianças que suscitavam aqueles que viviam a pedir esmolos. O anônimo do século XVIII observava que este poderia ser um rentável meio de vida. Justificava sua crítica tenaz a enumerar exemplos: “Que direi de infinitos que, a título de pobres, se fazem ricos? Abrem chagas nas pernas e nos braços com cáusticos e ervas; mostram suas dores com brados” e assim, “muitos mil juntam esses piratas”.<sup>1</sup>

Com riqueza de exemplos, o Anônimo relata situações e estratégias que revelavam os usos indevidos das esmolos: “Sê-lo-ão mil esmolos, pelo menos, que cada dia vemos pedir, com capa de piedade e misericórdia, para pobres, para missas e irmandades, as quais vão arder na mesa do jogo ou da gula. Um mulato conheci, que tinha uma opa branca – que comprou na roupa velha por dois tostões -, com a qual, com uma bacia e duas voltas que dava por quatro ruas, todos os dias, pedindo para as missas de Nossa Senhora, juntava o que lhe bastava para passar alegremente a vida. Também este furtava com unhas bentas.”<sup>2</sup>

Estas sátiras suscitam a indagação sobre quem seriam os esmoleres e esmoleiros, e em quais circunstâncias e condições pediam esmolos. O dicionário do padre Raphael Bluteau, de 1712, apresenta verbetes relacionados ao ato de pedir esmolos. Convém distinguir, deste modo, as características que diferenciavam os esmoleiros dos que pediam sem as devidas licenças eclesiásticas, e eram, por isso, considerados vadios. Bluteau esclarece que o esmoler era o “caritativo com os pobres”; ou aquele que “por ofício distribuía as esmolos.” O esmoleiro era “aquele religioso que num convento de mendicantes recolhe as esmolos.” Por

---

<sup>1</sup> Anônimo do Século XVIII. *Arte de Furtar: espelho de enganos, teatro de verdades, mostrador de horas minguadas, gazua geral destes reinos de Portugal oferecida a El-Rei Nosso Senhor Dom João IV para que a emende.* Apresentação de João Ubaldo Ribeiro. Porto Alegre: L&PM, 2005. (L&PM Pocket, 430), pp. 194-195. «Dos que furtam com unhas bentas.»

<sup>2</sup> Anônimo do Século XVIII. *Op. Cit.*, pp. 194-195. «Dos que furtam com unhas bentas.»

seu turno, a hierarquia eclesiástica reivindicava uma autoridade legítima, em seu território de jurisdição, de arrecadar as esmolas para fins específicos, junto aos fiéis; de apontar os destinos lícitos para as suas contribuições e, por conseguinte, o poder de condicionar a ação dos pedidores, concedendo ou negando licenças, e punindo os que burlassem a ordem estabelecida. Assim, dispunha de oficiais encarregados de arrecadar as esmolas e contribuições específicas junto aos fiéis em suas paróquias.<sup>3</sup>

Para o caso analisado neste texto, relewa o ofício do mamposteiro da Bula da Santa Cruzada – que foi alvo de algumas contestações anônimas na diocese de Mariana. O verbete organizado por Bluteau define o mamposteiro como o “homem posto por mão de alguém para algum negócio.” O verbete mamposteiro deriva do latim, e significa “estender a mão para receber as esmolas.” Bluteau esclarece que havia diversos tipos de mamposteiro, sendo que o da Bula da Santa Cruzada “arrecada as esmolas da Bula da Sagrada Cruzada, e há mamposteiros mores e menores.”<sup>4</sup>

O cotejo destes verbetes e sátiras a respeito dos esmoleiros e oficiais eclesiásticos chama a atenção, por conseguinte, para a presença e atuação de agentes diversos no campo religioso. Concebido por Pierre Bourdieu, o conceito de *campo religioso* enfoca o convívio sócio-religioso de atores diferenciados pela posição que ocupam na estrutura social. Deste modo, a sua ação social deve ser analisada de forma a considerar os interesses diversos pelos quais eram movidos: os sacerdotes, como emissores da mensagem religiosa; os leigos, como alvos.<sup>5</sup>

<sup>3</sup> BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez, e latino, áulico, anatômico, architectonico, bellico, botânico* (...). Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. Verbetes: esmoleiro, esmoler e mamposteiro, respectivamente pp. 251 e 277-78.

<sup>4</sup> BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez, e latino, áulico, anatômico, architectonico, bellico, botânico* (...). Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. Verbetes: esmoleiro, esmoler e mamposteiro, respectivamente pp. 251 e 277-78.

<sup>5</sup> Em sua elaboração conceitual do campo religioso, por outro lado, Pierre Bourdieu observou que mostram-se diversos, os interesses religiosos das classes dominantes e os das classes dominadas – estas, tenderiam a uma demanda de salvação, enquanto as primeiras, à demanda de legitimação da ordem. BOURDIEU, Pierre. “Gênese e estrutura do campo religioso”. In: *A Economia das Trocas Simbólicas*. Vários tradutores. 2ª reimpressão da 6ª edição de 2005. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 27ss (Estudos; 20)

Por outro lado, este aspecto torna relevante observar, conforme os estudos de Michel de Certeau, que os leigos, muitas vezes, não se limitariam ou acomodariam necessariamente ao papel de receptores da mensagem religiosa. A análise das fontes eclesiásticas mostra que a contestavam e burlavam com frequência, a desenvolver e lançar mão de estratégias variadas para, nos interstícios das próprias engrenagens institucionais, conseguir realizar as suas práticas e fazeres cotidianos.<sup>6</sup>

A seguir procederemos, com estes referenciais teóricos a orientar o estudo das fontes eclesiásticas, a uma caracterização do campo religioso na capitania de Minas Gerais. No que se refere às esmolas, nota-se a presença de agentes da hierarquia eclesiástica que deveriam zelar pela arrecadação das contribuições, conforme as orientações da Igreja. Por outro lado, era comum que pessoas devotas solicitassem permissão para pedir esmolas por devoção ou promessa. Todavia, como veremos, uma vez atuando nas circunscrições eclesiásticas de uma diocese, estes devotos deveriam sujeitar-se às regras e condicionamentos quanto ao período e os locais determinados pela cúria para efetuar seus pedidos de esmolas. Tendo em vista o predomínio que reivindicava do campo religioso, a hierarquia eclesiástica empreenderia uma luta na capitania, prefigurada no trabalho religioso, que tendia a ações de destruição e exclusão aos seus concorrentes – os profetas, feiticeiros e heréticos, entre outros agentes da heterodoxia.<sup>7</sup>

Em seu trabalho religioso na capitania, a hierarquia eclesiástica procurava discernir o lícito do ilícito, e assim, persuadir os diocesanos da sua autoridade em apontar e punir aqueles desvios. Assim, a mensagem religiosa era propagada pelas paróquias e capelanias da diocese. Com frequência, apontava os batuques, as artes divinatórias e curatórias e o culto ancestral como transgressões à ordem e à fé cristã. Via de regra, aqueles que

<sup>6</sup> Para Michel de Certeau, afóra a investigação das instituições, proposto por Pierre Bourdieu, a pesquisa deste universo institucional deve considerar os consumidores dos produtos institucionais. Defende Certeau que a importância de buscar enxergar esta resistência significa não tomar os outros por idiotas. Nos interstícios do trabalho de coerção institucional encontram-se microliberdades, microrresistências, e uma *liberdade gazeteira das práticas*. Por entre as determinações das instituições dão-se, ainda, as trocas sociais, as invenções técnicas e as resistências morais. CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano*, vol. I. As artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009, pp. 38-39.

<sup>7</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. Cit., p. 27ss.

participassem ou consentissem naquelas práticas eram admoestados em sermões. Se fossem descobertos durante as visitas pastorais, prescreviam-se as punições previstas nas Constituições do bispado. Consideradas transgressões às leis da Igreja e do Estado, tais práticas também poderiam ser vistas como nocivas ao sossego público pelos agentes da coroa. Estes, porém, na visão do brasilianista Donald Ramos, diferiam da Igreja quanto ao rigor aplicado na repressão. De modo que, muito embora este autor considere tais manifestações como uma “voz popular”, defende que a sua recorrência sugeriria um certo equilíbrio entre o rigor e a tolerância por parte das autoridades.<sup>8</sup>

De igual forma, a hierarquia eclesiástica tendia a apontar, como veremos, os destinos mais lícitos às contribuições dos fiéis, estabelecendo um controle sobre os canais de assistência nas comunidades. Eram várias, àquela altura, as instituições cujas atividades estavam ligadas a este fim. As Misericórdias, por exemplo, estavam sob a autoridade da coroa. De acordo com Isabel dos Guimarães Sá, após a publicação dos decretos do Concílio de Trento (1545-1563), “a posição das Misericórdias saiu consolidada a nível político.” Àquela ocasião, “os monarcas portugueses conseguiram alcançar um estatuto jurídico para as Misericórdias.” Elas passaram a ser confrarias sob proteção régia, ou seja, instituições que, embora de índole religiosa, estavam sob a jurisdição do rei. Deste modo, mantinham os seus objetivos religiosos sem ser uma instituição da Igreja. Para a autora, este caráter misto, religioso no espírito, mas leigo e régio no foro judicial, permitiu às Misericórdias “sobreviver até aos dias de hoje, ao contrário da maior parte das ordens religiosas e das outras confrarias (eclesiásticas, isto é, sob a autoridade episcopal), que sofreram rudes golpes com as revoluções liberais”.<sup>9</sup>

Em Portugal, como mostra esta mesma autora, outras práticas de caridade e assistência eram importantes. Entre estas, menciona o costume de se ajudar jovens órfãs a se casar, uma vez que não possuíam dote. Também no bispado

<sup>8</sup> RAMOS, Donald. “A ‘voz popular’ e a cultura popular no Brasil do século XVIII”. In: SILVA, M. B. N. *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Estampa, 1995, p. 138.

<sup>9</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães. In: SÁ, Isabel dos Guimarães; LOPES, Maria Antônia. *História Breve das Misericórdias*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 2008, Parte I – De 1489 a 1750, pp. 35-36.

de Mariana verificam-se as presenças, nas câmaras municipais, dos juizes de órfãos e dos ausentes, bem como a responsabilidade com as despesas de pagamento das amas ou criadeiras, que deveriam cuidar das crianças expostas, ou abandonadas.<sup>10</sup> Isso ocorria porque, conforme aponta Renato Venâncio, “as leis portuguesas mencionavam que os hospitais, em primeiro lugar, deveriam arcar com o socorro a meninos e meninas abandonados. Na falta de hospitais, o Senado da Câmara deveria dar início ao serviço de assistência.”<sup>11</sup>

Observa-se, deste modo, uma adaptação aos territórios de conquista, das práticas tradicionais e institucionalizadas de assistência em Portugal. Nota-se, na diocese de Mariana, uma permanente tendência de controle, pelo Estado e pela Igreja, para que as práticas de caridade fossem exercidas no âmbito de instituições específicas; as quais, se não alocadas sob a jurisdição do rei ou do bispo diocesano, que ao menos se impusesse a necessidade de uma chancela oficial, aplicada a confrarias e associações e esmoleiros. Em especial na zona mineradora, bastante vigiada pela coroa no século XVIII, como veremos.

## **2. As instituições eclesiásticas, a assistência e a presença dos pedintes na capitania de Minas Gerais**

A intensa correspondência das autoridades da capitania de Minas Gerais com o conselho ultramarino de Lisboa revela a tentativa da coroa de controlar a sociedade em formação em Minas Gerais no século XVIII. Por meio das centenas de cartas e consultas, a coroa lusa e os seus ministros registavam e cobravam das autoridades locais providências que atendessem aos imperativos da atividade mineradora e fiscalista na região. A capitania foi povoada sob os auspícios do direito de padroado, e a tarefa do controle

<sup>10</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães. Op. Cit., p. 38. VENÂNCIO, Renato Pinto. “Estrutura do Senado da Câmara.” In: TERMO de Mariana: História e documentação. Ouro Preto: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Ouro Preto, 1998, pp. 139-140.

<sup>11</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Séculos XVIII e XIX*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1999, pp. 24-25.

social deveria ser partilhada pelos agentes eclesiais e seculares. Em trabalho pioneiro no tratamento desta questão, Caio César Boschi ressaltou a natureza das relações entre estas instituições, em seu estudo acerca da presença das irmandades nas relações Estado-Igreja em Minas Gerais no século XVIII. A coroa, segundo aponta, “não estabeleceu, em linhas precisas, uma política para a região.” Mas fez vigorar uma legislação dispersa, da qual se destacava a lei que proibiu a entrada de religiosos seculares, sob a alegação de que estes eram os responsáveis pelo extravio do ouro e por insuflar a população ao não-pagamento de impostos. Para Caio Boschi, diante disso, a vida religiosa da nova capitania passou a ser fortemente influenciada por associações leigas.<sup>12</sup>

Caracterizando o campo religioso da capitania, o estudo de Caio Boschi resalta dois aspectos de especial relevância: primeiro, a estreita interpenetração entre a Igreja e o Estado, nas formas de marcar presença na vida religiosa e social na capitania de Minas Gerais; e segundo, a forte influência das normas tridentinas nas formas de organização eclesial.<sup>13</sup>

Outrossim, os estudos de Fernando Torres-Londoño trouxeram contribuições importantíssimas sobre a organização eclesial colonial, a chamar a atenção para a importância central da rede paroquial na organização da vida religiosa e social na colônia. A estruturação da paróquia, ressaltou o autor, teve as suas características mais importantes definidas pelo Concílio de Trento. Muito embora, muito antes, em Portugal, observa-se que a paróquia assumia as funções de controle social, com um exercício de vigilância da vida moral e religiosa dos fiéis regulamentado pelas constituições sinodais. Torres-Londoño observou que na paróquia, à época colonial, consagrava-se

<sup>12</sup> BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder. Irmandades Leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986, p. 1 – Introdução. (Ensaio, 116).

<sup>13</sup> BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*. Op. Cit., pp. 45-47. Sobre este aspecto das relações entre a Igreja e o Estado, seguimos de perto as elaborações interpretativas de: PAIVA, José Pedro de M. “El estado en la Iglesia y la Iglesia en el Estado: contaminaciones, dependencias y disidencia entre la monarquía y la Iglesia del reino de Portugal (1495-1640)”. Traducción de Ignasi Fernández Terricabras. *Manuscrits*, n. 25, 2007. Separata. Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona.

uma “estrutura de poder centralizada no pároco que, dentre os vários objetivos, visava à normatização das crenças e da conduta dos fiéis.”<sup>14</sup>

Ao mesmo tempo em que é evidente esta importância das paróquias como núcleo de consolidação da presença eclesial, Caio Boschi chama a atenção para o fato de que “quem se debruça sobre a religiosidade colonial não pode ter como parâmetro as normas e os padrões do catecismo doutrinal, ditado pela teologia e pelo direito canônico.” Para o autor, o que se vê na colônia portuguesa na América é predominantemente um catolicismo popular marcado pela precariedade da evangelização e pela hipertrofia das constelações devocional e protetora.<sup>15</sup>

Juntamente com o clássico livro de Julita Scarano, os estudos de Caio Boschi abrem trilhas para que investigações posteriores corroborassem com exemplos da proliferação das linhas devocionais, por meio de associações leigas com oragos diversos. Adalgisa Arantes Campos demonstrou o incremento em número dos sodalícios em honra ao Arcajo São Miguel e as Almas naquele contexto, marcado por uma oratória sacra que ressaltava a existência do Purgatório e os fins últimos do Homem – Morte, Juízo, Inferno e Paraíso. Por sua vez, Marcos Magalhães de Aguiar analisou as formas de controle estabelecidas pela coroa para estabelecer a fiscalização das irmandades, e as suas contas, mostrando que estas foram motivo de conflitos entre os ouvidores e os visitantes delegados.<sup>16</sup>

Com efeito, dom frei Manuel da Cruz relatou, em 1757, à Sagrada Congregação do Concílio de Trento, os seus cuidados no sentido de tomar as contas das irmandades fundadas por autoridade episcopal no bispado de Mariana. Esclarecia que “no tempo das visitas, exigem os Visitadores rigorosa conta disto e verificam com atenção se os Legados, com que se

<sup>14</sup> TORRES-LONDOÑO, Fernando. (Org.) *Paróquia e comunidade no Brasil: perspectiva histórica*. São Paulo: Paulus, 1997, p. 12- Introdução; idem. *A Outra Família: Concubinato, Igreja e escândalo na Colônia*. São Paulo: Loyola, 1999.

<sup>15</sup> BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*. Op. Cit., p. 59.

<sup>16</sup> SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão: a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1978. (Brasiliana). CAMPOS, Adalgisa Arantes. *A terceira devoção do Setecentos mineiro: o culto a São Miguel e almas*. São Paulo, Doutorado. FFLCH-USP, 1994, 3-4; 13; 52; 89; 118; 167-168; 262-263; 311-317; AGUIAR, M. M. *Vila Rica dos confrades: a sociabilidade confrarial entre negros e mulatos no século XVIII*. São Paulo: FFLCH-USP, 1993, Mestrado, pp. 263-264.

comprometeram as Igrejas, foram executados.<sup>17</sup> Mas o ouvidor da comarca de Vila Rica compilava vários papéis e relatos de pessoas que andaram pela região desde os primeiros movimentos de sua ocupação. Provara que muitos sodalícios haviam sido fundados antes da chegada do bispo, e que as suas contas não poderiam ser apresentadas aos visitantes. Entre relatos sobre os rendimentos do bispado, o clero, irmandades e paróquias, o Códice Costa Matoso contém centenas de documentos que mostram que a capitania de Minas Gerais se organizava, nos primórdios dos descobrimentos auríferos, em meio a uma violência extrema, crises de fome e de abastecimento.<sup>18</sup>

Como ressaltou Caio Boschi, o Estado, no princípio, não estabeleceu, em linhas precisas, uma política para a região. Uma legislação dispersa, de cunho acentuadamente absolutista, destacava a lei que proibiu a entrada de religiosos seculares, sob a alegação de que estes eram os responsáveis pelo extravio do ouro e por insuflar a população ao não-pagamento de impostos. Todavia, observa-se uma presença marcante de numeroso clero a edificar majestosos templos, os quais são, ainda hoje marcos da civilização que se criou em função da exploração aurífera. O autor defende que parte da explicação destas circunstâncias encontra-se no estudo das irmandades constituídas por leigos. De modo que parecia importante ao Estado e à Igreja, em uma forma de convergência de seus objetivos de doutrinação e apaziguamento social, deter o avanço da violência e do extravio de riquezas. Diante disso, defende o autor, “toda a vida religiosa da nova capitania passou a ser acionada por associações leigas.”<sup>19</sup>

Na segunda metade do século XVIII, as pressões metropolitanas no sentido de reprimir o contrabando e os extravios de riquezas e aumentar a eficácia dos mecanismos de administração da justiça e aplicação das

<sup>17</sup> “Relatório do episcopado de Mariana para a Sagrada Congregação do Concílio Tridentino”, § 5.º, p. 83. In: CADERNOS Históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana: os Relatórios Decenais enviados à Santa Sé – Visitas *Ad Limina*, Vol. 3. Organização e notas do Monsenhor Flávio C. Rodrigues. Mariana: Ed. Dom Viçoso, 2005, pp. 81-82.

<sup>18</sup> CÓDICE Costa Matoso. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das Minas na América que fez o Doutor Caetano da Costa Matoso, sendo ouvidor geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em Fevereiro de 1749 & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/CEHC, 1999. (Mineiriana. Série Obras de Referência).

<sup>19</sup> BOSCHI, Caio César, Op. Cit., pp. 2-3; p. 59.

punições foram intensificadas. Isto se observou de forma mais incisiva, com a organização das Juntas de Justiça em todos os lugares onde houvessem ouvidores. Estas circunstâncias devem ser situadas no contexto das Reformas Pombalinas, em curso em Portugal, com a ascensão do ministro de dom José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal. Elas iniciavam, em meados do século XVIII, um processo de mudanças jurídico-administrativas e económicas em Portugal. Isto se deu de modo especial com as providências por ele capitaneadas para a reconstrução de Lisboa após o terremoto, e a expulsão dos jesuítas. Por seu turno, a organização eclesiástica receberia o impacto das reformas pombalinas.<sup>20</sup>

De igual forma, como apontou Maria Antónia Lopes, as Misericórdias sofreriam maiores intervenções na época pombalina do que nos tempos anteriores, demarcando maior controle, comportamento que também se verifica nos dois reinados posteriores.<sup>21</sup>

Como não poderia deixar de ser, também o bispo dom frei Manuel da Cruz sentiria, em seus provimentos, as diferenças entre as políticas estabelecidas no reinado de dom José I e na de seu pai, Dom João V. Em 1757, informava à Sagrada Congregação do Concílio Tridentino, por meio de Relatório Decenal de sua Visita *Ad Limina* à Santa Sé, que o bispado que assumira em 1748 possuía “quarenta e três igrejas paroquiais maiores, com Reitores colados, três ainda amovíveis e duzentas e oitenta e nove igrejas menores, filiadas às primeiras.”<sup>22</sup>

O trabalho religioso levado a cabo pelo bispo, porém, tendia a uma intensificação na fundação paróquias encomendadas, vez que os provimentos de igrejas coladas pela coroa demoravam anos. Malgrado o fato de os núcleos novos ou em desenvolvimento necessitarem da presença de sacerdotes,

<sup>20</sup> PAIVA, José Pedro. “A Igreja e o poder.” In: AZEVEDO, C. M. (dir.) *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 2 – Humanismos e Reformas, pp. 173-74. MAXWELL, Kenneth. *O Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 168.

<sup>21</sup> LOPES, Maria Antónia. *História Breve das Misericórdias*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 2008, Parte II – De 1750 a 2000. Nos finais da Monarquia Absoluta, pp. 65-66.

<sup>22</sup> “Relatório do episcopado de Mariana para a Sagrada Congregação do Concílio Tridentino”, § 1.º, p. 81. In: CADERNOS Históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana: os Relatórios Decenais enviados à Santa Sé – Visitas *Ad Limina*, V. 3. Organização e notas do Monsenhor Flávio C. Rodrigues. Mariana: Ed. Dom Viçoso, 2005, pp. 81-82.

nem sempre o rei dom José I confirmava os feitos do bispo, ou autorizava as divisões. Estudos apontam que, muitas vezes, a designação dos colados não obedecia a desígnios pastorais, e os resíduos – as diferenças entre receita e despesa - dos dízimos arrecadados pela coroa não eram inteiramente destinados às melhorias da rede paroquial.<sup>23</sup>

O problema era que nas paróquias encomendadas, os fregueses deveriam arcar com o complemento material à igreja e à sustentação do pároco, que não dispunha como os colados, ou perpétuos, da cômgrua anual paga pela Fazenda Real. Os bispos faziam estes provimentos temporários, estabelecendo as paróquias chamadas encomendadas. Seus párocos eram amovíveis e não selecionados através de concursos. Deles se fazia a única exigência de idoneidade moral. Deveriam ser sustentados pela comunidade. Esta situação tornou usual a cobrança das conhecenças; eram bilhetes de confissão, pagos por ocasião das desobrigas. Como todos tinham de se confessar na quaresma, os párocos, a quem pertencia a contribuição, faziam o recenseamento de seus paroquianos, casa por casa, e davam bilhetes como talões de recibos, por cabeça dos maiores, que comungavam, e a metade, por cabeça dos menores, que não comungavam. Da mesma forma, cobrava-se também os chamados pés-de-altar: emolumentos pagos pelos batismos, casamentos e funerais. Os párocos alegavam que as cobranças reuniam muito pouco para seu sustento. Por outro lado, o fardo se revelava pesado frente a pobreza dos fregueses.<sup>24</sup>

Neste universo de pobreza e proliferação das devoções populares, era compreensível que a hierarquia eclesiástica temesse a atuação de benzedores e feiticeiros. Como ressaltou Fernando Torres-Londoño, benzedores eram

<sup>23</sup> FONSECA, C. D. *Des terres aux villes de l'or: pouvoir et territoires urbains dans Minas Gerais aux XVIII<sup>e</sup> siècle*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, pp. 86; 96-97.

<sup>24</sup> VASCONCELLOS, Diogo de. *História do bispado de Mariana*. Belo Horizonte: Edições Apollo, 1935. (Biblioteca Mineira de Cultura), p. 19; TORRES-LONDOÑO, Fernando. (Org.) *Paróquia e Comunidade*. Op. Cit., pp. 57-60; CÓDICE Costa Matoso. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das Minas na América que fez o Doutor Caetano da Costa Matoso, sendo ouvidor geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em Fevereiro de 1749 & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/CEHC, 1999. (Mineiriana. Série Obras de Referência). Vol. 2. Verbetes “Pároco”, “Vigário Colado” e “Vigário Encomendado”.

personagens incômodos à cúria episcopal. A Reforma Católica conseguiu, “por cooptação ou marginalidade controlar as devoções populares”. Assim, desclassificou, através do discurso acerca da ignorância religiosa, rezadores, benzedeiros e demais lideranças religiosas leigas, que desde a colônia vinham disputando o monopólio do sagrado com os párocos.<sup>25</sup>

Como ressaltou Fernando Torres-Londoño, “ficou evidente a importância da paróquia para a administração da igreja desde o período colonial. Através dela, a instituição eclesiástica, com sua hierarquia e seu corpus normativo, se fez presente.”<sup>26</sup>

### **3. O Estado e a Igreja em Minas Gerais: a propósito de algumas formas de condicionamentos aos pedintes**

Em seu Relatório Decenal de 1757, à Sagrada Congregação do Concílio de Trento, o bispo de Mariana ressaltava, que não havia na diocese nenhum mosteiro de regulares, cujo demasiado relaxamento havia censurado, “mesmo os de Portugal que transitam impunemente por estas plagas bastante extensas. Mas eu me apliquei em contê-los nos claustros de suas Ordens e nos limites das Dioceses: remédio mais eficaz, contudo, ao afastamento deles trouxeram as Ordenanças do Rei ameaçador. Assim ficou totalmente livre a diocese de semelhantes pessoas vadias; permaneceram somente aqueles Sacerdotes estrangeiros que servem ao ministério dos Sacramentos.”<sup>27</sup>

Acerca do exercício da caridade na capitania de Minas Gerais, dom frei Manuel da Cruz informava:

Desde os primórdios de sua criação até hoje, a Igreja de Mariana toma vulto, mas não se faz conhecida por nenhum Montepio, nenhum estabelecimento de Misericórdia Pública. Em determinada vila, a pouca

<sup>25</sup> TORRES-LONDOÑO, Fernando. (Org.) *Paróquia e comunidade no Brasil: perspectiva histórica*. São Paulo: Paulus, 1997, pp. 6-11- Introdução.

<sup>26</sup> TORRES-LONDOÑO, Fernando. (Org.) *Paróquia e comunidade no Brasil*, Op. Cit., p. 6 – Introdução.

<sup>27</sup> “Relatório do episcopado de Mariana para a Sagrada Congregação do Concílio Tridentino”, op. Cit., § 4º, p. 83.

distância daqui, um único hospital, construído com poucos recursos no começo da criação do bispado, pode assistir pequeno número de enfermos (...)<sup>28</sup>

Os títulos das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia que tratam da regulamentação das esmolas denotam o temor de que as esmolas se tornassem, para alguns, um meio de vida. A hierarquia eclesiástica não ignorava o fato de existirem muitos esmoleres a pedir pelas circunscrições eclesiásticas da sua jurisdição. Assim, observa-se que, por meio do discurso pastoral propagado nas paróquias e capelarias, os interdições e condicionamentos seriam impostos aos esmoleiros e pedidores.

Assim verifica-se, na capitania de Minas Gerais, àquela altura, uma convergência entre as ações dos dignitários de cargos seculares e eclesiásticos para efectuar o controlo das licenças para os esmoleres e interditar os pedintes. Em 31 de Dezembro de 1754, o secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte-Real emitiu um aviso, em Lisboa, no qual determinava a Estêvão de Menezes, o Marquês de Penalva, que ordenasse aos ouvidores e ministros do bispado de Mariana que não consentissem que os eremitas permanecessem pedindo esmolas, a não ser com a licença do bispo daquela diocese, Dom Frei Manuel da Cruz. A coroa legitimava, deste modo, a proibição às esmolas, anunciada pela cúria.<sup>29</sup>

Naquele contexto, a hierarquia eclesiástica assumia um papel de fiscalização e condicionamento do espaço público. Sendo assim, os oficiais da cúria episcopal deveriam analisar cuidadosamente a devoção do eremita e os casos nos quais poderiam conceder licenças, obrigatórias para que pudessem arrecadar quaisquer fundos. Era, ainda, condição *sine qua non* que, caso obtivessem as licenças, eles só pudessem pedir dentro dos prazos e lugares determinados pela câmara episcopal. Ainda, orientava-se que, quando concedidas, as licenças para esmoleres e ermitões com caixinhas

<sup>28</sup> “Relatório do episcopado de Mariana para a Sagrada Congregação do Concílio Tridentino”, op. Cit., § 5º, p. 84.

<sup>29</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, AHU/MG/Lisboa, 31/12/1754, Cx. 66, doc. 72. Aviso de Diogo de Mendonça Corte-Real, determinando ao Marquês de Penalva, Estêvão de Menezes, que ordene aos ouvidores e ministros do Bispado de Mariana que não consentam que os eremitas estejam pedindo esmolas, somente com licença do Bispo Dom Frei Manuel da Cruz, da referida diocese.

deveriam ser sempre curtas e condicionadas a períodos de tempo e lugares determinados. Os pedidos de esmolos deveriam acontecer apenas nos adros de algumas igrejas, mediante certidão jurada diante dos párocos e esclarecimentos do pedinte, se pedia esmolos por devoção ou promessa que houvesse feito.<sup>30</sup>

Quando o pedinte não contava com a devida sanção, na forma de licença *in scriptas*, poderia ser preso e ter todo o seu montante arrecadado confiscado. Estes procedimentos eram regulamentados pelas Constituições da Bahia, que justificavam-no pelos enganos e falsidades possibilitados pela prática de pedir esmolos.<sup>31</sup>

Desta forma, o controlo das esmolos e os esmoleros constituíram matéria de consensos entre eclesiásticos, agentes seculares e conselheiros ultramarinos, no século XVIII. Consensos que se reverteriam em taxativos interditos, impostos aos pedintes na Capitania de Minas, sob pena de prisões, perseguições e confisco de cofres. Nota-se que dom Frei Manuel da Cruz, primeiro bispo de Mariana, adotava a justificativa das Constituições, no sentido de crer que o trato com os esmoleros pedia semelhante cautela, pelo risco de suas licenças contribuírem para a atenção de interesses próprios, transformando a devoção num negócio.<sup>32</sup> Ao pároco caberia a interdição aos ermitães com caixinhas e o poder de detê-los, segundo documento do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana:

---

<sup>30</sup> Copiador de algumas cartas particulares do Excelentíssimo e Reverendíssimo. Dom Frei Manuel da Cruz (1739-1762), fl. 106v. Transcrição, Organização e notas de Aldo Luiz Leoni. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2003. Brasília: Editora do Senado, 2009. Copiador de algumas cartas particulares de Dom Frei Manuel da Cruz. Organização de Monsenhor Flávio Carneiro Rodrigues e Maria José Ferro. Mariana: Dom Viçoso, 2008., fls.183v.

<sup>31</sup> CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia, Feitas e Ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Dom Sebastião Monteiro da Vide. São Paulo: Tipografia 2 de Dezembro, 1853. Livro IV. Título LXIII: Das esmolos, questores e pedidores. Que não haja questores e pedidores de esmolos, e como se procederá contra eles, parágrafos 876-878; Título LXIV: Que ninguém peça esmolos em licença, e como se concederá, Parágrafo 879-882.

<sup>32</sup> Copiador de algumas cartas particulares do Excelentíssimo e Reverendíssimo. Dom Frei Manuel da Cruz (1739-1762). Transcrição, Organização e notas de Aldo Luiz Leoni. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2003. Brasília: Editora do Senado, 2009. Copiador de algumas cartas particulares de Dom Frei Manuel da Cruz. Organização de Mons. Flávio Carneiro Rodrigues e Maria José Ferro. Mariana: Dom Viçoso, 2008, fls.183v.

Achando o reverendo pároco ou capelães das capelas que algum ermitão anda com hábito e caixinha pedindo esmolas sem a licença de sua Excelência Reverendíssima ou de seus visitantes, lhes poderá sequestrar as esmolas, caixinha e hábito que tem e terão com o dito ermitão, procedendo ao vigário da vara da comarca, informando-se juntamente se o dito tem mais esmolas guardadas em alguma parte, de que também darão conta ao vigário da vara.<sup>33</sup>

Outras justificativas seriam apresentadas para aquela severidade: o livre exercício dos pedintes abria uma perigosa margem a heterodoxias.<sup>34</sup>

Em estudo clássico sobre a pobreza na capitania conhecida pela riqueza aurífera e a opulência, a historiadora Laura de Mello e Souza demonstrou como as autoridades coloniais, civis e eclesiásticas, se locupletavam na repressão e nos condicionamentos às pessoas vadias e ociosas. Naquele contexto, as festas e as cerimônias públicas eram um instrumento de representação hierárquica, que simulava a ilusão de congraçamento social. Para a autora, o reforço da hierarquia escondia o temor das contestações à tênue e recente ordem estabelecida nas Minas. Segundo Laura de Mello e Souza, a festa, igualando as diferenças, ao mesmo tempo as acentuava, conferindo espaço ao gentio da terra e ao mulato. Compunha um fenômeno de inversão ideológica ao constituir um dos únicos relatos que referiam à opulência de uma sociedade na qual havia extrema pobreza, e que atravessara profundas e recentes crises de fome.<sup>35</sup>

Da mesma forma que as festas e cerimônias públicas, a difusão da mensagem religiosa era outro recurso de persuasão junto às gentes incultas da capitania de Minas Gerais. Atendia, desta forma, ao interesse oficial de controlo social das práticas de assistência à pobreza no bispado, por meio do estímulo às devoções católicas e a veneração dos seus modelos.

<sup>33</sup> Visita do Doutor Visitador Manuel Ribeiro Taborda por Dom Frei Manuel da Cruz delegado à freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem de Cural Del Rei, em 20/08/1753. AEAM, Livro de Disposições Pastorais número 3, prateleira W, fl. 14.

<sup>34</sup> PAIVA, José Pedro. "El Estado en La Iglesia y La Iglesia en el Estado: contaminaciones, dependencias y disidencia entre la monarquía y la Iglesia del reino de Portugal (1495-1640)." *Manuscripts*, 25, 2007, p. 51-52.

<sup>35</sup> SOUZA, Laura de M. e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 2004. pp. 44-52.

#### 4. A caridade na mensagem religiosa: prática e devoção

Todos eram convocados à participação na construção do Reino de Deus. Este trabalho religioso levaria de freguesia em freguesia do bispado de Mariana um discurso incisivo contra os falsos pedintes. Nesse sentido, os pregadores, visitantes e o próprio bispo seriam enfáticos na apresentação de modelos de caridade cristã para a imitação dos fiéis. Assim, ao mesmo tempo em que se estabeleceram condicionamentos aos esmoleres, conforme as constituições do bispado, ermitães e pedintes, a hierarquia eclesiástica realizava um trabalho de exortação, em prol da solidariedade a ser desenvolvida no âmbito institucional. Nos sermões e cartas pastorais, assim como as atas das visitas às freguesias, o discurso pastoral apregoava a caridade.<sup>36</sup>

A promoção da caridade implicava também em uma regulamentação rigorosa das esmolas, as quais deveriam expressar a fé cristã. Praticar a caridade através de piedosas esmolas era parte da missão de todo fiel católico, pois esta era apontada como a virtude mãe. Assim, a prática da solidariedade, nas freguesias, deveria ser colocada a serviço da Igreja. O discurso pastoral apontava os destinos legítimos para as contribuições espontâneas.

Em visita de 1759 à freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Boa Viagem de Curral Del Rei, o Doutor José dos Santos, padre visitante, seguiu esta linha de orientação. Inicialmente, exortava a população ao exercício da caridade, seguindo os divinos exemplos de Jesus, Maria e José. Delegado por Dom Frei Manuel da Cruz, o visitante explicava aos fiéis que deveriam fazê-lo em imitação ao modelo implantado na Sé Catedral do Bispado. Relatava que lá havia uma numerosa irmandade, que possuía como o seu principal exercício “a Santa Caridade. Em seu ofício, os irmãos pediam esmolas tanto de ouro como de mantimentos que se destinariam à distribuição entre os pobres, miseráveis, presos, órfãos, viúvas.”<sup>37</sup>

<sup>36</sup> Visita do doutor José dos Santos à freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem de Curral del Rei, 13/11/1759. Aeam, Seção de Livros Paroquiais, Prateleira W, Livro 3, Disposições Pastorais (1727-1853), fl. 32.

<sup>37</sup> Visita do doutor José dos Santos à freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem de Curral del Rei, 13/11/1759. Aeam, Seção de Livros Paroquiais, Prateleira W, Livro 3, Disposições Pastorais (1727-1853), fl. 32.

Residindo na única capitania da América Portuguesa na qual se permitia circulação de ouro em pó, os fiéis da freguesia deveriam pedir esmolas nos arraiais vizinhos, seguindo o exemplo oficialmente apontado. Os donativos que arrecadassem deveriam ser distribuídos aos mais carentes. Estas acções ficariam aos cuidados do pároco, auxiliado por pessoas “pias e tementes a Deus”. Das contribuições arrecadadas, uma quantia deveria ser reservada. Tratava-se do pré-dote, que se destinava, no caso específico daquela freguesia, em 1759, à compra das imagens dos Três Santíssimos Corações. Esta devoção cada vez mais crescia e se fortalecia, no bispado de Mariana, eleita a representação mais exemplar da perfeita caridade. As imagens dos Três Sagrados Corações haviam sido solenemente entronizadas na catedral em 1755; foi quando houve também muito estrépito, devido às discordâncias de uma parte do cabido.<sup>38</sup>

A hierarquia eclesiástica comandada por dom frei Manuel da Cruz, por sua vez, incentivava a difusão deste culto. As imagens dos Sagrados Corações de Jesus, Maria e José, símbolos da caridade, deveriam ser entronizadas também nas matrizes e capelas das freguesias do bispado, para que os fiéis afervorassem a sua devoção e progredissem naquela santa virtude. Assim como a devoção Mariana, a caridade era apontada como sinal de predestinação dos escolhidos. O culto a Maria Santíssima deveria ser afervorado. A carta pastoral de Dom Frei António de Guadalupe, que ilustrava esta temática, foi novamente publicada e lida aos fiéis.<sup>39</sup>

Percorrendo todo o bispado, o visitador levava a orientação episcopal respeitante às esmolas. Elas eram definitivamente associadas ao dever de todo fiel para com a caridade cristã. Em visita pastoral à freguesia encomendada de Nossa Senhora da Conceição das Catas Altas, o Doutor

<sup>38</sup> Sobre este e outros episódios de conflitos envolvendo a hierarquia eclesiástica de Mariana, vide: TRINDADE, R. O. (Côn.) *A Arquidiocese de Mariana: subsídios para sua História*, 1ª edição. Liceu Coração de Jesus, São Paulo, 1929, 2v; 2ª edição. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953, 2 volumes. SANTOS, Patrícia Ferreira. *Poder e palavra: discursos, contendas e direito de padroado em Mariana (1748-1764)*. 2010 (Estudos Históricos, 83), pp. 207-220 – A mitra e o cabido; pp. 154-168 – A vivência religiosa sensível: a graça e a ira divina).

<sup>39</sup> Visita do doutor José dos Santos à freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem de Curral del Rei, 13/11/1759. Aeam, Seção de Livros Paroquiais, Prateleira W, Livro 3, Disposições Pastorais (1727-1853), fls.33-34.

José dos Santos orientou o vigário encomendado José Bernardo da Costa, para que, com a maior brevidade possível, fizesse pôr nas paredes, as cruces da Via Sacra. Deveria admoestar os fregueses para freqüentá-la e meditar sobre os sofrimentos; assim lucrariam as indulgências pela devoção. O padre José dos Santos agia conforme orientação de Dom Manuel da Cruz. Como mais uma prova de sua confiança neste sacerdote, que tivera uma longa atuação como vigário geral do bispado de Mariana entre 1750 e 1756, o bispo o nomearia visitador geral do bispado de Mariana em carta pastoral de 1760.<sup>40</sup>

As visitas pastorais arrecadavam, àquela altura, fundos oriundos das condenações e multas cometidas aos réprobos e os pecadores públicos – assim, representavam um elo com o tribunal eclesiástico. Conforme as Constituições, o montante arrecadado nas visitas era dividido em três partes: a primeira pertence ao meirinho-geral, a segunda às despesas da justiça, e a terceira à Sé catedral. As visitas pastorais também se afiguravam como ocasiões para apresentar, aos fiéis, os destinos justos e lícitos para as suas contribuições.<sup>41</sup>

Também o ordinário diocesano promovia este trabalho de persuasão, com o recurso das cartas pastorais, de ampla circulação, em todo o bispado, e de leitura obrigatória nos dias de grande concurso de pessoas. O Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição do Monte Alegre das Macaúbas foi apontado pelo primeiro bispo de Mariana como um destino muito agradável a Deus para receber as esmolas dos fiéis. O bispo elogiara também à Sagrada Congregação do Concílio de Trento. Em relatório, apontava-o como um modelo edificante de virtude feminina. Dom frei Manuel da Cruz o havia visitado pessoalmente e relatou aos fiéis as suas impressões: “com edificação grande do meu espírito, achei que as recolhidas vivem com suma perfeição em todos os actos de comunidade”. Explicou aos fiéis como era a vida delas: frequentavam “com activo fervor o coro,

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> Copiador de algumas cartas particulares do Excelentíssimo e Reverendíssimo. Dom Frei Manuel da Cruz (1739-1762). Transcrição, Organização e notas de Aldo Luiz Leoni. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2003. Brasília: Editora do Senado, 2009. Copiador de algumas cartas particulares de Dom Frei Manuel da Cruz. Organização de Mons. Flávio Carneiro Rodrigues e Maria José Ferro. Mariana: Dom Viçoso, 2008. fls. 112v; 114-115v; 173v; 209v-210.

em que além do ofício divino que rezam primorosamente, meditam também os mistérios do Rosário de Nossa Santíssima Mãe e Senhora Maria Santíssima, rezando outrossim muitas preces e devotas orações”. No entanto, asseverava, “com grande mágoa minha achei que muitas pessoas por não saberem da virtude com que as mesmas recolhidas vivem, se esquecem de as socorrer com suas esmolas de que muito carecem para a comodidade da vida”. Assim, recomendara ao reverendo pároco e capelães que exortassem a seus fregueses e aplicados para que se compadecessem das freiras em suas esmolas. Assim, eatariam a contemplar um “propugnáculo fortíssimo contra o Inferno e um poderoso escudo desta capitania de Minas, e posto destes respeitos, exorto também às pessoas que fazem testamentos na sua freguesia lhes queiram deixar seus legados e esmolas”. Como contrapartida, o bispo garantia aos benfeitores: “receberão grandes retribuições assim nesta vida como na Eterna”.<sup>42</sup>

Outro destino indicado à generosidade dos testadores e dos demais fiéis foi o sustento do Seminário fundado pelo primeiro bispo de Mariana em 20 de Dezembro de 1750. Dom Frei Manuel da Cruz o construíra logo que assumiu a diocese, em atenção às directrizes tridentinas e à orientação da bula de sua nomeação. Na época, o bispo sonhara poder entregá-lo à direcção do padre jesuíta Gabriel Malagrida. Era seu grande amigo pessoal, o fervoroso padre, e velho companheiro de pregações nos sertões do nordeste. Porém, durante o ministério pombalino encontraria um trágico e absurdo fim. Em 1761, foi perseguido em Lisboa, e preso e condenado pela Inquisição, sob a influência do Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo.<sup>43</sup>

Na região mineradora, a dificuldade dos moradores de garantir estudos aos seus filhos foi o mote para a consecução da provisão régia de Setembro de 1748, que ordenava a criação do seminário. Afirmava o bispo que “todo este dinheiro procedeu de esmolas que os fiéis deram para o seminário e juntamente de doações que lhe fizeram e de legados pios”.<sup>44</sup> Os registos

<sup>42</sup> Pastoral de sua Excelência Reverendíssima, D. Manuel da Cruz, julho de 1761. AEAM, Secção de Livros Paroquiais, prateleira W, Livro 3, Disposições Pastorais (1727-1853), fl. 33-34.

<sup>43</sup> AZEVEDO, João Lúcio de. *O marquês de Pombal e a sua época*. Lisboa: Alfarrábio, 2009, pp. 121-122.

<sup>44</sup> TRINDADE, R. O. (Cón.) Op. Cit., vol.1, p. 378-379.

evidenciam que sobrevivia à custa das esmolas e benfeitorias de alguns fiéis. À época da fundação da instituição de ensino, augurava o bispo a Dom João V que “para se fazer um dormitório novo pelo tempo adiante não hão-de faltar esmolas, pois todo este povo está com muito gosto, e alvoroço, neste novo seminário”.<sup>45</sup>

Com efeito, os fiéis do bispado corresponderam à comprovada vocação do primeiro bispo para com o ensino e a formação sacerdotal. Em sua provisão de fundação do seminário, Dom Frei Manuel da Cruz esclarecia a sua invocação - Nossa Senhora da Boa Morte - e a localização, nas casas compradas ao Cónego Francisco Ribeiro da Silva por doze mil cruzados. Gratificado, dom frei Manuel da Cruz esclarecia “*que se lhe satisfizeram do produto das esmolas dos fiéis cristãos*”. Os rendimentos do seminário, declarados pelo próprio bispo, envolviam as chácaras com casas que rendiam juntas 452\$363. Havia, ainda, um pecúlio no valor de 6: 845\$250, que estavam a juros “a seis e quatro por cento e importam em cada hum ano 427\$828”, rendimento ao qual se somava a quantia de 880\$191 e ainda “vinte mil cruzados para se comprar uma ou duas fazendas de gado no sertão”, para o sustento dos padres mestres e para a continuidade das obras, “com o dinheiro acima e com as esmolas que se forem adquirindo.”<sup>46</sup>

José de Torres Quintanilha, benfeitor abastado, havia doado uma chácara à Rua da Olaria, que confrontava com a estrada pública que conduzia à freguesia de Guarapiranga, e pelos fundos, com o mesmo antigo Córrego da Intendência. Doou também um escravo para o serviço do seminário, sob condição de poder se transferir para lá e viver gratuitamente até completar

<sup>45</sup> Copiador de algumas cartas particulares do Excelentíssimo e Reverendíssimo. Dom Frei Manuel da Cruz (1739-1762). Transcrição, Organização e notas de Aldo Luiz Leoni. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2003. Brasília: Editora do Senado, 2009. Copiador de algumas cartas particulares de Dom Frei Manuel da Cruz. Organização de Mons. Flávio Carneiro Rodrigues e Maria José Ferro. Mariana: Dom Viçoso, 2008., fls. 112v; 114-115v; 173v; 209v-210.

<sup>46</sup> Copiador de algumas cartas particulares do Excelentíssimo e Reverendíssimo. Dom Frei Manuel da Cruz (1739-1762). Transcrição, Organização e notas de Aldo Luiz Leoni. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2003. Brasília: Editora do Senado, 2009. Copiador de algumas cartas particulares de Dom Frei Manuel da Cruz. Organização de Mons. Flávio Carneiro Rodrigues e Maria José Ferro. Mariana: Dom Viçoso, 2008., fls. 112v; 114-115v; 173v; 209v-210.

seus estudos ou falecer. Deveriam, ainda, ser rezadas, à capela, três missas por semana em sua intenção, perpetuamente.<sup>47</sup>

## 5. Concessões, abusos e contestações no contexto da capitania do ouro

Na documentação do Juízo Eclesiástico do bispado de Mariana, cujo acervo reúne as provisões concedidas pelo foro gracioso, bem como as demandas do foro contencioso, podem também ser localizadas muitas petições nas quais religiosos de outros bispados solicitam licenças e contribuições daquela diocese, considerada rica. Este foi o caso deste processo, encontrado no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, no qual o Frei João de Monserrate Cotia se dirigia ao cabido em sede vacante, como “seu irmão mais afetuoso e certo venerador”, com uma petição, fazendo súplica de esmolas. Explicava que escrevia “para lhes fazer evidente o estado de pobreza e opressão a que está reduzido este convento (que estava) em tal empenho que só por meio de uma infatigável diligência ajudada da piedade dos fiéis poderá respirar da opressão em que se vê.”<sup>48</sup>

Outrossim, na região de Minas Gerais também se buscou arrecadar esmolas para a construção de um Seminário na diocese de Coimbra. Através de uma carta em 1753, Dom Frei Manuel da Cruz solicitava a devida permissão, pelo Conselho Ultramarino, “havendo no bispado de Coimbra uma universidade pública e muitos estudos públicos, está o bispo daquela diocese fundando actualmente um seminário, e além de lhe ter unido alguns benefícios, mandou com licença de Vossa Majestade pedir esmolas nesse bispado”.<sup>49</sup>

Na documentação do foro contencioso do juízo eclesiástico, há, por outro lado, denúncias e testemunhos de petições ilícitas de esmolas, bem como furtos e usos indevidos.<sup>50</sup> O cotejo destes casos de concessões e demandas

<sup>47</sup> TRINDADE, R. O. (Côn.) *Arquidiocese de Mariana: subsídios para sua História*, 2ª Ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953, vol.1, p. 379.

<sup>48</sup> AEAM. Foro Gracioso, Epistolário dos Bispos, 1619. São Paulo, 20 de jul. de 1783.

<sup>49</sup> TRINDADE, R. O. (Côn.) Op. Cit., vol.1, p. 378-379.

<sup>50</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana – AEAM. Juízo Eclesiástico, processos/ números: 2768, fl. 220-221; 2756 – cobranças por esmolas estipuladas em testamento, fl. 134v; 2786 – exemplo do sacerdote que arrecada esmolas para utilizar na

fazem notar que, controlando as formas de arrecadações das esmolas no bispado de Mariana, os representantes da Igreja indicavam aos fiéis os destinos merecedores das contribuições, e, por outro lado, procuravam conter os abusos e usos oportunistas.

As esmolas poderiam, ainda, originar novos tributos. Isto era algo bem pior do que a tentativa de arrecadar fundos em situações especiais. As duas circunstâncias se fizeram notar em Minas Gerais. À ocasião da notícia do terremoto de Lisboa, a partir de 1755, houve uma comoção geral no bispado. A cúria episcopal realizou persistentes apelos à população, para que fizessem contribuições e donativos. A calamidade gerou um imposto, cobrado pelas câmaras municipais, que se estenderia até o século XIX, para a reconstrução de Lisboa. Em vão, ao longo de todo o século XVIII, as câmaras de diversas vilas questionaram a manutenção do imposto denominado “Subsídio voluntário”, fundamentadas nas queixas dos povos sobre as pesadas taxas que já pagavam em Minas Gerais.<sup>51</sup>

Outrossim, as chamadas Bulas da Santa Cruzada incomodaram a ponto de suscitar protestos anônimos, que circularam nas freguesias do bispado de Mariana. Conforme o discurso pastoral, a contribuição existia para financiar as causas da Igreja. A Bula da Santa Cruzada se destinava à defesa dos domínios católicos na África, apesar de haverem sido desviados por ocasião da dominação de Castela. Os fiéis deveriam tomar bulas – ou seja, adquirir bilhetes, e depositar contribuições, em ocasiões determinadas pela hierarquia episcopal em troca de indulgências. A exortação a tal prática dava-se às missas e também por meio das visitas pastorais. No ano de 1756 o Doutor Teodoro Ferreira Jácome questionava em visita a ausência da caixa com furo para arrecadar as contribuições para a Bula da Santa Cruzada. Reclamava que pela falta da caixa na matriz e capelas da freguesia, os cofres das bulas

---

construção de igreja é usado em sua defesa em processo pelo qual responde, no tribunal eclesiástico, por depredação de patrimônio, fl. 29-29v; 4519 – sobre a utilização das esmolas pela Venerável Ordem Terceira do Carmo de Mariana, fl. 39v-40. Sobre o uso das esmolas e o sumiço dos livros de contas da Irmandade das Almas, processo 2922 – 01-03-1782. Sobre a concessão de esmolas como socorro em hora de necessidade, vide o mesmo fundo, processos 2894B – 09-02-1767 e processo 2791 – 26-01-1773. Sobre furto das esmolas da Irmandade do Rosário: Epistolário dos Bispos, n. 1600. Processo n. 2942 – 1765.

<sup>51</sup> FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2004.

experimentavam “grandes prejuízos e os penitentes gravíssimos danos em suas consciências.” Para remediar estes danos, mandava ao pároco que fizesse ciente ao Reverendo Doutor Félix Simões de Paiva, Comissário da Bula, no tempo de três meses, para que mandasse ordem ao Tesoureiro, ou o Mamposteiro da Bula, e pusesse na Igreja “uma caixa com o letreiro por cima que diga ‘Caixa da Bula da Cruzada’ fechada com duas chaves das quais uma terá o reverendo pároco e outra terá o dito tesoureiro, com um buraco por cima por onde se lancem as ditas esmolas”. A caixa de esmolas deveria ficar em lugar público e o Reverendo Pároco informaria aos capelães e os confessores, para ficarem cientes de sua existência. Estes mandassem seus penitentes lançar as ditas esmolas nos casos que acharem nos confessionários as ditas aplicações”.<sup>52</sup>

As disputadas esmolas se revelavam incômodas. Uma carta pastoral de Dom Frei Manuel da Cruz denunciava a distribuição de panfletos anônimos contra à Bula da Santa Cruzada, incidente pelo qual responsabilizava os párocos do bispado. Alguns párocos não faziam a publicação da Bula na terceira Domingo do Advento de cada um ano como lhes foi ordenado e 1759. Outros faltam em mandar certidões de quantas mil pessoas há nas suas freguesias e destas pouco mais ou menos quantas poderão tomar Bula de meia oitava, quantas de meia pataca, quantas de quatro vinténs, e nisso acreditava que os movia uma grande displicência. Outros párocos não querem assistir junto a alguns tesoueiros da Bula a abertura da caixinha, que deve haver em cada uma das matrizes e capelas. Estas deveriam ser abertas na presença de ambos e passar o pároco a certidão ex-officio do rendimento.<sup>53</sup>

O bispo exortava a todos que abominassem e detestassem semelhantes doutrinas e orientava que os pregadores e confessores assim os persuadissem e aconselhassem nos púlpitos e confessionários para benefício espiritual dos nossos diocesanos, movendo-os a que tomem Bula não só para si, mas também para seus filhos e escravos, pois é grande lástima que estes

<sup>52</sup> Visita do Doutor Teodoro Ferreira Jácome à freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem de Curral Del Rei, em 29/10/1756. AEAM, Livro de Disposições Pastorais número 3, prateleira W, fl. 23.

<sup>53</sup> Pastoral de Sua Excelência Reverendíssima Sobre a Bula da Santa Cruzada, de 10/03/1762. AEAM, Secção de Livros Paroquiais, Prateleira H, Livro 14 de Visitas e Fábrica, fl. 112v-113v.

deixem de lucrar tão inexplicáveis e preclaras indulgências e outras graças por não despenderem seus senhores uma tenuíssima esmola em lhes tomar Bula.<sup>54</sup>

Para dom frei Manuel da Cruz, alguns Párocos, Capelães e outras Pessoas Eclesiásticas, erradamente instruídas, aconselham que na suposição de se pagar o quinto da Bula, por ser diminuído o valor do ouro por arbítrio e mandado régio, os podem tomar de menor preço de que aquela porque estão obrigados a tomar, sem advertirem que a Bula de dois vinténs só vale aos filhos de famílias, aos escravos e aos pobres mendicantes. Os mais, orientava, a devem tomar de esmola de quatro vinténs de meia pataca e de meia oitava, conforme os seus juro e rendimentos. Os cabeças de casal, marido, mulher, devem tomar ambos do mesmo preço por serem ordens comuns.<sup>55</sup>

Algumas pessoas, apontava o bispo, mandavam vir Bulas do Rio de Janeiro pela esmola em que lá estão taxadas. Condenando a manobra, que assim “lhes não vai causar alguma das graças na mesma Bula concedidas”. Mostrava-se, ainda, bastante incomodado pois soubera que “na Vila de São João Del Rei houve quem esquecido do carácter de fiel católico espalhou papeis contra a Bula dizendo que não era necessária porque também não a havia em Alemanha e no Reino de França”. Acusava a falsidade do panfleto, que causava “murmuração” entre os fiéis: “de cuja repreensível doutrina se incitou talvez o abominável sussurro e rumor que se tem espalhado de que se não deviam tomar Bulas porque impedido o recurso à Cúria Romana estar acabado o Breve da Concessão.” Explicava o bispo que não houera a publicação na corte de Lisboa, porque no primeiro domingo de Julho de 1761 fora o dia o Beija-Mão a Sua Majestade Fidelíssima e Altezas pelos anos do Sereníssimo Senhor Infante Dom Pedro. Assim constava da Pastoral que expediu o Ilustríssimo Comissário da Santa Cruzada.<sup>56</sup>

<sup>54</sup> Pastoral de Sua Excelência Reverendíssima Sobre a Bula da Santa Cruzada, de 10/03/1762. AEAM, Secção de Livros Paroquiais, Prateleira H, Livro 14 de Visitas e Fábrica, fl. 112v-113v.

<sup>55</sup> Pastoral de Sua Excelência Reverendíssima Sobre a Bula da Santa Cruzada, de 10/03/1762. AEAM, Secção de Livros Paroquiais, Prateleira H, Livro 14 de Visitas e Fábrica, fl. 112v-113v.

<sup>56</sup> Pastoral de Sua Excelência Reverendíssima Sobre a Bula da Santa Cruzada, de 10/03/1762. AEAM, Secção de Livros Paroquiais, Prateleira H, Livro 14 de Visitas e Fábrica, fl. 112v-113v.

Muito provavelmente tal carta pastoral foi expedida em atenção ao prometido ao Comissário Geral da Bula da Santa Cruzada, Paulo de Carvalho e Mendonça em 1761; pois o bispo havia respondido a uma carta deste dignitário, garantindo diligências para apurar o culpado “pelos escandalosos erros contra a Bula da Santa Cruzada”, e que se fosse eclesiástico, “lhe darei a conhecer os seus abomináveis erros, pela justiça”.<sup>57</sup>

Na Europa, estudos apontam descontentamentos dos fiéis e até um certo descrédito em relação aos sacramentos, que remontavam a longa data. Há processos no Santo Ofício sobre as farras críticas dos cristãos-velhos pelas vendas de bulas. Havia também denúncias de pessoas que declaravam não acreditar em seus benefícios. Duvidava-se das indulgências concedidas, das contas bentas, da absolvição dos pecados e da salvação das almas.<sup>58</sup>

Nas Minas Setecentistas, este descrédito não deixava de atingir a hierarquia eclesiástica e o clero. Especialmente em fins do século XVIII, quando a população já estava sobrecarregada devido à pesada carga de tributos metropolitanos e o esgotamento das jazidas auríferas, com claros sinais de decadência das zonas mineradoras. Os moradores de freguesias encomendadas arcavam, ainda, com as custas dos serviços eclesiásticos, festas, construções, reformas de templos e hospitais. Estudos apontam que a situação nas Minas favorecia que a miséria abrisse um profundo abismo social entre os privilegiados e a multidão de pedintes, vadios, aventureiros e desgraçados que, a não morrer de fome ou doenças, viviam de esmolas.<sup>59</sup> Por outro lado, conforme indicam estudos, o controle das instituições de

---

<sup>57</sup> Copiador de algumas cartas particulares do Excelentíssimo e Reverendíssimo. Dom Frei Manuel da Cruz (1739-1762). Transcrição, Organização e notas de Aldo Luiz Leoni. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2003. Brasília: Editora do Senado, 2009. Copiador de algumas cartas particulares de Dom Frei Manuel da Cruz. Organização de Mons. Flávio Carneiro Rodrigues e Maria José Ferro. Mariana: Dom Viçoso, 2008., fls. 112v; 114-115v; 173v; 209v-210.

<sup>58</sup> De acordo com Carlo Ginzburg, muitas contestações e críticas panfletárias sugeriam descrédito em relação aos sacerdotes e benefícios eclesiásticos na Europa à época das Reformas. GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Trad. M. B. Amoroso. Trad. dos poemas José P. Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 39.

<sup>59</sup> SOUZA, L. M. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e Religiosidade Popular no Brasil Colonial*. 9ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 100.

assistência e os mecanismos de arrecadação de esmolos, era um negócio bastante rentável para a Igreja e para a coroa.<sup>60</sup>

Assim, não obstante aquele universo de pobreza e temor, predominante na capitania, as ações coordenadas da hierarquia eclesiástica e da coroa visavam persuadir os sectores da população que podiam contribuir. Talvez guardassem algum lastro da reacção metropolitana contra o extravio das contribuições públicas, na defesa das preocupações com a arrecadação na região. Certamente as autoridades não assistiriam inertes à ampliação de mais um canal de fuga de recursos: as esmolos. O panorama local não era dos mais tranquilos, uma vez que boa parte das correspondências das autoridades da Fazenda e do Governo da Capitania a Lisboa tratavam de medidas contra os descaminhos e de pesquisas para o aumento da produção aurífera. Tudo isso evidencia as dificuldades para se fazer funcionar a engrenagem da administração, fisco e defesa, e ainda controlar as brechas de extravios de riquezas. O fisco era aspecto fundamental para o funcionamento da máquina administrativa, especialmente se situarmos os fatos no conturbado contexto internacional, como os conflitos entre as potências europeias, na Guerra dos Sete Anos.<sup>61</sup>

A carta pastoral que acusava os erros e murmurações contra a bula da Santa Cruzada foi uma das últimas da vida de Dom Frei Manuel da Cruz. Naquele mesmo ano, em razão de grave enfermidade do bispo, o doutor Teodoro Ferreira Jácome passou a governar o bispado e administrar o seminário. O solene testamento era tipicamente barroco e coerente com a doutrina apregoada nos sermões ascéticos e nas dezenas de cartas pastorais por meio das quais se dirigira aos diocesanos: a caridade com os vivos e com os falecidos, as esmolos e o culto a São Bernardo de Claraval, aos Três Sagrados Corações, bem como as orações e missas. Muitas missas de corpo presente. Apenas no território do bispado, seriam 300, na Sé e igrejas da cidade; 200 no altar privilegiado do Sagrado Coração de Jesus,

<sup>60</sup> SILVA, Renata Rezende. *Entre a ambição e a salvação das almas: a atuação das ordens regulares em Minas Gerais (1696-1759)*. São Paulo, 2005. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, dissertação de Mestrado, p. 139.

<sup>61</sup> WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José C. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 211.

Maria e José da catedral; 100 na capela do seminário, pelos padres que ali residissem; 100 no Recolhimento das Macaúbas. No Rio de Janeiro, encomendava-se 200 missas na capela dos Barbadinhos e 200 na igreja de Santa Eulália. Em Portugal, deviam ser celebradas 200 missas na igreja de Santo André de Cristellos, no bispado do Porto, e 1600 missas na igreja dos capuchinhos de Arrifana de Sousa.<sup>62</sup>

## Conclusões

Neste estudo analisamos, a partir de textos oficiais e anónimos do século XVIII, as acções coordenadas da hierarquia eclesjástica e da coroa, no sentido de reprimir a acção dos esmoleiros. Este trabalho coercitivo se realizou ao mesmo tempo em que as instituições coloniais apregoavam um discurso em prol da solidariedade pelas vias institucionais, visando a delimitar as práticas de caridade aos círculos das paróquias e capelas do bispado. Estas aproximações nos ajudam a destacar algumas conexões entre os mecanismos do Estado e do episcopado, para consolidar sua presença nos territórios de conquista cuja manutenção exigia constante articulação e estratégia. Ainda que não o fizessem sem conflitos e dissensões, a orientação do padroado régio ultramarino era a de incentivar a união de forças centrípetas convergindo para a consolidação do mando metropolitano na capitania de Minas Gerais.

Ao mesmo tempo, deve-se ressaltar que as práticas da população, bem como os relatos de abusos e furtos revelam algumas reações que estão bem longe da passiva recepção da mensagem oficial. Ao contrário, as murmurações e transgressões sugerem um comportamento tenaz, da parte dos leigos, que não hesitavam em lançar mão das frestas do sistema e transgredir a norma, a procurar livrar-se dos seus liames, bem como da forte carga tributária praticada na capitania do ouro no século XVIII.

<sup>62</sup> TRINDADE, R. O. *Arquidiocese de Mariana*. 1ª Ed., Op. Cit., pp. 178-180.



# Fugindo dos “Grilhões do Cativoiro”: Os Expostos Pretos e Pardos na Casa da Roda da Misericórdia de Lisboa (1780-1807)

Isabel M. R. Mendes Drumond Braga

Professora Auxiliar com agregação e de nomeação definitiva da  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa  
isabeldrumondbraga@hotmail.com

Texto recebido em/ Text submitted on: 01/10/2010

Texto aprovado em/ Text approved on: 30/08/2011

## *Resumo/Abstract:*

A partir dos livros de expostos dos negros registados na Misericórdia de Lisboa no período compreendido entre o início da escrita destas fontes e a saída da Corte para o Brasil, procuramos analisar as questões afectas ao abandono destas crianças a par das políticas desenvolvidas com vista a protegê-las desencadeadas pelas preocupações de José António de Castilho Furtado de Mendonça.

Drawing from the books of the negroes reports registered in Misericórdia of Lisbon between the beginning of writing these documents and the depart of the Court to Brazil, we study the issues regarding the abandonment of these children as well as the policies developed in order to protect them. The latter were aroused by the concerns of José António de Castilho Furtado de Mendonça.

## *Palavras chave/Keywords:*

Expostos; Misericórdia de Lisboa; Negros; Portugal.

Foundling; Misericórdia of Lisbon; Negroes; Portugal.

1. A 17 de Novembro de 1779, um parecer de José António de Castilho Furtado de Mendonça sobre a administração da Casa da Roda de Lisboa, que era feita pela Misericórdia, deu conta de informações preocupantes acerca dos expostos pretos e pardos que entravam naquela instituição: “Como nada há mais precioso que a liberdade, parece que nenhuma coisa deve primeiro importar-nos que os meios de conservá-la aqueles inocentes que a Providência incumbiu ao nosso cuidado, por cujo motivo julgo que o primeiro objecto que devo expor a Vossa Excelência é a infelicidade de alguns enjeitados pretos e pardos, que perdem a liberdade pelos mesmos meios de adquiri-la. Parece isto impossível, mas tem sucedido, e muitas vezes. Algumas daquelas pessoas que os vêm buscar à Casa da Roda para os criarem à custa da mesma, bárbara e furtivamente os vendem, e desta sorte fazem gemer toda a vida nos grilhões do cativoiro os mesmos inocentes, que o privilégio da Roda faz livres, e outros que já o eram. Bem se vê, que este ímpio e tirano roubo necessita do mais pronto e eficaz remédio; a mim me não ocorre outro mais próprio que o seguinte. Primeiramente, os assentos da entrada e saída dos ditos pretos e pardos, julgo se não devem fazer nos livros de entrada e saída dos expostos brancos, mas em outros separados, aonde se possam procurar, por exemplo, os 22 que entrarão no ano de 1778, sem o trabalho e perda de tempo de se buscarem entre o total de 1484 expostos que entraram no mesmo ano. Também lhe pusera por extenso, à margem dos mesmos assentos, os nomes dos meninos, e em breve os das meninas, isto, ao fim de se gastar menos tempo quando se procura hum ou outro exposto. Os referidos pretos e pardos me parece se devem dar às amas-de-leite e seco, acrescentando às ordinárias condições que as primeiras pagarão à Casa da Rosa 15\$000, se acabado o tempo da criação os não vierem entregar, e as segundas 30\$000 caso de não cumprirem a mesma obrigação, pela qual devem também responder aos seus fiadores”<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, coordenação científica de José Pedro Paiva, vol. 7 (*Sob o signo da mudança: de D. José I a 1834*), direcção científica de Maria Antónia Lopes e José Pedro Paiva, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, União das Misericórdias Portuguesas, 2008, pp. 552-553.

Como se pode verificar, José António de Castilho Furtado de Mendonça<sup>2</sup> identificou os problemas e recomendou medidas para os resolver. Estava em causa a perda de liberdade de negros e mulatos que, tendo nascido livres, acabavam por passar à condição de escravos, devido aos abusos daqueles que os deveriam proteger. Recordemos que, em 1761, D. José I tinha determinado que todos os negros que chegassem a Portugal após esta data seriam livres e, anos depois, em 1773, o mesmo monarca havia promulgado a chamada lei do ventre livre, pela qual se estabeleceu que seria livre todo o que nascesse de mãe escrava<sup>3</sup>. Alterava-se, assim, a secular prática que determinava a condição do recém-nascido a partir do estatuto materno.

As preocupações do autor do parecer revelaram outros dados de interesse, nomeadamente a entrada de 1484 expostos no ano de 1778, dos quais 22 eram negros ou mulatos, representando apenas 1,5% do total das crianças abandonadas. Trata-se de uma percentagem muito baixa o que não impediu sensibilidade para o problema e apresentação de soluções, as quais foram tidas em conta pois, a partir de Junho de 1780, tiveram início os livros de entrada e baptismo de pretos e pardos e os livros das amas aos quais os expostos não brancos eram entregues<sup>4</sup>. É a partir desta documentação que iremos analisar, explicar e interpretar os dados que recolhemos afectos ao período compreendido entre Junho de 1780 e Dezembro de 1807, data a partir da qual a Corte se retirou para o Brasil<sup>5</sup>.

<sup>2</sup> José António de Castilho Furtado de Mendonça terá nascido em 1725, uma vez que foi baptizado a 15 de Dezembro desse ano, na freguesia da Pena, em Lisboa. Recebeu o hábito da Ordem de Cristo a 10 de Abril de 1778, apesar de já contar mais de 50 anos, para o que teve autorização especial de D. Maria I. Cf. Lisboa, Arquivos Nacionais Torre do Tombo (ANTT), *Habilitações da Ordem de Cristo*, maço 51, n.º 9. Casou-se com Madalena Xavier de Mendonça de quem teve um filho, Jerónimo José Xavier de Castilho, igualmente habilitado, a 18 de Abril de 1777. Cf. Lisboa, ANTT, *Habilitações da Ordem de Cristo*, maço 51, n.º 17.

<sup>3</sup> Sobre a cronologia da escravatura, cf. Didier Lahon, “Da Escravidão à Liberdade”, *Os Negros em Portugal. Séculos XV-XIX*, coordenação de Ana Maria Rodrigues, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, pp. 79-98.

<sup>4</sup> Não obstante, alguns registos de negros e mulatos continuaram a ser feitos nos livros onde se registavam os expostos brancos.

<sup>5</sup> Lisboa, Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (AHSCML), CE/EE/EB/03, liv 1.

2. A questão dos expostos começou a suscitar medidas legislativas durante o reinado de D. Manuel I. As câmaras assumiram os encargos com as crianças abandonadas por determinação régia<sup>6</sup> embora alguns municípios tenham manifestado oposição e resistência alegando falta de verbas, tal foi, por exemplo, o caso do de Évora<sup>7</sup>. Em muitos casos, as Misericórdias assumiram a responsabilidade pelos expostos mas as despesas continuavam a estar a cargo dos concelhos. Para o efeito, foram celebrados contratos entre as duas instituições a nível local. As únicas preocupações e encargos das Misericórdias com as crianças desamparadas, à margem dos referidos contratos, eram pontuais e referiram-se àquelas cujos progenitores tinham morrido ou eram deficientes e não a enjeitados<sup>8</sup>.

<sup>6</sup> Isabel dos Guimarães Sá, *A Circulação de Crianças na Europa do Sul: o Caso dos Expostos do Porto no século XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995, pp. 89-92. Cf. também Idem, "The 'Casa da Roda do Porto': Reception and Restitition of Foundlings during the Eighteenth Century", *Enfance Abandonnée et Société en Europe XIV<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècle*, Roma, École Française de Rome, 1991, pp. 539-572.

<sup>7</sup> Laurinda Abreu, "As Crianças Abandonadas no Contexto da Institucionalização das Práticas de Caridade e Assistência em Portugal, no século XVI", *A Infância no Universo Assistencial da Península Ibérica (séculos XVI-XIX)*, organização de Maria Marta Lobo de Araújo e de Fátima Moura Ferreira, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008, pp. 31-49, *maxime* pp. 42-47.

<sup>8</sup> Isabel dos Guimarães Sá, *A Circulação de Crianças [...]*, p. 105; Manuel de Oliveira Barreira, *A Santa Casa da Misericórdia de Aveiro. Pobreza e Solidariedade (1600-1750)*, Coimbra, Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995, pp. 142-143; Maria Dina dos Ramos Jardim, *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal no século XVIII*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996, pp. 133-134; Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos Pobres e Emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, [s.l.], Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa e Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, pp. 271-272; Idem, "Pequenos e Pobres: a Assistência à Infância nas Misericórdias Portuguesas da Idade Moderna", *A Infância no Universo Assistencial da Península Ibérica (séculos XVI-XIX)*, organização de Maria Marta Lobo de Araújo e de Fátima Moura Ferreira, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008, pp. 135-149; Martinho Vicente Rodrigues, *A Santa Casa da Misericórdia de Santarém. Cinco séculos de História*, Santarém, Santa Casa da Misericórdia de Santarém, 2004, pp. 274-278; Maria de Fátima Castro, *A Misericórdia de Braga. Assistência Material e Espiritual (Das Origens a cerca de 1910)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2006, pp. 269-27; António Magalhães, "Crianças Pobres e Doentes: a População Jovem como objecto de Práticas de Caridade na Santa Casa da Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)", *A Infância no Universo Assistencial da Península Ibérica (séculos XVI-XIX)*, organização de Maria Marta Lobo de Araújo e de Fátima Moura Ferreira, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008, pp. 113-114.

A Misericórdia de Lisboa começou a ocupar-se dos expostos a partir de 1635. Porém, a maior parte da documentação dos primeiros tempos desapareceu. De qualquer modo, a que resta é vasta e ainda aguarda investigadores. Tal como aconteceu um pouco por todo o Reino, e até mesmo no estrangeiro<sup>9</sup>, também na capital os expostos foram em número crescente em particular durante o século XVIII, época em que a maioria das Misericórdias atravessou dificuldades financeiras significativas, apesar de certas Casas conseguirem evidenciar alguma vitalidade<sup>10</sup>. O flagelo dos expostos e dos seus custos não eram alheios às preocupações dos contemporâneos Setecentistas e Oitocentistas, um pouco por todo o lado<sup>11</sup>. Por exemplo, no jornal manuscrito *Folheto do Anno de 1753*, fez-se saber que os expostos entrados pela roda e porta do Hospital Real de Todos os Santos perfizeram 1.038 – 512 rapazes e 526 raparigas – estando então

<sup>9</sup> Para outros pontos da Europa, cf. François Lebrun, *A Vida Conjugal no Antigo Regime*, tradução de Carolina Queiroga Ramos, Lisboa, Edições Rolim, 1983, pp. 144-151; Jacques Gélis, *L'Arbre et le Fruit. La Naissance dans l'Occident Moderne XVI-XIX siècles*, Paris, Fayard, 1984, pp. 422-423; Volker Hunecke, “Les Enfants Trouvés: Contexte Européen et Cas Milanais (XVIII-XIX siècles)”, *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, tomo 32, Paris, 1985, pp. 3-29; Volker Hunecke, “Intensità e Fluttuazioni degli Abbandoni dal XV al XIX secolo”, *Enfance Abandonnée et Société en Europe XIV<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècle*, Roma, École Française de Rome, 1991, pp. 28-31; Linda A. Pollock, “Parent-Child Relations”, *Family Life in Early Modern Times 1500-1789*, direcção de David I. Kertzer e Marzio Barbagli, New Haven, Londres, Yale University Press, 2001, pp. 215-217; Vicente Pérez Moreda, “La Infancia Abandonada en España, siglos XVI-XX”, *Asistencia y Caridad como Estrategias de Intervención Social: Iglesia, Estado y Comunidad (siglos XVI-XX)*, coordenação de Laurinda Abreu, Bilbao, Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibersitatea, 2007, pp. 121-139 e a muito ampla bibliografia citada. Sobre as relações de vizinhança e a circulação de expostos de Reinos diferentes cf. Teodoro Afonso da Fonte, “A Assistência à Infância no Noroeste Peninsular. Instituições, Quadros Normativos, Estratégias Familiares e Circulação de Crianças entre o Minho e a Galiza nos séculos XVIII a XX”, *El Mar en los siglos Modernos*, coordenação de Isidro Dubret e Hortensio Sobrado Correa, tomo 1, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 2009, pp. 71-84.

<sup>10</sup> Maria Antónia Lopes, “As Misericórdias de D. José ao Final do século XX”, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, coordenação científica de José Pedro Paiva, vol. 1 (*Fazer a História das Misericórdias*), Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, União das Misericórdias Portuguesas, 2002, pp. 67-69, *passim*, Idem, “De 1750 a 2000”, Isabel dos Guimarães Sá, Maria Antónia Lopes, *História Breve das Misericórdias Portuguesas 1498-2000*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 28.

<sup>11</sup> Sobre esta realidade para o século XIX, quer na literatura quer nos periódicos, cf. Caroline B. Brettell e Rui Feijó, “Foundling in Nineteenth-Century Northwestern Portugal: Public Welfare and Family Strategies”, *Enfance Abandonnée et Société en Europe XIV<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècle*, Roma, École Française de Rome, 1991, pp. 273-300.

vivas 2.797 crianças, após a morte de 652 durante o referido ano de 1753. No mesmo espaço de tempo, o gasto com os expostos havia importado em 17.495.309 réis<sup>12</sup>. Na realidade, os expostos, ao implicarem investimento económico, acabavam por interpelar a sociedade quer do ponto de vista dos custos quer dos valores morais e religiosos<sup>13</sup>.

A inexistência de trabalhos sobre o total dos expostos na Casa da Roda de Lisboa<sup>14</sup> impede-nos de perceber se o abandono de negros e mulatos seguiu a mesma tendência verificada com a exposição dos brancos e de comparar a situação com a de outras Casas da Roda do Reino. De qualquer modo, a documentação em estudo permite apurar as entradas de expostos, a variação sazonal das mesmas, os horários em que se abandonaram as crianças, a taxa de masculinidade do grupo, o predomínio de pretos ou de pardos, os enxovais das crianças, os sinais dos expostos, a mortalidade infantil e o destino pontual de um ou outro exposto<sup>15</sup>.

As entradas dos abandonados costumam ser relacionadas com o aumento dos preços dos cereais, entendendo-se que tal levava à pauperização das famílias mais carenciadas e ao conseqüente abandono das crianças em opção ao infanticídio. Esta tese não explica, contudo, o facto de a maioria dos abandonos vitimar os recém-nascidos. De qualquer modo, sabe-se, por exemplo, que houve uma correlação entre os aumentos de preços de cereais e as entradas de expostos em espaços como Meda<sup>16</sup>, Setúbal<sup>17</sup>, Porto<sup>18</sup> e Coimbra<sup>19</sup>.

---

<sup>12</sup> Évora, Biblioteca Pública de Évora (BPE), *Folheto do Anno de 1753*, n.º 52, Lisboa, 29 de Dezembro de 1753. Cod. CIV/1-22d.

<sup>13</sup> Cf. as reflexões de Jean-Pierre Bardet, « La Société et l'Abandon », *Enfance Abandonnée et Société en Europe XIV<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècle*, Roma, École Française de Rome, 1991, pp. 3-26.

<sup>14</sup> Para os anos de 1786 a 1790, cf. Maria da Luz Ferreira Gouveia, *O Hospital Real dos Expostos de Lisboa (1786-1790)*, 2 vols, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Regional e Local apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2001.

<sup>15</sup> Para todos estes assuntos iremos basear-nos nos dados recolhidos in Lisboa, AHSCML, CE/EE/EB/03, liv 1, fols 1-217v

<sup>16</sup> Maria Antónia Lopes, "Os Expostos no Concelho da Meda em meados do século XIX", *Revista Portuguesa de História*, tomo 21, Coimbra, 1985, p. 144.

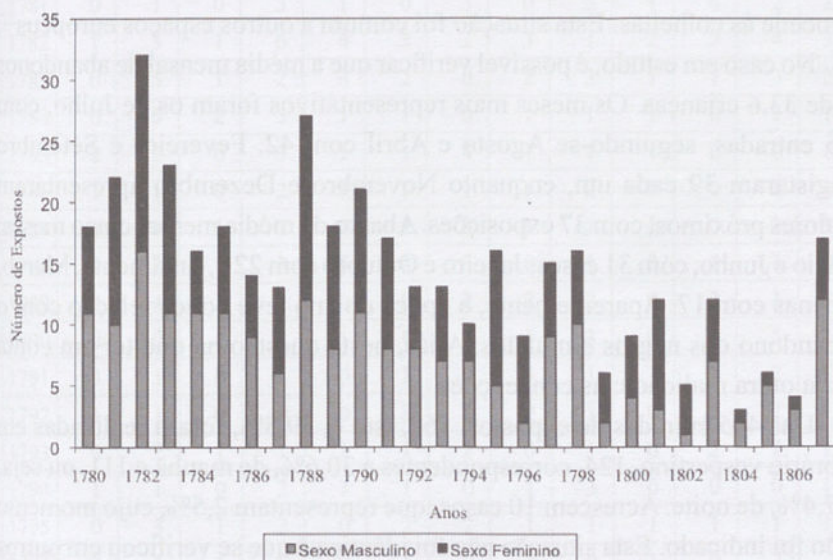
<sup>17</sup> Laurinda Abreu, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal [...]*, p. 84.

<sup>18</sup> Isabel dos Guimarães Sá, *A Circulação das Crianças [...]*, pp. 163, 173.

<sup>19</sup> Maria Antónia Lopes, *Pobreza, Assistência e Controlo Social [...]*, vol. 1, pp. 286-288.

Não fizemos tal avaliação para o caso em estudo. Observando o gráfico, podemos, contudo, verificar que os abandonos tiveram picos muito elevados nos anos de 1781 a 1785, tendo-se verificado uma tendência de decréscimo no início do século XIX, invertida em 1807, ano do início da primeira invasão francesa, o que poderá explicar este aumento.

Gráfico 1 - Entradas dos Expostos (1780-1807)



Se tivermos em conta as variações sazonais, podemos verificar que em Meda, Janeiro e Outubro foram os meses com mais expostos<sup>20</sup>, o mesmo acontecendo em Coimbra<sup>21</sup>. No Porto, predominaram os abandonos de Janeiro a Março, isto é, durante o Inverno<sup>22</sup>. Na Casa da Roda de Góis, a maior parte das entradas ocorreu em Março e em Maio<sup>23</sup>. Na sua congénere

<sup>20</sup> Maria Antónia Lopes, “Os Expostos no Concelho da Meda [...]”, p. 145.

<sup>21</sup> Maria Antónia Lopes, *Assistência e Controlo Social. Coimbra (1750-1850)*, vol. 1, Viseu, Palimage, 2000, p. 290.

<sup>22</sup> Isabel dos Guimarães Sá, *A Circulação de Crianças [...]*, p. 165.

<sup>23</sup> João Alves Simões, *Os Expostos da Roda de Góis (1784-1841)*, Porto, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, pp. 107-110.

de Barcelos, foram os meses de Março, Abril e Maio os mais representativos<sup>24</sup>. Em Viana da Foz do Lima e em Ponte de Lima sobressaíram o final do Inverno e a Primavera<sup>25</sup>. Em Tomar predominaram as exposições em Abril, Maio e Março, ou seja, a maioria foi realizada no período compreendido entre o fim do Inverno e toda a Primavera<sup>26</sup>. Ou seja, não há consenso. Se o final do Inverno pode representar dificuldades alimentares acrescidas, a Primavera é uma época de trabalhos agrícolas durante a qual ainda não se procede às colheitas. Esta situação foi comum a outros espaços europeus<sup>27</sup>.

No caso em estudo, é possível verificar que a média mensal de abandonos é de 33,6 crianças. Os meses mais representativos foram os de Julho, com 45 entradas, seguindo-se Agosto e Abril com 42. Fevereiro e Setembro registaram 39 cada um, enquanto Novembro e Dezembro apresentaram valores próximos, com 37 exposições. Abaixo da média mensal cinco meses: Maio e Junho, com 31 casos, Janeiro e Outubro com 22 e, finalmente, Março, apenas com 17. Aparentemente, a época do ano teve pouca relação com o abandono dos negros e mulatos. Aliás, nesta questão há que ter em conta uma outra realidade: as concepções.

Das 405 entradas de expostos, 160, isto é, 39,5%, foram realizadas em horário vespertino, 124, correspondentes a 30,6%, de manhã e 111, ou seja, 27,4%, de noite. Acrescem 10 casos, que representam 2,5%, cujo momento não foi indicado. Esta situação não foi idêntica à que se verificou em outros espaços de abandono infantil em que a noite imperou contribuindo para acentuar não só o anonimato garantido pela roda mas também a discrição dos intervenientes<sup>28</sup>. A aumentar a percentagem de expostos entregues em

<sup>24</sup> Sebastião Matos, *Os Expostos da Roda de Barcelos (1783-1835)*, Barcelos, Associação Cultural e Recreativa de Areias de Vilar, 1995, pp. 127-128.

<sup>25</sup> Teodoro Afonso da Fonte, *No Limiar da Honra e da Pobreza. A Infância Desvalida e Abandonada no Alto Minho (1698-1924)*, Braga, Dissertação de Doutoramento apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2004, pp. 266-267.

<sup>26</sup> Graça de Abreu Arrimar Brás dos Santos, *A Assistência da Santa Casa da Misericórdia de Tomar. Os Expostos 1799-1823*, Tomar, Santa Casa da Misericórdia de Tomar, 2002, p. 168.

<sup>27</sup> Cf. Giovanna Da Molin, “Modalità dell’Abbandono e Caratteristiche degli Espositi a Napoli nel Seicento”, *Enfance Abandonnée et Société en Europe XIV<sup>e</sup>- XX<sup>e</sup> siècle*, Roma, École Française de Rome, 1991, p. 480.

<sup>28</sup> Maria Antónia Lopes, “Os Expostos no Concelho da Meda [...]”, p. 133; Isabel dos Guimarães Sá, *A Circulação de Crianças [...]*, pp. 130, 198, 202; João Alves Simões, *Os Expostos da Roda de Góis [...]*, p. 93; Maria de Fátima Reis, *Os Expostos em Santarém*.

Quadro 1 – Entradas de Expostos por Meses (1780-1807)

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
1780	0	0	0	0	0	3	7	6	1	1	0	0	18
1781	0	1	0	3	1	0	3	0	5	1	6	2	22
1782	1	3	1	6	4	3	2	3	1	2	2	4	32
1783	0	5	1	2	3	2	0	2	3	1	1	3	23
1784	0	5	2	3	1	1	0	1	1	1	0	1	16
1785	2	2	0	3	1	1	4	1	1	1	2	0	18
1786	1	1	0	2	3	1	1	1	2	0	0	2	14
1787	1	1	1	1	0	2	3	1	1	1	0	1	13
1788	2	2	1	3	5	4	3	0	1	2	3	1	27
1789	2	4	1	1	0	0	2	2	2	0	2	1	17
1790	0	0	1	1	1	1	3	5	3	0	1	5	21
1791	3	1	0	2	0	1	0	3	1	1	3	2	17
1792	1	1	0	0	0	2	1	2	1	0	3	2	13
1793	0	2	1	1	1	1	2	0	1	0	2	2	13
1794	1	1	0	2	1	1	0	1	3	0	0	0	10
1795	0	3	1	2	0	2	2	1	1	1	1	1	15
1796	2	1	1	0	0	1	0	1	0	1	0	2	9
1797	0	1	2	1	1	0	1	2	1	2	2	2	15
1798	1	0	1	4	1	0	1	2	1	1	1	4	17
1799	0	1	0	0	1	0	0	3	0	0	1	0	6
1800	0	1	0	0	1	1	2	1	2	0	0	1	9
1801	1	1	1	0	1	1	2	0	3	0	2	0	12
1802	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	2	0	5
1803	3	0	0	1	2	1	1	0	1	2	0	1	12
1804	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	3
1805	0	2	1	0	1	0	0	0	2	0	0	0	6
1806	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2	0	0	4
1807	0	0	0	4	1	1	3	3	1	2	2	0	17
Total	22	39	17	42	31	31	45	42	39	22	37	37	404

Em 1795, há a juntar mais um exposto cujo registo só indica o ano.

horário diurno contam-se as remessas de crianças provenientes de outras instituições, nomeadamente 22 do Hospital Real dos Enfermos, isto é, do Hospital Real de São José, um do Hospital Real de Todos os Santos, três da enfermaria de Santa Bárbara, dois da Casa da Roda de Belém e ainda cinco remetidos pelas câmaras de Alenquer, Cascais e Sintra. No caso dos particulares apenas ficou documentado o envio do negro Narciso José Romeiro, a 14 de Maio de 1781, pela marquesa de Castelo Melhor e condessa da Calheta, D. Mariana de Assis de Mascarenhas<sup>29</sup>.

Tal como foi comum em outras Casas da Roda, o abandono das crianças do sexo masculino foi superior ao das do sexo feminino<sup>30</sup>, embora sem se notar uma diferença acentuada. Ou seja, 211 rapazes face a 194 raparigas, isto é, 52% e 48% respectivamente, números que correspondem a uma taxa de masculinidade de 108,7.

Se fizermos a destrição entre negros e mulatos, verificamos que as percentagens de expostos do sexo masculino e do sexo feminino é muito próxima no caso dos primeiros, isto é, 17,8% de rapazes negros face a 17,3% de raparigas negras, enquanto no que se refere aos mulatos, as expostas

---

*A Acção Social da Misericórdia (1691-1710)*, Lisboa, Cosmos, 2001, p. 89; Graça de Abreu Arrimar Brás dos Santos, *A Assistência da Santa Casa da Misericórdia de Tomar* [...], p. 163. Na Casa da Roda de Lisboa, entre 1786 e 1790, foi o horário matutino que predominou. Cf. Maria da Luz Ferreira Gouveia, *O Hospital Real dos Expostos* [...], vol. 1, p. 38. Em outros pontos da Europa, o abandono também foi mais significativo durante a noite. Cf., por exemplo, o que se viveu na Inclusa, uma casa de expostos de Madrid, in Claude Larqué, “La Mise en Nourice des Enfants Madrilènes au XVII<sup>e</sup> siècle”, *Revue d’Histoire Moderne et Contemporaine*, tomo 32, Paris, 1985, p. 130. Mas, também se verificaram excepções afins ao caso em estudo. Cf. Giovanna Da Molin, “Modalità dell’Abbandono [...]”, pp. 457-502.

<sup>29</sup> Lisboa, AHSCML, CE/EE/EB/03, liv 1, fol. 12.

<sup>30</sup> O mesmo aconteceu em outras localidades. Cf. Laurinda Abreu, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: Aspectos de Sociabilidade e Poder*, Setúbal, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990, p. 85; Isabel dos Guimarães Sá, *A Circulação de Crianças* [...], p. 165; Maria Antónia Lopes, *Assistência e Controlo Social* [...], p. 290; Graça de Abreu Arrimar Brás dos Santos, *A Assistência da Santa Casa da Misericórdia de Tomar* [...], p. 128; Maria da Luz Ferreira Gouveia, *O Hospital Real dos Expostos* [...], vol. 1, p. 40. Em Meda predominaram as raparigas abandonadas de 1838 a 1866, cf. Maria Antónia Lopes, “Os Expostos no Concelho da Meda [...]”, p. 145. Em Santarém, de 1691 a 1710, a situação foi semelhante. Cf. Maria de Fátima Reis, *Os Expostos em Santarém* [...], p. 98. Para o Alto Minho, cf. Teodoro Afonso da Fonte, *No Limiar da Honra e da Pobreza* [...], p. 265. Tal também se verificou em outros pontos da Europa. Contudo, houve excepções, como em Nápoles. Cf. Giovanna Da Molin, “Modalità dell’Abbandono [...]”, p. 471.

representam 30,8% enquanto os seus congéneres masculinos atingem a percentagem de 33,6%. No universo em estudo, sabemos que predominaram os pardos com 64,4% face aos 35,1% de negros. Apenas em 0,5% dos casos desconhecemos se estamos perante pretos ou pardos.

Somente Isabel dos Guimarães Sá distinguiu números e percentagens de expostos brancos, pretos e pardos, concretamente os que foram entregues na Casa da Roda da Misericórdia do Porto. Apurou a autora que, entre 1690 e 1799, entraram na referida instituição 63.415 crianças, entre as quais se encontraram algumas não brancas. Uma análise a partir de uma amostra de 5.000 expostos permitiu verificar a presença de 100 mulatos e 42 negros, os quais representaram 2,5% dos abandonados<sup>31</sup>. Como verificámos no início, a percentagem apurada para a Casa da Roda da Misericórdia de Lisboa, para o ano de 1778, foi de 1,5%. Para a totalidade dos anos em estudo não temos como calcular essa percentagem pois desconhecemos os totais de expostos. Apenas sabemos que entre 1786 e 1790, deram entrada na Casa da Roda 6.575 crianças<sup>32</sup>, 93 dos quais pretos e pardos, ou seja, a percentagem para estes anos foi de 1,4%. No entanto, poderá ser ligeiramente mais elevada pois alguns registos continuaram a ser feitos nos livros dos expostos brancos.

A esmagadora maioria dos registos das crianças expostas, isto é, 92,3%, não contem informações acerca da idade. Apenas 31 desses documentos, isto é, 7,7%, a indicaram por vir referida em algum papel que acompanhava o abandonado ou por ser objecto de cálculo, o que era bastante raro. Nos registos em causa podemos verificar que 17 crianças tinham idades inferiores a um ano, idades essas compreendidas entre um e oito meses. Das restantes, sabemos que uma tinha um ano, outra três anos e uma terceira quatro anos, sete estavam pelo ano e meio de vida e quatro tinham dois anos. Todas as crianças cuja idade não foi indicada foram entregues a amas-de-leite o que permite conjecturar tratar-se de um grupo maioritariamente constituído por recém-nascidos ou por crianças ainda muito pequenas. A corroborar esta ideia está igualmente o facto de quase todos os expostos terem sido baptizados depois de entregues na Casa da Roda, com excepção

<sup>31</sup> Isabel dos Guimarães Sá, *A Circulação de Crianças [...]*, pp. 198, 201.

<sup>32</sup> Maria da Luz Ferreira Gouveia, *O Hospital Real dos Expostos de Lisboa [...]*, vol. 1, p. 33.

de seis que já haviam recebido o sacramento, tendo-se exibido documento do sacerdote que o comprovava. Este tipo de situações permitiu também verificar que a capacidade de atracção da Misericórdia de Lisboa chegava a Alenquer, Cascais, São Pedro de Almagem do Bispo e Sintra. Expostos de outras localidades não são de excluir, apenas não estão documentados.

Aparentemente, os expostos pretos e pardos deixados ou entregues na Casa da Roda eram crianças sem doenças identificáveis à primeira vista. Apenas em cinco casos se fizeram notar algumas situações fora do comum, a maioria deles representando algum tipo de deficiência. Se, em 1785, o negro Maximiliano, de cinco meses, foi qualificado de “aleijado” sem mais explicações<sup>33</sup>, em 1787, o pardo Pantaleão foi referido como alguém com feridas nos dedos<sup>34</sup>. Em 1789, o registo da parda Antónia fazia referência ao facto de a criança ter seis dedos na mão esquerda<sup>35</sup>. Em 1805, o negro Luís Machado, de ano e meio, foi descrito como doente, “leso das pernas”<sup>36</sup>, e, finalmente, em 1807, o pardo Francisco apresentou seis dedos em cada uma das mãos<sup>37</sup>. Ou seja, apenas a 1,2% dos expostos foram notadas questões de saúde, sendo as feridas nos dedos uma questão de pouca monta, ao contrário dos restantes problemas que configuravam deficiências físicas, muito embora não incapacitantes<sup>38</sup>.

<sup>33</sup> Lisboa, AHSCML, CE/EE/EB/03, liv 1, fol. 56.

<sup>34</sup> Lisboa, AHSCML, CE/EE/EB/03, liv 1, fol. 75.

<sup>35</sup> Lisboa, AHSCML, CE/EE/EB/03, liv 1, fol. 104.

<sup>36</sup> Lisboa, AHSCML, CE/EE/EB/03, liv 1, fol. 204v.

<sup>37</sup> Lisboa, AHSCML, CE/EE/EB/03, liv 1, fol. 211v.

<sup>38</sup> Faltam estudos de conjunto sobre a deficiência, numa perspectiva histórica. Constitui excepção Maria de Lurdes Rosa, “Imagem Física, Saúde Mental e Representação Familiar: a Exclusão dos Deficientes à Sucessão do Morgadio (Instituições, Legislação, Literatura Jurídica)”, *Arqueologia do Estado, 1.ª Jornadas sobre Formas de Organização e Exercício dos Poderes na Europa do Sul. Séculos XIII-XVIII*, Lisboa, História e Crítica, 1988, pp. 1059-1097. Alguns dados dispersos in Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Violência Verbal e Violência Física numa Sociedade em Mudança: Portugal séculos XV-XVI”, *III Congresso Histórico de Guimarães D. Manuel e a sua Época*, vol. 3 (*População, Sociedade e Economia*), Guimarães, Câmara Municipal, 2004, p. 500; Marco Liberato, “Trento, a Mulher e Controlo Social: o Recolhimento de São Marcos”, *Igreja, Caridade e Assistência na Península Ibérica (séculos XVI-XVIII)*, coordenação de Laurinda Abreu, Lisboa, Colibri, Évora, Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedades da Universidade de Évora, 2004, p. 282. Sobre deficiências físicas de outros expostos, cf. Maria da Luz Ferreira Gouveia, *O Hospital Real dos Expostos [...]*, vol. 1, p. 35. Outras informações sobre expostos com doenças e deficiências in Giovanna Da Molin, “Modalità dell’Abbandono [...]”, pp. 489-490.

A escolha do nome do exposto constituiu preocupação para 44% dos que procederam ao abandono. Isto é, 23 pessoas ao deixarem as crianças pediram que as mesmas fossem baptizadas com determinado nome e, em 155 casos, junto com os enjeitados foi deixado um escrito com indicações precisas acerca desta mesma questão. No que se refere aos restantes, quem escolheu e porquê constituem incógnitas, tanto mais que os nomes não são afins, a não ser pontualmente, aos do padrinho ou do sacerdote que administrou o sacramento.

Dos 405 expostos, 104, isto é, 57 raparigas e 47 rapazes, apresentaram nomes compostos, embora apenas 12 tivessem apelidos, o que permite pensar em filhos legítimos ou, pelo menos, em filhos cujos progenitores eram conhecidos<sup>39</sup>. Entre as 194 meninas, predominou o nome Maria com 50 ocorrências. Em 21 casos apenas Maria, nos restantes 29, Maria seguido de outro nome. A segunda escolha mais popular para o sexo feminino foi Ana com 12 casos, em oito das quais tratou-se de um nome composto. Entre os 194 rapazes, o nome que mais se destacou foi Manuel em 26 ocasiões, nove das quais em conjugação com um segundo nome. Seguiu-se José, com 18 casos, 12 dos quais igualmente em parceria com um segundo nome<sup>40</sup>. Registaram-se ainda nomes fora do comum, mesmo para a época, e que, entretanto caíram total ou parcialmente em desuso<sup>41</sup>, tais como Andreza, Aniceta, Bonifácia, Cipriana, Elisiária, Escolástica, Euleutéria, Febrónia, Libânia, Liberata e Torinda, entre as meninas e Euleutério, Escolástico, Estanislau, Ludgero, Mateus Procópio, Migino, Monório, Telesforo, Tibúrcio e Toríbio entre os rapazes.

No registo individual de entrada e baptismo de cada exposto apontava-se o vestuário e o enxoval – quando o havia – com que a criança dava entrada

<sup>39</sup> O mesmo aconteceu em Nápoles. Cf. Giovanna Da Molin, “Modalità dell’Abbandono [...]”, pp. 468-470.

<sup>40</sup> Sobre a onomástica dos expostos, cf. Maria Antónia Lopes, “Os Expostos no Concelho da Meda [...]”, pp. 138-139 (entre as mulheres predominaram os nomes Maria de Jesus, Maria Joaquina e Maria Antónia; entre os homens António Joaquim, António Maria e António Augusto); João Alves Simões, *Os Expostos na Roda de Góis* [...], pp. 94-95 (entre as crianças do sexo feminino: Maria, Joaquina e Rita, entre as do sexo masculino José Joaquim, Manuel, Joaquim, Francisco e António). Cf. também para o Alto Minho, Teodoro Afonso da Fonte, *No Limiar da Honra e da Pobreza* [...], pp. 306-310.

<sup>41</sup> O mesmo aconteceu em Nápoles. Cf. Giovanna Da Molin, “Modalità dell’Abbandono [...]”, pp. 481-484.

na Casa da Roda<sup>42</sup>. Tal como no caso dos brancos, a maioria dos negros e mulatos chegaram com poucas peças de roupa e, em alguns casos, velhas ou deterioradas. Algumas crianças apresentaram-se mesmo em precárias condições: uma foi entregue nua, 11 chegaram envoltas em pedaços de algodão, chita, estopa, linho, pano, paninho e peliceia ou até numa saca de lona e numa de serapilheira, enquanto 53 expostos envergaram roupas velhas, muito velhas, desbotadas, remendadas ou com muito uso. Poucas foram as crianças que além do vestuário também apresentavam peças de enxoval, tal como foram pouquíssimas, apenas três, as que chegaram com roupa em bom estado. Esta situação era afim à que se vivia em outros espaços europeus<sup>43</sup>.

O vestuário infantil<sup>44</sup> era então sujeito a critérios bem diferentes dos da actualidade. Na realidade, para segurar a indumentária da criança recorria-se a ataduras diversas: atilhos, fitas, galões, ligas e ourelos dos mais variados tecidos e cores os quais seguravam cueiros, camisas e volvedouros. Registaram-se ainda, 10 alfinetes para o mesmo efeito. Das 405 crianças em estudo, a grande maioria foi entregue com um a quatro cueiros, sendo esta a peça mais citada, com mais de 600 menções. Seguiram-se as camisas, também em número variável, por norma uma ou duas, com mais de 300 referências. Bem menos significado numérico tiveram anáguas, aventais, calças, calções, coletes, manguitos, roupinhas, vestidos, vestias e saias.

---

<sup>42</sup> O mesmo acontecia nas outras Casas da Roda, cf., por exemplo, António Luís Pinto da Costa, "A Roda Municipal dos Expostos de Murça", *Brigantia*, vol. 9, n.º 1, Bragança, 1989, p. 79; Maria de Fátima Reis, *Os Expostos em Santarém* [...], p. 91; Maria Antónia Lopes, *Pobreza, Assistência e Controlo Social* [...], vol. 1, pp. 298-302; Graça Maria de Abreu Arrimar Brás dos Santos, *A Assistência da Santa Casa da Misericórdia de Tomar* [...], pp. 145-148. Sobre os gastos com os enxovais dos expostos, cf. Teodoro Afonso da Fonte, *No Limiar da Honra e da Pobreza* [...], pp. 293-296.

<sup>43</sup> Franca Doriguzzi, "Vestiti e Colori dei Bambini: il Caso degli Esposti", *Infance Abandonnée et Société en Europe XIV<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècle*, Roma, École Française de Rome, 1991, p. 516; Giovanna Da Molin, "Modalità dell'Abbandono [...]", pp. 484-485.

<sup>44</sup> Sobre o nascimento do vestuário infantil, cf. Philippe Ariès, *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*, tradução de Miguel Serras Pereira e Ana Luísa Faria, Lisboa, Antropos, 1988, pp. 79-94. Sobre o Traje infantil em Portugal, cf. Maria José Palla, *Do Essencial e do Supérfluo. Estudo Lexical do traje e Adornos em Gil Vicente*, Lisboa, Estampa, 1992, pp. 59-61; Berta de Moura Sucena, *Corpo, Moda e Luxo em Portugal no século XVIII*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007, pp. 53-145.

Para cobrir a cabeça encontramos cueiros, pedaços de panos diversos, toalhas e peças mais apropriadas, tais como barretes, lenços de três e quatro pontas, mantilhas, toucas e ainda um chapéu. Refiram-se ainda 10 toalhas e mais de 80 volvedouros. Curiosamente nada foi indicado para proteger os pés.

A maioria das peças era confeccionada com panos baratos, nomeadamente de algodão, baeta, baetão, baetilha, bretanha, camelão, cavalim, chita, droga, droguete, durante, ganga, lã, linho, melania, paninho, pano-cru, pano rei, pelúcia, riscado, saragoça, serafina e serguilha, com claro predomínio para baeta, baetilha e baetão. Algumas peças eram debruadas e uma ou outra era guarnecida com renda. Embora residualmente, apareceram referências a tecidos com riscas e com motivos florais, nomeadamente ramos, raminhos e botões de rosa, a par de tecidos com salpicos<sup>45</sup>. Apenas de forma muito esporádica se nota algum requinte como, por exemplo, quando se recorre a camisas de cambraia, cassa ou linho com folhos e punhos de renda, a cintos e cueiros de cetim e de seda, a manguitos de veludo ou a barretes e toucas de cassa, cetim ou seda. Na realidade, estamos perante uma quase totalidade de peças confeccionadas com tecidos afins aos das que eram dadas como esmola aos pobres e que eram usadas pelos grupos com dificuldades em geral<sup>46</sup>.

As roupas dos menos favorecidos, confeccionadas com tecidos grosseiros e sem enfeites, eram de cores pálidas e sóbrias, o que não está desarticulado de um certo simbolismo<sup>47</sup>. No caso das roupas dos expostos a paleta

<sup>45</sup> Sobre as riscas e os motivos florais nos têxteis, cf. Michel Pastoureau, *O Tecido do Diabo. Uma História das Riscas e dos Tecidos Listrados*, tradução de Isabel Teresa Santos, Lisboa, Estampa, 1992; M.-A. Privat-Sauvigny, M.-H. Guelton, “Fleurons et Palmettes. Quelques Tissus à petits Motifs des années 1560-1630 destinés à l’Habillement”, *Paraître et se Vêtir au XVI<sup>e</sup> siècle. Actes du XIII<sup>e</sup> Colloque du Puy-en-Velay*, estudos reunidos e apresentados por Marie Viallon, Saint-Etienne, Publications de l’Université de Saint-Etienne, 2006, pp. 223-240.

<sup>46</sup> Sobre o vestuário oferecido aos pobres por esmola, cf. Maria Marta Lobo de Araújo, *Rituais de Caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, Ponte de Lima, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2003, pp. 294-295; António Magalhães, “Crianças Pobres e Doentes [...]”, pp. 120-122.

<sup>47</sup> Maria José Palla, *Do Essencial e do Supérfluo [...]*, pp. 99-112; Maria Isabel Morán Cabanas, *Traje, Gentileza e Poesia. Moda e Vestimenta no Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, Lisboa, Estampa, 2001, pp. 542-560; Maria Marta Lobo de Araújo, *Rituais de Caridade [...]*, pp. 304-306. O mesmo acontecia em outros espaços europeus. Cf. Marie-Joëlle Tupet, “Le Corps Vêtu: Le Vêtement de la Paysanne en Nouvelle Castille au tournant du XVI<sup>e</sup> siècle”, *Le Corps dans la Société Espagnole des XVI<sup>e</sup> et XVII<sup>e</sup> siècles*, estudos reunidos e apresentados por Augustin Redondo, Paris, Publications de la Sorbonne, 1990,

cromática é, contudo, muitíssimo variada. Se bem que as cores escuras estejam bem representadas: azul, azul ferrete, verde, roxo e preto, a par de pardo e cinzento, este referido residualmente; as cores claras, branco – também designado alvadio – cor-de-rosa, escarlate, carmesim, encarnado – aparecem as três designações – e amarelo também se fizeram sentir. Sem esquecer as combinações de cores nos debruns e nos tecidos com riscas e com motivos florais. Por outro lado, apareceram designações relativamente fora do comum como avinhado, melado, a par de cor de cana, de canela, de carne, de fogo, de ouro, de pérola e de pulga<sup>48</sup>.

Algumas crianças abandonadas eram acompanhadas pelos chamados sinais de expostos: bilhetes manuscritos, medalhas de santos, objectos diversos de ouro e prata, moedas, amuletos e contas, peças de roupa bordada, fitas, fragmentos de gravuras (metades) e gravuras inteiras. Constituíam meios de identificação da criança, no caso de mais tarde os pais a pretenderem recuperar, ao mesmo tempo que serviam para comunicar desejos ou dar informações, como por exemplo, qual o nome com que o exposto deveria ser baptizado e até para, pretensamente, proteger a criança<sup>49</sup>.

---

pp. 73-82; Pierre Civil, “Corps, Vêtement et Société. Le Coutume Aristocratique Espagnol dans la deuxième moitié du XVI siècle”, *Le Corps dans la Société Espagnole des XVI<sup>e</sup> et XVII<sup>e</sup> siècles*, estudos reunidos e apresentados por Augustin Redondo, Paris, Publications de la Sorbonne, 1990, p. 313; Marie Viallon, “La Vêture du Pouvoir à Venise ou la Hiérarchie des Couleurs”, *Paraître et se Vêtir au XVI<sup>e</sup> siècle. Actes du XIII<sup>e</sup> Colloque du Puy-en-Velay*, estudos reunidos e apresentados por Marie Viallon, Saint-Etienne, Publications de l’Université de Saint-Etienne, 2006, pp. 181-192.

<sup>48</sup> Compare-se com o que se sabe para a Casa da Roda de Coimbra. Cf. Maria Antónia Lopes, *Pobreza, Assistência e Controlo Social* [...], vol. 1, pp. 298-302. No Brasil, a situação era afim. Cf. Renato Venâncio, “Entre dois Impérios: a Santa Casa da Misericórdia e as ‘Rodas dos Expostos’ no Brasil”, *As Misericórdias das duas Margens do Atlântico: Portugal e Brasil (séculos XV-XX)*, organização de Maria Marta Lobo de Araújo, Cuiabá, Carlini e Caniato, 2009, p. 135. Em Turim, os expostos eram preferencialmente vestidos com peças brancas, a seguir, embora a grande distância, as peças encarnadas e as pretas. Cf. Franca Doriguzzi, “Vestiti e Colori dei Bambini [...]”, pp. 523-531.

<sup>49</sup> Sobre os sinais dos Expostos, cf. Maria Antónia Lopes, “Os Expostos no Concelho da Meda [...]”, pp. 135-137; Idem, *Pobreza, Assistência e Controlo Social* [...], vol. 1, pp. 293-296; Isabel dos Guimarães Sá, *A Circulação de Crianças* [...], pp. 204, 232-263; Francisco d’Orey Manoel, Maria Luísa Barbosa Colen, “Os expostos e Desamparados na Misericórdia de Lisboa”, *Cidade Solidária. Revista da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, ano II, n.º 2, Lisboa, 1999, pp. 38-49; João Alves Simões, *Os Expostos da Roda de Góis* [...], pp. 99-106; Maria de Fátima Reis, *Os Expostos em Santarém* [...], pp. 92-93; Graça Maria de Abreu Arrimar Brás dos Santos, *A Assistência da Santa Casa da Misericórdia*

Mais de metade dos expostos pretos e pardos foram entregues acompanhados por sinais de expostos, nomeadamente por 155 bilhetes e por uma pequena colecção de objectos: contas, continhas e missangas de várias cores, galões e fitas diversas, algumas de seda, de diversas cores, e uma com um coral; dois crucifixos, três figas, uma das quais de marfim; três relicários, cinco evangelhos, cinco rosários, 14 breves, 33 medalhas variadas entre as quais verónicas e medidas; e ainda um cordão preto, um coração de madrepérola, uma lua de prata, uma meia-lua, uma cruz de pau, um dente de lobo e um livrinho.

Acolhidos os expostos, tratados pelas amas da Casa da Roda e seguidamente baptizados eram os mesmos entregues a amas-de-leite que se deveriam ocupar da criação, por norma, durante ano e meio. Seguiam-se as amas do seco, neste caso entre os 18 meses e os sete anos<sup>50</sup>. A partir de

---

*de Tomar* [...], p. 145; Teodoro Afonso da Fonte, *No Limiar da Honra e da Pobreza* [...], pp. 289-290 e 297-302. Vejam-se também dois catálogos dos sinais de expostos conservados na Misericórdia de Lisboa: *Sinais de Expostos. Exposição Histórico Documental*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1987; *Os Expostos da Roda da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, coordenação científica de Francisco d'Orey Manoel, [s.l.], Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2001. Sobre estas realidades para outros espaços europeus, cf. Giovanna Da Molin, “Modalità dell'Abbandono [...]”, pp. 465-467; Anna Maria Maccelli, “Bambini Abbandonati a Prato nel XIX secolo: Il ‘Segnale’ come Testimonianza di un'Identità da Perdere o da Ritrovare”, *Enfance Abandonnée et Société en Europe XIV- XX<sup>e</sup> siècle*, Roma, École Française de Rome, 1991, pp. 815-836; Isabelle Robin, Agnès Walch, “Les Billets trouvés sur les Enfants Abandonnés à Paris aux XVII<sup>e</sup> et XVIII<sup>e</sup> siècles”, *Enfance Abandonnée et Société en Europe XIV- XX<sup>e</sup> siècle*, Roma, École Française de Rome, 1991, pp. 981-991; Jean-Pierre Bardet, Olivier Farnon, “Des Enfants sans Enfance. Sur les Abandonnés de l'Europe Moderne”, *Histoire de l'Enfance en Occident*, vol. 2 (*Du XVIII<sup>e</sup> à nos Jours*), direcção de Egle Becchi e Dominique Julia, Paris, Seuil, 1998, pp. 136-137. Para o Brasil, cf. Renato Venâncio, “Entre dois Impérios: a Santa Casa da Misericórdia [...]”, pp. 125-131. Sobre os amuletos e os ritos de protecção infantil, cf. Maria Antónia Lopes, “Os Expostos no Concelho da Meda [...]”, p. 135; Jacques Gélis, *L'Arbre et le Fruit* [...], pp. 269-270.

<sup>50</sup> Sobre as amas, cf. Maria Antónia Lopes, “Os Expostos no Concelho da Meda [...]”, pp. 146-151; Idem, *Pobreza, Assistência e Controlo Social* [...], vol. 1, pp. 222-272; Isabel dos Guimarães Sá, *A Circulação de Crianças* [...], pp. 277-305; Laurinda Abreu, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal* [...], pp. 88-92; Maria de Fátima Reis, *Os Expostos em Santarém* [...], pp. 109-119; António Gomes Ferreira, *Gerar, Criar, Educar. A Criança no Portugal do Antigo regime*, Coimbra, Quarteto, 2000, pp. 178-206; Maria da Luz Ferreira Gouveia, *O Hospital Real dos Expostos* [...], vol. 1, pp. 92-183; Graça Maria de Abreu Arrimar Brás dos Santos, *A Assistência da Santa Casa da Misericórdia de Tomar* [...], pp. 203-219; Teodoro Afonso da Fonte, *No Limiar da Honra e da Pobreza* [...], pp. 311-348.

então<sup>51</sup> as crianças passavam a integrar as preocupações dos juizes dos órfãos que teriam de encontrar casas em que as mesmas fossem acolhidas e onde lhes fossem ensinados ofícios, estabelecendo-se, para o efeito, contratos de trabalho<sup>52</sup>.

As amas-de-leite dos pretos e pardos prestaram serviços a troco de 1.200 réis por mês. Esta quantia vigorou entre 16 de Junho de 1780 a 21 de Junho de 1787, data em que passou a 1.600 réis mensais. Por vezes, os contratos com as amas previram 15, 16 e até 17 meses de duração. Não estudámos as amas de forma aprofundada. Apenas fizemos algumas prospecções, as quais permitiram verificar que a maioria destas mulheres morava fora de Lisboa – em localidades como, e de entre outras, Alcobaça, Aljubarrota, Alverca, Barreiro, Cadaval, Carvalhal, Évora, Famões, Lourinhã, Minde, Óbidos, Ourém, Pombal, Porto de Mós, Rio Maior, Tomar, Vila Franca e Vimieiro –, era casada, havendo ainda a registar algumas viúvas. Entre as profissões dos cônjuges contaram-se alfaiates, artilheiros, fabricantes de sedas, fazendeiros, lavradores, marceneiros, sapateiros, serralheiros e trabalhadores. Ou seja, gente ligada à agricultura e aos ofícios<sup>53</sup>. Findo o tempo do contrato e continuando a dita criação, a ama fazia termo de certidão em como a criança estava viva e bem-criada. Caso contrário, deveria entregar o exposto, ficando sujeita a multa no valor de 24.000 reis caso não cumprisse tal prerrogativa<sup>54</sup>. Quando as crianças faleciam em poder das amas estas tinham duas opções: dirigir-se à Casa da Roda de Lisboa onde entregavam o cadáver ou apresentar certidão de óbito do pároco da localidade em que o

<sup>51</sup> A partir dos sete anos era normal que a criança trabalhasse. Cf. Linda A. Pollock, "Parent-Child Relations", *Family Life* [...], p. 206-210.

<sup>52</sup> Sobre esta realidade para Évora, cidade em que, entre 1580 e 1837 foram expostas 16.515 crianças, das quais apenas 242 chegaram a auferir de contratos de trabalho, cf. Laurinda Abreu, "Un Destin Exceptionnel: Les Enfants Abandonnés au Travail (Évora, 1650-1837)", *Annales de Démographie Historique*, vol. 110, n.º 2, Paris, 2005, pp. 165-183.

<sup>53</sup> Para a Casa da Roda de Lisboa, cf. Maria da Luz Ferreira Gouveia, *O Hospital Real dos Expostos* [...], vol. 1, pp. 97, 105-109. O mesmo acontecia em outros pontos da Europa, cf. Volker Hunecke, "Les Enfants Trouvés [...]", pp. 16-17; Claude Larquié, "La Mise en Nourice des Enfants [...]", pp. 134-135; Francisco Chacón Jiménez, Rosa Elgarrista Domeque, Rafael Fresneda Collado, "Mercenarismo o Realidad? Análisis del Comportamiento de las Amas en el Reino de Murcia (siglos XVII-XVIII)", *Enfance Abandonnée et Société en Europe XIV<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècle*, Roma, École Française de Rome, 1991, pp. 405-437.

<sup>54</sup> Lisboa, AHSCML, CE/EA/CL/05/liv.1.

exposto tinha perecido. Os dois casos estão documentados, predominando claramente o segundo.

Dos 405 expostos entregues na Casa da Roda, sabe-se que 230 passaram da ama-de-leite para a ama de seco ou para outrem. Isto é, uma criança ficou na Casa, apenas três foram entregues aos pais ou à mãe<sup>55</sup> e 12 foram retiradas por ordem de fidalgas que os mandaram criar. Em apenas sete casos estas mulheres foram identificadas: a marquesa de Castelo Melhor, D. Mariana de Assis Mascarenhas, casada com o segundo marquês, D. António José de Vasconcelos e Sousa da Câmara Caminha Faro e Veiga, que em 1786 mandou criar a negra Mónica<sup>56</sup>, a viscondessa de Vila Nova de Cerveira, D. Maria José de Assis, viúva, desde 1781, do 14.º visconde, D. Tomás Xavier de Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva, que, em 1787 e 1802, teve idêntico procedimento para com os negros Maximiana, Paulo e Perpétua<sup>57</sup>; a marquesa de Pombal, D. Maria Antónia de Meneses, mulher do segundo marquês D. Henrique José de Carvalho e Melo que, em 1805, se encarregou da criação do preto Benedito<sup>58</sup>; a marquesa de Abrantes, D. Maria Joana Xavier de Lima, mulher do 5.º marquês, D. Pedro de Lencastre da Silveira Castelo Branco Sá e Meneses que, em 1806, pagou a criação da negra Joana Nepomuceno, mais tarde entregue aos pais<sup>59</sup> e três outras senhoras das quais só sabemos os nomes: D. Margarida Rosa que, em 1803, mandou criar uma menina parda<sup>60</sup>, D. Maria do Carmo Henriques de Melo que, na mesma data, teve procedimento afim face a uma menina negra<sup>61</sup> e, mais tarde, em 1805, em relação a outra menina<sup>62</sup> e

<sup>55</sup> Sabe-se que a taxa de recuperação do exposto pela família biológica é baixa. Cf. Isabel dos Guimarães Sá, *A Circulação de Crianças [...]*, pp. 171; Sebastião Matos, *Os Expostos da Roda de Barcelos [...]*, pp. 163-170; Maria Antónia Lopes, *Pobreza e Assistência [...]*, vol. 1, pp. 310-311; Graça Maria de Abreu Arrimar Brás dos Santos, *A Assistência da Santa Casa da Misericórdia de Tomar [...]*, p. 197. O mesmo acontecia no estrangeiro. Cf. Volker Hunecke, “Intensità e Fluttuazioni [...]”, pp. 57-58; Carlo A. Corsini, “‘Era Piovuto dal Cielo e la Terra L’Aveva Raccaltó’: Il Destino del Trovatello”, *Enfance Abandonnée et Société en Europe XIV<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècle*, Roma, École Française de Rome, 1991, pp. 105-106.

<sup>56</sup> Lisboa, AHSCML, CE/EE/EB/03, liv 1, fol. 69v.

<sup>57</sup> Lisboa, AHSCML, CE/EE/EB/03, liv 1, fols 71-71v e 195.

<sup>58</sup> Lisboa, AHSCML, CE/EA/NO/04/liv. 1, fol. 30v.

<sup>59</sup> Lisboa, AHSCML, CE/EA/NO/04/liv. 1, fol. 34.

<sup>60</sup> Lisboa, AHSCML, CE/EE/EB/03, liv. 1, fol. 200v.

<sup>61</sup> Lisboa, AHSCML, CE/EE/EB/03, liv. 1, fol. 197v.

<sup>62</sup> Lisboa, AHSCML, CE/EA/NO/04/liv. 1, fol. 29v.

D. Teresa de Lencastre que, em 1804, se encarregou de pagar a alimentação da preta Clara<sup>63</sup>.

Os restantes 214 expostos passaram ou foram logo entregues às amas do seco. Estas mulheres acabavam de criar e sustentar o exposto por tempo variável de três, quatro ou até cinco anos e meio, auferindo, para o efeito, de 500 réis cada mês, sem alteração ao longo dos tempos. Ao fim do contrato, a criança seria apresentada na Casa da Roda para “se por ao officio, a que a sua inclinação o destinar”, caso a ama não o apresentasse teria que pagar soldadas ao arbítrio da Mesa da Misericórdia. Tal como no caso das amas-de-leite, as do seco eram maioritariamente casadas mas também havia viúvas e solteiras. Residiam em várias freguesias de Lisboa e em localidades diversas tais como, e de entre outras, Alcobaça, Alfeizerão, Cadaval, Óbidos, Pombal, Porto de Mós, Porto do Carro, Santa Maria da Azóia, Santarém, Vale de Salgueiro, Vale do Paraíso e Vimeiro. Entre os cônjuges destas amas contam-se: alfaiates, carpinteiros, fazendeiros, lavradores, oleiros, sapateiros, soldados, trabalhadores e homens que viviam das suas fazendas<sup>64</sup>. Isto é, quer as amas-de-leite quer as do seco parecem ter o mesmo tipo de vida.

Como no registo de entrada dos expostos se foram anotando dados, conhecemos partes dos destinos de muitas destas crianças. Isto é, os nomes das amas que tiveram, as datas em que foram entregues, a substituição de amas, quando tal aconteceu, e as datas em que os expostos faleceram. É visível que muitas amas – quer de leite quer do seco – acolheram mais do que um exposto. A mortalidade era elevada mas a procura de amas também. Na realidade, quase todas as amas, quer de leite quer do seco, cuidaram de mais do que uma criança, embora sem ser em simultâneo. Mesmo nos dois casos dos expostos gémeos foram os mesmos separados. Algumas amas continuaram as suas carreiras, com crianças diferentes, tratando primeiro dos mais pequenos, depois dos maiores de ano e meio. Dos sobreviventes apenas nos é dado saber que a parda Maria, entregue a 30 de Novembro de 1785 na Casa da Roda, foi emancipada a 22 de Março de 1815<sup>65</sup> e que quatro raparigas ficaram a servir na referida instituição.

<sup>63</sup> Lisboa, AHSCML, CE/EA/NO/04/liv. 1, fol. 24v.

<sup>64</sup> Lisboa, AHSCML, CE/EA/CS/04/ liv. 1.

<sup>65</sup> Lisboa, AHSCML, CE/EE/EB/03, liv 1, fol. 63v. Alguns estudos sobre expostos dão conta de aspectos relevantes afectos à vida adulta. Cf. Maria Antónia Lopes, “Os Expostos

Todos os estudos acerca de expostos dão conta das elevadas percentagens de mortes<sup>66</sup>. Os pretos e pardos não constituíram qualquer exceção, apresentando uma taxa de 76,7%, mais alta do que aquela que se conhece para a totalidade dos expostos de Lisboa no período de 1787 a 1818<sup>67</sup>. Entre 1780 e 1807 entraram 405 negros e mulatos, dos quais faleceram, nesse mesmo período, 311. De outras seis sabemos que os óbitos ocorreram dois em 1808, um em 1809 e os restantes três em 1838, 1858 e 1897, isto é, já na idade adulta. Apenas uma criança entrou morta, desconhecendo-se se a mesma já havia ou não sido baptizada<sup>68</sup>. Dos restantes, ignoramos as datas em que faleceram já adultos. Para o período em estudo, a média de mortes por ano foi de 11, o que esconde grandes assimetrias, como os anos de 1782 a 1785, os mais mortíferos, e os anos de 1804 a 1806, aqueles em que a morte fez menos vítimas, como se pode ver pelo gráfico.

---

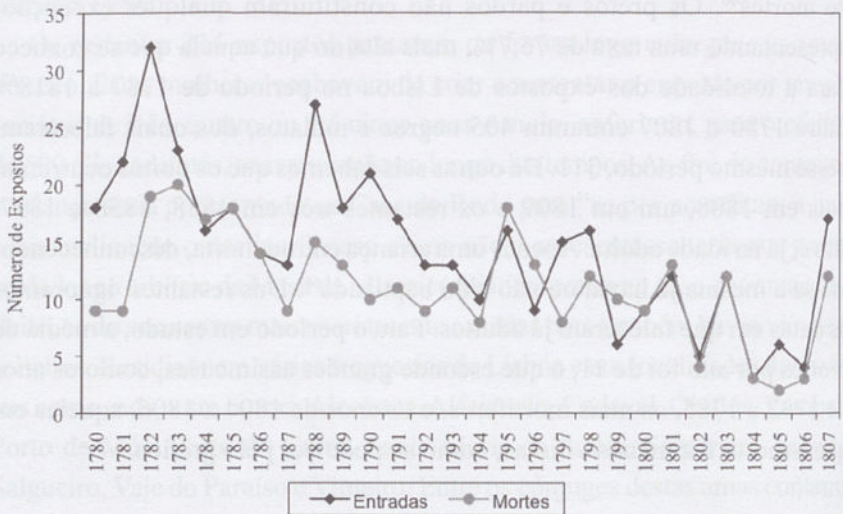
no Concelho da Meda [...]”, pp. 155-159; Idem, *Pobreza, Assistência e Controlo Social* [...], vol. 1, pp. 239-330; Maria da Luz Ferreira Gouveia, *O Hospital Real dos Expostos de Lisboa (1786-1790)* [...], pp. 80-90; Ana Maria Pires da Silva, *O Casamento dos Expostos na Freguesia do Santíssimo Sacramento de Lisboa (1736-1887)*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em Antropologia Social apresentada ao Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2002.

<sup>66</sup> Maria Antónia Lopes, “Os Expostos no Concelho da Meda [...]”, pp. 152-155; Idem, *Pobreza, Assistência e Controlo Social* [...], vol. 1, pp. 318-319; Laurinda Abreu, *A Santa Casa da Misericórdia* [...], pp. 85-87; Isabel dos Guimarães Sá, *A Circulação das Crianças* [...], pp. 205-210; Sebastião Matos, *Os Expostos da Roda de Barcelos* [...], pp. 170-174; João Alves Simões, *Os Expostos da Roda de Góis* [...], pp. 124-138; Graça Maria de Abreu Arrimar Brás dos Santos, *A Assistência da Santa Casa* [...], pp. 173-180; Maria da Luz Ferreira Gouveia, *O Hospital Real dos Expostos* [...], pp. 54-63; Maria de Fátima Reis, *Os Expostos em Santarém* [...], pp. 119-120. No estrangeiro a situação era semelhante. Cf. Claude Larquié, “La Mise en Nourice [...]” pp. 136-138; Volker Hunecke, “Les Enfants Trouvés [...]”, pp. 11-12; Alain Bideau, Guy Brunet, “La Mortalité des Enfants trouvés dans le Département, de l’Ain aux XVIII<sup>e</sup> et XIX<sup>e</sup> siècles », *Enfance Abandonnée et Société en Europe XIV<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècle*, Roma, École Française de Rome, 1991, pp. 219-248; Jean-Claude Sangoï, “La Mortalité Infantile en Europe Occidentale au XVIII<sup>e</sup> siècle”, *La Petite Enfance dans l’Europe Médiévale et Moderne*, estudos reunidos por Robert Fossier, Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, 1977, pp. 191-210; Colin Heywood, *A History of Childhood. Children and Childhood in the West from Medieval to Modern Times*, Cambridge, Oxford, Malden, Polity Press, 2001, p. 59-60.

<sup>67</sup> João Pedro Ferro, *A População Portuguesa no Final do Antigo Regime (1750-1815)*, Lisboa, Presença, 1985, p. 79.

<sup>68</sup> Sobre as crianças mortas sem baptismo, cf. Jacques Gélis, *Les Enfants des Limbes. Mort-Nés et Parents dans l’Europe Chrétienne*, [s.l.], Audibert, 2006.

Gráfico 2 - Entradas e Mortes dos Expostos (1780-1807)



Partindo do princípio, não totalmente evidente, que as crianças cujas idades não foram indicadas eram recém-nascidas, podemos verificar que, dos 311 expostos falecidos, 105, ou seja, 33,8% morreram durante o primeiro mês de vida e que 267, isto é, 85,8%, não chegaram a completar um ano. Não obstante, às amas do seco foram entregues 214 crianças. Ultrapassaram os sete anos, 92 crianças, ou seja, 22,7% dos abandonados pretos e pardos que deram entrada na Casa da Roda de Lisboa.

A elevada mortalidade das crianças em geral<sup>69</sup> e dos expostos em particular levou, desde o século XVII, a discussões académicas sobre a

<sup>69</sup> Muitos acidentes e problemas de saúde eram responsáveis pela morte de crianças e de adultos. Esta realidade acabou por ter repercussões na religiosidade popular, levando as populações a solicitar a intercessão dos santos e da Virgem para recuperar a saúde. Cf. Isabel M. R. Mendes, *O Mosteiro de Guadalupe e Portugal (séculos XIV-XVIII). Contribuição para o Estudo da Religiosidade Peninsular*, Lisboa, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994; Idem, "Milagres de Nossa Senhora de Montserrat num Códice da Biblioteca Nacional de Lisboa", *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. 33, Lisboa-Paris, 1994, pp. 663-721; Pierre André Sigal, « Les Accidents de la Petite Enfance à la fin du Moyen Âge d'après les Récits de Miracles », *La Petite Enfance dans l'Europe Médiévale et Moderne*, estudos reunidos por Robert Fossier, Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, 1997, pp. 59-76; Albrecht Burckardt, *Les Clients des Saints: Maladie et Quête du Miracle à travers les Procès de Canonisation de la première moitié du XVII<sup>e</sup> siècle en France*, Roma, École Française de Rome, 2004, pp. 207-229.

questão. Neste domínio, os médicos tiveram papel de relevo ao proporem novos processos de aleitamento e diversas experiências nas quais os expostos acabaram por ser crianças cobaias. Contudo, a maior parte destes esforços não teve bons resultados<sup>70</sup>. Em Portugal, a questão também teve eco, em particular durante o século XIX. Pensemos nos textos de José Pinheiro de Freitas Soares e de Joaquim Pedro Fragoso de Siqueira, ambos publicados em 1812. O primeiro defendeu o uso de leite de vaca para alimentar as crianças em geral e os expostos em particular, alegando ser o mais parecido com o leite materno<sup>71</sup>. O segundo defendeu o recurso ao leite de cabra em detrimento do de ovelha<sup>72</sup>.

Factores como o estado de saúde e de nutrição da criança à chegada, os comportamentos das amas, o clima, as condições das casas em que viviam, as epidemias e as guerras podem ajudar a compreender as elevadas taxas de mortalidade. De qualquer modo, para os anos em causa, apenas o início da primeira invasão francesa poderá explicar a subida de mortes no ano de 1807, consentânea também com o aumento das entradas de expostos. Para os restantes anos de mortalidade elevada não temos explicações, apesar de serem conhecidos picos de mortalidade na cidade de Lisboa – os quais abrangeram a população em geral – nos anos de 1785-1788, 1792-1793 e no final da centúria, motivados por epidemias de febre tifóide, paratifóide, desintéria, tifo exantemático e febre palustre, bem como pelo aumento dos preços dos cereais<sup>73</sup>.

<sup>70</sup> Marie-France Morel “À Quoi servent les Enfants Trouvés? Les Médecins et le Problème de l’Abandon dans la France du XVIII<sup>e</sup> siècle”, *Enfance Abandonnée et Société en Europe XII<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècle*, Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 837-858; Teodoro Afonso da Fonte, *No Limiar da Honra e da Pobreza* [...], pp. 175-181 e 348-352.

<sup>71</sup> José Pinheiro de Freitas Soares, *Memoria sobre a preferênciã do Leite de Vaccas ao Leite de Cabras para o sustento das Crianças, principalmente nas grandes Casas de Expostos e sobre alguns outras Materias que dizem respeito a Criação delles*, Lisboa, Tipografia da Academia, 1812.

<sup>72</sup> Joaquim Pedro Fragoso de Siqueira, “Memoria sobre a Creação e Vantagens do Gado Cabrum em Portugal”, *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o Adiantamento da Agricultura, das Artes e da Industria em Portugal e nas Conquistas*, tomo 4, Lisboa, Tipografia da Academia, 1812.

<sup>73</sup> João Pedro Ferro, *A População* [...], pp. 76-77.

3. Os escravos negros chegaram a Portugal em 1441, rapidamente começaram a organizar-se e a tentar proteger-se, nomeadamente através da instituição de irmandades sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, cuja primeira foi fundada em Lisboa no ano de 1494. No Reino, dedicaram-se aos trabalhos domésticos, à agricultura, ao carregamento de navios e de carvão, à lavagem e escamação de peixe, à limpeza das ruas e desempenhavam ainda actividades em ferrarias. De qualquer modo, tiveram tendência para ir diminuindo, ao contrário do que aconteceu no Brasil onde o número de escravos negros aumentou significativamente ao longo dos séculos, ligado em especial aos engenhos de açúcar e à extracção de ouro e de gemas, em especial diamantes. Naquela colónia, a miscigenação deu origem a um importante e crescente número de mulatos os quais optaram por outras devoções tais como Nossa Senhora de Guadalupe, Nossa Senhora do Terço, Nossa Senhora do Amparo e, mais tarde, Nossa Senhora da Conceição, São Gonçalo Garcia (só canonizado em 1862, mas tido como santo no século XVIII e visto como o primeiro santo pardo da América) e Santo Elesbão e Santa Efigénia (africanos, o primeiro teria sido imperador da Etiópia e a segunda rainha da Núbia, segundo a tradição hagiográfica). Os pardos – que no Brasil faziam questão de não serem chamados mulatos, apresentando tal termo uma conotação negativa – e os negros escolheram devoções que comunicaram expectativas a respeito das hierarquias sociais e religiosas evidenciando diferenças<sup>74</sup>.

No Reino, os negros e os mulatos em estudo viveram numa época que assistiu ao início das campanhas abolicionistas na Europa<sup>75</sup>, em que o tráfico

<sup>74</sup> Sobre esta temática, cf. Larissa Viana, *O Idioma da Mestiçagem. As Irmandades de Pardos na América Portuguesa*, Campinas, Editora da Unicamp, 2007. Sobre crianças pardas no Brasil, expostas e não expostas, cf. Maria Beatriz Nizza da Silva, “O Problema dos Expostos na Capitania de São Paulo”, *Revista de História Económica e Social*, vol. 5, Lisboa, 1980, pp. 95-104; Maria Luiza Marcilio, “Marginalidade, Pobreza e Abandono de Crianças no Brasil: séculos XVIII e XIX”, *Revista de Ciências Históricas*, vol. 11, Porto, 1996, pp. 163-173; Julita Scarano, “Crianças Esquecidas das Minas Gerais”, *História das Crianças no Brasil*, organização de Mary Del Priore, São Paulo, Contexto, 2000, pp. 119-125; *Uma História Social do Abandono das Crianças. De Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX*, organização de Renato Pinto Venâncio, São Paulo, Alameda, Editora PUC Minas, 2010, na qual se reúnem diversos trabalhos relevantes sobre a matéria.

<sup>75</sup> António Carreira, *Notas sobre o Tráfico Português de Escravos*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1983, p. 13, *passim*;

de escravos em direcção à metrópole já estava proibido, desde 1761<sup>76</sup>, mas em que a alforria surgia ainda como uma conquista individual, pois era objecto de compra ou de dádiva<sup>77</sup>. Então, tal como no passado, o negro era ridicularizado em versos satíricos, folhetos de humor, almanaques e peças de teatro, onde o recurso à chamada “língua de preto” – com a adulteração do português na boca dos africanos – evidenciava a desigualdade e inferioridade do negro face ao branco<sup>78</sup>, apelando ao jocoso e provocando o riso. Na própria Corte de D. Maria I, a presença dos chamados “pretos da Rainha”, um grupo de negros anões que compreendia um negro pigarço alardeava o exotismo em voga<sup>79</sup>. As marcas na toponímia – rua do Poço dos Negros, rua das Pretas, Pátio das Pretas, para só referir o caso de Lisboa – e a presença dos negros nos provérbios – citem-se apenas alguns: *O trabalho é bom para o preto; Preto velho não aprende línguas; Ganhá-lo como um preto e gastá-lo como um fidalgo; Meu preto não gosta de favas, favas no preto; Quem é preto de nação, nem a poder de sabão; Ao bom cavalo, espora – ao bom escravo, açoite*<sup>80</sup> – são outros elementos que confirmam a presença e o *status*, ou a falta dele, dos negros na sociedade portuguesa setecentista. Finalmente, o sangue negro impedia o acesso a cargos e dignidade a todos os que eram negros ou mulatos<sup>81</sup>.

José Pedro Marques, *Os Sons do Silêncio: o Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1999, p. 34, *passim*.

<sup>76</sup> Didier Lahon, “Da Escravidão à Liberdade [...]”, pp. 79-98.

<sup>77</sup> Sobre as alforrias deste período, cf. Francisco Santana, “De Coisa a Pessoa – Análise de Alforrias Setecentistas”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 117.<sup>a</sup> série, n.º 1-2, Lisboa, 1999, pp. 181-204.

<sup>78</sup> José Ramos Tinhorão, *Os Negros em Portugal. Uma Presença Silenciosa*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Caminho, 1997, pp. 187-331; Maria do Rosário Pimentel, *Viagem ao Fundo das Consciências. A Escravatura na Época Moderna*, Lisboa, Colibri, 1995, p. 57; Clara Rodrigues Dias Baltasar Lopes, *Preto em Cordel (século XVIII). Jogo, Subversão, Preconceito*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Literatura e Cultura Portuguesas – Época Moderna, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1996; Isabel Castro Henriques, *A Herança Africana em Portugal*, Lisboa, CTT Correios de Portugal, 2008.

<sup>79</sup> Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Os ‘Pretos da Rainha’. Serviços Exóticos na Corte de D. Maria I”, *IV Congresso Histórico de Guimarães. Do Absolutismo ao Liberalismo. Actas*, vol. 2, [Guimarães], Câmara Municipal de Guimarães, 2009, pp. 37-67.

<sup>80</sup> Maria do Rosário Pimentel, *Viagem ao Fundo [...]*, pp. 58-59.

<sup>81</sup> Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “A Mulatice como Impedimento de Acesso ao ‘Estado do Meio’”, *O Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades. Actas*, Lisboa, Instituto Camões, 2008. Disponível em *cd rom* e *on line* através do endereço

Não obstante toda esta situação desfavorável, homens como José António de Castilho Furtado de Mendonça preocuparam-se em proteger dos “grilhões do cativoiro” crianças pretas e pardas cuja situação era de dupla pobreza e indigência, para não dizer miséria quase total. Os expostos brancos eram crianças muito pouco afortunadas, os expostos pretos e pardos juntavam a cor da pele ao abandono, configurando uma situação de dupla exclusão social. Neste grupo equacionar as questões da ilegitimidade *versus* pobreza ou a prática do abandono como meio de controlar o número de filhos parece ser bastante irrelevante. As estratégias pessoais de sobrevivência dos progenitores em época de crescente abandono infantil que, como se viu, era um problema estrutural e não conjuntural, foram paralelas ao incremento dos programas de protecção dos menores ligados aos ideais iluministas, um pouco por toda a Europa<sup>82</sup>. Os pais dos expostos negros e mulatos mais não fizeram do que aproveitar uma onda crescente em vigor por toda a Europa.

---

electrónico: [http://www.instituto-camoes.pt/cvc/eaar/coloquio/comunicacoes/isabel\\_drumond\\_braga.pdf](http://www.instituto-camoes.pt/cvc/eaar/coloquio/comunicacoes/isabel_drumond_braga.pdf).

<sup>82</sup> Hugh Cunningham, *Children and Childhood in Western Society since 1500*, Harlow, Longman, 1995, pp. 121-133; Buenaventura Delgado, *Historia de la Infancia*, Barcelona, Ariel, 2000, pp. 156-159.

# No trilho histórico do cancro: percepções de incurabilidade, invocações sagradas e rejeição da medicina científica\*

Rui Manuel Pinto Costa

CITCEM-FLUP (Centro de Investigação Transdisciplinar: Cultura, Espaço, Memória  
– Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

CEIS20

rcosta75@gmail.com Texto recebido em/ Text submitted on: 08/10/2010

Texto aprovado em/ Text approved on: 30/08/2011

## *Resumo/Abstract:*

Enfermidade frustrante, tanto pela natureza insidiosa do seu crescimento, quanto pela proverbial resistência às tentativas terapêuticas da medicina científica, a compreensão humana sobre o cancro dependeu das crenças médicas sobre a natureza biológica dos tumores malignos, da ineficácia da terapêutica, e ainda dos valores, dor, sofrimento e modo como vemos o nosso próprio corpo. É o símbolo visível da mais angustiante percepção humana sobre a doença, cujas matrizes culturais mergulham no nosso passado mais recôndito. O presente artigo desenrola-se em redor da imemorial ideia de incurabilidade suscitada pela doença oncológica, patente nos séculos XVIII, XIX e ainda em meados do século XX, debruçando-se sobre alguns aspectos culturais que lhe são muito próprios.

Being a frustrating disease, as a result of the malignant nature of its growth and the resistance to the therapeutical attempts of scientific medicine, the human understanding of cancer depended on several aspects: the medical beliefs about the biological nature of neoplasmas, the ineffectiveness of medical treatments, and most of all, the atmosphere of suffering and pain. The present article approaches the immemorial idea of cancer incurability, present throughout the 18<sup>th</sup>, 19<sup>th</sup> and first half of the 20<sup>th</sup> century, pointing out some particular cultural aspects that surround this disease.

## *Palavras chave/Keywords:*

Cancro; Doença; Medicina.

Cancer; Disease; Medicine.

---

\* Este artigo é um segmento narrativo de uma problemática mais extensa, sendo parte de um projecto de doutoramento onde o autor aborda historicamente a estruturação e normalização da luta contra o cancro em Portugal, entre meados do século XIX e o terceiro quartel do século XX.

“O canceroso, como o tuberculoso, nunca faz ideia do seu estado; na véspera da terminação fatal da doença, tem ainda ilusões que causam a maior surpresa.”<sup>1</sup>

José de Oliveira Lima, 1907

É interessante notar que, em larga medida, a egrégia visão hipocrático-galénica sobre a incurabilidade do cancro perdurou de tal forma nas mentalidades ao longo de tanto tempo, que mesmo nos dias de hoje há quem o considere à partida incurável, demorando por longo tempo a procura de tratamento médico adequado, mesmo quando este se encontra disponível.

No que à medicina científica concerne, desde a época moderna que tanto os doentes como os médicos inscreviam a sua compreensão do cancro num quadro comum, que, na sua essência, afectava o sujeito como um todo, mas que era sempre visto como singular, próprio de cada um e indissociável do indivíduo. A doença podia-se manifestar localmente, mas constituía a súpula ou a conjunção de vários problemas, que iam de defeitos constitucionais da pessoa, do seu património hereditário, dos seus hábitos alimentares, ou outros, conforme a explicação mais plausível para o médico. O diagnóstico passava pela observação dos sinais e apreciação dos sintomas mais evidentes, observáveis e passíveis de uma interpretação nem sempre igual, o que no caso dos cancros internos, raramente detectados, se tornava sumamente difícil e habitualmente impossível de realizar em vida. Este quadro perceptivo manteve-se até ao advento do século XIX.

A emergência da medicina hospitalar e a introdução do método clínico-anatómico permitiram um novo olhar médico sobre as doenças em geral e acerca do cancro em particular. A banalização do uso do microscópio permitiu observar as mudanças celulares nos tumores, desviando a atenção dos médicos para o campo celular. Em finais de oitocentos, a maioria não duvidava em catalogar o cancro como doença local, mas de consequências sistémicas. Se até então era habitualmente considerada uma maleita do indivíduo no seu todo, em finais do século XIX a atenção tinha-se deslocado para as manifestações locais da doença, e ainda para as células cancerosas

<sup>1</sup> LIMA, José de Oliveira – *O problema do cancro: etiologia e tratamento*. Tese de doutoramento. Porto: Typ. a vapor de Arthur José de Souza & Irmão, 1907, p. 318.

susceptíveis de constituírem a origem de novos crescimentos tumorais noutras regiões do corpo.

Neste contexto, o tratamento passava a ser não só do apanágio exclusivo do médico, mas sobretudo do bisturi do cirurgião, que dispunha das competências técnicas necessárias para o classificar cientificamente, mas sobretudo para o abordar na sua localização mais recôndita.

E se o pensamento médico dominante sobre a origem do cancro se foi alterando muito lentamente desde Hipócrates, num processo que durou milénios, tanto as possibilidades terapêuticas como a percepção humana negativa e terrificante da doença permaneceram invariavelmente as mesmas desde a antiguidade até ao século XIX, adentrando profundamente no século XX.

### A sinonímia da morte e o repúdio do incurável

Em termos de discurso médico, a literatura científica de cada época caracterizava-o sempre com recurso a uma prosa invariavelmente sombria e de desfecho fatalista, visto enquanto mal terrível e quase sempre mortal. Os médicos reconheciam a doença, tentavam sistematizá-la, mas também declaravam abertamente a sua débil compreensão sobre a etiologia da mesma. Se os médicos gregos da antiguidade ligavam o cancro ao mundo aquático, lugar mítico de onde provinha o monstruoso e o inesperado, na Idade Média, Isidoro de Sevilha continuava a aceitar as mesmas premissas, definindo-o como uma praga incurável, que exigia uma intervenção cirúrgica apenas para prolongar ligeiramente a vida, ou quando muito, retardar por pouco tempo a morte apazada.<sup>2</sup>

A impotência médica plasmada nos relatórios das observações clínicas dos doentes reflectem o sofrimento, a dor, e a inexorabilidade de um desfecho conhecido. São a imagem vibrante de uma doença que ultrapassava as

---

<sup>2</sup> *"Cancer a similitudine maritimi animalis vocatum vulnus (sicut medici dicunt) nullis medicamentis sanabili. Aut ergo precidi sole a corpore membrum, ubi nascitur, ut aliquanto diutius uiuat: tamen inde mortem, quamlibet tardius affuturam."* In S. ISIDORI – *Hispalensis Episcopi Hispaniarum Doctoris Opera Omnia*. Romae: Typis Antonii Fulgonii, 1798, pp. 181-182.

capacidades da medicina, e que, como tantas outras, se plasmava em prosa pungente, delineada nas mais gráficas descrições encontradas nos escritos médicos. Quando no século XVI Amato Lusitano referia que num dos seus doentes as “*dores acompanhavam sempre esta chaga*” e, por fim, foram “*mais fortes e graves que nunca*”<sup>3</sup>, é de ressaltar que este tipo de discurso angustiante e fatalista se manteve inalterado até ao tempo presente.

António Ferreira relata em 1705 um caso de cancro da mama inoperável, aludindo aos padecimentos da doente e à sua própria incapacidade para realizar qualquer tipo de abordagem cirúrgica ou remédio curativo:

“(…) manifestamente vejo, que o achaque, que esta senhora padece, ha hum cancro ulcerado, enfermidade taõ ruim, como trabalhosa, taõ cruel, como mortifera, (...) se tem alastrado, de modo que occupa a cintura, & sovaco, sendo já total impedimento ao braço, ha já febre, e debilitaçoes de forças, (...) No estado em que ao presente está, não admite esta [cirurgia], pois allem de não concorrerem as condiçoens ditas, não está capaz pela debilidade do sujeito, senão a paleativa, com que paleando se va dilatando a vida por mais annos.”<sup>4</sup>

Em 1741, no seu *Methodo facilimo e experimental para curar a maligna enfermidade do cancro*, o cirurgião Anastácio da Nóbrega refere-se-lhe como sendo uma “(…) enfermidade tão fera, que à violência de sua fúria parece impossivel escapar, o que por infortunio caiu em suas garras, podendo-se supor infeliz na possessão de tão desumano mal. É um ardiloso veneno, que entrando com suavidade a nascer, acaba com rigor a maltratar; e de sorte que se não contenta, sem que devore a mais preciosa prenda da saúde, e por conseguinte, sem que roube a mais estimável jóia da vida.”<sup>5</sup>

No primeiro quartel do século XIX as diferenças de discurso médico não existem. Os relatos clínicos eram tão precisos nessa altura como o são hoje,

<sup>3</sup> BRANCO, João Rodrigues de Castelo (Amato Lusitano) – *Primeira Centúria de Curas Médicas*. Trad. de Firmino Crespo. Lisboa: Livraria Luso-Espanhola, 1946, p. 113.

<sup>4</sup> FERREIRA, António – *Luz verdadeyra e recopilado exame de toda a cirurgia*. Lisboa: na Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1705, pp. 421 e 423.

<sup>5</sup> NÓBREGA, Anastácio da – *Methodo facilimo e experimental para curar a maligna enfermidade do cancro... : dedicado ao senhor Francisco Teixeira Torres, Medico da camera de Sua Magestade...* Lisboa Occidental: na Officina de Antonio Correa Lemos, 1741, p. 2.

muito descritivos nas minudências e pormenores a que aludem, pintando quadros vivos de verdadeiro sofrimento humano. As fases avançadas são descritas como detalhe de um grafismo muito claro, algo que só um cirurgião habituado a esta doença consegue descrever; verdadeira medicina baseada na evidência sem necessidade de comprovação laboratorial do diagnóstico:

“Quando o cancro tem chegado a este grao, estende os seus destroços a toda a economia: as penas que o enfermo soffre, não lhe deixarão algum repouso; os tempos quentes e tempestuosos exasperão os seus males; a magreza he extrema, a pelle seca, e como terrosa; os ossos tornão-se frageis por perderem a sua geletina; as feições do rosto se alterão; e exprimem ao mesmo tempo a dôr fysica, e a desesperação; as glandulas linfaticas do interior se enfartão, e suppurão; a febre lenta acaba de consumir as forças já esgotadas por esta reunião de accidentes. Tal he o curso do cancro abandonado a si mesmo.”<sup>6</sup>

Em 1865, João de Lacerda relatava o caso de um doente com cancro do fígado internado no Hospital de Santo António, anotando:

“Dia 20 – Passou mal de noite com dôres no tumor, anciedade, e insomnia. Apresenta-se á hora da visita com respiração entrecortada, ancioso, pulso a 128, pequeno, duro; calor de pele muito exagerado. Localmente em volta da escara um circulo inflamatório, mais intenso do que se achava no dia antecedente. O tumor do mesmo volume. (...)

Dia 27 – Morte à uma da manhã.”<sup>7</sup>

Duas décadas mais tarde, Silva Carvalho descrevia com todo o pormenor os sofrimentos de uma doente portadora de cancro esofágico:

<sup>6</sup> LEGOUAS, F. M. V. – *Novos principios de cirurgia, resumidos das obras dos authores modernos conforme o plano do livro de G. de la Faye ...* T. II. Lisboa: na Typografia Rollandiana, 1817, p. 320.

<sup>7</sup> LACERDA, João Cesário de – *Apontamentos para a descripção pathologica do cancro do fígado*. These apresentada e defendida em Julho de 1865. Lisboa: Imp. de J. G. de Sousa Neves, 1865, pp. 32- 33.

“Continuei com o mesmo tratamento, aumentando a dose do brometo com que pretendia combater os espasmos do esófago, o estado de excitação em que se achava a doente e as insónias. O estado da doente agravava-se dia para dia (...) Em seguida a estas alterações do regimen [dieta alimentar] seguiam-se muitas vezes crises dolorosíssimas em que a doente se rolava no leito com ansias enormes e vômitos que a deixavam muito extenuada. A disfagia foi aumentando mais e mais até que se tornou completa, as tentativas de engulir leite ou mesmo água simples tinham por único resultado aumentar-lhe os sofrimentos, sem proveito algum porque o líquido bebido era imediatamente deitado fora.”<sup>8</sup>

Os sintomas, por vezes vagos e negligenciados, levavam ao alongar da doença quantas vezes silenciosa, até ao momento em que mais nada se podia fazer. Este carácter potencialmente sub-reptício tornou-se característica quase indissociada do cancro oculto. O poeta e prosador alemão Theodor Storm, que morreu em 1888 de um cancro do estômago, descreveu o seu padecimento num pequeno poema intitulado o “Princípio do Fim” (*Beginn des Endes*):

“Uma picada! Uma dor ligeira!  
Que nem sequer se sabe esclarecer,  
Mas que tira o prazer da vida inteira,  
Pois insistindo volta o seu doer!

Como queixar-me se o não sei dizer?  
Com que palavras traduzir a queixa?  
Sinto em meu âmago este meu sofrer  
De um mal que existe, que já me não deixa!

<sup>8</sup> CARVALHO, Silva – “Revista clinica. Cancro do esophago. Alimentação durante muitos dias por meio de clysteres” *A Medicina Contemporânea*. (1887), 155.

O mundo roda e tão velozmente  
Como depressa se perdeu a esperança!  
O mal começa e já não sai da mente  
Que a negra foice toda a gente alcança!”<sup>9</sup>

O mesmo se pode deprender da descrição que António Elias faz da evolução do cancro esofágico, justificada pelo largo conjunto de sintomas que acabam por tornar penoso o prolongar da doença:

“Outras vezes o doente é atormentado por violentos acessos de sufocação ou por uma dyspnea violenta, (...) A fome e, sobretudo, a sede torturam o doente, e aparece uma salivação muito abundante; a cachexia accentua-se rapidamente, as dores exasperam-se, e o doente morre de inanição ou de cachexia cancerosa, quando alguma perfuração do appa-relho pulmonar ou circulatório não abrevia ainda mais os seus sofrimentos. (...) Depois de o cancro entrar em ulceração, a marcha da doença é geralmente rápida, e se algumas vezes aparece uma atenuação nos phenome-nos de dysphagia, esta é passageira e enganosa, significando apenas que houve deslocamento de alguma massa neoplasica, do que resulta um alargamento temporário no calibre do esophago. Quando assim é, as complicações graves (hemorragias, infecções bronchicas, pulmonares e pleuraes) não tardam a aparecer, tornando-se a morte imminente.”<sup>10</sup>

Chegados a 1908, o tratamento paliativo era ainda, na maioria dos casos, a única resposta médica possível e eticamente aceitável para aqueles em estado avançado. De tal modo assim era que “*Quando o tumor maligno (...) é inoperável ou quando o doente recusa a intervenção cirurgica, pode-se e deve-se utilizar o tratamento médico de maneira a calmar a dôr*

<sup>9</sup> Poema traduzido e transcrito em DIAS, Maria Teresa Furtado – O cancro do esófago e do estômago. *Boletim do IPO*. Vol 19. Nº 5 (1952) 10.

<sup>10</sup> ELIAS, António Duarte Lima – *Apertos do Esophago (Um caso clínico)*. Porto: 1902, pp. 41-42.

*e a levantar o estado moral.*”<sup>11</sup> Daí que a preparação dos doentes não fosse menosprezada, cabendo ao médico um papel importante na atenuação do impacto psicológico da doença em fase incurável:

“O medico nunca deve trahir pelo seu rosto o mínimo signal que a doente nunca possa desconfiar que está perdida. (...) Se a doente fálla de sorte deve-se tratar do assumpto mostrando-lhe que a doença é seria mas que pode viver durante muito tempo e que doentes declarados perdidos muitas vezes se têm curado. Se a doente apertar com muitas perguntas far-se-a calar pretextando que a fadiga de fallar lhe é altamente prejudicial. É preciso sempre convencer a doente que está atacada de uma-doença crónica para cuja cura o tempo concorre mais que as medicações, evitando sempre que dos seus lábios saia a pallavra incurável.”<sup>12</sup>

Nos anos 20 do século XX, o trabalho estatístico de Frederick Hoffman sobre o impacto social do cancro era citado com inusitada frequência, recolhendo-se do mesmo algumas frases lapidares que também serviram fins de propaganda anticancerosa. Ficou célebre uma expressão que utilizou ao definir a doença e o seu inexorável fim, ao referir que “*A morte por cancro é o capítulo final de um drama horrível da vida humana.*”<sup>13</sup>

Pela mesma altura, Marques dos Santos não duvida ao afirmar que “*O canceroso morre no mais trágico abandono, embora se saiba que o seu mal é, por vezes, curável em determinadas circunstâncias (...)*”<sup>14</sup> Na verdade, acontecia com o cancro o mesmo que se passava com a tuberculose, mas a matriz psicológica que a rodeava era substancialmente diferente, apesar do resultado final ser o mesmo.

<sup>11</sup> Notas clinicas e therapeuticas. Tratamento médico dos tumores malignos da larynge. *Porto Médico* 5º Ano. Nº 9 (1908) 280.

<sup>12</sup> BORGES, Humberto Ferreira – *Tratamento do cancro uterino inoperável*. Dissertação inaugural apresentada à Faculdade de Medicina do Porto. Porto: 1911, pp. 58-59.

<sup>13</sup> Cartaz de propaganda do Instituto Português de Oncologia em 1935, reproduzindo a frase de Frederick Ludwig Hoffman.

<sup>14</sup> SANTOS, João Marques dos – *A Luta Anti-Cancerosa em Portugal*. (Conferência realizada em 26 de Fevereiro de 1925, na Associação dos Médicos do centro de Portugal). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925, p. 43.

Esta carga psicológica, muito distinta e propiciadora da sua ocultação, encontra-se expressa de modo particularmente feliz nas palavras de Norberto Lopes, que em 1937 se indignava com a permanência de uma mentalidade diferenciada sobre o cancro face às demais doenças: “Porque se há-de ocultar o cancro, como se fosse uma doença censurável? Porque não pertence à categoria das doenças elegantes? Louvado Deus! Será mais elegante morrer de uma pneumonia que dum cancro?”<sup>15</sup>

Na década de 30, o sofrimento das fases terminais leva alguns clínicos a contemplar e até a propor a possibilidade da eutanásia, ressaltando a inexorabilidade de um sofrimento geralmente atroz: “Como fazer o diagnóstico precoce de tal doença que caladamente se instala, e caladamente progride, evoluçionando com maior ou menor rapidez para uma fatal generalização inacessível à terapêutica actual, e cujos quadros finaes explicam, e nos fazem respeitar, os civilizados que aprovam e defendem a eutanásia de alguns dos povos selvagens?”<sup>16</sup>

No caso dos carcinomas metastizados, ulcerados e/ou supurantes, a cirurgia paliativa continuava a ser uma realidade nos anos 40, de tal modo que Francisco Gentil não deixa de a colocar como opção: “Quando não podemos curar temos o dever de diminuir o sofrimento e prolongar a vida, ainda que assim vamos criar condições para observar mais metástases a distância.”<sup>17</sup>

A procura dos serviços médicos especializados, mesmo quando estes já existiam, eram propagandeados e funcionavam há muitos anos, não deixou de coexistir com uma mentalidade que receava recorrer aos médicos nas fases precoces da doença, o que não deixava de espantar um médico do Instituto Português de Oncologia em 1962:

<sup>15</sup> LOPES, Norberto – Tem dez anos de vida o instituto Português de Oncologia e inestimáveis serviços prestados à população e à ciência. *Diário de Lisboa*. (18 de Dezembro de 1937). In *Boletim do IPO*. Vol. 5. Nº 1 (1938) 8.

<sup>16</sup> BASTOS, Henrique – O cancro da próstata. *A Medicina Contemporânea*. Ano LI. Nº 13 (26 de Março de 1933) 84.

<sup>17</sup> GENTIL, Francisco – Conduta seguida na terapêutica do cancro genital pelo Instituto Português de Oncologia. *Arquivo de Patologia*. Vol. 20. Nº 2 (1948) 139.

“É surpreendente a percentagem de doentes que recorrem ao IPO em estado terminal, sem possibilidade de fazer qualquer tratamento, mesmo a título paliativo. É grande o número de pessoas que comparecem nas consultas, portadores de tumores extensos, inoperáveis, sem qualquer possibilidade terapêutica. São doentes que referem muitas vezes o aparecimento de uma pequena ferida ou tumor, há meses, que tentaram tratar com os remédios locais, pomadas e injeções e que se mantêm apáticos perante a evolução da doença, só procurando o médico ou o hospital quando sentem fugir-lhes as forças e a vida.”<sup>18</sup>

Talvez por isso Fernando Namora nos transmitisse um ao mais tarde uma ideia que sintetiza de forma tão subtil como acutilante o pensar da maioria da população portuguesa sobre o tema. Apesar da constante referência à doença na imprensa e dos esforços de uma propaganda não de pânico, mas de apelo à realidade, a luta contra o cancro ainda não criara um sentimento de defesa colectivo na mentalidade popular, muito simplesmente pelo facto de não ser uma doença com as características românticas como tinha sido a tuberculose:

“O cancro, hoje, dispondo de diferentes vias para se manifestar e de diferentes estímulos para sobreviver, é, sob muitos aspectos, um reflexo do ritmo tumultuoso, agressivo, traumatizante, que criámos e que interfere em quase todas as expressões da biologia. Daí, perdurar certa espécie de pessimismo, para não dizer irritação, em face das dúvidas, que o progresso científico ramifica, confessadas honestamente pelos investigadores, dúvidas que conduzem o homem da rua, ignorante mas atento, a concluir: nada se sabe sobre o cancro. (...) o público não se alista na nossa causa, que é de todos, porque o cancro não é uma doença romântica. Também as doenças precisam de uma auréola romântica quando se trate de impressionar multidões. O pavor, a repulsa, não bastam para congregar os que têm conhecimento do perigo. Pelo contrário: afastam-nos. Tem de haver uma reacção

<sup>18</sup> Uma entrevista ao Dr. Mário Vilhena. *Boletim do IPO*. Vol. 29. Nº 10 (1962) 6.

emocionada, instintiva, qualquer coisa que inflame a veia lamecha do nosso temperamento. (...) O tuberculoso forneceu material para versos, para romances, para heróis, para suspiros. Teceu paixões, infortúnios e obras-primas. (...) Com a neoplasia, nada. É repelente e estéril. Que os cancerosos e os médicos resolvam, sem alardes, as suas agruras. São lá coisa dele. (...)”<sup>19</sup>

Mas o problema decorrente da necessária mudança de mentalidade não era apanágio exclusivo dos menos informados. Em 1964, Lima Basto apontava o dedo aos próprios médicos que também promoviam indirectamente a ideia de incurabilidade da doença, retardando o envio ao IPO de doentes eventualmente tratáveis:

“A nossa experiência em Lisboa, tem-nos mostrado que muitos médicos, depois de manterem em tratamento, ou sem ele, durante longos meses, doentes com a sua neoplasia, aguardam a fase terminal para os enviarem ao Instituto Português de Oncologia. Não estamos capacitados para fazer milagres.”<sup>20</sup>

Os peritos da OMS reforçaram esta ideia um ano mais tarde, ao aludirem à atitude dos que não investiam nos casos de doentes em estado avançado, em posição bem distinta da postura que assumiam ao “(...) *cuidar atentamente de um doente cardíaco ou de um que sofra dos rins. É possível que uma tal atitude encontre as suas origens na longa e sinistra história do cancro (...)*”<sup>21</sup>, doença que o tempo rotulou de incurável e à qual todos pretendiam fugir, até mesmo o próprio médico.

<sup>19</sup> NAMORA, Fernando – O romantismo, o público e as doenças. *Boletim do IPO*. Vol. 30. Nº 3 (1963) 1-3.

<sup>20</sup> Palavras de Lima Basto in “Posse das Comissões do Núcleo do Norte da Liga Portuguesa Contra o Cancro.” *Boletim do IPO*. Vol. 31. Nº 11 (1964), 5-6.

<sup>21</sup> “Os médicos não devem abandonar os casos de cancro.” *Boletim do IPO*. Vol. 32 (1965), 3.

### Invocações sagradas

E se o discurso e respostas médicas continuaram a ser invariavelmente os mesmos, ao afectado apenas restava o recurso ao eventual apoio metafísico do sagrado. Por essa razão, o culto dos canonizados, com a atribuição de santos patronos a determinadas doenças, certamente mais ou menos prevalentes em determinados períodos históricos, serve para ilustrar o relevo dado às tribulações físicas do ser humano, que acaba por ter sempre uma inscrição muito clara nos domínios do sagrado. A invocação dos santos é um fenómeno muito disseminado, não apenas na tradição religiosa cristã, mas também noutras religiões. Contudo, o nível de “especialização” de alguns santos em doenças particulares, apenas atingiu um elevado grau de variedade e sofisticação no universo hagiológico católico.

Se bem que a frequência das doenças oncológicas ainda se pautasse pela relativa raridade até ao início do século XX, o medo e o sofrimento que despertava nunca deixaram de estar presentes, inscritos inclusive desde bem cedo no universo do mundo religioso. O culto dos santos protectores baseia-se em crenças sobre a sua influência benfazeja, na qualidade quer de advogados contra enfermidades e desaventuranças, quer de padroeiros e patronos. Estas concepções, que ultrapassaram a acção erosiva do tempo e a medicalização das populações pela medicina científica, ainda têm forte expressão nos nossos dias, sobretudo no mundo ocidental de matriz cultural judaico-cristã. O culto popular entre nós dos santos protectores ou advogados de enfermidades, estão documentados particularmente na importância que lhes é dada pelos clérigos nos múltiplos registos hagiográficos da crónica que chegou até nós.<sup>22</sup>

Neste sentido, é fácil compreender que Santa Ágata de Palermo, mártir cristã do século III à qual amputaram os seios, se tenha tornado a padroeira das doenças mamárias e em particular do cancro da mama. Na iconografia, a mártir é muitas vezes representada segurando uma bandeja com os dois peitos amputados. Um culto muito menos comum entre nós é o de

---

<sup>22</sup> A título de exemplo, veja-se a importância das hagiografias em COSTA, Rui Manuel Pinto; OLIVEIRA, Luís Alexandre de Sousa – A saúde do corpo e do espírito. Uma análise das crónicas dos eremitas de Santo Agostinho na sua vertente assistencial. *Servir*. Vol. Nº 54 – Nº 6 (2007) 264-273.

São Ludgero, nascido na Frísia em 745, cuja invocação é preconizada contra os tumores da garganta.<sup>23</sup>

Do mesmo modo que São Francisco de Assis abraçava os leprosos num acto de amor cristão, mais tarde, no século XIV, Santa Catarina de Siena provara a sua caridade heróica ao recolher numa taça o sangue e pus do seio de uma mulher cancerosa, para de seguida o beber como se do sangue de Cristo se tratasse.<sup>24</sup>

O mesmo se pode dizer de um outro episódio em tudo semelhante no simbolismo revelado; na cerimónia do lava-pés, habitualmente realizado na Semana Santa, a rainha Isabel de Aragão, mulher de D. Dinis, e mais tarde canonizada como Rainha Santa, teria feito um milagre à portadora de um odorífero e pestilento cancro do pé. Apesar do “lastimoso espectáculo” para a visão, lavou-lhe o pé ulcerado, beijando de seguida a repelente chaga.<sup>25</sup> Estes actos repulsivos, devem ser aqui entendidos como acções simbólicas que nos remetem para o sentimento de horror, sofrimento e repulsa associados à doença cancerosa: estigmatizante, repugnante, dolorosa, prolongada e invariavelmente fatal.

No domínio do sagrado, o cancro logrou, como tantas outras patologias, um lugar próprio, expresso na hagiografia, nas preces, ou inscrito na guarda de um santo protector. O caso de São Fiacrio, referido em pelo menos dois catálogos portugueses do século XVIII, enumeram-no como “*advogado contra os cancros e almoleimas*” (ou *almorreimas*), mostrando a habitual filiação doença/santo protector, tão característica do cristianismo católico.<sup>26</sup> Mostra também a inclusão do cancro num rol alargado de outros “tumores”,

<sup>23</sup> Cf. FREY, E. F. – *Saints in medical history Clio Medica. Acta Academiae Internationalis Historiae Medicinae Amsterdam*. Vol. 14. Nº 1 (1979) 35-70. Para uma visão teológica do culto dos santos na Igreja Católica, veja-se ainda MOLINARI, Paul – *Saints: Their Place in the Church*. New York: Sheed and Ward, 1965 e a sempre incontornável *Bibliotheca sanctorum*. (12 vols.) Roma: Instituto Giovanni XXIII nella Pontificia Università lateranense, 1961-70.

<sup>24</sup> Cf. BELL, R. M. – *Holy Anorexia*. Chicago: The University of Chicago Press, 1985.

<sup>25</sup> Cf. LACERDA, D. Fernando Correia de – *História da vida, morte, milagres, canonização e trasladação de Santa Isabel, sexta rainha de Portugal*. Lisboa: na Officina de António de Sousa da Sylva, 1785, p. 31.

<sup>26</sup> Cf. o manuscrito setecentista anónimo da BPMP nº 569, intitulado “*Santos Advogados contra os achaques e enfermidades do corpo humano*” transcrito in SANTOS, Eugénio dos – O homem português perante a doença no século XVIII: atitudes e receituário. *Revista da Faculdade de Letras. História*. II Série. Vol. I. (1984) 199-201, e ainda o catálogo do padre oratoriano CARDOSO, Luis – *Receita Universal ou Breve Notícia dos Santos Especiais*

fossem eles malignos ou benignos, como era o caso das *almorreimas*, que não são senão as comuns hemorróides, que sendo incomodativas, nada tinham de maligno.

Quando em meados do século XX o papa Pio XII proclama São Peregrino Laziosi como padroeiro dos cancerosos, verificamos que o faz num tempo em que a sociedade já havia despertado definitivamente para o problema da doença oncológica, e se encontrava em marcha um esforço internacional no sentido de combater e debelar o novo flagelo dos tempos modernos. A inclusão desta problemática num discurso de 1949, especialmente dirigido aos participantes na sétima semana de estudo sobre o problema biológico do cancro, é o exemplo acabado da importância social representada pela patologia cancerosa.<sup>27</sup> A escolha de São Peregrino, que viveu nos séculos XIII e XIV, prendeu-se com o facto de o próprio ter sido alegadamente acometido de um cancro da perna,<sup>28</sup> de odor intenso e ofensivo, em relação estreita com o ideário perpetuado ao longo do tempo sobre a doença oncológica. Mais recentemente, refira-se que a invocação de Santa Eufémia tomou, no tempo presente, o lugar de destaque como intercessor divino para os acometidos pelas doenças oncológicas, com maior expressão popular em algumas zonas do país, sobretudo na região norte e centro.

Contudo, e apesar de se encontrar inscrito no representativo culto dos Santos, dificilmente podemos encontrar uma grande mobilização social em face deste mal, senão a partir da última década de oitocentos. Apesar de constituir uma patologia genericamente encarada por todos como anatematizante, era um problema de saúde relativamente incomum, sem as características de rápida propagação, tão habituais nas doenças infecto-contagiosas, nem do elevado número de óbitos, tão frequentes nos fenómenos epidémicos. Episódio quase sempre pessoal, e muitas vezes inominável pelo seu habitual desfecho, o cancro permaneceu desde sempre

---

*Advogados contra os achaques, doenças, perigos e infortúnios, a que ordinariamente vive sujeita a natureza humana.* Lisboa Occidental: na officina de Joseph António da Sylva, 1727.

<sup>27</sup> Sobre os diferentes discursos de Pio XII dirigidos à comunidade médica veja-se BOLÉO, José de Paiva – Discursos de Pio XII aos médicos. *Jornal do Médico*. Nº 16 (5 de Abril de 1951) 129-130.

<sup>28</sup> Alguns historiadores acreditam que Laziosi sofria de veias varicosas e não de cancro. Cf. JACKSON, Robert – St. Peregrine, O.S.M – Patron Saint of Cancer Patients. *Canadian Medical Association Journal*. 111 (19 October 1971) 824-827.

como problema de natureza individual, sem a dimensão colectiva e social que actualmente lhe atribuímos e que nos é familiar.

Um outro dado revelador do reduzido impacto social do cancro é a sua representação iconográfica nas artes visuais. Se ao longo dos séculos as diferentes dimensões visuais do corpo doente, da morte e das doenças, (fossem as do foro mental, da sífilis, da peste ou de outras epidemias) foram fonte de inspiração para numerosos trabalhos artísticos, muitos deles de natureza religiosa, o cancro não foi, nem de longe abordado com semelhante atenção.

Exceptuando as raras gravuras e ilustrações de alguns tratados médicos setecentistas e oitocentistas, ou mesmo as fotografias que desde finais do século XIX começam a ilustrar e documentar sistematicamente as doenças, os doentes ou os estados patológicos com intuídos científicos, aquilo que hoje poderíamos designar por iconografia oncológica foi coisa que não abundou. Daí que sejam muito raros e difíceis de encontrar na pintura ou sequer em gravuras os exemplos que aludem aos doentes afectados, ao tratamento, ou sequer a uma qualquer manifestação clínica.

Quando existem ou se conseguem identificar, constituem verdadeiros achados, e encontram-se ligados a momentos milagrosos que nos remetem para o papel da religião e do culto cristão dos Santos.<sup>29</sup>

A morte assumia muitas formas e tinha muitas causas, mas a doença oncológica não era mais significativa do que as demais. Morria-se de varíola e de disenteria como hoje se morre de velhice, isto é, como e quando Deus queria. E também de cancro. Com efeito, a doença só passa a existir enquanto fenómeno social, quando existem uma concordância na sua percepção, classificação e nas respostas que lhe são dadas. A sua aceitação exige que se estabeleça uma estrutura social específica para lidar com as arbitrariedades que ela origina, forçando uma reacção colectiva.

Para que tal pudesse acontecer, era necessário associar o cancro à noção de contagiosidade, algo que parece ter estado algo longe das concepções médicas sobre a doença. Apesar da natureza infecciosa dos tumores malignos

<sup>29</sup> Cf. um destes raros exemplos na obra do pintor renascentista Ambrosius Francken, in BERLE, E. J. – “‘Miraculous Cancer Surgery’ Iconography of a painting by the flemish painter Ambrosius Francken.” *International Journal of Gynecological Cancer*. Vol. 13 (March/April 2003) 115-116.

parecer evidente para alguns, as tentativas de inoculação animal do *suco canceroso* efectuadas por Peyrilhe em 1773, e depois por Dupuytren, Biett, Lenoble, Gluge, Valentin e Vogel, não obtiveram senão resultados completamente negativos. Por esta razão, no século XVIII e maior parte do XIX, a opinião corrente entre os médicos portugueses, reproduzindo aquela descrita na literatura médica francesa, ao tempo a mais seguida no nosso país, era a da não contagiosidade do cancro. Apesar de não haver provas científicas inequívocas, tal não significa que não continuasse a existir uma corrente subliminar do pensamento médico, que não descartava de todo o enquadramento da doença no âmbito infeccioso.

Doença ainda mal explicada e praticamente incurável, pode-se contudo entrever no discurso médico de finais de oitocentos uma real percepção médica e social sobre o cancro: a de que sua frequência parece começar a aumentar a partir da segunda metade do século XIX. Não nos esqueçamos que é também nesta altura que a esperança média de vida nos países ocidentais começa a configurar uma tendência mais positiva, e Portugal segue essa tendência demográfica.

### **O cilício privado e a rejeição da medicina científica**

Os hospitais ou estabelecimentos pseudo-especializados no tratamento dos cancerosos parece nunca terem existido entre nós, ao contrário de algumas tentativas efêmeras de pendor caritativo entretanto surgidas noutros países europeus ao longo do século XIX. Todas as fontes que consultámos são omissas nesse sentido, não nos revelando a existência de quaisquer hospitais nem sequer serviços especificamente adstritos a esse efeito em Portugal.

Os doentes oncológicos eram tratados em casa, a cargo das suas famílias, ou ainda num qualquer hospital sem a menor diferenciação relativamente à doença. A percentagem de curas era negligenciável e os doentes afectados necessitavam cuidados frequentes e prolongados. Quando muito, poderiam ser isolados, pelo odor e repugnância causada pelas eventuais “*chagas cancerosas*”, mas não mais do que isso. Há ainda a considerar que existissem diagnósticos de cancro frequentemente incorrectos, confundidos com úlceras cutâneas, chagas sífilíticas, e quistos mamários benignos, o que repartiria

ainda mais estes doentes pelas enfermarias comuns. No caso do denominado cancro visceral, a dificuldade era ainda maior, a atestar pelas dificuldades encontradas pelos médicos no correcto diagnóstico, por exemplo, do cancro do útero, do estômago<sup>30</sup> ou do ovário,<sup>31</sup> com sintomas por vezes semelhantes ou sobreponíveis a outras patologias não cancerosas. Habitualmente, a confirmação do diagnóstico inicial era feita apenas *a posteriori*, ou seja, no momento da autópsia, ou aquando do exame histopatológico da peça cirúrgica excisada.

Nos hospitais ligados à Universidade, caso de Coimbra, ou às Escolas Médico-Cirúrgicas, caso de Lisboa e Porto, era essencialmente objecto de estudo clínico-anatómico, dando origem a apenas algumas poucas teses, muito menos do que aquelas saídas noutros países europeus, tanto em número absoluto quanto em percentagem comparativa com outras doenças.

Em relação directa com a dificuldade real do seu correcto diagnóstico, é certo que no final de oitocentos este problema associava-se à má fama de uma doença que mantinha a egrégia e sinistra reputação de ser maligna, dolorosa e mortífera.

Também por esta razão, não raro o próprio canceroso rejeitava o conselho do médico formado na universidade, em prol de uma qualquer solução menos invasiva que a cirurgia costumeira por vezes sugeria. Daí que o tratamento, como em tantas outras afecções humanas, fosse feito com o já habitual recurso a diferentes tipos de praticantes das “artes de curar”, que incluíam curandeiros, charlatães e mezinheiros, costume este que parece ter sido muito comum tanto no Portugal rural quanto cidadão dos séculos XVII e XVIII.<sup>32</sup> E pelo que se depreende das diferentes e frequentemente acrisoladas

---

<sup>30</sup> Cf. BARBA, Geraldês – Um caso de cancro do estômago. *A Medicina Contemporânea*. VI Ano. (1888) 186-188 e ainda GALRÃO, Carlos – O diagnóstico do cancro. *A Medicina Contemporânea*. VI Ano. Nº 29 (1888) 231-233, GALRÃO, Carlos – O diagnóstico do cancro (continuação) *A Medicina Contemporânea*. VI Ano. Nº 30 (1888) 239-241; Diagnostico diferencial do cancro e da ulcera do estomago. *A Medicina Contemporânea*. VII Ano. (1889) 165-166.

<sup>31</sup> Cf. MAIA, Azevedo – Tumor ovarico. Operação. *A Medicina Contemporânea*. VI Ano. Nº 6 (1888) 78-82, e ainda SERRANO, J. A. – Tumor solido do ovario, do peso de 2150 gr. Laparotomia. Cura. *A Medicina Contemporânea*. VII Ano. Nº 27 (1889) 201-203, e SERRANO, J. A. – Tumor solido do ovario, do peso de 2150 gr. Laparotomia. Cura. (Continuação). *A Medicina Contemporânea*. VII Ano. Nº 28 (1889) 209-210.

<sup>32</sup> Cf. WALKER, Timothy D. – O papel e as práticas dos *curandeiros* e *saludadores* na sociedade portuguesa no início da idade moderna. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Vol. 11 (suplem. 1) (2004) 223-237; e ainda ARAÚJO, Maria Benedita – *A medicina popular*

tentativas de defesa da medicina oficial, sem grandes sinais de abrandamento no decurso de todo o século XIX,<sup>33</sup> o que estava em consonância, aliás, com o que se passava em várias capitais europeias onde campeavam uma série de especialistas na arte do engano, incluindo no tratamento do cancro, através do uso regular de emplastos, cataplasmas e drageias de origem pseudo-farmacológica.

Os exemplos desta realidade são-nos transmitidos por Filipe Simões nas suas crónicas insertas em 1859 no jornal *O Instituto*, periódico científico conimbricense dedicado à divulgação das letras e ciências. Numa pequena série de artigos relatando as vicissitudes de um charlatão africano que tentara provar num reputado hospital parisiense a sua cura secreta do cancro, o autor acaba por expor uma realidade existente um pouco por toda a Europa:

“Desgraçadamente é grande a inclinação do espírito humano para os prodígios e maravilhas, e por isso a sciencia falsa, o charlatanismo e a impostura hão-de sempre achar gente crédula que se deixe enganar sem dificuldade.<sup>34</sup> (...) Os remédios infallíveis para tratar as úlceras cancosas que d’antes eram sómente conhecidos de curandeiros obscuros, e de que apenas se ocupavam pessoas ignorantes e sem illustração, prendem agora a atenção das classes mais elevadas e instruídas da sociedade. (...) Diz-se que Londres é o paraízo dos charlatães, mas Paris a capital da França, o foco das Luzes, o centro das sciencias, parece aspirar também na actualidade ao mesmo epíteto.”<sup>35</sup>

---

*e a magia no sul de Portugal: contribuição para o estudo das correntes mentais e espirituais (fins do século XVII a meados do século XVIII)*. Tese de doutoramento. 3 Vols. Lisboa: Faculdade de de Letras da Universidade de Lisboa, 1988.

<sup>33</sup> Cf. CARVALHO, M. P. Henriques de – *O clamor contra os flagícios, audacia e impostura dos charlatães e dos curandeiros: modo de os poder conter, reprimir e aniquilar*. Lisboa: Typografia de V. J. De Castro & Irmão, 1848.

<sup>34</sup> SIMÕES, A. Filipe – Juízo definitivo de Vriés e do tratamento secreto do cancro. *O Instituto, Jornal Científico e Literario*. Vol. 8. Coimbra: Imprensa da Universidade (1860) 26. (Apesar de datado de 1860, o volume 8 compila os números referentes aos periódicos publicados em 1859)

<sup>35</sup> SIMÕES, A. Filipe – Noticiário. Ainda o tratamento do cancro. *O Instituto, Jornal Científico e Literario*. Vol. 8. Coimbra: Imprensa da Universidade (1860) 61-62.

Mesmo assim, se é de admitir que a medicalização progressiva das populações conduziu a um recurso cada vez menor dos serviços destes charlatães,<sup>36</sup> eles mantiveram-se como parte não menosprezável das opções do público pelo adentrar do século XX, como se pode depreender das palavras do médico José de Pádua, deputado no Senado em 1911. Citando um caso da sua prática clínica, mostrava da seguinte maneira o seu desagrado pela falta de controlo estatal relativamente ao exercício ilegal da medicina:

“Há tempos foi consultar-me uma pobre criatura tendo 3 quartos da lingua devorada por um cancro, que se tinha já propagado ao pescoço onde formava um tumor das dimensões de uma maçã. Um mês antes tinha dado por uma pequena ferida na lingua; foi consultar um distintissimo cirurgião que lhe propôs a operação do cancro, por estar muito no início e localizado a uma pequena porção da lingua. A doente aterrou-se com a ideia da operação e teve a infelicidade de cair nas mãos de um curandeiro, que no fim de um mês, a pôs no estado em que a vi, e em que só tinha a esperar a morte pela impossibilidade de a operar então. Aqui está um curandeiro que num mês deu à doença uma rapidez de evolução, que ela não teria, abandonada a si mesma.”<sup>37</sup>

Aparte o evidente antagonismo da classe médica para com os praticantes ilegais da arte de esculápio, problema que sempre acompanhou a prática médica e que persistiria durante a Iª República, facilmente se infere a percepção clínica sobre a natureza terrífica da doença, e ainda o profundo impacto psicológico que a acompanhava. Apesar do afastamento progressivo das populações face ao curandeirismo confirmar a aceitação do carácter científico da medicina moderna, as respostas desta última eram ainda insuficientes ou quase nulas nos estados oncológicos avançados.

<sup>36</sup> Cf. a biobibliografia de médicos, curandeiros, charlatães e boticários que se dedicaram em Portugal à prática médica in CARVALHO, Augusto da Silva – *Médicos e curandeiros*. Lisboa: Tipographia Adolpho de Mendonça, 1917.

<sup>37</sup> *Diário do Senado*. Sessão nº 18, de 29 de Novembro de 1911, pp. 13-14.

### Considerações finais

Até finais do século XIX, a mobilização social determinada pela doença oncológica manteve-se praticamente a mesma que sempre foi perante qualquer doença de natureza não epidémica. Se algum interesse houve, foi proveniente de alguns médicos, sobretudo cirurgiões, o que mostra bem o seu protagonismo na única terapêutica anticancerosa realmente eficaz. A verdadeira tomada de consciência do perigo canceroso ainda não surgira no horizonte das preocupações sanitárias das sociedades, ou pelo menos ainda não lhes fora adequadamente instilada. Neste contexto, era a tuberculose que guardava ainda uma posição de predomínio quase absoluto no conjunto das preocupações sanitárias da medicina e da sociedade, expressa de forma bem viva nas diferentes e numerosas dissertações inaugurais das escolas médico-cirúrgicas de Lisboa e Porto, onde era tema predominante, quase impossível de não ser abordado todos os anos por uma parte considerável dos finalistas.

Seria necessário esperar pelas vozes de alarme dos profissionais de saúde e pelos investimentos em novos instrumentos tecnológicos de combate às neoplasias. Aguardar, pois, pelo dealbar da centúria seguinte, para assistirmos a uma mudança de tempo histórico onde a profissão médica se visse devedora de novos progressos tecnológicos, estudos estatísticos e de oncologia experimental, capazes de introduzir mudanças significativas no tratamento, e, claro está, de colocar a luta contra o cancro numa perspectiva social e colectiva.

### Fontes e bibliografia citada

- A Medicina Contemporânea* (1888-1933)
- Arquivo de Patologia* (1948)
- Boletim do Instituto Português de Oncologia* (1938-65)
- Diário do Senado* (1911)
- O Instituto, Jornal Científico e Literário* (1860)
- Bibliotheca sanctorum*. (1961-70)
- Porto Médico* (1908)

- ARAÚJO, Maria Benedita – *A medicina popular e a magia no sul de Portugal: contribuição para o estudo das correntes mentais e espirituais (fins do século XVII a meados do século XVIII)*. Tese de doutoramento. 3 Vols. Lisboa: Faculdade de de Letras da Universidade de Lisboa, 1988.
- BARBA, Geraldés – “Um caso de cancro do estomago”. *A Medicina Contemporânea*. VI Ano (1888) 186-188.
- BASTOS, Henrique – O cancro da próstata. *A Medicina Contemporânea*. Ano LI. Nº 13 (26 de Março de 1933) 84.
- BELL, R. M. – *Holy Anorexia*. Chicago: The University of Chicago Press, 1985.
- BERLE, E. J. – “`Miraculous Cancer Surgery` Iconography of a painting by the flemish painter Ambrosius Francken.” *International Journal of Gynecological Cancer*. Vol. 13 (March/April 2003) 115-116.
- BOLÉO, José de Paiva – Discursos de Pio XII aos médicos. *Jornal do Médico*. Nº 16 (5 de Abril de 1951) 129-130.
- BORGES, Humberto Ferreira – *Tratamento do cancro uterino inoperável*. Dissertação inaugural apresentada à Faculdade de Medicina do Porto. Porto: 1911.
- BRANCO, João Rodrigues de Castelo (Amato Lusitano) – *Primeira Centúria de Curas Médicas*. Trad. de Firmino Crespo. Lisboa: Livraria Luso-Espanhola, 1946.
- CARDOSO, Luis – *Receita Universal ou Breve Notícia dos Santos Especiais Advogados contra os achaques, doenças, perigos e infortúnios, a que ordinariamente vive sujeita a natureza humana*. Lisboa Occidental: na officina de Joseph António da Sylva, 1727.
- CARVALHO, Augusto da Silva – *Médicos e curandeiros*. Lisboa: Tipographia Adolpho de Mendonça, 1917.
- CARVALHO, M. P. Henriques – *O clamor contra os flagícios, audácia e impostura dos charlatães e dos curandeiros: modo de os poder conter, reprimir e aniquilar*. Lisboa: Typografia de V. J. De Castro & Irmão, 1848.
- CARVALHO, Silva – Revista clinica. Cancro do esophago. Alimentação durante muitos dias por meio de clysteres. *A Medicina Contemporânea*. (1887).
- COSTA, Rui Manuel Pinto; OLIVEIRA, Luís Alexandre de Sousa – A saúde do corpo e do espírito. Uma análise das crónicas dos eremitas

- de Santo Agostinho na sua vertente assistencial. *Servir*. Vol. Nº 54 – Nº 6 (2007) 264-273.
- DIAS, Maria Teresa Furtado – O cancro do esófago e do estômago. *Boletim do IPO*. Vol. 19. Nº 5 (1952) 10.
- ELIAS, António Duarte Lima – *Apertos do Esophago (Um caso clínico)*. Porto: 1902.
- FERREIRA, António – *Luz verdadeyra e recopilado exame de toda a cirurgia*. Lisboa: na Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1705.
- FREY, E. F. – *Saints in medical history. Clio Medica. Acta Academiae Internationalis Historiae Medicinae Amsterdam*. Vol. 14. Nº 1 (1979) 35-70.
- GALRÃO, Carlos – O diagnóstico do cancro. *A Medicina Contemporânea*. VI Ano. Nº 29 (1888) 231-233.
- GALRÃO, Carlos - O diagnóstico do cancro (continuação). *A Medicina Contemporânea*. VI Ano. Nº 30 (1888) 239-241.
- GENTIL, Francisco – Conduta seguida na terapêutica do cancro genital pelo Instituto Português de Oncologia. *Arquivo de Patologia*. Vol. 20. Nº 2 (1948) 139.
- JACKSON, Robert – St. Peregrine, O.S.M – Patron Saint of Cancer Patients. *Canadian Medical Association Journal*. 111 (19 October 1971) 824-827.
- JACQUEMET, G. – Médecine et maladies populaires dans le Paris de la fin du XIXe siècle. *Recherches: L'haleine des faubourgs* (1978).
- LACERDA, D. Fernando Correia de – *História da vida, morte, milagres, canonização e trasladação de Santa Isabel, sexta rainha de Portugal*. Lisboa: na Officina de António de Sousa da Sylva, 1785.
- LACERDA, João Cesário de – *Apontamentos para a descrição pathologica do cancro do fígado*. These apresentada e defendida em Julho de 1865. Lisboa: Imp. de J. G. de Sousa Neves, 1865.
- LEGOUAS, F. M. V. – *Novos principios de cirurgia, resumidos das obras dos authores modernos conforme o plano do livro de G. de la Faye ...* T. II. Lisboa: na Typografia Rollandiana, 1817.
- LIMA, José de Oliveira – *O problema do cancro: etiologia e tratamento*. Tese de doutoramento. Porto: Typ. a vapor de Arthur José de Souza & Irmão, 1907.
- LOPES, Norberto – “Tem dez anos de vida o instituto Português de Oncologia e inestimáveis serviços prestados à população e à ciência.”

- Diário de Lisboa* (18 de Dezembro de 1937). In *Boletim do IPO*. Vol. 5. Nº 1 (1938) 8.
- MAIA, Azevedo – Tumor ovarico. Operação. *A Medicina Contemporânea*. VI Ano. Nº 6 (1888) 78-82.
- MOLINARI, Paul – *Saints: Their Place in the Church*. New York: Sheed and Ward, 1965.
- NAMORA, Fernando – O romantismo, o público e as doenças. *Boletim do IPO*. Vol. 30. Nº 3 (1963) 1-3.
- NÓBREGA, Anastácio da – *Methodo facilimo e experimental para curar a maligna enfermidade do cancro...: dedicado ao senhor Francisco Teixeira Torres, Medico da camera de Sua Magestade...* Lisboa Occidental: na Officina de Antonio Correa Lemos, 1741.
- S. ISIDORI – *Hispalensis Episcopi Hispaniarum Doctoris Opera Omnia*. Romae: Typis Antonii Fulgonii, 1798.
- SANTOS, Eugénio dos – O homem português perante a doença no século XVIII: atitudes e receituário. *Revista da Faculdade de Letras. História*. II Série. Vol. I. (1984) 199-201.
- SANTOS, João Marques dos – *A Luta Anti-Cancerosa em Portugal*. (Conferência realizada em 26 de Fevereiro de 1925, na Associação dos Médicos do centro de Portugal). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925.
- SERRANO, J. A. – Tumor solido do ovario, do peso de 2150 gr. Laparotomia. Cura. *A Medicina Contemporânea*. VII Ano. Nº 27 (1889) 201-203.
- SERRANO, J. A. – Tumor solido do ovario, do peso de 2150 gr. Laparotomia. Cura. (Continuação). *A Medicina Contemporânea*. VII Ano. Nº 28 (1889) 209-210.
- SIMÕES, A. Filipe – Juízo definitivo de Vriés e do tratamento secreto do cancro. *O Instituto, Jornal Científico e Literario*. Vol. 8. Coimbra: Imprensa da Universidade (1860) 26.
- SIMÕES, A. Filipe – Noticiario. Ainda o tratamento do cancro. *O Instituto, Jornal Científico e Literario*. Vol. 8. Coimbra: Imprensa da Universidade (1860) 61-62.
- WALKER, Timothy D. – O papel e as práticas dos *curandeiros* e *saludadores* na sociedade portuguesa no início da idade moderna. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Vol. 11 (suplem. 1) (2004) 223-237.



# Caminhos-de-ferro da Beira (1845-1893)

Hugo Silveira Pereira

CITCEM – FLUP

Financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto PEst-OE/HIS/UI4059/2011

Texto recebido em/ Text submitted on: 15/02/2011

Texto aprovado em/ Text approved on: 01/08/2011

## *Resumo/Abstract:*

Na segunda metade de Oitocentos, Portugal reuniu as condições políticas e económicas para empreender a construção de caminhos-de-ferro, tal como vinham fazendo outros países. O objectivo era ligar Lisboa à Europa, integrando a economia nacional no grande movimento comercial que então se verificava. Simultaneamente, esperava-se o desenvolvimento das zonas nacionais então atravessadas pelas ferrovias. A passagem pela Beira parecia incontornável dada a posição geográfica de Portugal, mas os comboiós só muito tardiamente circulariam nesta província.

O texto que se segue (que deriva de um projecto de doutoramento actualmente em curso sobre a política ferroviária nacional entre 1845 e 1900) pretende explicitar como se escalonou a construção de vias-férreas na Beira, desde a feitura de estudos, até à execução das obras. Nesse sentido, analisaram-se relatórios publicados no Boletim do Ministério das Obras Públicas (BMOP) e na Revista de Obras Públicas e Minas (ROPM) ou redigidos pelo Conselho Superior (CSOP) e a sua herdeira Junta Consultiva (JCOP), à guarda do Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (AHMOP); os debates parlamentares; e, uma vez que a ligação a Espanha era incontornável, relatórios de engenheiros espanhóis, alguns registos do Arquivo Histórico-Diplomático (AHD) e as opiniões das instâncias militares.

In the second half of the XIX century Portugal had achieved the political and economical conditions to undertake the construction of the railway, as it was happening for some time in a vast part of the Europe. The purpose was to link Lisbon to Europe, so that the national economy could take part in the big commercial movement that was going on in Europe. At the same time the development of the national territory crossed by the railway was expected. The crossing of Beira seemed undoubtedly in view of the geographical situation of Portugal, but only very lately the trains would run across this region.

This paper is a product of a doctorship project in progress concerning the national railway politics from 1845 to 1900. It intends to explain the stages of the construction of the railway in Beira region; from the development of studies up to the accomplishment of the works, including the parliamentary debates. Therefore this investigation went through the reports published in the Boletim do Ministério das Obras Públicas (BMOP) and in the Revista de Obras Públicas e Minas as well as the reports done by the Conselho Superior (CSOP) and its successor the Junta Consultiva (JCOP) kept by the Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, and the parliamentary debates. As the link to Spain was obligatory, reports made by Spanish engineers, some records belonging to the Arquivo Histórico-Militar (AHD) and also the opinions of the military instance were also examined.

## *Palavras chave/Keywords:*

Caminho-de-ferro; Transportes; Beira.

Railway; Transports; Beira.

## A origem da questão

Quando Portugal ponderou construir caminhos-de-ferro, o principal objectivo era ligar o porto de Lisboa à Europa. Simultaneamente, revolucionava-se o sistema de transportes coevo, caracterizado por um enorme arcaísmo. Antes das ferrovias e das estradas que duravam mais do que um Inverno, “os eixos fundamentais dos transportes portugueses eram constituídos pela cabotagem na orla marítima e pela navegação fluvial”<sup>1</sup>. Em termos de comunicação interna, predominavam fracas estradas, barcas de travessia fluvial ou a ausência de obstáculos geográficos, cruzados por almocreves, recoveiros, carros movidos a tracção animal e... salteadores<sup>2</sup>. A excepção residia em zonas onde houvesse algum interesse imediato a explorar e que fossem servidas por rios. Contudo, em grande parte destes rios a navegabilidade era limitada, além de que muitas regiões (30 a 40% do território continental<sup>3</sup>) encontravam-se afastadas de leitos navegáveis. Em suma, “viajar em Portugal era arriscado, moroso, incómodo e, porque dispendioso, reservado a poucos”<sup>4</sup>, pelo que grandes eram as esperanças depositadas no caminho-de-ferro. A grande expectativa era fazer de Lisboa o *cais da Europa*<sup>5</sup>, a grande plataforma de ligação entre o Velho Continente e a América e este foi o principal objectivo da política ferroviária nacional até ao início da década de 1880.

Assim se procedeu no tempo de Costa Cabral, com o engenheiro Du Pré<sup>6</sup>; assim procedeu Fontes quando dá preferência a uma ligação a Espanha (lei de 18-8-1853). Quanto à forma como essa ligação se faria, poucas

<sup>1</sup> SERRÃO, Joel – *Temas Oitocentistas II*. Lisboa: Portugália, 1962, 269.

<sup>2</sup> GUILLEMOIS, Isabelle – *Les transports au Portugal au XIX siècle (de 1843 à 1899) à travers les Viagens na Minha Terra de Almeida Garrett et As Farpas de Ramalho Ortigão*. Bordéus: Université Michel de Montaigne, 1995.

<sup>3</sup> JUSTINO, David – *A formação do espaço económico nacional*. Lisboa: Vega, 1988-1989, 189.

<sup>4</sup> ALEGRIA, Maria Fernanda – *A organização dos transportes em Portugal (1850-1910)*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1990, 104.

<sup>5</sup> RAMOS, Paulo – *Os caminhos de ferro e o cais da Europa* in GOMES, Gilberto e SERRÃO, Joel (coord.) – *O Caminho de ferro em Portugal de 1856 a 1996*. [S.l.]: CP, 1996, 24-33.

<sup>6</sup> DU PRÉ, José Luís Vítor – Relatório acerca da direcção que mais convirá dar ao caminho de ferro que ha de ir das margens do Tejo á fronteira de Hespanha. *Revista de Engenharia Militar*. 10 (1905), 244-260.

eram as certezas, dada a falta de conhecimento estatístico e orográfico do País<sup>7</sup>. Se era óbvio que a ligação se deveria fazer pela fronteira Este, já o ponto fronteiriço a atravessar e a directriz em Portugal eram questões mais complexas.

Apesar de nas ocasiões indicadas a escolha ter recaído sobre Badajoz, aventou-se a possibilidade de uma linha que atravessasse a Beira ou pelo vale do Tejo ou pelo Norte da província, segundo propostas de Bacon, Pereira de Sousa, Albino de Figueiredo, Sousa Brandão, Gromicho Couceiro e Nunes de Aguiar<sup>8</sup>.



Proposta da companhia inglesa representada por Bacon<sup>9</sup>

No entanto as previstas dificuldades e custos de construção, a menor extensão da linha de Elvas e sua ligação a Madrid, a percepção maior riqueza da zona atravessada e a falta de vontade técnica e política

<sup>7</sup> DIAS, Helena – Os primórdios da Moderna Cartografia Militar em Portugal. *Revista da Faculdade de Letras*. 5, 24 (1999) 51. SOUSA, Fernando de – *História da estatística em Portugal*. Lisboa: INE, 1995.

<sup>8</sup> ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS CIVIS PORTUGUESES (AEC) – O caminho de ferro da Beira. *ROPM*. 4 (1873), 38, 47-53. ALMEIDA, Albino de Figueiredo e – *Vias de comunicação*. Lisboa: Revista Popular, 1851, 21-23. AHMOP. CSOP. Livro 1, 291-301.

<sup>9</sup> AHMOP. Mapas. D-6-3-A.

de Espanha em continuar tal via impediram a realização deste projecto no imediato<sup>10</sup>.

Após o fracasso da Companhia Central Peninsular (CCP) na construção da linha de Lisboa a Santarém (1855) e na iminência de o contrato com Morton Peto (assinado em 1857 para a linha do Norte) conhecer o mesmo destino, equacionou-se a possibilidade de se construir a linha da Beira<sup>11</sup>, tendo-se ordenado alguns estudos desde 1857.

Nunes de Aguiar (1857) previa ligações pelas duas margens do Tejo, preferindo a margem esquerda com ligação a Badajoz, por permitir a construção de uma ferrovia em melhores condições de tracção (em termos de raios das curvas e de declives das rampas), embora colocasse Madrid mais longe de Lisboa do que de Cádiz, excepto se se alterasse a directriz das linhas em Espanha<sup>12</sup>.

Mais a Norte, Conrado Chelmicki (1858) previa uma linha entre Coimbra e Almeida. Ligava Lisboa mais rapidamente a França e era uma linha, na sua opinião, com poucas obras de arte, que passava por terrenos ricos em materiais de construção e que permitiria o prolongamento até à Figueira<sup>13</sup>.

O terceiro, de Sousa Brandão (Julho de 1859), era mais consistente e anunciava a linha como a base de todos os caminhos-de-ferro nacionais (seguia com a linha do Norte até Miranda do Corvo, divergindo depois por Lousã, Seia, Celorico e Almeida) e a forma mais rápida para Lisboa se ligar ao resto do País e à Europa. Internamente atravessava zonas com tais interesses económicos que só por si a justificavam. A alternativa pela margem direita do Mondego por Pampilhosa, Santa Comba e Celorico

---

<sup>10</sup> Biblioteca da Assembleia da República (BAR). Caminhos de ferro. Pareceres parlamentares de 1845 a 1884. [Parecer da comissão encarregada de apreciar o contrato Hislop]. GUERRA, Manuel José Júlio et al. – Relatório da Comissão incumbida de propor o ponto por onde deve passar o caminho de ferro de Lisboa a Madrid. *BMOP*. 1855, 1, 3-8. WAIS, Francisco – *Historia de los Ferrocarriles Españoles*. Madrid: Nacional, 1974, 144-147 e 200-205.

<sup>11</sup> PEREIRA, Hugo Silveira – *Caminhos-de-ferro nos debates parlamentares (1845-1860)*. Porto: FLUP, 2008, 131, 133 e 158.

<sup>12</sup> AGUIAR, Joaquim Nunes de – Relatório sobre o reconhecimento nas duas margens do Tejo. *BMOP*. 1859, 12, 613-617.

<sup>13</sup> CHELMICKI, José Carlos Conrado – Relatório sobre o traçado de um caminho de ferro pela Beira. *BMOP*. 1860, 1, 71-74.

era descartada por ser demasiado difícil e não possibilitar condições de tracção favoráveis<sup>14</sup>.

Finalmente, Gromicho Couceiro (Setembro de 1859) fixava uma directriz desde a Mealhada, por Mangualde, Trancoso e Vilar Formoso. Seria uma linha de extrema dificuldade, devido ao acidentado do terreno, que obrigaria a grandes despesas na construção e na exploração<sup>15</sup>.

A alternativa por Elvas tinha também duas prospecções, além das de Du Pré e de Nunes de Aguiar: a de Thomas Rumball (1855), engenheiro da CCP, e a de Watier (1856) que aportara a Portugal na sequência dos falhanços daquela companhia e de Peto. Ambos optavam pela linha que seguindo o vale do Tejo atravessasse o rio entre Constância e Chamusca e seguisse para Badajoz.

Na câmara alta do parlamento surgiam alguns alvites favoráveis à via pela Beira. Para o visconde da Luz (director-geral das Obras Públicas), esta não invalidava uma outra por Badajoz, mas aquela serviria preferencialmente o tráfego de passageiros e esta o de mercadorias. Para o visconde de Sá da Bandeira era a solução mais curta em termos de traçado entre as duas capitais ibéricas<sup>16</sup>.

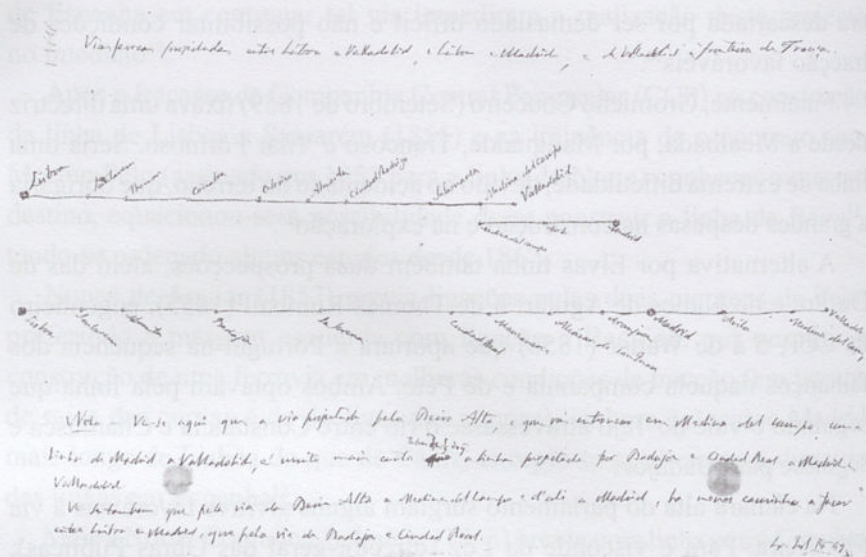
Apesar de a linha da Beira reunir a predilecção de engenheiros e de alguns parlamentares, seria a linha de Watier a escolhida, pela razão de ter sido a que mereceu a atenção da iniciativa privada. A construção pelo Estado só era encarada em casos excepcionais, pelo que a aparição de José de Salamanca, que era apoiado pela empresa espanhola MZA que só tinha interesse numa ligação por Badajoz, pois detinha a concessão entre esta cidade e Ciudad Real, facilitou a escolha<sup>17</sup>. Por outro lado, a vontade política de Madrid em

<sup>14</sup> BRANDÃO, Francisco Maria de Sousa – Relatório sobre o reconhecimento do caminho de ferro pela Beira. *BMOP*. 1860, 3, 261-280. VIEIRA, Boaventura José – Caminho de ferro da Beira Alta. *ROPM*. 6 (1875), 63, 116-153.

<sup>15</sup> COUCEIRO, José Anselmo Gromicho – Relatório sobre o resultado do reconhecimento do terreno entre o caminho de ferro do Norte e a fronteira de Leste. *BMOP*. 1860, 1, 74-75.

<sup>16</sup> Diário do Governo. Sessão da câmara dos Pares de 26-3-1859, 564-565. Arquivo Histórico Militar (AHM). Arquivo Particular de Sá da Bandeira (APSB). Vias ferreas projectadas entre Lisboa e Valladolid, e Lisboa e Madrid, e de Valladolid à fronteira de França. Div 3/18/9/16/16.

<sup>17</sup> VIEIRA, António Lopes – *The role of Britain and France in the finance of portuguese railways 1850-1890*. Leicester: Leicester University, 1983, 269 e ss.



#### Comparação de traçados por Sá da Bandeira

continuar uma linha que atravessasse a fronteira entre o Tejo e o Douro era praticamente nula<sup>18</sup>, pois nada lucrava em beneficiar o porto de Lisboa.

#### De novo enjeitada

Ainda a linha de Leste estava em construção e já Belchior Garcês, engenheiro e deputado do Partido Histórico, lamentava a sua escolha em prejuízo da linha da Beira por parte do governo regenerador<sup>19</sup>. Todavia em Espanha apenas os responsáveis pelos estudos das ferrovias de Salamanca a Portugal e no Oeste se mostravam interessados nesta ligação<sup>20</sup>. Se dependesse apenas do CSOP, o caminho-de-ferro avançava, pois era uma forma de evitar a estagnação da província que nada retiraria das linhas de Norte e Leste, de ligar o País mais rapidamente a França e de servir de base a outros caminhos-

<sup>18</sup> BMOP. 1862, 1, 43-45.

<sup>19</sup> Diário de Lisboa (DL). Sessão da câmara dos deputados de 7-6-1862, 1565.

<sup>20</sup> AHMOP. CSOP. Livro 19, 533-535.

de-ferro em direcção a Trás-os-Montes<sup>21</sup>. Porém, o esforço que então se fazia com as vias de Norte e Leste e com os prolongamentos de Vendas Novas a Évora e Beja (subsidiadas pelo Estado) impedia a construção de outras grandes linhas. O próprio CSOP preferia que o governo se concentrasse na conclusão das obras em curso e investisse em estradas<sup>22</sup>.

À medida que essas obras se aproximavam do seu fim, tornava-se ainda mais clara a necessidade de uma alternativa que evitando Madrid ligasse Lisboa directamente a França. No parlamento, rapidamente se iniciaram as movimentações para a colocar na lista de prioridades. Em 1864, vários deputados beirões procuram convencer o governo da necessidade da *verdadeira via internacional*, lembrando como a Beira era a província mais povoada de Portugal e dona de riquezas encravadas pela falta de comunicações<sup>23</sup>. Em 12-4-1864 Tomás Ribeiro reúne apoios no hemiciclo (entre os seus colegas regeneradores e beirões e com os transmontanos de outros quadrantes políticos que viam na linha o primeiro passo para servir de vias-férreas as suas zonas de influência) e apresenta um projecto de lei que dava ao caminho-de-ferro da Beira Alta preferência sobre qualquer outro. Antes (28-3-1864), Rocca, Piombino & Companhia propõe o estudo de uma via-férrea entre Lisboa e Almeida passando por Sintra, Leiria e Coimbra<sup>24</sup>.

O governo parecia acompanhar os desejos dos deputados ao delegar em Sousa Brandão a tarefa de concluir os estudos da linha de Coimbra a Almeida (portaria de 30-8-1864). Crentes nas intenções governamentais, os parlamentares iniciam discussões sobre a sua directriz. Tomás Ribeiro adiantava uma rota pela vertente ocidental da serra da Estrela e Sá da Bandeira definia-a desde a Figueira passando por Coimbra<sup>25</sup>.

Em 1865 um rude golpe nas aspirações destes políticos seria vibrado por Espanha e pelo CSOP. O plano de rede espanhol não incluía o seu prolongamento e o CSOP em consulta sobre linhas internacionais não a considera de primeira ordem, preferindo a ligação pela Beira Baixa,

<sup>21</sup> BMOP. 1862, 1, 43-45.

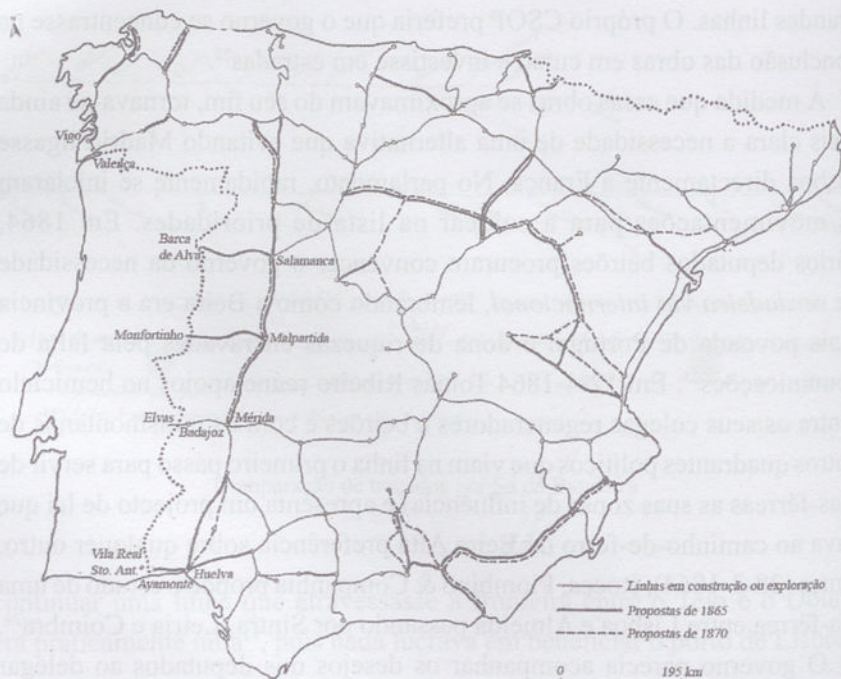
<sup>22</sup> BMOP. 1865, 9, 287-296.

<sup>23</sup> DL. Sessões da câmara dos deputados de 23-3-1864, 891, 29-3-1864, 939-940, 25-4-1864, 1294, 6-5-1864, 1438-1439, 7-5-1864, 1450-1451 e 9-5-1864, 1475.

<sup>24</sup> AHMOP. CSOP. Livro 19, 361-364.

<sup>25</sup> DL. Sessão da câmara dos Pares de 23-12-1865, 3004-3005 e sessão da câmara dos deputados de 1-2-1865, 305.

inflexão que se ficava a dever a novos estudos que superavam os obstáculos levantados na década de 50<sup>26</sup>.



O plano ferroviário de Espanha (1865-1870)<sup>27</sup>

Animado pelo apoio técnico, o albacastrense Vaz Preto iniciava nos Pares a sua *cruzada* pela linha da Beira Baixa, mas Sousa Brandão continuava a preferir a via da Beira Alta por Tomar. Um outro engenheiro, o francês radicado em Lisboa Pezerat, alvitrava o início da linha em Coimbra, enquanto que Saldanha a usava para convencer o governo a aceitar o seu Larmanjat<sup>28</sup>.

<sup>26</sup> AHMOP. CSOP. Livro 22, 18-29v. PAGE ALBAREDA, Eusébio – Caminhos de ferro internacionais em Hespanha. *ROM*. 8 (1877), 95, 427 e ss.

<sup>27</sup> ARTOLA, Miguel (dir.) – *Los ferrocarriles en España. 1844-1943*. Madrid: Banco de España, 1978.

<sup>28</sup> DL. Sessão da câmara dos deputados de 7-5-1867, 1426-1428. BAR. PEZERAT. Pedro José – *Memoria sobre dokas commerciaes, bairros maritimos, porto militar sobre a margem direita do Tejo, e caminho de ferro commercial, estrategico e testa dos caminhos de ferro*

Em todo o caso, as duas empresas ferroviárias em Portugal – a Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses (CRCFP) e a South Eastern of Portugal – passavam por grandes dificuldades financeiras, de cuja resolução dependia o acesso nacional aos mercados financeiros<sup>29</sup>. O governo regenerador ainda tentou incluir a linha da Beira como contrapartida num acordo para auxiliar a CRCFP, de balde<sup>30</sup>. O plano passou por decretar a construção pelo Estado das linhas do Minho e Douro (lei de 2-7-1867). Ao se assumir como construtor o governo não podia tomar a seu cargo uma linha de grande exigência técnica, pois acreditava-se que só a iniciativa privada o podia fazer, escolhendo linhas cuja construção seria *económica*. Porém, nos anos seguintes o investimento tornou-se impossível. A necessidade de auxiliar e indemnizar as duas companhias e a subida ao poder dos reformistas obcecados pelas *economias* traduziu-se numa paralisação da construção.

### Qual das Beiras?

Na década de 70 reúnem-se as condições políticas e económicas para a retoma da construção. O governo regenerador dava preferência à conclusão da linha do Norte (entre Gaia e Porto) e à realização da lei de 2-7-1867, esquecendo a linha da Beira, que seria deixada à iniciativa parlamentar. Em 9-1-1873, um grupo de deputados reformistas da região, chefiados por Luís de Campos, apresenta um projecto de lei decretando a ferrovia entre a linha do Norte e Almeida, argumentando com o interesse da Alemanha que com uma via rápida para Lisboa podia competir com Inglaterra. Semanas depois, outro grande agregado (55 deputados) apresenta (14-3-1873) ideia semelhante propondo duas vias pela Beira Alta e pela Beira Baixa, sendo esta considerada a verdadeira linha internacional, que agradava aos

*europæus*. Lisboa: Tipografia Franco-Portuguesa, 1867. AHM. APSB. [Carta de Saldanha a Sá da Bandeira sobre o Larmanjat e a Linha da Beira Alta]. Div 3/18/1/3/182.

<sup>29</sup> SAMODÃES, Conde de – *Exame retrospectivo dos actos financeiros do ministerio de 22 de Julho de 1868*. Porto: Tipografia da Palavra, 1873.

<sup>30</sup> DINIS, Pedro (compil.) – *Compilação de diversos documentos relativos à Companhia dos Caminhos de Ferro Portuguezes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1915-1919. 4, 132-139.

interesses castelhanos e que tinha a vantagem de poder servir a Covilhã. Era um projecto maioritariamente regenerador, mas que contou com o apoio de outros *partidos*. É possível que esta proposta pretendesse apenas calar a insatisfação dos deputados da Beira, relegados que ficaram dos planos do governo. O facto de apenas a comissão de Obras Públicas (e não a de Fazenda) ter sido ouvida e de o projecto não ter sido discutido, apesar de ser possível ao governo pedir ao rei o prolongamento da sessão, o que normalmente era concedido, corrobora a hipótese<sup>31</sup>.

Para a AECP a linha da Beira Baixa era a ideal no caso de os espanhóis também a desejarem, mas a opinião de Madrid tinha-se alterado, daí que a linha da Beira Alta era a única solução possível, restando definir o seu ponto de partida, a margem do Mondego pela qual se espraiaria e a directriz entre Vila Franca das Naves e Espanha<sup>32</sup>. Em todo o caso, portarias de 18-3-1873 incumbem Sousa Brandão e Joaquim de Almeida do estudo de duas linhas desde a estação de Abrantes a Monfortinho e desde Barquinha até Almeida<sup>33</sup>.

A CRCFP não ficou indiferente ao projecto, pois qualquer um dos caminhos-de-ferro entroncava nas suas linhas e em alguma parte do seu traçado eram-lhes paralelos, o que numa interpretação lata do seu contrato lhe poderia dar direito de preferência ou exclusividade. No entanto, só se interessou pela linha da Beira Alta, incumbindo o engenheiro Combelles do seu estudo (30-6-1873), pois a da Beira Baixa concorreria com a de Leste<sup>34</sup>. Combelles apresenta as suas conclusões em Agosto desse ano colocando o início da linha em Mogofores. Até Celorico seguia a directriz já estudada e a partir dali ia por Trancoso, Vila Franca das Naves, Guarda e Almeida<sup>35</sup>. Por seu lado, Sousa Brandão voltara-se para um traçado iniciado na Pampilhosa<sup>36</sup>.

Apesar de o projecto de Combelles ser o melhor, eram necessários mais estudos, conforme requeria a JCOP, mas o governo opta por o aprovar

<sup>31</sup> BAR. Caminhos de ferro. Pareceres parlamentares de 1845 a 1884 [Parecer da comissão de Obras Públicas sobre as linhas da Beira Alta e da Beira Baixa].

<sup>32</sup> AECP – O caminho de ferro da Beira. *ROMM*. 4 (1873), 38, 47-53. AHMOP. CSOP. Livro 34-A, 81v-84v.

<sup>33</sup> FERNANDES, Liliana Ferreira et al. – Ramal da Lousã. *Estudos Sectoriais*. 5 (1993).

<sup>34</sup> DINIS, Pedro (compil.) – *Compilação...*, cit., 5, 271-272 e 282-283.

<sup>35</sup> AHMOP. CSOP. Livro 34-A, 81v-84v e livro 35, 208-218.

<sup>36</sup> VIEIRA, Boaventura José – Caminho de ferro..., cit.

(portaria de 23-9-1873)<sup>37</sup> e no ano seguinte propõe a sua execução juntamente com as linhas da Beira Baixa e Algarve, prolongamentos de Sueste e ramais de Viseu e Covilhã (21-2-1874). Os pontos iniciais e finais das linhas da Beira ficavam dependentes de novos estudos e de negociações com Espanha. Esta indefinição (para a linha da Beira Baixa nem sequer havia ponto inicial pois Sousa Brandão só entregaria o seu relatório em 7-3-1874<sup>38</sup>) aliada ao carácter megalómano da proposta e ao facto de se prever o pagamento só no final e não ao longo da construção indica alguma demagogia na tentativa de contentar os descontentes (além dos beirões, os algarvios que desde meados da década de 60 viam prometida uma linha até Faro). A sessão legislativa encerraria antes de ser iniciada a discussão, o que era também uma forma de avisar os opositores (sobretudo os reformistas de Viseu na câmara baixa e Vaz Preto entre os Pares) para que não perdessem tempo com oposição a outros projectos. Simultaneamente, mostrava-se aos capitalistas estrangeiros que Portugal estava disposto a investir em mais ferrovias.

Por esta altura há também notícia de uma proposta de Ribeiro de Saraiva, representante de um negociante de vinhos da Bairrada, na companhia de Youle, Beer, Rumball, Whitakers e Knowles, que não se materializou<sup>39</sup>.

Em Março e Novembro de 1874 surgem novos estudos. Sousa Brandão propõe uma linha desde Rossio de Abrantes até às Portas do Ródão, onde atravessava o Tejo em direcção a Castelo Branco e Monfortinho. Os declives não excedentes a 10 mm/m e os raios de curva superiores a 500 m ofereciam excelentes condições de tracção. O feirense estudaria ainda um ramal até à Covilhã por Castelo Branco ou Idanha O carácter de *ramal* era reforçado pelas condições muito modestas em que estava proposto e por se encarar a possibilidade de se construir em bitola (distância entre carris) reduzida<sup>40</sup>. Para o caminho-de-ferro da Beira Alta Boaventura José Vieira sugere o regresso da estação inicial a Coimbra. A linha contornava a cidade até Torres do Mondego, onde entrava na margem direita deste rio. Era uma

<sup>37</sup> TEIXEIRA, Jorge Fernando – *Origens, fundação e evolução da CP*. Lisboa: CP, 1938.

<sup>38</sup> AHMOP. CSOP. Caixa 18 (1875), parecer 6514 (6-4-1875).

<sup>39</sup> PINHEIRO, Magda – *Chemins de fer, structure financière de l'État et dépendance extérieure au Portugal: 1850-1890*. Paris: Université de Paris, 1986.

<sup>40</sup> AHMOP. CSOP. Caixa 18, parecer 6514. AHMOP. CSOP. Caixa 18, parecer 6519.

solução mais barata que a de Mogofores e melhor em termos de tracção que a da Pampilhosa<sup>41</sup>.

Nos inícios de 1875 a JCOP faz uma apreciação global à questão. O início da linha da Beira Alta em Coimbra era elogiado, mas a opção Pampilhosa seria aceitável se melhorada, pois traduzir-se-ia numa construção menos dispendiosa. Uma eventual via paralela à fronteira entre as linhas de Leste e Beira Alta serviria a Covilhã e possibilitaria o seguimento pelo Massueime e pelo Sabor até Trás-os-Montes e Zamora. Já a linha da Beira Baixa poderia ser a correcção da de Leste no que à ligação a Madrid concernia e também a ligação que maior encurtamento para França produziria no caso de em Espanha se construírem os troços de Sória a Castejón e a Pamplona ou de a velocidade média permitida ser superior à da linha da Beira Alta em 4 km/h. Tudo dependia das condições de tracção. Ora, na linha de Sousa Brandão os declives máximos não ultrapassavam os 10 mm e os raios das curvas não desciam dos 500 m. Já na linha da Beira Alta aqueles subiam aos 15 mm e estes desciam aos 300 m<sup>42</sup>.

Em 9-3-1875 a proposta de 21-2-1874 é renovada e efectivamente discutida sem os prolongamentos de Sueste e com os inícios das linhas fixados em Coimbra e na estação de Abrantes, mas com términos indefinidos (deviam-se ligar aos caminhos-de-ferro de Malpartida e Salamanca). No debate o engenheiro Lourenço de Carvalho, futuro ministro das Obras Públicas, faz eco das considerações da JCOP, reafirmando que a linha da Beira a ser internacional só podia passar pela Beira Baixa<sup>43</sup>. Mesmo assim, os deputados da Beira Alta continuavam a defender os seus *campanários*, aconselhando jocosamente os colegas a fugirem do vale do Tejo, pois *“é arido e triste e pobre como eu não conheço outro tracto de terreno. Abundam, para escurecer o quadro, abutres, que se criam n’aquellas penedias, e no topo do valle está uma povoação, Villa Velha de Rodam, onde (...) as casas ainda não têm vidros!”*<sup>44</sup>. Na melhor das hipóteses, a linha da Beira Baixa seria exclusivamente nacional, apenas aproveitando

<sup>41</sup> VIEIRA, Boaventura José – Caminho de ferro..., cit.

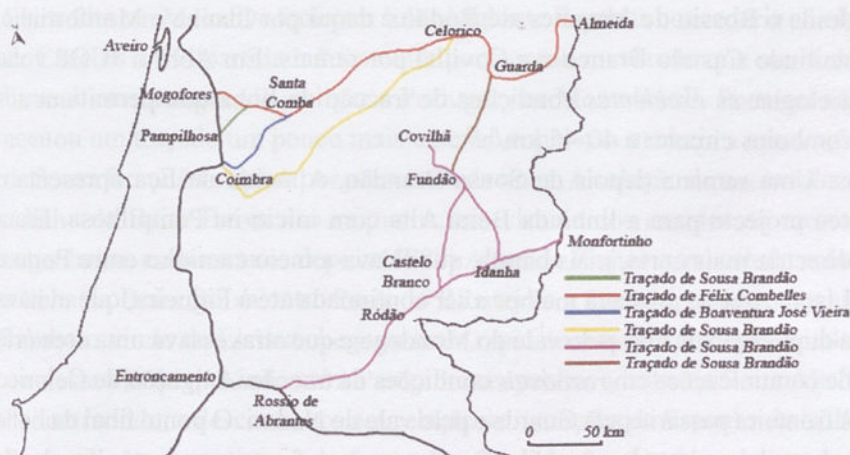
<sup>42</sup> VIEIRA, Boaventura José – Caminho de ferro..., cit. AHMOP. CSOP. Caixa 18. Parecer 6418.

<sup>43</sup> DCD. 16-3-1875, 815-825.

<sup>44</sup> Luís de Campos. DCD. 13-3-1875, 1067.

um dos ramais de Sousa Brandão<sup>45</sup>. A proposta do governo teria também este intuito: ao não fixar a preferência pela primeira linha a construir (em benefício da simultaneidade de construção), estimulou a discussão entre a oposição, enfraquecendo-a.

Da proposta resulta a nomeação de Almeida de Eça e Sousa Brandão para a elaboração dos projectos definitivos que serviriam de base ao concurso (portaria de 9-4-1875), ambos acompanhados dos militares Alincourt Braga e Bandeira Coelho<sup>46</sup>, mas não a publicação de uma lei, pois a discussão nos Pares foi interrompida pelo encerramento da sessão, o que mostra mais uma vez a pouca vontade do governo em fazer promulgar o diploma.



Propostas para linhas na Beira<sup>47</sup>

Demais, só em meados de 1875 o governo enceta conversações com Espanha para a fixação dos pontos de ligação na fronteira<sup>48</sup>. A decisão portuguesa continuava dependente da vontade espanhola, que por lei de 20-9-1870 e pelo plano de 1865 tinha já decretado a linha de Malpartida

<sup>45</sup> DCD. 15-3-1875, 1081-1086.

<sup>46</sup> AHD. Caminhos de ferro..., cit. DINIS, Pedro (compil.) – *Compilação...*, cit. 5, 460-461.

<sup>47</sup> *ROPM*. 6 (1875), est. 1.

<sup>48</sup> AHD. Caminhos de ferro de Portugal e Hespanha. Caixa 28 (1055), Maço 23.

de Plasencia a Portugal<sup>49</sup>. Todavia, das negociações e de novos estudos fronteiriços iniciados em 1875 pelo engenheiro espanhol Page resultou uma nova directriz cruzando a fronteira em Montalvão por Brozas e Alcántara enquanto que do lado português se mantinha a preferência por Monfortinho<sup>50</sup>. Na lei de 26-1-1876 que finalmente ordenava a construção das linhas da Beira, nada se definiu em relação a este ponto, já que o término da linha da Beira Baixa era o ponto da fronteira de Espanha onde se ligasse a estrada de ferro de Malpartida.

Três dias depois da lei, Sousa Brandão apresenta o seu projecto definitivo. A linha podia começar no Alentejo rumo a Cáceres, no entanto seria meramente uma via de segunda ordem. A sua preferência ia para o traçado desde o Rossio de Abrantes até Ródão e daqui por Idanha e Monfortinho, servindo Castelo Branco e a Covilhã por ramais. Em Abril a JCOP volta a elogiar as *excelentes* condições de tracção da linha que permitiam aos comboios circular a 40-45 km/h<sup>51</sup>.

Uma semana depois de Sousa Brandão, Almeida de Eça apresenta o seu projecto para a linha da Beira Alta com início na Pampilhosa. Era a directriz mais curta, mais barata, que ficava a meio caminho entre Porto e Lisboa, que se prestava melhor a ser continuada até à Figueira, que evitava a duplicação de vias pelo vale do Mondego e que atravessava uma área órfã de comunicações em *razoáveis* condições de tracção. A ligação de Celorico à fronteira passaria pela Guarda e pelo vale do Noémi. O ponto final da linha era também alterado para Vilar Formoso, o que fez entrar em pânico alguns militares, pelo abandono da praça de Almeida<sup>52</sup>. Em Março, a JCOP concorda com Almeida de Eça, embora reconheça que o início na Pampilhosa pode provocar alguns problemas em termos legais pois a lei previa o início em Coimbra. Uma forma de a contornar seria colocar dupla via até à cidade, o que poderia colocar em vantagem no concurso a CRCFP. A JCOP acaba por

<sup>49</sup> PAGE ALBAREDA, Eusébio – Caminhos..., cit., 425-427.

<sup>50</sup> AHD. Caminhos de ferro..., cit.

<sup>51</sup> BRANDÃO, Francisco de Sousa – Caminho de ferro da Beira Baixa. Relatório do projecto definitivo. *ROPM*. 8 (1877), 93, 369-384. AHMOP. CSOP. Livro 37, 27-4-1876.

<sup>52</sup> MACHADO, Joaquim – A praça de Almeida e sua influencia sobre o caminho de ferro da Beira Alta. *Revista Militar* (RM). 21 (1879), 11, 333-341. EÇA, Fortunato de Almeida de – Caminho de ferro da Beira Alta. Memoria Justificativa. *ROPM*. 7 (1876), 82-84, 381-399, 409-437 e 447-460 e 8 (1877), 85-86, 44-57 e 61-75.

aprovar o traçado de Almeida de Eça somente para lá de Santa Comba e o de Boaventura Vieira para cá daquela vila, apesar de admitir que a velocidade média da linha não ultrapassaria os 30 km/h, o que era aceitável tendo em conta que no caminho-de-ferro do Norte de Espanha a velocidade não ia além dos 33 km/h<sup>53</sup>, o que à partida condenava a vocação internacional de qualquer linha. Comparativamente em Inglaterra a velocidade média era de 60 km/h e tendia a aumentar<sup>54</sup>.

Do lado de Espanha o engenheiro Page tinha concluído em Abril de 1876 que a ligação a Portugal poderia ser feita ao Norte do Tejo. Faltava a anuência da coroa espanhola que estava longe de ser uma realidade, pelo que o governo nacional opta por apenas abrir concurso para a linha da Beira Alta em Maio. De facto em Julho seguinte Espanha concederia a linha de Cáceres a Malpartida e à fronteira portuguesa revelando que mantinha firme a sua intenção de se ligar a Portugal por Montalvão<sup>55</sup>. Portugal não aceitou um traçado um pouco mais extenso e que não merecia a aprovação de Sousa Brandão e optou por prescindir da linha. A solução de *nacionalizar* a linha da Beira Baixa não se punha, em virtude dos estudos do mesmo engenheiro, embora anos depois (1880) Almeida Pinheiro, no estudo sobre a linha da Beira Baixa entre Praia do Ribatejo e a Guarda, garanta que um comboio vindo de Lisboa chegaria mais rapidamente à fronteira servindo-se desta via do que indo até à Pampilhosa apanhar a linha da Beira Alta<sup>56</sup>. Por outro lado, a desconfiança em relação às intenções de Espanha de isolar Portugal com uma cintura de ferro não era ainda tão grande ao ponto de o governo ponderar usar dinheiro públicos para construir em Espanha como faria em 1882 com as ligações a Salamanca.

Em 6-5-1876 a AECF sujeita-se à vontade espanhola e no seu primeiro relatório sobre o plano de rede nem coloca em equação a linha pelo vale do Tejo, preferindo a ligação por Castelo de Vide em direcção a Cáceres com um ramal de serviço para a Beira Baixa<sup>57</sup>. Entretanto, o concurso para a

<sup>53</sup> AHMOP. CSOP. Livro 37, 4-3-1876.

<sup>54</sup> *ROPM*. 13 (1882), 155, 637.

<sup>55</sup> PAGE ALBAREDA, Eusébio – Caminhos..., cit., 425-427.

<sup>56</sup> PINHEIRO, António Almeida – Caminho de ferro da fronteira. *ROPM*. 15 (1884), 171-172, 88 e ss.

<sup>57</sup> AECF. Comissão encarregada de estudar a rede dos caminhos de ferro em Portugal – Parecer. *ROPM*. 9 (1878), 97, 1-8.

linha da Beira Alta começando em Coimbra (decreto de 20-5-1876) ficaria deserto por nenhum interessado aceitar ser pago no fim das obras. O governo oferece então o pagamento de uma anuidade durante 56 anos, mas a proposta apresentada ao concurso era inaceitável<sup>58</sup>. Face à impossibilidade de contratar uma companhia o governo propõe-se a construir a linha por administração directa desde a Pampilhosa, incluindo um ramal desde a estação de Coimbra até à cidade, mas nada faz por entretanto ter sido substituído<sup>59</sup>.

Apesar de autorizado pelo parlamento e de a linha da Beira Alta ter sido por duas vezes rejeitada no mercado, o governo continuava a não escolher a linha da Beira Baixa, mesmo indo por Montalvão. Além das dificuldades levantadas por Espanha, três outras razões explicam a escolha. Em primeiro lugar a linha da Beira Alta tinha uma maior extensão em Portugal (e atravessava mais círculos eleitorais), critério adoptado desde 1867 pelo então ministro Andrade Corvo<sup>60</sup>, e servia uma zona ainda sem caminhos-de-ferro; segundo, era uma forma de moderar a oposição reformista enraizada em Viseu; terceiro, a CRCFP ainda estava em recuperação da crise do segundo lustro da década de 60 (só a partir de 1877-1878 distribui dividendo<sup>61</sup>) e esforçava-se por terminar a ponte Maria Pia pelo que não tinha capacidade para construir uma linha internacional que sangraria a linha de Leste de movimento. Adjudicar a linha a uma outra empresa era impensável por questões contratuais e de interesse económico para a CRCFP, em cuja administração se contavam alguns ministros e parlamentares, mas mais do que beneficiar a companhia estes homens estariam mais preocupados em não a prejudicar, pois todos se lembravam dos apuros por que passara o Estado à conta dos problemas financeiros da empresa.

<sup>58</sup> FINO, Gaspar (compil.) – *Legislação e disposições regulamentares sobre caminhos de ferro*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883, 270-282.

<sup>59</sup> DCD. 8-1-1877, 490-491.

<sup>60</sup> DL. Sessão da câmara dos deputados de 25-1-1867, 223-224.

<sup>61</sup> SALGUEIRO, Ângela – *A Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses*. Lisboa: FCSHUNL, 2008, 47-55. TORRES, Amélia – *Les investissements français dans les chemins de fer portugais (1850-1900)*. Paris. Université de Paris IV, 1985, 77.

## A linha da Beira Alta e a Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira Alta (CCFBA)

O governo que sucede aos regeneradores propõe-se a seguir a sua ideia, mas só depois da conclusão das linhas do Minho e Douro<sup>62</sup>. A escolha da Pampilhosa foi motivada por factores financeiros, mas também de oportunidade, pois uns meses antes a JCOP tinha dado parecer positivo (na condição de se alargar a bitola e de se efectuarem melhoramentos nas condições de tracção) a uma linha entra a Figueira e Coimbra concedida a Camille Mangeon e Evaristo Pinto em 1875<sup>63</sup>. Pensando que esta linha seria exequível, o governo opta pela Pampilhosa para poupar algum dinheiro sem deixar de ligar Coimbra à Figueira.

Nò que respeita à linha da Beira Baixa o executivo não só a esqueceu como lhe colocou um empecilho ao atribuir o ramal de Cáceres à CRCFP (decreto de 19-4-1877), mas em tão más condições de tracção que “*quando se diga que o caminho de ferro de Lisboa a Madrid tem o celebre ramal de Caceres, e que este caminho é internacional, escusamos de encarecer a sabedoria que tem presidido aos estudos e ás concessões das nossas linhas ferreas*”<sup>64</sup>. Na ânsia de dotar um caminho-de-ferro sem encargos para o Estado, o governo de Ávila (sempre tão crítico do despesismo fontista) concede uma via em más condições mas fácil e barata de fazer (de modo a que a CRCFP a pudesse construir), que era um perigo do ponto de vista militar por abrir o Alentejo a uma invasão<sup>65</sup> e que parecia tornar obsoleta a linha da Beira Baixa pelo vale do Tejo, que dois meses antes já figurava no relatório final da AECF sobre a rede geral<sup>66</sup>.

O governo sairia antes de fazer aprovar a proposta de construção da linha da Beira Alta e em sua substituição os regeneradores recuperam a

<sup>62</sup> DCD. 23-3-1877, 758-759 e 16-1-1878, 107-108.

<sup>63</sup> AHMOP. CSOP. Livro 37-A, 26-12-1876.

<sup>64</sup> António Augusto de Aguiar. Diário dos Dignos Pares do Reino (DDPR). 8-7-1882, 1124

<sup>65</sup> AHM. António Ribeiro e Eduardo Marrecas Ferreira – Caminhos de Ferro. Reconhecimento da linha do norte de Lisboa ao Porto. Campanha de 1886. Div 3/20/35/1, 8v e ss.

<sup>66</sup> AECF. Comissão encarregada de estudar a rede dos caminhos de ferro em Portugal – Caminhos de ferro em Portugal. Parecer. ROPM. 9 (1878), 100-101, 181-193.

sua proposta que culmina na lei de 23-3-1878 que previa a administração directa ou a adjudicação. No concurso foi escolhida a Société Financière de Paris que funda uma companhia subsidiária – a CCFBA – a quem trespassa a construção da linha que se inicia ainda em 1878. A linha da Beira Baixa seria adiada, catalisando a ira de Vaz Preto (e o afastamento do deputado Sousa Lobo da órbita regeneradora) para quem aquele caminho-de-ferro “*não se tem feito, porque alem dos quatro poderes do estado marcados pela carta, ha ainda um quinto poder, e esse quinto poder é a companhia dos caminhos de ferro do norte e leste*”<sup>67</sup>. A linha da Beira Baixa continuava a ser uma ameaça às linhas fronteiriças da CRCFP sobretudo ao seu novíssimo ramal de Cáceres.

Depressa se começou a pensar em dar um porto à linha da Beira Alta, ligando-a à Figueira, “*uma das praias mais frequentadas para uso dos banhos de mar*”<sup>68</sup>. De facto, só como ponto turístico valia, pois como porto comercial nunca suportaria navios de grande calado<sup>69</sup>. Esta ligação fora já proposta por Luís de Lencastre em várias ocasiões<sup>70</sup>, mas não seria concretizada pelos seus amigos regeneradores, mas pelos progressistas, que a pedido da CCFBA outorgam em 1879 a linha desde a Pampilhosa, conseguindo também mostrar algum afastamento em relação à CRCFP, sobretudo quando esta empresa protesta contra a concessão, alegando que a linha em questão era um ramal da linha do Norte. Consultada, a JCOP em 21-8-1879 nega razão à CRCFP que invoca então o paralelismo da linha com a secção entre Alfarelos e Coimbra. Mais uma vez a JCOP (28-8-1879) discorda da CRCFP, mas o governo abre *concurso* entre as duas companhias, do qual sai vencedora a CCFBA depois de declarar que constrói a linha sem subsídio algum. O governo nomeia então Almeida de Eça para definir a directriz que melhor satisfizesse os interesses nacionais e dos concelhos circundantes. Equacionou-se de novo a hipótese de levar a linha da Pampilhosa a Coimbra e daqui à Figueira o que forçava o pagamento de

<sup>67</sup> DCDPR, 27-3-1878, 200 e 204.

<sup>68</sup> Lourenço de Carvalho. DCD. 20-2-1878, 596.

<sup>69</sup> LOUREIRO, Adolfo – Memoria sobre o Mondego e barra da Figueira. *ROPM*. 5 (1874), 56-60, 335-356, 391-420, 435-468, 479-510 e 515-545 e 6 (1875), 61-62, 1-28 e 53-94.

<sup>70</sup> DCD. 19-3-1875, 876-877, 20-2-1878, 418 e 13-5-1879, 1689-1690.

uma indemnização à CCFBA, a abolição de um projecto totalmente gratuito e a escolha de uma linha nefasta em termos de exploração e financeiros e inconveniente para ambas as empresas<sup>71</sup>. A via directa seria aprovada pela JCOP, apesar de as condições de tracção serem menos propícias que no resto da linha<sup>72</sup>. O acordo é vertido em lei (31-3-1880), mas a CRCFP não desistia da sua pretensão e levaria o caso a juízo arbitral, que em 7-8-1880 dá razão à CCFBA encerrando definitivamente a questão<sup>73</sup>. O governo progressista mantinha-se fiel aos seus dogmas de não aumentar a despesa, afrontava a todo-poderosa CRCFP (que durante os governos regeneradores era encarada como um seu morgado<sup>74</sup>) e agradava aos deputados regeneradores que tinham sido enfeitados pelo seu próprio partido nesta questão. Em contrapartida, conseguia-se uma linha que no futuro se revelaria inconveniente<sup>75</sup>.

Dois anos depois (1-7-1882) toda a linha é inaugurada<sup>76</sup>, apesar de alguns diferendos entre a CCFBA, a CRCFP (por causa da ligação na Pampilhosa) e sobretudo o governo, os quais só foram resolvidos em 1904<sup>77</sup>. Do lado de Espanha ainda se teve de esperar até ao dia 24-5-1886 para que este caminho-de-ferro se tornasse internacional<sup>78</sup>.

### Finalmente, a linha da Beira Baixa

Em 1880 Almeida Pinheiro é incumbido do estudo de uma linha desde Praia do Ribatejo na linha de Leste até Castelo Branco, Covilhã (directamente ou por ramal) e a linha da Beira Alta. O caminho-de-ferro justificava-se pela Covilhã e por cruzar zonas férteis e produtivas. Seguia pela margem direita do Tejo até às Portas do Ródão antes de inflectir para Castelo Branco,

<sup>71</sup> AHMOP. CSOP. Caixa 23, parecer 8605.

<sup>72</sup> AHMOP. CSOP. Caixa 23, parecer 8886.

<sup>73</sup> DINIS, Pedro (compil.) – *Compilação...*, cit. 6, 242-251, 255-259 e 295-304. FINO, Gaspar (compil.) – *Legislação...*, cit. 405-408 e 412-418

<sup>74</sup> Saraiva de Carvalho. DCD. 26-3-1873, 895.

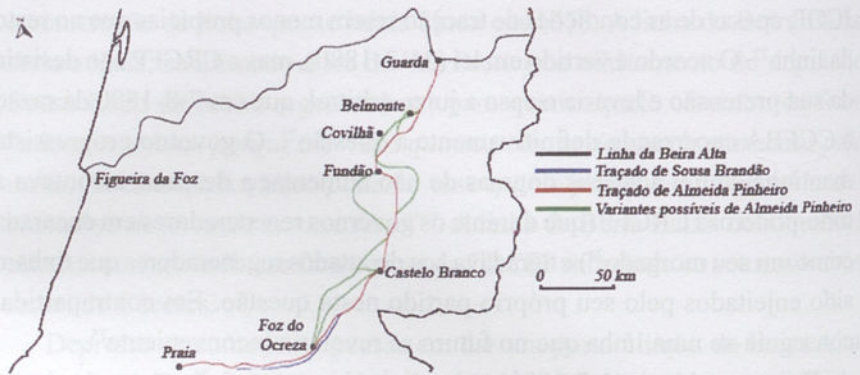
<sup>75</sup> PAÇÔ-VIEIRA, Conde de – *Caminhos de Ferro Portuguezes. Subsídios para a sua historia*. Lisboa: Livraria Clássica, 1905, 289-290.

<sup>76</sup> FINO, Gaspar (compil.) – *Legislação...*, cit., 431.

<sup>77</sup> PAÇÔ-VIEIRA, Conde de – *Caminhos...*, cit., 284-289.

<sup>78</sup> EÇA, Fortunato de Almeida de – *Caminhos de ferro da Beira Alta. ROPM*. 19 (1888), 221-222, 105-162. ALEGRIA, Maria Fernanda – *A organização...*, cit., 274-294.

Covilhã e terminar na linha da Beira Alta. O estudo previa várias hipóteses para a directriz, mas esta era a eleita<sup>79</sup>.



Propostas para a linha da Beira Baixa<sup>80</sup>

Apesar deste projecto e apesar de Cáceres, a JCOP em 9-1-1883 não perdia a esperança de tornar a linha internacional sugerindo a melhoria das condições de tracção até Ródão. Tão grande era o valor que a JCOP atribuía ao seu potencial internacional que até sobre ele emite parecer apesar de tal não lhe ser pedido, o que era algo de muito raro<sup>81</sup>. Tecnicamente, Cáceres não impedia a internacionalização da linha da Beira Baixa e de facto já no século XX a sua ligação a Espanha seria proposta quer no plano de 1929, quer por alguns militares<sup>82</sup>. Quanto ao resto do projecto (que incluía um grande túnel em Alpedrinha e que viria a ser origem de muitos desacordos com a CRCFP) estava também em condições de ser aprovado, sobretudo na aproximação à linha da Beira Alta que se prestava à continuação até à linha do Douro, embora a JCOP preferisse que o seu início se fizesse na estação de Abrantes e não em Praia e que a sua directriz se estendesse pela

<sup>79</sup> PINHEIRO, António Almeida – Caminho de ferro da fronteira..., cit., 62.

<sup>80</sup> ROPM. 15 (1884), est. 2.

<sup>81</sup> AHMOP. CSOP. Caixa 25, parecer 10307.

<sup>82</sup> AHM. Tasso de Miranda Cabral – Conferencia Luso-Hespanhola. Conclusões sobre Ligações a estabelecer entre Portugal e Hespanha. FP 26/11/333/150. PORTUGAL. Ministério do Comércio e Comunicações. Direcção Geral dos Caminhos de Ferro – Plano geral da rede ferroviária do continente. Lisboa: Imprensa Nacional, 1929.

margem esquerda do Tejo por ser menos caro, embora menos correcto do ponto de vista militar.

Nesta vertente, e a ter em conta a posição da Comissão de Defesa de Lisboa e seu Porto, a melhor defesa contra a invasão pela Beira Baixa estaria em não alterar a topografia do terreno desde o Baixo Zêzere até Ródão e Abrantes. A fazer-se uma ferrovia esta devia seguir pelo vale do Ocreza e dirigir-se à Guarda ou então seguir sempre pela margem esquerda do Tejo até Ródão. Neste caso em situação de guerra a destruição da ponte poria Lisboa a salvo, embora impedisse o reforço ou a retirada de tropas da Beira Baixa. No entanto acaba por indicar a travessia do Tejo em Abrantes, a construção até Ródão e daqui à Guarda como igualmente útil, pois uma invasão pela Beira Baixa continuava a ser muito pouco provável e igualmente difícil<sup>83</sup>.

Em 19-1-1883 a linha (subsidiada por uma garantia de juro) é proposta por Fontes e Hintze Ribeiro. A lei de 26-4-1883 sanciona o projecto e o concurso é aberto, mas as condições da remissão por parte do Estado afastam os interessados<sup>84</sup>. Posta novamente em praça com esse articulado revisto, licita somente a CRCFP. O contrato é assinado e aprovado pelas câmaras (lei de 26-5-1884) na condição de a CRCFP reformular os seus estatutos no sentido de ter uma maioria de administradores portugueses. Os administradores estrangeiros recusam a pretensão governamental e ameaçam desistir da concessão. Num golpe de teatro, a Assembleia-Geral de 13-9-1884 (que declarou nulas as procurações dos sócios estrangeiros, limitando o voto aos sócios portugueses) rejeitou a decisão da administração e aprovou a reforma dos estatutos, permitindo que o contrato se tornasse definitivo<sup>85</sup>.

Novos estudos de terreno por parte da CRCFP melhoram o traçado em algumas secções e satisfazem às exigências militares, acabando a linha por terminar na Guarda, por servir directamente a Covilhã e por seguir pela margem direita do Tejo logo desde Abrantes<sup>86</sup>. Tudo parecia

<sup>83</sup> AHM. Comissão de Defesa de Lisboa e seu Porto – Parecer sobre o caminho de ferro da Beira Baixa. Div 3/20/38/1.

<sup>84</sup> FINO, Gaspar (compil.) – *Legislação...*, cit., 527-529 e 581-582.

<sup>85</sup> GOMES, Gilberto – A Linha da Beira Baixa. *XXIX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social* (2009), (web.lettras.up.pt/aphes29/data/9th/GilbertoGomes\_Texto.pdf, consultado em 16.04.2010).

<sup>86</sup> AHMOP. CSOP. Caixa 32, parecer 14169. AHMOP. CSOP. Caixa 32, parecer 14202.

bem encaminhado até se chegar à serra da Gardunha. Almeida Pinheiro preferia um traçado que incluía um grande túnel de 1 km furando a serra. Naturalmente, a CRCFP procurou eximir-se desse encargo. Pelo contrato não era obrigada a seguir o projecto de Almeida Pinheiro, mas não o fazendo teria de apresentar alternativas. Se estas fossem rejeitadas duas vezes a CRCFP era obrigada a fazer o que o governo entendesse. A alternativa da CRCFP era melhor em termos de tracção mas era mais extensa o que prejudicava o público (em termos de tarifas) e o governo (eram mais uns quilómetros sobre os quais se garantia um rendimento). De qualquer modo a JCOP acaba por aceitar a solução da CRCFP<sup>87</sup>.

A chegada à Covilhã constituiu outro problema. Para Almeida Pinheiro, levar a linha directamente à cidade era complicado, sendo preferível um ramal, no que era apoiado pela JCOP. Novas sondagens pelo governo e pela CRCFP conseguem aproximar a via o suficiente da Covilhã para evitar a necessidade de uma despesa adicional com um ramal sem infringir os limites das condições de tracção admitidas por lei<sup>88</sup>.

Numa última tentativa de tornar a linha pelo menos parte de uma via internacional a JCOP sugere que a ligação à linha da Beira Alta se faça por meio de uma concordância com entroncamento na Guarda (em direcção à Figueira) e em Vila Fernando (em direcção a Vilar Formoso)<sup>89</sup>.

Os trabalhos foram entregues à Empresa Construtora da Linha da Beira Baixa e começaram em 1887 no troço entre Ródão e Castelo Branco<sup>90</sup>, mas desenvolveram-se muito lentamente, perante um quadro financeiro adverso, conflitos com os empreiteiros e desacordos com o governo quanto à directriz a seguir (em 1888 a JCOP ainda apreciava variantes à linha<sup>91</sup>). Tudo isto fez com que a CRCFP acabasse por tomar conta da construção em 1891, gastando muito mais dinheiro do que aquilo que estava a contar e entregando a obra fora do prazo sem a concordância no entroncamento<sup>92</sup>. Em Setembro

<sup>87</sup> FALCÃO, João et al. – *Caminho-de-ferro da Beira Baixa. Questão do traçado de Alpedrinha ao Fundão*. Lisboa: Tipografia Casa Portuguesa, 1886. AHMOP. CSOP. Caixa 32, parecer 14231.

<sup>88</sup> AHMOP. CSOP. Caixa 33, parecer 14523.

<sup>89</sup> AHMOP. CSOP. Caixa 33, parecer 14711.

<sup>90</sup> AHMOP. CSOP. Caixa 32, parecer 14169.

<sup>91</sup> AHMOP. CSOP. Caixa 34, parecer 15317.

<sup>92</sup> AHMOP. CSOP. Caixa 38, parecer 21692. Caixa 39, parecer 22284.

de 1891, abre-se à exploração o troço entre Abrantes e Covilhã e em 11-5-1893, o restante percurso até à Guarda<sup>93</sup>.

### Conclusão

No afã de ligar a Nação à Europa escolheu-se a primeira linha que chamou o interesse dos investidores privados e que mereceu a anuência de Espanha, mas que acabaria por não servir os interesses nacionais nem realizar o desejo de fazer de Lisboa o *cais da Europa* e que uma vez na posse de uma companhia poderosa ainda impediu a construção daquela que era considerada por muitos a verdadeira linha internacional.

A linha de Leste e a linha da Beira Baixa tornaram-se rivais à nascença, mas esta seria filha enjeitada a partir do momento em que a CRCFP perfi-la aquela e se vê depois temporariamente incapaz de adoptar mais rebentos da mesma natureza. A indisponibilidade de Espanha em prolongar a linha pretendida pelos portugueses, se bem que real, tornou-se uma desculpa conveniente. Quando finalmente a CRCFP supera essa incapacidade dera já uma pequena irmã à linha de Badajoz e não tinha mais interesse em caminhos-de-ferro internacionais. A linha da Beira Baixa perde assim a sua vocação internacional e assume-se como revitalizadora do centro têxtil da Covilhã, restando saber se realmente o foi ou se ao invés trouxe sobre carris o efeito contrário.

Porém, o País precisava de mais linhas internacionais, sobretudo quando se viu que a linha de Leste não servia. Surgiu então a linha da Beira Alta ligando uma pequena vila (e mais tarde o porto de pesca da Figueira) e indirectamente Lisboa ao grande movimento que se esperava da Europa, que contudo tardou em aparecer: os tráfegos gerados nunca foram apelativos de tal modo que a CCFBA faliu no início do século XX, vivendo a partir daí em concordata com os seus credores<sup>94</sup>. Procurando também servir ao

<sup>93</sup> GOMES, Gilberto – *A Linha...*, cit. SALGUEIRO, Ângela – *A Companhia...*, cit. 73-76. SILVA, José Ribeiro da e RIBEIRO, Manuel – *Os comboios em Portugal*. Lisboa: Terramar, 2007, vol. 3, 133-134.

<sup>94</sup> ROPM. 21 (1890), estampa 3. GOMES, Gilberto – *A Luz e as Sombras na Gare do Oriente*. Lisboa: CP, 1998, 14.

máximo a zona portuguesa que atravessava, a via adquire contornos de serviço nacional entrando em conflito em termos de velocidade com a sua aptidão internacional. Prova-o o facto de no concurso para atribuição da linha de Alcântara a Sintra (via meramente de segunda ordem e interesse local) proposto no parlamento pelos progressistas se prever que a sua construção e exploração se faria segundo as condições do contrato que deu origem à linha da Beira Alta<sup>95</sup>.

Construída a linha da Beira Alta e decretada a da Beira Baixa, a província parecia fechada no que a caminhos-de-ferro diz respeito quanto mais não fosse pela zona de protecção exclusiva de que gozavam a primeira e a de Leste. Mesmo assim, surgiram propostas para novas linhas cruzando o coração da Beira, uma de Thomas Morton Johnson 1885<sup>96</sup> e outra da Fonseca, Santos & Viana. Aquela (que previa também ligações às linhas do Norte e Douro) seria rejeitada, esta (prolongando o ramal de Coimbra) seria aceite (alvarás de 10-9-1887 e 8-10-1888) e construída, não por aquela empresa, mas pela CRCFP já no século XX. A Beira, palco de grandes linhas internacionais, recebia agora linhas internas num período em que as ilusões do grande tráfego transfronteiriço se desvaneciam.

<sup>95</sup> DCD. 8-1-1881, 27-28.

<sup>96</sup> AHMOP. CSOP. Caixa 28, parecer 12219.

# A Arqueologia Histórica em Laranjeiras (SE-Brasil): uma proposta de salvaguarda da cultura material portuguesa nas ruínas da cidade

Janaina Cardoso de Mello

UFS (Universidade Federal de Sergipe)

Pesquisadora FAPITEC-SE/CNPq

janainamello@uol.com.br

Texto recebido em/ Text submitted on: 17/02/2011

Texto aprovado em/ Text approved on: 29/08/2011

## *Resumo/Abstract:*

O artigo apresenta a necessidade de a arqueologia histórica no Brasil, ao voltar seu olhar para os contextos da época Moderna e Contemporânea, atuar na identificação, inventariação e salvaguarda do patrimônio cultural. Buscaremos enfatizar os elementos da cultura material portuguesa nas ruínas de antigas edificações na cidade de Laranjeiras (Sergipe), cujo ápice de sua economia ocorre ao longo do século XIX, com o domínio dos engenhos de açúcar, os ricos sobrados residenciais, os teatros e hospital local. Esse trabalho busca discutir a prospecção arqueológica para expor a historicidade da arquitetura urbana na formação de sua população, as heranças da colonização portuguesa nas ruínas, suas antigas funcionalidades, ações de consolidação e possibilidades de usos sociais desses locais nos dias atuais.

The article presents the need for historical archaeology in Brazil, when turning its look to the contexts of modern and contemporary times, to act in identifying, inventorying and safeguarding of cultural heritage. We will try to emphasize the elements of material culture in the ruins of old Portuguese buildings in the town of Laranjeiras (Sergipe), whose economic apex occurs throughout the 19th century, with dominance of sugar mills, the wealthy residential town homes, theaters and local hospital. This work seeks to discuss the archaeological prospecting to expose the historicity of urban architecture in the formation of its population, the heritage of Portuguese colonization in ruins, its ancient features, actions of consolidation and possibilities for social uses of those locations today.

## *Palavras chave/Keywords:*

Ruínas; Herança portuguesa; Laranjeiras (SE-Brasil).

Ruins; Portuguese heritage; Laranjeiras (SE-Brazil).

## Introdução

O estilo aquitetônico adotado nas edificações de cidades históricas em Sergipe, situada ao nordeste do Brasil no século XVII, constituiu-se por um conjunto urbano marcado pela presença dos jesuítas e suas obras. Presença destacada na historiografia regional ao identificar-se que: “cedo vieram os jesuítas desdobrar a atividade de sua política em Sergipe [...] sob o duplo caráter de sacerdote e agricultor, assumem a direção espiritual da capitania e pedem também doações de terra”<sup>1</sup>.

O barroco colonial introduzido no Brasil pelos missionários religiosos portugueses mesclou-se as influências locais resultado do povoamento europeu, africano e indígena na região. Deve-se ainda considerar que a escassez de materiais e mão-de-obra especializada contribuiu para dar uma feição muito singular ao barroco brasileiro de características “mestiças”<sup>2</sup>.

Entre 1700 e 1759, são construídas residências para obras de evangelização no Vale do rio Contiguiba em Laranjeiras, compostas por uma casa-grande e uma capela chamada Retiro. Em 1731, é inaugurada a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Comandaroba, cujo o pórtico em pedra calcária possui o monograma A.M.D.G (*Ad Majorem Dei Gloriam*, 1734)<sup>3</sup>.

Todavia, é possível encontrar-se entre os bens materiais religiosos da cidade de Laranjeiras, a partir do século XVIII, uma transição estilística do barroco ao neoclassicismo<sup>4</sup>, que ao longo dos séculos XIX e XX assume a forma do ecletismo<sup>5</sup>.

<sup>1</sup> FREIRE, Felisbello – *História de Sergipe*. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 94.

<sup>2</sup> SEVCENKO, Nicolau – *Pindorama revisitada: cultura e sociedade em tempos de virada*. Série Brasil cidadão. Editora Peirópolis, 2000. pp. 39-47.

<sup>3</sup> OLIVEIRA, Filadelfo Jônatas – *Registro dos fatos históricos de Laranjeiras*. Aracaju: Governo de Sergipe; Secretaria da Cultura, 2005, pp. 52-54.

<sup>4</sup> A arquitetura neoclássica caracteriza-se pela busca da nobreza e racionalidade da arquitetura greco-romana da Antiguidade. A harmonia é buscada usando os motivos clássicos: pórticos com colunatas, uso das ordens gregas, simetria na composição, regularidade nas aberturas e frontões triangulares. A decoração é contida, distante dos “exageros” barrocos e rococós. Ver. GONTAR, Cybele – Neoclassicism. In: *Heilbrunn Timeline of Art History*. New York: The Metropolitan Museum of Art, 2000.

<sup>5</sup> O ecleticismo é a mistura de estilos arquitetônicos do passado para a criação de uma nova linguagem arquitetônica. Apesar de que sempre há existido alguma mistura de estilos durante a história da arquitetura, o termo arquitetura eclética é usado em referência aos estilos

Nas décadas de 1960 e 1970, buscou-se o retorno ao “lugar de origem” para fundamentar a identidade nacional brasileira, assim o barroco brasileiro passa a despertar grande interesse entre os pesquisadores e se torna reconhecido além das fronteiras<sup>6</sup>.

Essa atração pelo barroco não era um dado novo, pois já estava na pauta das discussões e ações dos órgãos de tombamento e proteção do patrimônio brasileiro desde 1936, quando o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) utiliza o barroco como uma “categoria simbólica” de valorização do patrimônio arquitetônico no país.

O SPHAN detinha o poder de fiscalizar, executar obras de conservação ou restauro, a construção de edificações na vizinhança, definição de infra-estrutura, parcelamento do solo, os quais eram analisados segundo critérios internos dos órgãos, ou seja, caso a caso, sem que houvesse um estímulo à participação dos proprietários ou agentes privados na preservação de bens tombados; importando, sobretudo, *a manutenção da integridade física e estilística dos bens imóveis tombados*<sup>7</sup>.

A ausência de uma ação estatal de apoio financeiro à conservação dos bens imóveis em Laranjeiras terminou por resultar na degradação física de muitos prédios, mesmo tendo sido a área central da cidade tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, ex-SPHAN). A deterioração das obras provocada pelo tempo, intempéries climáticas (enchentes do rio Contiguiba) e descaso do poder público e/ou privado legou ao presente um passado em ruínas.

surgidos durante o século XIX que exibiam combinações de elementos que podiam vir da arquitetura clássica, medieval, renascentista, barroca e neoclássica.

<sup>6</sup> HANSEN, João Adolfo – Barroco Brasileiro, Petit Palais & Ruína In: PRADO, Maria Lígia Coelho; VIDAL, Diana Gonçalves – *À margem dos 500 anos: reflexões irreverentes*. Volume 7 de *Estante USP-Brasil 500 anos*. São Paulo: EdUSP, 2002.

<sup>7</sup> FREITAS apud NOGUEIRA, Adriana Dantas – *Patrimônio arquitetônico e história urbana. Ensaio sobre o patrimônio arquitetônico de Sergipe e sobre a estrutura sócio-espacial de Aracaju*. São Cristóvão: EDUFS; Aracaju”Oviêdo Teixeira, 2006, p. 101. [grifo da autora]

Longe de adentrar a seara de discussões teóricas nacionais e internacionais a respeito do campo disciplinar arqueológico, a análise aqui contida parte da premissa da arqueologia histórica, apontada por Funari<sup>8</sup> como um estudo das sociedades com escrita relacionado a construção de suas identidades, e que nas palavras de Charles Orser Jr. possui: “[...] seu foco de atenção no passado recente ou moderno, um passado que incorporou muitos processos, perspectivas e objetos materiais que ainda estão sendo usados em nossos dias”<sup>9</sup>.

Leva-se em consideração as potencialidades das ruínas de Laranjeiras como objeto de estudo para as pesquisas da arqueologia histórica a partir da “noção de significância”, ou seja, dos aspectos históricos, científicos, étnicos, públicos e legais contidos nesse espaço<sup>10</sup>.

Destaca-se o papel primordial da arqueologia histórica ao tratar as relações sociais dos indivíduos, para compreender a cultura material como fonte de informação sobre os vários grupos sociais distintos em sua multiplicidade de vozes (aparentes ou esquecidas) imiscuídas nos vestígios físicos que constroem um discurso narrativo e interpretativo sobre um determinado espaço<sup>11</sup>.

### **Cidade, ruínas e herança portuguesa em Laranjeiras (SE)**

A cidade brasileira como centro habitacional na vida cotidiana é tardia em sua historicidade, pois enquanto parte integrante do Império ultramarino português, somente no século XVIII cidades como Salvador e Recife exerceram sua influência sobre a aristocracia agrária para que esta viesse

<sup>8</sup> FUNARI, Pedro Paulo – *Os Avanços da Arqueologia histórica no Brasil, um Balanço*. (2003) In: [www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/arq13.shtml](http://www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/arq13.shtml) (20/01/ 2011).

<sup>9</sup> ORSER Jr., C.E – *Introdução à Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992, p. 28.

<sup>10</sup> STASKI *apud* TOCCHETTO, Fernanda; THIESEN, Beatriz – A memória fora de nós. A preservação do patrimônio arqueológico em áreas urbanas. In: LIMA, Tânia Andrade (Org.) – *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação*. Nº 33. Brasília: IPHAN, 2007, p. 270.

<sup>11</sup> HODDER; TILLEY *apud* MARTIN, Ann Stuart – Material things and cultural meaning: notes on the study of early American culture. *The William and Mary Quaterly*, 53(1). Material Culture in Early America, 1996, pp. 7-8.

aceitar a experiência urbana. Na América Portuguesa a relação agricultura-exportação conduzia o *modus vivendi* de uma sociedade composta por brancos portugueses e de outras nacionalidades, índios e negros, a configurar uma forte miscigenação demográfica. Ao mesmo tempo, as obras arquitetônicas personificadas em catedrais, igrejas, prédios de ordens religiosas, palácios, casas, moradias dos mais diversos estilos, de origem européia, possuíam também marcas da mestiçagem resultante desse encontro multi-étnico.

Os centros históricos passaram a representar o traçado inicial da cidade, a compor estruturas urbanas e arquitetônicas que expressam as manifestações políticas, econômicas, sociais, culturais e tecnológicas, das formações culturais dos diferentes períodos históricos, por meio dos quais evoluíram, estruturas unitárias ou fragmentárias, ainda que tenham se transformado ao longo do tempo e se apresentem como testemunhos de civilizações passadas<sup>12</sup>.

Desde sua origem, os centros históricos ocupam uma função residencial, ou seja, abrigam homens, mulheres e crianças que habitam esse espaço enquanto palco permanente para suas atividades de descanso, lazer e serviços em geral, ligados aos hábitos e práticas de uma cultura própria a cada grupo social do local.

A arquitetura residencial é a testemunha viva das manifestações sociais e culturais das gerações anteriores e daqueles que ocupam esse espaço na atualidade. Assim: “o patrimônio arquitetônico é um capital espiritual, cultural, econômico e social cujos valores são insubstituíveis”<sup>13</sup>.

Rogério Proença Leite<sup>14</sup> percebeu em seus estudos que nas últimas décadas do século XX houve significativas mudanças no valor dos bens simbólicos preservados, a refazer o próprio conceito de patrimônio dentro de uma concepção mais fluida que implica em práticas voltadas para o consumo dos lugares. O desenvolvimento urbano ao atuar como um agente

<sup>12</sup> SALCEDO, Rosío Fernandez Baca – *A reabilitação da residência nos centros históricos da América Latina*. Cusco (Peru) e Ouro Preto (Brasil). São Paulo: EDUNESP, 2007, p. 15.

<sup>13</sup> CONSELHO DA EUROPA – Manifesto de Amsterdã: Carta Européia. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – *Cartas patrimoniais* (Caderno de documentos nº 3). Brasília: IPHAN, 1995, p. 246.

<sup>14</sup> LEITE, Rogério Proença – *Contra-usos da cidade*. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: EDUNICAMP, 2006, p. 47.

estruturador dos *big business*, ou seja, na comercialização da “cidade-patrimônio”, ganha força no turismo e/ou na especulação imobiliária.

A cidade de Laranjeiras, localizada no Estado de Sergipe (Brasil) a aproximadamente 20 km de Aracaju, iniciou seu processo de estruturação no século XVIII, tendo surgido às margens do rio Cotinguiba onde havia um pé de laranjeira, sob o qual os viajantes descansavam a se proteger do sol e entoar canções românticas até que chegasse o momento de se por na estrada novamente. Para além das versões poéticas, a certeza é que a cidade se tornou uma das principais cidades comerciais de Sergipe *Del Rey*, a obter da produção da canaveira sua principal renda<sup>15</sup>.

Em 1850 Sergipe, possuía um total de 726 engenhos, sendo que 72 estavam em Laranjeiras. Por isso, em 1874 a população escrava em Sergipe representava 19,1% da população total, um dos maiores percentuais da região nordeste<sup>16</sup>.

Esse alto investimento em mão de obra escrava direcionada ao cultivo da cana-de-açúcar, embora a tecnologia aplicada fosse bem rudimentar, encontra uma particularidade na região da Cotinguiba e especialmente em Laranjeiras, uma vez que de acordo com Resende e Guimarães:

[...] a fertilidade natural da terra pela sua formação geológica contribuiu em muito para o não esgotamento das mesmas, o que não ocorreu em outras províncias brasileiras e regiões sergipanas<sup>17</sup>.

Nesse contexto, imponentes habitações, famosas na descrição do historiador pernambucano Gilberto Freire<sup>18</sup>, conhecidas como “Casas Grandes” ocupavam vasta extensão territorial a possuir em anexo capelas dedicadas a

<sup>15</sup> SILVA, Eder Donizeti da; NOGUEIRA, Adriana Dantas – Lançando um olhar sobre o patrimônio arquitetônico de Laranjeiras. In: NUNES, Verônica Maria Meneses; NOGUEIRA, Adriana Dantas (Orgs.) – *O despertar do conhecimento na colina azulada. A Universidade Federal de Sergipe em Laranjeiras*. Vol. 1. 2ª Ed. São Cristóvão: EDUFS, 2009, p. 40.

<sup>16</sup> FIGUEIREDO, Ariosvaldo – *O negro e a violência do branco: o negro em Sergipe*. Rio de Janeiro, J. Álvaro Editor, 1977, p. 33.

<sup>17</sup> RESENDE, José Mário dos Santos; GUIMARÃES, Joselita Maria dos Santos – *A Geografia da Propriedade de Terras e das Técnicas Agrícolas na Imperial Cidade de Laranjeiras /SE (1850-1888)*. *Revista da Fapese*, v.3, n.1, p. 139-164, jan./jun. 2007, p. 157.

<sup>18</sup> FREIRE, Gilberto – *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Global, 2005.

um santo padroeiro da fazenda, bem como as senzalas a abrigar os cativos africanos trazidos de além mar para o trabalho nas plantações de açúcar.

Assim foi com o sítio Santa Anna, cuja propriedade no século XIX fora de Francisco Alves da Motta, pertencendo hoje a família Ribeiro Guimarães, e a conservar na atualidade as ruínas do antigo sobrado (fig. 1), da senzala e da Capela Sant’Aninha que remonta aos tempos de opulência da região.

Imagem 1 – Ruínas da Casa Grande do sítio Santa Anna em Laranjeiras, às margens do rio Contiguiba.



Fonte: Foto de Janaina Cardoso de Mello (Laranjeiras – SE/Brasil, 24/01/2011)

A Capela Sant’Aninha (fig. 2) construída em 1860 no local onde havia um depósito de pólvora, na zona rural de Laranjeiras, à margem esquerda do rio Contiguiba, foi erguida pela devoção da filha do proprietário à Nossa Senhora da Conceição. Sua arquitetura imponente e eclética é demarcada por sua cúpula de inspiração romana e suas duas sineiras (torres falsas), ambas com sinos de cobre, indicando prestígio social e poder econômico. Considerada uma das capelas particulares mais ricas do nordeste por possuir em seu interior detalhes ornados em ouro maciço e também minúcias

em tapeçaria antiga. Em 1875 foi reformada e transformada também em necrópole, sendo inaugurada em 12 de fevereiro de 1878<sup>19</sup>.

Imagem 2 – Capela Sant’Aninha



Fonte: Foto de Loíze Raquel (Laranjeiras, SE/Brasil – 10/11/2009)

Laranjeiras foi elevada a condição de Vila em 07 de agosto de 1832, mas em 1824 já era a povoação mais rica da província de Sergipe a possuir mais de sessenta engenhos de açúcar, fábricas de charutos e aguardentes e representações comerciais européias. Em 4 de maio de 1848 passou a condição de cidade. De acordo com Beatriz Góis Dantas<sup>20</sup>, com a instalação da Alfândega de Sergipe a localidade e a demografia se transformaram em “importante empório comercial para cuja feira ‘concorriam comboios de quase todos os pontos da província’ a comunicar-se diretamente com as capitais da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco”.

<sup>19</sup> SILVA, Eder Donizeti da; NOGUEIRA, Adriana Dantas – Lançando um olhar...*cit.*, pp. 64-65.

<sup>20</sup> DANTAS, Beatriz Góis – *A Taieira de Sergipe*. Uma dança folclórica. Petrópolis: Vozes, 1972, p. 17.

De 1878 a 1904, a cidade de Laranjeiras vivenciou o seu “período áureo”, ostentando o título de “Atenas sergipana”. O termômetro da efervescência cultural da cidade era balizado por dois grandes teatros: o Santo Antônio e o São Pedro.

O teatro Santo Antônio terminou por se sobressair ao São Pedro, cujas instalações não foram concluídas, a atrair a atenção de companhias nacionais e internacionais que apresentaram-se nesse espaço. Durante um bom tempo ficou abandonado, utilizado como cortiço, mas com um novo uso social após a restauração do projeto Monumenta<sup>21</sup> ao abrigar a biblioteca e salas de professores do *campus* da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Imagem 3 – Ruínas do Teatro São Pedro (parte externa)



Foto de Janaina Cardoso de Mello (Laranjeiras – SE/Brasil, 24/01/2011)

<sup>21</sup> O Programa Monumenta foi um programa do governo federal brasileiro executado pelo Ministério da Cultura e patrocinado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que consistiu na reforma e resgate do patrimônio cultural urbano em todo Brasil. Criado em 1995, atendeu mais de 26 cidades.

O teatro possui de pé somente a fachada e parte de uma parede lateral. Sua arquitetura pode ser classificada como neoclássica ortodoxa, com tendências ao neocolonial tradicionalista<sup>22</sup>. Sua estrutura de sobrado conserva janelas e portas em arco. Não há nenhum impedimento a circulação por suas ruínas, o coloca em risco a segurança de moradores próximos.

Imagem 4 – Ruínas do Teatro São Pedro (parte interna)



Foto de Janaina Cardoso de Mello (Laranjeiras – SE/Brasil, 24/01/2011)

As ruínas do Teatro São Pedro (fig.3 e 4) estão localizadas na praça Possidônia Bragança, de frente para a Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Pardos, ao lado do prédio da antiga delegacia e que na atualidade está em reforma para abrigar as aulas e laboratórios do curso de Mestrado em Arqueologia da UFS. Não obstante, a obra do teatro tenha sido interrompida, o espaço serviu de palco para a visita de D. Pedro II, acompanhado do Imperatriz D. Tereza Cristina à Laranjeiras na segunda metade do século

<sup>22</sup> SILVA, Eder Donizeti da; NOGUEIRA, Adriana Dantas – Lançando um olhar..., *cit.*, pp. 73-74.

XIX. Em novembro de 2010 a cidade recebeu o príncipe D. Antonio Orleans e Bragança, bisneto da princesa Isabel, para “redesenhar os passos de seus ancestrais”.

Com o surto epidêmico na região e a urbanização do século XX, as tradicionais famílias abastadas migraram para a nova capital Aracaju, fato que promoveu a redução demográfica na cidade. Permaneceram em Laranjeiras a população de baixo poder aquisitivo cujo trabalho se dava nas lavouras de cana-de-açúcar. Sem maiores investimentos monetários oriundo de particulares ou do governo, a cidade começou a vivenciar um quadro de deterioração do patrimônio arquitetônico. Aventa-se a hipótese de ter sido a difícil condição de sobrevivência econômica o mote que permitiu a sobrevivência das ruínas, mesmo em grande estado de degradação, caso contrário suas fachadas poderiam ter sido cobertas por cerâmicas ou pedrarias eliminando suas características originais.

O hospital na rua lateral da Igreja Nossa Senhora Conceição dos Pardos<sup>23</sup>, destacou-se nos anos iniciais do século XX pela presença em seus quadros do Dr. Antônio Militão de Bragança, nascido em 31 de julho de 1860 em Laranjeiras/SE, filho de Dr. Francisco Alberto de Bragança e Possidônia Maria de Santa Cruz Bragança (origem do nome da praça anteriormente citada, a qual urbanizou com recursos próprios). Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1883, clinicou por um tempo no Rio de Janeiro e mais tarde em Alagoas, no município de Pão de Açúcar. Em 1892 regressou a Laranjeiras, sendo empossado em 1898 como Delegado de Higiene. Participou em 1910 da fundação da Sociedade de Medicina de Sergipe e em 1911, atuou no combate ao violento surto de varíola que atingiu Laranjeiras e quase a despovoou com o êxodo de seus moradores para a capital. Desse episódio resultou a escrita do livro “A Varíola em Laranjeiras”, com ricos detalhes clínicos, epidemiológicos e profiláticos. Praticou também a oftalmologia e dele se conta, sem comprovação, que teria secretamente prestado atendimento médico a Virgulino Ferreira da

<sup>23</sup> Construída no século XIX, pelos pardos (mestiços), a igreja tornou-se centro de devoção à Nossa Senhora da Conceição. O Imperador Dom Pedro II, na ocasião de sua visita à Laranjeiras, contribuiu com donativos para conclusão das obras.

Silva, vulgo Lampião, retirando-lhe de um dos olhos um graveto que lhe havia penetrado acidentalmente<sup>24</sup>.

Mito ou verdade, conta-se que Lampião<sup>25</sup> teria dado entrada no hospital de Laranjeiras (fig.5) passando-se por um fazendeiro pernambucano e que após recuperar-se do procedimento cirúrgico, teria pago as despesas de um mês de internação e deixado o local furtivamente durante a madrugada, mas não sem antes registrar com carvão em uma das paredes o recado: “Doutor, o senhor não operou fazendeiro nenhum. O olho que o senhor arrancou foi o do Capitão Virgulino Ferreira da Silva, Lampião”. A população de Laranjeiras relata, com certo orgulho, que talvez por esse fato a cidade tenha sido poupada das atitudes violentas que o cangaceiro e seu bando empregaram em outras localidades de Sergipe.

Imagem 5 – Ruínas do Hospital de Laranjeiras



Foto de Janaina Cardoso de Mello (Laranjeiras – SE/Brasil, 24/01/2011)

<sup>24</sup> SANTANA, Antônio Samarone de; DIAS, Lucio Antônio Prado; GOMES, Petrónio Andrade (Orgs.) – *Dicionário biográfico de médicos de Sergipe (séc. XIX e XX)*. Aracaju: ASM, 2009.

<sup>25</sup> Conhecido bandido social do nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX.

Vizinho à loja maçônica do município, o hospital encontra-se hoje em ruínas, abandonado, a conservar somente sua fachada e protegido em sua entrada com uma frágil cerca improvisada com arame farpado e algumas ripas de madeira, por se tratar de uma propriedade particular. Sua arquitetura possui grande variedade estilística européias e nacionais composta por janelas e porta arqueadas, frisos e vários ornamentos em forma de losangos com brasões, flores, além de um entalhe com formato aproximado de um anjo adornando acima da porta da entrada.

Imagem 6 – Detalhe na parte inferior das Ruínas do Hospital de Laranjeiras



Foto de Janaina Cardoso de Mello (Laranjeiras – SE/Brasil, 24/01/2011)

Na década de 1940 foram procedidas ações de tombamento em Laranjeiras pelo IPHAN que compreenderam a Capela Jesus Maria José do Engenho de igual nome, a Casa do Engenho Retiro, a Igreja de Comandaroba e a Igreja Matriz do Coração de Jesus, como partes de um conjunto arquitetônico marcado pela presença jesuítica do período colonial<sup>26</sup>.

<sup>26</sup> IPHAN – Bens Móveis e Imóveis In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO E NACIONAL – *Livros de Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994, pp. 194-195.

Ainda no século XX, Laranjeiras experimenta a evolução de seu processo de urbanização no quadro de formação da “Grande Aracaju” com a redução das áreas rurais, a ampliação da população urbana com novos modos de viver, no que tange a diversificação das atividades econômicas, o trabalho nos mercados e fábricas, a moradia em conjuntos habitacionais populares, o uso de serviços públicos coletivos.

O conjunto do antigo quarteirão dos Trapiches composto por sobrados residenciais, depósitos de mercadorias e pier onde navios comerciais aportavam, uma construção do século XIX localizada no centro histórico de Laranjeiras, depois de vários anos em ruínas, foi restaurado pelo programa Monumenta em 2009 e hoje comporta o *campus* da UFS em sua oferta de bacharelados em Museologia, Aqueologia, Arquitetura, Dança e Teatro.

A despeito das obras realizadas no Trapiche, as ruínas abordadas nesse artigo continuaram em seu processo de degradação pela exposição ao tempo e à ausência de um projeto quer fosse de restauração ou consolidação por iniciativa do poder público ou de particulares que detêm algumas das propriedades em questão.

### **Na arqueologia histórica das ruínas a consolidação como proposta**

O exercício de uma pesquisa interdisciplinar ao articular arqueologia, arquitetura e história poderá informar sobre as formas de ocupação, deslocamento, costumes, conflitos e relações sociais no local.

Segundo Brandi a ruína: “[...] será, pois, tudo aquilo que é testemunho da história humana, mas com um aspecto bastante diverso e quase irreconhecível em relação àquele de que se revestia antes”<sup>27</sup>. Assim, a ruína enquanto alegoria oriunda do fragmento, do incompleto do edifício que não existe mais, contém em si toda a beleza da durabilidade e da fugacidade do vestígio, possuindo algo a dizer, um saber incrustado em suas pedras e alicerces. Por isso as ruínas aparecem como espaços dignos de rememoração, a implicar a sua conservação e consolidação.

<sup>27</sup> BRANDI, Cesare – *Teoria da Restauração*. 2ª Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004, p. 65.

Assim explica-se o mote da defesa pela manutenção das ruínas e não de sua restauração. Pois, a diretriz aplicada a sua preservação e conservação, ou seja, da manutenção tais como foram legadas ao presente sob a ação do tempo e a ação depredatória humana, sustenta a tese de uma ação preservacionista atuante e responsável, a mostrar o produto desta relação de uso e de interferência, mediante a clareza desta relação.

Ruins may be ruins; however, whether temple or cathedral, modern railway terminal or ancient marble quarry, irrespective of artistic worth, they must be conserved and 'preserved as found'<sup>28</sup>.

Na atualidade em Laranjeiras, alguns trabalhos acadêmicos têm sido propostos a partir do questionamento dos projetos de restauração efetivados pelo Monumenta<sup>29</sup>. Multiplicam-se as críticas com relação as escolhas estéticas realizadas na reconstituição arquitetônica, ao uso de materiais inadequados na construção, bem como a ausência de um procedimento de escavação arqueológica com maior durabilidade e rigor. Logo, ao se defender a intenção da manutenção das ruínas como ruínas (reminiscências de um tempo que já não nos pertence mais, a não ser pelos relatos da documentação histórica), adota-se uma perspectiva diferencial que visualiza na consolidação das ruínas a possibilidade de transformá-las em um grande laboratório de estudos avançados sobre a sociedade local e heranças portuguesas constitutivas, levando-se em consideração que para além de uma “remodelagem plástica urbana” a essência da colonização em

<sup>28</sup> “Ruínas podem ser as ruínas, no entanto, se templo ou catedral, terminal ferroviário, moderna ou antiga pedreira de mármore, independentemente do valor artístico, devem ser conservadas e ‘preservadas como encontrado’”.(Tradução livre da autora) In: ASHURST, John (ed.) – *Conservation of ruins*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2007, p. 83.

<sup>29</sup> A saber os trabalhos de: BRENDLE, Klaus; BRENDLE, Maria de Betânia U. C. – Ausência da Arqueologia Histórica na restauração patrimonial em Laranjeiras. *VI Workshop Arqueológico e I Ciclo Internacional de Simpósios Temáticos do Museu de Arqueologia de Xingó: Arqueologia – Integração, Conhecimento e Tecnologia*. Campus Laranjeiras – UFS, 04 a 09 de outubro de 2010; COSTA, Tatiana de Carvalho – *O papel da arqueologia histórica como instrumento de preservação do patrimônio material: o caso da intervenção no “Quarteirão dos Trapiches” de Laranjeiras/SE*. Projeto de Mestrado em Arqueologia – UFS. Aracaju: 2011.

meio aos conflitos étnicos e sociais sucitados subsiste em cada pedra daqueles edifícios.

Portanto, a preservação, conservação e manutenção deste bem material, tal como a intervenção humano/temporal o legou a sociedade do presente, é sobretudo uma bandeira de luta fundamental para que não se perca nos emaranhados de cirurgias estéticas arquitetônicas ou de esquecimentos induzidos a sua distinta posição num determinado momento histórico sergipano e brasileiro.

Várias técnicas podem ser usadas para registrar as informações da ruína existente, desde o estudo dos materiais utilizados na edificação, das pigmentações originais das paredes, datação da construção a partir de escavações arqueológicas, registros fotográficos tomados do edifício, com seus detalhes e arredores, filmagens, desenhos arquitetônicos e até elaboração de maquetes em 3D. Também deve-se considerar que:

Ruins of all these building types remain throughout the country and are an important part of our national heritage. While they have survived, sometimes for hundreds of years, they will not survive indefinitely without periodic care and attention. Ruins are buildings that no longer have their original defences against the elements, such as roofs, windows and doors, while the loss of floors, parts of walls and other fabric may have altered or weakened their structural integrity<sup>30</sup>.

As intervenções para consolidação das ruínas no entanto devem ser precedidas por um diagnóstico exaustivo de anomalias estruturais, a utilizar-se de técnicas pouco invasivas como a termografia ou a velocidade de propagação de ultrasons para avaliar a integridade das construções<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> “Ruínas de todos estes tipos de construção continuam em todo o país e são uma parte importante do nosso património nacional. Apesar de terem sobrevivido, às vezes centenas de anos, elas não vão sobreviver indefinidamente sem cuidado e atenção periodicamente. Ruínas são os edifícios que já não têm as suas defesas contra os elementos originais, como telhados, janelas e portas, enquanto a perda de pisos, paredes e peças de outro tecido pode ter alterado ou enfraquecido a sua integridade estrutural” (Tradução livre da autora) In: GOVERNMENT OF IRELAND – *Ruins – The Conservation and repair of Masonry Ruins*. Dublin: The Stationery Office, 2010, p. 12.

<sup>31</sup> PINHO, Fernando F.S.; Baião, Manuel F.C.; LÚCIO, Válder J.G – Técnicas de consolidação de paredes de edifícios antigos. In: *Actas 3º Encore*. Lisboa: LNEC, 2003, p. 467.

Posteriormente, a adoção de medidas de proteção como a utilização de coberturas temporárias procura evitar a deterioração acelerada das paredes e madeiras, até que um cuidadoso plano de consolidação elaborado por especialistas seja posto em prática. Os cuidados devem ser tomados para garantir medidas temporárias que evitem maiores danos causados pela ação do vento e da chuva, sem contudo “eternizarem-se” em função da falta de investimentos do poder público ou privado. Nesse sentido a iniciativa da UFS e de setores organizados da sociedade civil em Laranjeiras são essenciais ao processo, para que não sejam apenas observadores passivos mas sim protagonistas de uma atitude de preservação do patrimônio da cidade.

O escoramento da estrutura também pode ser necessário para evitar o desabamento de paredes, telhado ou andares. Um engenheiro estrutural será imprescindível para avaliar e propor a retenção temporária de emergência se necessário, no entanto tudo o que é proposto deve ser reversível e discutido com as respectivas autoridades responsáveis pelas homologações das atividades de salvaguarda realizadas.

No cuidado e conservação dos ruínas, o arqueólogo será essencial para agregar valor aos vestígios de grupos subordinados, evitando que sejam esquecidos e protegendo-os contra visitação pública e exploração científica inadequadas, uma vez que os elementos da cultura material ali encontrados podem adicionar novas informações ao conhecimento do local, que não se perdeu. Assim: “uma das razões que permitem que questões sociais possam ser abordadas a partir de estruturas arquitetônicas refere-se à descoberta, de que elas podem ser ‘lidas’ da mesma forma que os estratos arqueológicos do solo”<sup>32</sup>.

Desse modo, as escavações para drenagem e as fundações devem possuir um acompanhamento arqueológico para garantir que técnicas inapropriadas sejam evitadas e para registrar todos os itens descobertos durante a escavação, a pesquisa e/ou da reintegração do que foi encontrado e removido para análise. Acima das estruturas do solo os métodos do arqueólogo irão registrar o desenvolvimento histórico e as origens de uma construção, recuperar dados, catalogar e higienizar os objetos, validar propostas e criar suportes para a consolidação do sítio arqueológico. Esses estudos podem

<sup>32</sup> ORSER Jr., C.E – Introdução à...*cit.*, p. 37.

fornecer informações valiosas sobre o conhecimento dos períodos anteriores, assim como das relações sociais e de produção que se desenvolviam nesse espaço.

Uma atenção especial deve ser dada aos procedimentos de garantia da saúde e segurança tanto dos trabalhadores e pesquisadores, quanto da população que reside próxima a essas ruínas. Devem ser instaladas barreiras e avisos de “Estrutura Perigosa” de caráter público e com boa visibilidade sempre que necessário. No plano global de ação de risco, avaliações devem ser feitas e o local deve ser mantido seguro para todo o pessoal visitar, mesmo em estágios iniciais.

Onde as paredes são recém-escavadas e não há nenhum plano para cobri-los ou aterramento, medidas de proteção devem ser tomadas para minimizar danos causados pela secagem. A drenagem pode danificar a superfície maciça e as tonalidades com a cristalização repetida de sais solúveis nos poros da argamassa, pedra e gesso, e até mesmo em tijolos expostos nas proximidades provocados pelos ciclos de molhagem e secagem. Por isso, até que a ruína seja estabilizada são necessárias proteções temporárias com folhas de geotêxtil<sup>33</sup> e areia para o reforço das edificações<sup>34</sup>.

Um cuidado especial deve ser dado a vegetação que se enraíza nas paredes e telhados como as trepadeiras e árvores que podem corroer e desestabilizar o núcleo de construções em alvenaria. Sua remoção deve ser precedida de uma catalogação da espécie dentro dos parâmetros da legislação ambiental vigente, com atenção para evitar-se mais danos a estrutura já corrompida.

As raízes, especialmente a hera, com caules que engrossam rapidamente podem abrir as articulações prediais. Sendo a erradicação dessa vegetação já estabelecida de difícil trato e por isso a necessitar de estudos especializados para viabilizar soluções.

Um estudo completo deve ser realizado por consultores especializados para explorar plenamente a viabilidade das propostas de consolidação de ruínas frente ao desejo de se conservar o máximo do patrimônio local em Laranjeiras. Todavia, sem abdicar de ao se conservar as ruínas do

<sup>33</sup> Geotêxtil não-tecido, fabricado 100% com fibras sintéticas, para aplicação em obras de drenagem, filtração, separação e reforço de solos, atua como elemento com excelentes características mecânicas e hidráulicas.

<sup>34</sup> LIND, Tuija – How to treat ruins? *BLF/NFB Conference*. Greenwich: s/e, 2007.

tempo passado manter um contínuo diálogo dessas edificações com a contemporaneidade e demandas sociais da população que a cerca.

### Considerações Finais

A pesquisa arqueológica histórica, cada vez mais tem atuado no sentido de estabelecer conexões com a população local, aproximando as instituições acadêmicas das pessoas comuns, inteirando-a do papel dos vestígios do passado também como um retrato do presente a abrir janelas para um patrimônio coletivo gerador de benefícios coletivos, sejam econômicos, sociais, políticos ou culturais.

Uma população que tem domínio das informações aprende a importância da salvaguarda, preservação e promoção do patrimônio cultural, ao adquirir ferramentas para reivindicar seus direitos junto às instâncias competentes, além de valorizar os espaços de reconstituição e afirmação de sua identidade cultural.

Frente aos esquecimentos da contemporaneidade imersa na velocidade das transformações da pós-modernidade, as ruínas de cidades históricas como Laranjeiras sofrem depredações pela ação do tempo ou por banalizações humanas individuais ou institucionais (demolição ou restauração). O estudo da cultura material na perspectiva da linha da arqueologia histórica lança novos olhares sobre a sociedade moderna e por esse viés pode-se reconstituir e compreender a relação dos grupos com o ambiente social e urbano que o cerca ao longo dos tempos.



# Instituições de piedade e beneficência do distrito de Coimbra na década de 1870\*

Maria Antónia Lopes

Faculdade de Letras

Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra

mafilopes@netvisao.pt

Texto recebido em/ Text submitted on: 28/02/2011

Texto aprovado em/ Text approved on: 07/07/2011

## *Resumo/Abstract:*

A portaria de 12 de Junho de 1876 ordenou a execução de um inquérito às instituições de piedade e de beneficência portuguesas, o que se praticou no distrito de Coimbra ao longo dos anos 1876 a 1878. Exploram-se neste artigo os cadastros resultantes do cumprimento da portaria. Com a sua análise, é possível quantificar com exactidão esse universo institucional, traçar a sua distribuição no espaço e estabelecer a sua dimensão humana e o que ela representava no conjunto da população. É possível também determinar (com rigor nos institutos assistenciais e com grande aproximação nos de piedade) a sua situação patrimonial e financeira, aquilatar do cumprimento da lei de desamortização e avaliar o seu papel no socorro às populações.

The governmental decree of 12<sup>th</sup> June 1876 ordered an inquiry to the piety and charity Portuguese institutions, which took place in the district of Coimbra during the years of 1876 to 1878. This paper searches into the cadastre that outcome from the application of the decree. By its examination is possible to quantify precisely this institutional universe, to draw its spatial display and establish its human dimension and what it represents within the whole population. It is also possible to ascertain (rigorously concerning the assistance institutions and approximately concerning the piety institutions) its patrimonial and financial state, to verify the application of the disentail law and to evaluate its role in the assistance to the populations.

## *Palavras chave/Keywords:*

Distrito de Coimbra, século XIX; Misericórdias; Hospitais; Asilos; Confrarias.

District of Coimbra; XIX century; Charitable institutions; Hospitals; Asylums; Brotherhoods.

---

\* Agradeço aos Professores João Roque e Rui Cascão a leitura crítica que fizeram deste texto.

### Considerações prévias

A *Historia da beneficencia publica em Portugal* de Victor Ribeiro<sup>1</sup>, o capítulo “Assistência” de Ângelo Ribeiro e Damião Peres<sup>2</sup> e a entrada “Assistência na Idade Contemporânea” de Fernando Jasmins Pereira<sup>3</sup> elencam um grande número de instituições de beneficência portuguesas ao tempo do Liberalismo monárquico. São importantes pontos de partida, mas insuficientes e com equívocos, como não podia deixar de ser à data em que foram produzidos e face à carência de estudos locais. Contudo, salvo honrosas e pontuais exceções, o desinteresse historiográfico pelo tema persistiu. Mais acentuado, ainda, no que respeita ao universo das confrarias.

As sínteses publicadas na *História de Portugal* dirigida por José Mattoso<sup>4</sup>, na *Nova História de Portugal* coordenada por Joel Serrão e Oliveira Marques<sup>5</sup> e no *Dicionário de História Religiosa de Portugal* dirigido por Carlos Moreira de Azevedo<sup>6</sup> definiram as políticas sociais de Oitocentos e tipificaram as instituições assistenciais e as confraternais<sup>7</sup>. Mas são

<sup>1</sup> Coimbra: Imprensa da Universidade, 1907.

<sup>2</sup> In PERES, Damião (dir.) – *História de Portugal*, vol. VII [1816-1918]. Barcelos: Portucalense Editora, 1935, p. 785-792.

<sup>3</sup> In ANDRADE, A. A. Banha de (dir.) – *Dicionário de História da Igreja em Portugal*. Lisboa: vol. I., Resistência, 1980, p. 686-717.

<sup>4</sup> LOPES, Maria Antónia – Os pobres e a assistência pública in TORGAL, Luís Reis e ROQUE, João Lourenço (coord.) – *O Liberalismo [1820-1890]*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 500-515; CASCÃO, Rui – Vida quotidiana e sociabilidade in IDEM, *ibidem*, p. 517-541. Temática ausente no volume VI [1890-1926].

<sup>5</sup> BRAGA, Paulo Drumond – Igreja, igrejas e culto in MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) – *Portugal e a instauração do Liberalismo [1815-1851]*. Lisboa: Presença, 2002, p. 307-334; DIAS, Geraldo Coelho – Igreja, igrejas e culto in SOUSA, Fernando de e MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) – *Portugal e a Regeneração [1851-1900]*. Lisboa: Presença, 2004, p. 269-302. MARQUES, A. H. de Oliveira e RODRIGUES, Luís Nuno – A sociedade e as instituições sociais in MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) – *Portugal da Monarquia para a República [1900-1930]*. Lisboa: Presença, 1991, p. 187-239.

<sup>6</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães – Assistência II. Época Moderna e Contemporânea in AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: vol. A-C, Círculo de Leitores, 2000, p. 140-149; TEIXEIRA, Maria Elvira – Assistência. Do fim da Monarquia ao Estado Novo in IDEM, *ibidem*, p. 149-152; PENTEADO, Pedro – Confrarias in IDEM, *ibidem*, p. 459-470; ARAÚJO, António de Sousa – Ordens Terceiras in IDEM, *ibidem*, vol. J-P, 2001, p. 348-354; PENTEADO, Pedro – Misericórdias nos séculos XIX e XX in IDEM, *ibidem*, vol. P-V/Apêndices, 2001, p. 457-459.

<sup>7</sup> Vejam-se um elenco de títulos e um balanço historiográfico, ambos de finais da década de 1990: GOMES, Pinharanda – Confrarias, Misericórdias, Ordens Terceiras, Obras Pias e

textos de valor muito desigual (reproduzindo alguns deles erros factuais e interpretativos) que não traçaram, nem podiam traçar, a distribuição no espaço desse universo institucional, a sua situação patrimonial e financeira, a sua dimensão demográfica enquanto associações, a sua real importância no socorro às populações – aspectos que aqui se pretendem estudar. Vários trabalhos posteriores, também com grandes disparidades ao nível da elaboração, trouxeram informações rigorosas e importantes sobre o funcionamento de instituições beneficentes e, em muito menor grau, sobre irmandades ou confrarias<sup>8</sup>.

outras associações de fiéis em Portugal nos séculos XIX e XX: bibliografia institucional (contributo). *Lusitania Sacra*. 8/9 (1996/1997) 611-648; LOPES, Maria Antónia (c/ ROQUE, João Lourenço) – Pobreza, assistência y política social en Portugal en los siglos XIX e XX. Perspectivas historiográficas in ESTEBAN de Vega, Mariano (ed.) – *Pobreza, beneficencia y política social*. Madrid: Marcial Pons, 1997, p. 211-240 (republicado em português in *A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos*. Coimbra, CHSC, 2000, p. 63-83).

<sup>8</sup> Indico sem pretender ser exaustiva: LOPES, Maria Antónia – *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra (1750-1850)*. Viseu: Palimage, 2000. BARREIRA, Aníbal José de Barros – *A assistência hospitalar no Porto: 1750-1850*. Porto: Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Porto, 2002. LOPES, Maria Antónia – As Misericórdias: de D. José ao final do século XX in PAIVA, José Pedro (coord.) – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum I. Fazer a história das Misericórdias*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002, p. 79-117. OLIVEIRA, Carla – *A Ordem Terceira de São Francisco na cidade de Guimarães (1850-1910)*. Braga: Tese de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, 2003. LOPES, Maria Antónia – Provedores e escrivães da Misericórdia de Coimbra de 1700 a 1910. Elites e fontes de poder. *Revista Portuguesa de História*, 36-2º (2003/04) 203-274. FARIA, Ana Mouta – Sinais do Espírito Santo no limiar do século XIX: estruturas e manifestações culturais in SERRÃO, José Vicente e ABREU, Laurinda (coord.) – *Em nome do Espírito Santo. História de um culto*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2004, p. 101-115. FONTE, Teodoro Afonso da – *No limiar da honra e da pobreza. A infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*. Braga: Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho, 2004. ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *A Confraria de Nossa Senhora do Porto de Ave. Um itinerário sobre a religiosidade popular do Baixo Minho*. Taíde/Póvoa de Lanhoso: Confraria de Nossa Senhora do Porto de Ave, 2006. CASTRO, Maria de Fátima – *A Misericórdia de Braga. Assistência material e espiritual (das origens a cerca de 1910)*. Braga: Misericórdia de Braga, 2006. GUEDES, Ana Isabel Marques – *Os Colégios dos Meninos Órfãos (séculos XVII-XIX): Évora, Porto e Braga*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006. SILVA, Susana Serpa – *Violência, desvio e exclusão na sociedade micaelense oitocentista (1842-1910)*. Ponta Delgada: Tese de Doutoramento apresentada à Universidade dos Açores, 2006. FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – *Solidariedades na Misericórdia de Cabeceiras de Basto (1877-1930)*. Braga: Tese de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, 2007. CASTRO, Maria de Fátima – *A Misericórdia de Braga. A assistência material no hospital de S. Marcos*. Braga: Misericórdia de Braga, 2008. SÁ, Isabel dos Guimarães e LOPES, Maria Antónia – *História Breve das Misericórdias (1498-2000)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008. LOPES, Maria Antónia e PAIVA, José Pedro

Por portaria do Ministério do Reino de 12 de Junho de 1876 foi ordenado que se procedesse a um inquérito minucioso às instituições de piedade e de beneficência. Cumpru-se no distrito de Coimbra ao longo dos anos 1876 a 1878, resultando dois cadastros: *Registo das instituições de beneficencia*<sup>9</sup> e *Registo geral das instituições de piedade*<sup>10</sup>. Enfermam estas fontes de uma limitação de vulto: são omissas em relação às instituições sob administração pública directa. E em Coimbra havia dois grandes estabelecimentos: os Hospitais da Universidade e o Hospício dos Abandonados que, em Julho de 1872, se substituíra às rodas de todo o distrito. Além desses, como em todo o reino, os concelhos mantinham médicos, e por vezes também farmacêuticos e parteiras, que tratavam gratuitamente os doentes pobres. Todavia, porque estes cadastros permitem caracterizar com bastante rigor o universo associativo de índole beneficente e cultural do distrito, considereirei ser importante explorá-los.

Na década de 1870 o distrito de Coimbra era composto por 17 concelhos, os mesmos que integra actualmente<sup>11</sup>, mas então com um total de 187 freguesias (são agora 209). O concelho de Coimbra era o maior em número de paróquias e em habitantes, seguindo-se, em população, o da Figueira da Foz. Nos restantes habitavam menos de 30.000 pessoas ou mesmo menos de 10.000, casos de Penela, Poiares e Mira.

---

(dir.) – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum 8. Tradição e modernidade: o período da monarquia constitucional (1834-1910)*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2010. ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *A Misericórdia de Vila Viçosa de finais de Antigo Regime à República*. Vila Viçosa: Misericórdia de Vila Viçosa, 2010. ESTEVES, Alexandra Patrícia Lopes – *Entre o crime e a cadeia: violência e marginalidade no Alto Minho (1732-1870)*. Braga: Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho, 2010. SILVA, Daniela Santos – *Rituais e celebrações públicas da assistência em Setúbal, do final da Monarquia Constitucional à inauguração do Museu da Cidade, 1893-1961*. Lisboa: Tese de Mestrado apresentada ao ISCTE-IUL, 2010. Não me refiro aqui aos estudos sobre associações de previdência, onde se englobam os socorros mútuos, seguros, caixas económicas, etc.

<sup>9</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra, Fundo do Governo Civil (TA/E4/T1/139).

<sup>10</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra, Fundo do Governo Civil (TA/E4/T1/138).

<sup>11</sup> Os concelhos de Poiares e de Mira foram extintos em 1895 mas logo restaurados em 1898. Durante esses três anos o território do primeiro foi repartido pelos concelhos de Penacova e Lousã e o do segundo anexado ao de Cantanhede.

Quadro 1 – Distribuição concelhia do número de freguesias e da população do distrito de Coimbra em 1876

Concelho	Freg.	Fogos	Homens	Mulheres	Habitantes
Arganil	17	4817	10016	10795	20811
Cantanhede	14	7267	12735	13969	26704
Coimbra	30	11904	20895	23564	44459
Condeixa	10	2838	5511	5548	11059
Figueira da Foz	11	9883	16552	18375	34927
Góis	5	3028	4823	6447	11270
Lousã	5	2464	5016	5303	10319
Mira	1	1862	3317	3548	6865
Miranda do Corvo	4	2947	5633	5931	11564
Montemor o Velho	14	5754	10058	11122	21180
Oliveira do Hospital	19	5696	12375	11775	24150
Pampilhosa	10	2263	4988	5083	10071
Penacova	9	3672	7471	7787	15258
Penela	6	2475	4606	4924	9530
Poiares	4	1779	3262	3827	7089
Soure	12	4879	8999	9332	18331
Tábua	16	4352	8677	9255	17932
Total	187	77880	144934	156585	301519

Fonte: MELLO, Fernando Augusto de Andrade Pimentel de - *Relatorio apresentado à Junta Geral do Districto de Coimbra na sessão ordinaria de 1877*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1877.

### Moldura legal das instituições de piedade e beneficência

Os governos liberais portugueses sempre distinguiram com clareza assistência e previdência. As instituições de piedade e beneficência eram tuteladas pelo Ministério do Reino e as de previdência, que englobavam as associações de socorros mútuos, montepios, seguros..., estavam sob a tutela do Ministério das Obras Públicas (por estranho que agora nos possa parecer). Os governantes sabiam que a solução do pauperismo passava pelas duas vertentes, mas consideravam que só a assistência era atribuição governamental, que devia, aliás, coadjuvar a caridade particular.

No domínio da beneficência, o Estado oitocentista actuava de duas formas: com “administração primária e directa”<sup>12</sup> e com administração secundária e indirecta. Através do Ministério do Reino, Juntas Distritais, Governos Civis e Administrações dos concelhos o Estado geria directamente: vários hospitais, incluindo os de Lisboa (os maiores do país), Coimbra e Caldas das Rainha; a Misericórdia de Lisboa; alguns asilos; e, em todo o reino, os partidos municipais médicos, farmacêuticos e obstétricos, o socorro aos expostos e os subsídios de amamentação a famílias pobres. Os expostos que eram tutelados pelas câmaras, o hospital das Caldas e os partidos camarários já eram administrados pelo Estado antes do século XIX. A administração primária e directa foi instaurada pelo Liberalismo nos restantes serviços, incluindo os enjeitados nos casos em que até então se encontravam a cargo das misericórdias.

A administração secundária e indirecta era exercida, como sempre havia sido, pelos agentes periféricos do poder central, agora os governadores civis, com atribuições mais latas do que tinham sido as dos corregedores e provedores das comarcas. As instituições de beneficência e piedade supervisionadas pelo Estado eram as misericórdias, hospitais, irmandades, confrarias, ordens terceiras e as que foram surgindo ao longo do século XIX: asilos, creches, dispensários, lactários, albergues nocturnos, etc. A tutela era pesada: todas essas instituições eram obrigadas a apresentar e a aguardar aprovação ministerial de estatutos, orçamentos, contas, despesas extraordinárias, resgate de aplicações financeiras, aquisições de bens imobiliários, contratações, etc.

As medidas fiscalizadoras dos governos liberais não corporizaram uma ruptura com a política anterior, como poderá parecer, atendendo às novidades administrativas e terminológicas. É que já durante o Antigo Regime as misericórdias e os hospitais estavam sob imediata protecção do soberano e se “até meados do século XVIII a tutela régia era em geral pouco interveniente, (...) a acção pombalina mudou este relacionamento, impondo-se, desde a década de 1750, uma forte ingerência da Coroa, comportamento

<sup>12</sup> Expressão utilizada na portaria de 12 de Abril de 1866 assinada por Joaquim António de Aguiar.

que se prolongou pelos dois reinados seguintes”<sup>13</sup>. Por isso, o alvará de 18 de Outubro de 1806 foi repetidamente invocado durante a monarquia constitucional. Este diploma conferira às misericórdias, hospitais e rodas de expostos uniformidade e maior solidez económica, impusera novas práticas assistenciais e a inspecção regular das suas actividades. Quanto às confrarias e ordens terceiras, também foram alvo de progressivo controlo por parte do Estado a partir da 2ª metade de Setecentos.

Com a implantação do novo regime político, “como o país não dispunha de meios para a criação de base de um novo sistema assistencial e, por outro lado, possuía uma rede bem disseminada de misericórdias, instituições arregadas nos hábitos locais e dotadas de meios, a nova ordem constitucional considerou-as insubstituíveis, as pedras basilares do sistema nacional de beneficência que, por isso mesmo, não podia deixar entregues aos caprichos dos dirigentes locais”<sup>14</sup>.

Aplicando a portaria de 27 de Setembro de 1835, que ordenara a fiscalização dos “estabelecimentos de caridade e piedade” para “fazer cessar os escandalosos abusos”, o decreto de 21 Outubro de 1836 mandou inspeccionar a administração dos seus bens próprios e rendimentos e obrigou-os, sob pena de extinção, a submeter anualmente os orçamentos à autoridade administrativa. Nenhuma destas instituições poderia “dispender rendimento algum sem prévia autorização do Administrador Geral”, mais tarde designado governador civil. As “sobras” (rendimento que não era gasto) eram canalizadas para “os estabelecimentos de piedade e caridade que mais precisem, e que sejam de maior utilidade”, para os salários dos professores do ensino primário e ainda, embora a lei geral o não explicitasse, para a construção de cemitérios.

O Código Administrativo de 1842 (em vigor até 1878) consagrou no seu artigo 226º competir aos governadores civis: “Superintender todos os estabelecimentos de piedade e beneficencia, promovendo o seu melho-

<sup>13</sup> LOPES, Maria Antónia – *Protecção social em Portugal na Idade Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2010, p. 126.

<sup>14</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães e LOPES, Maria Antónia – *História Breve das Misericórdias Portuguesas*, cit., p. 84-85.

ramento, regulando a sua administração, fiscalizando as suas despesas e exercendo o direito de demittir os seus empregados, e dissolver as suas mesas, nomeando commissões que as substituam até nova eleição”. Expressamente dirigido às irmandades e confrarias, o artigo 229º determinava que ao governador civil pertencia “Approvar, modificar ou annullar as deliberações das juntas de parochia sobre a conveniencia de fazer contribuir as irmandades ou confrarias para as despesas parochiaes”. “Approvar os orçamentos e regularisar definitivamente as contas das irmandades, confrarias e mais estabelecimentos pios e de beneficencia” e “Auxiliar com as sobras das rendas das irmandades ou confrarias, os estabelecimentos pios mais necessitados ou mais uteis, ouvindo as juntas de parochia e as camaras respectivas”. No círculo concelhio, atribuía-se ao administrador a vigilância, inspecção e verificação das contas “dos diversos estabelecimentos de piedade, beneficencia e ensino publico” (artigo 248º).

Depois, o decreto lei de 22 de Junho de 1866 obrigou à desamortização dos bens não necessários ao “desempenho das suas funcções” de “districtos, municipios, parochias, casas de misericordias, hospitaes, irmandades, confrarias, recolhimentos e quaesquer outros estabelecimentos pios ou de beneficencia, nacionaes ou estrangeiros”. Esta desamortização de 1866 foi muito diferente da que se praticara na década de 1830. O Estado não expropriou as instituições, mas obrigou-as a alienar os imóveis de que não necessitavam para as suas actividades, applicando-se o produto da venda em inscrições de crédito público cuja propriedade e juros continuavam a pertencer às instituições. É óbvio que os governantes procuravam compatibilizar as urgentes necessidades de dinheiro por parte do Estado com a salvaguarda das actividades dessas instituições, de que o país não podia prescindir. Simultaneamente, com a alienação dos imóveis, dificultava-se a apropriação pessoal dos bens e dos seus rendimentos por parte dos gestores ou suas clientelas, eliminavam-se as propriedades improdutivas, combatia-se o desleixo de gestão e a fiscalização tornava-se muito mais fácil. Veremos neste texto como, dez anos depois, fora aplicada a lei.

O Código Civil de 1867 definiu os institutos de piedade e beneficência como “pessoas morais” com individualidade jurídica, por terem fins de utilidade pública ou “utilidade publica e particular conjunctamente” e

na condição de existirem legalmente<sup>15</sup>. Retomando legislação anterior, consignou as restrições na aquisição e conservação da propriedade, esclarecendo que no caso de extinção os bens seriam incorporados na fazenda nacional. A fim de agilizar os processos, o decreto de 22 de Outubro de 1868 transferiu a faculdade de aprovação dos estatutos e compromissos das associações de piedade e de beneficência, até então sujeitos à anuência régia, para os governadores civis.

Finalmente, por portaria de 6 de Dezembro de 1872, Rodrigues Sampaio ordenou que nos estatutos e compromissos das “associações de piedade e de beneficência” doravante fundadas ou quando se procedesse à alteração dos já existentes “se estabeleça a obrigação de subsidiar o ensino primário da freguesia, quando careça desse auxilio, e bem assim de ser applicada a actos de beneficência uma parte do rendimento da corporação, não inferior a um decimo da sua receita ordinaria, sendo esta verba applicada conforme a indicação do governador civil”.

Em suma: os governos liberais uniformizaram, planificaram, policiaram e canalizaram rendimentos para as instituições assistenciais. Além disso, doaram-lhes património (sobretudo edifícios devolutos na sequência da extinção das ordens religiosas) e inseriram sempre importantes verbas para a beneficência nos orçamentos do Estado, das Juntas Distritais e dos Municípios. De facto, o regime monárquico oitocentista, no que toca ao seu programa de ajuda social, não foi um regime liberal, mas antes fortemente interventivo. Mas a eficácia da superintendência e inspecção assentava no empenho, competência e meios de que dispunham os governadores civis e os administradores dos concelhos. E estes ficaram sempre aquém das proclamações governamentais.

Ainda em Março de 1874 o governador do distrito de Coimbra se queixava que “difficilmente se consegue que os orçamentos [das câmaras municipais] sejam feitos nos prazos legais, ou que venham organisados em

---

<sup>15</sup> Eram consideradas pessoas morais: o Estado, a Igreja, as câmaras municipais, as juntas de paróquia e os estabelecimentos de beneficência, de piedade e de instrução. Excluía-se, assim, as associações de socorros mútuos, montepios, caixas económicas, etc., cujos objectivos se enquadravam na previdência e não na beneficência. Aliás, o art. 39º é taxativo: “As associações de interesse particular são regidas pelas regras do contracto de sociedade”.

harmonia com as prescrições da Lei. O mesmo acontece com as contas, e, relativamente às cobranças da receita, é quasi geral a falta de actividade e o desleixo, de que dão testemunho avultadas dividas activas, e a falta de pontualidade nos pagamentos”. Quanto à administração paroquial, afirmava ser “má, em geral” “e poucos progressos e melhoramentos n’ella se notam: ainda assi, tem-se conseguido que a maior parte das respectivas Juntas tenham submettido á approvação os respectivos orçamentos”<sup>16</sup>.

Mais difficil era a fiscalização dos institutos de beneficência e de piedade. A fonte aqui explorada revela como a prática estava longe de corresponder ao clausulado legal. O questionário incluía as seguintes perguntas relativamente às “Contas da Gerencia”: “Anno económico a que se refere a ultima conta apresentada” e “Anno económico a que se refere a ultima conta approvada”.

Responderam às duas questões 83% das instituições de beneficência. Em média, não apresentavam contas há 4 anos, indo de zero a 27, mas sendo esta situação, que respeita à Misericórdia de Arganil, um caso excepcional. Eliminando-o, temos uma variação que vai de zero a 15 anos, na Misericórdia de Vila Cova de Sub-Avô (actual Vila Cova de Alva, Arganil). O incumprimento era também da responsabilidade das autoridades, que chegavam a reter os livros enviados durante vários anos, sem que os examinassem. Assim, as contas das instituições de beneficência haviam sido aprovadas há 12 anos em média, com extremos de 0 e 27. Em 5 misericórdias a contabilidade não era fiscalizada há 20 ou mais anos: Arganil, Botão (Coimbra), Penela, Semide (Miranda do Corvo) e Soure.

A situação das confrarias era mais grave. Boa parte nunca fora fiscalizada porque não tinha contabilidade organizada ou, se a tinha, não a fazia chegar às autoridades. Os administradores dos concelhos desculpavam-se: “Não se tem tomado contas apesar das diligencias que se tem feito e que é devido a não haver uma escripturação regular, notando-se falta de pessoal habilitado” (Irmandade de Santo António, Cerdeira, Arganil). As contas “estão lançadas desde 1845 até 1873 sem comtudo terem sido apresentadas”, escreve o

<sup>16</sup> OSORIO, Antonio de Gouvêa – *Relatorio apresentado à Junta Geral do Districto de Coimbra na sessão ordinaria de 1874*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1874, p. 25, 29.

presidente da Câmara, servindo de Administrador, sobre a Confraria da Senhora da Boa Morte, de Miranda do Corvo. Ou então nada era possível saber-se porque, segundo se afirmava, os livros de contas haviam-se extraviado. Assim, as autoridades concelhias só conseguiram deslindar a data da última apresentação de contas em 67% dessas instituições, o que tinha sido feito em média há 5 anos, mas com intervalo de zero a 36 anos. Quanto à data da última aprovação, foi apurada apenas em 49% das irmandades. Nestas, e também porque com frequência os livros se eternizavam nas administrações concelhias ou distrital, a contabilidade não eram aprovada em média há 12 anos, indo de zero a 47, caso extremo da Irmandade de S. Braz, de Espariz (Tábua). Afirma-se acerca da Irmandade das Almas e Santos Passos, de Góis: “Desde 1865 a 1866 até 1875 a 1876 tem sido sempre enviadas ao Governo Civil do Districto as contas da confraria das almas, mas ainda não ha conhecimento de que tenham sido approvadas”. E sobre as confrarias das Almas e da Senhora do Rosário, ambas de Mira: “Não pode responder aos quesitos sobre contas de gerencia, por que o livro, que podia elucidal-a para responder com precisão está ha 4 ou 5 annos no Governo Civil”. Em oito confrarias do distrito, as últimas contas aprovadas datavam da década de 1840.

Perante estes dados, resta concluir que a fiscalização efectiva da actividade das instituições de beneficência, e mais ainda nas de piedade, era ainda uma miragem na década de 1870. Todavia, o facto de se terem elaborado estes notáveis cadastros não pode deixar de ser realçado como prova de grande esforço e competência administrativa. Com a sua análise, é possível quantificar com exactidão esse universo institucional, traçar a sua distribuição no espaço e estabelecer a sua dimensão humana e o que ela representava no conjunto da população. Conseguimos também (com rigor nos institutos assistenciais e com grande aproximação nos de piedade) determinar a sua situação patrimonial e financeira, aquilatar do cumprimento da lei de desamortização e avaliar a sua real importância no socorro às populações. É claro que, sendo embora uma fonte muito rica em informação, não é possível perguntar-lhe aquilo a que não pode responder, nomeadamente o que se relaciona com os institutos de beneficência geridos pelo Estado e, ainda, tudo o que respeita à previdência, cujas associações cresciam por estes anos.

## Tipologia das instituições e sua distribuição

Além dos já referidos Hospitais da Universidade de Coimbra e Hospício dos Abandonados, o distrito possuía nos seus 17 concelhos 23 instituições dedicadas à beneficência, sendo 18 misericórdias<sup>17</sup>, dois hospitais (um em Montemor-o-Velho e outro em Arganil), a Ordem Terceira de Coimbra e os Asilos da Infância Desvalida e de Mendicidade, ambos em Coimbra, a única cidade do distrito. Nem sempre a distinção entre institutos beneficentes e de piedade é clara, o que se reflecte na tipificação feita pelos administradores dos concelhos. Estes registaram 22 instituições de beneficência, incluindo a Ordem Terceira de Coimbra e a Confraria de Campos, em Montemor, mas excluindo a Ordem Terceira da Figueira e a Misericórdia do Botão, arroladas nas instituições de piedade. Face às actividades por elas desenvolvidas, considerei de índole assistencial a Misericórdia do Botão, a Ordem Terceira de Coimbra e a Confraria de Campos. Acerca desta última, esclarece o administrador ao responder sobre as instituições de piedade: “Como esta instituição tem um hospital, em que verdadeiramente consiste o fim da associação, vide por isso o Registro das instituições de beneficencia”. Relativamente à Ordem Terceira de Coimbra, interroguei-me se deveria considerá-la um estabelecimento assistencial, visto que reservava os socorros aos seus membros. Tipifiquei-a assim, no entanto, devido à sua dimensão, com 500 irmãos de ambos os sexos, e à assistência que lhes prestava no seu hospital e ao domicílio<sup>18</sup>. Mantive a Ordem Terceira da Figueira da Foz nas instituições de piedade, pois a sua acção beneficente era modesta, representando 9 a 10% das suas despesas entre 1876 e 1880<sup>19</sup>.

Esta rede assistencial era na sua quase totalidade uma herança do Antigo Regime. Apenas cinco instituições haviam sido fundadas depois de 1834:

<sup>17</sup> Em rigor, as misericórdias eram também instituições de piedade, por serem confrarias (especialíssimas, é certo) e porque asseguravam actividades culturais, mas a legislação classificava-as sempre (e com razão) como instituições de beneficência.

<sup>18</sup> Sobre esta Ordem Terceira, ver BARRICO, Joaquim Simões – *Notícia histórica da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia de S. Francisco*. Coimbra: Typ. Reis Leitão, 1895.

<sup>19</sup> CASCÃO, Rui – *Figueira da Foz e Buarcos entre 1861 e 1910. Permanência e mudança em duas comunidades do Litoral*. Coimbra/Figueira da Foz: Minerva/Centro de Estudos do Mar, 1998, p. 487. Não muito superior, afinal, ao que representava nos gastos da Irmandade do Santíssimo Sacramento, 7 a 8% nos anos 1870 (IDEM, *ibidem*, p. 486).

o Asilo da Infância Desvalida em 1836, a Misericórdia da Figueira da Foz em 1839, o hospital da Ordem Terceira de Coimbra em 1852 (reservado aos irmãos), o Asilo de Mendicidade D. Pedro V em 1855 e o hospital público de Arganil em 1874 (para “os absolutamente pobres do concelho”). Todas as outras eram anteriores a 1800. E, saliente-se, só os asilos eram instituições tipicamente liberais.

No século XIX, e como sempre haviam sido, as misericórdias eram confrarias sob imediata protecção régia compostas por homens dos estratos médio e superior de cada localidade, constituídas por mandato do monarca ou com a sua autorização, e com regulamentos obrigatoriamente aprovados pelo poder central. Embora fossem confrarias, distinguam-se das restantes pela natureza jurídica, que era civil, e pelas actividades, que eram de carácter espiritual mas também social e dirigidas para o exterior de si próprias. A acção das misericórdias integrava-se na doutrina católica, mas eram associações de leigos, ainda que também os clérigos nelas ingressassem, mas na qualidade de cristãos, como todos os outros. Assim sendo, as misericórdias estiveram sempre isentas da jurisdição eclesiástica, querendo isto dizer que nem os párcos nem os bispos tinham poder de intervenção legal na sua actividade, à excepção (e mesmo essa com frequência contestada) de pontuais inspecções dos locais de culto por parte dos bispos. Contudo, estes não tinham o poder de escolher os sacerdotes que asseguravam a acção espiritual das misericórdias, pois eram as Mesas dirigentes que os contratavam, considerando-os seus funcionários.

Estas instituições desempenharam ao longo dos tempos uma acção social vasta e multifacetada: administravam a quase totalidade dos hospitais do reino – tendendo a concentrar-se cada vez mais nessa vertente desde finais de Antigo Regime –, prestavam cuidados médicos domiciliários, distribuíam medicamentos gratuitos, enterravam pobres, dotavam órfãs, prestavam assistência material, jurídica e espiritual aos presos pobres, distribuíam esmolas, etc.<sup>20</sup>.

<sup>20</sup> Para uma visão sintética e actualizada da história e natureza das misericórdias portuguesas, ver SÁ, Isabel dos Guimarães e LOPES, Maria Antónia – *História Breve das Misericórdias...*, cit., e os textos introdutórios dos volumes 3 a 8 de PAIVA, José Pedro (coord.) – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2004-2010.

As misericórdias eram as instituições de assistência mais numerosas do nosso país, embora com fortes disparidades na sua distribuição territorial<sup>21</sup>. Também no distrito de Coimbra assim sucedia. Existentes em 71% dos concelhos, estavam ausentes nos de Condeixa, Mira, Penacova, Poiares e Tábua. Ausentes também em sete sedes de municípios: além dessas cinco vilas, nem Miranda do Corvo nem Oliveira do Hospital as possuíam, pois as Santas Casas desses concelhos estavam sediadas respectivamente em Semide (antigo couto e concelho) e em Galizes, freguesia que fora extinta e anexada à de Nogueira do Cravo. Isto é, em Oliveira do Hospital nem a sede do município nem nenhuma das sedes de freguesia possuía uma Misericórdia. Em contrapartida, cinco concelhos tinham mais do que uma, o que se explica por terem absorvido municípios extintos. No concelho de Montemor havia três misericórdias: na sede, em Tentúgal e em Pereira; o de Arganil tinha duas: nessa vila e em Vila Cova de Sub-Avô; o da Figueira da Foz contava com a jovem Misericórdia da Figueira e com a de Buarcos; e o de Soure tinha também duas, uma na sede do concelho e a outra em Vila Nova de Anços. O caso de Coimbra era um pouco diferente, devido à atipicidade da Misericórdia do Botão, instituição que nem instalações próprias possuía.

Confrarias e irmandades designavam o mesmo tipo de instituição, mas os textos oitocentistas emanados dos ministérios e administrações locais referem-se sempre às duas como se se tratasse de agremiações de natureza diferente. Em contrapartida, incluíam as ordens terceiras nesse grupo designado “irmandades e confrarias”, o que era incorrecto.

Nos finais do Antigo Regime, a maioria das irmandades cultuava o Santíssimo Sacramento, as Almas do Purgatório e a Virgem Maria. “É evidente que a adesão às confrarias se prendia com os medos do Além e a busca de conforto e protecção por parte das populações, mas um conjunto de razões mais concretas explica a sua multiplicação por todo o país e o seu império: menor selectividade social, por comparação

<sup>21</sup> Em 1866, no distrito de Braga, só 61% dos concelhos estavam dotados de uma instituição de beneficência (ver LOPES, Maria Antónia e PAIVA, José Pedro (dir.) – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum 8. Tradição e modernidade: o período da monarquia constitucional (1834-1910)*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2010, doc. 245). No Sul do país a rede de misericórdias era mais densa. No mesmo ano, no distrito de Portalegre, todos os concelhos possuíam uma Santa Casa e alguns mais do que uma (IDEM, *ibidem*, doc. 246).

com as misericórdias, abertura às mulheres, concessão de indulgências, apoio espiritual e material proporcionado aos confrades, facilitação de acesso ao crédito, garantia de enterramento solene e de sufrágios, sentimento de pertença, possibilidades de socialização e de acção proporcionadas por estas agremiações, etc. Responsável em grande parte pela multiplicidade de confrarias numa mesma comunidade era a possibilidade de multifiliação<sup>22</sup>. As ordens terceiras eram comunidades de leigos instituídas por bulas ou breves papais, regidas por uma regra aprovada pela Santa Sé e vinculadas a uma ordem religiosa. Os seus membros, de ambos os sexos, faziam noviciado, profissão e recebiam hábito. Ao contrário das irmandades, “não pretendiam, prioritariamente, fomentar o culto público, embora construíssem igrejas e realizassem festividades religiosas. A caridade também não era a sua principal missão. Praticavam-na, mas destinada aos irmãos, e as mais ricas abriram recolhimentos, escolas e importantes hospitais que reservavam aos membros da ordem. O verdadeiro objectivo das ordens terceiras era o aperfeiçoamento espiritual dos Irmãos”<sup>23</sup>.

Em 1840 havia no distrito de Coimbra 378 confrarias. Vinte anos depois esse número baixara para 324, em Janeiro de 1869 para 290 e em 1872 restavam 218<sup>24</sup>. Esta importante redução integrava-se no contexto nacional. No distrito de Viana do Castelo houve uma quebra de 24% entre 1861 e 1871<sup>25</sup>. Nos mesmos anos, em Coimbra essa quebra foi de 33%.

Os administradores dos concelhos do distrito de Coimbra de 1876-1878 identificaram 199 instituições de piedade (irmandades, confrarias e a Ordem Terceira da Figueira da Foz). Como duas estavam já anexadas nas receitas, despesas e número de irmãos, restavam 198. Depois, e até 1902, pelo menos nove delas foram legalmente extintas<sup>26</sup>. Assim, nos 72 anos que decorreram entre 1840 e 1902 o distrito de Coimbra perdeu 50% das confrarias do seu território. Mas essa redução fora importante sobretudo até inícios da década de 1870, quando foi suprimida a maioria delas (42% entre 1840 e 1872).

<sup>22</sup> LOPES, Maria Antónia – *Protecção social...*, cit., p. 105-106.

<sup>23</sup> IDEM, *ibidem*, p. 109-110.

<sup>24</sup> ROQUE, João Lourenço – *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870). Contributo para o seu estudo*. Coimbra: Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra, 1982, p. 615-618.

<sup>25</sup> CASCÃO, Rui – *Vida quotidiana e sociabilidade*, cit., p. 541.

<sup>26</sup> Essas 9 supressões foram registados no cadastro de 1876/78.

João Roque já assinalou o facto, “traduzindo uma significativa decadência destes estabelecimentos ou a sua redução por via administrativa”<sup>27</sup>. Com efeito, se em algumas as autoridades se limitaram a verificar o seu efectivo desaparecimento, para a maioria foi a lógica de racionalização de recursos que determinou a sua supressão que, como se viu, a lei previa.

Em 1876/78, só existiam duas ordens terceiras no distrito, ambas franciscanas e implantadas nos maiores núcleos populacionais, Coimbra e Figueira da Foz. As restantes instituições pias intitulavam-se maioritariamente *irmandade* (57%), em detrimento da designação de *confraria*. As que cultuavam o Santíssimo Sacramento representavam 41% da totalidade, seguindo-se as irmandades ou confrarias das Almas com 17% e as de invocação mariana com 15%. Isto é, Santíssimo Sacramento, Almas do Purgatório e Virgem Maria, cultos impulsionados pela Contra-Reforma católica, reuniam 74% destas agremiações do último terço do século XIX. Nem outro panorama seria de esperar, pois não só esses cultos se tinham enraizado profundamente nas populações, como também 89% das instituições pias do distrito eram de fundação anterior a 1834 e 83% anteriores a 1800. O culto eucarístico e mariano, assim como a devoção ao Coração de Jesus e ao Coração de Maria também fortemente incentivados pela Igreja da 2ª metade de Oitocentos<sup>28</sup>, mas no distrito de Coimbra, em 1876-1878, eram ainda inexistentes as invocações do Coração de Jesus e Coração de Maria e só duas confrarias procuravam difundir o dogma da Imaculada Conceição, proclamado em 1854. É que na década de 1870 estava-se ainda no início da vaga do militantismo religioso e da revitalização do associativismo católico.

Se entre as 160 irmandades e ordens terceiras recenseadas no distrito de Lisboa em 1888, subsistia “uma escassa minoria” de carácter socioprofissional<sup>29</sup>, no de Coimbra já tinham desaparecido vinte anos antes. O fenómeno está obviamente relacionado com a extinção das corporações

<sup>27</sup> ROQUE, João Lourenço – *Classes populares no distrito de Coimbra...*, cit., p. 617.

<sup>28</sup> Ver NETO, Vitor – *O Estado, a Igreja e a sociedade em Portugal (1832-1911)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, p. 457-465. CLEMENTE, Manuel – *Persistências e redefinições* in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História Religiosa de Portugal 3. Religião e Secularização*, coord. de Manuel CLEMENTE e António Matos FERREIRA. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, p. 114-115.

<sup>29</sup> PENTEADO, Pedro – *Confrarias*, cit., p. 466.

de ofícios. Na verdade, podem ter sobrevivido algumas, ocultas por outra designação, mas a reconversão mais usual terá sido em associações de socorros mútuos, em franca expansão na segunda metade do século<sup>30</sup>.

Embora em número superior ao das freguesias do distrito, isso não impedia que existissem 43 paróquias (23%) que não possuíam qualquer instituição confraternal: 6 nos concelhos de Arganil, Pampilhosa da Serra e Soure, 5 em Coimbra e em Cantanhede<sup>31</sup>, 4 em Oliveira do Hospital, 2 em Condeixa, Góis e Penela e uma na Figueira, Lousã, Montemor-o-Velho, Poiães e Tábua. Proporcionalmente ao número de freguesias, os concelhos com maior número de paróquias privadas de sociabilidade confraternal eram os da Pampilhosa com 60% e de Soure com 50%. Seguiam-se Góis com 40%, Cantanhede com 36%, Arganil com 35%, Penela com 33% e Poiães com 25%. Os restantes estavam abaixo da média distrital. No concelho de Coimbra, 83% das suas 30 paróquias possuíam irmandades. Os 100% eram atingidos em Mira, Miranda do Corvo e Penacova, o que só é expressivo neste último concelho de 9 freguesias, pois os outros dois eram constituídos apenas por uma e quatro paróquias. A freguesia de Santa Cruz (cidade de Coimbra) mantinha sete confrarias e em Eiras (concelho de Coimbra) existiam quatro. Possuíam três as paróquias de Alhadas (Figueira), Carapinheira (Montemor), Coja (Arganil), Ervedal (Oliveira do Hospital), Góis, Portunhos (Cantanhede) e Sé Nova (cidade de Coimbra). Havia ainda povoações que não eram sequer freguesias mas mantinham irmandades activas, como sucedia em Pena (freguesia de Portunhos), onde funcionavam duas.

<sup>30</sup> Ver ROQUE, João Lourenço – O “mundo do trabalho” e o associativismo em Coimbra no século XIX (1850-1870). *Ler História* 41 (2001) 183-227. Para outras regiões: GOODOLPHIM, Costa – *A Associação*. Lisboa: Typ. Universal, 1876. PEREIRA, José Pacheco – A origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas (1850-70). *Análise Social* 65 (1981) 135-151. PEREIRA, Miriam Halpern – Artesãos, operários e o liberalismo – dos privilégios corporativos para o direito ao trabalho. *Ler História* 14 (1988) 41-86. ALVES, Jorge Fernandes – O emergir das associações industriais no Porto (meados do século XIX). *Análise Social* 136-137 (1996), 527-544. PEREIRA, Miriam Halpern – As origens do Estado-Providência em Portugal: as novas fronteiras entre público e privado. *Ler História* 37 (1999) 45-61. IDEM – Mutualismo e a origem do seguro social in VAZ, Maria João; RELVAS, Eunice; PINHEIRO, Nuno (org.) – *Exclusão na História*. Oeiras: Celta, 2000, p. 201-213.

<sup>31</sup> Sendo uma delas Ançã, o que é estranho numa localidade de boa dimensão e que fora sede de concelho.

A intensidade da sociabilidade confraternal não se avalia apenas pelo número de agremiações, mas também, ou sobretudo, pela sua dimensão demográfica.

### Número de associados

No conjunto das instituições de beneficência do distrito, o número de associados atingia os 3.013, com uma média de 137. Mas era a Ordem Terceira de Coimbra, com 500 membros, que fazia aumentar estas cifras. Excluindo-a, a dimensão média destas instituições baixa para 120. As misericórdias, instituições elitistas, possuíam *numerus clausus*, não admitiam multifiliações nem membros do sexo feminino, pois foi só em 1872 (pelo citado decreto 6 de Dezembro) que passou a ser possível a sua admissão, retomando-se, talvez na ignorância do facto, o que se praticara nas suas longínquas origens.

Quadro 2 – Número de irmãos das misericórdias

Misericórdia	Membros	Misericórdia	Membros
Arganil	146	Pampilhosa	110
Botão	207	Penela	38
Buarcos	130	Pereira	70
Cantanhede	70	Semide	58
Coimbra	300	Soure	158
Figueira	104	Tentúgal	91
Galizes	80	Vila Cova de Sub-Avô	181
Góis	80	Vila Nova de Anços	43
Lousã	109		
Montemor-o-Velho	200	<b>Total</b>	<b>2.175</b>

O número de irmãos da Santa Casa do Botão revela que não funcionava segundo as regras selectivas das misericórdias, indiciando-se, uma vez mais, que esta irmandade não era propriamente uma Misericórdia. A maior era a da cidade e a mais diminuta a de Penela, sendo a dimensão média de 116, excluindo deste cálculo a Misericórdia do Botão.

Ignorando mais uma vez essa instituição, os irmãos das misericórdias representavam 1,4% da população masculina do distrito e 1,7% da população masculina dos concelhos onde existiam misericórdias (1,9%, se considerarmos a do Botão). Uma escassa minoria da população, portanto, como as misericórdias sempre desejaram para manter intacto o seu prestígio e o distanciamento em relação às outras agremiações. Destacava-se o concelho de Montemor, seguido do de Arganil, com índices de pertença bastante mais elevados, o que se explica pelo facto de possuírem mais do que uma Santa Casa.

Quadro 3 – Membros das misericórdias por concelhos

Concelho	N <sup>os</sup> % Pop.		Concelho	N <sup>os</sup> % Pop.	
	abs.	Masc.		abs.	Masc.
Arganil	327	3,26	Montemor o Velho	361	3,59
Cantanhede	70	0,55	Oliveira do Hospital	80	0,65
Coimbra (c/ Mis <sup>a</sup> do Botão)	507	2,43	Pampilhosa	110	2,21
Coimbra (s/ Mis <sup>a</sup> do Botão)	300	1,44	Penacova		0,00
Condeixa		0,00	Penela	38	0,83
Figueira da Foz	234	1,41	Poiares		0,00
Góis	80	1,66	Soure	201	2,23
Lousã	109	2,17	Tábua		0,00
Mira		0,00	Total (c/ Mis <sup>a</sup> do Botão)	2175	1,50
Miranda do Corvo	58	1,03	Total (s/ Mis <sup>a</sup> do Botão)	1968	1,36

O panorama muda radicalmente quando passamos a analisar as confrarias. Se o número destas instituições declinara acentuadamente, não significa que os seus membros tivessem diminuído. Pelo contrário. Em 1869 existiam no distrito 30.746 ou 30.781 irmãos que se distribuíam por 225 instituições piás<sup>32</sup>. Ora, em 1876-78, e excluindo as ordens terceiras, 189 confrarias agrupavam 33.944 irmãos. Com as duas ordens terceiras, atingem-se as 34.970 pessoas, um universo 16 vezes maior do que o das misericórdias. As confrarias, no verdadeiro sentido da palavra, eram constituídas em média por 180 confrades; abrangendo as ordens terceiras, o número médio

<sup>32</sup> ROQUE, João Lourenço – *Classes populares no distrito de Coimbra...*, cit., p. 616-617.

de irmãos subia para 183. Cerca de 10 anos antes, com um número maior de instituições, a sua dimensão populacional era, naturalmente, menor: 137. Em geral, as confrarias admitiam homens e mulheres, mas a fonte não permite perceber quantas estão nessas circunstâncias nem qual a proporção dos dois sexos.

Considerando o número de confrades, como em tantas outras vertentes, as instituições de piedade eram heterogéneas. Assim, deparamo-nos com a Confraria do Santíssimo, de Outil (Cantanhede), composta por 24 membros e com a Irmandade das Almas, de Quiaios (Figueira), com 1.873. Além desta, existiam outras três com mais de 1.000 irmãos: a Confraria das Almas, de Cadima (Cantanhede), com 1.200; a Confraria de Leigos, de Lorvão (Penacova), com 1.207; e a Confraria das Almas, de Mira, com 1.300. Estas grandes confrarias eram-no já em 1869. Nesse ano as que albergavam mais de um milhar de membros eram a Confraria de Leigos, de Lorvão, com 1.164, a Confraria das Almas, de Mira, com 1.252 e a Irmandade das Almas, de Quiaios, com 1.882<sup>33</sup>. Salvo esta última, todas aumentaram o número de confrades. Continuavam a predominar, contudo, as instituições de pequena dimensão, mesmo incluindo neste universo as ordens terceiras: 48% tinham menos de 100 membros e 77% menos de 200. As que congregavam mais de um milhar de confrades representavam 2%<sup>34</sup>.

Observe-se intensidade da sociabilidade confraternal, não esquecendo que era possível e vulgar pertencer a mais do que uma confraria. Assim, os quadros que se seguem elucidam-nos sobre a intensidade da pertença e não sobre o número de pessoas diferentes que se congregavam nessas instituições.

Lendo a coluna do quadro 5 que nos informa sobre a proporção de instituições relativamente à população, destacam-se pela debilidade do seu universo confraternal, os concelhos de Mira, Poiares e Soure. Mas se atendermos ao número de confrades por instituição e, mais significativo, ao seu peso percentual na população, percebe-se que só Poiares e, mais ainda, o concelho de Soure, tinham índices de sociabilidade confr-

<sup>33</sup> IDEM, *ibidem*, p. 685.

<sup>34</sup> Dez confrarias não declararam o número dos seus membros.

Quadro 4 – Distribuição concelhia das instituições e seus membros

Concelho	Conf.	Mis.	Irmãos	Irmãos	TT	TT
	e OT		Cf+OT	Mis	Inst	irmãos
Arganil	14	2	1805	327	16	2132
Cantanhede	13	1	2771	70	14	2841
Coimbra	43	2	7625	507	45	8132
Condeixa a Nova	9	0	1116	0	9	1116
Figueira da Foz	14	2	4996	234	16	5230
Góis	5	1	565	80	6	645
Lousã	6	1	1584	109	7	1693
Mira	2	0	1882	0	2	1882
Miranda do Corvo	6	1	654	58	7	712
Montemor o Velho	20	3	2473	361	23	2834
Oliveira do Hospital	19	1	2089	80	20	2169
Pampilhosa da Serra	4	1	1143	110	5	1253
Penacova	14	0	4094	0	14	4094
Penela	4	1	421	38	5	459
Poiares	3	0	222	0	3	222
Soure	6	2	237	201	8	438
Tábua	18	0	1293	0	18	1293
Total	200	18	34970	2175	218	37145

Quadro 5 – Peso demográfico dos confrades (misericórdias, confrarias e ordens terceiras)

Concelho	Instituições/ /População	Confrades/ /Instituição	Confrades / /População
	(%)	(média)	(%)
Arganil	0,08	133	10,24
Cantanhede	0,05	203	10,64
Coimbra	0,10	181	18,29
Condeixa a Nova	0,08	124	10,09
Figueira da Foz	0,05	327	14,97
Góis	0,05	108	5,72
Lousã	0,07	242	16,41
Mira	0,03	941	27,41
Miranda do Corvo	0,06	102	6,16
Montemor o Velho	0,11	123	13,38
Oliveira do Hospital	0,08	108	8,98
Pampilhosa da Serra	0,05	251	12,44
Penacova	0,09	292	26,83
Penela	0,05	92	4,82
Poiares	0,04	74	3,13
Soure	0,04	55	2,39
Tábua	0,10	72	7,21
Total	0,07	170	12,3

ternal muito baixos. O concelho de Mira, constituído por uma freguesia, mas mantendo activas duas confrarias, era aquele que atingia o máximo no coeficiente confrades/população. Era também muito intensa a sociabilidade confraternal no concelho de Penacova. O facto não se explica apenas pela pequena e média dimensão demográfica desses dois concelhos. Em vários dos mais populosos – que eram, por ordem decrescente, Coimbra, Figueira, Cantanhede, Oliveira do Hospital, Montemor e Arganil – a proporção de moradores que pertencia a uma confraria, ordem terceira ou misericórdia era elevada. Sobressai o concelho de Coimbra, com cerca de 44.500 habitantes, congregando 18% em instituições de piedade e beneficência.

### Desamortização

Em 1876 haviam passado dez anos sobre a legislação que decretara a desamortização dos bens das instituições pias e beneficentes não necessários às suas actividades. Neste inquérito uma das questões que se queria aclarar era, precisamente, o cumprimento dessa determinação legal.

Os administradores dos concelhos conseguiram apurar o valor dos bens sujeitos a desamortização mas ainda não desamortizados de 19 instituições de assistência, mas só 9 possuíam elementos sobre o valor do que já fora vendido. Totalizava o primeiro montante 69.031.792 réis e o segundo 61.828.124. À primeira vista, parece, pois, que os bens imóveis mais valiosos tinham sido já alienados. Contudo, este resultado está viciado pelas lacunas documentais e porque engloba os resultados da desamortização efectuada pela Misericórdia de Coimbra, que era a instituição mais rica e já alienara bens no valor de 34.758.562 réis, correspondentes a 72% do património obrigado à desamortização<sup>35</sup>.

<sup>35</sup> Os dirigentes da Misericórdia de Coimbra há muito que preferiam libertar a instituição de imóveis, investindo em operações de crédito (LOPES, Maria Antónia – *Pobreza, assistência...*, cit., p. 134-135) e quando em inícios da década de 1860 se aventava a ideia da desamortização dos bens das misericórdias, defenderam-na abertamente (IDEM – *As Misericórdias: de D. José ao final do século XX*, cit., p. 88).

Se observarmos apenas os outros estabelecimentos beneficentes, os resultados são muito distintos: com bens sujeitos a desamortização num total (sem dúvida, subvalorizado) de 82.641.183 réis, só se desamortizara 33% desse património. Já se suspeitava que assim teria sucedido em múltiplas misericórdias<sup>36</sup>. Estudos monográficos posteriores apontam no mesmo sentido<sup>37</sup>.

Nas confrarias, o incumprimento da lei é ligeiramente maior. Os bens declarados sujeitos a desamortização perfazem 90.513.984 réis, o que está, mais uma vez, aquém da realidade, pois só é conhecido o valor dos bens já desamortizados de 24 instituições – somando pouco mais de 29 contos – e o montante dos bens que faltava desamortizar de 114 irmandades, o qual ultrapassava um pouco os 61 contos. Com estes dados, conclui-se que as confrarias ainda não tinham desamortizado 68% dos imóveis visados pela legislação.

### Património

O património detido pelas instituições de beneficência do distrito de Coimbra abeirava-se dos 798 contos. Em média, possuíam bens no valor de 34,7 contos, mas este montante está claramente distorcido pela opulência da Misericórdia de Coimbra, mais rica do que todas as outras reunidas. Com efeito, a Santa Casa de Coimbra possuía 58% do valor patrimonial das instituições beneficentes não estatais do distrito. Sem ela, o valor total era de 339,1 contos sendo a riqueza média desses estabelecimentos de 15,4 contos.

<sup>36</sup> Cf. SÁ, Isabel dos Guimarães e LOPES, Maria Antónia – *História Breve das Misericórdias...*, cit., p. 81-82, 90-92.

<sup>37</sup> Ver ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *A Misericórdia de Vila Viçosa...*, cit., p. 93-95.

Quadro 6 – Valor patrimonial das instituições de beneficência do distrito de Coimbra em 1876/78

Instituição	Réis	Instituição	Réis
Misericórdia de Coimbra	458.812.986	Misericórdia de Penela	4.980.870
Asilo de Mendicidade D. Pedro V (Coimbra)	54.710.440	Misericórdia de Vila Nova de Anços	4.721.000
Hospital da Confraria de Campos (Montemor)	54.350.000	Misericórdia de Cantanhede	4.598.181
Asilo de Infância Desvalida (Coimbra)	42.053.000	Misericórdia de Arganil	3.687.934
Misericórdia da Figueira	37.745.600	Misericórdia de Buarcos	3.592.760
Misericórdia de Pereira	28.013.000	Misericórdia de Semide	2.909.910
Misericórdia de Tentúgal	25.504.365	Misericórdia do Botão	1.862.665
Misericórdia de Montemor	18.487.491	Misericórdia de Góis	1.280.000
Misericórdia de Soure	13.796.411	Misericórdia da Lousã	805.642
Misericórdia de Vila Cova de Sub-Avô	13.765.300	Misericórdia da Pampilhosa	493.695
Hospital da Ordem Terceira (Coimbra)	13.070.000	Hospital da Sociedade Humanitária Arganilense	100.000
Misericórdia de Galizes	8.603.800	Total	797.945.050

Os valores indicados incluem património ilícito, isto é, os bens ainda retidos mas obrigados a desamortização. Considerando apenas o que era legalmente detido, obtemos um total de 728,9 contos se englobarmos a Misericórdia de Coimbra ou de 283,6 com a sua exclusão.

Já vimos que os bens sujeitos a desamortização das instituições de beneficência do distrito, e excluindo a Santa Casa coimbrã, atingiam os 90,5 contos, o que equivale a 27% do valor total do seu património. Assim sendo, e mesmo levando em conta que os bens passíveis de desamortização seriam superiores ao valor apurado, não restam dúvidas que a lei de 22 de Junho de 1866, mesmo que tivesse sido integralmente cumprida, estava longe de provocar a total ruína destes estabelecimentos, como tantas vezes se afirmou. Recorde-se que esta desamortização não implicou a expropriação dos bens, mas a aplicação do produto da venda em títulos de dívida pública, cuja propriedade e juros eram das instituições. Na verdade, não foi a desamortização, em si mesma, que arruinou as misericórdias e outras instituições, mas a crise financeira do Estado de finais do século e

a inflação, que se irá prolongar pela década de 1920. Acresce que os juros dos títulos de dívida pública foram reduzidos em 30% em 1892 e, como é óbvio, a enorme inflação desvalorizou de forma brutal o seu valor<sup>38</sup>.

Quadro 7 – Estrutura patrimonial da Misericórdia de Coimbra e restantes instituições de beneficência do distrito em 1876/78

Tipo de bens	Misericórdia de Coimbra			Restantes instituições		
	Réis	Com ilícitos (%)	Bens lícitos (%)	Réis	Com ilícitos (%)	Bens lícitos (%)
Capitais mutuados por escritura pública	237.687.019	51,8	53,4	50.967.519	15,0	18,0
Títulos de dívida pública, recebidos pelos bens						
desamortizados	106.550.000	23,2	23,9	55.850.000	16,5	19,7
Títulos de dívida pública de outras proveniências	55.650.000	12,1	12,5	71.015.200	20,9	25,0
Bens imóveis isentos da desamortização	18.000.000	3,9	4,0	46.524.000	13,7	16,4
Papéis de crédito de estabelecimentos particulares	20.000.000	4,4	4,5	44.298.000	13,1	15,6
Bens móveis	4.581.090	1,0	1,0	9.657.020	2,8	3,4
Dívidas activas	2.884.706	0,6	0,6	5.248.704	1,5	1,9
Bens imóveis a desamortizar	13.460.171	2,9		55.571.621	16,4	
Total do património detido	458.812.986	100,0		339.132.064	100,0	
Total do património isento de desamortização (lícito)	445.352.815		100,0	283.560.443		100,0

<sup>38</sup> LOPES, Maria Antónia – As Misericórdias: de D. José ao final do século XX, cit., p. 89, 94-97.

Apesar do muito que faltava desamortizar, o grosso do património destas instituições consistia já em capital investido em crédito oneroso. Na Misericórdia de Coimbra representava 92% do seu património e nas restantes 67%. O facto explica-se porque, como foi dito, a Misericórdia de Coimbra desde há muito preferia investir no crédito, vendendo as propriedades de que não carecia para as suas actividades. Em 1827 o capital investido no ágio alcançava 94% do património, baixando um pouco, para 91%, em 1846<sup>39</sup>. Excluindo as somas resultantes da desamortização, obrigatoriamente canalizadas para títulos de dívida pública, a rubrica de capitais colocados a juros em 1876-78 continuava a ser maioritária na Santa Casa coimbrã, onde atingia 68% do seu valor patrimonial, alcançando 50% nas outras instituições de beneficência.

Note-se que em 1876/78 os imóveis sujeitos a desamortização detidos pela Misericórdia de Coimbra eram residuais. Esta instituição cumprira a lei. Outro tipo de gestão era adoptada pelos demais institutos de caridade. A diferença é flagrante se confrontarmos os valores percentuais dos seus bens imóveis com os da Misericórdia coimbrã. Englobando os que devia vender, nesta última representavam 6,9%. Nas restantes equivaliam a 30%.

Se bem que a fonte peque por defeito, pois omite os valores patrimoniais de 17 instituições pias, é indubitável (o que, aliás, não surpreende) que eram incomparavelmente mais pobres do que as de beneficência. Num total de 181, reuniam um património no valor de 271,9 contos, ou de 210,8 contos, se excluirmos os bens que estavam obrigados a desamortizar. A sua riqueza média era de 1,5 ou 1,2 contos. Confronte-se com a dos institutos beneficentes, cuja fortuna média, sem contar com a Misericórdia de Coimbra, era dez vezes superior, pois ia de 12 a 15 contos.

A fragilidade económica das agremiações pias ainda mais se evidencia se as distribuímos por classes: 41% não atingiam os 500.000 réis patrimoniais, 60% não alcançavam um milhão e só 1,7% ultrapassava os 10 contos.

Surge também com nitidez outra diferença relativamente às de beneficência: o peso percentual dos seus bens móveis, que era de 13,3%, enquanto nas de beneficência, excluída a Misericórdia de Coimbra, se ficava pelos

<sup>39</sup> LOPES, Maria Antónia – *Pobreza, assistência e controlo social...*, cit., p. 134-135.

2,8%. Isto é, quanto mais pobres, maior era a representatividade das alfaias e mobiliário.

Embora só dez confrarias tivessem instalações próprias, pois as restantes alojavam-se nas igrejas matrizes ou noutros templos, os seus bens de raiz atingiam os 29%, valor muito próximo do que era detido pelos institutos de beneficência, onde, sem a Misericórdia de Coimbra, equivalia a 30%. E também os capitais emprestados (56%), ainda que em menor proporção, constituíam a maior fatia do património das irmandades.

Quadro 8 – Estrutura patrimonial do total das instituições de piedade do distrito de Coimbra em 1876/78

Tipo	Réis	Com ilícitos	Bens lícitos
Capitais mutuados por escritura pública	93.628.878	34,43%	44,42%
Bens imóveis a desamortizar (só 114 os declaram)	61.121.059	22,48%	
Títulos de dívida pública recebidos pelos bens desamortizados	43.550.000	16,02%	20,66%
Bens móveis	36.034.195	13,25%	17,10%
Bens imóveis isentos da desamortização	18.540.260	6,82%	8,80%
Títulos de dívida pública de outras proveniências	15.630.702	5,75%	7,42%
Dívidas activas	3.352.906	1,23%	1,59%
Papéis de crédito de estabelecimentos particulares	44.044	0,02%	0,02%
Total do património detido	271.902.044	100,00%	
Total do património lícito	210.780.985		100,00%

O governador civil de 1872 calculava que os capitais das confrarias do distrito ultrapassavam os 600 contos de réis, sendo impossível saber com precisão quais os seus rendimentos enquanto não se ultimasse a venda dos bens imposta pela lei<sup>40</sup>. Face aos valores apurados em 1876-78, esse cômputo parece, pois, muito exagerado.

<sup>40</sup> OSORIO, Antonio Gouveia – *Relatorio apresentado à Junta Geral do Districto de Coimbra na sessão ordinaria de 1872*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1872, p. 10.

## Receitas e despesas

A fonte utilizada informa-nos também sobre as receitas e despesas do universo institucional arrolado, ainda que omissa para as misericórdias de Soure e do Botão e para 50 confrarias. No conjunto de 21 instituições de beneficência, a receita ultrapassava um pouco os 40 contos e a despesa os 37. Nestas, apresentavam saldos negativos o Asilo da Infância Desvalida, no valor de -471.655 réis, e as misericórdias da Figueira com -508.978, a de Buarcos com -116.860 e, o caso mais grave, a de Góis com -798.000.

No conjunto das instituições caritativas, o saldo entre dívidas activas e passivas era também a seu favor, no montante de 6 contos. Só a Misericórdia de Cantanhede vivia uma situação financeira calamitosa, pois apresentava-se endividada em 1.166.288 réis, tendo apenas 254.500 de receita. Mesmo que conseguisse cobrar todas as suas dívidas activas (em foros), o saldo era negativo em 877.393 réis.

As receitas médias, excluindo a Misericórdia de Coimbra, não atingiam um conto, ficando-se pelos 926 réis, mas, como seria de esperar face às fortunas já conhecidas, os rendimentos eram muito díspares.

Quadro 9 – Receitas das instituições de beneficência do distrito de Coimbra em 1876-1878

Instituição	Receita	Instituição	Receita
Misericórdia de Coimbra	21.513.458	Hospital da Sociedade Humanitária Arganilense	312.855
Asilo de Mendicidade de D. Pedro V	4.345.662	Misericórdia de Buarcos	305.080
Misericórdia da Figueira da Foz	2.670.988	Misericórdia de Arganil	285.540
Confraria de Campos (Montemor)	2.201.420	Misericórdia de Cantanhede	254.500
Misericórdia de Pereira	2.175.040	Misericórdia da Lousã	234.415
Misericórdia de Tentúgal	1.237.435	Misericórdia de Semide	145.816
Asilo de Infância Desvalida	1.074.870	Misericórdia de Góis	105.600
Ordem Terceira de Coimbra	881.555	Pampilhosa	62.120
Misericórdia de Vila Cova de Sub-Avô	831.365	Misericórdia de Vila Nova de Anços	37.210
Misericórdia de Montemor o Velho	510.000	Misericórdia do Botão	?
Misericórdia de Galizes	486.030	Misericórdia de Soure	?
Misericórdia de Penela	369.035	<b>Total</b>	<b>40.039.994</b>

Quadro 10 – Estrutura das receitas da Misericórdia de Coimbra e restantes instituições de beneficência do distrito em 1876-78

Tipo	Misericórdia de Coimbra		Restantes <sup>41</sup>	
	Réis	%	Réis	%
Juros de capitais mutuados	11.312.437	52,6	1.842.042	9,9
Juros de títulos de dívida pública	4.812.000	22,4	3.222.920	17,4
Cobrança de dívidas activas	3.163.905	14,7	1.806.638	9,8
Outras proveniências	1.533.241	7,1	3.475.133	18,8
Bens e direitos imóveis	663.915	3,1	5.436.042	29,3
Legados e donativos para constituir fundo	27.960	0,1	1.531.465	8,3
Esmolas	–	0,0	896.300	4,8
Juros de papéis de crédito	–	0,0	315.996	1,7
Total da Receita	21.513.458	100,0	18.526.536	100,0

A tipologia das receitas da Misericórdia de Coimbra era completamente distinta das demais. Aquela assentava nos juros, que constituíam 75% dos réditos; as outras sustentavam-se tanto de juros (29%), como de rendimentos provenientes dos bens e direitos imóveis, que eram já todos ilegais mas representavam também 29% das receitas. De notar, ainda, que a Misericórdia de Coimbra não auferia receitas de esmolas, o que nas outras tinha uma pequena expressão. Mais relevante, assinale-se a diferença percentual dos réditos provenientes de legados e donativos.

As instituições pias tinham, no seu conjunto, uma receita anual de 19,3 contos, sendo a despesa de 15,5. O saldo, representando 20% da receita, era muito elevado, sem comparação com as de beneficência, onde atingia apenas 7,6%. De facto, se as 148 confrarias para as quais possuímos dados tinham um rendimento superior ao de 20 instituições de beneficência (que totalizava 18,5 contos)<sup>42</sup>, as despesas destas ascendiam a 16,2 contos, superior, portanto, ao que as irmandades gastavam. Ora, se não gastavam, entesouravam.

<sup>41</sup> Com exclusão, por lacuna documental, das misericórdias de Soure e do Botão.

<sup>42</sup> Excluiu-se a Misericórdia de Coimbra por ser um caso especialíssimo no conjunto das instituições e as misericórdias de Soure e do Botão, cujas receitas e despesas não são fornecidas pela fonte utilizada.

Apenas onze irmandades registavam saldos negativos. A situação mais grave era a do Santíssimo de Castelo Viegas (Coimbra), cujo *deficit*, no valor de 209.335 réis, correspondia a 513% da sua receita anual. As homónimas de Candosa (Tábua) e do Rabaçal (Penela) vinham a seguir, com saldos negativos que equivaliam a 183% e a 132% dos rendimentos. As confrarias do Santíssimo, no Paião (Figueira) e em Torre de Vilela (freg. Brasfemes, concelho de Coimbra), estavam mais desafogadas, com défices correspondentes a 68% e 44% das receitas. Nas restantes seis os saldos negativos escalonavam-se entre 0,5% e 8% dos rendimentos.

Era também muito elevado o saldo positivo das dívidas, ultrapassando os 8 contos<sup>43</sup>. Estes números demonstram que as irmandades, no seu conjunto, não se encontravam endividadas, mas revelam também uma deficiente gestão, incapaz de resgatar os débitos. Repare-se que as dívidas activas equivaliam a 45% da receita, sendo de 25% nas instituições de beneficência. Tais resultados parecem justificar os governantes portugueses quando advogavam a fiscalização das contas das confrarias, que diziam mal administradas ou mesmo espoliadas pelos confrades, e a canalização das suas sobras para colmatar necessidades sociais.

E parecem também dar razão à opinião expressa desde há muito por alguns governadores do distrito de Coimbra. Declarara o de 1851: “As irmandades e confrarias no nosso districto achão-se no mesmo estado desgraçado de administração que as misericordias e os hospitaes. Desta maneira não vos surprehenda que os seus rendimentos sejam na maior parte consumidos inutilmente”. Dezoito anos depois, escrevia o seu homólogo: “É ainda pouco regular o estado da administração das irmandades e confrarias do districto. (...). Se ha trinta annos se tivesse cuidado seriamente da administração d’estas instituições de piedade e de caridade, ter-se-iam obstado ás escandalosas delapidações que se têm dado e podíamos hoje dispor de recursos valiosos para organizar a beneficencia publica no districto”<sup>44</sup>.

<sup>43</sup> Só 11 confrarias estavam endividadas, mas apenas 4 não possuíam dívidas activas que cobrissem esses valores: a Confraria dos Santos Mártires de Marrocos, de Coimbra, e as do Santíssimo de Outil (Cantanhede), de Ceira (Coimbra) e de Reveles (Montemor).

<sup>44</sup> Cit. por ROQUE, João Lourenço – *Classes populares no distrito de Coimbra...*, cit., p. 686-687.

Assim, no distrito de Coimbra dos anos 1876-1878 o conjunto das instituições pias e beneficentes auferia receitas no valor de 59 contos, despendendo 53. Estas somas superam bastante os cálculos efectuados uns anos antes. O governador civil de 1865 avaliava o total da receita em 36 contos e o de 1869 em 39 contos. Este último calculava que despendiam cerca de 45 contos, sendo 20 da Misericórdia de Coimbra<sup>45</sup>.

A nível individual, as confrarias eram instituições pobres. Considerando as que declaram as suas contas (75%) em 1876-78, as suas receitas médias anuais não iam além dos 130.224 réis e as despesas eram apenas de 104.570 rs. Confrontem-se com as instituições de beneficência, cujos rendimentos médios auferidos, excluindo a Misericórdia de Coimbra, eram 7 vezes superiores, sendo as despesas 8 vezes mais elevadas.

Quadro 11 – Receitas e despesas das instituições de piedade do distrito de Coimbra em 1876-78. Distribuição por classes

Classes	Receitas		Despesas		
	Réis	N <sup>os</sup> abs	%	N <sup>os</sup> abs.	%
< 50.000		45	30,6%	63	42,6%
50.000-99.999		46	31,3%	41	27,7%
100.000-199.999		26	17,7%	22	14,9%
200.000-499.999		24	16,3%	19	12,8%
500.000-799.999		4	2,7%	3	2,0%
>800.000		2	1,4%		0,0%
Total		147	100,0%	148	100,0%

Se com receitas médias anuais de 130.000 réis pouco poderiam fazer, que actividades conseguiriam desenvolver 70% das confrarias do distrito, com a contabilidade minimamente organizada e que nem cem mil réis despendiam?

<sup>45</sup> ROQUE, João Lourenço – *Classes populares no distrito de Coimbra...*, cit., p. 686.

## Actividades

As irmandades declararam como seus objectivos: “culto religioso”, “culto divino e bem espiritual dos irmãos”, “esplendor do culto e sufrágio pelos irmãos falecidos”, “sufragar e acompanhar os irmãos à sepultura”, “honra e glória de Deus” ou “honra e glória de Nossa Senhora”. Todavia, em 28 delas (14%) mencionava-se a beneficência através de uma destas fórmulas: “culto divino e beneficência”, “piedade e beneficência”, “hospitalidade aos pobres e culto divino”, “exaltação do culto divino, mútuo socorro aos confrades e instrução primária da freguesia”, “reforçar a crença ao dogma da Imaculada Conceição de Nossa Senhora, subsidiar o ensino primário da freguesia e praticar actos de beneficência”, “culto divino, sufrágios e socorros aos pobres”, “obras de caridade”, “beneficencia”.

Três (1,5%) afirmavam subsidiar o ensino primário: a Irmandade da Senhora da Conceição da Ponte, em Coimbra, a Irmandade do Santíssimo e Senhora do Rosário, em Foz de Arouce (Lousã), e a Irmandade do Santíssimo e Senhora do Rosário, no Espinhal (Penela). Só esta última vivia com desafio, declarando a receita de 638.650 e a despesa de 466.300. As outras duas gastaram num ano 79.090 e 69.445 réis. Mas também a Irmandade do Santíssimo, de Figueiró do Campo (Soure), contribuiu para a instrução primária: “posteriormente a este anno [1860] só se fez a despeza extraordinaria com a casa da eschola e moveis, que a confraria prestou, competentemente authorisada”.

As confrarias que declararam praticar a beneficência ou a caridade fá-lo-iam, de facto? Repare-se no que se entende por caridade na Irmandade das Chagas de Santa Maria de Arrifana (Poiares): “Seus fins: É a caridade. Os fins da irmandade das Chagas são acompanhar gratuitamente os seus socios à ultima morada e os que não são sócios acompanham-nos mediante uma pequena gratificação e tem obrigação de mandar deser pela alma de cada um socio que morrer 45 missas; mas sendo casado tem 30 e 15 por alma de sua mulher”. Leia-se também o que o administrador do concelho afirma sobre a Irmandade do Santíssimo, de Stº André de Poiares, cuja finalidade declarada é “a Beneficencia”: “A corporação não tem contas approvadas, por que a sua escripturação não está regular; e isto provem de não ter

ninguem, que gratuitamente queira servir-lhe de escrivão. [...] Poucas corporações com tão poucos rendimentos tem feito tanto como esta, e a prova são as obras da capella das Necessidades em que se tem gasto mais de quatro ou cinco mil crusados e que está por concluir por falta de meios”.

Por outro lado, aquelas que asseguravam praticar a beneficência, apresentando valores de despesas anuais, raramente atingiam os 100.000 réis. A confraria de S. Pedro da Pena (povoação da freguesia de Portunhos), cujos propósitos eram a “hospitalidade aos pobres e culto divino”, auferia réditos no valor de 35.269 réis e em todo um ano gastara 30.020 réis. A Irmandade da Senhora da Conceição, nas Alhadas, que se dedicava a “obras de caridade”, tinha um rendimento anual de 4.700 réis, tendo despendido 4.000. A das Almas, de Ferreira, que se propunha “socorrer os irmãos pobres e sufragar as almas”, apresentava receitas e despesas no valor de 59.600. Mas, esclarece o administrador do concelho da Figueira da Foz, “não tem esta irmandade fundos nem rendimentos certos, vive de esmolas, que certos empregados solicitam dos confrades e mais devotos e é com ellas que occorrem à satisfação das suas obrigações”.

Cinco confrarias com despesas anuais situadas entre 101.000-300.000 réis declararam também socorrer temporalmente os irmãos. Ultrapassavam ligeiramente esta mediocridade apenas duas agremiações, a já referida Irmandade do Santíssimo e Senhora do Rosário, do Espinhal, com receita de 638.650 réis e despesa de 466.300, cuja dupla invocação indicia resultar da anexação de duas irmandades; e a Ordem Terceira da Penitência, da Figueira da Foz, que afirmava dedicar-se ao “culto divino e esmolas a irmãos pobres” e auferia rendimentos no valor de 767.000 réis, tendo gasto 467.135. Contudo, como foi dito, canalizava para esmolas apenas uma pequena parte dos seus gastos. Não foi por acaso que o administrador do concelho a classificou como instituição de piedade.

Assim sendo, tenho poucas dúvidas de que a acção assistencial da maioria das irmandades, mesmo que reservada aos irmãos, era quase nula. Acima de tudo, dedicar-se-iam ao sufrágio das almas dos irmãos defuntos, cujos corpos acompanhavam à sepultura, e à celebração anual do seu santo patrono. Algumas nem isso praticavam. Eis o que revela o administrador do concelho de Tábua sobre a Irmandade da Senhora do Loreto, em Oliveirinha: “Esta irmandade em toda a sua gerencia tem sido um cahos; não tem livros

de contas, nem mandam diser missas pelas almas dos irmãos falecidos; não pagam annuaes nem multas; não tem sido mais por assim diser uma reunião d'endeviduos, que combinaram entre si levarem qualquer d'elles fallecido á sepultura, sem quererem outro onus". O único rendimento que a Irmandade tinha era um foro de 3.000 réis, "não tendo escriptura nem outro documento comprovativo, só apenas a posse de receber todos os annos aquella quantia". Funcionava, pois, nesta, como sem dúvida em muitas outras, a entreaajuda de índole voluntária e particular potenciada pela pertença a um grupo ainda mais restrito do que o da comunidade da freguesia.

O inquérito de 1876 fornece dados que permitem perceber a estrutura das despesas das instituições beneficentes. Com elas desvendam-se as suas actividades.

Quadro 12 - Estrutura das despesas das instituições de beneficência do distrito de Coimbra (1876-78)

Rubrica	Misericórdia Coimbra		Restantes <sup>46</sup>	
	Réis	%	Réis	%
Beneficência	13.300.358	63,9	7.008.646	43,3
Diversos	1.986.877	9,5	4.633.807	28,6
Manutenção de edificios	1.690.774	8,1	1.996.887	12,3
Culto	1.836.120	8,8	1.850.450	11,4
Ordenados de funcionários	1.416.666	6,8	328.650	2,0
Instrução	576.327	2,8	381.890	2,4
Total da Despesa	20.807.122	100,0	16.200.330	100,0

As instruções do inquérito esclareciam que à beneficência correspondiam "esmolas, alimentação, medicamentos, vestuario, roupas de cama dos recolhidos, e os ordenados dos medicos, enfermeiros e outros empregados especiaes"; que o culto incluía "os vencimentos dos respectivos ministros"; e que a instrução englobava "os gastos com livros e utensilios para o ensino e os ordenados dos professores e ajudantes".

<sup>46</sup> Com exclusão, por lacuna documental, das misericórdias de Soure e do Botão.

Como se vê de imediato, a Misericórdia de Coimbra canalizava para a assistência e ensino aos pobres<sup>47</sup> mais de 2/3 das suas despesas. Assim o fazia pelo menos há um século, não se deixando enredar em dispendiosas manifestações de culto. De facto, em 1772-1779, 63% das despesas da Santa Casa foram aplicadas na assistência aos pobres, a administração absorveu 7%, as tenças 6% e o culto 24%. Depois, a diminuição das despesas cultuais prosseguiu gradual e ininterruptamente: 19% em 1780-1800, 13% em 1804-1830, 10% em 1831-1850<sup>48</sup> e 9% agora, em 1876/78. Não houve, pois, qualquer laicização das actividades da Misericórdia de Coimbra por imposição dos governos liberais. A paulatina menorização das práticas devocionais correspondeu à vontade dos seus dirigentes. E, apesar de algumas oscilações provocadas pelo crescimento das despesas administrativas, a beneficência ganhava cada vez mais relevo na acção desta Santa Casa: no mínimo 61% em 1780-1800, 68% em 1804-1830, 65% em 1831-1850<sup>49</sup> e 67% em 1876/78.

De outra forma procediam as restantes instituições caritativas, cujas despesas médias anuais eram de 810.017 réis, mas nem metade destinavam à beneficência. Situação que os governantes e tantos outros observadores não podiam deixar de deplorar, pois tais instituições eram, ou deveriam ser, os esteios da política social do Estado liberal português. De facto, como justificar tais prioridades nas misericórdias e outros organismos, todos eles definidos legalmente como instituições beneficentes? A debilidade das receitas (que, porém, eram oito vezes superiores às das confrarias), a impreparação dos dirigentes e as rotinas instaladas ajudam a explicar a situação que, afinal, era comum a tantas outras misericórdias portuguesas. Contudo, ao dedicarem 46% das suas despesas à beneficência e ensino, a acção social desenvolvida no distrito de Coimbra por estas instituições seria superior ao que se verificava na generalidade das misericórdias do país<sup>50</sup>. Como é óbvio, essa média de 46% encobre fortes variações institucionais.

<sup>47</sup> O ensino que a Misericórdia de Coimbra assegurava era ministrado nos seus Colégios dos Órfãos e das Órfãs.

<sup>48</sup> LOPES, Maria Antónia – *Pobreza, assistência e controlo social...*, cit., p. 136-137.

<sup>49</sup> IDEM, *ibidem*, loc. cit.

<sup>50</sup> Cf. LOPES, Maria Antónia e PAIVA, José Pedro – Introdução in LOPES, Maria Antónia e PAIVA, José Pedro PAIVA (dir.) – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum 8...*, cit., p. 19.

Quadro 13 – Peso percentual da acção social e do culto nas instituições de beneficência do distrito de Coimbra (1876-78)

Instituições	Beneficência	Instrução	Culto
Asilo de Infância Desvalida	39,2%	21,3%	0,0%
Asilo de Mendicidade de D. Pedro V	50,5%	0,0%	0,0%
Hospital da Confraria de Campos (Montemor)	92,3%	0,0%	7,7%
Hospital da Sociedade Humanitária Arganilense	100,0%	0,0%	0,0%
Misericórdia da Figueira da Foz	40,6%	0,0%	0,0%
Misericórdia da Lousã	2,9%	0,0%	77,6%
Misericórdia da Pampilhosa da Serra	4,9%	0,0%	35,7%
Misericórdia de Arganil	20,0%	0,0%	41,6%
Misericórdia de Buarcos	12,3%	3,6%	37,2%
Misericórdia de Cantanhede	48,3%	4,3%	13,6%
Misericórdia de Coimbra	63,9%	2,8%	8,8%
Misericórdia de Galizes	44,5%	0,0%	54,6%
Misericórdia de Góis	1,0%	0,0%	10,3%
Misericórdia de Montemor-o-Velho	31,2%	0,0%	58,9%
Misericórdia de Penela	67,3%	6,7%	22,6%
Misericórdia de Pereira	40,3%	0,0%	22,2%
Misericórdia de Semide	56,8%	0,0%	22,9%
Misericórdia de Tentúgal	29,6%	0,6%	11,0%
Misericórdia de Vila Cova de Sub-Avô	16,4%	1,5%	52,2%
Misericórdia de Vila Nova de Anços	42,9%	0,0%	10,2%
Ordem e Hospital da Ordem Terceira de Coimbra	43,7%	0,0%	?

As instituições que haviam sido fundadas no regime liberal, respondendo a novas ideologias e necessidades, nada gastavam com o culto, como sucedia nos dois asilos de Coimbra, na Misericórdia da Figueira da Foz e no Hospital da Sociedade Humanitária Arganilense. Destaca-se esta última porque despendia com a assistência a totalidade dos seus gastos. Nas demais, apesar de nada se canalizar para actividades culturais, outras despesas podiam absorver mais do que a beneficência directa, como sucedia na Misericórdia da Figueira, que incluiu em “gastos diversos” 59% da sua despesa. O Asilo da Infância Desvalida tinha as suas contas mais organizadas, declarando 23% em “gastos diversos”, mas o da Mendicidade englobou nesse item 47% dos dispêndios. É impossível perceber se se pretendia escamotear despesas não autorizadas nessa rubrica que nada esclarece.

Só oito instituições reservavam à acção social a maior parte dos seus dispêndios: os hospitais de Arganil e de Montemor (Confraria de Campos), as misericórdias de Cantanhede, Coimbra, Penela e Semide e os dois asilos. Destaque-se o ensino, ainda que de escassa relevância, nas actividades das misericórdias de Cantanhede, Penela e Buarcos, uma novidade oitocentista na acção destas instituições, muito incentivada pelos governos centrais mas a que a maioria das Santas Casas se escusava. Repare-se também que a insignificância da actividade beneficente não resultava apenas da pobreza da instituição. A Misericórdia de Vila Nova de Anços era a que menos receitas auferia, a de Semide tinha rendimentos medíocres, situando-se no 4º lugar no *ranking* das mais desabonadas e a de Cantanhede era a sexta mais pobre do distrito e a única endividada.

Contudo, mesmo nestas que reservavam à acção social fatia importante dos seus gastos, a desorganização podia ser flagrante. Eis o que escreve o administrador do concelho de Cantanhede: “A Misericórdia de Cantanhede bem como quase todas as Confrarias do concelho é um verdadeiro cahos”. Os esclarecimentos sobre as receitas e despesas basearam-se nas contas prestadas pelo tesoureiro da Santa Casa perante a Mesa e outras informações colhidas aqui e ali em uma “immensidade de papeis avulsos, que constituem a escripturação da mesma Santa Casa”. A despesa efectuada com instrução primária era uma gratificação que a Santa Casa costumava dar anualmente à professora da vila. Apurou-se também que a Misericórdia devia aos Hospitais da Universidade de Coimbra 832.208 réis e ao Hospital de S. José de Lisboa 334.080 pelo tratamento de doentes do concelho. Mais grave ainda, quanto à organização do seu arquivo corrente, é o caso da Misericórdia de Soure, o que impossibilitou o apuramento das suas receitas e despesas.

O extremo do incumprimento no que toca à protecção social encontra-se na Santa Casa de Góis, seguida de perto pelas misericórdias da Lousã e da Pampilhosa da Serra, esta última economicamente muito frágil. A primeira encaminhou 89% dos seus gastos para a reedificação da capela (e por essa razão é a que detém o maior défice) e a da Pampilhosa 49% em “gastos diversos”. Quanto à Misericórdia da Lousã, comportava-se como se fosse uma agremiação devocional. É a que apresenta maior diferença percentual entre os gastos de culto e assistência. Não obstante já estar na posse do hospital da vila, este, como esclarece o administrador,

“foi construído por meio de subscrição e tem a denominação do Hospital de S. João. Foi entregue à Santa Caza da Misericórdia para o administrar; mas como este estabelecimento não tem rendimentos para o seu custeio, não lhe tem dado a aplicação para que foi feito”<sup>51</sup>. Embora com menor gravidade, as misericórdias de Vila Cova de Sub-Avô, Montemor-o-Velho, Arganil e Buarcos patenteavam também estruturas de despesas pouco consentâneas com a sua natureza institucional. Na Misericórdia de Arganil, que não tinha hospital, a verba de 32.220 réis gasta em actos de beneficência consistiu “em uma esmola annual, que se dá em quinta feira sancta, distribuindo pelos pobres da freguesia 2 alqueires de milho cosido e em outras esmolas em dinheiro aos pobres necessitados, que recorrem a este estabelecimento, não podendo designar-se o numero dos seccorridos”. Não admira, pois, que os arganilenses tivessem tomado a iniciativa de fundar um hospital. É que também a Misericórdia vizinha de Vila Cova de Sub-Avô não o possuía, embora prestasse assistência médica domiciliária.

No distrito de Coimbra, 67% das misericórdias não possuíam hospitais, a saber: as de Arganil, Botão, Buarcos<sup>52</sup>, Cantanhede, Coimbra<sup>53</sup>, Galizes, Góis, Montemor-o-Velho, Pampilhosa da Serra, Pereira, Vila Cova de Sub-Avô e Vila Nova de Anços. As misericórdias da Lousã e de Semide conservavam hospitais, mas encontravam-se inactivos por alegada incapacidade financeira. Assim, e apesar dos importantes Hospitais da Universidade – cuja dimensão dos socorros prestados suplantava todos os outros – a rede hospitalar pública do distrito de Coimbra na década de 1870 era frágil, assentando apenas em 7 estabelecimentos, 57% deles geridos pelas

<sup>51</sup> Sobre o processo de criação deste hospital, ver documento nº 243 em LOPES, Maria Antónia e PAIVA, José Pedro (dir.) – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum 8. Tradição e modernidade...*, cit. O hospital só começaria a funcionar em 1888 (LEMONS, Eugénio de – *A Santa Casa da Misericórdia da vila da Lousã: resenha histórica*. Lousã: Tip. Lousanense, 1966, p. 53-57).

<sup>52</sup> A Misericórdia de Buarcos tinha um pequeno albergue que também servia de hospital (cf. CASCÃO, Rui – *Figueira da Foz e Buarcos...*, cit., p. 489), mas segundos as informações de 1876 apenas albergava os que iam a banhos ou passavam pela localidade com cartas de guia (sobre as cartas de guia ver LOPES, Maria Antónia – *Protecção social em Portugal...*, cit., p. 59-60).

<sup>53</sup> Caso *sui generis* entre as grandes misericórdias do país, mas que só não actuava a nível hospitalar porque se localizava na cidade universitária, onde o seu hospital era simultaneamente civil e de ensino.

misericórdias. Proporção esta que, embora carecendo ainda de dados absolutos, arrisco afirmar ser inferior à que se verificava a nível nacional.

## Conclusões

Além dos Hospitais da Universidade e do Hospício dos Abandonados, o distrito de Coimbra da década de 1870 possuía nos seus 17 concelhos 23 instituições dedicadas à beneficência: dezoito misericórdias, dois hospitais não administrados por essas irmandades, a Ordem Terceira de Coimbra e os Asilos da Infância Desvalida e de Mendicidade, também na sede distrital. Esta rede beneficente era na sua quase totalidade uma herança de Antigo Regime, pois como inovações institucionais existiam apenas os Asilos de Infância Desvalida e de Mendicidade, além do Hospício dos Abandonados, este sob tutela directa da administração pública.

As misericórdias eram as instituições de assistência mais numerosas do nosso país, embora com fortes disparidades na sua distribuição territorial, o que também se verificava no distrito de Coimbra, onde estavam ausentes em cinco concelhos.

As confrarias do distrito abeiravam-se das duas centenas, já após um forte decréscimo do seu número, que se verificara entre 1840 e 1872, período em que foram suprimidas 42%. Santíssimo Sacramento, Almas do Purgatório e Virgem Maria, cultos impulsionados pela Contra-Reforma católica, reuniam 74% destas agremiações. Nem outro panorama seria de esperar, pois não só esses cultos se tinham enraizado profundamente nas populações, como também 89% das instituições pias do distrito eram de fundação anterior a 1834. Eram ainda inexistentes as invocações do Coração de Jesus e Coração de Maria e só duas confrarias procuravam difundir o dogma da Imaculada Conceição, proclamado em 1854. Embora as confrarias fossem em número superior ao das freguesias do distrito, existiam 43 paróquias (23%) que não possuíam qualquer instituição confraternal.

Os irmãos das misericórdias representavam uma escassa minoria da população masculina, inferior a 2%, como as misericórdias sempre desejaram para manter intacto o seu prestígio e o distanciamento em relação às outras agremiações. Nas confrarias, o panorama muda radicalmente. Se o número

destas instituições declinara acentuadamente, o dos seus membros crescera. A sociabilidade confraternal do distrito envolvia 12% da população de ambos os sexos.

Em 1876 haviam passado dez anos sobre a legislação que decretara a desamortização dos bens das instituições pias e beneficentes. A fonte estudada permite concluir que, à excepção da Misericórdia de Coimbra – que alienara 72% dos bens visados pela desamortização –, a lei não fora cumprida, pois as restantes agremiações só haviam desamortizado cerca de um terço dos imóveis a isso obrigados.

O cadastro de 1876-78 revela que o conjunto das instituições de beneficência e de piedade do distrito de Coimbra reunia um valor patrimonial que, no mínimo, atingia os mil contos, pertencendo às primeiras 75% desse montante. A Misericórdia de Coimbra era mais rica do que todos os outros institutos assistenciais reunidos, abeirando-se a sua fortuna dos 459 contos de réis, e escalonando-se a riqueza dos restantes entre os 54,7 contos e os 100 mil réis, incluindo os bens que deveriam ser alienados. Como estes equivaliam apenas a 27% do valor total do seu património e como a desamortização não implicou a expropriação dos bens, mas a aplicação do produto da venda em títulos de dívida pública, cuja propriedade e juros continuavam a pertencer às instituições, conclui-se que a lei da desamortização de 1866 esteve longe de provocar a total ruína destes estabelecimentos. Apesar do muito que faltava desamortizar, o grosso do património destas últimas instituições consistia já em capital investido em crédito oneroso (67%). Na Misericórdia de Coimbra alcançava os 92%.

Nas instituições pias o valor patrimonial médio era de 1,5 contos, montante 10 vezes inferior à riqueza média dos institutos de beneficência, mesmo excluindo a Santa Casa coimbrã. Embora só dez confrarias tivessem instalações próprias, os seus bens de raiz atingiam os 29%, constituindo os capitais emprestados, também aqui, a maior fatia do património das irmandades (56%).

Quanto às receitas e despesas, a Misericórdia de Coimbra auferia réditos anuais superiores a 21 contos, as restantes instituições assistenciais ficavam-se, em média, pelos 926 réis e as cultuais apenas pelos 130 réis. A tipologia das receitas da Santa Casa de Coimbra era completamente distinta das demais. Aquela assentava nos juros, que constituíam 75% dos

réditos; as outras sustentavam-se tanto de juros (29%), como de rendimentos provenientes dos bens e direitos imóveis, que eram já todos ilegais mas representavam também 29% das receitas.

No seu conjunto, as instituições cultuais não se encontravam endividadas, mas a sua gestão era deficiente, pois permaneciam por resgatar dívidas activas em montantes muito avultados. Facto que sugere não ser injustificada a opinião dos governantes portugueses quando advogavam a fiscalização das contas das confrarias e a canalização das suas sobras para colmatar necessidades sociais.

A grande maioria das irmandades declarou ter por finalidade a prática do culto e/ou o sufrágio das almas dos irmãos falecidos, mas 28 delas mencionaram também a beneficência. Todavia, analisando as suas contas e declarações, assim como as explicitações por parte dos administradores dos concelhos, restam poucas dúvidas de que a acção assistencial da maioria das irmandades, mesmo que reservada aos irmãos, era quase nula. Haveria, sim, entreadjuada de índole voluntária.

A Santa Casa da Misericórdia de Coimbra canalizava para a assistência e ensino aos pobres mais de 2/3 das suas despesas. Assim o fazia pelo menos há um século: os gastos com o culto diminuíram gradual e ininterruptamente pelo menos desde 1780. Não houve, pois, qualquer lacização das actividades da Misericórdia de Coimbra por imposição dos governos liberais. De outra forma procediam as restantes instituições caritativas, que nem metade dos gastos aplicavam à beneficência. Situação que os governantes e tantos outros observadores não podiam deixar de deplorar. Contudo, ao dedicarem 46% das suas despesas à beneficência e ensino – apesar de serem em minoria as que administravam hospitais – a sua acção social seria, talvez, superior ao que se verificava na generalidade das misericórdias do país.

Concluo, finalmente, frisando que o objectivo deste trabalho foi a análise exaustiva de uma fonte muito rica para o conhecimento do universo institucional de índole beneficente e cultual de um distrito português no século XIX. Sendo assim, a componente quantitativa é forçosa e assumidamente grande, o que, no meu entender, em nada o prejudica. Sem estas bases indispensáveis, não se pode avançar para uma panorâmica nacional e outras etapas interpretativas, que não podem ser nunca meras construções teóricas sem informação rigorosa.

Mapa 1 – Distribuição concelhia das misericórdias do distrito de Coimbra (1876-78)



Mapa 2 – Distribuição concelhia das confrarias do distrito de Coimbra (1876-78)



Mapa 3 – Peso demográfico dos confrades (misericórdias, confrarias e ordens terceiras) no distrito de Coimbra (1876-78)



# Estudiantes Universitarias en Salamanca entre 1940 y 1970

María de la Paz Pando Ballesteros

Profesora Contratada Doctora. Dpto. Hª Medieval, Moderna y Contemporánea  
Fac. Geografía e Historia. Universidad de Salamanca.  
mpaz@usal.es

Texto recebido em/ Text submitted on: 27/02/2011

Texto aprovado em/ Text approved on: 31/07/2011

## *Resumen/Abstract:*

Abundante bibliografia tratou de tornar visível a discriminação que sofreram as mulheres espanholas no âmbito educativo ao longo da ditadura do general Franco. A referida diferenciação foi especialmente relevante no ensino superior, onde parecia que as mulheres esbarravam com um “tecto de vidro” bastante baixo. Menos abundantes do que as obras de carácter geral são os trabalhos que pormenorizam de forma específica a situação da mulher na Universidade espanhola. Não obstante, estes estudos à escala nacional contrastam com a inexistência dos mesmos a nível local, especialmente para o caso salmantino em que vamos centrar a nossa análise. Este artigo trata de atenuar essa lacuna. Por outro lado, o estudo de caso permitir-nos-á comprovar se a realidade descoberta confirma ou desmente as hipóteses interpretativas e os estudos anteriores realizados à escala nacional.

Abundant literature has tried to demonstrate the discrimination that the Spanish women suffered in the educational area during the dictatorship of the general Franco. The above mentioned discrimination was especially relevant in the higher education, where it seemed that women came up against a right low “ceiling of crystal”. Less prolific than general works are the pieces of work that specifically detail the situation of women in the Spanish university. Nevertheless, the abundance of these national scale studies contrast with their absence on a local scale, especially for the case of Salamanca, the goal of our analysis. This article tries to mitigate this gap. On the other hand, the study of the case will allow us to confirm or refute the interpretive hypotheses and the previous studies carried out on a national scale.

## *Palabras clave/Keywords:*

Universidade de Salamanca; Relações de género; Mulheres na Universidade; Direito à educação; Ditadura de Franco.

University of Salamanca; Gender Relationship; Women at University; Right to education; Dictatorship of Franco.

“[La educación femenina consiste en] hacer a la mujer muy mujer para que sea apoyo del varón, alma de la familia y sostén de la sociedad”<sup>1</sup>

### **I Salamanca. La ciudad y la Universidad durante la dictadura franquista. Breve estado de la cuestión**

La Universidad y la ciudad de Salamanca han permanecido estrechamente vinculadas a lo largo del tiempo. Lucena Conde, Rector de la Universidad salmantina entre 1968 y 1972, describía, en su discurso de toma de posesión del cargo, dicha relación afirmando que “... la Universidad y la ciudad no son independientes, tienen una historia común, un patrimonio común de arte y de formas de vida derivadas de un contexto cultural. (...) La Universidad representa el prestigio, el nombre, el ser de Salamanca e incluso los graduados resultan imprescindibles para su desarrollo (...), [representa además] una fuente de ingresos por medio del sector servicios. A su vez la ciudad representa para la Universidad las cualidades ideales para realizar su labor cultural por su tamaño, por la forma de ser de sus habitantes, por la belleza de sus monumentos y sus rincones e incluso por el atractivo de sus áridos y ascéticos paisajes provinciales. Permite vivir en universitario (...) proporciona el clima necesario para la creación y transmisión del saber (...)”<sup>2</sup>

Resulta impensable hablar de la historia de Salamanca sin citar la Obra de Villar y Macías<sup>3</sup> publicada en 1887 y posteriormente reeditada en 1973. Durante muchos años fue la principal Obra existente sobre la historia de la ciudad. El Tomo IX de la obra reeditada se titula “Desde la Guerra de la Independencia hasta nuestros días”, obviamente los días del autor llegaban

<sup>1</sup> REINA, M<sup>a</sup>. Oliva – *Experiencias de educación*, Madrid: Ed. Raifo, 1939, p. 23.

<sup>2</sup> Discurso de la toma de posesión de Felipe Lucena Conde como Rector de la Universidad de Salamanca el 25 de Noviembre de 1968 en LUCENA CONDE, Felipe – *Una etapa rectoral*. Salamanca: Asociación de Antiguos Alumnos de la Universidad, 1974.

<sup>3</sup> VILLAR Y MACIAS, Manuel – *Historia de Salamanca*. Salamanca: Librería Cervantes, 1973.

hasta finales del S. XIX, con lo que, pese a ser una obra de obligada cita, no abarca el periodo cronológico al que nos dedicamos.

Significativamente Ricardo Robledo titulaba su intervención en el I Congreso de Historia de Salamanca, cuyas Actas fueron publicadas en 1989, como “Salamanca en la Historia Contemporánea ¿una desierto historiográfico?”<sup>4</sup>, donde señalaba la existencia de artículos sobre temas puntuales relativos a la capital charra pero la falta de un libro o manual que respaldara las posibles hipótesis planteadas pese a que, como él mismo apuntaba, tanto la capital como la provincia no presentaban características especiales a la propia dinámica general de la época.

Este déficit historiográfico se hace especialmente evidente para el periodo en el que centramos nuestro estudio, carecemos de un estudio de conjunto sobre la realidad salmantina durante el periodo de la dictadura franquista. En las Actas anteriormente mencionadas, Josefina Cuesta, M.<sup>a</sup> Paz Corredera y Asunción Sáez nos acercan al fondo del Gobierno Civil del Archivo Histórico Provincial y proponen la metodología a seguir para realizar una Historia de Salamanca del S. XX<sup>5</sup>, aunque centran su atención en unos años previos a los que en estos momentos nos interesan. Salvo el citado artículo y el de Javier García Martín<sup>6</sup>, centrado en las implicaciones políticas de la Iglesia salmantina, no aparece en la obra a la que aludimos, ninguna otra referencia a la Salamanca franquista.

En 1996 aparecía una obra conjunta de José Antonio Bonilla, José María Hernández Díez y José Luis Martín Martín<sup>7</sup> de carácter divulgativo que

<sup>4</sup> ROBLEDOS, Ricardo – Salamanca en la Historia Contemporánea ¿Un desierto historiográfico? en MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis ... et al. – *I Congreso de Historia de Salamanca*. Salamanca: Diputación Provincial, 1992, p. 9-33.

<sup>5</sup> CORREDERA, M.<sup>a</sup> Paz, CUESTA, Josefina y SÁEZ, Asunción – Archivos, fuentes y metodología para la Historia de Salamanca en el Siglo XX. El fondo del Gobierno Civil del Archivo Histórico Provincial en MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis ... et al. – *I Congreso de Historia de Salamanca ...*, cit., p. 121-134.

<sup>6</sup> GARCÍA MARTÍN, Javier – Implicaciones políticas de la iglesia salmantina en el primer franquismo 1936-1942. Aproximación al tema en MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis ... et al. – *I Congreso de Historia de Salamanca ...*, cit., p. 255-263. Centrado en los mismos años de estudio se encuentra el artículo de LOSADA BUENO, Luis – Las misiones rurales salmantinas: modelo de recristianización. 1936-1942 en MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis ... et al. – *I Congreso de Historia de Salamanca ...*, cit., p. 247-253.

<sup>7</sup> BONILLA, José Antonio, HERNÁNDEZ DÍEZ, José María y MARTÍN MARTÍN, José Luis – *Historia de Salamanca*. Salamanca: Grupo Promotor Salmantino, 1996.

precedía a la que se ha convertido en la obra de indiscutible referencia para el estudio de la capital charra, dirigida por José Luis Martín<sup>8</sup> y publicada por el Centro de Estudios Salmantinos coordinando el tomo dedicado al S. XX Ricardo Robledo<sup>9</sup>.

Coincidiendo con la elaboración de este artículo aparecía, publicado mediante fascículos semanales, un volumen titulado *El Siglo XX en Salamanca* realizado por varios profesores de la Facultad de Geografía e Historia que se centran en tres grandes temas a lo largo del Siglo: la política, las tendencias económicas y sociales, la cultura y el arte<sup>10</sup>, donde, sin duda, encontraremos interesantes referencias al periodo aludido.

Sin embargo, estas obras de carácter general, a las que nos hemos referido, no ofrecen un análisis sobre las relaciones de género en la Salamanca franquista y, salvo referencias puntuales desconocemos de forma detallada las formas de vida de las salmantinas que, como el resto de las españolas, no dejaban de estar sometidas a la legislación y parámetros oficiales. Tampoco destacan los estudios específicos sobre ellas. Dolores Pérez-Lucas Alba<sup>11</sup>, no hace muchos años, trataba de visibilizar a una serie de salmantinas que han destacado en diversas actividades desde ganaderas, artistas, deportistas, políticas o académicas. Alguna de ellas si pasó por las aulas universitarias en los años en los que nos centramos aunque no es objeto del libro detenerse en ese momento de sus vidas.

Un repaso de los números publicados por la Revista de la Diputación Provincial ofrece el mismo árido panorama<sup>12</sup>. Especialmente llama la

<sup>8</sup> MARTÍN MARTÍN, José Luis (dir.) – *Historia de Salamanca*. Salamanca: Centro de Estudios Salmantinos, 2001.

<sup>9</sup> En este tomo los años de la dictadura fueron trabajados por: CABO ALONSO, Ángel – Tiempos de escasez, economía y población en la posguerra en MARTÍN MARTÍN, José Luis (dir.) – *Historia de ...* cit., p. 395-465. FRANCIA, Ignacio – Perfiles salmantinos. 1950-1977 en MARTÍN MARTÍN, José Luis (dir.) – *Historia de ...* cit., p. 465- 555.

<sup>10</sup> ESTEBAN DE VEGA, Mariano, REDERO SAN ROMÁN, Manuel, DE LUIS MARTÍN, Francisco y BRASAS EGIDO, José Carlos – *El Siglo XX en Salamanca*. Salamanca: La Gaceta. 2010.

<sup>11</sup> PÉREZ-LUCAS ALBA, M<sup>a</sup>. Dolores – *Mujeres singulares salmantinas. S. XX-XXI*. Salamanca: Amarú, 2004.

<sup>12</sup> Encontramos un artículo dedicado al movimiento feminista salmantino aunque en una época posterior a la que en este trabajo nos centramos. DIAZ BALDA, M<sup>a</sup>. Antonia – El movimiento feminista en Salamanca después de la muerte de Franco en *Revista de Estudios Salmantinos*. 48 (2002) 243-286.

atención la ausencia de artículos relativos a las salmantinas en destacados monográficos de dicha Revista como el publicado en 1995<sup>13</sup> dedicado a salmantinos ilustres y en el que no aparece ninguna mujer, o el publicado en el año 2001 que hacía balance del S. XX<sup>14</sup>, denominado por algunos autores como el siglo de las mujeres.

La prensa local, que precisaría de un estudio específico relativo a esta cuestión, no nos informa sobre la vida, las costumbres y los hábitos diarios de las salmantinas. Presenta, especialmente a principios del Régimen, una línea de información propagandista que publicita las actividades de las organizaciones de mujeres oficiales tanto Sección Femenina como Acción Católica<sup>15</sup> a las que acudirían, sin duda, una aparte de las salmantinas.

Estas actividades, sin embargo, no colmarían las inquietudes de la totalidad de las mujeres de la ciudad y la provincia. El estudio de las estudiantes de la Universidad de Salamanca nos permitirá visibilizar un modelo de mujer que, por uno u otro motivo, rompía con el prototipo establecido y pese a que, obviamente, las mujeres aquí estudiadas no serán únicamente salmantinas, sí desarrollarán una parte importante de sus vidas en la ciudad, cuando no se ubiquen definitivamente en ella.

Sabemos que la dictadura franquista no era el momento más propicio para que la mujer accediera a la Universidad, especialmente durante los primeros años. Socializadas por un Sistema que consideraba que la vida de las mujeres debía reducirse al ámbito privado y segregadas por las necesidades económicas familiares que primaban la educación de los hijos varones, las tasas de mujeres en el mundo educativo disminuían a media que se ascendía en la escala formativa. A pesar de ello, las aulas de la Universidad

---

<sup>13</sup> Monográfico – Salmantinos para la memoria en *Revista de Estudios Salmantinos*. 33-34 (1995).

<sup>14</sup> Monográfico – Salamanca 2000. Revisión de un Siglo y perspectivas de futuro en *Revista de Estudios Salmantinos*. 45 (2001).

<sup>15</sup> En la prensa aparecen convocatorias de ejercicios espirituales difusión de información relativa a misas y procesiones. Llama la atención que la información de mujeres con nombres y apellidos en dos momentos muy puntuales de sus vidas en el momento de la muerte, aparecen las esquelas de las mujeres y en el momento de su petición de mano, en la sección de los ecos de sociedad. Momentos sin duda de gran trascendencia, dentro de un Régimen donde el catolicismo era mucho más que una religión y donde el rol asignado a las mujeres, como todos sabemos, era el de esposa y madre.

salmantina cuentan con alumnas desde principios del Régimen, aunque carecíamos de estudios pormenorizados sobre ellas.

En general, los estudios relativos a la Historia de la Universidad de Salamanca en la época contemporánea resultan escasos en relación a los concernientes a otras etapas históricas<sup>16</sup>. Disponemos, sin embargo, de varios capítulos dedicados a los siglos XIX y XX en las obras generales dedicadas a la Institución como la dirigida por el profesor Manuel Fernández Álvarez en 1989<sup>17</sup>, aunque ambos siglos aparecen estudiados conjuntamente<sup>18</sup>. Algo similar ocurre en la obra de Águeda Rodríguez Cruz<sup>19</sup> donde se dedican poco más de 10 páginas a la Universidad en el S. XX.

Coincidiendo con la Capitalidad Cultural Salmantina en el año 2002 el Centro Alfonso IX coordinó, por encargo del entonces Rector de la Universidad Ignacio Berdugo, una *Historia de la Universidad de Salamanca*<sup>20</sup> que consta de cuatro tomos destacando para nuestro interés los capítulos realizados por los profesores Pérez Delgado y Redero San Román que estudian la evolución de la Institución desde 1936 a 1970 y desde 1970 a 1985 respectivamente<sup>21</sup>.

Ninguna de las obras citadas dedica un solo capítulo al análisis de la situación de la mujer dentro de la Institución. Llama especialmente la atención dicha ausencia en el Capítulo VIII de la obra dirigida por Fernández Álvarez en el que se realiza un exhaustivo estudio de los universitarios

<sup>16</sup> El Centro de Historia Universitaria Alfonso IX, proyectado como un ámbito de estudio e investigación en el marco de la historia y las proyecciones culturales de la Universidad de Salamanca, dispone de una prolífica bibliografía especialmente dedicada a la Edad Moderna siendo menos numerosos los estudios relativos a la Institución en la época Contemporánea.

<sup>17</sup> FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, Manuel (dir) – *La Universidad de Salamanca. Trayectoria histórica y proyecciones*. Salamanca: Ediciones Universidad, 1989.

<sup>18</sup> HERNÁNDEZ DÍEZ, José M<sup>a</sup>. – Aspectos sociales. La etapa contemporánea en FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, Manuel (dir) – *La Universidad ... cit.*, p. 319-529.

<sup>19</sup> RODRÍGUEZ CRUZ, Águeda – *Historia de la Universidad de Salamanca*. Madrid: Fundación Ramón Areces, 1990.

<sup>20</sup> POLO RODRÍGUEZ, Juan Luis y RODRÍGUEZ SAN PEDRO, L. E. (coords) – *Historia de la Universidad de Salamanca*. Salamanca: Ediciones Universidad, 2002.

<sup>21</sup> PÉREZ DELGADO, Tomás – Control e intervencionismo 1936-1970 en POLO RODRÍGUEZ, Juan Luis; RODRÍGUEZ SAN PEDRO, Luis Enrique. *Historia de la Universidad...*, cit., p. 313-332. REDERO SAN ROMÁN, Manuel – De la expansión a la autonomía. 1968-1985 en POLO RODRÍGUEZ, Juan Luis; RODRÍGUEZ SAN PEDRO, Luis Enrique. *Historia de la Universidad...*, cit., p. 333-356.

salmantinos a fecha de 1989<sup>22</sup> analizando tanto su evolución y distribución en los centros, desde 1948 hasta el curso hasta 1987-88, como su procedencia geográfica o social (en función de la profesión del padre), los alumnos extranjeros y sus respectivos países de procedencia, etc., pero en ningún momento aparece una diferenciación en función del sexo.

Ya en la *Historia de la Universidad* publicada en 2002 algunos autores denunciaron las carencias señaladas dejando constancia de la necesidad de subsanarlas<sup>23</sup>, algo que me propuse realizar en el marco del Proyecto de Investigación “Historia de las mujeres en Castilla y León. Siglo XX. Para una historia conjunta de hombres y mujeres” Dirigido por Josefina Cuesta Bustillo entre el año 2005 y el 2008, inédito y del que este artículo es un anticipo.

En el año 2009 aparecía un libro sobre el rectorado de Tovar<sup>24</sup> que si introduce la distribución del alumnado en función del sexo por facultades. Sin embargo, su estudio queda reducido a la década de los 50, al ser en estos años en los que se enmarca el gobierno del citado Rector, y solo establece la comparación entre los varones y las mujeres de cada Facultad llegando su autora a conclusiones sobre la presencia de las mujeres en la universidad franquista que podríamos enmarcar en las denominadas hipótesis clásicas, a las que más adelante nos referiremos.

Un análisis de las matriculadas en la Universidad de Salamanca a lo largo de toda la Dictadura nos permitirá ver con más detalle su evolución. Por otro lado, la ampliación de las variables comparativas nos permitirá matizar las hipótesis clásicas para el caso salmantino y comprobar cómo las mujeres en la Universidad de Salamanca no se decantarán de forma mayoritaria hacia Filosofía y Letras hasta finales de la década de los 60 y no desde el principio del Régimen como a simple vista pudiera parecer.

<sup>22</sup> GARCÍA ZARZA, Eugenio – Los universitarios salmantinos hoy, 1989 en FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, Manuel (dir) – *La Universidad ...* cit., p. 557-598.

<sup>23</sup> CUESTA BUSTILLO, Josefina – Fin de Siglo: Modernización y democratización en POLO RODRÍGUEZ, Juan Luis y RODRÍGUEZ SAN PEDRO, L. E. (coords) – *Historia de la Universidad ...*, cit., T. I, p. 357-401. HERNÁNDEZ DÍEZ, José María – Estudiantes de los S. XIX-XX. Aspectos Sociales en POLO RODRÍGUEZ, Juan Luis y RODRÍGUEZ SAN PEDRO, L. E. (coords) – *Historia de la Universidad ...*, cit., T. II, p. 691-704.

<sup>24</sup> RAMOS RUIZ, Isabel – *Profesores, alumnos y saberes en la Universidad de Salamanca en el rectorado de D. Antonio Tovar 1951-1956*. Salamanca: Ediciones Universidad, 2009.

## II Las Estudiantes en la Universidad de Salamanca (1940-1970)

El destacado papel que el Régimen confirió a la Universidad de Salamanca en los primeros momentos<sup>25</sup> hace que cobre relevancia el estudio de las relaciones de género en la misma. El franquismo pretendía una Universidad que estuviera a su servicio, en la que pudiera controlar tanto la producción científica como su difusión y que sirviera para formar a las futuras generaciones en los idearios oficiales. Para lograr dichos objetivos se inspiró en la Universidad salmantina de los siglos XVI y XVII, que procuró restaurar y convertir, en un primer momento, en el prototipo de la nueva Universidad que requería y en el modelo a seguir por los restantes centros. El *Estudio Salmantino* aceptó gustoso dicho ofrecimiento y no escatimará esfuerzos, en los albores del Régimen, para legitimar el nuevo sistema político y para ejercer de embajadora de España ante el mundo a través de sus relaciones con otras universidades. De hecho existe una estrecha relación entre las relaciones exteriores del Régimen y los contactos de la Universidad de Salamanca, éstos últimos dirigidos especialmente hacia Alemania, Italia o Portugal, hasta 1943 y posteriormente sustituidos por relaciones con profesores norteamericanos y anglosajones.

El paso del tiempo posibilitaría que las aulas de la Institución acogieran, en los años 60, a profesores como Tierno Galván<sup>26</sup>, Ruiz Giménez<sup>27</sup> y Tovar<sup>28</sup>, entre otros, figuras de primera línea intelectual y que, en distinto grado, participaron de la preocupación por la readaptación del Régimen y más tarde por su transformación. Dicha inquietud fue trasladada a las aulas donde propiciaron un nuevo clima de debate, crítica e investigación que coadyuvó a regenerar el ambiente universitario.

<sup>25</sup> HERNÁNDEZ DÍAZ, José M<sup>a</sup>. – La Universidad de Salamanca en la posguerra. 1939-1945 en *Aulas y Saberes*. VI Congreso Internacional de Historia de las Universidades Hispánicas. Valencia: Ediciones Universidad, 1999, p. 550.

<sup>26</sup> TIERNO GALVÁN, Enrique – *Cabos sueltos*. Barcelona: Bruguera, 1981. MORODO, Raúl – *Atando cabos: Memorias de un conspirador moderado*. Madrid: Taurus, 2001.

<sup>27</sup> PANDO BALLESTEROS, María de la Paz – *Ruiz-Giménez y Cuadernos para el Diálogo. Historia de una vida y de una Revista*. Salamanca: L.C. Librería Cervantes, 2009.

<sup>28</sup> RUIPÉREZ, Martín – *Dos figuras señeras de la Universidad de Salamanca en el siglo XX: Ramos Loscertales y Tovar*. Salamanca: Asociación de Antiguos Alumnos de la Universidad de Salamanca, 1995.

Las actuaciones del Ministerio de Educación a lo largo del periodo estudiado variaron dependiendo de la ideología de los distintos Ministros, y de los diferentes Rectores<sup>29</sup> por ellos nombrados afines a su pensamiento y proyecto educativo. Sin embargo, la política de género en este campo presentó un modelo rígido y estereotipado que se retroalimentaba para mantener los roles tradicionales adquiriendo un importante papel en la consolidación y mantenimiento del Régimen<sup>30</sup>. A tal fin el Sistema realizó un diseño curricular específico que generó, al menos en la primera mitad del Régimen en todo el país, unos índices de analfabetismo más elevados entre las niñas que entre los niños, un nivel de escolarización femenina más bajo que la masculina en la primera y segunda enseñanzas y una presencia casi nula del sexo femenino en la enseñanza profesional y universitaria<sup>31</sup>.

Mediada la dictadura parecía apreciarse una relativa suavización de las diferencias en la enseñanza primaria, que, sin embargo, se mantenían de forma muy evidente todavía según se ascendía de nivel educativo

---

<sup>29</sup> Algunos Rectores han dejado constancia de su perspectiva sobre la Institución y su propio gobierno. MADRUGA JIMÉNEZ, Esteban – *Evocaciones universitarias*. Salamanca: Ediciones Universidad, 1972. BALCELLS GORINA, Alfonso – *La Universidad, sus hombres y la sociedad*. Salamanca: Ediciones Universidad, 1968. LUCENA CONDE, Felipe – *Una etapa rectora l... cit.*,

<sup>30</sup> ACKER, Sandra – *Género y educación. Reflexiones sociológicas sobre las mujeres, enseñanza y el feminismo*. Madrid: Narcea, 1995, p. 58. BORREGUERO, Concha – *Mujer española de la tradición a la modernidad*. Madrid: Tecnos, 1986, p. 72. FOLGUERA CRESPO, Pilar – El franquismo el retorno a la esfera privada, 1939-75 en GARRIDO, Elisa (ed.) – *Historia de las mujeres en España*. Madrid: Síntesis, 1997, p. 534. GALLEGO MÉNDEZ, M<sup>a</sup>. Teresa – *Mujer, falange y franquismo*. Madrid: Taurus, 1983, p. 142. ARROYO, Valentín: Directrices pontificias sobre educación femenina. *Bordon*. 75 (1958). ADON FRUTOS, Pilar – *La formación femenina*. Madrid, 1959. MARÍN, Javier – *La educación de las hijas y mañana mujeres. Almanaque Agenda*. Madrid: Sección Femenina, 1955. ANGULLÓ DÍAZ, M<sup>a</sup>. Carmen – Mujeres para Dios, para la patria y para el hogar (la educación de la mujer en los años 40) en VVAA – *Mujer y educación en España 1986-1975*. VI Coloquio de historia de la Educación; Santiago de Compostela: Ediciones Universidad, 1990. VVAA – *Los estudios sobre la mujer: de la investigación a la docencia*. VIII Jornadas de Investigación Interdisciplinar. Madrid: Instituto Universitario de Estudios de la Mujer, 1991. MARTÍN ECED, Teresa y DEL POZO ANDRÉS, M<sup>a</sup>. del Mar (eds.) – *Las mujeres en la construcción del mundo contemporáneo*. Cuenca: Servicio de Publicaciones de la Diputación, 2002.

<sup>31</sup> VILANOVA RIBAS, Mercedes y MORENO JULIÁ, X. – *Atlas de la evolución del analfabetismo en España de 1887 a 1981*. Madrid: Centro de Publicaciones del Ministerio de Educación y Ciencia, CIDE, 1992, p. 303-325.

siendo muy frecuentes los casos de mujeres que abandonan los estudios una vez terminado el primer ciclo de la enseñanza primaria, a los 10 años, condicionando así su incorporación al mercado laboral, al no disponer de una formación que les permitiera optar a puestos de trabajo especializados y cualificados.

Aquellas que conseguían traspasar el umbral de la enseñanza primaria se incorporaban a un segundo ciclo, que pese a ser un nivel restringido tanto para hombres como para mujeres, ya que presuponía una determinada situación económica familiar, el descenso del número de matriculadas era mayor al de los varones. Pesaba sin duda el rol tradicional asignado a las mujeres.

Dentro de la referida Enseñanza Media se encuadraban, además del Bachillerato, otro tipo de disciplinas laborales y técnicas que con el tiempo darían lugar a estudios universitarios pero que en el momento al que nos referimos todavía no eran considerados como tales. A pesar de ello en Salamanca los Libros de Registro de Matrículas relativos a dicha docencia actualmente se encuentran en el Archivo Intermedio de la Universidad.

Cabe señalar de forma general que la presencia de la mujer tanto en la rama laboral como en la técnica fue escasa, si bien con una leve mayoría en la segunda aunque condicionada por la especialidad. Como es sabido, la rama técnica constaba de cinco especialidades: industrial, agrícola, marítima, comercial y sanitaria, y solamente en las dos últimas participaban mujeres.

Entrando ya en el caso salmantino, (cuyo análisis está basado en el estudio cuantitativo de los Libros de Matrículas de las distintas especialidades entre los cursos 1939-40 y 1969-70) y deteniéndonos, en primer lugar, en los estudios técnicos con presencia de mujeres, nos encontramos que la matrícula femenina en Comercio aumenta numéricamente de forma lenta pero progresiva hasta mediados de la década de los 50, (creciendo de 38 mujeres en el curso 1939-40 hasta 202 en el 1952-53 como muestran los resultados de la suma de la Matrícula Oficial y de la No Oficial en la convocatoria de Junio, la mayoritaria). Sin embargo porcentualmente desde el curso 1950-51 sufre un estancamiento e incluso cierto retroceso. Así la presencia femenina baja de un 27,7% en el último curso académico citado a un 22,9% en el curso 1952-53, casi un 5% en dos cursos

académicos<sup>32</sup>. La evolución de los porcentajes reflejados coincide con los relativos a toda España e incluso a toda Europa y de forma muy especial a Alemania en esta época, momento en el que el sector terciario y más concretamente el comercio está especialmente representado por mujeres<sup>33</sup>.

Durante el Curso 1951-52 cambian los Planes de Estudios de la especialidad de comercio diversificándose ésta en Grado Pericial y Grado Profesional. Del análisis de los Libros de Matrículas se desprende que las estudiantes de Salamanca siguiendo los parámetros nacionales, se matriculan en menor medida en el Grado Profesional que en el Pericial, representando la suma de la Matrícula Oficial y la de la No Oficial en la convocatoria de junio en el curso 1954-55, un total de 26 mujeres en el primer caso y de 85 en el segundo. Para el curso 1971-72 y según los parámetros anteriores supondrían 55 mujeres en el grado pericial y 15 en el profesional<sup>34</sup>. Renunciaban así indirectamente las mujeres a la posibilidad de optar a trabajos con mayor prestigio y por ende, con mayor remuneración económica.

Mayor presencia femenina que la especialidad de comercio registró, en toda España, la rama sanitaria que contaba con las especialidades de Enfermeras y matronas, cursadas ambas casi exclusivamente por mujeres, y la de practicantes, donde había más varones, a pesar de que la sanidad en

<sup>32</sup> Hasta el Curso 1943-44 tanto la Matrícula Oficial como la No Oficial, en todas sus convocatorias, aparecen en Universidad de Salamanca/Archivo Intermedio (Salamanca), Libro 202/1. Desde el curso 1944-45 hasta el curso 1947-48 los datos aparecen en Universidad de Salamanca/Archivo Intermedio (Salamanca), Libro 202/2. Desde el curso 1948-49 hasta el curso 1950-51 los datos aparecen en Universidad de Salamanca/Archivo Intermedio (Salamanca), Libro 202/3. A partir del Curso 1950-51 hasta parte del curso 1953-54 la información aparece en Universidad de Salamanca/Archivo Intermedio (Salamanca), Libro 202/4.

<sup>33</sup> LAGRAVE, Rose-Marie – Una emancipación bajo tutela. Educación y trabajo de las mujeres en el Siglo XX en DUBY, Georges y PERROT, M. – *Historia de las mujeres en occidente. El S. XX*. Madrid: Taurus, 2006, p. 530.

<sup>34</sup> Las Matrículas Oficiales tanto del Grado Pericial como del Grado Profesional desde el curso 1954-55 a 1971-72 aparecen en Universidad de Salamanca/Archivo Intermedio (Salamanca), Libro 203/1. Los datos acerca de las Matrículas de las Convocatorias de Enero, Junio y Septiembre tanto del Grado Pericial como del Grado Profesional, desde el curso 1953-55 al curso 1959-60 aparecen recogidas en Universidad de Salamanca/Archivo Intermedio (Salamanca), Libro 203/2. Las convocatorias correspondientes a los cursos 1960-61 al curso 1971-72 se encuentran en Universidad de Salamanca/Archivo Intermedio (Salamanca), Libro 203/3.

general era un sector absolutamente feminizado, de manera especial en los escalafones inferiores<sup>35</sup>.

En Salamanca el estudio de dicha disciplina destaca por la dispersión de los datos y la ausencia de los mismos para muchos de los años en estudios. Según los Libros de Registro, existe constancia de la matrícula de matronas a partir del curso 1946-47 donde, el 100% de las estudiantes eran mujeres. En lo relativo a los datos de practicantes, en estos mismos años, llama la atención la escasa matrícula general y una baja representación femenina en ellos.

La Ley de 4 de Diciembre de 1953 unificaba los estudios de las profesiones auxiliares sanitarias agrupando todas las especialidades bajo la denominación de Ayudante Técnico Sanitario, A.T.S. En la Universidad de Salamanca la nueva nomenclatura comenzó a aplicarse a partir del curso 1954-55, saliendo la primera promoción en 1957. En el curso 1960-61 las mujeres representaban el 81,8% de los estudiantes para terminar la década siendo el 84,8 del alumnado.

De los datos obtenidos puede concluirse que una mayoría de mujeres llenan las aulas de esta disciplina pues aunque aumenta el número total de matriculados en la misma proporción lo hace el de mujeres inscritas, con lo cual se mantiene un porcentaje superior al 80% a lo largo de toda la década.

Además de la enfermería, otra de las ramas por las que las mujeres podían optar dentro de la educación secundaria, sin romper con el ideario femenino al uso, era el Magisterio primario<sup>36</sup>. Como es sabido, tanto la enseñanza como la sanidad eran de los pocos trabajos que, requiriendo cierta preparación estaban permitidos a la mujer al suponer la prolongación en el espacio público de las funciones asistenciales propiamente femeninas, como el cuidado de niños o enfermos. El predominio de la matrícula femenina respecto a la masculina queda reflejado en el porcentaje de las estudiantes a nivel nacional, que se incrementa del 44,4% en 1940 al 73,4%

<sup>35</sup> ROSADO BRAVO, Mercedes – Las mujeres en los primeros años del Franquismo. Educación, trabajo y salarios (1939-1959) en CUESTA BUSTILLO, Josefina (dir.) *Historia de las mujeres en España. S. XX*. Madrid: Instituto de la Mujer, 2003 p. 40-41.

<sup>36</sup> BARREIRO RODRÍGUEZ, Herminio – Tres mujeres normalistas. Testimonio e interpretación de una experiencia en la Escuela Normal de Pontevedra (1954-1957) en VVAA – *Mujer y educación en España 1986-1975...*, cit, p. 36-41.

diez años después<sup>37</sup>. Mediada dicha década, la de los 50, ya los hombres frecuentarán en mayor medida tales estudios.

En la escuela salmantina la información respecto a esta disciplina es muy dispersa. Los primeros datos de los que disponemos son los correspondientes al curso 1948-49, en el que aparecen 153 mujeres en la Matrícula Oficial, mientras que para los varones el primer Libro de este periodo es el correspondiente al curso 1957-58 en el que aparecen 448 entre Matrícula Oficial y No Oficial (en ese mismo curso las mujeres sumaban 481 entre ambas matrículas). Al estar alumnos y alumnas separados en las aulas sus Registros también se realizaban en libros diferentes<sup>38</sup>.

La coeducación en la Escuela de Magisterio de Salamanca es retomada a partir del curso 1967-68 y desde este momento también disponemos de libros de registro mixtos que nos muestran cómo desciende el porcentaje de mujeres estudiantes de magisterio del 42,4%, en el curso 1967-68, al 34,2%, en el curso 1969-70, probablemente al tener en ese momento ya mayor facilidad para acceder a otros estudios<sup>39</sup>.

A la altura de los 60, en el Bachillerato, a pesar de la escasa afluencia general, la mayoría masculina era clara. Las familias tenían la percepción de que no era necesario dotar a las hijas de unos estudios que suponían “solamente” el paso previo a la Universidad, y que, por tanto, eran totalmente prescindibles para el modelo de mujer propuesto oficialmente y asumido socialmente<sup>40</sup>. El Régimen “simplemente” no favorecerá el acceso de las mujeres a dicho nivel educativo.

---

<sup>37</sup> ROSADO BRAVO, Mercedes – Las mujeres en los primeros años del Franquismo. Educación ..., cit., p. 45.

<sup>38</sup> Libro Matrículas Oficiales de Varones del curso 1958-59 al curso 1968-69 en Universidad de Salamanca/Archivo Intermedio (Salamanca), Libro L 34. Libro Matrículas Oficiales de Mujeres del curso 1959-60 al curso 1968-69 en Universidad de Salamanca/Archivo Intermedio (Salamanca), Libro L 36. Libro de Matrículas No Oficiales de Mujeres del curso 1959-60 al curso 1968-69 en Universidad de Salamanca/Archivo Intermedio (Salamanca), Libro L 39. La Matrícula No Oficial de Mujeres correspondiente al curso 1968-69 está en Universidad de Salamanca/Archivo Intermedio (Salamanca), Libro L 38. El Libro de Matrículas No Oficiales de Varones del curso 1958-59 al curso 1969-70 en Universidad de Salamanca/Archivo Intermedio (Salamanca), Libro L 35.

<sup>39</sup> Libro de Matrícula Oficial Mixto en Universidad de Salamanca/Archivo Intermedio (Salamanca), Libro L40.

<sup>40</sup> Las primeras españolas accedieron a la Universidad en 1868, fecha considerada temprana si la comparamos con otros países, pero desde la Ley de 1880 hasta 1910 se exigió

Por otro lado si el acceso a los estudios medios no estaba al alcance de las posibilidades económicas de una parte importante de la población durante el franquismo, mucho más restringido era el ingreso en la Universidad, donde sólo llegaban unos pocos privilegiados.

Con el paso del tiempo, aumentó progresivamente el número de universitarios, entre los que también empezaron a ser más numerosas las mujeres<sup>41</sup>. Las explicaciones que se han dado a este incremento, de variada índole, van desde el aumento demográfico, a la mejora de la situación económica del país, las nuevas necesidades laborales que España requería a partir de los 60 que podrían indicar que el Régimen se esforzaba en preparar a la mujer para su incorporación al proceso de desarrollo económico (aunque dudamos, como hemos apuntado en otros lugares, que fuera esta su intención última<sup>42</sup>) y, cómo no, la necesidad de mejorar la imagen del país frente al exterior, a la ansiada Europa. Habrá que contemplar además factores de tipo cultural, como la revalorización de la formación universitaria de las mujeres.

En la actualidad dos son sustancialmente las hipótesis acerca de la presencia de las mujeres en la universidad franquista. La hipótesis clásica sostenía, y sigue sosteniendo, que las mujeres tuvieron en dicha universidad presencia muy escasa hasta la última década de la Dictadura, relacionando dicha explicación con el proceso de desarrollo económico, si bien aún entonces, según los partidarios de dicha teoría, las universitarias propendían

---

el permiso expreso de las autoridades académicas para el acceso femenino. Fue a partir de esta última fecha cuando las mujeres pudieron acceder a la Universidad sin ningún tipo de trabas oficiales. FLECHA GARCÍA, Consuelo – *Las primeras universitarias en España*. Madrid: Narcea, 1996. MAILLARD, M<sup>a</sup>. Luisa – *Asociación española de mujeres universitarias 1920-1990*. Madrid: Instituto de la Mujer, 1990.

<sup>41</sup> ALTED, Alicia – La mujer en las coordenadas educativas del régimen franquista en VVAA – *Literatura y vida cotidiana*. IV Jornadas Interdisciplinares de la Universidad Autónoma de Madrid; Madrid: Universidad Autónoma, 1994. ALBERDI, Inés – La educación de la mujer en España en BORREGUERO, Concha, CATENA, E. GÁNDARA, C. y SALAS, M. (dirs.) – *La mujer española: de la tradición a la modernidad*. Madrid: Teenos, 1986, p. 71.

<sup>42</sup> PANDO BALLESTEROS, M<sup>a</sup>. Paz – Relaciones de género, familia y trabajo en el mesofranquismo. *Faces de Eva*. 5 (2001) 25-52. MARTÍNEZ QUINTEIRO, M<sup>a</sup>. Esther y PANDO BALLESTEROS, M<sup>a</sup>. P. – Las mujeres en el Franquismo (1965-1975): Estructura y roles familiares femeninos en CUESTA BUSTILLO, Josefina (dir.) – *Historia de las mujeres en España...*, cit., p. 138-184.

a decantarse prioritariamente por los estudios de Filosofía y Letras<sup>43</sup>. Frente a este análisis se produjeron otros, en torno al año 2000<sup>44</sup>, que sostenían que la llegada de las mujeres a la Universidad, en un número sustancial, es previa al desarrollo económico del país, que la discriminación de género existente no fue la que dificultó o retrasó el acceso de las mujeres a la Universidad, como se había venido diciendo hasta entonces, sino que fue el carácter elitista y jerarquizado de la institución el que retrasó la llegada de las y los estudiantes económicamente más desfavorecidas a la educación superior, pero no de aquellas/os con recursos. No hablaríamos, por tanto, de una discriminación de género sino de una discriminación social.

Santesmases, autora de la hipótesis, insiste además en que el aumento de universitarias a nivel nacional fue parejo a una redistribución de las estudiantes en carreras hasta entonces con mayoría masculina, como Medicina, Derecho o Ciencias Experimentales, es decir, según ella, las mujeres estaban accediendo en número igualmente creciente a todas las carreras y especialidades. Esta idea es reafirmada por Carmen Magallón “realmente, según ella, estaban entrando paulatinamente en áreas científicas como médicas, farmacéuticas”, etc., aunque todavía no habían conseguido la equiparación entre ciencias y letras, para la que habría que esperar hasta el final de la década<sup>45</sup>.

Siendo numerosas las autoras que reivindican el importante papel desempeñado por la mujer en la ciencia a lo largo de la historia<sup>46</sup>, cabe,

---

<sup>43</sup> ANGULLÓ DÍAZ, M<sup>a</sup>. Carmen – Mujeres para Dios, para la patria y para el hogar ..., cit., p. 24.

<sup>44</sup> SANTESMASES, M<sup>a</sup>. Jesús – *Mujeres científicas en España (1940-1970): profesionalización y modernización social*. Madrid: Instituto de la Mujer, 2000.

<sup>45</sup> MAGALLÓN, Carmen – *Pioneras españolas en las ciencias. Las mujeres del Instituto Nacional de Física y Química*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1998, p. 97. SANTESAMASES, M<sup>a</sup>. Jesús – *Mujeres científicas...*, cit., p. 80.

<sup>46</sup> CLARAMUNT VALLESPÍ, Rosa, PORTELA PEÑAS, Isabel y CLARAMUNT VALLESPÍ, Teresa – *Las mujeres en las ciencias experimentales*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2002. CRIZ RODRÍGUEZ, Marina y RUIZ HIGUERAS, Luisa – *Mujer y Ciencia*. Jaén: Ediciones Universidad, 1999. GARCÍA DE CORTAZAR, M<sup>a</sup>. Luisa – *Mujeres y hombres en la ciencia española. Una investigación empírica*. Madrid: Instituto de la Mujer, 2006. CASADO RUIZ, M<sup>a</sup>. José – *Las damas del laboratorio. Mujeres científicas en la Historia*. Barcelona: Debate, 2000. BARRAL MORÁN, M<sup>a</sup>. José, MAGALLÓN, Carmen, MIQUEO, Consuelo y SÁNCHEZ, Dolores – *Interacciones ciencia y género*. Barcelona: Icaria, 1999. PÉREZ SEDEÑO, Eulalia (ed.). Monográfico Mujer y

no obstante, preguntarse hasta qué punto la matrícula femenina en carreras de ciencias en los años de la dictadura franquista responde a una decidida voluntad de las estudiantes de romper con los estereotipos sociales de la época, o si por el contrario suponían la continuidad de una tradición que relaciona a las mujeres con la naturaleza, desde tiempos inmemoriales, como fuente de alimento, de curación, de obtención de materiales para la construcción de viviendas, tejidos, perfumes, el estudio de los alimentos que intervienen en el proceso de elaboración de las dietas, etc.

Los datos referidos a las cuatro grandes disciplinas universitarias en la Universidad de Salamanca: Filosofía y Letras, Ciencias, Medicina y Derecho, nos permitirán comprobar si se cumplen las hipótesis interpretativas realizadas a escala nacional.

Los resultados obtenidos del análisis de las Memorias de la Universidad<sup>47</sup>, fuente empleada para el estudio del alumnado en las carreras universitarias de Salamanca, nos indican cómo el número de matriculadas en la Universidad aumenta progresivamente desde el curso 1940-41 hasta el curso 1969-70, empezando el crecimiento a ser más evidente a partir de la década de los 50 (entre 1950 y 1960 el porcentaje de alumnas examinadas pasó del 10 al 17%). Dicho incremento resulta muy evidente a partir de los años 60 cuando

---

Ciencia en *Arbor*. *Ciencia, pensamiento y cultura*. 565 (1993). ORTIZ GÓMEZ, Teresa y BECERRA CONDE, Gloria (eds.) – *Mujeres de Ciencias*. Granada: Ediciones Universidad, 1996. ORTIZ GÓMEZ, Teresa. *Las mujeres y la actividad científica en los siglos XIX-XX. En femenino plural*. Córdoba: Diputación Provincial, 1999.

<sup>47</sup> Los Libros de Registro de Matrícula, fuente utilizada para el estudio de la matrícula en Comercio, Enfermería y Magisterio, nos resultan insuficientes ahora al haber desaparecido los Libros correspondientes a la Facultad de Derecho. Ante esta situación optamos por acudir a la información ofrecida por las Memorias de la Universidad, pese a los hándicaps que el uso de dicha fuente implica pues la información que proporciona respecto al alumnado es muy general al menos durante las primeras décadas de la Dictadura.

Desde el curso 1940-1941 la información relativa al número de inscripciones no aparece diferencia por sexos. Esta diferenciación sólo aparece en cuanto al número de alumnos/as examinados/as. Sin embargo, éste como es obvio, no tiene por qué coincidir con el número de matriculados/as con lo que no disponemos, a través esta fuente, del número exacto de estudiantes de la Universidad de Salamanca, aunque podemos hacernos una idea aproximada.

A partir del curso 1960-1961 las Memorias empiezan a recoger ya el número de matriculados varones y mujeres tanto en la enseñanza Oficial como en la No Oficial. Pero hay que señalar que la información que proporcionan no coincide, en las especialidades comparables, con los datos obtenidos del análisis de los Libros de Matrícula, lo que nos puede dar idea de lo aproximativo de las cifras con las que trabajamos.

se pasa del 20 al 40% del alumnado coincidiendo con un incremento menos rápido e incluso un decrecimiento de varones matriculados. Pese a ello las mujeres sólo representan el 40% del total de los matriculados del curso 1969-70, todo lo cual confirmaría la hipótesis clásica<sup>48</sup>.

Si atendemos al estudio de las mujeres en cada Facultad respecto al total de alumnos de la respectiva especialidad, observaremos que en el curso 1940-41 el porcentaje mayor de mujeres se encuentra en la Facultad de Filosofía y Letras (47, 6%) pese a que en números absolutos hay más mujeres matriculadas en la Facultad de Ciencias, 87 frente a 62 de Filosofía y Letras<sup>49</sup>, mayoría que se mantiene hasta el curso 1952-53 en el que aparecen 174 matriculadas en Ciencias frente a las 128 de Filosofía y Letras, destacada variante que no aparece señalada por Ramos Ruiz que considera pocas las alumnas que eligen esta carrera<sup>50</sup>.

En el curso 1960-61 el porcentaje de alumnas es prácticamente testimonial en Facultades como Medicina y Derecho representando las mujeres en la primera disciplina el 7,9% del alumnado mientras que en el área jurídica tan sólo el 6,3% del mismo<sup>51</sup>. El final de la década no arroja resultados mucho más favorables protagonizando las estudiantes de medicina el 26% del total de dicha disciplina y las de derecho el 18,3%<sup>52</sup>.

Si realizamos los cálculos de la presencia de mujeres por disciplinas sobre el total del alumnado universitario, los porcentajes de universitarias en Salamanca se reducen aún más, aunque se mantiene visible la superioridad de las mujeres en la Facultad de Ciencias sobre las de la Facultad de Letras en los primeros años del Régimen. En el curso 1940-41 las científicas representan el 4,7% del total de los estudiantes universitarios seguidas por las estudiantes de Filosofía y Letras que representan el 3,3%. A mucha distancia

<sup>48</sup> Universidad de Salamanca/Archivo Intermedio (Salamanca), Memorias de la Universidad de Salamanca, curso 1969-70, Revista 1178/41.

<sup>49</sup> Universidad de Salamanca/Archivo Intermedio (Salamanca), Memorias de la Universidad de Salamanca, curso 1940-41, Revista 1178/13.

<sup>50</sup> RAMOS RUIZ, Isabel – *Profesores, alumnos y saberes ... cit.*, p. 177.

<sup>51</sup> Universidad de Salamanca/Archivo Intermedio (Salamanca), Memorias de la Universidad de Salamanca, curso 1960-61, Revista 1178/33.

<sup>52</sup> Universidad de Salamanca/Archivo Intermedio (Salamanca), Memorias de la Universidad de Salamanca, curso 1969-70, Revista 1178/41.

de ellas se encontraban las de medicina que suponían 1,4% del alumnado universitario y las de derecho que no eran más que el 0,7%<sup>53</sup>.

Sin embargo, si alteramos las variables comparativas nos encontraremos con resultados dispares. Si calculamos la presencia femenina sobre el total de mujeres universitarias en el *Estudio Salmantino*, observaremos cómo las estudiantes se diversifican entre las distintas Facultades representando las mujeres examinadas en la Facultad de Ciencias en el curso 1947-1948 el 57,5% del total de las examinadas en toda la Universidad<sup>54</sup> y hasta el curso 1967-1968 las matriculadas en la Facultad de Filosofía y Letras no llegarán a ser más de la mitad de las estudiantes aunque con un porcentaje muy ajustado, 51%<sup>55</sup>.

Esto es, que contra lo que se venía diciendo, al menos en la Universidad de Salamanca, fue en el tardofranquismo y no a la inversa cuando las mujeres optaron prioritariamente por Filosofía y Letras. Ajustándonos al caso de la Institución salmantina la hipótesis de Santesmases resulta válida para el primer franquismo pero no para el final de la Dictadura, que confirma, si bien sólo en un inesperado momento, la hipótesis clásica.

---

<sup>53</sup> Universidad de Salamanca/Archivo Intermedio (Salamanca), Memorias de la Universidad de Salamanca, curso 1940-41, Revista 1178/13.

<sup>54</sup> Universidad de Salamanca/Archivo Intermedio (Salamanca), Memorias de la Universidad de Salamanca, curso 1947-48, Revista 1178/20.

<sup>55</sup> Universidad de Salamanca/Archivo Intermedio (Salamanca), Memorias de la Universidad de Salamanca, curso 1967-68, Revista 1178/39.

# Imagens da Europa no jornal *A Bola*: entre o isolamento do Estado Novo e a abertura europeia

João Pedro Cotrim

Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos  
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra  
jpcotrim@netc.pt

Texto recebido em/ Text submitted on: 08/10/2010

Texto aprovado em/ Text approved on: 31/07/2011

## *Resumo/Abstract:*

A imprensa periódica desportiva, um caso de sucesso comercial em Portugal, é ainda um objecto estranho enquanto fonte de saber histórico, algo que não sucede noutras ciências. O seu papel social é subvalorizado, ou mesmo ignorado, apesar das suas tiragens superiores a todos os outros jornais e decorrente acesso a um público mais alargado. Este artigo começa por fazer uma defesa desta fonte, avaliando o seu papel na investigação histórica em comparação com a realizada noutras áreas do saber. Segue-se um exemplo de estudo com base na imprensa desportiva sobre assuntos para além do desporto – neste caso, uma amostra de textos do jornal *A Bola* publicados no período entre 1945 e 1986, onde é analisado o discurso produzido sobre alguns países europeus, tal como presenciadas pelos repórteres do jornal nas suas deslocações fora de Portugal (em acompanhamento dos clubes e da Seleção Nacional de futebol) em períodos distintos, com e sem a presença de mecanismos de censura.

The commercially successful Portuguese sports press is not generally viewed as a source of historical knowledge, while it has been valued in other areas of study. Its social role is underrated, even ignored, despite its circulation numbers being superior to regular newspapers, thus reaching a broader audience. This article begins by making a case for this source, evaluating its role in historical research when compared with other areas of knowledge. It is followed by a case-study featuring the inclusion of non-sports news in the sports press – specifically, a sample of texts from the sports newspaper *A Bola*, published between 1945 and 1986, where we analyse what was said about a few European countries by the newspaper's reporters on their travels abroad (accompanying football clubs and the Portuguese National Football Team) in different periods of time, with and without the presence of a censorship apparatus.

## *Palavras chave/Keywords:*

História do Jornalismo em Portugal; Imprensa Periódica Desportiva; Cultura, Política e Futebol.

History of Journalism in Portugal; Periodical Sports Press; Culture, Politics and Football.

## Introdução

O estudo da relação entre o fenómeno desportivo e os *media* não é, em Portugal, um tema inédito. Vários estudos foram já realizados em diversas áreas do saber, tão diversificadas como a Economia, a Sociologia, a Filosofia e, obviamente, a História. Porém, a maioria das publicações de relevo sobre história do desporto em Portugal carecem de um certo espírito crítico, limitando-se, geralmente, a uma mera descrição cronológica dos acontecimentos. Assim sendo, ficam ainda longe do grau de excelência das análises propostas noutras ciências, como as referidas Economia e Sociologia, para além, claro está, do Jornalismo<sup>1</sup>. A imprensa desportiva é por vezes ignorada quando se faz história do jornalismo em Portugal; mesmo numa obra de renome, como é o caso da de José Tengarrinha, não existe uma única menção à imprensa desportiva portuguesa no período tratado, quando esta, ainda que incipiente, já existia<sup>2</sup>.

Mas as elisões não se ficam pela área da história da imprensa – por exemplo, na grande obra de Alberto Trovão do Rosário sobre o desporto em Portugal<sup>3</sup>, não cabe uma palavra sobre imprensa desportiva. Estas ausências parecem dar razão ao sociólogo João Nuno Coelho, quando afirma que o estudo do jornalismo desportivo em Portugal é insuficiente, talvez por ser encarado como “uma forma de expressão e comunicação

---

<sup>1</sup> Por exemplo: João Nuno Coelho, *Portugal, a equipa de todos nós – nacionalismo, futebol e media* (dissertação de mestrado em Sociologia, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1999); Daniel Murta, *O mercado português dos jornais desportivos* (dissertação de mestrado em Economia Financeira, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1997); Francisco Pinheiro, *A Ideia de Europa na imprensa desportiva portuguesa (1893-1945)* (dissertação de mestrado em Estudos Históricos Europeus, pela Universidade de Évora, 2003); Fernando Vannier dos Santos Borges, *Futebol e globalização: tensões entre modernidade e tradição* (dissertação de mestrado em Comunicação e Jornalismo, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009).

<sup>2</sup> TENGARRINHA, José - *História da imprensa periódica portuguesa*, 2ª ed. revista e aumentada. Lisboa: Caminho, 1989. Nem mesmo no seu vasto “Índice de títulos manuscritos e impressos periódicos ou noticiosos” aparece mencionado qualquer título da imprensa desportiva.

<sup>3</sup> ROSÁRIO, Alberto Trovão do, *O Desporto em Portugal – reflexo e projecto de uma cultura*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

secundária, fazendo parte do universo do «jogo» e não das «coisas sérias»<sup>4</sup>. No entanto, o mesmo afirma a sua “importância e centralidade social pelo peso dos factos: o número de jornais vendidos”<sup>5</sup>. Opinião partilhada por Luís Sobral, que chega a afirmar que “a imprensa especializada em desporto forma um subsector poderoso. Parece possível dividir o mercado em dois: os jornais desportivos e os outros”<sup>6</sup>. Esta realidade parece ter-se vindo a alterar nos últimos tempos, e a recente publicação da tese de doutoramento de Francisco Pinheiro sobre imprensa desportiva em Portugal<sup>7</sup> poderá abrir novas perspectivas de estudo para o futuro.

É geralmente aceite que, de forma directa ou indirecta, a imprensa periódica assume um papel na criação de opinião pública, sendo constantemente objecto de estudos históricos e sociológicos em diversos períodos. Num país como Portugal, em que se atribui muita atenção ao fenómeno desportivo (particularmente ao futebol), as tiragens e vendas de jornais da especialidade apresentam números que obscurecem a restante imprensa<sup>8</sup>, o que suscita uma questão: porque é que a imprensa desportiva não é mais vezes objecto de estudo? Sendo o meio de comunicação mais lido pelos portugueses ao longo do século XX, que já em si lêem pouco, não se deve descurar o papel que pode desempenhar como modelador da opinião pública no nosso país. Isto é especialmente verdade se olharmos para os casos em que este tipo de imprensa alargou o seu campo de interesse e respectiva reprodução noticiosa a assuntos para além do desporto, sejam eles preocupações sociais e políticas ou crónicas de viagem.

Nas próximas páginas, após uma breve nota sobre o jornal *A Bola*, produtor do *corpus* analisado, veremos exemplos de alguns desses artigos, recolhidos após consulta das páginas do jornal entre 1945 e 1986. Não nos propomos aqui analisar qualquer “Ideia de Europa no Jornal *A Bola*” – essa é, aliás, uma noção distante do pensamento dos seus redactores. Trata-se antes

<sup>4</sup> COELHO, João Nuno, *Portugal, a equipa de todos nós – nacionalismo, futebol e media*. Porto: Afrontamento, 2001, p. 56.

<sup>5</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>6</sup> SOBRAL, Luís e MAGALHÃES, Pedro, *Introdução ao jornalismo desportivo*, Lisboa: Cnid, 1999, p. 9.

<sup>7</sup> PINHEIRO, Francisco, *História da Imprensa Desportiva em Portugal*, Porto: Afrontamento, 2011.

<sup>8</sup> Cf. Daniel Murta, *O mercado português dos jornais desportivos*.

de uma recolha e análise de textos em que conta o discurso directo, e não os muitos possíveis metadiscursos (que dariam material para um trabalho muito mais exaustivo) que se poderiam extrair dos diversos artigos<sup>9</sup>. Também não cabe neste estudo fazer uma história do jornal no contexto do Estado Novo, relacionando-o com os mecanismos de censura (interessa-nos mais o que foi dito, e não o que ficou por dizer), embora, em virtude do período temporal a que nos reportamos, seja inevitável fazer algumas alusões à relação do jornal com o regime e o seu lápiz azul.

### 1) Discurso metadesportivo no jornal *A Bola*

Os primeiros periódicos desportivos careciam de algum profissionalismo e, acima de tudo, regularidade e poder de permanência, apesar da sua grande aceitação<sup>10</sup>. Seria preciso esperar até Janeiro de 1945 para, numa sociedade aberta a este tipo de imprensa, surgir o jornal *A Bola*, o primeiro realmente regular e profissional. Muitos outros se lhe seguiram, com maior ou menor sucesso, mas o jornal *A Bola* foi, e continuou a ser, o periódico desportivo de maior difusão, e será a partir dele que faremos este estudo.

O jornal germinou em torno da pessoa de Cândido de Oliveira<sup>11</sup>. A sua paixão pelo desporto e a vocação cronística descoberta em jornais anteriores

<sup>9</sup> Para um exemplo de estudo sobre os metadiscursos na imprensa desportiva, remetemos o leitor para Francisco Pinheiro, *A Europa e Portugal na imprensa desportiva: 1893-1945*. Coimbra: Minerva, 2006.

<sup>10</sup> Apesar de a crónica desportiva estar já presente na imprensa generalista do século XIX, através do relato das mais variadas modalidades amadoras, a imprensa desportiva em Portugal começa verdadeiramente em 1893, pelo ciclismo, com o lançamento de “O Velocipedista”, o jornal do clube do Porto. É o momento de criação de um novo mercado, ao qual se seguirão outras publicações de clubes e independentes. No entanto, a vida cultural aparece também ela em muitas páginas destes incipientes periódicos, fazendo deles mais uma imprensa dedicada ao lazer e não uma imprensa desportiva *per se*. Para um estudo detalhado dos primórdios da imprensa desportiva portuguesa, ver Francisco Pinheiro, *História da Imprensa Desportiva em Portugal*, *cit.*

<sup>11</sup> Cândido Fernandes Plácido de Oliveira (Fronteira, 1896-Estocolmo, 1958). Foi jogador e treinador de futebol e jornalista desportivo. Foi capitão da seleção nacional no primeiro jogo desta, em 1921. Como treinador, foi seleccionador nacional e técnico do Sporting Clube de Portugal, onde ganhou o campeonato nacional. Personagem socialmente activo, a sua posição como sub-inspector dos correios em Santarém permitiu-lhe favorecer o bloco aliado durante a Segunda Guerra Mundial, desviando correio destinado a espiões alemães,

levaram à criação de *A Bola*, ideia na qual foi acompanhado por um companheiro do mundo do futebol, Ribeiro dos Reis<sup>12</sup>. Surgiu depois o apoio financeiro, pelas mãos de Vicente de Melo<sup>13</sup> e Artur Rebelo, administrador do Casino Estoril, formando-se a sociedade RIVIARCO (sigla que incluía os nomes dos seus membros: RIbeiro dos Reis, VIcente de Melo, ARTur Rebelo, e CÂndido de Oliveira). Em 1950, Artur Rebelo viu-se envolvido num processo judicial, sendo que acabou por ser decretado o arrestamento das suas posses, entre as quais constava a sua quota no jornal. Os restantes accionistas resolveram comprar a quota e redistribuí-la pelos redactores. O jornal tornou-se propriedade dos seus autores.

Ao longo da sua história, o jornal foi enriquecido, por um lado como reconhecimento da sua influência, por outro, como estratégia de *marketing*, com crónicas fora do âmbito desportivo, como relatos das viagens ao estrangeiro ou até colunas literárias, além da ocasional rubrica humorística. Tudo isto contribuiu para a expansão e progressivo domínio do jornal *A Bola* no seio da imprensa portuguesa, tanto no seu próprio mercado, como no generalista - segundo Daniel Murta, “a dimensão da liderança de *A Bola* nas suas três primeiras décadas, para além de impossível de quantificar, não é particularmente difícil de explicar, dada a reduzida dimensão do mercado, o comportamento do único rival que permaneceu [o jornal *Record*], os dias ocupados, a expansão solitária para o exterior. Pode dizer-se que *A Bola*, em grande medida, não teve concorrência”<sup>14</sup>.

As edições do jornal procuraram enquadrar nas crónicas algo mais. Propunha-se a inclusão de conteúdos mais diversificados, de forma a

---

reencaminhando-o para mãos inglesas. Denunciado ao governo português pelos Nacional-Socialistas, foi aprisionado no Tarrafal em 1942. Com o final da guerra já no horizonte, e por pressão inglesa, acabou por ser libertado.

<sup>12</sup> António Ribeiro dos Reis (Lisboa, 1896-Lisboa, 1961). Foi jogador de futebol e dirigente do Sport Lisboa e Benfica e jornalista desportivo. Seguiu também a carreira militar, passando à reserva em 1950 com a patente de tenente-coronel.

<sup>13</sup> Vicente de Melo (Mourisca do Vouga, 1897-Lisboa, 1972). Médico de profissão, foi dirigente do Sport Lisboa e Benfica e da Federação Portuguesa de Futebol. Homem próximo do regime salazarista, por mais que uma vez teve que interceder para impedir o fecho do jornal *A Bola*.

<sup>14</sup> in Daniel Murta, *O mercado português dos jornais desportivos*, cit., p. 19.

enriquecer a crónica desportiva e por conseguinte, o jornal<sup>15</sup>. Um desses conteúdos nasceu do crescente internacionalismo do futebol. Rui Silva enaltecia, já em 1974, o seu valor social: “o futebol é hoje como que um embaixador representativo de um povo”<sup>16</sup>.

Durante o período de vigência do Estado Novo, e mesmo no período conturbado que se lhe seguiu até à integração europeia, o desporto era seguido com devoção por parte de um povo português carente de distrações. O acompanhamento feito pela imprensa tomava a forma de diversos artigos que compunham as reportagens elaboradas sobre compromissos do desporto português no estrangeiro. Esses artigos, saídos da pena da elite jornalística que tomava o nome de “enviados especiais”<sup>17</sup>, apareceram sob a forma de crónica de viagem, curiosidades, anedotas, especificidades culturais, ou mesmo reportagens de fundo. Até aqui, nada de novo – segundo Francisco

---

<sup>15</sup> “*A Bola* sempre teve a noção que o desporto não tem que estar num lado e o resto da sociedade noutra. O futebol e o desporto em geral fazem parte da sociedade portuguesa, e *A Bola* lutou muito ao longo dos anos para que isso fosse visível, num período em que Portugal vivia na situação de “orgulhosamente só”. Então, o que acontecia, e eu recordo-me também desse tempo, anos 50 até meados dos anos 70, era que sair de Portugal era um estatuto quase de aventura, de raridade, e que para os jornalistas de *A Bola*, essa raridade poderia criar uma realidade diferente do jornalismo, isto é, quando íamos a Itália, França, a Inglaterra, a Espanha, para não falar de países mais longe de Portugal, o facto de fazermos algumas crónicas de viagem, muitas vezes reveladas naquilo que nós chamávamos o “Hoje jogo eu”, uma das rubricas mais antigas de *A Bola*, nós conseguíamos transmitir para os leitores que eram menos informados e de níveis culturais menos desenvolvidos, que eram uma parte significativa dos leitores de jornais desportivos, mais do que o simples jornalismo do desporto, nomeadamente do futebol. Isso foi feito no futebol por muitos e grandes redactores e jornalistas do futebol, mas também por altura de Jogos Olímpicos ou de Voltas a França, como por exemplo com o Carlos Miranda. Mais tarde, o Carlos Pinhão conseguiu somar a isto um interesse cultural do povo português, e começou a convidar, semanalmente, um escritor de Língua Portuguesa para fazer textos n’*A Bola*, sempre um pouco consciente de que em Portugal lia-se pouco e mal, era um país muito isolado do mundo. Obviamente que havia aqui uma vocação política, mas tinha naturalmente uma vocação comercial, porque nós percebemos que isso ajudou a implantar e a fazer de *A Bola* um jornal provavelmente mais credível e mais desejado no mercado” (Vitor Serpa, em entrevista ao autor, 20 de Abril de 2005).

<sup>16</sup> in Rui Silva, *O valor social do futebol*. Lisboa: Direcção-Geral dos Desportos, 1974, p. 12.

<sup>17</sup> Elite na verdadeira acepção da palavra, uma vez que, durante o Estado Novo, o movimento de repórteres para além das fronteiras do país era controlado através da emissão (ou recusa de emissão) de passaportes. Sobre este assunto ver Graça Franco, *A censura à imprensa: 1820-1974*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1993, p. 109.

Pinheiro, a imprensa desportiva antes da Segunda Guerra Mundial já o fazia<sup>18</sup>.

Contudo, sendo uma actividade lúdica, o desporto viu os seus meios de difusão sofrer um controlo menos apertado pela censura, quando comparados com os tradicionais meios noticiosos generalistas. Esta abertura da Europa ao povo português através de uma imprensa desportiva, que embora controlada pela censura, conseguiu fazer passar mais facilmente diversos conteúdos<sup>19</sup>, revelou-se uma forma de dar a conhecer a um país “orgulhosamente só” os seus vizinhos europeus.

### “Com o futebol aprende-se”

A frase que intitula esta secção é uma criação do jornalista Vítor Santos<sup>20</sup>, frase essa com que baptizava uma série de “caixas” informativas. Nestas caixas, encontravam-se informações relativas aos países visitados pelos desportistas portugueses. Ocupando um lugar em muitas edições do jornal durante o período em que Vítor Santos escreveu, continham as informações básicas relativas a um país ou cidade: símbolos, língua, tamanho, população, localização, breves notas culturais, normalmente acompanhados de uma fotografia do local ou de um mapa. A rubrica “Com o futebol aprende-se” foi a primeira forma declarada de apresentar informação sem relação directa com o desporto, destacada das crónicas que vinham incluindo algumas linhas para estes assuntos, sendo o primeiro de muitos estilos que viriam a compor o rol de informações metadesportivas que *A Bola* transmitia nas suas páginas. No entanto, não deixava de ser uma estratégia básica, uma vez que dava apenas indicações superficiais, recolhidas em enciclopédias ou junto das embaixadas. Semelhantes à rubrica “Com o futebol aprende-se” eram as caixas intituladas “Onde vai [o Benfica,

<sup>18</sup> In Francisco Pinheiro, *A Europa e Portugal na imprensa desportiva...*, cit, p. 178.

<sup>19</sup> “*A Bola* era um jornal muito afectado pela censura, em comparação com os outros jornais desportivos. Com os generalistas, não. Não se pode dizer que fosse mais afectado, antes pelo contrário. Éramos um jornal que conseguia trazer coisas que outros não conseguiam, mas, por exemplo, tínhamos por vezes textos inteiros cortados pela Censura. Nos anos 60 tínhamos dificuldade em, para viagens ao estrangeiro, obter vistos, já que era feito um controle não apenas aos textos mas também às pessoas” (Vítor Serpa, 20/04/2005).

<sup>20</sup> Vítor Gonçalves dos Santos (Alenquer, 1923-Lisboa, 1990). Jornalista desportivo, foi um dos principais redactores de *A Bola*, chegando a chefe de redacção do jornal.

o Sporting, a Selecção, etc.]”, desta feita focando a cidade ou vila em questão (ocasionalmente a região) em vez de apresentar o país.

As rubricas acima descritas tinham um carácter meramente introdutório, saindo normalmente após os sorteios das taças europeias, ou aquando da aproximação dos jogos. O espectro de informação era alargado pela actuação do enviado especial. “O enviado especial é um Deus. Tudo o que o ele enviar é para publicar”, era a posição de Vítor Santos<sup>21</sup>. Este “tudo” incluía os comentários e observações que focavam aspectos não relacionados com o desporto, mas que enriqueciam a crónica: conversas com os locais, o estado político do país, a sua relação com Portugal. Uma das formas habituais do jornalista discorrer sobre estes assuntos, mais afastados da temática desportiva, era a rubrica “Hoje jogo eu”, uma das mais antigas do jornal.

Num dos seus famosos “Com o futebol aprende-se”, talvez o mais alargado, por ocasião de uma visita a Moscovo em 1971, Vítor Santos foca a importância, para o jornal *A Bola*, deste comportamento jornalístico que vai além da crónica desportiva, dizendo mesmo que “faz parte do programa de trabalho dos seus enviados-especiais”<sup>22</sup>. O facto de esta abordagem não estar presente em todas as situações que o justificavam confirma que seria uma actuação aconselhável, e não obrigatória. Há que notar, também, que muitas das deslocações não permitiam uma estadia prolongada, que permitisse uma análise mais detalhada das diversas realidades europeias. Passemos a analisar alguns exemplos.

## 2) Imagens da Europa no jornal *A Bola*

### *Entre a fundação do jornal e as primeiras competições europeias*

Em 1945, altura da fundação do jornal, o mundo do futebol vivia um hiato sem competições ou encontros internacionais. O último Mundial de futebol datava de 1938, e os próprios Jogos Olímpicos não se realizaram durante o período da Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, a UEFA<sup>23</sup>

<sup>21</sup> Vítor Serpa, 20/04/2005.

<sup>22</sup> Vítor Santos, “Com o futebol aprende-se: Moscovo Digest”, in *A Bola*, 21 de Outubro de 1971, p. 4, col. 4.

<sup>23</sup> *Union of European Football Associations*.

viria a ser fundada apenas em 1954, sendo que só em 1955 se iniciariam as competições entre clubes e, em 1960, entre selecções nacionais europeias.

Em 1945, com o final da guerra, os encontros internacionais foram retomados, e com eles o acompanhamento jornalístico. Logo a 7 de Maio de 1945, Portugal e a sua comitiva deslocam-se a La Coruña para o 16º Espanha – Portugal, retribuindo a visita dos espanhóis dois meses antes. Ribeiro dos Reis era o enviado especial d'*A Bola*. Um dos seus artigos começa logo pela maneira como vê a cidade: La Coruña é “tipicamente chic”, uma cidade que tenta rivalizar com a capital, e onde o povo galego passa férias. É por isso apresentada como cidade do gozo e “sala de visitas” para os estrangeiros. Nesta pequena introdução, descreve as relações cordiais de Portugal com Espanha, concluindo que “a simples indicação de La Coruña para a realização deste XVI Espanha – Portugal, revelava, por isso, o desejo que nossos vizinhos tinham por retribuir em bom local todas as atenções que lhe haviam sido dispensadas na sua última visita a Portugal”<sup>24</sup>. Ribeiro dos Reis destaca ainda, como cúmulo das atenções retribuídas pelos galegos aos lusitanos, a inauguração da Praça de Portugal, na mesma cidade. Estas primeiras deslocações, assim como outras, quer da Selecção Nacional quer dos clubes, não terão sido das mais prolíficas no que respeita ao tipo de documento que procuramos, mas servem de ponto de partida para o que se seguirá.

Em Espanha teria origem o protótipo da Taça dos Clubes Campeões Europeus, a Taça Latina, que reunia os campeões de Espanha, Portugal, França e Itália. A competição iniciou-se em Madrid, em Junho de 1949, sobrevivendo até 1957, altura em que foi abandonada devido à concorrência do novo troféu da UEFA. Do acompanhamento jornalístico prestado às suas oito edições, aquelas que eram disputadas em Paris eram as que maior curiosidade suscitavam. Em 1955, por exemplo, encontramos um artigo sobre as excentricidades que se podiam ver na “capital do Mundo”, de entre as quais se destacava uma estrutura de desportos de Inverno (acompanhada de neve verdadeira), montada no centro de Paris em pleno Verão, terminando com um exclamativo “Em Paris tudo é possível”.

<sup>24</sup> Ribeiro dos Reis, *A Bola*, 7 de Maio de 1945, p. 5, col. 1.

As digressões, que os grandes clubes portugueses realizavam normalmente no Verão, eram a maneira mais vulgar de jogar fora do país. Porém, isto nem sempre representava jogar fora do Império, já que muitas destas viagens eram feitas no Ultramar. Contudo, em 1949, o Sporting Clube de Portugal, treinado precisamente por Cândido de Oliveira, fez uma digressão pela Suécia. A estadia no país nórdico, durante duas semanas, permitiu a Cândido de Oliveira realizar uma série de notas com as suas impressões sobre o país e seus habitantes. Daí resultaram dois longos artigos, publicados com dez dias de diferença, a 18 e 28 de Julho de 1949, onde Cândido oferecia uma visão detalhada do país, lamentando não poder fazer melhor por não entender a língua. No primeiro artigo, a título de primeira impressão, destaca a “quase irrealidade” de tal país face aos padrões de vida portugueses:

A todo o momento, na verdade, a Suécia nos oferece aspectos verdadeiramente surpreendentes de ser um país áparte... E nenhum de nós sabe que mais admirar. (...) Se o equilíbrio que se reflete a todo o momento na higiene, na disciplina e na ordem pública; se na quase ausência de polícia em toda a cidade [Estocolmo], se na inexistência do desemprego ou da mendicidade, se no culto pela educação do povo, pela cultura do espírito e do corpo; se na jovialidade e quase infantilidade do povo, que sorri e acarinha os visitantes; se no arqui-civilizado de toda a vida cidadina que não comporta a existência de um mendigo, um papel no chão ou uma mosca no ar! (...) A Suécia parece-nos, nestes primeiros contactos, com a sua capital, um país irreal... Um mero artifício para deslumbrar o visitante de outras paragens... Há em tudo uma nota saliente de civilização. Melhor dizendo: – de educação moral e cívica absolutas<sup>25</sup>.

Desta forma, e ainda através de um detalhado segundo artigo, Cândido dava a conhecer a um dos países mais atrasados e conservadores da Europa aquele que, em 1949, era já um dos mais liberais e avançados. Um país que admirava, e onde, ironicamente, acabaria por falecer, quando acompanhava o Campeonato Mundial de Futebol aí realizado em 1958. Foi um dos

<sup>25</sup> Cândido de Oliveira, *A Bola*, 18 de Julho de 1949, p. 1, col 1.

casos raros neste período, pois antes das competições oficiais da UEFA as deslocações ao estrangeiro por parte dos clubes e da própria selecção portuguesa eram muito esporádicas. A situação viria a alterar-se a partir de 1955, ano que marca o nascimento das competições europeias.

### *Entre o início das competições europeias e o fim do Estado Novo*

O longo período de quase vinte anos entre 1955 e 1974 é, ironicamente, aquele em que, à excepção de casos esporádicos e porventura acidentais (como adiante veremos), produz menos informações detalhadas ou reportagens de fundo. Este aspecto poderá estar relacionado com o intensificar da vigilância do Estado nesses anos, em que a censura redobrou os seus esforços de supervisão dos conteúdos informativos dos mais variados tipos de imprensa. Sobre este período, Aurélio Márcio<sup>26</sup> dirá em 1974 que “já escrevia a pensar nos senhores do lápis azul”<sup>27</sup>; em 1960, por ocasião de uma viagem do Benfica a Budapeste, Carlos Pinhão<sup>28</sup> parece insurgir-se contra a interferência da política, recusando-se a fazer uma crónica de viagem (ou terá sido impedido?), apesar da oportunidade que representava passar a Cortina de Ferro, clamando que “cada vez se tem que lutar mais para que não haja nunca interferências políticas no Desporto”<sup>29</sup>.

Coincidentalmente, ou talvez não, no jornal *A Bola* isto foi particularmente visível após a morte de Cândido de Oliveira em 1958. Nesse ano, ainda foi possível encontrar alguns artigos interessantes, como o de uma estadia de seis dias de Aurélio Márcio em Londres, por ocasião de um Inglaterra-Portugal. Aurélio Márcio relata uma série de episódios, como a estranheza que lhe causou ver tantos canhotos em Londres, algo invulgar em Portugal, onde é “severamente reprimido pelas mamãs portuguesas”<sup>30</sup>, ou a vida nocturna da

<sup>26</sup> Aurélio Márcio (Fafe, 1919 – Lisboa 2010). Jornalista do *Diário Popular* e d'*A Bola*, passou também pela rádio, na Emissora Nacional, na Rádio Renascença e na TSF.

<sup>27</sup> in Aurélio Márcio, *Um repórter na R.D.A.*. Lisboa: Direcção-Geral dos Desportos, 1974.

<sup>28</sup> Carlos Pinhão (Lisboa, 1924 – Lisboa, 1993). Foi um jornalista português, inicialmente no *Diário Popular*. Em 1955 tornou-se redactor de *A Bola*, onde permaneceu até morrer. Teve também uma carreira literária, destacando-se sobretudo na Literatura Infantil.

<sup>29</sup> Carlos Pinhão, “O caso especial de Budapeste”, in *A Bola*, 1960.

<sup>30</sup> Aurélio Márcio, “De uma semana em Londres”, in *A Bola*, 10 de Março de 1958, p. 5, col. 3.

capital do Império Britânico, onde já se faziam anunciar os *Swinging Sixties*. Conta como ainda são encontradas em caves da cidade bombas não detonadas do tempo do *Blitz*<sup>31</sup>, ou como o treino da Seleção Nacional é adiado, devido à requisição do campo para treinar galgos de corrida. Este tipo de artigos assumia um carácter mais anedótico do que de reportagem sobre a sociedade. No entanto, continuavam a aparecer as caixas com as informações básicas dos países, contando por vezes um pouco da sua História. E isto acontecia para qualquer país, fosse ele a vizinha Espanha e a latina Itália, ou a distante Jugoslávia e a suspeita República Democrática Alemã.

Das lições no fabrico de *whisky*, aquando da deslocação do Benfica à Escócia no ano de 1964, à inacessibilidade da língua grega em 1968; da protecção que Pedroto<sup>32</sup> faz aos jogadores do Porto, a fim de os afastar das mini-saias que os perseguem em Cardiff, à lembrança de um Cândido de Oliveira, quando um repórter conta como foi abordado pela polícia por atirar papéis para o imaculado asfalto de Amesterdão; das várias caixas informativas às linhas iniciais e finais de uma crónica, os anos 60 foram marcados por esta sucessão de informações factuais, mas parcas, e acontecimentos de cariz invulgar ou simplesmente humorístico. Embora sendo certo que continuavam, não só a partilhar situações com algum interesse cultural, mas também a agradar a um vasto público, que aumentava desta forma a sua cultura geral sobre os vizinhos europeus, notava-se nestes artigos a falta de apreciações de carácter socio-político de maior fôlego.

Os primeiros anos da década de 70 parecem trazer uma lufada de ar fresco. Em três anos consecutivos, um histórico Vitória de Setúbal leva a três reportagens de interesse. Em 1971, o Vitória desloca-se a Moscovo para defrontar o Spartak local, oportunidade única para uma crónica sobre a União Soviética. Homero Serpa<sup>33</sup>, num “Hoje jogo eu” de 1977, conta que, por essa altura, saíram no jornal peças do enviado especial Vítor Santos,

<sup>31</sup> Os bombardeamentos alemães sobre o Reino Unido (em especial Londres) durante a Segunda Guerra Mundial.

<sup>32</sup> José Maria Pedroto (Lamego, 1928-1985). Jogador e treinador de futebol. Notabilizou-se, entre outros, ao serviço do Futebol Clube do Porto.

<sup>33</sup> Homero Serpa (Lisboa, 1927-Lisboa, 2007). Jornalista português, colaborou em diversas publicações desde *O Mosquito* (jornal infantil) até ao jornal *A Bola*, passando pela *Gazeta do Sul*, *República*, *Diário de Lisboa*, *Diário Popular*, revista *Lisboa Carris* (da qual foi director) e *O Setubalense*.

visando aspectos da sociedade soviética, contendo informações nunca antes publicadas sem ser na imprensa clandestina. Ter-se-á tratado de um engano, uma troca entre os originais e as provas rasuradas pelo lápis azul dos censores, que chegaram apenas depois da saída do jornal. O estado de perplexidade que se seguiu de ambos os lados, bem como a intervenção de Vicente de Melo, levou a que o jornal escapasse apenas com uma multa e um aviso: “para a outra vez, mais cuidadinho”<sup>34</sup>. Um episódio que revela o impacto que o jornal poderia ter na sociedade, mesmo em casos tão acidentais quanto este.

Ultrapassado o Spartak, calha em sorteio ao Vitória de Setúbal uma deslocação a Arad, na Roménia. Coube ao jornalista Carlos Miranda<sup>35</sup> saber um pouco mais sobre esta cidade. Miranda pediu ajuda a uma cidadã romena a frequentar o Curso de Língua e Cultura Portuguesa em Lisboa. Com essa ajuda, fez uma caracterização detalhada da cidade, e do seu papel na sociedade romena como centro industrial<sup>36</sup>.

Na mesma página da reportagem sobre Arad, Carlos Pinhão assina um “Hoje jogo eu”, onde descreve a sensação que sentiu em Londres ao conhecer o *Speaker's Corner*, em Hyde Park, onde qualquer cidadão pode discursar sobre o que lhe apetece, mesmo sobre a actuação do seu governo, desejando a liberdade de expressão inglesa para Portugal, uma afirmação que poderia ter atraído mais problemas para o jornal, tendo em conta o período em que foi escrita.

Finalmente, em 1972, o Vitória desloca-se a Leeds, numa Inglaterra onde se fazia sentir fortemente a crise dos combustíveis. Homero Serpa relata os problemas que afectavam as terras de Sua Majestade: os racionamentos de gasolina ameaçados pelo Governo, o estado de espírito dos ingleses, “interrogando-se sobre o futuro, resmungando, no antipático aproveitamento da deixa, impropérios contra o Mercado Comum, que, segundo muitas opiniões, reduz o nível de vida britânico, em virtude de aumentar o custo

<sup>34</sup> Homero Serpa, “Hoje jogo eu”, in *A Bola*, 29 de Setembro de 1977, p. 9.

<sup>35</sup> Carlos Miranda (1932-2002). Jornalista desportivo, destacou-se na cobertura noticiosa da Volta a Portugal e do Tour de França, em ciclismo, além de ter sido enviado do jornal a vários Jogos Olímpicos. Assumiu a direcção d' *A Bola* em 1975, tendo-se mantido no cargo até 1992.

<sup>36</sup> Carlos Miranda, *A Bola*, 11 de Novembro de 1971, p. 4, col. 2.

da dita.”<sup>37</sup>. Para melhor explicar estas queixas britânicas, revela um pouco do funcionamento do Mercado Comum, dizendo que tira a un\$ para não prejudicar outros, neste caso destruindo o excesso de manteiga britânica, para não interferir nos negócios dos produtores franceses.

Aurélio Márcio, em Março de 74, visita a fábrica da Mercedes-Benz em Estugarda, onde trabalhavam cerca de 1500 portugueses. Mais uma vez, a deixa é aproveitada para fazer a comparação entre as condições de vida na Alemanha e em Portugal. A certa altura, chega a comparar o estado da sociedade portuguesa com “regimes de castas, de diferenças de classes, sem atender à condição humana”, quando um dos trabalhadores lhe diz que a esposa, “em serviço de limpeza, é uma senhora na Alemanha. Em Portugal, é sempre uma criada”<sup>38</sup>.

Alguns dias depois, Carlos Pinhão apresenta Magdeburgo, na República Democrática Alemã, onde o Sporting irá jogar no dia 24 de Abril. Mais uma vez, e perante uma certa passividade da censura, é inserida no artigo, a acompanhar as informações básicas usuais, a autodefinição da RDA: “estado de direito soberano, antifascista e democrático, a sua ordem está baseada na propriedade do povo ou de cooperativas dos principais meios de produção”<sup>39</sup>. A publicação deste tipo de informação, também presente em alguns dos exemplos que viémos apresentando, quebrava as normas a observar pela Direcção de Censura, a qual dizia que se deviam cortar textos que “procurem criar um clima de agitação social (...) nomeadamente através da divulgação das doutrinas marxistas ou de propaganda das actividades comunistas”<sup>40</sup>. Depois do sucedido com os artigos sobre Moscovo, a publicação desta peças poderia ter trazido dissabores ao jornal. Quis o acaso que no dia seguinte, 25 de Abril de 1974, o regime estivesse demasiado ocupado para prestar atenção ao que saía no jornal *A Bola*.

<sup>37</sup> Homero Serpa, *A Bola*, 29 de Novembro de 1973, p. 4, col. 5.

<sup>38</sup> Aurélio Márcio, *A Bola*, 9 de Março de 1974, p. 4, col. 5.

<sup>39</sup> Carlos Pinhão, *A Bola*, 23 de Março de 1974, p. 5, col. 5.

<sup>40</sup> “Normas a observar pela Direcção dos Serviços de Censura”, de 14 de Outubro de 1968. In *A política de informação no regime fascista*. Lisboa: Comissão do Livro Negro sobre o fascismo, 1980, pp. 214-215.

### *Entre o 25 de Abril de 1974 e a adesão à Comunidade Económica Europeia*

*A Bola* foi, no período do Processo Revolucionário em Curso, uma das estruturas criticadas pela nova sociedade nascida após o 25 de Abril. Como principal veículo de uma actividade fortemente ligada ao Estado Novo, o futebol, o jornal viu-se na necessidade de reformular o seu conteúdo e direcção programática, a fim de evitar as críticas e consequente decréscimo de vendas que elas poderiam acarretar. Passou a dar-se maior atenção ao desporto amador, e foram feitas grandes reportagens sobre o estado do desporto noutros países, nomeadamente naqueles anteriormente “repudiados” pelo regime. Vítor Serpa<sup>41</sup> conta como este caminho acabou por ser corrigido, por estar a descaracterizar o jornal: *A Bola* não deveria perder a sua identidade daquela forma. Após 1976 promoveu-se então um regresso ao passado, à intervenção activa na sociedade, mas agora afastada de questões políticas, e incidindo sobre questões de cariz socio-cultural. Renascia o velho hábito de reportar o que se passava na Europa, aproveitando a boleia dos emblemas nacionais.

O golpe de 25 de Abril abriu espaços novos para os artigos de viagem no jornal *A Bola*. Como escape de pressão de um país durante tanto tempo fechado sobre si mesmo, cresceu de um momento para o outro o interesse por tudo o que vinha do estrangeiro. A abertura do regime e o fim da censura permitiram uma maior liberdade ao jornal, e aos seus enviados especiais (agora devidamente encartados) aproveitar as deslocações dos clubes pela Europa e aumentar o fluxo de informação sobre diversos países. Segundo Vítor Serpa, à altura um dos atarefados repórteres, isto fez-se quase até ao absurdo. As deslocações a países do Bloco de Leste, ou a países com regimes anteriormente “desaconselháveis” e “perigosos” aos olhos do regime autoritário, eram das que mais tinta faziam correr<sup>42</sup>.

Poder-se-á dizer que foi para compensar a anterior falta? Talvez. A verdade é que a saída destes artigos teve um aumento exponencial:

<sup>41</sup> Vítor Serpa (Lisboa, 1951). Jornalista desportivo, começou pelo *Diário Popular*, onde esteve até 1974, ano em que passou para o jornal *A Bola*, como redactor. Em 1992 passou a director, cargo que mantém.

<sup>42</sup> Vítor Serpa, 20/04/2005.

o destaque para aspectos do país ou cidade visada começavam logo após o conhecimento do resultado dos sorteios da UEFA, especialmente quando se tratava de um local mais afastado de Portugal, ou simplesmente invulgar; notas que anteriormente ocupavam apenas algumas linhas no corpo da notícia do jogo, ou uma pequena crónica na edição seguinte, com o retorno do enviado especial, apareciam agora como reportagens autónomas, expandindo-se mesmo por vários números do jornal. Em casos raros, como o de uma visita a uma “misteriosa Albânia” em 1985, estes escritos fizeram parte do jornal por um período superior a duas semanas.

No caso de países mais conhecidos, como o Reino Unido, não se justificava tanto interesse, mas nem por isso se deixou de fazer um acompanhamento da situação em terras britânicas. Logo em Maio de 1974, Jorge Schnitzer<sup>43</sup> apresenta uma Inglaterra que, embora agitada pelas questões da Irlanda do Norte, ainda tem tempo para reagir aos acontecimentos em Portugal: “Um inglês que estava no bar do hotel, mostrou-se muito penalizado: – Fui passar umas férias maravilhosas a Portugal, calma, tranquilidade, um sol maravilhoso, praias de sonho. Agora, com tanques nas ruas...<sup>44</sup>”. A estadia de Mário Soares na capital inglesa, reunido com o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, tendo em vista o fim da guerra, também merece comentários britânicos, que Jorge Schnitzer reproduz: “...é um político muito considerado na Inglaterra. (...) acreditam-no como um homem muito sensato e nada extremista, o que até seria fácil de acontecer numa pessoa que está fora do seu país e portanto pode ser muito avançado nas ideias que exprime, pelo menos quando postas em relação com os seus compatriotas que não podem exprimi-las por causa da censura”<sup>45</sup>. E mais uma vez, é encontrado um português, neste caso uma empregada de hotel, que estaria ansiosa por voltar a Portugal se os ordenados fossem aumentados, queixando-se que em Inglaterra se ganhava bem, mas que se gastava tudo: “aqui, não se leva uma vida como nós, os latinos, gostamos de fazer”<sup>46</sup>.

<sup>43</sup> Jorge Schnitzer (Lisboa, 1945). Jornalista desportivo. Em meados da década de 1990 foi editor de desporto do canal privado de televisão, SIC.

<sup>44</sup> Jorge Schnitzer, *A Bola*, 25 de Maio de 1974, p. 4, col. 4.

<sup>45</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>46</sup> *Idem, ibidem*.

Em 10 de Outubro do mesmo ano, após um sorteio que colocou o Futebol Clube do Porto na rota de Nápoles, a cidade é apresentada como solarenga e pitoresca, cheia de História e opulência. Quatorze dias depois, a notícia é bem diferente. O solarengo deu lugar ao chuvoso. A alegria deu lugar ao caos, com greves de trabalhadores reprimidas brutalmente por uma polícia “ao melhor estilo da velha polícia de choque portuguesa”<sup>47</sup>, debaixo de intenso temporal. No seguimento, um engarrafamento de trânsito: “caos total, mais pitoresco pela histeria tradicional dos napolitanos: gestos, palavrões, imprecações, inversões de marcha, tudo arrepiantemente neo-realista”<sup>48</sup>. Mesmo num local usualmente mais conhecido dos portugueses, como Itália, há sempre lugar para dar a conhecer algo novo: “Nápoles com luz, sol, alegria, toda a gente conhece. Nápoles debaixo de temporal é só para requintados, como nós, acompanhantes do F. C. Porto”<sup>49</sup>.

Saltando até 1977, encontramos novamente a Itália. A situação política em Itália é muito seguida pelos jornalistas de *A Bola*. Num “Hoje jogo eu”, Carlos Pinhão afirma que “o italiano é o tipo mais parecido conosco (...) Bem mais que o espanhol, que vive mesmo aqui ao lado. Sempre tive essa ideia, e agora mais, porque entretanto outros pontos de contacto surgiram”<sup>50</sup>. Falava da imprensa de esquerda, na altura comum nos dois países. Porém, alguns dias antes, Jorge Schnitzer revelava as dúvidas de alguns italianos face a esta “esquerda”: “Uma jovem italiana que, aqui há anos, me dizia as últimas maravilhas do eurocomunista Berlinguer<sup>51</sup> (...) confessava-se agora muito céptica (...) E dava-me esta definição de euro-comunismo que eu acho que é uma delícia de definição e que não ofende ninguém (nem dos que são, nem dos que não são). – Para mim, é um «cavalo de Tróia». Não sei é em relação a quem: se ao «euro», se ao resto da palavra”<sup>52</sup>.

<sup>47</sup> Vítor Santos, *A Bola*, 24 de Outubro de 1974, p. 4, col. 1.

<sup>48</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>49</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>50</sup> Carlos Pinhão, “Hoje jogo eu”, in *A Bola*, 13 de Outubro de 1977, p. 4.

<sup>51</sup> Enrico Berlinguer (Sassari, 1922-Pádua, 1984). Político italiano, foi líder do Partido Comunista Italiano desde 1972 até à sua morte, em 1984. Foi um dos principais apoiantes da teoria do Eurocomunismo, uma ideologia em voga nos anos 70 e 80 do século XX, que pressupunha uma adaptação do comunismo às realidades da Europa Ocidental, afastando-se do modelo soviético.

<sup>52</sup> Jorge Schnitzer, “Hoje jogo eu”, in *A Bola*, 1 de Outubro de 1977, p. 6.

Novos tempos em que os cronistas d'*A Bola* podiam fazer comentários políticos livremente.

Em Novembro do mesmo ano, por ocasião de um jogo do Benfica para a Taça dos Campeões, Vítor Serpa faz uma reportagem sobre a sociedade dinamarquesa, denunciando os casos de prostituição infantil e de homossexualidade que grassam naquele país, onde “aos catorze anos (...) mulher e homem são por lei considerados maiores, e, como tal, podem fazer a vida na mais completa independência. (...) Terra do amor livre, do amor puro, do amor fácil, é hoje terra de grandes e graves problemas no campo da sexualidade”<sup>53</sup>.

Os anos 80 parecem mais moderados após o êxtase inicial pós-25 de Abril. Continuam as reportagens sobre o estrangeiro, mas já nem tudo parece tão idílico como na altura do regime. Carlos Pinhão aparece agora muito crítico dos hábitos estrangeiros, especialmente da Europa desenvolvida, tentando enaltecer Portugal sempre que possível, como em dois “Hoje jogo eu” de 1983, sobre a Escócia, nos quais, no seu tom sarcástico, parece afirmar que, contra a sofisticação britânica, fica bem a simplicidade portuguesa:

Quando a equipa do Sporting chegou ao hotel (...) tinha à sua porta, um escocês vestido a rigor (...) o homem tocava com gana, deve ser norma da casa receber assim os hóspedes ilustres. (...) Bonito, sim senhor. No entanto, espectáculo do género, já tínhamos visto melhor e nem foi preciso sair de Lisboa, bastou-nos ir ao Parque Mayer<sup>54</sup>.

Repórter teve entrada no Jardim Botânico de Glasgow (digamos JBG), porque a entrada só é proibida a cães e a crianças com menos de dez anos, de onde se conclui que só aos dez anos uma criança fica acima de cão, é proverbial o carinho que os ingleses dedicam aos cães. (...) Evidentemente, na minha qualidade de lisboeta bairrista, não me conformei e perguntei ao guarda do JBG: (...) – “Mangericous

<sup>53</sup> Vítor Serpa, *A Bola*, 3 de Novembro de 1977, p. 6, col. 1.

<sup>54</sup> Carlos Pinhão, “Hoje jogo eu”, in *A Bola*, 3 de Novembro de 1983, p. 4.

alfacinatus”? – Não entendo! – disse ele em inglês. (...) Não insisti, já tinha percebido que manjericos não havia, não nos ligam nenhuma<sup>55</sup>.

Em visitas a locais como Irlanda, Irlanda do Norte, Córsega ou País Basco, os jornalistas de *A Bola* tiveram várias vezes a preocupação de ir além do conteúdo turístico, e pesquisar sobre a sua História e a sua cultura, a fim de melhor dar a entender os problemas de terrorismo que os assolavam e o porquê das suas reinvindicações, sem, no entanto, tomar qualquer posição que não a de observador imparcial. Quanto ao resto, mantiveram-se as estratégias comuns até ao fim deste período: introdução ao país ou cidade; um pouco mais de pesquisa e destaque caso fosse um local invulgar; uma conversa com o inevitável emigrante; e uma crónica final com as impressões de cada repórter, positivas ou negativas. Da grande metrópole de Amesterdão à escondida vila austríaca de Vöcklabruck, foi assim, neste período, a investigação metadesportiva do jornal *A Bola*.

### Conclusões

Neste pequeno artigo propusemo-nos avaliar como a imprensa desportiva pode desempenhar um serviço de transmissão cultural para além do seu conteúdo especializado. Trata-se de uma função que continua subvalorizada e pouco estudada, tendo em conta a sua importância: estamos perante um tipo de imprensa que vem dominando as vendas de jornais no nosso país. Como exemplo dessa transmissão cultural, vimos como o jornal *A Bola* divulgou conteúdos informativos sobre a Europa, uma situação que não se deve descurar, em função do vasto público que esse jornal abrangeu desde a sua fundação em 1945, que levou João Nuno Coelho a chamar-lhe “o maior veículo escrito de língua portuguesa no mundo”<sup>56</sup>. Mas este jornal não foi caso isolado, e muitos outros exemplos poderão ser encontrados noutros títulos da imprensa desportiva da última centena de anos, à espera que os

<sup>55</sup> Carlos Pinhão, “Hoje joga eu”, in *A Bola*, 5 de Novembro de 1983, p. 8.

<sup>56</sup> João Nuno Coelho, *Portugal, a equipa de todos nós...*, cit., pág. 82.

historiadores lhes comecem a prestar mais atenção enquanto fontes para os mais diversos estudos.

Aqui, neste estudo, procurámos mostrar como um jornal aparentemente afastado de questões socio-políticas conseguiu movimentar-se por entre as frinchas de aparelhos controladores e transmitir a um público alargado certos conteúdos que não eram disponibilizados por outros meios de comunicação. Contudo, esta informação era dispersa e anedótica. Não seguia nenhuma linha condutora, idealizada centralmente na redacção do jornal, antes estava dependente da vontade dos redactores e enviados especiais, que procuravam abrilhantar as crónicas com outros conteúdos para além do relato desportivo, por razões meramente estéticas, e tendo em vista fins comerciais: este tipo de “curiosidades” agradava aos leitores de *A Bola*, mas é muito difícil avaliar a sua reacção, ou quão profunda terá sido a influência destes artigos no pensamento dos leitores sobre a Europa.

Na nossa perspectiva, é de descartar completamente a existência de qualquer “Ideia de Europa no Jornal *A Bola*”, como referimos no princípio deste texto. Lendo os artigos em questão e os depoimentos deixados por alguns dos intervenientes directos, trata-se de uma noção que nunca fez parte do pensamento consciente e da escrita dos cronistas. As “imagens da Europa”, que tomavam a forma de rápidas observações postas em artigo, feitas por jornalistas que, em média, não passavam mais que três dias em reportagem no estrangeiro, não pareciam traçar uma linha de pensamento comum, ao invés teriam um carácter mais lúdico que educador. Isto não significa que não tenha existido, da parte de alguns redactores, como Vítor Santos, Carlos Pinhão ou Carlos Miranda, um esforço consciente para usar o jornal como forma de educar os seus leitores. As “imagens da Europa” capturadas pelos cronistas e divulgadas pela sua pena, embora imperfeitas e esporádicas, foram, por vezes, as únicas a que alguns portugueses, que não liam livros nem jornais generalistas, nem tinham acesso à televisão, puderam receber, e essa realidade esteve sempre presente no espírito dos jornalistas. É com a escrita de Carlos Miranda que finalizamos este texto, que no início do seu artigo sobre Arad, confessou essa percepção:

Já é tema por demasiado batido. Dizer que o futebol pode ser motivo para aprender. Mais que não seja, quando passa a internacional,

e começa a revelar-nos no mapa uma série de nomes, que nada nos dizem... mas em que se vê, depois, que são mesmo cidades a sério, aglomerados humanos com vida própria, com história, com tradições... com vida, a vida que, à primeira vista, parece ausente do tal pontinho perdido no mapa<sup>57</sup>.

## Recensões

RODRIGUES, Jorge Nascimento e DEVESAS, Teófilo – *Portugal. O Planeta da Globalização*. Vila Nova de Famalicão: Lirboa, Centra Atlântico, 2001, 350 p.

O conteúdo desta obra, de responsabilidade dos autores em conjunto, desenvolve-se no transcurso de 297 páginas que preenchem dez capítulos, sete dos quais sobre aspectos da História de Portugal, a partir do século XIV. O capítulo I aborda questões teóricas e introdutórias, acrescentando ao título do livro o ensaio de uma projecção de História até 2050. Uma *aportugalia* de Outros Gêneros (depoimentos de outros cinco autores que cada fora desta antologia crítica), ocupa as páginas 289 a 304. Segue-se a bibliografia e anexos (pp. 329-360).

A propósito das notas, direitas que, em nossa opinião, a forma como um livro é concebido, estruturado e organizado, deve ter sempre em vista facilitar a vida ao leitor e não ao autor ou ao editor. Ora, ler um livro de 300 páginas com as notas no final obriga o leitor a um "go-go de pingue-pongue" penoso que lhe corta, momentaneamente, o fio sequencial de leitura, problema que se resolve com as citações feitas intrapaginara.

Quanto à desta obra está ao vertente (suportar de uma ter de original) do chamar desde logo a atenção para o facto de que a edição aqui editada é um fenómeno das nossas dias. O que é comum ter-se e seria dizer-se: trata-se de um processo histórico de 500 anos.

Claro que Portugal foi o planeta e o principal protagonista do sistema

<sup>57</sup> Carlos Miranda, *A Bola*, 11 de Novembro de 1971, p. 4, col. 2.



## Recensões

**RODRIGUES, Jorge Nascimento e DEVESAS, Tessaleno – Portugal. *O Pioneiro da Globalização*, Vila Nova de Famalicão/Lisboa, Centro Atlântico, 2007, 360 p.**

O conteúdo desta obra, da responsabilidade dos autores em epígrafe, desenrola-se no transcurso de 297 páginas que preenchem dez capítulos, sete dos quais sobre aspectos da História de Portugal, a partir do século XIV. O capítulo I aborda questões teóricas e introdutórias, no oitavo e no último faz-se o ensaio de uma projecção da História até 2030. Um «*Portefolio de Outros Olhares*» (depoimentos de outros cinco autores que caem fora desta apreciação crítica), ocupa as páginas 299 a 328. Segue-se a bibliografia e as notas (pp. 329-360).

A propósito das notas, diremos que, em nossa opinião, a forma como um livro é concebido, estruturado e organizado deve ter sempre em vista facilitar a vida ao leitor e não ao autor ou ao editor. Ora, ler um livro de 360 páginas com as notas no final obriga o leitor a um jogo de “pingue-pongue” penoso e que lhe corta, mentalmente, o fio sequencial da leitura, problema que se resolve com as clássicas notas infrapaginais.

O mérito desta obra está no seu título (apesar de nada ter de original), ao chamar desde logo a atenção para o facto de que a globalização não é um fenómeno dos nossos dias, como é comum ler-se e ouvir dizer-se; é, sim, fruto de um processo histórico de 500 anos.

Claro que Portugal foi o pioneiro e o principal protagonista da globalização. Em boa verdade, o primeiro passo da globalização, o primeiro «abraço

à Terra»<sup>1</sup>, deu-se com a viagem de circum-navegação de Fernão de Magalhães e Sebastião del Cano (1519-1522), acontecimento real e simbólico do culminar de um processo de cerca de 100 anos de porfiadas navegações portuguesas que, no dizer de Pierre Chaunu, puseram em contacto os «mundos fechados, compartimentados, encravados». Foi, sem dúvida, o rasgar dos oceanos que pôs em contacto esses mundos e proporcionou o «desencravamento planetário».

Ao tomarmos contacto com o livro e ao lermos o índice, organizado em capítulos, ficámos na dúvida se, para além do pioneirismo português na consumação do primeiro passo da globalização, nos iria ser explicado o processo de 500 anos dessa globalização/mundialização. E ficámos na dúvida, porque, para explicar o processo dos Descobrimentos desencadeado pelos portugueses e a que, na fase final, se juntaram os espanhóis, bastavam algumas páginas, um artigo, um pequeno opúsculo.

O que se constata, ao ler o livro, é que a explicação do pioneirismo português da globalização está implícita e explicada de forma assertiva no título. A explicação do processo histórico dos 500 anos de globalização mal se descortina no decurso das 360 páginas.

Aludindo a um estudo de Michael Bordo, apenas esboçam uma tentativa de explicação da globalização económica em três vagas (pp. 22-26): a primeira vaga consiste nos descobrimentos e na expansão portuguesa; a segunda terá ocorrido a partir do Congresso de Viena (1815), após a derrota de Napoleão, e tornou-se decisiva com a abertura do Canal do Suez (1869); a terceira desencadeou-se «a partir do ‘choque’ Nixon» (1971), com o abandono do padrão ouro (suspensão da convertibilidade de dólar em ouro) e prosseguiu com a abertura da China (1978), com a queda do Muro de Berlim (1989) e com o início das reformas económicas na Índia (1991). Consideramos este modelo interpretativo manifestamente simplista. Em boa verdade, o processo de globalização é muito mais complexo, como teremos oportunidade de ver mais adiante.

A concepção, a estruturação e a escrita do livro é difusa e confusa. Os autores não definem claramente o objectivo da obra. Ficam-se pelo

---

<sup>1</sup> Veja-se o nosso capítulo do livro (Actas do Colóquio), *Filipe II, la Ciencia y la Técnica*, Direcção de Enrique Martínez Ruiz, Madrid, Fundesco, 1999, pp. 317-341.

«ponto de partida» e pela «meta». Lê-se a dado passo: – «Este livro tem um ponto de partida – demonstrar que Portugal foi a primeira potência no Mundo a desencadear o processo hoje conhecido por Globalização, um conceito actualmente tão discutido, e tão mal entendido, nos mais diversos círculos académicos e não académicos». E continuam, sublinhando a pretensa novidade da obra: – «A meta deste livro é mostrar que o pioneirismo português de Quinhentos não é um mito criado por alguns entusiastas dos Descobrimientos. A novidade consiste no facto de que não é baseado apenas em argumentos e factos históricos, como já o fizeram abundantemente com todo o rigor outros autores, que serão referenciados ao longo dos capítulos deste livro, mas também, e principalmente, em modelos de base científica, fazendo uso, inclusive, de princípios físicos e ferramentas matemáticas, como nunca antes foi feito publicamente» (p. 18). O que os autores aqui afirmam é que a História não assenta em modelos de base científica, ou seja, a História não é uma ciência. E esta é, nas próprias palavras dos autores, a grande novidade desta obra.

Mais adiante, os autores afirmam que «o ‘coração’ deste livro e o seu aspecto distintivo na investigação sobre as Descobertas» está na «análise científica dos dados históricos que comprovam a autenticidade dos argumentos avançados até agora, independentemente de zigzagues da história e ‘buracos negros’ provocados por enigmas por esclarecer e desinformação típica da época» (p. 121). E continuam: – «Para que seja possível ‘quantificar’, ou seja, medir matematicamente, a actividade dos portugueses durante o período das Descobertas, torna-se necessário encontrar uma grandeza de natureza física que possa ser medida. Para tal, escolhemos o número de expedições e campanhas que Portugal executou entre os anos de 1415 (Conquista de Ceuta) e 1625 (expulsão dos franceses do Ceará no Brasil). Foram escolhidos um total de 200 eventos que caracterizaram o movimento de expansão de Portugal neste período, cada um com o objectivo explícito de atingir um ponto geográfico no Planeta, seja para explorá-lo, conquistá-lo ou para construir ali um ponto de apoio estratégico (povoação, feitoria ou fortaleza)» (pp. 121 e 123). Não podemos deixar de exarar aqui a opinião de que tudo isto se nos afigura bastante aleatório.

Este rol dos 200 eventos (data e respectiva descrição) preenche a quase totalidade do capítulo IX. A esta quantificação da história («Cliometria»),

p. 224) de Portugal, no período atrás referido, chamam os autores «*intensidade de actividade*» (pp. 21, 123, 124 e 130). A nosso ver, não se trata da benéfica quantificação da história e sim da sua matematização, pelo recurso a metodologias e modelos matemáticos e físicos.

É óbvio que a história se tem enriquecido com a utilização de dados quantificáveis, nomeadamente séries de produções, de preços, de salários, de livros de receitas e despesas das instituições, de balanços de empresas... Mas não nos parece aceitável «escolher» factos históricos e quantificá-los para medir a «*intensidade de actividade*» de um povo, muito menos com a finalidade que se lhes atribuiu.

Os autores pretendem revolucionar o “fazer a história”, o “ofício do historiador”, através da aplicação da metodologia dos saberes das suas áreas de formação académica e profissional: editor de portais e de blogues de geopolítica na Web, jornalista de temas de gestão e tecnologia, editor e co-autor de livros, no caso do primeiro autor; o físico e o engenheiro de materiais, no caso do segundo (p. 26 e 2ª badana do livro).

A novidade desta obra está, para os autores, na aplicação à construção histórica da análise quantitativa e da metodologia científica da física, segundo a qual, como é sabido, «as mesmas causas produzem sempre os mesmos efeitos, quando postas nas mesmas circunstâncias». Dito de outro modo, os autores ousam aplicar às ciências humanas, concretamente à História, as metodologias das ditas ciências exactas. E consideram que a grande inovação deste livro está na aplicação dessa fórmula à História. É este «o aspecto inovador das abordagens» feitas no decurso do livro, anunciadas na introdução (p.18) e a «nova metodologia para a análise histórica» (p. 21).

Por outro lado, por exigência lógica das suas metodologias, consideram que a história se repete (pp. 222, 223, 224 e 257). Chegam mesmo a afirmar que «o velho *dictum* de que ‘a História se repete’ é senso comum entre leigos e historiadores» (p. 222). Preclaros autores da obra objecto desta recensão, por favor, deixem os historiadores em paz! Para o historiador que se preze, a História nunca se repete.

Daqui, desta sua visão metodológica, decorre uma abordagem determinista da história. De resto, munidos deste determinismo, partem para «cenários futuros» de elaboração histórica até 2030 (pp. 229-251 e 285-297). E o mais estranho é que, da análise de 200 eventos da História de

Portugal, os autores decidam avançar deterministicamente para a projecção da História Universal até essa data.

Ora, o determinismo é a negação da História. Mais, é anti-histórico.

No final da obra, os autores asseveram que «a construção do futuro de uma nação deve seguir o algoritmo básico da construção dos sistemas: PLANEAR. DECIDIR, EXECUTAR. E, a rematar, dizem que «os diferentes capítulos deste livro tentam mostrar como, dentro desta óptica, analisando a história de Portugal, podemos extrair as lições necessárias, positivas e negativas, para desenhar um cenário não apenas desejado, mas realizável durante o período crítico de transição a vivenciar nas próximas décadas». Aqui está a razoabilidade das apreciações críticas que atrás deixámos expressas.

Poderá argumentar-se que a interdisciplinaridade é enriquecedora para qualquer ciência. É verdade que sim. Mas a prática interdisciplinar tem de ser usada de forma parcimoniosa, criteriosa e com bom-senso. Consiste nos contributos que uma ciência ou uma área do saber pode colher (pedir emprestado) das outras ciências e não no “afogar” essa ciência, neste caso a História, com metodologias, princípios, modelos e conceitos inadequados, “transportados” de outras ciências, na situação vertente, a Física e a Matemática.

Aplaudimos a forma como foram analisadas e desmontadas, pelos autores da obra em apreço, as fantasias do comandante de submarinos inglês David Menzies, autor do livro intitulado *1421 – O Ano em que a China Descobriu o Mundo*<sup>2</sup>, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2004, 446 p.

Concluída a apreciação crítica do livro *Portugal. O Pioneiro da Globalização*, achamos oportuno e desejável fazer uma síntese do nosso pensamento sobre a tão propalada globalização/mundialização, a fim de demonstrar que a maior parte das 360 páginas poderia ter sido utilizada de forma bem mais útil se os autores tivessem enveredado por esse objectivo estratégico, com modelos e metodologias adequadas.

---

<sup>2</sup> Veja-se a recensão crítica (desmontagem, desconstrução) a este livro, por nós publicada em *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Coimbra, Palimage – Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2005, pp. 237-243.

Convirá começar por esclarecer que a globalização não é um fenómeno dos nossos dias, das últimas décadas, criado pela cibernética, mais concretamente com os *computadores* e com a *Internet*. Não. A globalização tem uma história de seis séculos, dividida em dois períodos e dois processos distintos.

O primeiro período corresponde ao processo de um século dos Descobrimientos Marítimos que culminou com a viagem de circum-navegação de Fernão de Magalhães. Foi o primeiro abraço à Terra. Estava dado o primeiro passo da globalização. Rasgados os oceanos, ficou aberta a possibilidade de pôr em contacto os continentes e os espaços insulares.

O segundo período compreende o processo evolutivo da História da Humanidade verdadeiramente Universal, nos últimos cinco séculos. É como que tentar avaliar a “distância” da evolução histórica do Mundo globalizado, desde o feito de Magalhães até aos nossos dias.

Ora, estudar e compreender os 500 anos de globalização/mundialização é lidar com um processo extremamente complexo, uma vez que ele envolve todas as componentes e dinamismos da realidade histórica, actuando de forma transversal e articulada, nomeadamente: a política, a economia, a sociedade, as ciências, as técnicas, a cultura, a religião, os meios de transporte, a informação. Retenha-se que os referidos dinamismos aparecem-nos cadenciados a ritmos inconstantes, mas tendencialmente acelerados.

É evidente que não cabe no âmbito de uma recensão a abordagem de todos os aspectos da globalização. Vamos, por isso, centrar-nos nos dois últimos, nos meios de transporte e na informação. Mais concretamente, vamos procurar captar a evolução das mudanças de ritmo e da aceleração da velocidade na circulação das pessoas, dos bens/mercadorias e da informação a nível do globo, nos últimos 500 anos. Com a globalização, ganha sentido a ideia de que as distâncias se medem em unidades de tempo e não em quilómetros ou milhas.

Começemos pelos transportes marítimos. A lentidão dos barcos antigos e medievais foi súbita e largamente ultrapassada pela ligeira caravela, nas décadas de 30/40 do século XV. Claro que as próprias caravelas, quer a *latina*, quer a *redonda*, foram sendo aperfeiçoadas, aumentando a sua velocidade. Por vezes, no funcionamento da *Carreira da Índia*, saía de Lisboa uma caravela várias semanas (por vezes, um a dois meses) depois da partida da armada, com cartas régias, mensagens ou outros dados urgentes, e conseguia

juntar-se a ela antes da travessia do Índico. O mesmo acontecia nas viagens de regresso. Era a chamada *caravela de aviso*.

As próprias naus, galeões e outros tipos de navios, principalmente a partir dos finais do século XVI, foram ganhando velocidade, com o aumento da mastreação e do velame, os “cavalos-força” das embarcações. Quando, nos princípios do século XIX, entraram em acção os *navios de vapor*<sup>3</sup>, os céleres veleiros irão disputar-lhes, por longo tempo, a primazia da velocidade. Claro que os navios de vapor acabarão por impor-se, até porque tinham a vantagem de poderem traçar rotas em linha recta. Seguir-se-ão os navios e os submarinos movidos a motor diesel e eléctricos e, mais tarde, a energia atómica ou nuclear.

Os transportes terrestres evoluíram a um ritmo mais lento. Depois das estradas romanas, muitas das quais continuaram em funcionamento, a abertura de estradas, caminhos e veredas de terra batida foram permitindo a penetração nos espaços terrestres, até à chegada das estradas de macadame (princípios do século XIX), seguindo-se os pisos betuminosos, que muito beneficiaram a circulação do automóvel (finais do século XIX). Nas últimas décadas, a rede de auto-estradas e o constante aperfeiçoamento técnico dos veículos automóveis tem permitido um enorme avanço no aumento da velocidade da circulação rodoviária e da segurança.

Convém não esquecer que, até ao século passado, a navegação fluvial foi importante na penetração dos espaços terrestres. Tomemos, como exemplo mais significativo, as grandes *canoas* da bacia amazónica e, no caso português, o *barco rabelo* do Douro, a *barca serrana* do Mondego ou o *bote do pinho* do Tejo.

Ainda no domínio dos transportes terrestres, há que dar o devido lugar ao *comboio* que rapidamente se tornou num meio de transporte de “massas”. O primeiro veículo deste tipo começou a circular na Inglaterra, em 1825, e, a partir daí, tendeu a implantar-se, a bom ritmo, em todo o Mundo, sendo necessário construir extensas e complexas redes ferroviárias. Claro que a aceleração da velocidade dos transportes ferroviários foi uma constante,

---

<sup>3</sup> O primeiro *navio de vapor* foi construído na Escócia, em 1802. O escocês James Watt tinha concebido e desenvolvido a máquina a vapor na última parte do século XVIII. Veja-se *Enciclopédia FOCUS*, vol. 4, pp. 642 e 643.

há quase 200 anos. Tal tem a ver com a fonte de energia utilizada e com o tipo de carris, desde o comboio a vapor (a lenha e carvão), ao mecânico a diesel até ao eléctrico que culminou com o chamado TGV (transporte de grande velocidade). Não esqueçamos, ainda, na circulação urbana e suburbana, a importância dos cómodos e rápidos “*metropolitanos*”.

Passemos aos transportes aéreos. Desde os tempos helénicos e míticos de Dédalo e de seu filho Ícaro que o homem aspirava voar como as aves. Terá de esperar pelo século XVIII, também pela mão dos portugueses. Em 8 de Agosto de 1709, um *balão*, cheio de ar quente (a célebre passarola, inventada pelo padre Bartolomeu de Gusmão), voou desde o castelo de S. Jorge até ao Terreiro do paço, perante numerosa assistência e a presença de D. João V. Seguiram-se os *balões de hidrogénio*, os *dirigíveis*, os *hidroaviões* e os *aviões*. A velocidade irá aumentando vertiginosamente, desde o planador (1894), o primeiro avião a motor (1903), o avião a jacto (1940), o avião supersónico (1953)<sup>4</sup>. E o aumento das dimensões, da comodidade e da velocidade não parou de se intensificar até aos nossos dias.

Depois da Segunda Guerra Mundial, americanos e russos lançaram-se na disputa da corrida interplanetária da chegada à Lua e no sonho de ir a Marte. Nasce assim a *navegação astronómica* ou *cosmonáutica*. De grande importância são os *satélites artificiais* de comunicações, a que voltaremos mais adiante.

Todos os tipos de transportes de que falámos até aqui põem em circulação, em menor ou maior distância, nomeadamente a nível planetário, pessoas, bens/mercadorias e notícias/informações. Preocupámo-nos em vincar as mudanças de ritmo, as dinâmicas e a aceleração da velocidade. Vamos concluir este trabalho com a circulação, apenas, da palavra (escrita ou falada) e da imagem. No fundo, trata-se da transmissão de mensagens, sejam elas de que tipo for.

Vejamos os diferentes tipos de informação/comunicação à distância.

O tipo mais antigo é a *telegrafia sem fios*, inventada em 1844 por Samuel Morse. Consiste na transmissão e gravação de mensagens através de sinais telegráficos sistematizados num código (o código morse) que tem por base apenas dois sinais elementares: o ponto e o traço.

<sup>4</sup> Veja-se *Enciclopédia FOCUS*, vol. 1, pp. 330-337.

Outro tipo de transmissão de comunicações/informações que, a ritmos inconstantes, mas acelerados, se globalizou, a partir da sua invenção por Graham Bell, em 1876, foi o *telefone* (telegrafia com fios). O *telex* e o *faxe* assentam em idênticos princípios técnicos, mas, em vez da voz, transmitem mensagens escritas.

A grande revolução da comunicação à distância foi a descoberta das ondas electromagnéticas e a sua propagação à velocidade da luz, por Heinrich Hertz, em 1888.

As chamadas *ondas hertzianas* tornaram possível a Guglielmo Marconi (1896) a transmissão de mensagens, através da comunicação sem fios. Tal conduziu à invenção e constante aperfeiçoamento da *radiocomunicação* ou *radiotelefonía* que assenta na sincronização da frequência entre o aparelho emissor e o receptor.

Quatro décadas mais tarde (1936), nascerá, em Londres, a *radiotelevisão*. A televisão assenta nos mesmos princípios da radiotelefonía. A novidade está, fundamentalmente, na câmara de captação de imagens e na associação da imagem ao som. As iniciais emissões de imagens a preto e branco darão lugar às emissões a cores, ocorridas nos Estados Unidos, a partir de 1950. Como é sabido, a evolução técnica da televisão não tem parado até aos nossos dias.

A última grande tecnologia de comunicação por meio das ondas hertzianas é o *telemóvel* que rapidamente se difundiu (democratizou) por todo o Mundo. Dir-se-ia que as capacidades e funcionalidades dos mais recentes modelos de telemóveis resultam da fusão dos princípios tecnológicos da radiotelefonía e da televisão.

Vamos concluir com a inevitável referência aos *computadores*, as chamadas novas tecnologias de informação. Depois da Segunda Grande Guerra Mundial, a ciência cibernética desenvolveu-se de modo galopante. Em 1953, ficou concluída, na Suécia, a construção do primeiro computador, o célebre *Besk*. A partir de então, o ritmo e a velocidade de evolução desta tecnologia tem sido tal que, cada novo modelo, fica obsoleto em poucos anos, passando a ser mera “peça de museu”. Não há dúvida que os computadores electrónicos, servidos pela *Internet*, abriram as chamadas auto-estradas da informação, revolucionaram a gestão estratégica das empresas, das pessoas consideradas individualmente e da sociedade em geral.

Todas as tecnologias de transportes e de comunicações continuarão a evoluir em busca da rapidez, da velocidade, tal como os antigos veleiros de que falámos atrás. Em boa verdade, a evolução do processo de globalização mede-se pela velocidade da transmissão das comunicações. Em termos metafóricos, podemos dizer que o alfa e o ómega desta evolução está entre a diferença dos três anos que demorou a viagem de circum-navegação de Fernão de Magalhães e a possibilidade da transmissão da comunicação/informação, através de todo o Mundo, em tempo quase real. Ainda falta resolver o “quase”.

*José Manuel Azevedo e Silva*

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC  
jazevedosilva@gmail.com

**MARTINS, Miguel Gomes – *De Ourique a Aljubarrota. A Guerra na Idade Média*. Lisboa, Esfera dos Livros, 2011 (435 pgs.).**

A prestigiada editora A Esfera dos Livros publicou recentemente a obra *De Ourique a Aljubarrota. A Guerra na Idade Média*. O autor é Miguel Gomes Martins, Licenciado em História pela Faculdade de Letras de Lisboa, Mestre e Doutor em História da Idade Média pela Universidade de Coimbra.

Trata-se de um livro grande (435 pgs.) e, diga-se desde já, de um grande livro. Mais um com a assinatura da Esfera, uma das editoras que mais tem feito pela História no mercado livreiro português. Para começar, para quem gosta de livros, esta obra é um belo objecto. Tem um formato bastante simpático (16 x 23,5 cm), uma capa bonita (reprodução de uma iluminura da *Bíblia* da Pierpont Morgan Library, de Nova Iorque), papel de boa qualidade, uma mancha tipográfica que assegura uma leitura confortável (e com margens suficientes para anotações), mapas e esquemas de batalha (a preto-e-branco) de boa qualidade e, ainda, um caderno central de extra-textos a cores. Gralhas, há muito poucas, mesmo para quem gosta de lhes fazer caça.

Do ponto de vista do conteúdo, *De Ourique a Aljubarrota. A Guerra na Idade Média* é um livro que revela um excelente compromisso entre

‘investigação’ e ‘divulgação’. É uma obra com uma escrita agradável, fácil de acompanhar e até com algum humor, mas ao mesmo tempo trata-se de um livro de História muito bem fundamentado. Basta dizer que arrola 36 títulos na zona das Fontes Publicadas (na sua maioria fontes narrativas, sobretudo portuguesas e castelhanas) e uma Bibliografia com 134 entradas que reúne os melhores trabalhos internacionais da especialidade. Há ainda 761 breves notas, arrumadas no final, capítulo a capítulo, mas preciosas para quem desejar aceder a uma melhor identificação das fontes literárias e explorar uma ou outra passagem. Teria sido útil incluir também um Índice Remissivo, mas reconheço que – dada a quantidade de nomes e locais citados ao longo da obra – isso pudesse alongar o trabalho e retirar-lhe competitividade comercial.

Como o nome indica, o livro trata da prática da guerra em Portugal ao longo da Idade Média. O autor escolheu 15 casos, que considerou relevantes do ponto de vista militar mas também político, e que se distribuem harmoniosamente ao longo de um arco cronológico de 246 anos (entre 1139 e 1385). Houve a intenção de garantir a presença de campanhas ocorridas durante os reinados de todos os monarcas da primeira dinastia, à exceção de D. Pedro I (1357-1367), o que se compreende bem uma vez que, durante os 10 anos de governo do ‘rei justiceiro’, o que imperou foi a paz e não a guerra.

O primeiro capítulo trata da Batalha de Ourique (1139) e evoca o temerário fossado do príncipe Afonso Henriques até aos arredores de Sevilha, assim como a batalha campal que dele acabou por resultar quando a perseguição almorávida conseguiu alcançar, a sudoeste de Beja, a coluna portuguesa que regressava a casa carregada com um imenso despojo. Trata-se de uma batalha que poderíamos considerar ‘fundadora’ e que constituiu um sucesso importante para o jovem príncipe, tendo provocado uma retaliação cruel dos muçulmanos ao longo dos anos seguintes, expressa nos ataques dirigidos a Leiria e a Soure.

O segundo e o terceiro ‘casos de estudo’ estão articulados e situam-se ambos em 1147. D. Afonso Henriques desejava conquistar Lisboa e sabia que poderia contar com a ajuda de uma importante frota de Cruzados a caminho da Terra Santa, mobilizados por S. Bernardo de Claraval no âmbito da Segunda Cruzada. Porém, o monarca português tinha consciência de que uma ofensiva consistente contra Lisboa pressupunha a captura prévia

de Santarém. Por isso, em meados de Março de 1147, organizou um assalto furtivo, pela calada da noite, a esta praça, em que o protagonista foi Mem Ramires, possivelmente um moçárabe que conhecia bem o lugar e que se saiu a contento da tarefa. Tomada Santarém, Afonso Henriques avançou para o assalto a Lisboa, que sujeitou a um cerco de quatro meses (entre Julho e Outubro de 1147) durante o qual foram utilizados grandes meios de assédio (torres móveis, minas, aríetes, trabucos, etc.) e onde a colaboração dos cerca de 15.000 Cruzados se revelou essencial.

O quarto caso descrito por Miguel Gomes Martins é o ‘fossado de Triana’, uma operação que teve lugar em 1178, perto do final do reinado de Afonso Henriques mas interpretada pelo seu filho Sancho, o príncipe herdeiro. Com o pai impedido de comandar as tropas devido ao acidente sofrido em Badajoz, em 1169, o fossado de Triana constituiu um verdadeiro tirocínio para o jovem Sancho. E foi também um acontecimento decisivo para a sua afirmação como líder político e como chefe de armas. José Mattoso considerou esta operação militar como uma das mais ousadas de toda a história medieval portuguesa, tanto mais que ela não envolveu apenas uma cavalgada devastadora até à Andaluzia mas também uma batalha campal nas imediações de Alcácer do Sal, em que os Almorávidas foram novamente derrotados.

Em 1217, Alcácer estava de novo nas mãos dos muçulmanos (agora da dinastia dos Almóadas) e era importante reconquistá-la de modo a garantir a segurança de Lisboa e a abrir caminho para uma derradeira ofensiva, rumo ao Alentejo e ao Algarve. Foi o que pensou D. Afonso II, tendo a operação sido viabilizada pelo grande empenhamento do bispo de Lisboa, D. Soeiro Viegas, e, mais uma vez, por um contingente de Cruzados em trânsito para o Médio Oriente, agora no âmbito da Quinta Cruzada. O cerco de Alcácer durou quatro meses e implicou uma batalha campal contra um exército muçulmano que acorreu em socorro da praça, mas terminou com a vitória dos cristãos.

Chegamos assim ao sexto caso considerado no livro. Trata-se da guerra civil de 1245-1248, entre o rei D. Sancho II e o seu irmão, o infante D. Afonso (futuro D. Afonso III). Miguel Gomes Martins recorda o contexto desta guerra fratricida, com a deposição de Sancho pelo papa Inocêncio IV e com a nomeação do então ‘conde de Boulogne’ como “curador” do reino de Portugal. Lisboa serviu de quartel-general das forças ‘rebeldes’, enquanto

Coimbra reuniu os principais partidários de Sancho II, entre os quais se destacava Martim Gil de Soverosa. A guerra envolveu numerosas operações militares, incluindo a célebre Lide de Gaia (um triunfo das forças afectas a D. Sancho) e um combate decisivo na região de Leiria, em que a vitória sorriu aos ‘rebeldes’. O autor salienta também o envolvimento castelhano nesta guerra civil (através do infante D. Afonso, futuro rei Afonso X, ao lado de Sancho II) e recorda a dolorosa retirada de Sancho para Toledo, onde a morte o surpreenderia logo em Janeiro de 1248.

Depois de uma guerra que dividiu o reino, nada mais oportuno para o novo monarca, D. Afonso III, do que uma operação aglutinadora, capaz de acalmar as tensões e de reforçar a autoridade do monarca. Surge assim a narrativa da conquista de Faro, em 1249, o sétimo caso considerado no novo livro de Miguel Gomes Martins. A operação acabou por não suscitar a adesão de muitas das grandes figuras da nobreza (assunto que o autor procura explicar, talvez com excessiva demora), mas foi um sucesso, em boa parte devido à colaboração da Ordem de Santiago e do seu Mestre, D. Paio Peres Correia. Ficava praticamente concluída a Reconquista portuguesa, o que o próprio Afonso X de Leão e Castela reconheceria em 1267, ao renunciar formalmente à tutela sobre o Algarve.

Os dois casos seguintes são talvez mais políticos do que militares, mas não menos interessantes. O oitavo diz respeito à campanha de D. Dinis em Castela, em 1296, tentando explorar as dificuldades do novo monarca, Fernando IV, que acabara de herdar o trono de Leão e Castela aos 10 anos de idade. Neste contexto, formou-se uma vasta coligação que reuniu Portugal, Aragão, o próprio rei de Granada e a oposição castelhana! A hoste portuguesa não se envolveu em grandes combates, mas a sua retirada teve um preço reconfortante: resultou num acordo que permitiu a Portugal incluir no seu território a região de Ribacoa (Castelo Rodrigo, Alfaiates, Sabugal, ...), para além de algumas praças alentejanas. O nono episódio estudado aborda o conflito luso-castelhano de 1336-1338, que opôs D. Afonso IV a Alfonso XI. Neste caso, que as revoltas nobiliárquicas em Castela (Juan Nuñez de Lara, Don Juan Manuel) assim como os maus-tratos dispensados à rainha castelhana D. Maria (filha do monarca português) ajudam a explicar, houve mais actividade militar e pouco bem sucedida para os exércitos portugueses: derrotas na batalha terrestre de Villa Nueva de Barcarrota e

no combate naval de Farrovilhas. E nem sequer se pode dizer que a solução final tenha sido compensadora, embora possa ter ajudado a uma certa reabilitação da rainha D. Maria na corte castelhana, ao mesmo tempo que trouxe finalmente para Portugal, para casar com o infante D. Pedro, a filha de Don Juan Manuel, D. Constança Manuel, em cujo séquito brilhava a jovem e bela Inês de Castro...

Ferida a unidade ibérica, o papado ajudou a congregar Portugal e Castela na luta contra a ofensiva dos Beni-merines em torno do estreito de Gibraltar. Tarifa fora cercada em Setembro de 1340 pelo sultão muçulmano, Abu-I-Hassan, e isso levou a um acordo entre D. Afonso IV e o seu genro Alfonso XI, negociado no castelo da Juromenha com os bons ofícios da rainha D. Maria. Desse acordo resultou a organização de um exército comum que viria a libertar a praça sitiada na sequência de uma memorável batalha campal (talvez a última da Reconquista) travada nas margens do rio Salado em 30 de Outubro de 1340. É este o décimo caso estudado por Miguel Gomes Martins, e um caso de grande impacto político e até económico.

Segue-se a descrição do cerco de Lisboa de 1373, ocorrido no quadro da segunda guerra fernandina contra Castela. Um assédio para o qual a capital portuguesa não estava minimamente preparada, pois dispunha ainda da mesma muralha (a Cerca Moura) que tinha em 1147, apesar do significativo aumento populacional. O início do conflito trouxe a Portugal um dos famosos chefes militares da Guerra dos Cem Anos (o condestável francês Bertrand Du Guesclin) e nele deve ter desempenhado um papel importante Diogo Lopes Pacheco, um dos algozes de Inês de Castro. Fernando teve de render-se e daí resultou a assinatura do Tratado de Santarém, bastante gravoso para Portugal.

Os três casos seguintes, no fundo, reúnem-se num só: o cerco de Lisboa de 1384, no âmbito da Crise Sucessória de 1383-1385. É bem conhecido o aparato do arraial de D. Juan I, do mesmo modo que se conhece a forma tenaz como a capital (já munida de uma nova muralha) resistiu ao cerco e como este terminou sem honra nem glória para os Castelhanos, fustigados por um surto de peste que quase vitimava a rainha D. Beatriz. Durante esta operação, que decorreu entre fins de Maio e inícios de Setembro de 1384, teve lugar o cerco castelhano a Almada (que se entregou a D. Juan I, martirizada pela sede, em inícios de Agosto) e também a batalha naval do Tejo, em meados

de Julho, uma operação que visava furar o bloqueio e reforçar em armas e em mantimentos a cidade de Lisboa. Tais são os temas dos capítulos 12, 13 e 14 do livro de Miguel Martins, que se completa logo depois com a reconstituição da batalha de Aljubarrota, travada a 14 de Agosto de 1385 e já bastante bem conhecida do público português.

Identificados os temas de todos os capítulos do livro, convém acrescentar alguns comentários finais. Em primeiro lugar, gostaria de realçar a excelente organização interna do trabalho. Cada episódio abre com um mapa (ou com um esquema) muito claro (ainda que haja pequenos ajustamentos a introduzir, numa 2.<sup>a</sup> edição, nos casos do Salado, do combate naval do Tejo e de Aljubarrota), seguindo-se um breve mas utilíssimo *excursus* (cerca de meia-página) de contextualização político-militar do evento e, depois, a narrativa do autor, entremeada por pequenas pausas e por subtítulos bem conseguidos. No final, o leitor é agradavelmente surpreendido com um novo *excursus*, desta feita para identificação e comentário das fontes utilizadas para a reconstituição do episódio. Aqui e além, surgem pequenas citações, o que confere ao trabalho um ‘sabor medieval’ deveras estimulante.

Realço também a excelente articulação entre ‘história política’ e ‘história militar’ ao longo de toda a obra. Nem sequer se pode dizer que este seja um livro de história militar ‘pura e dura’. Ou, se o é, trata-se de história militar da mais moderna, globalizadora, totalizante, muito atraente e contextualizada, que ora explora as operações de razia, ora se concentra em grandes manobras de assédio de praças-fortes, ora descreve em pormenor batalhas (terrestres ou navais) muito relevantes da primeira dinastia portuguesa. Em qualquer dos casos, o autor oferece-nos uma cuidadosa reconstituição de locais, de datas, de efectivos, de itinerários (caso flagrante do fossado de Triana) e até uma recriação dos ambientes psicológicos de maior tensão vividos em momentos nucleares, como o que precedeu a batalha de Ourique.

Em minha opinião, este livro é especialmente bom na reconstituição das cavalgadas e das operações de cerco (o ataque a Santarém, por exemplo, é tratado de forma exemplar). No caso das batalhas campais, a tarefa é muito mais difícil e o autor tem consciência disso. Mas tem também o grande mérito de ousar avançar com propostas inovadoras de reconstituição dos dispositivos tácticos muçulmanos e cristãos em Ourique ou no Salado,

o que será precioso para a continuação da investigação sobre estes temas. Este livro sabe tornar simples (embora quem esquematiza sabe que, aqui e além, também distorce um bocadinho) aquilo que é muito complexo. E fá-lo com grande conhecimento de causa e tirando sempre partido de uma observação da história portuguesa que é feita à escala peninsular, e não meramente local, o que enriquece bastante o trabalho.

Por fim, quero dizer que *De Ourique a Aljubarrota. A Guerra na Idade Média* é um livro repleto de pequenos episódios deliciosos, desde a aclamação do príncipe Afonso Henriques (então com apenas 30 anos de idade) antes da batalha de Ourique até à história do marinheiro que, em poucas horas, atravessou seis vezes o rio Tejo a nado, de madrugada, para transmitir mensagens entre o Mestre de Avis (que estava cercado em Lisboa) e a guarnição sitiada de Almada, passando pelo ‘raptó’ da rainha D. Mécia Lopez de Haro (esposa de D. Sancho II) em Coimbra, em 1246, provavelmente com o seu consentimento e graças à ousadia de um ‘comando’ chefiado por Raimundo Viegas de Portocarreiro, disfarçado com as armas dos Soverosa para enganar a guarnição da praça que constituía o principal reduto dos apoiantes d’ *O Capelo*...

Trata-se, em suma, de um excelente livro de informação, de cultura geral (para quem gosta de História de Portugal e da Península Ibérica), mas também de um livro muito adequado e até bastante estimulante para os nossos actuais alunos universitários. É um livro original, extremamente bem fundamentado mas nada cansativo, dirigido a um público muito amplo e que merece ter sucesso, a exemplo de outros grandes títulos de História editados nos últimos anos pela Esfera dos Livros.

*João Gouveia Monteiro*

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC  
jgmonteiro@mail.telepac.pt

**VAINFAS, Ronaldo – *Jerusalém colonial. Judeus portugueses no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 (376 pgs.)**

O mais recente estudo de Ronaldo Vainfas, professor titular de História Moderna na Universidade Federal Fluminense e um dos mais consagrados

historiadores brasileiros da actualidade, é um texto muito bem escrito, qualidade que vai rareando, infelizmente, na produção historiográfica do imenso Brasil.

Na *Introdução*, primorosa do ponto de vista conceptual, colhem-se os pressupostos estruturadores da proposta analítica da pesquisa efectuada. Destaco algumas dessas linhas (com as quais me identifico): trata-se de uma História “documentada e interpretativa”, que procura conciliar visões de síntese com a microanálise, “verticalizando o estudo de casos particulares” (p. 10), ou seja, praticando o que Revel já definiu como “jogos de escalas”. Tudo bem escorado num sólido conhecimento da bibliografia preexistente, pois, como exemplarmente escreve o autor, “nenhum historiador pode realizar qualquer inovação sem levar a sério o que escreveram os historiadores antigos” (p. 12). Verdade cada vez mais esquecida por muitos ditos historiadores apressados, para não escrever ignorantes. E é a partir deste robusto suporte que Vainfas monta a problematização das suas indagações, o que é outra das riquezas da obra. Este é um livro que procura equacionar e resolver problemas, uma História problematizante (destaco, entre tantos outros, o da construção e desconstrução de identidades de muitos descendentes de judeus portugueses em diáspora entre a velha pátria, a Holanda e o Brasil, aqui tão bem percebido). Sugeriria apenas nesta exemplar *Introdução* que a explicitação da estrutura narrativa do livro não fosse tão magra (tal como está é quase anorética) e compaginasse melhor os conteúdos de cada capítulo com a problemática geral da análise previamente definida.

O capítulo 1 “Jerusalém do Norte” apresenta o quadro macro-analítico do que era a comunidade de descendentes de judeus portugueses que vivia na Holanda, uma região sem dúvida de maior tolerância religiosa do que aquela que se experimentava então no mundo ibérico, mas onde também se verificaram massacres de católicos e ofensivas de iconoclastia, como Vainfas refere (p. 24-25), num esforço para desconstruir alguns mitos sobre a tolerância (“mais do que liberdade religiosa”) dos Países Baixos calvinistas. É uma incursão muito clara, bem informada, basicamente construída a partir de estudos anteriormente produzidos por especialistas, que o autor bem conhece, e que consente ao leitor ter um panorama do universo em que se movimentavam e de onde eram originários os indivíduos cujos percursos virão a ser escalpelizados mais adiante, os quais, na sua

maioria, abandonaram a sua roupagem cristã e regressaram ao judaísmo dos antepassados, transformando-se em “judeus novos” (conceito retomado de Yosef Kaplan). Pese embora a comunidade de Amesterdão, cidade onde viveu a maioria, ser heterogénea (p. 57), falar português em casa, rezando em castelhano na sinagoga (p. 67) e mantendo outras marcas da sua origem ibérica para além da língua, como as saudades da sua terra, o apreço por formas diferenciadas de tratamento, a prática da escravatura, e até, por estranho que isso possa parecer, alguma preocupação com o destino da alma, o que não se concilia com o judaísmo que seguiam (p. 71-72). Neste capítulo, porventura, poderia corrigir-se a designação de “classes” (p. 22 e 29) para caracterizar os grupos que compunham a sociedade dos séculos XV-XVI e era desejável evitar uma ou outra imprecisão. Ao contrário do que o autor escreve, no primeiro auto-da-fé de Lisboa, em 1540, não foram condenados à fogueira “dezenas de cristãos-novos” (p. 30), nem o breve papal de 1547 a que se alude “eximiu os cristãos-novos do foro inquisitorial”, (antes lhes concedeu uma perdão relativamente a erros do passado) (p. 31) e a Inquisição Romana é de 1542 e não 1543 (p. 32).

O capítulo 2 “Diáspora pernambucana”, na mesma linha do anterior, visa descrever e explicar a fixação dos judeus portugueses oriundos da Holanda pelo Pernambuco e Paraíba, no Brasil, zona da importante produção açucareira, na sequência das conquistas holandeses daquelas regiões, a qual teve o seu início em 1635, com os primeiros contingentes a fixarem-se, principalmente, no Recife. Como fica bem evidenciado, esta conquista foi apoiada pelos judeus portugueses de Amesterdão, não tendo recebido idêntica adesão por parte dos cristãos-novos já residentes em solo brasileiro (p. 93). Sobretudo após a chegada de Nassau, aqui explicada, instalou-se nesta “nova Holanda” um ambiente de tolerância religiosa na linha da vivida nos Países Baixos. Por aqui são analisados aspectos como a sociologia histórica dos judeus portugueses no Brasil holandês, o seu fortíssimo envolvimento nas actividades da WIC (Companhia das Índias Ocidentais), a identificação dos mais poderosos judeus portugueses no Brasil Holandês, as actividades económicas a que se dedicavam (incluindo a introdução do comércio de produtos até então invulgares, como a cerveja, o tráfego de escravos ou, mais raramente, a produção agrícola da cana de açúcar – poucos foram senhores de engenhos),

sublinhando que, ao contrário do que certas imagens sugerem, a maioria não eram comerciantes de grosso trato. De facto, apenas 14% desta comunidade poderia ser classificada nesta categoria (p. 112) e o seu grande trunfo teria sido o bilinguismo (p. 132), isto é, entenderem e falarem tanto o português como o holandês, o que lhes dava uma invulgar capacidade de mediação entre quem já morava no Brasil e o novo poder que passou a governar a região. É discutível a opção feita de inserir esta análise das actividades económicas dos judeus no Brasil neste capítulo e não no seguinte, sendo que, em bom rigor, este capítulo é mais uma leitura centrada na vida económica do que na “dimensão sociológica” das comunidades.

O capítulo 3 “Jerusalém no Brasil” centra-se na vida religiosa dos judeus portugueses chegados de Amesterdão e que se fixaram na Jerusalém colonial, traçando um cuidadoso retrato de cariz macro (sempre as escalas) da organização e direcção da comunidade judaica, da sinagoga do Recife, a *Zur Israel*, a primeira que se estabeleceu em toda a América, em 1636, e que teve, a partir de 1642, por primeiro rabi oficial Isaac Aboab da Fonseca (natural de Castro Daire e um dos primeiros judeus novos de Amesterdão). Antes, o primeiro rabino “informal” foi Arão de Pina (p. 145). Nesta linha o autor discorre sobre os membros que frequentavam a sinagoga, a vida quotidiana neste espaço, com destaque para as festas, os rituais de circuncisão e casamento, as orações, etc. Sublinho a clareza das explicações fornecidas a respeito da religiosidade judaica, que a partir daqui são facilmente compreensíveis por não iniciados, concluindo que boa parte dos judeus novos talvez não tivessem assimilado plenamente o judaísmo pelo facto de o terem aprendido apressadamente. Pelo que, escreve, “neste sentido muitos judeus novos eram ainda marranos”, isto é, “tinham a identidade dupla dos cristãos-novos perdidos entre a lembrança de uma religião (judaica) que jamais tinham professado [pelo menos livremente, acrescentaria eu] e o catolicismo que lhes fora imposto” (p. 182). Sempre a questão difícil da identidade. A avaliação e a argumentação são fortes, mas parecem apenas suportadas em dados colhidos em fontes inquisitoriais o que levanta alguns problemas à sua interpretação. É que, compreensivelmente, os depoimentos dos réus e das testemunhas deste tipo de processos podiam, propositadamente, ser dissimulados ou incompletos, conduzindo a uma visão que não corresponderia exactamente à realidade.

Neste rico capítulo explicam-se ainda as relações entre os “judeus novos” vindos da Holanda e os “cristãos-novos” do Brasil – assegurando que aqui foi mais “complicada do que na Holanda” (p. 186) – e também a comunicação com os católicos do Brasil Holandês, pois o catolicismo foi permitido desde 1644. Neste aspecto foi enaltecido o papel de frei Manuel Calado, defensor do culto católico em Pernambuco, não hostilizando publicamente a sinagoga antes a “combatendo” com “discrição” (p. 192). Ao invés, o bispo D. Pedro da Silva era mais activo e vigiava tanto os cristãos-novos como os judeus, enviando informação para a Inquisição de Lisboa, para onde remeteu alguns presos, depois de 1645. No Recife também a luta entre calvinistas e judeus foi acirrada (p. 194) devido à insegurança que os primeiros manifestavam no Brasil. E até foram visíveis conflitos de “judeus contra judeus” que opuseram a Zur Israel, do Recife, e a Maghen Abraham, de cidade Maurícia, rivalidade que nasceu na década de 30 e se acentuou na seguinte, sublinhando que em praticamente todos estes conflitos Nassau tendeu a favorecer os judeus. Na prática, este capítulo também permite confirmar como o Recife holandês foi um espaço de interacção e disputa de três religiões: a igreja reformada (calvinista), a católica e o judaísmo sefardita.

O capítulo 4 “Identidades fragmentadas” transforma radicalmente a escala de observação. Passa-se do macro ao micro. Trata-se, como já referido, de excelente opção metodológica, pois lentes diversas permitem ao historiador observar paisagens distintas. Vainfas segue aqui percursos individuais de alguns judeus novos. Não de ilustres e fartamente abastados. Optou assim, e bem, em defesa de um primado de originalidade. É que os “famosos” já foram estudados antecedentemente por outros. A escolha recaiu sobre gente mais modesta e ignorada até ao presente, como Abraão Bueno (aliás Diogo Henriques), Abraão Mendes (Gabriel Mendes), Samuel Velho (João Nunes Velho), David Francês (Miguel Francês). A perseguição começou em 13 de Junho de 1645 quando, após a Restauração de 1640, se iniciou a rebelião contra a presença holandesa no Pernambuco, facto “macro” que transformou tantas vidas de judeus novos que com ele não contavam. Nessa altura boa parte dos judeus novos regressaram a Amesterdão. Cerca de 650 permaneceram e ajudaram os holandeses na guerra contra os portugueses. Isso significou o princípio do fim para muitos deles. A narrativa nesta parte do livro é aliciante e entusiasmada. Aqui se encontram

extraordinários e diferentes percursos de vida, dilemas de identidade de quem várias vezes mudou de pátria, nome e religião, a agitação, o desespero e também as alegrias de quem foi obrigado a alterar a vida e a largar familiares e amigos. Gente que viajou do catolicismo em que nasceu ao judaísmo e deste retornou ao princípio, como se tivessem “comprado bilhete de ida e volta” (p. 263). A força e vigor da escrita são marca da prosa de Vainfas. Que tem o cuidado de deixar claro que nem todos eram “exemplares” “heróis” ou sequer “mártires”. Também houve impressionantes delatores, como Miguel Francês (p. 248-262). E este é aspecto a realçar, tanto mais que se trata de dimensão normalmente escondida por tendências historiográficas mais preocupadas em mostrar a severidade da violência inquisitorial e a heroicidade dos critãos-novos judaizantes. Como é evidente e natural a história dos cristãos-novos e judeus novos portugueses não teve apenas heróis. Nem todos foram como Isaac de Castro – apesar de aqui a sua biografia, muito mitificada em estudos anteriores (Lipiner, sobretudo), ter sido decapada desses traços – que morreu relaxado em Lisboa, em 1647, na fé judaica em que pertinaz e convictamente quis. Eis outro importantíssimo mérito do estudo de Vainfas, sinal da busca da máxima possibilidade de alcançar a verdade com que todo o historiador deve estar comprometido.

A maioria das informações que autorizaram esta “verticalização” pelas biografias foram colhidas nos processos inquisitoriais de que os indivíduos estudados foram vítimas. Até que ponto esses dados, obtidos em circunstâncias especiais (testemunhas nem sempre isentas, delações de quem estava preso, confissões pessoais dos biografados recolhidas durante processos judiciais por vezes sob tortura ou, pelo menos sob a certeza da sua possibilidade) não mereciam ser cotejadas com outras que consentissem certificar melhor as “paisagens” que foi possível recompor a partir destes fragmentos de vidas colhidos nos processo do Santo Ofício? E não merecia o leitor, para efeitos de uma mais ajuizada avaliação, conhecer exactamente em que fase do processo inquisitorial e por quem foram fornecidos os dados que o autor carrega para a sua reconstituição?

Todos estes percursos comprovam uma revelação que o autor optou por colocar logo a abrir o capítulo, a qual, em geral, confirma o que se passava também no reino: “Nenhum judeu ilustre [entenda-se muito rico e poderoso] do Brasil holandês foi perseguido pelo Santo Ofício que não tinha como

alcançá-los” (p. 221). Para a maioria dos leitores, que não para os avisados e conhecedores profundos da história da Inquisição, esta era uma instituição poderosíssima e imparável que tinha, evidentemente, os seus limites. Não é rigoroso acusá-la de todos os males e excessos, sem que isso, bem entendido, oculte o seu terrível cariz e iníquas perseguições que moveu em nome da perservação e defesa da “pureza da fé”. A perspicácia e saber do autor não o podiam deixar de assinalar.

O capítulo 5 “Templo destruído” principia com uma afirmação decisiva. A Restauração de 1640 “teve impacto significativo na história dos judeus do Recife” (p. 311). Através dele regressa-se ao padrão macro-analítico, para se vincar como os efeitos de larga escala têm impacto decisivo nos percursos individuais de cada um. Isso é certo, certíssimo, mas reclama duas questões. Se assim é, por que motivo não se procurou articular mais factos “macro” nas biografias que foram analisadas, nas quais, sobretudo na de Isaac de Castro se leva o leitor a entender que todos aqueles homens foram senhores absolutos do destino/percurso das suas vidas? Teriam, de facto, sido totalmente senhores das suas vidas? Segunda questão. E o “micro” não determina igualmente o “macro”? Por que razão não se sublinhou isto? Veja-se como o relaxamento do mesmo Isaac de Castro teve enormes implicações nas relações entre Portugal e as Províncias Unidas, bem como os impressionantes efeitos que alcançou na memória dos judeus e do judaísmo até ao presente.

O capítulo, no fundo, funciona como epílogo do livro e da história dos judeus novos no Brasil Holandês. Esclarece, em suma, como se chegou ao fim desta experiência e como os judeus de origem portuguesa no Brasil holandês para protegerem o seu judaísmo e os seus negócios lutaram quase sempre ao lado dos holandeses nas guerras pela defesa do Pernambuco ante a ameaça lusitana. Até ao desaparecimento da sinagoga do Recife (1654). Assim terminava o sonho de uma “Jerusalém colonial” e, como o autor bem viu, “com a derrota holandesa os judeus saíram de cena e a Inquisição voltou ao palco” (p. 362).

As incursões propostas no capítulo foram clarividentes e acertadas. Todavia, parece-me ser aquele menos inovador de todo o estudo. Assim, sem aportar novos dados, sustenta-se que o Santo Ofício, sobretudo através do envolvimento do inquisidor geral, D. Francisco de Castro, na conspiração

contra D. João IV (1641) e, posteriormente, pela condenação de alguns cristãos-novos seus apoiantes, esteve do lado contrário dos interesses da nova dinastia de Bragança. Isto é, manteve-se um bastião da monarquia filipina, como se escreve em vários momentos do texto (sobretudo p. 314-15). Esta tese não foi demonstrada e limitou-se a seguir o que outros anteriormente já disseram (basicamente Lúcio de Azevedo), revelando desconhecimento de análises mais recentes (Ana Isabel Lopez Salazar Codes) que demonstram, inequivocamente, que o posicionamento da Inquisição é muito mais complexo e que também ela esteve dividida. Houve gente sua que seguiu Castela e outra que, desde a primeira hora, alinhou com o rei restaurador. É igualmente discutível a ideia de que essa vinculação da Inquisição aos filipes após 1640 se teria devido ao facto de ter sido muito beneficiada durante os anos da união das duas coroas. Se o argumento de que os inquisidores-gerais até foram várias vezes vice-reis no Portugal dos filipes pode conduzir à ideia de um aumento do poder e favorecimento da Inquisição, não se pode ocultar que esses mesmos inquisidores-gerais tiveram que enfrentar políticas fortemente invasivas e contrárias aos interesses do Santo Ofício português, ensaiadas a partir do reinado de D. Felipe II (de que destaco o perdão geral de 1604-05, o édito da graça de 1627, as tentativas para reformular o processo de escolha dos deputados do Conselho Geral, a reforma do Fisco, e até a submissão da Inquisição portuguesa à Suprema, etc.). E também me parece claro que o sucesso da Restauração não se deveu apenas às debilidades vividas pela Espanha e ao apoio dos cristãos-novos portugueses. Nem sequer a “maioria da grande nobreza” e do “alto clero” estiveram com D. Filipe IV. Esta é também uma visão simplificadora (p. 315). Entre os grandes da nobreza e do clero houve gente dos dois lados. Para além disso, o que escapou ao autor, é incontestável o apoio fornecido ao novo rei pela maioria dos portugueses. Por motivações muito diversificadas, é certo, tal como sucedera, aliás, em 1580, nessa ocasião colocando-se ao lado do rei de Castela. O golpe não teria tido sucesso duradouro se fosse apenas obra do punhado de nobres que assaltaram o Paço da Ribeira na manhã do 1º de Dezembro ou se tivesse contado apenas com o apoio dos escalões de topo da hierarquia social.

O mesmo (isto é, sem novidades) relativamente ao empenho do jesuíta António Vieira na defesa dos cristãos-novos e de como isso, na óptica de

Vainfas, lhe teria valido um processo inquisitorial (o qual foi analisado com evidentes simplificações e imprecisões, por exemplo, nele não se refere a presença de “odor de judaísmo” relativamente ao documento conhecido por carta ao bispo do Japão, esquecendo-se ainda que os escritos do jesuíta continham, de facto, passagens que para os padrões coevos eram evidentes heresias, entenda-se, erros de fé). Aliás, a incursão pela temática de Vieira neste capítulo parece um pouco forçada. Para que serve Vieira na economia da explicação dos motivos que levaram à “destruição do templo”, isto é, ao fim do judaísmo no Brasil holandês? A não ser que o título do capítulo tenha plurais dimensões metafóricas, algumas das quais menos evidentes para os leitores. O que não é avisado.

Como espero ter deixado claro estamos perante um aliciante, bem construído, original e importante estudo que muito enriquece o património de conhecimento sobre o Brasil holandês e, principalmente, sobre os judeus de origem portuguesa que lá se instalaram.

Opto por terminar com uma reflexão crítica. Tem ela a ver com o que considero o perigo para a História de os historiadores manejarem formas narrativas próximas do, actualmente, tão vulgarizado romance histórico. Nada tenho contra estes romances ou filmes ditos históricos, alguns dos quais de altíssima qualidade e propiciadores de deleite, enquanto obras de arte e até, admito, de aproximações possíveis à representação do passado. Só que, ao contrário do que a maioria dos seus desavisados consumidores presumem, e que os seus editores e autores tentam vender, através deles não se aprende História. Tudo isto vem a propósito do modo como Vainfas optou por utilizar parcimoniosamente o aparato de notas de rodapé para abonar algumas das propostas que fez. Não discuto, nem duvido, um instante que seja, fique isso bem claro, que o autor compulsou as fontes e de que o que escreve se suporta no que nelas viu. Conheço-o pessoalmente, bem como a sua obra prévia, para acreditar nele. Todavia, e isso é particularmente evidente na reconstituição dos percursos biográficos do capítulo 4, tal não é explicitado ao leitor e nem todos são obrigados a ter o primado de “crença” que eu tenho no autor. Não se trata apenas de um formalismo, da obediência a certas rotinas historiográficas, entenda-se. Trata-se antes de permitir a quem lê, ajuizar melhor como foi possível chegar a determinada informação e perceber a pertinência da interpretação que o autor dela propõe, e até, o

que não pode deixar de preocupar o historiador, consentir que o leitor tenha a possibilidade de, por si próprio, chegar à fonte de onde tudo nasceu. E o que sucederia à História se todos optássemos por começar a escrevê-la sem fornecermos, no momento exacto e com rigor, as fontes que compulsámos? Na prática, ao optar por um uso contido do aparato crítico, Vainfas colocou a sua narrativa, por vezes, num registo próximo do romance histórico. Perigosamente vizinho do romance histórico. Assim o entendo eu, apesar de admitir que a fórmula possa propiciar uma leitura mais agradável do texto. É, todavia, uma concessão que comporta perigosos riscos, para a História, entenda-se. E, por essa via, para os próprios historiadores. Não será uma forma de autofagia?

*José Pedro Paiva*

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da U. C.

lejpaiva@fl.uc.pt

**PELÚCIA, Alexandra – *Corsários e piratas portugueses. Aventureiros nos Mares da Ásia, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010, 213 p.***

Entre os objectos privilegiados na produção cultural do século XXI estão a pirataria e o corso. Práticas que atravessam a longínqua Antiguidade até ao presente – vejam-se os ataques na costa da Somália – tanto em águas ocidentais, como orientais, a pirataria e o corso encontram manifestações na literatura, em obras como *A Ilha do Tesouro* e *O Corsário Negro*, no cinema, com o êxito de *Os Piratas das Caraíbas*, cujo sucesso levou a um recente quarto filme da série, e até no léxico adaptado às modernas realidades tecnológicas, do qual o termo *pirataria virtual* e o famoso website *Piratebay.org* são exemplos. Porém, apesar da projecção no domínio do entretenimento, esta temática não tem merecido tanta atenção por parte dos historiadores, pelo que o estudo em apreço é trabalho inovador no campo da historiografia.

A autora exerce funções de docência na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, desde 2001, nas áreas de História da Expansão Portuguesa e História da Ásia. É também investigadora

integrada e membro da direcção do Centro de História de Além-Mar, e assumiu, desde 2008, a coordenação científica da *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa, Séculos XV-XVIII* ([www.cham.fcsh.unl.pt/eve](http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve)). O livro insere-se nas áreas da sua especialização e teve a sua génese na tese de mestrado *Curso e Pirataria: Presas Portuguesas no Golfo de Bengala (1516-1666)*, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 1998.

Quanto á estrutura, a obra abre com uma elucidativa Introdução, seguida por três partes, sendo cada uma subdividida em capítulos – três na primeira parte e dois nas restantes. A finalizar um robusto corpo de anexos (listas dos vice-reis e governadores do Estado da Índia, reis do Arracão e imperadores mongóis), e o elenco das fontes e bibliografia. Não é de menosprezar também a excelente ilustração inserida na capa, do salteador Bartolomeu Português, e das imagens que se encontram a meio do livro.

Na Introdução a autora sugere que em Portugal, ao contrário da historiografia internacional, “o estudo das práticas do curso e da pirataria nunca teve uma expressão autónoma saliente” (p. 15), sendo que certos estudiosos – como Vitorino Magalhães Godinho e Luís Adão da Fonseca – estudaram o assunto dentro de uma análise geral dos problemas que afectaram os interesses portugueses, enquanto outros (como Luís Filipe Thomaz) contribuíram para o relançar. Apesar de escassos, todos tendem, com algumas excepções, a privilegiar os portugueses mais como vítimas da pirataria do que como praticantes.

São apontadas duas ordens de razão explicativas para esta fraca produção: a “subsistência de uma visão um tanto ou quanto idealista da expansão portuguesa” (pág. 16), através da permanência da ideia de que figuras como Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e Afonso de Albuquerque, entre outros, teriam sido somente descobridores e conquistadores ao serviço da coroa, ignorando-se as suas acções de curso. Em contraposição a historiografia indiana considera que a expansão marítima portuguesa na Ásia teve como móbil um conjunto de acções de pirataria que vieram perturbar a harmonia local, como defende Odayamadath Kunjappa Nambiar. Na mesma ordem está implícito a noção geral de que havia uma pirataria a que se dedicavam portugueses de baixa condição social, e que estavam à margem do controlo

do Estado da Índia; ideia que ganha relevo devido a Fernão Mendes Pinto – autor da famosa obra *Peregrinação* – que não passa de uma excepção.

Quanto à segunda razão, Alexandra Pelúcia lamenta a reduzida quantidade de fontes para o estudo das actividades de depredação marítima levadas a cabo pelos portugueses na Ásia, acrescentando a natureza diversa dessas fontes e a sua dispersão. Porém, a informação é suficiente para traçar um quadro explicativo, dotado de clareza e coerência interna, sendo esse o objectivo da autora.

A primeira parte da obra encontra-se subdividida em três capítulos e foca-se nos corsários d’el-rei, o seu espaço de acção, a sua organização, e como isso foi fundamental para a afirmação da presença lusa em águas asiáticas, numa fase inicial. Esta parte principia com um relato da chegada dos portugueses ao Índico e o desenvolvimento das relações com as comunidades locais. A competitividade pelo comércio da pimenta com os muçulmanos e a influência que estes tinham sob os potentados Hindus levou à adopção de uma atitude hostil por parte dos portugueses, sendo paradigmática a situação que Pedro Álvares Cabral enfrentou em Calecut, cidade que ordenou fosse bombardeada após um ataque muçulmano à feitoria portuguesa ali instalada.

Confrontados com um cenário hostil aos seus interesses, os portugueses procuraram afirmar-se no Índico através da violência marítima: a concessão de cartazes (salvo-condutos) aos aliados foi uma das formas de afirmar uma talassocracia no Índico. Contudo, a guerra de corso não era novidade para os portugueses, que levaram para o Índico o que já praticavam em águas atlânticas e mediterrânicas no século XV, pelo que já havia políticas quanto às acções de corso e repartição do espólio das presas – políticas exploradas minuciosamente ao longo do segundo capítulo, providenciando uma noção inteligível do funcionamento do sistema corsário e a sua exploração pelo Estado da Índia.

No que toca ao Índico a autora refere que – ao contrário do que defendem certos autores, grande parte pertencendo à historiografia indiana – os portugueses não vieram inaugurar uma era de violência marítima. Opinião que partilhamos, tendo em conta a longa história marítima do Índico e dos potentados que ali lutaram por uma hegemonia marítima. Contudo, a presença portuguesa poderá ter inaugurado uma nova era de fazer a guerra, caracterizada pela introdução de novas tecnologias militares e náuticas.

No tocante a zonas preferenciais das acções corsárias o Mar Vermelho apresenta-se como a principal. A presença muçulmana e as riquezas provenientes das rotas marítimas que ali convergiam levaram a que a coroa investisse mais nas acções corsárias, tornando a fiscalização das portas do Mar Vermelho – golfo de Adém e estreito do Bab-el-Mandeb – uma prática corrente. Se, por um lado, os corsários d’el-rei beneficiavam da honra no que toca à luta contra o infiel, por outro também tiravam grande proveito do saque das presas.

No golfo de Bengala a presença corsária foi menor por diversos motivos: escassa presença muçulmana, vontade de relações diplomáticas pacíficas com os diversos potentados estantes na zona e maior iniciativa privada por parte dos portugueses na região – o que levou George Winius a denominar de “império-sombra”, que corresponde a “um processo sistemático de domínio político-territorial ou marítimo-territorial, que tivesse sido encetado por súbditos portugueses, à margem do Estado da Índia, mas que nunca teve qualquer dimensão real” (p. 55). A autora contesta a denominação, defendendo que os particulares obedeciam a uma série de critérios – localização e articulação com as redes de comércio – quando fundavam uma nova colónia, ou se instalavam em localidades preexistentes.

A primeira parte finaliza com um capítulo dedicado à entrada dos Neerlandeses na Ásia marítima e o seu embate com os portugueses. Nesse capítulo apresentam-se razões do conflito que levaram os portugueses de predadores a presas.

A segunda parte – intitulada *Apresamentos no fio da navalha: Corso ou pirataria?* –, centra-se na problemática da definição/distinção de pirataria e corso e no estudo da acção dos que a praticaram. Os termos “corso” e “pirataria” eram utilizados pelos cronistas e outros agentes das navegações portuguesas, equivocadamente para referirem investidas depredatórias, sem assumirem uma distinção concreta de cada um dos termos. Tal sucedia devido ao significado idêntico das palavras *peiratés* e *cursus* que designavam “aquele que procurava fortuna no mar” (pág. 84). Apesar do uso indiscriminado dos termos para designar as acções de depredação, já existia uma noção jurídica na época que distinguia o legal do ilegal, ou seja, o corso da pirataria.

Dentro desse quadro de distinção entre legal e ilegal, as directivas da Coroa nem sempre eram cumpridas: desde os desvios do quinto para proveito dos

capitães das armadas, dos quadrilheiros e dos escrivães das presas; ao ataque a embarcações providas de cartazes de salvo-conduto; e também às missões subvertidas por iniciativa dos oficiais das embarcações, com vista à obtenção de riqueza. Essas práticas “contribuíam para a confusão reinante entre os estatutos de corsários e piratas, mesmo que nunca se tivessem assumido como rebeldes ou viessem a ser penalizados pelos seus excessos” (pág. 93).

O proveito que se poderia alcançar através de um assalto marítimo, aliado à honra na luta contra o infiel serviu de estímulo para a nobreza não-titulada, secundogénitos e bastardos essencialmente, que embarcava para o Oriente com sonhos de ascensão social. Essa nobreza nem sempre sofria uma punição severa – em comparação com os gentis-homens – quando praticava abusos. Isso sucedia devido ao princípio da desigualdade social característica do Antigo Regime. Quando os nobres transgrediam a fronteira da legalidade – abandonando o serviço ao rei – na procura de maior proveito eram denominados de “levantados”. Datam do período do governo de Lopo Soares da Albergaria as primeiras ocorrências de sublevação – nomeadamente de Jerónimo de Sousa, João Fidalgo e Simão de Brito Patalim. A autora salienta, quanto à reintegração social desses “levantados” de origem nobiliárquica, que “nunca deixavam de pertencer por completo a um grupo de elite, daí que a recuperação do antigo estatuto privilegiado lhes fosse quase sempre permitida”. Opinião acertada. Julgo, todavia, poder acrescentar que o prestígio alcançado por esses “levantados” pelo seu sucesso em várias surtidas terá contribuído para o perdão e reintegração desses nobres ao serviço d’el rei.

A terceira e última parte do livro é reservada aos que estavam, segundo a sugestiva intitulação, *Longe da alçada do Estado português da Índia*. Os nobres constituíam uma parte menor daqueles que aderiam à deserção do serviço real; a esmagadora maioria era composta por soldados de baixa condição social que eram confrontados, quando chegados à Índia, com uma série de adversidades, entre as quais a falta de meios de sustento e baixos pagamentos. Nestas circunstâncias, a adesão à pirataria responderia muitas vezes à única hipótese desses soldados se livrarem da penúria e atingirem as suas ambições pessoais de fama.

Das zonas de acção dos levantados portugueses, Alexandra Pelúcia dedica especial atenção ao golfo de Bengala. A região apresentava-se como

um “paraíso” para os levantados portugueses devido à falta de fiscalização por parte da coroa e às suas riquezas. Foi nesse palco recheado de afluentes dos rios Ganges e Bramaputra que actuaram os *Feringis*, salteadores portugueses que tinham as suas bases na “zona oriental de Bengala, a sueste das bocas do Ganges, com o fito de investir sobre o tráfego mercante e as povoações ribeirinhas” (pág. 125). Muitos desses levantados foram alvo da atenção das autoridades do reino do Arracão, as quais souberam aproveitar os seus conhecimentos para proveito militar contra a ameaça mongol: a presença portuguesa foi essencial para a modernização técnica dos exércitos, construção de infra-estruturas defensivas e acções de depredação marítima a um inimigo que não dominava pelo mar. Segundo a autora, o curso, “assimilado a uma luta de guerrilha, era, portanto, o tipo de luta mais eficaz de que o Arracão dispunha para os enfrentar (os mongóis), tanto pela supremacia lusa nas lides marítimas, como pela sangria económica e pelo desgaste psicológico infligidos” (pág. 128).

Os laços que uniam os *feringis* e o reino do Arracão nem sempre foram estáveis. Exemplo disso são certos episódios de perseguição a comunidades portuguesas residentes em Chatigão e o massacre em Dianga, que foi um “acto de prevenção e de retaliação contra eventuais aspirações de Filipe de Brito de Nicote de controlar o Arracão” (pág. 129). O historiador Sanjay Subrahmanyam afirma, numa dinâmica denominada “a cauda abana o cão”, que homens como Domingos Carvalho (conquistou a ilha de Sundiva) e Filipe Brito de Nicote foram explorados pelo Estado da Índia para que expandissem o seu poder, em nome da Coroa.

Apesar de ser um livro relativamente curto (cerca de 213 páginas, incluindo os anexos), o leitor depara-se com uma vasta temática abordada sob diversas perspectivas, fruto de uma laboriosa investigação. A capacidade (e qualidade) de escrita da autora é uma das características mais cativantes da obra; a utilização de uma narrativa descritiva em muitas partes, digna de um bom romance, permite imaginar com segurança a evolução de um assalto marítimo desde à intercepção de uma embarcação, até ao momento da sua derradeira rendição – os episódios descritos do *O ataque à nau Miri* e *A perda da nau Santa Catarina* são, a esse título, exemplares. Toda a narrativa é fundamentada com a utilização de fontes de vária natureza: desde os tradicionais documentos de arquivo, às da bibliografia sobre o tema.

Há assim um equilíbrio entre uma narrativa inteligível – coerente, fluida e cativante – e uma objectividade científica, com a devida utilização de uma linguagem apropriada, tarefa difícil de concretizar e que torna a leitura dos textos acessível a um público mais alargado.

*Pedro Ricardo da Silva Santos*

Aluno do 1º ciclo em História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

prssotnas@gmail.com

**PROSPERI, Adriano – *Dar a alma. História de um infanticídio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 e *Dare l'anima. Storia di un infanticidio*. Torino: Einaudi, 2005.**

DAR A FACA. HISTÓRIA DE UMA LÂMI(N)A:

*Duas assonâncias, dois sinónimos, uma metonímia?\**

Não é simples apresentar o denso e articulado estudo de Adriano Proserpi, publicado em Italiano em 2005, e editado no ano passado em Português, respeitando o título no idioma de origem: *Dare l'anima. Storia di un infanticidio*. Como outros inovadores trabalhos publicados pelo Autor (Professor de História da Reforma e da Contra-Reforma da Scuola Normale Superiore di Pisa) na Einaudi, também neste caso é um episódio truculento a fazer de prelúdio a um livro tripartido (*A história; Os atores: pessoas e não pessoas; A justiça*) e particularmente atento aos actores principais e não protagonistas.

Trata-se de uma aliciante leitura também nesta versão traduzida por Federico Carotti, e da minha parte tive várias sugestões, digamos histórico-filológico-lexicais, que salientei já na titulação desse percurso, no qual utilizo aliás material iconográfico. O incisivo título do texto editado pela Companhia das Letras *Dar a alma. História de hum infanticidio* mudei-o – alquimia da linguagem – para *Dar a faca. História de uma lâmi(n)a. Duas assonâncias, dois sinónimos, uma metonímia?*

\* Desejo expressar o meu agradecimento mais profundo ao Professor José Pedro Paiva que me deu a ocasião de apresentar esta proposta de leitura num seminário do 3º ciclo em Altos Estudos em História na Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

Num primeiro olhar é um jogo de palavras favorecido pela estrutura dos vocábulos portugueses e italianos, considerando que *faca* é uma assonância de *alma*; e que *lâmina* é a transcrição de “l’anima”, função de uma ligeira metátese entre M e N. Para além do mais, o termo *lâmina* (*lamina* com o mesmo sentido em italiano) depois da contracção do N transforma-se em *lâmia*, palavra que – tanto em italiano como em português – tem uma etimologia grega que retoma um interessantíssimo mito. Por outro lado, *faca* e *lâmina* só à primeira vista podem ser interpretadas como dois sinónimos, ou dois termos intercambiáveis. Contudo, não quero desviar os olhos das acções criminosas desenvolvidas por uma alma “indefesa” à arma do crime. Não há que esquecer, com efeito, que as palavras no contexto da frase constituem uma projecção de sistemas sociais, e muitos modos de dizer nascem de *praxis* judiciais do passado, ou de práticas de justiça com evidente intenção infamante. No entanto, a *faca* é a palavra-chave das perguntas prescritas na leitura do livro que o Autor começa como um enredo de romance histórico.

Quem dá a faca?

Foi Lucia Cremonini a dar uma facada profunda. Crime pelo qual a jovem foi condenada à forca e o seu corpo objecto de uma lição pública de anatomia.

A quem deu a facada Lucia?

Ao seu filho de sexo masculino, parido em pé, postura olhada com suspeição pelos juízes. Pela ferida no pescoço o menino morreu sem ser baptizado. Um acto sacramental fundamental para não serem excluídos da porta da salvação eterna.

Quando e onde cometeu o crime?

Foi a 5 de Dezembro de 1709, cerca de nove meses depois do Carnaval, após uma gestação cuidadosamente escondida. A cena do delito foi um quarto alugado em Bolonha. Segunda cidade do Estado Pontifício, este espaço urbano era o centro gastronómico da região da Emilia Romagna e da *mortadella*: o alimento consumido por Lucia com o homem – um padre jovem – com quem teve uma extemporânea relação naquele momento de festa. Também o detalhe culinário é interessante para explicar o *milieux* identitário de Bolonha «a gorda», como lembra o Autor. Bolonha é, de igual modo, cidade com uma longa tradição académica de medicina forense, onde fica uma das mais importantes universidades formadora de profissio-

nais que colaboraram com o tribunal na identificação das causas do crime, neste caso um infanticídio.

Por que é que a mãe deu a facada? Com que finalidade foi dado o golpe naquele corpinho?

O advogado dos pobres que defendeu Lucia disse aos juízes que a jovem o tinha feito por necessidade, para proteger o que era mais precioso, ou seja a sua honra: o único bem/moeda para colocar no banco do mercado matrimonial para as mulheres da mesma condição social de Lucia. Um factor diferente a respeito da fragilidade biológica do Antigo Regime ou da simples pobreza da mãe.

Não existia nenhuma afeição que enlaçasse a mãe ao seu filho morto e colocado tão depressa na sacola? E não havia outra possibilidade para evitar esta acção extrema?

Estas são algumas das muitas perguntas que o Autor coloca, através das quais se entra numa dimensão que o próprio documento processual não permite conhecer. Também neste caso Prospero soluciona estas «curiosidades» contextualizando o que a documentação judiciária não diz, mas que o historiador como um juiz – ou melhor ainda como o médico – tem de investigar, tendo cuidado com as pistas, os detalhes, interpretando sinais, sem transferir as preocupações do presente para o passado.

E, de facto, a lâmina, o corpo do delito mostrado e reconhecido por Lucia, não é um pormenor? A lâmina, no entanto, não é só uma parte da faca, e só aparentemente é uma metonímia ou simples sinónimo. Com efeito, lâmina é uma palavra polissémica e, de acordo com o *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* de António de Moraes Silva (1755-1824), também tem um outro significado, usado especialmente em âmbito popular, a saber “Pessoa bronca, tapada, estúpida” [vol. VI, p. 133, 10ª ed., 1949]. Talvez Lucia o fosse, seguindo o fio dos documentos lidos e relidos, propostos pelo Autor, o qual sublinha a versão do advogado Arrighi, para quem a protagonista «agira em estado de necessidade, para evitar a perda da honra, movida também por seu parco entendimento das coisas, ”simplicitas”» (p. 24, 136; e versão Italiana, p. 13 e 116).

Provavelmente, ainda nessa altura, em âmbitos culturais eruditos, entre as muitas percepções que Lucia pode ter dado de si mesma, podia ser considerada uma lâmia, significando este termo também “Bruxa, maga,

feiticeira ou qualquer outro fantasma quimérico, em que, segundo a crença dos antigos, se transformavam as mulheres para devorarem as crianças, ou chuparem-lhes o sangue” [cfr. o mesmo *Dicionario*, vol. VI, p. 133]. Este termo alinha-se também com as suspeições das sociedades perante algumas mulheres tidas por bruxas. Exemplificativos, embora mais tardios, os tratados de demonologia, como o de Ulrich Molitor *De lamiis et phitoniciis mulieribus tractatus* (1478); ou o parágrafo *Tractatus unus de sortilegiis alter de Lamis et excelentia* dedicado a este aspecto por Paolo Grillandi; aliás, no *Tractatus subtilis et elegans de lamiis* (1511) do Giovan Francesco Ponzinibio, o canonista sublinhava serem essas bruxas (homens ou mulheres) pessoas ímorais e brutas. Autores de que as recentes entradas de Matteo Duni no *Dizionario Storico dell’Inquisizione* (monumental obra coordenada por Prospero, Edizioni della Normale, 2010) oferecem um actualizado perfil a respeito de quanto dito por sua parte por Giovanna Bosco, na *Bibliotheca Lamiarum [Documenti e immagini della stregoneria dal Medioevo all’età moderna]*, Pacini editore, 1994]. Por outra parte, no final dos anos oitenta do século passado, Francisco Bethencourt evidenciava no início do seu livro [*O imaginário da Magia. Feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI*, Universidade Aberta, 1987] as diferenças lexicais existentes a vários níveis de cultura nas distinções entre *Lamia*, *Strix*, e *Venifica*, entradas estas que retomavam a tradição clássica latina.

As bruxas eram figuras obsessivas e de larga duração do imaginário cultural associadas às mulheres que matavam as crianças e lhes chupavam o sangue. Essas perigosas categorias no livro de Prospero abraçavam, de igual modo, outros tipos sociais acusados de cometer análogos gestos rituais: assim como as bruxas, e ainda hereges e judeus eram «grupos humanos que fundariam a sua coesão sobre um rito cujo centro consistiria na morte de uma criança» (p. 31; V.I. p. 20). Também a estes são dedicadas páginas densas nos primeiros parágrafos do estudo que procura seguir a evolução histórica do infanticídio: «um evento relativamente habitual» (p. 29 ;V.I. p. 18). Com o objectivo de definir, classificar e medir a parábola do crime, o Autor não deixa de considerar os vários aspectos do assassinio das crianças cometido pelos pais: uma categoria de sujeitos muito estrita esta, mas que lembra o mito de Saturno ou de Medeia, capazes de agir de forma tão perversa. No entanto, como é ilustrado com grandes saltos cronológicos

e espaciais, utilizando diferentes historiografias e tipologias documentais, a mãe não tinha sido o objecto privilegiado para crimes dessa natureza.

Se este é cuidadosamente relatado no livro, os dicionários levam-nos a prosseguir este intrincado trilho entre os textos escritos e figurativos, que se costuram com os fios da mitologia. No *Dicionário* de Moraes, perto da entrada *lâmina*, encontra-se também a palavra *lâmia*, cuja etimologia por sua vez é derivada de um mito tão intrigante, talvez menos conhecido do que a heroína da tragédia grega.

Lâmia foi a bela rainha da Líbia da qual se enamorou Zeus, que lhe concedeu o dom de tirar os olhos de suas bases e restaurá-los à vontade. Um importante detalhe, os olhos, um órgão que se encontra ao longo do livro, assim como é o sentido de olhar, o mais importante na percepção comum (p. 103; V.I. p. 86). Voltaremos a este tema particularmente caro a Prospero, que o trata em diversos estudos publicados pela Einaudi, tais como *Tribunali della Coscienza. Inquisitori, confessori, missionari* (1996), onde se focaliza no olhar entre confessor e penitente, e no sentido disciplinado pelo móvel sagrado do confessionário o qual tinha que separar – mas não dividir – os protagonistas do sacramento; olhos a que regressa em *Giustizia bendata. Percorsi storici di un'immagine* (2008).

Quanto ao caso específico é preciso dizer que, tal como Lucia Cremonini, igualmente Lâmia foi culpada do crime de infanticídio, uma série deles cometidos não sobre os seus filhos, mas sobre os de outras mulheres para se vingar de Hera. A deusa ciumenta, por sua vez, tinha morto os filhos que Zeus, seu marido, teve com a bela rainha durante a ligação extraconjugal. Despedaçada pela dor, Lâmia começou a desferrar-se sugando o sangue e devorando os filhos de outras mães. Portanto, como uma bruxa que comete um acto ritual é, para além disso, outro exemplo de como não é sempre e apenas a mãe a cometer este crime atroz.

Foi Horácio que, na *Ars Poetica*, para admoestar o poeta para que fosse o mais verdadeiro possível nas suas invenções, retomou o mito grego destas figuras monstruosas, capazes de engolir crianças e devolvê-las intactas se se rasgasse a barriga. Um feito impossível de acontecer para o autor da literatura latina. A nível figurativo, aliás, é difícil encontrar exemplos desse aspecto terrível segundo o *Lexicon iconographicum mythologiae classicae* [LIMC, vol. VI, t.2, 1992, Artemis, p. 90-91]. Mais, o mito de Lâmia no

V século a. C. podia ser representado como mostra um vaso ático, hoje ao Museu Arqueológico de Atenas (fig. 1), onde é dado a ver uma mulher nua, amarrada a uma árvore, atacada por sátiros com um chicote, enquanto alguns puxavam a sua língua com um alicate e outros queimavam os seus pêlos púbicos. Imagens estilizadas de acordo com as fórmulas pictóricas da época, mas, *mutatis mutandis*, lembram os estereótipos das gravuras polémicas que mostravam as penas impostas a quantos eram acusados de bruxaria e torturados para procurar evidências do pacto com o diabo.

Não podemos demorar sobre esta fonte, testemunho de fascinantes processos culturais, em particular de um antigo modelo iconográfico chegado do Oriente e transmigrado na Época Moderna que se mudou, adaptando-se a contextos sociais e históricos tão remotos e distantes. Por sua parte “num pais sem caças as bruxas” – retomando o título do livro de José Pedro Paiva [*Bruxaria e superstição num pais sem caças ás bruxas (1600-1774)*, Editorial Noticias, 2002] que tratou extensamente o fenómeno da bruxaria – referindo-se ao mito, evidencia-se como diferentemente de outros espaços geográficos, em Portugal foi invulgar a referência ao canibalismo praticado sobre crianças durante as assembleias nocturnas.

Com os devidos aprofundamentos da pesquisa, provavelmente, essa fonte iconográfica pode fornecer uma confirmação para além do que diz o Autor em várias etapas do livro, porquanto a bruxaria e o infanticídio são dois crimes femininos por excelência (p. 40, 55; V.I, p. 28, 42), que não por acaso se entrelaçam obsessivamente. E com efeito obsessões, medos, ansiedades, *dubia de sacramentis*, sentidos de culpa, necessidade de segurança para os meninos que morrem sem baptismo são as tensões que marcam muitas das questões abordadas no livro. Páginas que se abrem para além do mais à cesariana e às propostas revolucionárias de meados do século XVIII feitas pelo jesuíta siciliano Emanuele Cangiamila, no seu tratado traduzido em latim (1758), francês (1762) espanhol (1774) e português (1791-92), aqui com o título *Embriologia Sagrada ou tratado da obrigação que tem os parochos confesores, médicos cirurgiões, parteiras e universalmente todas as pessoas de cooperar para a salvação dos meninos que ainda não teem nascido, ou que nascem ao parecer mortos, dos abortos, dos monstros etc.* Este tratado com ampla difusão social, sugeria um ‘nascimento artificial’ destinado a salvar *in extremis* o feto para baptizá-lo, repropunha segundo

outra luz a exortação de Horácio para que o poeta não inventasse obras fantasiosas e acontecimentos impossíveis como no caso do mito de Lâmia, a quem se abria a barriga extraíndo-lhe um feto vivo (*Ficta voluptatis causa sint proxima veris, / ne quodcumque volet poscat sibi fabula credi, / neu pransae Lamiae vivum puerum extrahat alvo*).

A luz, aliás, é uma outra palavra-chave em torno da qual o Autor gravita, não só pelo nome da protagonista Lucia que deu à luz o menino: a luz serve de facto para ver, e é o sentido do olhar que no início de Dezembro de 1709 e nas semanas posteriores, levou os vizinhos a notar os sinais de gravidez da jovem; assim como guiou as testemunhas a pesquisar no quarto da mãe, achando a faca e o saco escondido sob a cama. Este sentido profissional, juntamente com o tacto, guiará os cirurgiões a reconhecer a causa da morte do infante; e permitir que as parteiras notassem os cabelos, as unhas das mãos e dos pés do «menininho bem formado em todas as suas partes». Os olhos fixos em cima de Lucia são um exemplo microscópico do que teria acontecido um pouco mais tarde, quando na cultura do Século das Luzes o infanticídio como crime cometido pela mãe se tornou num tema que concitou muita atenção. Segundo uma taxonomia aberta a um amplo ângulo de visão e cronológico, até o espectáculo intolerante de horríveis torturas nos corpos de criminosos julgados em nome da razão. Aquela mesma razão que sabia distinguir as diferentes responsabilidades, dependendo se eram homens ou mulheres cúmplices para cometer esses crimes nefandos. Neste caso Lucia foi condenada, situação diferente do jovem sacerdote do qual nem sequer sabia o nome e desapareceu. Significativo é ainda outro exemplo desse dimorfismo penal, que teve lugar em França, em 1692, quando um tal Claude Collet, que tinha ajudado a sua mulher a libertar-se do fruto da própria relação, foi apenas condenado a acompanhá-la debaixo da forca onde a mulher foi enforcada (p. 140; V.I. p.119). Uma divergência importante por um crime/pecado condenado por mecanismos de exclusão social dolorosos e infamantes, quais penitências públicas que afectavam sobretudo as mulheres. Em França não faltaram vozes discordantes, como a suscitada pelo bispo Jean Gerson no início do século XV. Preocupado em não acumular o sofrimento nos laços familiares, o prelado aconselhava as autoridades eclesiásticas a uma atitude respeitosa e compreensiva (67-68; V.I. p. 55-6). Razões pastorais as suas, mas também uma sensibilidade

diferente que de todas as formas não se limitava à área francesa. Mais tarde, nos séculos XVIII e XIX, razão mas também sentimento serão elementos-chave para tornar o infanticídio argumento privilegiado da produção artística literária que tinha como protagonistas mulheres sozinhas ou mães sem maridos.

Por outra parte, no mundo feminino que rodeou Lucia, depois de ter ultrapassado sozinha o limiar passagem de simples jovem honesta para mãe culpável de infanticídio, ressalta a parteira. Abordando o papel social desta figura ambígua e liminar, cuja percepção social ia desde a bruxa até à de pessoa privilegiada “que está diante” da mulher no parto, mas também coadjutora do mundo eclesiástico administrando o sacramento do baptismo, ou como no caso do protagonista de Bolonha, uma valiosa aliada do tribunal del Torrone, a herdeira da bacante clássica resume claramente uma série de novas funções e responsabilidades cada vez mais disciplinadas.

Sínodos e documentos diocesanos são fontes preciosísimas para sondar o interesse demonstrado pelas autoridades eclesiásticas sobre essas mulheres depositárias de conhecimentos frequentemente transmitidos oralmente. Prosperi apresenta exemplificações atentas sobretudo aos espaços diocesanos da Itália do Norte. Para além disso, da mesma maneira articulada foi a legislação dos sínodos dos séculos XVII e XVIII dos bispos do *Mezzogiorno* da Península Itálica onde, para além dos prelados de nação italiana, em algumas dioceses havia bispos de origem ibérica. Prelados com formação teológica ou canónica e que exercitavam os seus *munus* em territórios caracterizados por um caleidoscópio de etnias (gregos, albaneses, ciganos) e também comunidades com práticas, habitus e rituais comunitários que se distinguiam dos das povoações autóctones. Permanecendo neste espaço, de acordo com quanto exemplificou David Gentilcore [*From Bishop to Witch: The sistem of the sacred in Early Modern Terra d'Otranto*, Manchester University Press, 1994], excepcionalmente as parteiras podem encontrar-se nos actos judiciais diocesanos para iniciar a canonização de um santo, como San Giuseppe da Copertino (1603-1663). No vasto campo de acção taumatúrgica do frade franciscano oriundo de uma pequena comunidade do Sul de Itália, estavam também os partos difíceis. Durante o processo para o reconhecimento das heróicas virtudes do franciscano, os depoimentos da parteira Laura Falconiera, por um lado, constituem um fraco fio pelo qual

resulta que na execução do sacramento confessional – garante de uma boa conduta moral – a *obstetrix* (como registou o notário) não frequentasse com uma particular intensidade o confessor que devia guiá-la espiritualmente. Por outra parte, o testemunho da *mammanna* (como se declarou Falconiera) é interessante porque explica como uma potente relíquia do frade fosse capaz de favorecer o parto de uma mulher em perigo de morte. Desta maneira a intervenção por contacto da relíquia do futuro santo entrava em competição com as técnicas de manipulação dos médicos e da mesma parteira.

Na povoação de origem do santo – que foi processado pela Inquisição romana na primeira metade do século XVII por simulada santidade – não existem refigurações deste milagre. Muito significativa, porém, é uma pintura realizada depois da sua beatificação (1753). Aquele testemunho hagiográfico que figurava o futuro santo em glória tinha um significado especial encontrando-se no espaço onde se administrava o sacramento baptismal. Além disso, associando visivelmente o novo beato com uma concha *pecten jacobeus* e com outros elementos indigitados pelo frade, reassumia a história das relações de clientela terrena e de protecção celeste estabelecidas entre a “terra” de origem e o poderoso concidadão, jogando finalmente um forte papel entre sistemas protectivos-cultuais e onomásticos. Histórias conhecidas dos membros daquela comunidade e concentradas naquela pintura: uma micro história descodificável por eles e que reflectia processos análogos a quanto sucedia no mundo clássico com os nomes dos protagonistas da mitologia.

No livro de Prosperi mais do que as luzes sobre a parteira evidenciam-se as sombras como aquelas ultrapassadas por essas mulheres que, longe dos olhos dos homens, praticavam os seus conhecimentos no campo das relações sexuais, na gestação e no parto, auxiliando as mães nas etapas cruciais de vida ou de morte. A profissão da parteira é definida «mágica» (p. 48; V.I. p. 36), situada à margem daqueles momentos de bifurcação, actuando para o bem ou de mau olhar.

E quanto ao historiador qual é o seu trabalho, qual é a direcção do seu olhar? Ele também actua como o médico que, através da observação dos documentos pode levar ao conhecimento de algo que permanece oculto. Um acto que às vezes pode ficar incompleto quando se investigam os vários objectos e temas de interesse historiográfico recentes como as condições diferentes e as distintas posições sociais dos indivíduos, os ritos de passagem,

o papel da mulher na posição de mãe, a divergente dignidade na hierarquia da espécie dos meninos e das meninas, a consideração dos frutos de vínculos matrimoniais aceites ou daqueles proibidos derivados de relações extra-conjugais; o infanticídio entendido como prática social passado depois a crime perseguido por lei; a sua condenação com penas dissuasoras seguidas por punições por meio de sistemas de controlo preventivo; o conceito de alma; a percepção do condenado desde perigoso a vítima dócil. Apesar do conhecimento parcial e limitado a que se pode chegar numa investigação, o Autor abarca os factos com um abrangente ângulo visual, dando alma a algumas páginas e costurando belas metáforas, como aquela notada por Laura Mello Sousa na badana da versão editada no Brasil.

Com efeito, ao lado do olhar masculino, o Autor reconhece também o de muitas historiadoras que, desde a segunda metade do século passado, foram capazes de ressuscitar da memória factos e documentos históricos, bem como dados qualitativos e quantitativos além de motivos dos delitos e resultados dos procedimentos: aspectos identificados em diversos contextos geográficos e culturais. Esses estudos, tratados com diferentes cortes metodológicos têm uma vigorosa legião composta, entre outras, por Natalie Zemon Davis (pelas pesquisas em França), Ulinka Rublack (Alemanha), Claudia Pancino, Ottavia Niccoli, Giovanna Fiume, Christiane Klapisch-Zuber, Giovanna Da Molin e Giorgia Alessi (Itália). Todas elas, embora de gerações e formações diferentes, aprofundaram os simbólicos lugares marcados por Gabriella Zarri, abrindo esses *topoi* para outros contextos sociais e geográficos honrados/desonrados por relações prescritas ou proibidas. Além delas, para a área portuguesa podemos acrescentar Isabel Drumond Braga, Iria Gonçalves, Maria Antónia Lopes, Ana Isabel Marques Guedes e Fátima Reis que têm estudado vários aspectos destas categorias marginalizadas, fazendo-as sair do anonimato. Por isso mães sem maridos, crianças recém-nascidas e abandonadas, sistemas onomásticos, inspecções nos corpos de mulheres sem maridos controladas por autoridades e sociedades, lugares como prisões da justiça civil ou do Santo Ofício, mosteiros e conventos, colégios ou hospitais, misericórdias ou recolhimentos tornaram-se campos historiográficos decisivos.

O crime hediondo – ou, melhor dito, nefando – teve voz renovada, e fontes que foram usadas no passado em áreas específicas podem ser

usadas para novas perguntas. Não só os arquivos da justiça podem fornecer elementos para desenhar perfis de criminosos, mesmo *libri baptizatorum*, *status animarum* ou *ròis de confessados*, registos de institutos caritativos de recolha são um património documentário para dar conta do fenómeno social e costurá-lo com outros aspectos levados em consideração e controlados pelas autoridades seculares ou eclesiásticas.

Mas para aqueles que não têm um nome e por isso mostram um outro *omen*, como é possível escrever a história desse ser humano? Esta é uma grande dificuldade, uma curiosidade às vezes insatisfeita que não permite assinar os movimentos, seguir a pista e reconectar o indivíduo a um contexto relacional e, portanto, identificá-lo. No documento do processo de Bolonha foi o padre jovem que desflorou a protagonista o sem nome da história: «um fugaz figurante» está também definido. Atento na procura de um perfil individual o Autor, no entanto, revela o carácter social do clérigo em busca de aventura: não um retrato, mas um contorno colocado no contexto e entre os comportamentos vigentes. No entanto, além do que diz Prosperi, no Carnaval de Bolonha talvez não pudessem faltar papéis invertidos e escondidos, entre os quais se enquadrava também o jovem descrito pela Lucia. O hábito no seu caso não fazia o monge, e se por trás da máscara de um sacerdote estava escondida uma outra identidade daquele que cometeu o estupro, talvez, neste contexto, se pudessem compreender as advertências dos bispos particularmente atentos à utilização de paramentos eclesiásticos para fins diferentes dos prescritos nas cerimónias sagradas. Com efeito, deslocando-nos para outro contexto geográfico tão aberto para semelhantes prazeres e papéis sociais invertidos, mas também vigilante para as tentativas de disciplina, é exemplificativo o sínodo realizado numa província do sul itálico. Ali se ordenou, sob pena de excomunhão e cinquenta quilos de cera, que “nenhum religioso, padre ou clérigo tinha que emprestar hábito, *cotta* ou outra coisa eclesiástica para fazer máscaras ou outros actos desonestos e proibidos e na mesma pena estejam os que em semelhantes hábitos vestiram”. Provavelmente, esse decreto com ampla difusão social é um sinal da atenção para os leigos e clérigos que usavam esses hábitos imbuídos de muitos poderes, sejam eles de casta/*status* ou com um elevado valor sagrado.

Mas, para além do espaço no livro dedicado a esta figura misteriosa do padre jovem, a criança é outro grande protagonista: um personagem que, como resultado do crime havia sido condenado a ficar aliás num limbo social e também no teológico, não tendo recebido nem o sacramento para o segundo nascimento, nem a obra de misericórdia corporal do enterro. Prospero expõe esse e outros momentos entrelaçados com questões cruciais como alma e pessoa, especialmente a partir do capítulo intitulado *Uma “criatura” sem nome, ou quando um homem não é um homem* (p.164; V.I. p. 142). A indicação onomástica não é apenas um fio comum que corre a narrativa: sendo o nome uma das formas da alma (p. 202; V.I. p. 174) costura a conexão entre esta e o indivíduo. O acto de atribuir um nome constitui um momento constitutivo e criativo. Segundo Pierre Bourdieu é um acto de magia social. Para Prospero significa dar o sinal por excelência da identidade individual (p. 195, V.I. pp. 167-168), um momento simbólico fundamental, e no caso de um recém-nascido representa a inclusão numa rede de ligações e protecções. Antes de tudo o padroeiro divino. Comparações com outros territórios europeus que depois da Reforma entenderam o sacramento do baptismo de forma diferente, as páginas centrais do livro abrem-se ainda à prática social que marca, com a sensibilidade de hoje, de acordo com Michael Mitterauer, um dos momentos mais íntimos do casal: a escolha do nome do nascituro. O prefácio do denso estudo do historiador austríaco é sintomático quando diz “ a época na qual se discute o nome dos filhos é com certeza uma das mais belas de um matrimónio. Mas pode suceder a mesma coisa quando se fala dos nomes dos netos”. No entanto, como foi mostrado pelo Autor, usando as observações do repórter Ryszard Kapuscinski ( p. 168; V.I. p. 145), com o advento do cristianismo e do islamismo, o exuberante mundo onomástico derivado da poesia e da história foi reduzida a uma dúzia de nomes a partir da Bíblia e do Corão. Um reflexo do contemporâneo sugerido pelo grande continente Africano, mas ligada às épocas anteriores, quando os antepassados e os santos tiveram um papel fundamental no processo de atribuição do nome na história europeia. Expressão de património imaterial, como também indicador de *status* o processo de escolha onomástica de um dado de natureza transforma-se em feito cultural, numa representação social. Não é por acaso que a onomástica das instituições de assistência de crianças nascidas fora do casamento reflectem processos semelhantes.

Em Bolonha, havia o Abrigo dos Bastardinhos, instituição onde Lucia poderia alternativamente livrar-se da criatura (p. 81; V.I. p. 69), em Florença o dos Inocentes, que recolhia os expostos geminando o nome do famoso cemitério parisiense (p. 201; V.I. p. 173). Indícios de como a criança abandonada fora também vista como uma categoria sem culpa, e concebida como um objecto de culto, tal como os santos. Mantendo-nos no território italiano e em particular no Sul, uma grande estrutura que operava no sector caritativo foi a Santa Casa dell'Annunziata em Nápoles. Esta designação é sintomática, projectada na defesa dos filhos da "Ave Grazia Plena", retomando as palavras do anjo Gabriel que deu o anúncio a Maria. Nápoles, além disso, era a populosa capital com uma forte mobilidade masculina, e este instituto caritativo recolhia ainda os frutos das distintas províncias do vice-reino peninsular. Também as instituições semelhantes do Norte peninsular italiano tiveram na Virgem e nas suas declinações (Madonna della Misericordia, Madonna della Scala, etc.) uma forte conotação de que teria marcado a origem dessa 'lama' da sociedade, ou seja desses enjeitados caídos do céu, colectados pela terra e colocados sob o manto de Maria [retomando Carlo Corsini, *Era piovuto dal cielo e la terra lo aveva raccolto*: il destino del trovatello, in *Enfance abandonnée et société en Europe XVIIe-XXe siècle*. Actes du colloque Rome, École Française de Rome, 1991, pp. 81-119]. Nesse sentido é significativo, depois, o nome das instituições ibéricas onde os órfãos eram recolhidos, como no caso de Madrid (Colégio de Niños Desamparados), ou dos colégios portugueses como aqueles dos Inocentes de Évora; da Nossa Senhora da Visitação de Vila Viçosa; de Nossa Senhora da Graça do Porto e, ainda no Porto, o instituto fundado pela Misericórdia do Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança.

A Virgem era então padroeira de um poder por vezes capitalizado, como mostra o adjectivo possessivo "Nossa Senhora", para aqueles que a invocavam em momentos extremos de vida, mas também da morte. E foi, efectivamente, Santa Maria da Morte a titulação da irmandade que teve a tarefa de confortar as últimas horas de Lucia antes que, na manhã de 22 de Janeiro de 1710, fosse executada na praça de S. Petronio. Os irmãos confrades vestidos com roupa que ostentava os seus elevados *status* acompanharam a «paciente» desde a prisão para um lugar seguro e longe da curiosidade da multidão, a fim de investigar os sentimentos e

o estado de espírito da condenada. Por aqui ela encontrou uma recepção calorosa.

Como evidencia o Autor, para sublinhar o contraste entre fases limiares da vida da protagonista do livro, uma mulher estava presente naquele espaço habitado predominantemente por homens, entre os quais havia também um confessor, o médico da alma. Confessada e recebida a comunhão, outro ritual marcou os intensos momentos de conforto espiritual de Lucia. Em seguida, a assassina, no caminho para a forca recomendou-se ao poder de vários advogados celestiais. São sintomáticos os seus nomes, embora o autor não faça plena alusão a isso. Lucia invocou a Virgem Maria, da qual ainda tinha o nome; o psicopompo ou santo da boa morte São José; o padroeiro das mulheres que procuram marido e dos prisioneiros – e dos órfãos – S. António de Pádua; para também pedir a caridade da multidão, até votar-se a outra grande vítima da justiça. A partir destes sinais um novo passo caracterizou a sua vida de mulher indefesa e desprotegida naquele ritual que misturava perdão/punição colectiva, administração da justiça e acto de misericórdia. A última palavra proferida por Lucia foi «Jesus», antes que o carrasco actuasse (p. 358; V.I. p. 315). Focado no seu trabalho e no seu machado (outra faca entre aquelas encontradas no livro como a lâmina usada pela Lucia ou o bisturi dos cirurgiões) também o conto da crónica deixou uma eterna memória do dia marcado pelo ritual do perdão mútuo: uma extraordinária metamorfose em que a mulher se arrependeu, e a multidão estava amarrada com um laço fraterno de reconciliação e de paz. Para a cidade ofendida por este crime nefando – ou seja do qual não se podia falar – era uma espécie de renascimento, uma transformação, uma conversão, um novo começo ditado pelo desejo comum de justiça e de cancelamento do passado. Uma onda de re-semantização urbana e da sua representação que teve o epicentro na praça onde Lucia tinha dado a sua alma.

Na conclusão deste percurso voltamos às perguntas iniciais da leitura com um leque mais variado de respostas propostas, que não se limitam aos interrogativos do subtítulo. Com certeza a experiência daquela mulher camponesa (uma Lâmia ou uma Lâmina se quisermos) também pela sua conversão no principal espaço de sociabilidade urbana não é intercambiável com a de outras mães, e a sua individualidade é tudo menos uma silhueta em comparação com perfis de semelhantes mães infanticidas. Tendo presentes

os objectivos e as angústias que caracterizam as diferentes épocas, o Autor conclui o seu trabalho sublinhando como essas cerimónias públicas de execução capital fossem muito semelhantes às condenações tecnológicas das prisões dos Estados Unidos. Além disso a história de Lucia Maria Cremoni é um exemplo de reflexão. De várias reflexões. Nas cidades do tempo presente grandes anúncios publicitários de novas instituições querem tranquilizar tensões como esta “Preparada para o parto?”, e responde-se oferecendo cursos de preparação e acompanhamento ao parto e pós-parto, aliás da parentalidade. Outras vezes é um perigoso maço de cigarros encontrado no lixo a admoestar “se está grávida: fumar prejudica a saúde do seu filho”. Por outro lado, é este ainda o tempo da reprodução de obras de arte humana, de organismos geneticamente modificados, de peças anatómicas intercambiáveis deixadas nas mãos de monstruosas fantasias cirúrgicas, de obsessões e ansiedades comuns e individuais.

*Paola Nestola*

paola.nestola@tin.it

Bolseira de Pós-doutoramento da FCT e investigadora colaboradora do Centro de História da Sociedade e da Cultura



**PAIVA, José Pedro – *Baluartes da Fé e da Disciplina. O enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1750)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, 480 pgs.**

A criação do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, em 1536, marcou um ponto de viragem na vida religiosa em Portugal. Concedido definitivamente

pela bula papal *Cum ad nil magis*, o Tribunal originou uma situação inédita, uma vez que se criava um novo órgão e novos agentes eclesiásticos (os inquisidores), implicando «toda uma reorganização dos equilíbrios de poder, da jurisdição e dos agentes do campo religioso preexistente» (p. 8) no Reino. É este o pano de fundo para o novo livro de José Pedro Paiva, Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, cujo objectivo foi o de «compor, explicar e pensar os sentidos das relações que se estabeleceram entre a Inquisição e os bispos, no contexto dos desafios suscitados por esta alteração» (p. 8). A obra constitui um estudo rigoroso sobre a relação entre a Inquisição e o episcopado, dois “baluartes da fé e da disciplina” no Portugal Moderno.

A tese de fundo descreve, no essencial, essa relação entre inquisidores e bispos como sendo de cooperação e de sintonia, ainda que nada o fizesse supor, uma vez que, com o surgimento do Santo Ofício, era o episcopado quem mais sofria com a perda de privilégios, de jurisdições e de poder. Com efeito, ao contrário do que se passou na vizinha Espanha e na Península Itálica, em Portugal a Inquisição contou desde o início com o apoio dos antístites. E também desta singularidade portuguesa nos dá conta José Pedro Paiva, num estudo comparado da Inquisição portuguesa com as suas congéneres existentes naqueles dois territórios. O autor salienta, ainda, a actividade dos inquisidores e dos bispos como disciplinadores da sociedade portuguesa e a sua importância a nível político, enfatizando a preocupação da Coroa na manutenção da boa ordem entre essas duas instâncias. No entanto, também existiram algumas vozes discordantes e alguns momentos de tensão que, igualmente, são referidos e devidamente explicados. Este estudo constitui, pois, um retrato preparado com precisão e com minúcia e que proporciona uma visão clara sobre os laços, os enlaces e os limites existentes na relação entre bispos e inquisidores.

O livro apresenta uma estrutura equilibrada: para além da introdução e da conclusão, comporta cinco capítulos, cada qual abordando uma temática específica e incluindo várias subdivisões, de modo a facilitar a explicação e a demonstração do sentido das relações entre os baluartes da fé e da disciplina. Trata-se de um estudo longo, muito bem escrito e com uma linguagem bastante clara, permitindo uma fácil leitura, bem como uma boa compreensão e apreensão dos conceitos e ideias apresentadas. Todos os temas abordados

são explicitados com exemplos, com situações alusivas ao respectivo assunto ou mesmo com casos práticos que permitem uma maior clarificação do que está a ser exposto. Durante a investigação, foram analisadas fontes manuscritas e impressas de proveniência variada, desde o *Archivo Segreto Vaticano* até ao Arquivo da Universidade de Coimbra passando pelo Arquivo Público do Estado do Maranhão, entre muitas outras. Foi também consultada uma vasta bibliografia (portuguesa, italiana, espanhola, francesa, etc). Esse elenco é apresentado no final do livro, sem prejuízo das referências explícitas nas inúmeras (1402) notas de apoio destinadas a abonar, a contrapor ou a justificar muitas das ideias propostas. Neste particular, deve realçar-se que o autor teve o cuidado de chamar a atenção para algumas opiniões com as quais não concorda e para estudos menos consensuais sobre o assunto em apreço. No final da obra, são fornecidos dois utilíssimos instrumentos de trabalho: um “Índice de Nomes de Pessoas e de Instituições” e um “Índice Toponímico”.

Em síntese, esta obra apresenta-se como inovadora no panorama historiográfico nacional e internacional, em grande medida como resultado da forma abrangente, integrada e inserida na longa duração com que a investigação foi efectuada. No que diz respeito ao conteúdo específico, passarei agora a levantar um pouco o véu do que é abordado em cada um dos cinco capítulos.

O primeiro capítulo mostra de que forma se efectuou o reajustamento do campo religioso após o estabelecimento da Inquisição e o consequente aparecimento de um novo corpo de agentes eclesiásticos – os inquisidores. À nova instituição foram atribuídas funções de «vigilância da ‘pureza da fé’, repressão das heresias e disciplinamento de crenças e condutas religiosas, matérias até então sob alçada episcopal» (p. 15). Mas desde o início que o Santo Ofício português procurou expandir o âmbito da sua área de intervenção conseguindo aumentar, progressivamente, o seu poder e competências, até se tornar dominante no plano da definição da ortodoxia religiosa e da perseguição das heresias. Ora, na maioria dos casos, foi o episcopado que se viu lesado nos seus atributos, que agora passavam para o Tribunal da Fé, tal como acontecia no tocante às heresias, cuja competência, antes da criação definitiva da Inquisição, cabia aos auditórios episcopais. Outro aspecto focado respeita aos privilégios de foro dos ministros e oficiais

do Santo Ofício, isto é, ao facto de serem isentos da jurisdição episcopal. Salienta-se ainda a censura literária desenvolvida pelo Tribunal da Fé, não só para reforçar o facto de se ter imiscuido em mais uma função do episcopado, mas também porque passou a exercer a função censória sobre os textos produzidos pelos próprios bispos, além de interferir nas leituras que lhes eram permitidas. A Inquisição fez de tudo para afirmar e aumentar o seu poder perante o episcopado, procurando um lugar de superioridade e de hegemonia no campo religioso, interferindo nas mais variadas áreas, como por exemplo na confissão, procurando apoderar-se desse poderosa «arma» como fonte de captação de denúncias ou mesmo tentando imiscuir-se em zonas reservadas da esfera episcopal, como a aprovação dos pregadores e dos confessores, ou a pregação, entre outras. De facto, o poder inquisitorial aumentou, impôs-se e enraizou-se na Igreja. Não obstante, e ainda que de forma algo inesperada, o Tribunal da Fé encontrou no episcopado um forte e poderoso aliado, um colaborador e um defensor.

No capítulo seguinte, caracterizam-se as modalidades de colaboração entre a Inquisição e o Episcopado. Salienta-se o facto de os quase três séculos de vida da Inquisição se terem pautado por um clima de harmonia e de profícua colaboração entre aquelas duas grandes referências do campo religioso. Existia uma «convergência tácita de interesses entre as duas instâncias, assente numa comunhão ideológica de fundo, decorrente de uma visão global do mundo, da sociedade, da religião e do tempo, na qual a preservação da ortodoxia da fé católica, tal como definida pela autoridade da Igreja, era um pilar essencial» (p. 140). Era comum o sentimento de que a Inquisição não se criara contra os bispos, mas a favor deles e com eles, até porque a fundação do Tribunal da Fé foi apoiada desde o início por um número significativo de antístites. Havia, assim, um envolvimento e uma colaboração entre as duas partes, que assumiu várias formas e que se manifestou em diferentes áreas, como por exemplo: o desempenho de cargos de topo da Inquisição (sobretudo do lugar de inquisidor-geral) pelos bispos; o fornecimento de informações, de denúncias e de processos ao Tribunal da Fé por parte do episcopado; ou a disponibilização de recursos humanos que permitiram que o Santo Ofício actuasse com eficácia enquanto ainda estabelecia a sua própria rede de pessoal. É certo que existiram desavenças pontuais e arestas a limar, mas, no geral, «bispos e inquisidores estiveram

enlaçados nesta cruzada para preservar a ortodoxia, mantendo a integridade religiosa de Portugal, pelo que, amparando-se e irmanados, erigiram-se nos baluartes da defesa da fé católica. A história destas relações, até 1745, fez-se mais de laços do que de limites» (p. 188).

Da sintonia ideológica (aliada à colaboração prática já referida) entre episcopado e Inquisição trata o terceiro capítulo. Dá-se uma ideia de como os antístites viam a Inquisição, o lugar que lhe era atribuído na Igreja e na sociedade portuguesa, a função que lhe cabia e quais as suas políticas, e, nesse sentido, demonstra-se como a maioria dos bispos as compartilhava e as defendia. As expressões de apoio dos bispos à acção inquisitorial encontram-se em documentação variada, como missivas, sermões, livros ou até na sua activa participação nos autos-da-fé. Mas uma via bem mais credível para averiguar a convergência ideológica entre os “bispos pastores” e os “inquisidores vigias” passará por perceber a posição assumida pelo episcopado em fases críticas da vida da Inquisição. Assim, podemos dizer que, até ao final do século XVII, sempre que a independência ou a capacidade de acção do Santo Ofício foram ameaçadas ou postas em causa, os bispos uniram-se e defenderam o estatuto institucional, os privilégios e os modos de actuação do Tribunal da Fé. José Pedro Paiva escolheu os seguintes quatro momentos para demonstrar esta postura do episcopado: «o estabelecimento da Inquisição e as dificuldades levantadas à sua autonomia de actuação; o perdão geral concedido aos cristãos-novos em 1604-1605; as tentativas de reforma do Tribunal no reinado de D. Filipe IV, que culminaram com a publicação, em 1627, de um édito da graça especial para os cristãos-novos; e a suspensão da actividade da Inquisição imposta pelo papado entre 1674 e 1681» (p. 213).

O quarto capítulo conduz a análise para lá do plano religioso, de maneira a enquadrar este na sua relação com a política. De facto, eram profundas as articulações entre estes dois aspectos da vida da sociedade. Ao estudar a actuação da Inquisição e do episcopado, e pensando sobretudo na forte acção que ambos tiveram no disciplinamento da população, não podemos deixar de ver aquelas duas instâncias como fortes aliadas da Coroa, transmitindo à população noções de hierarquia, de ordem e de obediência que configuravam a base de uma forte coesão social, facilitando e promovendo assim a afirmação do poder político. O disciplinamento dos crentes enraizava a

obediência dos vassallos e essa era uma das razões principais para que a aliança e a cooperação entre estas entidades eclesiásticas, que tinham competências nestes domínios, fosse de todo o interesse para a monarquia. Este enlace permitia uma divisão do trabalho de disciplinamento e vigilância do comportamento das populações, tendo-se construído uma cooperação sólida, caracterizada por uma profícua complementaridade entre o Santo Ofício e o episcopado. Criou-se um sistema que repartia entre estes dois poderes o esforço de normalização e de vigilância dos comportamentos, das crenças religiosas e do doutrinamento das populações, ou seja: «bispos e inquisidores vigiaram espaços diferenciados; concentraram a actuação sobre estratos sociais da população distintos; puniram crenças religiosas e comportamentos de diferente tipo; e utilizaram métodos de actuação desiguais» (p. 267). Assim, podemos dizer que os bispos desempenharam o papel de pastores, sendo os principais responsáveis pela instrução, pelo enquadramento sacramental e pela vigilância dos comportamentos morais e da prática religiosa dos fiéis. Por sua vez, os inquisidores actuaram como vigias, concentrando a atenção na defesa da ortodoxia através da severa e pública repressão das heresias (p. 301). Na verdade, a Igreja, ao transmitir aos seus fiéis uma doutrina para acreditarem e obedecerem, contribuiu para o aprofundamento do processo de subordinação dos vassallos à Coroa. É de valorizar a importância destes dois baluartes da fé para a construção do Portugal Moderno, uma vez que a Coroa soube servir-se deles para moldar a sociedade – ao mesmo tempo que se disciplinava o crente, disciplinava-se também o vassallo...

O quinto e último capítulo principia com a apresentação do estudo comparado da relação entre bispos e Inquisição nos três espaços que vão sendo referenciados ao longo de toda a obra: Portugal, Espanha e Península Itálica, destacando-se neste particular a originalidade da situação portuguesa. De seguida, estudam-se algumas excepções à regra do que foi a relação existente entre o Santo Ofício e os bispos em Portugal, isto é, os momentos em que se verificaram situações de discórdia e polémicas, motivadas sobretudo pelas seguintes razões: a jurisdição em relação a delitos de foro misto; os lugares a ocupar nos rituais e nas cerimónias, sobretudo públicas; o pagamento de pensões à Inquisição sobre rendas episcopais; e a aceitação dos procuradores nomeados pelos bispos para os representarem no desem-

bargo e na votação dos processos inquisitoriais. De referir que, na maioria dos casos, o Tribunal da Fé acabou por fazer vingar a sua vontade, consolidando assim uma posição de superioridade na definição do seu estatuto e das suas políticas. Analisam-se ainda, neste derradeiro capítulo, as atitudes de alguns bispos que não seguiram a opinião da maioria, criando para si percursos alternativos sem com isso assumirem posições de fractura ou de oposição aberta ao Santo Ofício. Neste ponto, identificam-se quatro perfis distintos: i) os defensores da jurisdição e da autoridade que possuíam *antes* da criação da Inquisição; ii) os bispos que, saídos das fileiras da Inquisição e governando dioceses periféricas, perpetuaram uma actuação autónoma no julgamento de heresias; iii) os apologistas de vias mais suaves de vigilância da ortodoxia e de instauração da disciplina católica; iv) e os protagonistas de percursos oscilantes e com um padrão de actuação difícil de definir, porque marcado por alguma ambiguidade. Por fim, apresenta-se a reconstituição dos dois únicos episódios que colocaram em confronto grupos de bispos, por um lado, e a Inquisição portuguesa, por outro, «mostrando como, nos meados do século XVIII, os baluartes da fé e da disciplina perdiam consonância ideológica» (p. 418). Assim se anunciavam já os novos tempos; como explica o autor, «na relação entre bispos e inquisidores iam medrando mais limites do que laços» (p. 418).

Apresentado, nas suas linhas gerais, este excelente trabalho (mais um com a chancela da Imprensa da Universidade de Coimbra) sobre o relacionamento entre a Inquisição e os bispos em Portugal no período compreendido entre 1536 e 1750, resta-me referir que, dentro dos estudos disponíveis sobre o tema, o novo livro de José Pedro Paiva propõe uma abordagem inovadora e suscita questões e problematizações que farão dele uma obra de referência no quadro da historiografia da Época Moderna, das estruturas eclesiásticas e, muito em especial, da Inquisição.

*Carla Rosa*

Aluna do 1º ciclo em História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra  
crmargarida@gmail.com

**BELINQUETE, José – *História da Catequese em Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 2011, 2 vols., XX+940+índices; 941-1662+índices.**

O Padre José Belinquete da diocese de Aveiro acaba de editar uma monumental obra em dois volumes, primorosamente impressa, cuja elaboração se estendeu ao longo de quinze anos de investigações em arquivos e bibliotecas nacionais e estrangeiros. Este livro ficará para o futuro como um marco indelével da nossa história religiosa e cultural. Os linguistas e outros investigadores irão certamente beneficiar imenso desta valiosa recolha de catecismos preparados por portugueses em diversas línguas<sup>1</sup>.

Surge a edição quando a diocese do Funchal começa a celebrar os 500 anos (1514-2014) da sua história. Chegou a ter jurisdição espiritual sobre todos os domínios de todo o Ultramar pelo que ficou sendo a maior do mundo. Já antes da diocese do Funchal tinham sido criadas várias no Norte de África (1487). Depois foram instituídas até ao presente mais umas vinte. A título de exemplo, lembramos algumas que tiveram origem em Lisboa: Cabo Verde (1533), Goa (1534), Etiópia (1555), Cochim (1557, Malaca (1557), Macau (1576) e Japão (1588), Angola-Congo (1596), Rio de Janeiro (1676), Pequim (1690); com origem na de Goa, que seria depois a principal, as de Malaca (1511), Malabar (1515), Ceilão (1517), Bombaim (1534), Diu (1534) e Tibet (1624).

Recordamos aqui que a Conferência Episcopal Portuguesa, então presidida por D. António Ribeiro, cardeal-patriarca de Lisboa, promoveu em 1994 a iniciativa “Encontro de Culturas. Oito Séculos de MissionaçãO Portuguesa” com uma excelente exposição em S. Vicente de Fora acompanhada de um magnífico catálogo, a qual coincidiu com as várias actividades levadas a cabo pelo programa “Lisboa, capital europeia da cultura”.

A primeira parte da obra abre com uma introdução sobre a catequese de Jesus e dos Apóstolos escrita pelos Padres José Belinquete e Joaquim Carreira das Neves. Segue-se o tema da catequese nos primeiros séculos

<sup>1</sup> Numa outra perspectiva escreveu Maria Cândida Drumond Mendes Barros o trabalho “Notas sobre os catecismos em línguas vernáculas das colónias portuguesas (séculos XVI–XVII)”, in *Iberoromania*, nos. 57/58 (2003).

da Igreja (desde os inícios com a Dídaca a Santo Ireneu, Tertuliano, Clemente de Alexandria, Orígenes e S. Cipriano nos fins do séc. II e no séc. III; e a S. Cirilo de Alexandria, Santo Ambrósio, S. Gregório de Nissa, Teodoro de Mopsuesta e Santo Agostinho no séc. IV). São estudadas as características mais significativas da catequese primitiva, o catecumenato e o símbolo da Fé ou Credo (o Símbolo dos Apóstolos, o Símbolo Niceno-Constantinopolitano aprovado no 1.º concílio de Constantinopla de 381 e o Símbolo “Quicumque”, também chamado de Santo Atanásio). No “Enchiridion symbolorum... de H. Denzinger (40.ª ed., em latim e alemão, 2005) podemos seguir a sequência dos mais importantes textos relativos à profissão da fé ao longo da história da Igreja.

Na 3.ª parte o A. trata nos três primeiros capítulos da catequese em Portugal desde a chegada do Cristianismo aos povos do sul da Península Ibérica, da evangelização e catequização das gentes das cidades e dos campos e da catequese até à impressão do primeiro catecismo em Portugal (1489) à luz dos concílios provinciais e sínodos diocesanos, das visitações ou Cartas de Visitação, etc. Vem depois o período pré-tridentino. O primeiro catecismo em forma de perguntas e respostas foi elaborado no séc. IX, intitulado *Disputatio puerorum per interrogationes et responsiones* (*Patrologia Latina* 101: 1097-1144). Jean Gerson (1363-1429) no seu *Tractatus de parvulis trahendis ad Christum* preocupou-se com a utilização de termos que uma criança pode compreender. Em 1555, Pedro Canísio imitou o formato do catecismo de Lutero e acrescentou 213 perguntas e respostas ao seu catecismo extenso para pregadores e mestres (*Summa doctrinae christianae*). Em 1556 simplificou-o para o ensino às crianças com 59 perguntas (*Cathechismus minimus*), vindo depois a ampliá-lo para 223 perguntas quando terminou o Concílio de Trento. Em 1558 escreveu outro de tamanho médio (*Parvus catechismus Catholicorum*) com 112-124 perguntas, dividido em duas partes, Sabedoria e Justiça, subdividido em Fé e Credo; Esperança e o Pai-Nosso; Caridade e os andamentos; Sacramentos; Pecado; Boas Obras. Teve um enorme êxito e imprimiu-se 120 vezes durante a sua vida e veio a tornar-se o modelo do trabalho catequético na Alemanha e em muitos países até ao séc. XX. Outros padres jesuítas compilaram catecismos, merecendo destaque Roberto Belarmino com a sua “*A doutrina cristã breve*” (1597), com um manual para o mestre (1598). Alcançou uma notoriedade deveras

singular, sendo considerado o que teve maior êxito e o que foi mais traduzido. Dele se serviu Ricci mais tarde. Carlos Sommervogel cita mais de 500 livros e traduções de discípulos de Loyola, sem incluir as muitas edições feitas.

■ A catequese dos jesuítas fazia-se também por meio do teatro e da arte. Desde 1551 até 1773 representaram-se mais de 100 000 peças nos muitos colégios disseminados por toda a parte, grande parte delas com alusões a temas e figuras bíblicos e da história da Igreja. A arquitectura de estilo barroco estava orientada para a pedagogia dos fiéis através da emoção e do amor a Cristo ressuscitado e vivo no seio da comunidade. O púlpito e o altar tinham um papel preponderante.

■ O cap. V fala da história da catequese dos missionários, quase todos pertencentes a ordens religiosas, junto dos povos descobertos pelos Portugueses: Índia/Goa, Costa do Malabar..., Malaca e Singapura, Ceilão, Japão, China, Camboja, Coreia, Anam-Vietnam (Cochinchina), Tibete, Etiópia ou Abissínia, Macau, Timor, Cabo Verde, Guiné, Benim, Angola, Moçambique e Brasil. Uma grande figura foi o jesuíta italiano com formação portuguesa Matteo Ricci (1552 – 1610), cujo centenário da morte foi evocado em 2010, que escreveu entre 1593 a 1596 o célebre catecismo “Verdadeira Noção de Deus” (*Tianzhu shiyi*), em latim “De Deo Verax Disputatio”), que foi publicado em 1603, em forma de diálogo entre um pensador ocidental e um pensador chinês, o primeiro servindo-se da Escolástica e o segundo das doutrinas do Taoísmo, do Confucionismo e do Budismo. Escrito entre 1593 a 1596 “é a primeira tentativa por um estudioso católico de usar um modo chinês de pensar para introduzir o cristianismo entre os intelectuais chineses”. Segundo Ricci, o catecismo é um esforço de “expor o pensamento católico, com a ajuda do património cultural existente na China”. Fala da Encarnação (nascimento de Jesus) e da Salvação e ainda de questões como a natureza e o acto da criação, as provas da existência e unicidade de Deus, a natureza e imortalidade da alma, a intenção, a vida eterna e a bondade da natureza humana. Ao mesmo tempo, Ricci usou esta obra de introdução ao catolicismo para denunciar as contradições e erros de idolatria e a reencarnação. Mas, este diálogo não mencionava nada sobre o Apocalipse, a Santíssima Trindade e, além do Baptismo, não contemplava os sacramentos. Isto porque Ricci tencionava apenas explicar racionalmente no catecismo as verdades católicas que a razão humana podia compreender sem recorrer

à Revelação divina. Sobre esta sua intenção, Ricci afirmou que o seu livro “deve abrir o caminho para o resto dos mistérios de nossa religião revelada”. O uso da razão era muito valorizado por Ricci porque ele acreditava que a razão, que é comum aos ocidentais e aos orientais, pode levar as pessoas a conhecerem a Verdade, que está presente em cada ser humano.

O A. aborda depois o “milagre das línguas” e a história do catecismo desde o concílio de Trento até Pio X, de Pio X até à década de 1950 em que se iniciou a renovação a partir dos anos 50 até à publicação do Catecismo da Igreja Católica (1993) e ao Directório-Geral (1998). As partes 4.<sup>a</sup> a 10.<sup>a</sup> versam a catequese nas antigas províncias ultramarinas em que contou com a colaboração de vários autores.

Desta monumental obra conclui-se que os missionários portugueses deixaram um rasto indelével de notável mérito que muito beneficiou a promoção da cultura de muitos povos. Permite conhecer quem foram os missionários, as línguas que tiveram de aprender como o amárico e o tamil. A primeira é uma língua semítica e é o idioma oficial da Etiópia; a tradição faz remontar a criação do reino à rainha de Sabá que visitou Salomão em Jerusalém no séc. X a. C. A existência de judeus etíopes, chamados Falashas, daria o seu fundamento a esta lenda; a conversão ao cristianismo do reino de Axum, a norte da actual Etiópia, data do séc. IV e a primeira versão da Bíblia para etíope do séc. V. O patriarca da Etiópia Afonso Mendes escreveu um catecismo em amárico.

O tamil é uma língua dravídica falada no sul da Índia (oficial no estado de Tamil Nadu), Sri Lanka, Myanmar (ex-Birmânia), Malásia, Indonésia, Vietname, Singapura e ainda em zonas do sul e leste da África. Sobre o tamil escreveu Henrique Henriques (1520-1600) vários trabalhos<sup>2</sup>. Das línguas dos povos índios do Brasil temos o tupi, o guarani, o kakiti, etc.

O livro do Padre Belinquete permite-nos também conhecer os dicionários bilingues e os vocabulários que os missionários portugueses elaboraram, as gramáticas que redigiram e as tipografias utilizadas. José de Anchieta

<sup>2</sup> Vid. Hans J. Vermeer *The first European Tamil grammar : a critical edition*, trad. ingl. de Angelika Morath, Heidelberg, Groos, ca. 1982; Graham W. Shaw, *A 'lost' work of Henrique Henriques: the Tamil confessionary of 1580*, Photocopy of: Bodleian Library record, vol.11, no.1 (Nov.1982), p. 26-34; S. RAJAMANICKAM, *Padre Henrique Henriques, the father of the Tamil Press. A paper read by Fr. S. Rajamanickam*, Madras, Appar Achakam, 1968.

escreveu *Arte de Gramática da língua mais usada na Costa do Brasil*, impressa em Coimbra por Antonio Mariz no ano de 1595; *Poemas. Lírica portuguesa em tupi*, etc. Enriquecem a obra vários índices e as ilustrações insertas de que é exemplo significativo a do catecismo de D. Diogo Ortiz, bispo de Ceuta (dependente de Lisboa, saído da tipografia do alemão Valentim Fernandes e de João Pedro Boonhomini de Cremona a 20 de Julho 1504). Digno de uma leitura atenta é o prefácio do seu autor dirigido ao rei D. Manuel.

É um levantamento a todos os títulos notável cuja falta há muito se fazia sentir. Bem-haja o Padre Belinquete por este valioso trabalho que vem revelar o papel importantíssimo desenvolvido pelos arautos do Evangelho na divulgação da mensagem cristã. Foi uma verdadeira epopeia que nunca será demais enaltecer. Como se lê no Sal 19, 5: «In omnem terram exivit sonus eorum, et in fines orbis terrae verba eorum».

Coimbra, 2011-07-17

*Manuel Augusto Rodrigues*

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC

mrodrigues@ci.uc.pt

## **Notícias**

### **Súmula das actividades do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra.**

**Ano de 2010**

O Centro de História da Sociedade e da Cultura (CHSC), unidade de I&D financiada e avaliada pela FCT, é uma instituição orientada para a investigação na área da História. Foi instituído em 1994, sucedendo ao Centro de Estudos Históricos, criado em 1976, que esteve na dependência do Instituto Nacional de Investigação Científica e depois da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

O seu corpo de investigadores, constituído maioritariamente por historiadores, conta neste momento com 32 investigadores integrados e 38 colaboradores. Estes números demonstram o notório crescimento da unidade ao longo do tempo. Além disso, apoia a formação de 16 jovens investigadores do 1.º Ciclo, que beneficiam de Bolsas de Iniciação à Investigação (BII), concedidas pela FCT, sob orientação de 13 investigadores integrados.

O Centro de História da Sociedade e da Cultura prossegue objectivos amplos e diversificados: desenvolver investigação nos múltiplos territórios da História (política, social, económica, militar, cultural e das mentalidades) e nos vários períodos cronológicos (antiguidade, tempos medievais, idade moderna e época contemporânea); impulsionar a pesquisa nos domínios da Paleografia, Diplomática e Sigilografia; aprofundar a reflexão teórica, contribuindo para a elaboração de modelos e teorias; renovar metodologias

de trabalho; disponibilizar instrumentos de investigação, sobretudo através da publicação e tratamento de fontes e da construção de bases de dados; favorecer o intercâmbio científico entre investigadores nacionais e estrangeiros, reforçando assim a internacionalização do saber; participar na divulgação cultural, por meio de acções de transferência do saber para diversos sectores da comunidade e em colaboração com outras instituições, nomeadamente através da organização de eventos culturais (colóquios, conferências e seminários).

Apesar de a maioria das publicações dos membros do Centro de História da Sociedade e da Cultura ter a História de Portugal como objectivo principal, devido à sua dimensão europeia e extra-europeia, existe uma grande preocupação com a interdisciplinaridade e a contextualização comparativa com a história de outros países da Europa. Outra vertente de investigação contempla a história de países que foram colónias portuguesas.

A actividade científica do Centro estrutura-se em dois projectos: *Sociedades, Poderes e Culturas: Portugal e os "Outros"* (SoPoC), dirigido pela Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, e *História da Região Centro de Portugal* (HCR), dirigido pelo Prof. Doutor António de Oliveira.

O projecto *Sociedades, Poderes e Culturas: Portugal e os "Outros"* (SoPoC) alicerça-se em metodologias interdisciplinares, transversais e comparativas, procedendo à análise histórica em diferentes escalas espaciais (do local ao internacional, passando pelos níveis regional, nacional e europeu) e temporais (da Antiguidade ao mundo contemporâneo). Também incide sobre áreas temáticas muito diversificadas, mormente a história política (biografias de reis, poderes centrais e periféricos, expansão e colonização), a história militar, a história social (estruturas sociais, modelos de sociabilidade, vida privada, quotidiano feminino, práticas assistenciais e políticas sociais), a história económica, os movimentos demográficos, a história eclesiástica e a religiosidade, a história da cultura, a história das ideologias e a historiografia.

Tendo como pretexto a celebração do centenário da República, vários investigadores do Centro de História da Sociedade e da Cultura reflectiram acerca daquele acontecimento histórico, numa ampla perspectiva comparativa entre Portugal e os "outros" (países que passaram por experiências políticas similares).

<b>Indicadores de Execução SoPoC</b>	<b>Total</b>
<b>Publicações</b>	
Livros e colaboração em livros	91
Artigos em revistas internacionais	29
Artigos em revistas nacionais	7
<b>Comunicações</b>	
Colóquios científicos internacionais	50
Colóquios científicos nacionais	113
Organização de seminários e conferências	38
<b>Formação avançada</b>	
Programas de Pós-doutoramento	3
Dissertações de Doutoramento	61
Dissertações de Mestrado	60

O projecto *História da Região Centro de Portugal* (HRC) tem como propósito o estudo de um território relativamente extenso, mas com características etnoculturais bastante homogéneas, cujos limites foram definidos pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC).

Os seus objectivos são os seguintes: fornecer informação para a caracterização da Região Centro (dados históricos qualitativos e quantitativos, identificação de componentes estruturais); trabalhar em rede com outras entidades da Região (CCDRC, autarquias, empresas, universidades e instituições de investigação); coligir e difundir informação, bem como publicar documentos e estudos que permitam inventariar o potencial de I&D na Região Centro; colaborar no desenvolvimento de redes temáticas que possam conduzir a programas de investigação; descobrir identidades, similitudes e especificidades locais; fornecer informação relevante ao sector empresarial; colaborar para o estabelecimento de uma rede de “Regiões” na Europa.

<b>Indicadores de Execução HRC</b>	<b>Total</b>
<b>Publicações</b>	
Livros e colaboração em livros	25
Artigos em revistas internacionais	3
Artigos em revistas nacionais	1

<b>Indicadores de Execução HRC</b>	<b>Total</b>
<b>Comunicações</b>	
Colóquios científicos internacionais	1
Colóquios científicos nacionais	16
Organização de seminários e conferências	3
<b>Formação avançada</b>	
Dissertações de Doutoramento	13
Dissertações de Mestrado	30

A produção científica do Centro de História da Sociedade e da Cultura, expressa sob uma grande variedade de formas (livros, capítulos em obras colectivas, artigos em revistas internacionais e nacionais, coordenação editorial, conferências, comunicações, seminários, organização de exposições, etc.), fica bem comprovada nos quadros acima apresentados. Essa vitalidade científica valeu-lhe a atribuição da classificação de “Very Good” nas sucessivas avaliações (1996, 1999, 2002 e 2007).

Com a publicação do vol. 9, relativo a 2009, a *Revista de História da Sociedade e da Cultura* iniciou uma nova série, tendo sido alterada a sua estrutura orgânica, com a constituição de um novo Conselho Editorial, formado maioritariamente por especialistas exteriores à unidade, e de uma Comissão externa de avaliadores (*referees*), composta por elementos estrangeiros e nacionais.

Em 2010, o Centro de História da Sociedade e da Cultura prosseguiu a sua actividade editorial, disponibilizando na sua página *Web* vários estudos elaborados pelos investigadores que o integram.

Os investigadores do Centro de História da Sociedade e da Cultura investem numa forte internacionalização do conhecimento e trabalham em colaboração com outros investigadores nacionais e estrangeiros. Nesse sentido, foram estabelecidas parcerias com outros centros, nomeadamente o Instituto de Estudos Medievais (IEM), o Centro de Estudos Além-Mar (CHAM), o Instituto Histórico-Geográfico de Santa Catarina (Brasil), a Universidade Católica Portuguesa (UCP) e a Universidade Nova de Lisboa (UNL), através da edição de fontes, publicação de obras colectivas, organização de seminários e encontros científicos.

Entre as iniciativas científicas de alcance internacional em cuja organização o Centro de História da Sociedade e da Cultura participou, salientam-se as seguintes:

Março a Novembro – *Seminário História Religiosa – Época Moderna. O cristianismo no império português*, em parceria com o Centro de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e o Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa.

29 de Março – *II Jornadas As Invasões Francesas e a Península Ibérica. Configurações e Dinâmicas da Sociedade e do Território*, na Lousã, em parceria com a Câmara Municipal da Lousã.

Maio – *Chemins de l'Histoire Luso Marocaine. Exposition de Cartographie Nautique Portugaise sur le Maroc. Siècles XV-XVI*, em Marrakesh e El Jadida (Marrocos).

27 de Novembro – *Colóquio Evocativo do Bicentenário de Alexandre Herculano*, em Penela, em parceria com a Câmara Municipal de Penela.

*Rui Cascão*

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC  
rafcascao@gmail.com

**Colóquio Internacional *Desafios do Serviço Social: políticas, intervenções e luta contra a pobreza e a exclusão*  
Ponta Delgada, 11-13 de Novembro de 2010**

Por ocasião da celebração do 10º aniversário da Licenciatura em Serviço Social, ministrada pelo Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores – a primeira instituição pública de ensino superior a oferecer esta licenciatura em Portugal – a direcção do curso organizou uma *Semana do Serviço Social*, de 9 a 13 de Novembro de 2010, a qual, entre múltiplas actividades de cariz científico, incluiu a realização de um Colóquio Internacional intitulado *Desafios do Serviço Social: políticas, intervenções e luta contra a pobreza e a exclusão*.

Este colóquio, também evocativo do *Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social*, teve lugar de 11 a 13 de Novembro,

no *campus* de Ponta Delgada, da referida Universidade. Visando a multidisciplinaridade, os organizadores convidaram especialistas nacionais e estrangeiros de diferentes áreas científicas, cujas intervenções repartiram por oito painéis temáticos e uma mesa-redonda. Possibilitou-se, pois, uma profícua abordagem e debate, com base no cruzamento de variadas leituras e perspectivas sobre a pobreza, as questões em torno da assistência, as políticas e a intervenção social e os valores da cidadania.

A sessão de abertura contou com uma intervenção do Reitor da Universidade, Avelino Freitas de Meneses, e com uma conferência proferida por Alcina Maria Martins, do Instituto Miguel Torga (Coimbra) sobre a “Evolução e Afirmação do Serviço Social em Portugal”.

Seguiu-se de imediato o 1º painel, dedicado à “História e Assistência Social”. Maria Antónia Lopes, da Universidade de Coimbra (FLUC/CHSC), tratou o tema “A acção social do Estado português na Monarquia Constitucional”; Susana Serpa Silva, da Universidade dos Açores (Directora da Licenciatura em Serviço Social e a Alma deste congresso), apresentou a 2ª comunicação, com o título “Instituições assistenciais micaelenses nos finais do século XIX e inícios do século XX”; Maria João Vaz, do ISCTE-IUL, analisou a temática “Poder e classes trabalhadoras: entre a repressão e a protecção, 1867-1910”; e Miriam Halpern Pereira, do ISCTE-IUL, debruçou-se sobre “As origens do Estado Providência em Portugal”.

No 2º painel, “Das políticas às populações: intenções e eficácia”, participaram José António Pereirinha e Amélia Bastos, do ISEG/UTL, bem como Manuel Jacinto Sarmiento e Manuel Carlos Silva, ambos da Universidade do Minho. No 3º painel, sobre a pobreza, colaboraram Aldaiza Sposati, da PUC (São Paulo), Fernando Diogo, da Universidade dos Açores, e Francisco Branco, da Universidade Católica. Nos dois painéis seguintes, que incidiram sobre o Serviço Social – contextos, problemáticas, desafios e intervenções –, usaram da palavra Teresa Zamanillo e Maria Isabel Martín, da Universidade Complutense de Madrid, Helena Mouro e Sónia Guadalupe, do Instituto Superior Miguel Torga, Clara Cruz Santos, da Universidade de Coimbra, Marlene Rodrigues, da Lusófona, Fernanda Rodrigues e Helena Neves Almeida, ambas da Universidade de Coimbra, Maria do Rosário Serafim, do ISCTE-IUL, Casimiro Balsa, da Universidade Nova de Lisboa, Eduardo Vítor Rodrigues, da Universidade do Porto e Ana Gherghel, da

Universidade dos Açores. O 7º painel teve a participação de Maria Gabriela Castro e Berta Miúdo, da Universidade dos Açores, e de Joana Marques Vidal, do Ministério Público, que se debruçaram sobre “Cidadania e Valores”.

No último dia, o 8º painel reuniu as docentes colaboradoras do curso de Serviço Social (Fátima Dias, Ana Margarida Furtado, Ana Cristina Dutra, Vânia Cordeiro e Natacha Machado) que apresentaram os resultados das suas recentes investigações, seguindo-se a mesa-redonda, que debateu os desafios do Serviço Social no contexto açoriano, sendo composta pela Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social e por diversos responsáveis de instituições locais de assistência e intervenção social. Por fim, o colóquio foi encerrado com a conferência de Ian Johnston, da International Federation of Social Workers.

*Maria Antónia Lopes*

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC  
mafilopes@netvisao.pt

### **Colóquio Internacional *La corte en Europa: Política y religión* (siglos XVI-XVIII)**

Efectuou-se em Madrid, no amplo *campus* da Universidade Autónoma de Madrid, entre 13 e 16 de Dezembro de 2010, o congresso internacional *La corte en Europa. Política y Religión (siglos XVI-XVIII)*. Tratou-se de mais uma iniciativa promovida pela activa rede internacional “The Court Studies”, com colaboração de várias instituições que tem produzido conhecimento valioso no âmbito dos estudos sobre as cortes modernas, tais como o *Instituto Universitario La corte en Europa* (da Universidade Autónoma de Madrid), *Europa delle Corti* (Itália), *Centre de Recherche du Château de Versailles* (França), *The Society for Court Studies* (da Universidade de Massachussets nos EUA). A coordenação científica da iniciativa esteve a cargo dos professores José Martinez Millán e Manuel Rivero Rodriguez, ambos docentes na Universidade Autónoma de Madrid.

O programa integrou 56 comunicações com a duração de cerca de 30 minutos cada, distribuídas ao longo de três intensos dias de trabalho,

reunindo académicos seniores e mais jovens, oriundos de Inglaterra, Estados Unidos da América, França, Portugal, Espanha, Argentina, Itália, Dinamarca e Alemanha. O Centro de História da Sociedade e da Cultura esteve representado através da participação do seu investigador integrado José Pedro Paiva, que proferiu uma conferência subordinada ao tema *The role and doctrines of the portuguese court preachers (1495-1580)*.

Como se compreende e foi bem explicitado durante a abertura do Congresso através da intervenções de José Martínez Millán e também do presidente do The Court Studies Forum, Prof. Marcello Fantoni, o programa teve um cariz multidisciplinar, propondo uma aproximação ao tema do congresso a partir de várias perspectivas e diferentes linguagens. A maioria das intervenções centrou-se no domínio da História, bem entendido, mas houve incursões pela iconografia (por exemplo, *Politica y religion en la capilla real aragonesa*, por Tess Knighton, da Universidade de Cambridge), pela música (por exemplo, *Louis XIV y su capilla real: el papel intervencionista del monarca*, por Marie-Bernardette Dufourcet, da Univ. Michel Montaigne, Bourdés III), pela arquitectura (por exemplo, *Le fonctionnement de la chapelle royale de Versailles sous Louis XIV*, de Alexandre Maral, do Château de Versailles) ou pela literatura (por exemplo, a de Amadeo Quondam, da Universidade de La Sapienza, Roma).

A generalidade das comunicações teve um alto nível científico e trouxe novidades a este campo de estudos, proporcionando enfoques muito distintos a propósito do modo como política e religião se intersectaram e influíram na vida de várias cortes europeias no período Moderno.

Assim houve perspectivas mais conceptuais e problematizantes, sobre as características gerais das relações entre política, religião e poder, como a de Marcello Fantoni (Univ. de Teramo, Italia), intitulada "*Non est enim potestas, nisi a Dio*". *Grazia divina e governo dello stato*;

- outras centradas na análise densa de curtos períodos, como a de Elena Bonora (Univ. de Parma, Itália), que estudou os conflitos entre Pio IV e D. Felipe II, a Congregação do Santo Ofício e o colégio de cardeais nos dois anos seguintes à conclusão do Concílio de Trento, 1564-1565;

- sobre o papel desempenhado por várias congregações religiosas e correntes de espiritualidade na corte, como a de Massimo Carlo Gianninni (Univ. de Teramo, Itália), que analisou o conturbado processo de escolha

do ministro geral dos franciscanos, ou a de Blythe Alice Raviola (Univ. de Torino) que explorou o papel desempenhados por duas religiosas franciscanas na corte de Turim, da Casa de Sabóia, entre 1594 e 1656;

- sobre a relação concreta de certos monarcas com a religião e o papel que esta teve nas políticas que prosseguiram, de que destaco a brilhante exposição de Maria José Rodriguez Salgado (London School of Economics), na qual abordou o sentido de “fé” e de “lealdade” no tempo de Carlos V;

- sobre o papel de vários religiosos que tinham um acesso privilegiado aos detentores do poder, como os confessores, capelães da capela real ou pregadores, caminhos trilhados, entre outros, por Maria Paula Marçal Lourenço (Universidade de Lisboa), *Los confesores de las reinas de Portugal (1640-1750)*, ou por Gigliola Fragnito (Univ. de Pádua) que tratou do “governo da consciência” de Henrique IV de Bourbon pelos seus confessores jesuítas;

- sobre a utilização da religião e de rituais/cerimónias enquanto instrumentos de propaganda política, de que destaco as conferências de Roberto López (Univ. de Santiago de Compostela) *Propaganda política y religion: imágenes de la monarquía Hispana en Galicia durante el siglo XVIII*, e a de Tomás Mantecón (Univ. de Cantabria) *Las ejecuciones publicas en la Roma del Antiguo Regimen; su evolucion y significado*.

Esta pluralidade e variedade de enfoques, bem como o elevado número de comunicantes, constituiu uma força e, por paradoxal que tal possa parecer, uma das debilidades do Colóquio, na medida em que dificultou um debate mais vivo, intenso e crítico da parte de todos os intervenientes. A escassa discussão ocorrida nas sessões foi uma das limitações do encontro. Outra reside no facto de que a maioria das intervenções se focalizou em estudos de caso, bem recortados cronológica e espacialmente. Para de tudo poder resultar um conhecimento integrador teria sido necessário um maior esforço comparativo que poderia ter sido potenciado pelo debate. Todavia, foi seguramente um encontro muito enriquecedor e aportador de novo conhecimento, tal como se poderá comprovar pelas actas que serão publicadas.

*José Pedro Paiva*

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC  
lejpaiva@fl.uc.pt

## Seminário de História Religiosa – Época Moderna Ano de 2011 – A santidade

Decorreu nas instalações da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, entre Março e Novembro de 2011, pelo quarto ano consecutivo, o *Seminário de História Religiosa – Época Moderna*. O programa é co-organizado por três centros de investigação apoiados e avaliados pela Fundação Ciência e Tecnologia, a saber, Centro de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (CEHR), Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra (CHSC) e o Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa (CHC), e tem direcção científica do Prof. Doutor David Sampaio Barbosa (CEHR), Prof. Doutor António Camões Gouveia (CHC) e Prof. Doutor José Pedro Paiva (CHSC).

Participaram nas oito sessões do *Seminário*, que decorreram nas terceiras terça-feiras de cada mês (excluindo Agosto), entre as 17h e as 19h30m, vários investigadores dos Centros referidos e alunos de 2º e 3º ciclos de várias universidades portuguesas e estrangeiras, com destaque para instituições brasileiras, (em média, estiveram presentes 21 pessoas por sessão). Em cada módulo, para além de uma exposição inicial de apresentação da temática do dia a cargo da Direcção Científica, houve uma intervenção de fundo proferida por um conferencista convidado, a que se seguiu sempre participado debate e discussão crítica das comunicações ouvidas. Os textos produzidos pelos conferencistas convidados e outros dados de interesse podem consultar-se em página *web* específica do Seminário, no seguinte endereço: <http://www.ucp.pt/site/custom/template/ucptplminisite.asp?sspageID=4569&lang=1>

O ciclo de 2011 teve o seguinte programa:

Sessão nº 1, 15 de Março:

Sessão de abertura: Apresentação do tema do seminário annual, por José Pedro Paiva

- *Por que há religião e santidade?* - Joaquim Ramos de Carvalho (Universidade de Coimbra)

Sessão nº 2, 26 de Abril:

- *Métodos de abordagem e historiografia da santidade* - Maria de Lurdes Rosa (Universidade Nova de Lisboa e CEHR)

Sessão nº 3, 17 de Maio:

- *A construção da santidade nos conventos femininos de Seiscentos* - Georgina Silva dos Santos (Universidade Federal Fluminense)

Sessão nº 4, 21 de Junho:

- *O texto hagiográfico (séculos XV-XVI)* - Cristina Sobral (Universidade de Lisboa)

Sessão nº 5, 19 de Julho:

- *Santidades heterodoxas e Inquisição* - António Ribeiro (Bolseiro de Pós-Doutoramento da FCT, CHSC)

Sessão nº 6, 20 de Setembro:

- *Os santos na pintura portuguesa* – José Alberto Machado (Universidade de Évora)

Sessão nº 7, 18 de Outubro:

- *Os santos na corte de D. João III e D. Catarina* - Ana Isabel Buescu (Universidade Nova de Lisboa)

Sessão nº 8, 15 de Novembro

Sessão magna de encerramento: *Como se constrói a história de um santo?* - Domingo González Lopo (Universidade de Santiago de Compostela)

*José Pedro Paiva*

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC

lejpaiva@fl.uc.pt

### **Encontros Culturais em São Cristóvão de Lafões**

#### **Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões, 6 e 7 de Maio de 2011**

Como já vem sendo hábito, de novo, na primeira sexta-feira e no primeiro sábado do mês de Maio, o mosteiro de S. Cristóvão de Lafões foi palco de mais uma reunião científica, em hora inspirada chamada de *Encontros Culturais em S. Cristóvão*.

A exemplo das edições anteriores – pois que da sétima edição se tratou –, aí se reuniram estudiosos provenientes de vários locais e de formações muito distintas, para ouvirem e reflectirem sobre o tema previamente anunciado, *Monasticon: História e Memória*.

Como vem acontecendo, também nesta edição houve participação de membros do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra.

Se bem que o tema se imponha por si, tão forte e intensa é a presença de mosteiros em Portugal, ainda que alguns “disfarçados”, tão distintas são, hoje, a sua apresentação e a sua função, ou, no pior dos casos, se achem em meras ruínas do muito que foram, outrora, de alguma forma o tema representa um regresso à origem dos Encontros e à sua razão de ser. De facto, não podem, nunca, esquecer-se de que o local dos Encontros é um antigo espaço monástico e que se pretende que ele preserve o “ar” que tal passado lhe pode conferir no tempo presente.

A organização dos trabalhos obedeceu à clássica “arrumação” por painéis, aglutinadores de comunicações de temáticas afins.

No primeiro dia, teve lugar o desenvolvimento de dois painéis, um na manhã, outro na tarde, a que se juntaram o lançamento das actas do *VI Encontro*, no final da manhã, e um concerto musical na igreja do antigo mosteiro, no encerramento dos trabalhos do dia.

Os referidos painéis subordinaram-se aos títulos *Os mosteiros e a memória dos homens*; *O monaquismo primevo na terra portuguesa e Representação, quotidiano e memória*.

A comunicação inicial coube à jovem Doutora Maria João Silva, que proporcionou uma vivíssima comunicação sobre *Os arquivos monásticos e a memória da Sé: o caso do Porto na Idade Média*. Dela ressaltou muito claramente como os arquivos de casas monásticas da diocese são um preciosíssimo repositório de outras fontes necessárias, ou mesmo imprescindíveis, à construção do conhecimento histórico, no caso, a memória da diocese portuense.

Os trabalhos da manhã completaram-se com o lançamento das *Actas do VI Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões* (2010), dedicado à *Igreja e República: Mito(s) e História(s)*, também ele realizado com a colaboração de membros do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, as quais foram apresentadas pelo Professor Doutor Geraldo Coelho Dias, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Pela tarde, decorreram as comunicações que se haviam incluído como integrantes do segundo painel, *O monaquismo primevo na terra portuguesa*.

Abriram com uma comunicação dedicada ao monaquismo próprio hispânico, anterior, por isso, à reforma de Cluny. A Prof.<sup>a</sup> Doutora Paula Barata Dias apresentou uma vivíssima e sugestiva comunicação intitulada *O que liam os monges de S. Frutuoso? A biblioteca essencial do monaquismo na época visigótica*. Foi um momento muito enriquecedor, pois, através da análise da *Regra* e das suas sugestivas passagens, permitiu-nos acompanhar a formação do Santo, bem como deixou perceber as propostas de vida e santidade que ele apresentava aos seus seguidores, tendo como referenciais o texto bíblico e as referências patrísticas.

Por sua vez, o Prof. Doutor Fr. Geraldo Coelho Dias falou, com a mestria que se lhe conhece e a paixão que o tema lhe suscita, falou (e encantou) de *S. Bento e a redacção da “Regra dos Monges”*. Colocando em evidência hipóteses da sua autoria e de possibilidades de interpretação como código legislador e modelo de vida espiritual, ajudou a um melhor entendimento dessa proposta de vida monástica de longuíssima duração, que não só ajudou a “fazer” a civilização ocidental, como se tornou matriz para tantas e tantas das ordens monásticas que a Cristandade tem conhecido, ao longo de séculos.

O segundo painel do dia fecharia com chave de ouro, com a comunicação do Prof. Doutor José Mattoso, *O monaquismo medieval português (séculos XI-XV)*, um verdadeiro percurso sobre a vida religiosa em Portugal, na Idade Média, nas propostas que conheceu, nas realizações de que foi capaz, nas respostas aos anseios dos homens, consoante os tempos e as dúvidas que viviam. Tudo isto, deixando bem claro que a formação de um quadro normativo monástico é, sobretudo, uma construção dos historiadores dos séculos XVII e XVIII.

O painel foi rico: de intervenientes e de capacidade geradora de diálogo. De facto, foram tantas as questões vindas do público, que a própria tarde acontecia e os trabalhos não terminavam.

Os trabalhos terminariam na igreja do antigo mosteiro, hoje, paroquial, com um concerto pelo trio Luís Meireles (flauta), Pedro Meireles (violino) e Ken Ichinose (violoncelo). Vindos de Londres e do Porto, onde actualmente se encontram, fizeram ecoar nas paredes da vetusta igreja de S. Cristóvão obras de J. Sebastião Bach, Ludwig von Beethoven e Joseph Haydn, entre outros, numa oportunidade única de se fazerem ouvir em tão remotas terras.

A manhã do segundo dia do Encontro foi preenchida com o terceiro painel, desta feita dedicado à reflexão sobre Representação, quotidiano e memória.

Num painel inteiramente feminino, a primeira comunicação coube à Prof.<sup>a</sup> Doutora Gracilda Alves. Vinda do Brasil distante, nem por isso se furtou quer às suas raízes portuguesas, quer aos problemas da História medieval de Portugal. Assim, falou sobre *A representação do poder eclesiástico na região de Pombal, Soure, Ega e Redinha*, ou uma outra visão do monaquismo português, aquela que o faz ligado às ordens monástico-militares, forma diversa do monaquismo contemplativo, compromisso entre este e a luta contra os muçulmanos, quando a terra era disputada e a fé o largo manto de muitos interesses. Nas relações mais ou menos tensas que originou com outros potentados eclesiásticos também presentes na região vislumbram-se as diversas práticas de poderes que as instituições assumiam, ao nível do plano económico, político e do simbólico. A sua força, porém, concorria para a visibilidade das regiões onde se implantavam, como é o caso.

Seguiu-se a Doutora Cristina Osswald, da Universidade do Minho e do CITCEM. Ofereceu uma viva comunicação acerca de *O quotidiano jesuíta em Portugal entre os séculos XVI e XVIII*. Foi um momento de descoberta por parte da assistência, tão diferente e tão terrena foi a visão que trouxe acerca dos Jesuítas. A utilização de diversas tipologias documentais permitiu-lhe transmitir uma aproximação muito viva à realidade, mostrando claramente a distância entre a lei e a prática e o equilíbrio necessário no seu tratamento ao nível do discurso historiográfico.

Por último, apreciou-se a comunicação da Prof.<sup>a</sup> Doutora Isabel Maria Ferreira da Mota, subordinada ao título *O inquérito da Academia Real da História e a resposta dos Beneditinos (1722)*. Não fosse a autora a especialista nos estudos da Academia Portuguesa da História, e poderia ser mais uma comunicação a um qualquer Encontro. Mas, tratando-se da especialista no tema geral, foi com agrado e interesse que se ouviram as suas palavras e o discorrer das suas ideias. Desde a génese do inquérito, às respostas que foram dadas, ou não, e ao ineditismo da fonte, tudo concorreu para o sucesso do momento. Emanado da Academia Real de História, o conteúdo do inquérito apresenta critérios já informados pelos princípios da crítica da informação. Direccionado a obter respostas atinentes a servir

objectivos políticos, elas tanto devem ser interrogadas enquanto Memórias úteis para a construção historiográfica, como hão-de ser entendidas como a visão de muitos que ignoravam os princípios da crítica da razão.

Em virtude do interesse das comunicações, o debate foi vivo, enriquecedor, estimulante. Participantes e comunicantes interagiram num diálogo intenso e profundo, de viva fruição intelectual.

Como conclusão dos trabalhos deste *VII Encontro* ficou demonstrada a pertinência do tema escolhido, as suas virtualidades e a necessidade de se aprofundarem os estudos sobre os seus infindáveis temas e recursos. Bem o demonstrou a participação do público, que ocorreu, não obstante os tempos de crise, que passam. A sua participação viva e interessada, contribuiu, decisivamente, para o êxito deste *VII Encontro*.

De acordo com as práticas de anos anteriores, no final dos trabalhos foi anunciado o tema e a data de realização do *VIII Encontro Cultural em S. Cristóvão de Lafões: Monasticon. Nos alvares de Cister*, que terá lugar a 11 e 12 de Maio de 2012.

*Maria Alegria F. Marques*

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC  
alegriamarques@sapo.pt

### **Mesa Redonda Luso-Brasileira** **Sociedade e Poderes** **(26 de Maio de 2011)**

Numa iniciativa de alguns docentes da área de História Medieval, todos eles membros do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, e aproveitando a presença, em Portugal, de dois Colegas brasileiros, membros do GEMPO (Grupo de Estudos Medievais Portugueses), no dia 26 de Maio de 2011 organizou-se uma mesa-redonda de estudos medievais, subordinada ao tema *Sociedade e Poderes*.

Participaram os Professores Doutor Carlos Roberto Figueiredo Nogueira, Professor Titular da Universidade de São Paulo e representante da área na cátedra Jaime Cortesão, Académico correspondente da Academia Portuguesa

da História, e Coordenador do GEMPO, Doutora Gracilda Alves, Professora Adjunta do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Vice-Coordenadora do GEMPO, Doutora Leontina Ventura, Doutora Maria Alegria Marques e Doutora Maria Teresa Veloso, todas docentes da Secção de História do Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e membros do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra.

A moderação coube à Professora Doutora Maria Helena da Cruz Coelho e ao Prof. Doutor António Resende de Oliveira, da mesma Faculdade e do mesmo Centro de estudos e investigação.

Com vasta obra sobre temáticas medievais peninsulares e particularmente portuguesas, nomeadamente na área das mentalidades (Igreja, cristianismo e bruxaria) e na da história política e social, com especial enfoque no reinado de D. Pedro I, o Prof. Carlos Roberto Figueiredo Nogueira debruçou-se sobre o tema *Reclusão e Proteção: os judeus em Portugal na crise do século XIV*.

Partindo da figura do judeu como depositária das expressões do medo e do ódio da sociedade no imaginário tumultuado em tempos da crise do século XIV, o autor teceu um leque de considerações acerca da mesma figura como o conspirador por excelência, o responsável pelas calamidades, pelo retardamento da segunda Parusia e pelo engrandecimento da cólera divina. Pese, embora, os judeus em Portugal e praticamente em toda a Península Ibérica, terem prosperado e criado afinidades e relações sociais aparentemente seguras, a crise do século XIV trouxe para o âmbito ibérico a busca da “quinta-coluna satânica” empenhada em fustigar e ameaçar o rebanho cristão. Foi neste contexto que o autor questionou as fontes no sentido de se perceber se as acções dos reis portugueses para com os judeus, podem ser entendidas como uma tentativa de normalizar e conter as tensões sociais, tendo apontado exactamente nesse sentido.

Já a professora Gracilda Alves, doutorada com uma dissertação com um tema de história medieval portuguesa (*Poder e sociedade na região de Pombal, Soure, Ega e Redinha (1385-1481)* (Niterói, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2001), em que analisa os diversos interesses senhoriais em presença e o seu conflito, com a vantagem final para o poder régio. Tendo percebido o particular ênfase na administração da justiça, destacou as cartas de perdão e mostrou como

elas foram importantes instrumentos para o processo de centralização régia do poder.

Foi exactamente nesta óptica que apresentou a sua comunicação, sobre *Judeus e Mouros na Chancelaria de D. João II*. Também na relação com estas minorias da sociedade portuguesa do séc. XV se percebe a actuação do rei como o condutor de toda a sociedade e o exercício da justiça como garantia da ordem e do bem comum, que pode ser representado pela paz e pelo ordenamento.

Coube a Maria Alegria Marques fazer a ponte entre as propostas dos Colegas brasileiros e das portuguesas. Assim, propôs-se apresentar a temática *Os judeus no entorno de mosteiros medievais portugueses*. Situou-se nos sécs. IX a XII, e com base na análise da documentação monástica relativa às terras entre Vouga e Mondego, propôs a existência de comunidades judaicas pelo espaço rural, as quais, em sua opinião, permitem seguir a trajectória das relações entre os mosteiros e os judeus, e perceber como, do mundo rural os homens de fé mosaica passaram, paulatinamente, ao espaço urbano e, da convivência entre cristãos e hebreus, lentamente se passou a atitudes de tolerância, que se encaminhariam, cada vez mais, para a intolerância.

De seguida, Leontina Ventura apresentou uma reflexão acerca de *Os cónegos regrantes de S. Jorge de Coimbra: entre a conversatio e a commemoratio*. Conduziu-nos às origens do mosteiro de S. Jorge de Coimbra, ainda envoltas em lenda e misticismo. Identificou e acompanhou o percurso de alguns cónegos, que viriam a ser objecto de *commemoratio* e cujo nome – ligado à fundação ou a momentos cruciais da vida do mosteiro – ficou registado num obituário.

No entanto, advertindo de que se tratava de um estudo preliminar, mais programa ou projecto que resultado final, com ele quis dar conta, também, de que, mesmo quando se estuda a história de uma casa religiosa, a produção institucional não é, só por si, suficiente. Ou seja, não se pode deixar de recorrer à documentação de outros organismos que com ela tiveram alguma relação institucional, sobretudo os que sobre ela podem ter exercido alguma jurisdição eclesiástica ou civil. O cruzamento de vários factores, consequências e causas que se puderem seleccionar nos documentos do mesmo tempo e espaço, que se refiram directa ou indirectamente ao mosteiro de S. Jorge, torna-se, pois, um desiderato e uma exigência.

Por último, Maria Teresa Veloso debruçou-se sobre *Memórias monásticas: santos e santidade em Portugal nos séculos XII e XIII*. Partiu das hagiografias, textos produzidos no *scriptorium* monástico, através dos quais se pode descobrir o pensamento e a cultura medievais, cujo estudo vai muito para além da intenção laudatória do santo biografado. As *vitae* documentam o pulsar da sociedade da época em que foram redigidas: os anseios, os medos, as emoções, os sentimentos que impregnam o quotidiano medieval. Por outro lado, pode ainda perscrutar-se nas *legendae*, além da cultura e do pensamento subjacentes ao meio que as produziu, vários acontecimentos marcantes da História daquela época. Assim, as hagiografias de santos portugueses dos séculos XII-XIII testemunham, directa ou indirectamente, os primeiros cem anos do reino e dos seus monarcas. Foi nesta perspectiva que centrou a sua análise, apresentando diversos casos de santidade e exemplos das notas que ia fazendo sobressair.

Num anfiteatro repleto de alunos, no final, seguiu-se animado debate, com uma forte participação discente.

Tão animada e animadora foi a iniciativa, que os alunos tanto a saudaram como propuseram a sua continuidade. Foi, por certo, a melhor das conclusões.

*Maria Alegria F. Marques*

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC  
alegriamarques@sapo.pt

### **Colóquio internacional *Religiosidade, o Tribunal do Santo Ofício e as Minas setecentistas***

Realizou-se em Tiradentes (Minas Gerais, Brasil), entre 1 e 3 de Junho de 2011 o colóquio internacional *Religiosidade, o Tribunal do Santo Ofício e as Minas setecentistas*. A iniciativa foi promovida através de uma parceria que juntou as Universidades Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte), Federal de São João del Rei, Estadual do Rio de Janeiro, Federal de Juiz de Fora e o CHAM da Universidade Nova de Lisboa, tendo sido competentemente organizada pelos doutores Júnia Furtado, Maria Leónia Chaves, Daniela Buono Calainho e Alexandre Mansur.

As sessões decorreram no Centro Cultural Yves Alves, uma excelente infraestrutura, enquadrada no belíssimo e bem preservado espaço urbano de Tiradentes, uma das mais notáveis preciosidades da arquitetura colonial portuguesa no Brasil.

O evento contou com a participação de 21 investigadores que proferiram 18 intervenções integradas num leque muito amplo, coerente e sugestivo de painéis temáticos (1 – *O Tribunal do Santo Ofício e o Tribunal Eclesiástico*; 2 - *O Tribunal do Santo Ofício e as redes contra o pecado*; 3 – *Nos bastidores do Tribunal do Santo Ofício*; 4 – *Heresias no Novo Mundo – índios*; 5 - *Heresias no Novo Mundo – feitiçaria, judeus e cristãos-novos*; 6- *Prohibitorum: do mundo letrado ao universo popular*) e três conferências proferidas por Anita Novinsky (Universidade de S. Paulo), James Wadsworth (Stonehill College, Estados Unidos) e José Pedro Paiva (Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra). Entre os intervenientes contavam-se historiadores de renome no campo dos estudos inquisitoriais (Laura de Mello e Souza, Ronaldo Vainfas, Luís Mott), para além de um conjunto amplo de sólidos pesquisadores da história da Inquisição ou das Minas Gerais (Júnia Furtado, Bruno Feitler, Leónia Chaves, Georgina Santos, Luciano Figuiredo, Luiz Villalta) e até de jovens promissores que actualmente preparam os seus doutoramentos (Patrícia Santos e Aldair Rodrigues).

O foco do encontro foi duplo. Por um lado, contribuir para a difusão de novos estudos sobre a Inquisição, tendo em consideração o seu funcionamento e a articulação com outras instâncias de poder no campo da Igreja, nomeadamente a justiça episcopal, bem como o seu impacto na religiosidade, sociedade e cultura mineira do século XVIII. Neste sentido foi portadora de inúmeras novidades de entre as quais se destacam:

- Uma primeira tentativa de síntese do impacto da Inquisição no Brasil, concebida a partir da vasta produção historiográfica já existente (Bruno Feitler, da UNIFESP);

- Uma profundíssima, rigorosa e metodologicamente irrepreensível reconstituição prosopográfica da rede dos agentes do Santo Ofício em Minas, com destaque para os familiares e para a importância da obtenção da familiatura enquanto estratégia de reconhecimento de ascensão social (Aldair Rodrigues, doutorando da USP);

- As primícias do conhecimento sobre o funcionamento e actuação da justiça episcopal na diocese de Mariana (Patrícia Santos, doutoranda da USP);

- Uma perspicaz proposta centrada nos contributos potenciais da arqueologia para o estudo da presença dos cristãos-novos nas Minas Gerais (Carlos Magno Guimarães, da UFMG);

- A criativa utilização da cartografia, representações pictóricas e de relatos de viagens enquanto instrumentos que permitem acompanhar com mais nitidez os percursos de alguns cristãos-novos (Júnia Furtado, da UFMG);

- Clarificadoras propostas sobre a vida quotidiana nos cárceres inquisitoriais (Daniela Calainho, da UERJ) e as actividades de físicos, sangradores e barbeiros nesse contexto (Georgina Santos, da UFF);

- A relação cúmplice e estreita entre agentes eclesiásticos e o poder secular no Brasil colonial, através do caso de um visitador que prestava informações sobre sedições políticas ao governador da região (Luciano Figueiredo, da UFF);

- Uma criteriosa síntese sobre toda a repressão inquisitorial e episcopal que se abateu sobre as populações indígenas (índios) de Minas Gerais, com importantes contributos a respeito dos índios enquanto actores sociais na colónia brasileira (Leónia Chaves, da UFSJ);

- Um actualizado balanço da historiografia sobre a feitiçaria no Brasil, sublinhando as suas vinculações ao folclore, à antropologia e à própria memória identitária do país (Laura Mello e Souza, USP);

- Um primeiro olhar sobre áreas quase ignoradas da actuação inquisitorial, como é o caso da perseguição aos movimentos maçónicos e libertinos nos finais de setecentos e princípios de oitocentos (Alexandre Barata, UFJF).

Numa avaliação global tratou-se de um encontro de elevado nível, não só pelas comunicações mas, de igual modo, pelo elevado nível dos debates que se se seguiram a todas as intervenções, aspecto que cumpre destacar.

Há, todavia, algumas notas de teor mais crítico a deixar exaradas. Por um lado, em algumas intervenções notaram-se imprecisões relativamente ao conhecimento do funcionamento institucional da Inquisição, o que, em boa medida decorre também da escassez de estudos actualizados sobre a matéria. Em segundo lugar, um número limitado de intervenções ainda se centrou exageradamente na questão da repressão dos cristãos-novos,

tendendo a transformar ou, pelo menos, correndo o risco de transformar a história do Santo Ofício na da perseguição, violência e segregação que se abateu sobre a minoria de origem judaica. Por último, apesar da riqueza das intervenções centradas em estudos de caso (quer pessoais, quer espaciais) essas perspectivas reclamam, igualmente, indagações comparativas e que procurem integrar esses “case studies” em contextos mais amplos, contribuindo, desse modo, para propiciar sínteses interpretativas.

*José Pedro Paiva*

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC  
lejpaiva@fl.uc.pt

### **Primeiro Curso Internacional de Verão da Universidade de Catania, Catania, 4 a 16 de Julho de 2011**

Entre 4 e 16 de Julho de 2011, decorreu na Universidade de Catania, Sicília, o primeiro Curso Internacional de Verão Emuni Catania. O curso tinha como tema geral a história, a literatura e a história das mulheres na zona mediterrânica. Pretendia fomentar o diálogo entre as culturas dos países do Mediterrâneo, geograficamente próximos, mas distantes de um ponto de vista intelectual, contribuindo para derruir barreiras erguidas por fronteiras nacionais, por línguas distintas e por imagens e papéis sexualmente pré-determinados.

O curso, que decorreu na Faculdade de Ciências da Educação da Universidade de Catania, foi organizado pelos Professores Roberto Tufano (Universidade de Catania, História Moderna), Cinzia Recca (Universidade de Catania, História Moderna) e François Brizay (Universidade de Angers, História Moderna). Para a regência das aulas e participação nas mesas-redondas, convidaram catorze professores provenientes da Argélia, Egipto, França, Itália, Marrocos, Palestina, Portugal e Tunísia.

Na primeira semana analisaram-se a evolução histórica da bacia do Mediterrâneo, as relações políticas e económicas entre os diferentes países e o diálogo intercultural. A segunda semana foi dedicada à história das

mulheres e à literatura feminina, com aulas leccionadas por Fatima Rhorchi (Marrocos), Habiba Laloui (Argélia), Isabel Drumond Braga (Portugal, FLUL) e Maria Antónia Lopes (Portugal, FLUC/CHSC).

Realizaram-se, ainda, duas mesas-redondas. Participaram na primeira, sobre “História Global”, François Brizay, Giovanni Ricci, Henry Frenedo, Marcello Fantoni, Roberto Tufano e Tino Vittorio. A segunda debruçou-se sobre distintas formas do poder feminino nos países do Sul da Europa e do Norte de África, que têm sido desvendadas pela Historiografia, Psicologia e Literatura. Foram intervenientes Cinzia Recca, Concetta Pirrone, Fatima Rhorchi, Habiba Laloui, Isabel Drumond Braga e Maria Antónia Lopes.

Os alunos, italianos e tunisinos, mostraram-se interessados, participando com vivacidade nas aulas e mesas-redondas, onde, no dizer de muitos, viveram uma experiência enriquecedora pelos conhecimentos adquiridos e pelo ambiente multicultural e multidisciplinar em que se integraram.

### *Maria Antónia Lopes*

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC  
mafilopes@netvisao.pt

## **Um questionário sobre o impacto socioeconómico da guerra\***

A estudiosa do mundo rural, mais concretamente da região do Baixo Mondego<sup>1</sup>, encontra-se com as cicatrizes da guerra.

As casas adossadas às muralhas são arrasadas para dificultar a sua escalada. Os exércitos destroem as culturas e os engenhos de transformação. Os campos ficam abandonados. As populações fogem das aldeias e buscam a segurança do castelo da cidade. As religiosas do termo procuram a protecção dos muros urbanos.

---

\* Este texto constitui a apresentação da obra de João Gouveia Monteiro e Miguel Gomes Martins, *As cicatrizes da guerra no espaço fronteiriço português (1250-1450)*. Coimbra, Palimage, 2010, que ocorreu na Faculdade de Letras de Coimbra, no dia 30 de Maio de 2011.

<sup>1</sup> Referimo-nos concretamente à obra de Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média. (Estudo de História Rural)*, 2 volumes, 2ª ed., Lisboa, 1989.

A estudiosa dos agravos e petições dos concelhos em Cortes, sobretudo dos fronteiriços, escuta vozes que se queixam dos males da guerra<sup>2</sup>. Com medo do inimigo as populações abandonam os lugares e as aldeias do extremo. Faltam os alimentos nas vilas e cidades. Sobem os preços. Cresce o contrabando. Aumentam os abusos. Reina o medo e a insegurança.

Os estudiosos da guerra, dos exércitos, das armas, das táticas, das estratégias, das batalhas na Idade Média Plena ou na Baixa Idade Média pensam igualmente nas consequências das guerras.

João Gouveia Monteiro na obra *A guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*<sup>3</sup> analisa, no capítulo 7 da I parte, o rasto da guerra, quando já antes salientara o peso de recrutar homens, equipar exércitos e financiar guerras. Temas estes que ainda mais aprofunda nos vários capítulos que escreve nos volumes I e V da *Nova História Militar de Portugal*<sup>4</sup>.

Miguel Gomes Martins, na sua tese de doutoramento, *Para Bellum. Organização e Prática da Guerra em Portugal durante a Idade Média (1245-1367)*<sup>5</sup> dedica o quinto capítulo à percepção das “Outras faces da guerra”, percorrendo as problemáticas de sustentar a guerra, a violência sobre as populações e a paisagem de destruição que a mesma acarreta. E já anteriormente, na sua dissertação de mestrado, *Lisboa e a Guerra. 1367-1411*<sup>6</sup>, se detivera num capítulo a dilucidar as consequências da guerra, enumerando, num primeiro ponto, os seus males.

<sup>2</sup> Reportamo-nos aos estudos de Maria Helena da Cruz Coelho, “As relações fronteiriças galaico-minhotas à luz das Cortes do século XV”, *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. VII, Porto, 1990, pp. 59-70; “As Cortes e a Guerra”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 1, Coimbra, Edições Magno, 2001, pp. 61-80; “No rasto da Guerra – antes e depois”, in *Actas das VI Jornadas Luso-espanholas de Estudos Medievais “A Guerra e a Sociedade na Idade Média”, 6 a 8 de Novembro de 2008*, vol. I, S. Jorge, Porto de Mós, Alcobaça, Batalha, SPEM-SEEM, 2009, pp. 287-306 e de Maria Helena da Cruz Coelho e Luís Miguel Repas, *Um cruzamento de fronteiras. O discurso dos concelhos da Guarda em Cortes*, Porto, Campo das Letras, 2006.

<sup>3</sup> Lisboa, Editorial Notícias, 1998.

<sup>4</sup> *Nova História Militar de Portugal*, dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. I, coord. de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, pp. 163-287, vol. V, coord. de Nuno Severiano Teixeira, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 12-44 (em co-autoria com Vasco Jorge Rosa da Silva).

<sup>5</sup> Coimbra, Faculdade de Letras, 2007 (tese de doutoramento policopiada).

<sup>6</sup> Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

Fácil é de perceber que os Autores da obra que aqui se apresenta se encontraram cientificamente com a sua Apresentadora. E muito antes haviam-se já encontrado pessoalmente. No caso do Doutor João Gouveia Monteiro, como Colega, ainda que eu de uma outra geração, e por isso acompanhando o seu percurso académico até como membro dos júris das suas provas. No caso do Doutor Miguel Martins, mesmo como docente do mestrado que cursou em Coimbra e orientadora – conjuntamente com o anterior docente – da sua dissertação de mestrado.

Inequívocos enlances científicos e pessoais terão assim levado a este conjugar da presença dos três neste acto. Que, como podem compreender – e agora falo por mim –, é uma presença muito densa e gratificante. Por isso começo, antes de tudo o mais, por agradecer aos Autores o convite me dirigiram para apresentar o seu livro.

E passemos a fazê-lo.

A obra de João Gouveia Monteiro e Miguel Gomes Martins, *As cicatrizes da guerra no espaço fronteiriço português (1250-1450)*, editada pela Palimage, é, como bem se deduz pelo que anteriormente dissemos, uma obra de síntese. Qualquer destes investigadores já tinha, em anteriores estudos – os citados e muitos mais –, afluído esta questão. Como muito outros historiadores também já o haviam estudado, em diversíssimos trabalhos e atravessando diferentes cronologias.

Trata-se, pois, de uma obra de síntese da maior utilidade pedagógica como o são, no geral, as sínteses. Mas esta muito em particular, porque abrangente no devir cronológico, modelarmente estruturada e bem actualizada no plano científico.

Abre o estudo com uma nota de apresentação em que os Autores expõem os motivos que os levaram à elaboração do trabalho, desde prestarem atenção a um aspecto que menos tinham desenvolvido nos seus estudos, ou seja, “a história social da guerra”, até ao aproveitamento de uma investigação realizada em torno da temática “Fronteiras medievais em guerra” e agora alargada.

Depois de uma reflexão introdutória “acerca do longo e complexo processo de construção da fronteira luso-castelhana”<sup>7</sup>, os Autores optaram

<sup>7</sup> João Gouveia Monteiro e Miguel Gomes Martins, *As cicatrizes da guerra...*, p. 10.

por dividir o período medieval em estudo, que arranca depois da Reconquista, em dois cortes cronológicos – um primeiro entre 1250 e 1350, o qual ficou a cargo de Miguel Gomes Martins e um segundo entre 1350 e 1450, que coube a João Gouveia Monteiro, divisão previsível dada a cronologia da produção historiográfica de cada um deles.

Qualquer destes períodos vai ser explorado em torno de dez consequências da guerra, a que prioritariamente quiseram dar atenção. E neste número dez – já que poderiam ser mais ou menos os agrupamentos das questões a abordar –, eu vislumbro uma influência das “dez paixões...” do Doutor João Gouveia Monteiro, agora não em forma de romance<sup>8</sup> mas de impacto da guerra. Esta grelha de análise “afrontada”, como é próprio dos exércitos que os Autores tanto estudam, permite-nos uma leitura cronológica e ou cronológico-temática do conteúdo do texto. Será por esta última proposta que lerei esta obra.

A introdução, no item “construir e viver a ‘fronteira’”, coloca-nos perante a problemática do significado do termo fronteira, para em seguida alertar para o sentido permeável e não rígido da mesma. Realça-se, porém, a importância da fronteira de castelos, definida a partir de D. Dinis, e atenta-se na bivalente conotação de encontro e conflitualidade que a fronteira encerra. Esclarece-se ainda que a obra privilegiará a fronteira terrestre com Castela, embora também atenda à fronteira marítima do reino, e ainda que não deixe, aqui e além, de incluir exemplos de outros espaços.

Logo depois anuncia-se o espectro e as dores da guerra dando voz aos representantes dos concelhos em Cortes, que sempre se manifestavam contra uma política de guerra. Na verdade, guerra representava recrutamento de homens, mais impostos para a sustentar e novos abusos e imposições de oficiais régios e de senhores. Guerra era ainda perigo de criminosos e malfetores em marcha, quando os homiziados começaram a ser recrutados

<sup>8</sup> Alusão à ideia posta em prática pelo Doutor João Gouveia Monteiro, enquanto foi Director da Imprensa da Universidade de Coimbra, de lançar um projecto designado “Dez Paixões em forma de Romance” e dirigido a toda a comunidade universitária de Coimbra, docentes, discentes e funcionários, que consistia num inquérito e votação inicial sobre os livros que mais os tinham impressionado e depois promover debates e várias iniciativas em torno dos dez “mais”, escolhidos por um júri, de entre os trinta mais votados.

para o exército real. Também as hostes reunidas ou em trânsito, se criavam desde logo um clima de excessos, podiam mesmo desencadear verdadeiros estados de guerra ainda antes da sua eclosão.

Por fim, nesta introdução, apresentam-se as preocupações da coroa com a defesa da fronteira, traduzidas em várias medidas.

Uma primeira, o seu povoamento, incentivado através da criação de coutos de homiziados, portanto de homens fora da lei que se captavam para a fixação em lugares fronteiriços, isentando-os das suas penas e dando-lhes determinadas condições de deslocação no reino. Uma segunda vertia-se no cuidado com a rede de castelos que protegiam a fronteira, os quais recebiam, no geral, mais atenções dos monarcas que os situados no interior do reino. Uma terceira estabelecia que o valor da fortuna dos “aquantiados” para servirem no exército com determinado equipamento era mais baixo no caso dos moradores nas terras fronteiriças que em outras localidades, dado tornar-se imprescindível a presença de homens armados para defesa destes espaços raianos. Uma quarta, que se poderia incluir na anterior, evidencia que o número de besteiros era superior nas comarcas do Algarve, Alentejo e Beira – aí se recrutando 60% do total dos besteiros do reino – exactamente pelas motivações defensivas que atrás se aduziram. Finalmente, uma quinta diz respeito à nomeação de fronteiros, escolhidos entre a alta nobreza, para com maior eficiência protegerem as fortalezas, enquadrar os homens e dirigir as operações de guerra, em vários espaços da raia.

Se qualquer destas medidas era, na óptica do rei e da coroa, um benefício para as populações de fronteira e para ao reino em geral, elas constituíam-se em pesados encargos e eminentes ameaças de perturbações sociais e abusos de poderes.

Terminada a introdução, os Autores, como dissemos, passam a analisar mais profundamente as consequências da guerra em dois períodos distintos. Miguel Martins começa por enunciar os principais conflitos e guerras internas e externas durante os anos de 1250 a 1350, destacando as guerras com Castela de 1250 e de 1252-1253, de 1296 e de 1336-1338, além dos enfrentamentos de D. Dinis com o seu irmão D. Afonso em finais do século XIII e a guerra civil de 1319-1324. Já Gouveia Monteiro achou desnecessário especificar o quadro de guerra no século que medeia ente 1350 e 1450, dado que, porque bem mais intenso é sobejamente conhecido, com as guerras

fernandinas, as da crise de 1383-1385, as do reinado de D. João I e os conflitos da regência de D. Pedro entre 1438 e 1449.

E eis o primeiro efeito indesejável da guerra – o derrube de casas de morada. Como os Autores bem referem este acto podia ser levado a cabo pelos próprios agravados, para não favorecer o inimigo, sobremaneira quando as casas estavam adossadas a muros e facilitavam a sua escalada. Mas, evidentemente, os agressores não poupavam os lugares por onde passavam, arrasando as habitações dos seus moradores, muito em particular as que se encontravam desprotegidas fora das muralhas, ou mesmo toda uma aldeia, como Assumar, durante a campanha de Afonso XI em 1337.

Todo este cenário se vislumbra em qualquer dos períodos estudados, sendo os exemplos particularmente significativos no contexto das guerras fernandinas.

Um segundo malefício da guerra evidenciado é “o estrago de terras e instrumentos de produção e o roubo de gado”, como o designam os Autores. Trata-se dos efeitos perversos do clima bélico no sistema agro-pecuário, destruindo os inimigos as culturas e todo o aparelho produtivo e roubando gado. Acto de duplo efeito – por um lado os saques e roubos aprovisionavam as tropas dos atacantes, por outro os atacados ficavam sem reservas para si mesmos ou para abastecerem circuitos mais amplos, desde logo as praças-fortes defensivas. Além disso a política de terra queimada deixava os homens que a sofriam carenciados e diminuídos nas suas capacidades económicas e tributárias face à coroa, enfraquecendo o erário régio.

Este cenário desenha-se em qualquer dos períodos, embora os exemplos de incêndios, destruições de quintas, instrumentos, engenhos e lugares de armazenamento sejam em maior número e mais elucidativos no segundo, como a razia pelos exércitos de Juan I de Castela da quinta de Santa Iria de Azóia, em 1381, ou, no reverso, a incursão de Antão Vasques por terras de Castela, em 1385, que lhe rendeu milhares de cabeças de vacas, ovelhas e porcos, além de prisioneiros, que não valeriam menos, quando se sabe que o resgate de um lavrador de Aroche ascendeu a 100 000 reais.

Avançam os Autores para o terceiro mal, agora atentando no roubo de bens pessoais e outros abusos que, em boa parte, é a continuação do item anterior.

As pilhagens de produtos de toda a ordem, dos alimentos aos bens pessoais, era perpetrada por combatentes inimigos, vindos por mar ou por terra. Todavia, mesmo os exércitos do reino e seus aliados em marcha ou estacionados à espera dos recontros militares ou ainda todo o conjunto de pessoas ligadas ao aparelho militar – fronteiros, alcaides, coudéis – as podiam levar a cabo, agravando a situação. As aposentadorias destas gentes eram ocasião de roubos de bens, de maus tratos ou de desonra, sobretudo devido aos abusos sobre mulheres, como os que cometeram os ingleses no Alto Alentejo em 1381-1382. E mesmo as requisições de produtos que os reis faziam para abastecer os exércitos, já que muitas vezes não eram pagos, se tornavam em verdadeiros actos de espoliação legitimada.

Danoso era ainda o aprisionamento e cativoiro de homens no contexto das guerras, sempre apetecíveis pelos resgates que podiam proporcionar, ou, já no seu rescaldo, os actos de banditismo e malfetorias que se lhes seguiam.

Neste particular acho que vale a pena olhar a imagem com que os Autores bem ilustraram a capa desta obra<sup>9</sup>. Na pilhagem de uma casa saem pelas portas e janelas panelas, bacios, alguidares, jarros e almofadas. Forçam-se pipas e o vinho jorra pelo chão ou escorre pela garganta dos homens. Rouba-se a arca da casa, o cofre dos moradores, onde, de acordo com as posses, estariam o enxoval de cama, de mesa ou de corpo, as relíquias da fé ou a memória dos escritos. Descobrimos o júbilo dos atacantes e entrevemos a dor dos atacados.

Seguem os Autores enunciando, num quarto lugar, o mal do despovoamento do campo e de aglomerados urbanos. Fugiam os homens com medo dos ataques, muitas vezes para lugares amuralhados mais seguros, abandonando terras e casas. Todavia este tema tem muitos imbricamentos, como bem o percebem os estudiosos dos séculos XIV e XV ao percorrer o discurso dos povos em Cortes, já que tal argumento é esgrimido com vários fins para obter deferimentos. E, na realidade, a mobilidade dos homens ocorre por múltiplos motivos para além do espectro da guerra, como desde

---

<sup>9</sup> Trata-se de uma iluminura das *Chroniques de France ou de St. Denis*, de finais do século XIV (British Library, Ms. Royal 20 C, VII, f. 41v), que representa a pilhagem de uma casa em Paris.

logo os abusos senhoriais ou a atracção de privilégios e regalias noutros centros concelhios.

Certo é que, como é relevado por João Gouveia Monteiro, muito se esforçavam os reis por povoar os lugares da raia com coutos de homiziados ou por atrair população para o interior das cercas, outorgando-lhe diversos privilégios.

Caminhamos para a quinta cicatriz da guerra “a desorganização da vida pública e profissional”. As autoridades que enquadravam os homens, das concelhias às religiosas, punham-se muitas vezes em fuga, deixando um vazio de poder que, ao retomar-se, podia até ser mais lesivo que o anterior. A vida produtiva e social – assistencial, religiosa, administrativa – ficava desorganizada, se bem que alguns também pudessem ganhar com o clima de guerra, mormente com a subida dos preços alimentares.

Passam, depois, os Autores a analisar “as indemnizações, isenções e recompensas devidas às necessidades da guerra”. Como forma de atrair braços para as comunidades raianas, os monarcas isentavam os homens de impostos ou de serviços, concediam-lhes cartas de diminuição dos encargos fiscais colectivos ou davam-lhe até privilégios e recompensas.

Conhecem-se, em seguida, “as medidas de emergência e autorizações especiais” nesta conjuntura, especialmente respeitantes a serviços de natureza militar, como o porte de armas, a realização de obras de fortificação, a vigilância dos lugares, portanto o velar e roldar, ou os apuramentos de homens para a guerra. Mas também, entre outras, as facilidades para a pastagem dos gados.

Detêm-se logo então os Autores sobre “os cuidados com a manutenção e vigilância das obras de defesa” que se tornavam particularmente sensíveis nas praças fortes da fronteira. Tema que surge muito desenvolvido em ambos os períodos, o que decorre aliás dos anteriores trabalhos destes especialistas da história militar.

Já no penúltimo item são abordadas “as recompensas, castigos e cuidados com alcaides, fidalgos, fronteiros e outras personagens com intervenção nas zonas raianas”. As recompensas colectivas aos concelhos passam pelo alargamento dos seus termos e área de jurisdição. Já as principais autoridades militares eram a um tempo alvo de punições régias, se não cumpriam ou

abusavam das suas funções, ou a um outro, susceptíveis de serem agraciadas por bons serviços.

Finalmente, na última questão, analisa-se “o comércio e a guerra nas zonas de fronteira”, tratando-se, para o primeiro período, essencialmente do abastecimento de armas e cavalos, enquanto, no segundo, se alarga a temática ao vivo comércio de diferentes produtos que as regiões da raia sempre propiciavam.

Depois do breve percurso sobre esta obra, que aqui apresentei, creio que fica claro o amplo panorama que João Gouveia Monteiro e Miguel Gomes Martins nos oferecem sobre as cicatrizes da guerra no espaço fronteiriço.

O tema, como também já referi, é desenvolvido a partir de uma grelha interpretativa e sistematizadora. É claro que podia ser esta ou outra, da mesma forma que no percurso das suas diversas alíneas há muitas intercorrências e interrelacionamentos ou mesmo inevitáveis justaposições.

Mas tal metodologia de trabalho oferece à obra um relevante e utilíssimo cunho didáctico. Com este fim até penso que poderia ter sido acrescentada no final a principal bibliografia sobre o assunto, mesmo para além da citada no texto e notas, que completaria aquela funcionalidade.

As minhas últimas palavras dirigem-se aos Autores, ao Editor e ao público.

Aos Doutores João Gouveia Monteiro e Miguel Gomes Martins para os felicitar por esta fundamentada e pedagógica síntese sobre o impacto social da guerra.

Ao Editor, Dr. Jorge Fragoso, para o congratular por sempre acolher e divulgar, em publicações muito atractivas, a escrita da História.

A todos vós, aqui presentes, para vos agradecer a presença e incentivar à leitura deste estudo com que muito aproveitarão, e que será, sem dúvida, a melhor recompensa para os Autores, que, com saber e entrega, a escreveram.

*Maria Helena da Cruz Coelho*

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC  
coelhoh@gmail.com

**Dissertações de Doutorado e Mestrado orientadas por investigadores integrados no Centro de História da Sociedade e da Cultura (2010-2011)**

Este elenco tem por objectivo disponibilizar informação relativa às dissertações de Doutorado e de Mestrado orientadas ou co-orientadas por investigadores do Centro de História da Sociedade e da Cultura, apresentadas e aprovadas durante o período de 01 de Setembro de 2010 a 31 de Julho de 2011.

As referências vão ordenadas, dentro de cada rubrica, pela data de realização das provas.

**Doutoramento (3.º Ciclo)**

Autor: Amadeu José Campos de Sousa

Título: *Entre Monárquicos e Republicanos numa “Cidade de Deus”:  
História política e social de Braga no contexto nacional (1890-1933)*

Especialidade: História Contemporânea

Data das provas: 18 de Março de 2011

Instituição: Universidade de Coimbra

Orientador: Amadeu José de Figueiredo Carvalho Homem.

Autor: Pollyanna Gouveia Mendonça

Título: *Parochos imperfeitos. Justiça eclesiástica e desvios do clero no  
Maranhão colonial*

Especialidade: História Moderna

Data das provas: 18 de Abril de 2011

Instituição: Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro (Brasil)

Orientador: Ronaldo Vainfas

Co-orientador: José Pedro de Matos Paiva.

Autor: João Augusto Guerra da Rocha Nunes

Título: *A reforma católica na diocese de Viseu (1552-1639)*

Especialidade: História Moderna

Data das provas: 25 de Maio de 2011

Instituição: Universidade de Coimbra

Orientador: José Pedro de Matos Paiva.

Autor: Ana Cristina Machado Trindade

Título: *O episcopado de D. frei Manuel Coutinho, 1725-1741*

Especialidade: História Moderna

Data das provas: 27 de Junho de 2011

Instituição: Universidade da Madeira

Orientador: Rui Carita

Co-orientador: José Pedro de Matos Paiva.

### **Mestrado (2.º Ciclo)**

Autor: Josival Nascimento dos Santos

Título: *A Relação entre D. João de Melo, bispo de Coimbra (1684-1704) e a Inquisição*

Especialidade: História Moderna

Data das provas: 02 de Dezembro de 2010

Instituição: Universidade de Coimbra

Orientador: José Pedro de Matos Paiva.

Autor: José Luís Pimentel Lavrador

Título: *Ao sabor da Bíblia*

Especialidade: Alimentação: Fontes, Cultura e Sociedade

Data das provas: 03 de Dezembro de 2010

Instituição: Universidade de Coimbra

Orientador: Maria Helena da Cruz Coelho

Co-orientador: Paula Cristina Barata Dias.

Autor: Maria João Martins Pereira Neto

Título: *Os audioguias na acessibilidade aos museus. A sua aplicação ao Museu de Ciência da Universidade de Coimbra*

Especialidade: Museologia

Data das provas: 09 de Dezembro de 2010

Instituição: Universidade de Coimbra

Orientador: Pedro Casaleiro

Co-orientador: Irene Maria Montezuma de Carvalho Mendes Vaquinhas.

Autor: João Bernardo Ferreira Gomes  
Título: *Guia do Associativismo da Figueira da Foz*  
Especialidade: Política Cultural Autárquica  
Data das provas: 14 de Dezembro de 2010  
Instituição: Universidade de Coimbra  
Orientador: Maria Margarida Sobral da Silva Neto  
Co-orientador: Rui de Ascensão Ferreira Cascão.

Autor: Jorge Miguel Duarte Pinto  
Título: *O Douro: entre a Memória e o Futuro*  
Especialidade: História Moderna  
Data das provas: 11 de Janeiro de 2011  
Instituição: Universidade de Coimbra  
Orientador: Maria Margarida Sobral da Silva Neto.

Autor: Alda Celeste Frias Morgado Santos  
Título: *Herança Cultural de Penacova. Contributos para a sua preservação*  
Especialidade: Política Cultural Autárquica  
Data das provas: 11 de Janeiro de 2011  
Instituição: Universidade de Coimbra  
Orientador: Maria Margarida Sobral da Silva Neto  
Co-orientador: Ana Luísa Santos Pinto da Cunha Sousa.

Autor: Ana Filipa da Silva Correia de Carvalho  
Título: *Arquivo Municipal de Ourém: Tratamento, estudo e divulgação de um Sub-sistema de Informação. O Acervo de Documentação da Administração do Concelho de Vila Nova de Ourém*  
Especialidade: Política Cultural Autárquica  
Data das provas: 11 de Janeiro de 2011  
Instituição: Universidade de Coimbra  
Orientador: Maria do Rosário Barbosa Morujão.

Autor: Cristina Isabel Marques Ferreira  
Título: *Actividades Culturais e Núcleo Juvenil e Cultural de Oliveirinha*  
Especialidade: Política Cultural Autárquica  
Data das provas: 11 de Janeiro de 2011

Instituição: Universidade de Coimbra  
Orientador: Maria Margarida Sobral da Silva Neto  
Co-orientador: José Manuel Figueiredo.

Autor: Ana Isabel Gingeira Teixeira  
Título: *A Sé Velha de Coimbra – Dinâmicas Culturais*  
Especialidade: Política Cultural Autárquica  
Data das provas: 13 de Janeiro de 2011  
Instituição: Universidade de Coimbra  
Orientador: Maria Helena da Cruz Coelho  
Co-orientador: Maria Luísa Trindade.

Autor: Rita Lourenço Marques Pereira  
Título: *O papel da Biblioteca Municipal de Castelo Branco na formação de leitores*  
Especialidade: Política Cultural Autárquica  
Data das provas: 13 de Janeiro de 2011  
Instituição: Universidade de Coimbra  
Orientador: Maria do Rosário Barbosa Morujão.

Autor: Luís Miguel Carvalho Meneses  
Título: *Práticas e Políticas Culturais no Município de Cantanhede*  
Especialidade: Política Cultural Autárquica  
Data das provas: 13 de Janeiro de 2011  
Instituição: Universidade de Coimbra  
Orientador: Maria Margarida Sobral da Silva Neto  
Co-orientador: Maria Carlos Mariano Pego.

Autor: Maria dos Prazeres da Mota Duarte  
Título: *Bibliotecas Municipais: O Indelével Legado da Cultura e da História – Pretexto, Texto e contexto*  
Especialidade: Política Cultural Autárquica  
Data das provas: 13 de Janeiro de 2011  
Instituição: Universidade de Coimbra  
Orientador: Maria do Rosário Barbosa Morujão  
Co-orientador: Cristina Maria Madeira Silva Calvo.

Autor: Ana Rita Torres Mineiro

Título: *Educação Social em contexto municipal. Um estudo de caso: A Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego*

Especialidade: Política Cultural Autárquica

Data das provas: 17 de Janeiro de 2011

Instituição: Universidade de Coimbra

Orientador: Maria Margarida Sobral da Silva Neto

Co-orientador: Sandra Meireles.

Autor: Mário João Lourenço Gomes

Título: *Políticas Públicas de Cultura no Município de Soure*

Especialidade: Política Cultural Autárquica

Data das provas: 17 de Janeiro de 2011

Instituição: Universidade de Coimbra

Orientador: Maria Margarida Sobral da Silva Neto.

Autor: Inês Nogueira Melo

Título: *Empresa de Moagem do Fundão: nascimento de um núcleo museológico*

Especialidade: Política Cultural Autárquica

Data das provas: 17 de Janeiro de 2011

Instituição: Universidade de Coimbra

Orientador: José Maria Amado Mendes

Co-orientador: Maria Margarida Sobral da Silva Neto.

Autor: Isabel Cristina Fonseca Lopes

Título: *As Actividades Culturais desenvolvidas no Concelho de Lousada (1990-Maio 2010)*

Especialidade: Política Cultural Autárquica.

Data das provas: 17 de Janeiro de 2011

Instituição: Universidade de Coimbra

Orientador: Maria Margarida Sobral da Silva Neto

Co-orientador: Eduardo Augusto Vilar Barbosa.

Autor: Ana Rita Rodrigues Leitão

Título: *Poder Local: autonomia, cidadania, liberdade e responsabilidade – Villa d'El Rey, 1285 – Comemoração dos 725 anos do Foral de Vila de Rei outorgado por D. Dinis a 19 de Setembro de 1285*

Especialidade: Política Cultural Autárquica

Data das provas: 18 de Janeiro de 2011

Instituição: Universidade de Coimbra

Orientador: Maria Helena da Cruz Coelho

Co-orientador: Paulo César Laranjeira Luís.

Autor: Natércia Maria Carvalho Rasteiro

Título: *Sociabilidades Gastronómicas no Portugal Contemporâneo: Práticas, Modelos e Espaços – Sociabilidades Burguesas encenadas no Espaço Privado*

Especialidade: Alimentação: Fontes, Cultura e Sociedade

Data das provas: 18 de Janeiro de 2011

Instituição: Universidade de Coimbra

Orientador: Rui de Ascensão Ferreira Cascão.

Autor: Maria Adília Gonçalves Balula

Título: *As Autarquias e a Cultura: prioridades, orçamentos e resultados – Baixo Mondego, 1997-2009*

Especialidade: Política Cultural Autárquica

Data das provas: 18 de Janeiro de 2011

Instituição: Universidade de Coimbra

Orientador: Maria Margarida Sobral da Silva Neto

Co-orientador: Maria José Castanheira Neves.

Autor: Matilde Mendonça dos Santos

Título: *Os bispos e o Tribunal do Santo Ofício no arquipélago de Cabo Verde (1538-1646)*

Especialidade: História Moderna

Data das provas: 20 de Janeiro de 2011

Instituição: Universidade de Coimbra

Orientador: José Pedro de Matos Paiva.

Autor: Libânia Arminda Henriques Gomes

Título: *As “Missas do Parto” na Ilha da Madeira. Uma Tradição a preservar*

Especialidade: Museologia

Data das provas: 25 de Janeiro de 2011

Instituição: Universidade de Coimbra

Orientador: Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes Vaquinhas

Co-orientador: Francisco José Pires Pato de Macedo

Autor: Albano José Ribeiro de Almeida

Título: *Brás Garcia de Mascarenhas aventureiro, guerreiro e poeta*

Especialidade: História Moderna

Data das provas: 26 de Janeiro de 2011

Instituição: Universidade de Coimbra

Orientador: Maria Margarida Sobral da Silva Neto.

Autor: Maria Jesus Laje Anaya

Título: *A Cooperação Portugal – Argentina no âmbito da Cimeira ibero-americana 2009: Área de Ciência e Tecnologia*

Especialidade: Estudos Europeus

Data das provas: 28 de Janeiro de 2011

Instituição: Universidade de Coimbra

Orientador: António Martins da Silva.

Autor: Ângela Margarida Amado Jegundo

Título: *Cooperação, geminação, formas de interação da Região Centro*

Especialidade: Estudos Europeus

Data das provas: 28 de Janeiro de 2011

Instituição: Universidade de Coimbra

Orientador: António Martins da Silva

Co-orientador: Jorge Brandão.

Autor: Cátia Raquel de Teixeira Ferreira

Título: *Musealizando – Proposta de uma actividade educativa no Museu Nacional de Machado de Castro*

Especialidade: Museologia

Data das provas: 01 de Fevereiro de 2011  
Instituição: Universidade de Coimbra  
Orientador: Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes Vaquinhas.

Autor: Fernando Martins Lages  
Título: *Parlamento Europeu – Embrião e Suporte de uma Europa Democrática*

Especialidade: Estudos Europeus  
Data das provas: 16 de Fevereiro de 2011  
Instituição: Universidade de Coimbra  
Orientador: António Martins da Silva.

Autor: Maria Inês Birrento do Nascimento Rodrigues  
Título: *Arte, Crítica e Sociedade na obra de Fialho de Almeida*

Especialidade: Estudos Artísticos  
Data das provas: 17 de Fevereiro de 2011  
Instituição: Universidade de Coimbra  
Orientador: Amadeu José de Figueiredo Carvalho Homem  
Co-orientador: Fernando de Matos Oliveira.

Autor: Inês Isabel Costa Meirinho  
Título: *A exposição Darwin 150/200 do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra. Avaliação de uma estratégia de educação não formal*

Especialidade: Museologia  
Data das provas: 18 de Fevereiro de 2011  
Instituição: Universidade de Coimbra  
Orientador: Pedro Casaleiro  
Co-orientador: Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes Vaquinhas.

Autor: Humberto Filipe Simões Rendeiro  
Título: *Parcerias, receitas próprias e mecenato: desafios para a gestão museológica. O Museu de Francisco Tavares Proença Júnior: Um estudo de caso*

Especialidade: Museologia

Data das provas: 22 de Fevereiro de 2011  
Instituição: Universidade de Coimbra  
Orientador: Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes Vaquinhas.

Autor: Vítor Daniel Pires Ferreira  
Título: *Autarquias e Cultura – Prioridades, Orçamentos e Resultados. Beira Interior Norte e Cova da Beira – 1998-2009*  
Especialidade: Política Cultural Autárquica  
Data das provas: 25 de Fevereiro de 2011  
Instituição: Universidade de Coimbra  
Orientador: Maria Margarida Sobral da Silva Neto  
Co-orientador: Maria José Leal Castanheira Neves.

Autor: Raquel Filipa de Almeida Amaral  
Título: *Modelos Didácticos na Museologia e Ensino da Botânica na Universidade de Coimbra*  
Especialidade: Museologia e Património Cultural  
Data das provas: 15 de Março de 2011  
Instituição: Universidade de Coimbra  
Orientador: Pedro Júlio Enrech Casaleiro  
Co-orientador: Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes Vaquinhas.

Autor: Elsa Maria da Fonseca Gouveia  
Título: *“Em carne viva”: O capuz penitenciário. Na Cadeia Geral Penitenciária de Coimbra (1901-1913)*  
Especialidade: Museologia  
Data das provas: 18 de Março de 2011  
Instituição: Universidade de Coimbra  
Orientador: Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes Vaquinhas  
Co-orientador: Maria Dalila Aguiar Rodrigues.

Autor: Dina Sofia das Neves Sebastião  
Título: *Mário Soares e a Europa: pensamento e acção*  
Especialidade: História Económica e Social Contemporânea  
Data das provas: 08 de Abril de 2011

Instituição: Universidade de Coimbra  
Orientador: António Martins da Silva.

Autor: João Ricardo Mendes Martins

Título: *A Política de Coesão Europeia e os Objectivos de Regeneração Urbana: um estudo de caso*

Especialidade: Estudos Europeus

Data das provas: 14 de Abril de 2011

Instituição: Universidade de Coimbra

Orientador: António Martins da Silva.

### *Rui de Ascensão Ferreira Cascão*

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra  
rafcascao@gmail.com

## **Parceria entre o Centro de História Local e Regional Salvador Dias Arnaut e o Centro de História da Sociedade e da Cultura**

### **1. Colóquios**

27 de Novembro de 2010 – *Colóquio Evocativo do Bicentenário de Alexandre Herculano.*

29 de Setembro de 2011 – *Colóquio: Poder Local – Desafios e Oportunidades.*

### **2. Seminários Permanentes de História Local e Regional**

29 de Janeiro de 2011 – Prof. Doutora Margarida Sobral Neto, *Percursos da História Local e Regional*

26 de Fevereiro de 2011 – Prof. Doutor Jorge de Alarcão, *Conversando sobre História Local.*

26 de Março de 2011 – Prof. Doutora Leontina Ventura, *A História local na historiografia de Salvador Dias Arnaut.*

30 de Abril de 2011 – Dr. Mário Nunes e Dr. Fernando Antunes, *As misericórdias no espaço e no tempo.*

28 de Maio de 2011 – Prof. Doutora Maria José Azevedo Santos, *O Infante D. Pedro.*

25 de Junho de 2011 – Dra. Guilhermina Mota, *Penela e as suas gentes em meados do século XIX*.

29 de Outubro de 2011 – Prof. Doutora Rosário Castiço de Campos, *Recriar o passado como estratégia de promoção turística: o caso da Lousã*.

26 de Novembro de 2011 – Prof. Doutor Rui Cascão, *O concelho de Penela no século XIX*.

*Margarida Sobral Neto*

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC  
marnet95@gmail.com

### **Prémios atribuídos pela Academia Portuguesa da História – 2011**

A Academia Portuguesa da História deliberou atribuir os seguintes prémios a investigadores integrados no Centro de História da Sociedade e da Cultura:

Fundação Eng.º António de Almeida – Prémio Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, História: José Pedro de Matos Paiva, *Baluartes da Fé e da Disciplina – o enlace entre a Inquisição e os Bispos em Portugal (1536-1750)*.

Prémio Dr. Possidónio Mateus Laranjo Coelho – História Cultural e das Mentalidades: Maria Margarida Sobral Neto, *O Universo da Comunidade Rural – Época Moderna*.

Prémio Prof. Doutor Pedro Cunha Serra: João Gouveia Monteiro (em co-autoria com Miguel Martins), *As Cicatrizes da Guerra no Espaço Fronteiriço Português (1250-1450)*.

Felicitemos os galardoados pela concessão de tão elevadas distinções, que muito honram os próprios e também o Centro de História da Sociedade e da Cultura, a cujo corpo de investigadores pertencem.

*Rui Cascão*

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC  
rafcascao@gmail.com

ISSN 1645225-9



9 771645 225004

## Normas para aceitação de textos

Os artigos propostos devem ser inéditos e remetidos pelos autores à Direcção da *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, numa das seguintes línguas: português, castelhano, italiano, francês ou inglês.

Todos os artigos propostos para publicação serão sujeitos a apreciação por parte de dois especialistas externos, em processo dirigido pelo coordenador do número da *Revista* e acompanhado pelo Director e Conselho Editorial, prevendo-se a possibilidade de ser sugerida ao autor a reformulação do texto original com vista à sua publicação.

Cada artigo não deverá exceder 50.000 caracteres (incluindo espaços em branco), deverá ser acompanhado de um resumo com um limite máximo de 200 palavras, bem como por um conjunto de palavras chave (mínimo 3, máximo 5). Os artigos deverão ser remetidos em ficheiro electrónico em formato Word, dirigido ao coordenador da *Revista*, no qual, na primeira página devem ser claramente explicitados os seguintes dados: nome do autor, filiação académica (máximo de 2 instituições), endereço postal, endereço electrónico e telefone.

Gráficos, tabelas e eventuais ilustrações devem ser remetidos em ficheiros autónomos, com indicação no texto do local onde devem ser inseridos. Cabe ao autor a responsabilidade de obter a competente autorização para a publicação de imagens que reclamem direitos de autoria. As referências bibliográficas e arquivísticas devem ser normalizadas de acordo com os seguintes exemplos, e fornecidas em notas de rodapé no final de cada página:

### Monografias:

GUSDORF, Georges - *Les principes de la pensée au Siècle des Lumières*. Paris: Payot, 1971.

### Obras colectivas:

TIENDA, Marta and GRUSKY, B. (ed.) - *Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*. Boulder; San Francisco; Oxford: Westview Press, 1994

### Capítulos em monografias:

GIDDENS, Anthony - *Elites and power in* TIENDA, Marta and GRUSKY, B. (ed.) - *Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*. Boulder; San Francisco; Oxford: Westview Press, 1994, p. 170-174.

### Artigos em publicações periódicas:

BOUZA ALVAREZ, Fernando - Lisboa sózinha quase viúva. A cidade e a mudança da corte no Portugal dos Filipes. *Penélope. Fazer e desfazer a História*. 13 (1994) 71-93.

### Artigos ou textos na WEB:

SCHILLING, Ruth - Homagium or Hospitality?: The Struggle for Political Representation in Bremen around 1600. *Eras. School of Historical Studies on-line Journal* (2003), ([http://www.arts.monash.edu.au/eras/edition\\_5/schillingarticle.htm](http://www.arts.monash.edu.au/eras/edition_5/schillingarticle.htm), consultado em 2007.09.12).

### Manuscritos:

Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) - Ministério do Reino, Livro 234, fl. 23.

A partir da segunda citação da mesma obra deve usar-se um sistema simplificado. Exemplos: GUSDORF, Georges - *Les principes...*, cit., p. 89; BOUZA ALVAREZ, Fernando - Lisboa sózinha..., cit., p. 90.

Nos anos em que o número de artigos aprovados exceder os limites orçamentais da *Revista*, a sua Direcção reserva-se o direito de proter a publicação de alguns deles, garantindo, contudo, que esses textos serão publicados no número seguinte.

Serão enviadas aos autores provas tipográficas para correção. Não se aceitarão alterações superiores a 5% do texto original.

Uma vez publicado o artigo, cada autor receberá gratuitamente vinte separatas do respectivo texto e um exemplar da *Revista*.

Para qualquer dúvida ou esclarecimento contactar o Director da *Revista* ou o coordenador do respectivo número.

## Guidelines for contributors

Texts should be original and written in one of the following languages - Portuguese, Spanish, Italian, French or English - and submitted by the authors to the Board of the *Journal of History of Society and Culture*.

All articles undergo peer review by two external referees, in a process supervised by the coordinator of the current number of the *Magazine* and followed up by the Director of the Centre and the Editorial Board. There is the possibility of recommending to the author the reformulation of the original text in order to its publication.

Each article should not exceed 50.000 characters (including blank spaces), it should be accompanied by an abstract with a maximum limit of 200 words, as well as a set of keywords (minimum 3, maximum 5). The articles should be sent in an electronic file in Word format to the coordinator of the *Journal*, in which, in the first page, should be clearly mentioned the following information: author's name, academic affiliation (maximum 2 institutions), address, electronic address and phone number.

Graphics, charts and illustrations should be sent in autonomous files, mentioning in the article's text the location where each one of them should appear. It is up to the author the responsibility to ensure the lawful authorization for publication of images which are protected by copyrights. Bibliographic and archival references should be normalised according to the following examples and standards, and must be given in end notes placed at the bottom of each page:

### Monographies:

GUSDORF, Georges - *Les principes de la pensée au Siècle des Lumières*. Paris: Payot, 1971.

### Collective publications:

TIENDA, Marta and GRUSKY, B. (ed.) - *Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*. Boulder; San Francisco; Oxford: Westview Press, 1994

### Chapters in monographies:

GIDDENS, Anthony - *Elites and power in* TIENDA, Marta and GRUSKY, B. (ed.) - *Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*. Boulder; San Francisco; Oxford: Westview Press, 1994, p. 170-174.

### Articles in periodical publications:

BOUZA ALVAREZ, Fernando - Lisboa sózinha quase viúva. A cidade e a mudança da corte no Portugal dos Filipes. *Penélope. Fazer e desfazer a História*. 13 (1994) 71-93.

### Articles or texts in the WEB:

SCHILLING, Ruth - Homagium or Hospitality?: The Struggle for Political Representation in Bremen around 1600. *Eras. School of Historical Studies on-line Journal* (2003), ([http://www.arts.monash.edu.au/eras/edition\\_5/schillingarticle.htm](http://www.arts.monash.edu.au/eras/edition_5/schillingarticle.htm), consultado em 2007.09.12).

### Manuscripts:

Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) - Ministério do Reino, Livro 234, fl. 23.

For second quotations of the same publication, one should use a simplified process. Examples: GUSDORF, Georges - *Les principes...*, cit., p. 89; BOUZA ALVAREZ, Fernando - Lisboa sózinha..., cit., p. 90.

Whenever the number of articles accepted are beyond the journal's budget, the editors are entitled to postpone the publication of a few given articles, guaranteeing, however, their publication in the following issue.

Printing proofs will be sent to the authors for revision before publication. Modifications that outrun 5% of the original text will not be accepted.

Once the paper is published, each author will gratuitously receive twenty printed copies of the article and one copy of the *Journal*.

For further information, please contact the Director of the *Journal* or the coordinator of each volume.

Editorial .....	7
Artigos	
João Gouveia Monteiro.....	9
<i>A Regra do Templo ou o Esplendor da Arte Militar Medieval</i>	
Carlos Emanuel Sousa Santos .....	39
<i>A Charola Templária de Tomar: Jerusalém Perdida</i>	
Maria Alegria Fernandes Marques .....	57
<i>O mosteiro de Lorvão: ainda a saída dos monges e a entrada das freiras</i>	
Saul António Gomes .....	75
<i>A Extinção da Ordem do Templo em Portugal</i>	
Paulo Esmeraldo Catarino Lopes .....	117
<i>A visão do Outro nas Cartas de Itália de Lopo de Almeida</i>	
Roger Lee Pessoa de Jesus .....	141
<i>A História da América Portuguesa (1730) de Sebastião da Rocha Pita: o contexto, o autor, a obra</i>	
Domingo L. González Lopo .....	165
<i>Beirões na Lisboa de D. João V. Contribución al estudio de la movilidad interior de la población de A Beira durante la primera mitad del siglo XVIII</i>	
Patrícia Ferreira dos Santos .....	195
<i>As práticas de caridade na diocese de Mariana: estímulos devocionais, interditos e protestos anónimos no século XVIII</i>	
Isabel M. R. Mendes Drumond Braga .....	223
<i>Fugindo dos “Grilhões do Cativoiro”: Os Expostos Pretos e Pardos na Casa da Roda da Misericórdia de Lisboa (1780-1807)</i>	
Rui Manuel Pinto Costa .....	249
<i>No trilho histórico do cancro: percepções de incurabilidade, invocações sagradas e rejeição da medicina científica</i>	
Hugo Silveira Pereira .....	273
<i>Caminhos-de-ferro da Beira (1845-1893)</i>	
Janaina Cardoso de Mello .....	297
<i>A Arqueologia Histórica em Laranjeiras (SE-Brasil): uma proposta de salvaguarda da cultura material portuguesa nas ruínas da cidade</i>	
Maria Antónia Lopes .....	317
<i>Instituições de piedade e beneficência do distrito de Coimbra na década de 1870</i>	
María de la Paz Pando Ballesteros .....	359
<i>Estudiantes Universitarias en Salamanca entre 1940 y 1970</i>	
João Pedro Cotrim .....	377
<i>Imagens da Europa no jornal A Bola: entre o isolamento do Estado Novo e a abertura europeia</i>	
Recensões .....	399
Notícias .....	455



**Palimage**  
Imagem Palavra